



Relatório do Estado do Ordenamento do Território

REOT

Julho 2009



Câmara Municipal de Lisboa
DMPU | Departamento de Planeamento Urbano

ÍNDICE

1	Introdução	7
2	Contexto	10
2.1	Instrumentos de Financiamento	10
2.2	Quadro legal	15
3	Enquadramento Estratégico	19
3.1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	19
3.2	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	21
3.3	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa	38
3.4	Estratégia Municipal e Cooperação Intermunicipal	44
4	Dinâmica Populacional e Situação Social	51
4.1	Lisboa na Área Metropolitana, País e Península Ibérica	51
4.2	Estrutura Etária	64
4.3	Níveis de instrução	67
4.4	População estrangeira residente	69
4.5	Risco de pobreza	71
5.1	Internacionalização da Área Metropolitana de Lisboa	73
6	Ambiente	83
6.1	Caracterização climática	83
6.3	Poluição atmosférica	91
6.4	Riscos antrópicos e naturais	98
6.5	Energia	105
6.6	Estrutura Ecológica Urbana/Estrutura Ecológica Municipal	108
7	Estrutura urbana	123
7.1	Planeamento territorial	123
7.2	Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU)	143
7.3	Áreas Urbanas de Génese Ilegal – (AUGI)	155
7.4	Servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos 160	
7.5	Cadastro municipal	162
7.6	Finanças municipais	165
7.7	Avaliação do processo de reabilitação urbana	167
7.8	Reavaliação do património inventariado	189
8	Habituação	193
8.1	Diagnóstico da situação existente no Município de Lisboa	193
8.2	Política Social de Habitação	206
8.3	Dinâmicas do Mercado imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa	214
9	Equipamentos de Utilização Colectiva	229
9.1	Saúde	229
9.2	Ensino	236
9.3	Sociais	241
9.4	Desporto	245
9.5	Cultura	248
10	Mobilidade e Transportes	252
10.1	Mobilidade na AML	252

10.2	A mobilidade dos residentes	254
10.3	Sistema rodoviário e transporte individual.....	256
10.4	Estacionamento	261
10.5	Transporte Colectivo.....	269
10.6	Mobilidade Suave	285
10.7	Aeroporto de Lisboa.....	287
10.7	Porto de Lisboa.....	289
11	Redes de infra-estruturas	293
11.1	Sistema de saneamento da cidade de Lisboa.....	293
11.2	Resíduos sólidos urbanos.....	303

FICHA TÉCNICA

Equipa:

Departamento Planeamento Urbano

Arq. Paulo Pais
Arqt.^a Célia Milreu
Dr.^a Ana Costa
Dr.^a Anabela Completo
Dr. António Bastos
Urb. Claudius Esser
Dr.^a Conceição Vieira
Arqt.^a Dora Lampreia
Eng. Gonçalo Belo
Eng.^a Helena Martins
Eng. Jorge Santos
Dr. Leonel Alegria
Dr.^a Luísa Araújo
Eng.^a Paula Dias
Eng.^a Paula Pacheco
Desingner Sílvia Pedro
Eng.^a Vanda Lopes
Adm. Ricardo Cruz
Des. Viriato Reis

Departamento de Informação Geográfica e Cadastro

Eng.^a Márcia Munoz
Eng. Miguel Oliveira
Dr.^a Sandra Efigénio

Departamento Planeamento Infraestruturas

Eng.^a Hélia Marques
Eng. Rui Melo
Eng. Gonçalo Caiado
Arq. João Teixeira
Eng. Vilfredo Araújo

Departamento Património Imobiliário

Eng. Maria José Aroso

Núcleo Residente da Estrutura Consultiva

Arq. Passos Leite

Dr. Rita Megre

Direcção Municipal de Ambiente Urbano

Eng. Souto Cruz

Direcção Municipal Conservação e Reabilitação Urbana

Arq.^a Cristina Pereira

Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego

Dr.^a Maria João Telhado

Consultores:

Prof. José Manuel Palma

Prof. Mário Vale

Fontes de informação:

Departamento de Planeamento Estratégico

Dr.^a Teresa Craveiro

Arq.^a Maria João Duarte

Dr.^a Ana Lúcia Antunes

Dr. Jorge Mourão

Direcção Municipal de Acção Social, Educação e Desporto

Dr. Mário Guimarães

Dr.^a Graça Silva

Dr.^a Ana Teles Dantas

Dr.^a Dina Moreira

Dr.^a Paula Nobre

Direcção Municipal de Actividades Económicas

Dr. João Batista Barreta

Dr.^a Susana Araújo

Dr. Luís Moraes

Direcção Municipal de Ambiente Urbano

Eng. Ângelo Mesquita
Eng.^a Inês Castro Henriques
Eng.^a Paula Meireles
Eng. Carlos Ferreira
Eng.^a Agostinha Roque
Arq.^a Fátima Leitão
Eng.^a Inês Cristóvão
Eng. José Canedo
Eng. Nuno Oliveira
Arq. Pinto Coelho
Arq.^a Rosário Salema
Eng. Souto Cruz

Direcção Municipal Conservação e Reabilitação Urbana

Arq. Jorge Catarino
Arq. Luís Pinto
Arq. Nuno Morais
Arq.^a Cristina Pereira
Dr. Rui Guerreiro
Arq.^a Sara Godinho
Eng.^a Ana Nicolau
Arq. Luís Miguel Ruivo
Arq. Paulo Porfírio

Direcção Municipal de Cultura

Arq. André Maranhã
Dr. Rui Mateus

Direcção Municipal de Gestão Urbanística

Arq. José Fragata
Arq.^a Ana Luísa Freitas

Direcção Municipal de Projectos e Obras

Eng.^a Elisabete Portalegre

Direcção-Geral dos Recursos Florestais - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Eng.^a Gisela Simões

ANA - Aeroportos de Portugal

ANTRAL, Associação Nacional dos Transportadores em Automóveis Ligeiros

ATL, Associação de Turismo de Lisboa

CARRIS

Hirondina Duarte

Confidencial Imobiliário

Dr. Ricardo Guimarães

Metropolitano de Lisboa

Eng.^a Marta Araújo

Lisboa e-nova

Agência Municipal de Energia e Ambiente

1 INTRODUÇÃO

São incontáveis os documentos, directivas e iniciativas legislativas que, a nível comunitário e nacional, pretendem definir políticas tendentes a enquadrar o desenvolvimento do território no âmbito da sustentabilidade económica, social e ambiental. Em Portugal, nos últimos decénios temos vindo a assistir à construção de todo um edifício legislativo que pretende enquadrar esse processo desde o nível mais estratégico (como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, aprovada pela RCM n.º 109/2007, 20 de Agosto, e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) aprovado pela RCM n.º 119/2004, a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade aprovada pela RCM n.º 152/2001, 23 de Maio).

No que concerne aos instrumentos que tentam plasmar essa filosofia de gestão territorial poderemos elencar uma série de diplomas que definem a construção de documentos, do mais geral para o mais específico, sujeitos ao mesmo enquadramento. Assim a nível nacional, o PNPT (Lei n.º 58/2007, 4 de Setembro) e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, 21 de Julho) assumem-se como fundamentais no enquadramento. A nível regional o PROT Área Metropolitana de Lisboa (RCM n.º 68/2002, 8 de Abril, já em revisão), adaptado à nova legislação, é o exemplo mais importante e directamente relevante para este trabalho.

O reinício dos trabalhos do processo de Revisão do PDM para Lisboa despoletou a necessidade da elaboração de um Relatório de Estado do Ordenamento do Território¹ (obrigatório de 2 em 2 anos) por nunca terem sido sistematizadas as várias temáticas, inúmeras vezes estudadas para Lisboa. Além disso é uma oportunidade para avaliar as várias políticas que têm sido implementadas na cidade, incluindo a aplicação das regras do PDM de 1994, contribuindo para ajustar os objectivos da Revisão do PDM (face às novas políticas sectoriais) e iniciar um processo de monitorização a partir desta revisão.

Este trabalho teve alguns antecedentes, nomeadamente outros estudos já elaborados pela CML e por alguns consultores externos, assim como o relatório elaborado pelo Departamento de Planeamento Estratégico com a resposta dos serviços ao Despacho n.º 1/GVCR/2002 relativo ao Fundamento da Revisão do PDM, de 24 de Maio de 2002². No entanto, pretende-se agora sistematizar essa informação, partindo da definição de indicadores urbanos que venham a servir o conseqüente processo de monitorização.

¹ Artigo 146º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro

² Este relatório permitiu perceber, da parte dos diferentes serviços da CML, quais as falhas, as potencialidades e como se poderia melhorar a aplicação do regulamento do PDM de 1994.

A definição de indicadores foi realizada de uma forma expedita para as várias temáticas, fornecidos pelas várias unidades orgânicas da CML e ainda por diversas fontes externas, tornando assim, o processo de participação mais transversal. Permitiu construir uma base de trabalho sistematizada que irá contribuir para o estabelecimento de normas ao nível da Revisão do Plano Director Municipal, de programas sectoriais e de regulamentos municipais, com o objectivo de desempenho do município em matéria de sustentabilidade.

A metodologia utilizada consistiu, em primeiro lugar, na recolha de todos os estudos efectuados pela CML desde 1994 até hoje (Estudos Sectoriais PDM 1994, Fase trabalhos preparatórios para RPDM 2000 e Estudos para a RPDM 2003-2006).

Em segundo lugar foi estabelecido um índice com um conjunto de temas: Estrutura Demográfica; Estrutura Económica; Ambiente; Estrutura Urbana; Equipamentos de Utilização Colectiva; Mobilidade e Transportes; Redes de Infra-estruturas. Dentro dos temas foram criados sub-temas e dentro dos sub-temas foram estabelecidos vários indicadores e são esses que dão a informação real e quantificada para efectuar a avaliação das diferentes temáticas ao longo do tempo, daí que, sempre que possível, tentou obter-se valores para mais do que uma unidade temporal (por forma a analisar a sua evolução de 1994 até à data de hoje), assim como a sua descrição e metodologia, unidade de medida, fonte (ou fontes).

A definição de alguns dos indicadores teve como referência várias fontes, nomeadamente: Os indicadores ou parâmetros de monitorização propostos pelo “PROT-AML, Vol I”, pág. 128 a 134, Janeiro de 2002; “Instituto Nacional de Estatística (CENSOS e Anuários Estatísticos)”; “Indicadores para Avaliar a Qualidade de Ambiente Urbano (casos de Estudo)”, Maria do Rosário Partidário, DGOTDU, 2000; “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS – PORTUGAL”, Dezembro de 2007 (em particular no que se refere à estrutura do documento e organização das fichas), entre outras.

Após a definição da estrutura, foram enviados ofícios às várias unidades orgânicas da CML a solicitar informação sobre os indicadores definidos e ainda que fossem sugeridos outros que lhes parecessem adequados. Para além disso, foram consultadas outras fontes externas, publicadas ou não (sobretudo o Instituto Nacional de Estatística, designadamente os Anuários Estatísticos de 1999 a 2006), o que permitiu obter uma base de dados de trabalho considerável, de 1994 a 2008.

Pretende-se que o REOT constitua uma das ferramentas de apoio à decisão, permitindo analisar sobre as diferentes vertentes sectoriais, como é que se “comporta e evoluiu a Cidade” e ir accionando os mecanismos e estudos necessários por forma a apoiar a definição de uma estratégia para a Cidade.

De sublinhar que a implementação da Agenda XXI, a assinatura por parte de Lisboa da Carta de Aalborg e a partilha de um conceito mais alargado de desenvolvimento sustentável leva a que seja necessário a introdução neste documento de referências a indicadores que deverão ser criados no âmbito do acompanhamento da implementação do futuro PDM. Esse objectivo não só se justifica pela necessidade de dar continuidade a este documento mas pela introdução de informação mais precisa sobre a evolução e a performance da “cidade”.

Por outro lado a CML tem vindo a dar-se conta que é ela própria uma gestora de recursos (28% da água, 1% do total de CO2 contabilizado a partir da energia primária gasta pelo município de Lisboa, etc) e que muitas das políticas para o município beneficiam se forem implementadas pela própria estrutura.

Ademais a CML tem vindo a ensaiar novas formas de envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, designadamente através do orçamento participativo, reuniões descentralizadas de Câmara e novas metodologias de participação ao nível da elaboração e revisão dos instrumentos de gestão territorial, cujo alcance torna-se evidente monitorizar no futuro.

Baseado no enquadramento descrito, o presente REOT assume os seguintes objectivos:

1. Dar cumprimento à legislação;
2. Sistematizar a grande quantidade de informação existente e disponível na CML sobre as várias temáticas abordadas;
3. Definir e apresentar uma série de indicadores, cobrindo esse vasto leque de temáticas que irão servir de base à avaliação das políticas implementadas até à data na Cidade de Lisboa
4. Utilizar estes indicadores no consequente processo de monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o Plano Director Municipal;
5. Dar apoio à tomada de decisão ao nível do Ordenamento do Território e fundamentar as estratégias de Ambiente e Ordenamento do Território do Município a plasmar no novo PDM;
6. Utilizar indicadores compostos que deverão ser aplicados quanto antes e que deverão ser parte integrante do processo de monitorização consequente;

Neste trabalho são apresentados essencialmente os indicadores base, que deverão ser o mais possível discriminados no futuro, permitindo uma integração feita de diferentes áreas de especialização de modo a se obter índices de desenvolvimento económico, social e ambiental (i.e. de desenvolvimento sustentável).

2 CONTEXTO

2.1 Instrumentos de Financiamento

Portugal, desde a adesão à EU, em Janeiro de 1986, tem-se candidatado, à semelhança dos outros países membros, ao co-financiamento europeu que, associado a investimento nacional público e privado, constituiu um apoio determinante na realização de numerosas acções de desenvolvimento.

A entrada em vigor do PDM de Lisboa coincidiu com o início do segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA II, 1994-1999).

O **QCA II** teve como objectivos: **a aproximação de Portugal à União Europeia e a redução das assimetrias regionais internas**; e apoiou-se num conjunto de programas por sector e por região, designados intervenções operacionais.

Foram desenvolvidos 17 Programas Operacionais agrupados em 4 Eixos Prioritários (EIXO 1 - Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego, EIXO 2 - Reforçar os Factores de Competitividade da Economia, EIXO 3 - Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social e EIXO 4 - Fortalecer a Base Económica Regional), que traduziram objectivos estratégicos da política de desenvolvimento do país.

Na década de 90 deu-se sobretudo resposta a problemas de habitação precária e das infra-estruturas urbanas em falta. Houve também um esforço de requalificação de alguns dos espaços públicos com vista à melhoria da qualidade de vida dos residentes. No município de Lisboa, as intervenções realizadas com co-financiamento europeu no QCA II incidiram na rede viária - IC 17-CRIL-Ligação da radial da Buraca às Avs. de Ceuta e Norton de Matos, Eixo Viário Fundamental Norte/Sul - 2ª fase e Av. Infante D. Henrique/Braço Prata-Cintura do Porto – e na recuperação ou construção de equipamentos sociais, no sector da cultura, educação e desporto. Destaca-se igualmente a Recuperação do Bairro da Quinta das Laranjeiras e a 1ª fase da Reconversão do Mercado 24 Julho. No âmbito da IC URBAN - instrumento da Política de Coesão da UE dedicado a regeneração de áreas urbanas e bairros críticos -, teve início a importante operação integrada de regeneração da zona urbana do Vale de Alcântara de Lisboa (concluída com a intervenção apoiada pela URBAN II no período de programação 2000-2006).

O **QCA III**, Quadro Comunitário de Apoio para Portugal relativo ao período 2000-2006, adoptou três domínios prioritários de intervenção: a valorização do potencial humano; o apoio à actividade produtiva e a estruturação do território. A operacionalização destes domínios prioritários, concretizou-

se através de 4 Eixos Prioritários, que agrupam os 19 Programas Operacionais, definidos por sectores e regiões e que contemplam, de forma inovadora, um funcionamento integrado e complementar entre si (EIXO 1 - Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social; EIXO 2 - Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro; EIXO 3 - Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país; EIXO 4 - Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional).

No período 2000-2006, a Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) foi a única região portuguesa sujeita ao regime transitório, ou *phasing-out*, em virtude de ter passado a apresentar um PIB por habitante superior a 75% da média comunitária. Esta nova situação conduziu a valores de apoio estrutural com perfil temporal degressivo e que concentrou nos três primeiros anos mais de 65% do total de fundos, baixando a quota parte da Região para cerca de 15% do montante total afecto a Portugal no período 2000-2006.

Em estreita conexão com o grande objectivo nacional, de "estruturar e consolidar em Portugal uma primeira frente atlântica europeia, adquirindo uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global", definiu-se como objectivo global: transformar Lisboa e Vale do Tejo numa região euro-atlântica de excelência, singular e competitiva no sistema das regiões europeias, num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial, numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado, numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades.

A dimensão urbana destaca-se, cada vez mais, no quadro de uma política sectorial e regional europeia, e os fundos estruturais para 2000-2006 integraram esta dimensão em grande parte das intervenções regionalizadas e no Objectivo 1. As cidades têm sido encaradas como um dos grandes desafios da Europa, tendo em vista, entre outros objectivos, o aumento da produtividade e competitividade, a modernização do sector público e privado e/ou o combate ao mais crítico dos problemas estruturais nesta área - a exclusão social nas cidades.

Com efeito, neste período destacam-se as intervenções de realojamento no âmbito do PER e a intervenção urbana estruturante da EXPO 98, bem como a construção da Ponte Vasco da Gama e a introdução do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril. Paralelamente, este foi o período de grande investimento na rede de distribuição de gás natural e da continuação da intervenção na rede viária (Radial de Benfica – ligação Nó da Buraca ao Eixo N/S Campolide – prolongamento do IC19, Construção do Desnívelamento AV. Infante D. Henrique com a Marechal Gomes da Costa, Construção do Túnel do Rego e Rede Rodoviária de Acesso, etc.), bem como na melhoria do serviço de transportes colectivo (rodoviário, ferroviário e fluvial). Mantiveram-se as intervenções pontuais de requalificação do espaço público e de qualificação ou construção de equipamentos sociais.

O **QREN**, Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013, assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. A prossecução deste desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes **Agendas Operacionais** Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção: potencial humano, factores de competitividade da economia e valorização do território.

No que se refere à filosofia de intervenção, muito mudou em resultado da avaliação dos resultados dos QCA anteriores. Em geral, o QREN obedece a uma maior selectividade de prioridades e concentração de objectivos, a temáticas mais multidisciplinares (incluindo maior articulação de políticas) e apoiando operações mais intangíveis. Por outro lado, promove a constituição de parcerias e, também, em consequência da redução global dos recursos financeiros disponíveis (que obriga a maior rigor em termos de articulação entre financiamentos de origem nacional e de origem comunitária), assenta numa melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis.

A região de Lisboa perde um volume significativo de financiamento devido ao seu novo estatuto de “Competitividade Regional e Emprego”, embora o **Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL)** se limite a um território mais reduzido (Grande Lisboa e Península de Setúbal).

A repartição percentual do financiamento comunitário por Eixo Prioritário é de 51% para o Eixo Prioritário 1 – “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, 23% para o Eixo Prioritário 2 – “Sustentabilidade Territorial”, 23% para o Eixo Prioritário 3 – “Coesão Social” e 3,25% para o Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica, conforme quadro seguinte:

Quadro 2.1 - Repartição percentual do financiamento comunitário por Eixo Prioritário

EIXOS	FEDER (euros)	% FEDER / EIXO TOTAL
Competitividade, Inovação e Conhecimento	155 273 945	51%
Sustentabilidade Territorial	70 723 914	23%
Coesão Social	70 723 914	23%
Assistência Técnica	9 967 398	3%

Vale a pena mencionar ainda as **Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)** que são conjuntos coerentes e estrategicamente justificados de iniciativas, integradas em Programas de Acção, que visem a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma

implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentem, de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede entre as empresas e entre estas e outros actores relevantes para o desenvolvimento dos sectores a que pertencem e dos territórios em que se localizam.

Das EEC destacam-se as **Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU)**, iniciativas conjuntas de base local que envolvam projectos empresariais que, previstos num programa integrado de desenvolvimento urbano, se traduzem numa EEC definida para assegurar:

- a requalificação ou revitalização das actividades económicas de comércio e serviços situadas nas áreas abrangidas por programas integrados de reabilitação, revitalização e desenvolvimento urbanos;
- a criação de novas actividades económicas inovadoras e criativas;
- a realocização de actividades em zonas de acolhimento mais apropriadas.

Estas acções são implementadas no âmbito de uma parceria envolvendo, para além das empresas e associações empresariais, os municípios e outros agentes relevantes para o desenvolvimento urbano.

Os programas integrados de desenvolvimento urbano atrás referidos devem enquadrar-se no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana ou das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, instrumentos da política de cidades regulamentados no âmbito dos Programas Operacionais Regionais do QREN, ou corresponderem a estratégias de revitalização económica de áreas de reabilitação urbana.

Conclui-se referindo, por um lado, a **Política de Cidades POLIS XXI**, prevista no programa do XVII Governo, que assume o compromisso de relançamento de uma “Política de Cidades forte e coerente”, associada a medidas inovadoras de financiamento e a modelos adequados de gestão e de governação territorial.

Está em causa uma política de cidades que:

- Adicione à dimensão intra-urbana uma visão mais ampla, que conceba o desenvolvimento das cidades no quadro tanto das redes urbanas nacionais e internacionais em que se inserem como da região em que se integram;
- Coloque as intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental;

- Estimule novas formas de “governança”, baseadas numa maior participação dos cidadãos, num envolvimento mais empenhado dos diversos actores urbanos - públicos, privados e associativos - e em mecanismos flexíveis de cooperação entre cidades e entre estas e os espaços envolventes.

A Política de Cidades POLIS XXI pretende responder a este triplo repto, abrindo um ciclo de intervenção urbana que, sendo novo, beneficia de forma inequívoca da experiência acumulada através de programas de âmbito tanto comunitário (URBAN, por exemplo) como nacional (com destaque para o POLIS).

2.2 Quadro legal

O procedimento de revisão do PDM de Lisboa rege-se por novas regras, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, cujo texto foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º316/2007, de 19 de Setembro já depois dos trabalhos de preparação apresentados pelo anterior executivo em 2007. Aquele diploma revogou as regras estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de Março que nortearam a elaboração do PDM em vigor desde 1994.

O Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, ao contrário do Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de Março, estabelece exhaustivamente o conteúdo material do PDM. Dele se destaca, quer por anteriormente não ser claramente exigido, quer por não ser previsto, quer por não ter sido regulado no PDM em vigor: a caracterização da estrutura fundiária da área de intervenção; a definição e caracterização das áreas de intervenção identificando as redes, de entre outras, de drenagem e de abastecimento de energia; a definição de programas na área habitacional; as condições de actuação sobre áreas críticas e sobre áreas urbanas de génese ilegal; os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística.

A par destas questões, das quais pela sua complexidade e novidade, se destacam ainda, inerentes à caracterização da estrutura fundiária e à perequação: a reestruturação da propriedade (reparcelamento), em que caso não haja acordo entre os proprietários, pode conduzir à expropriação de terrenos; a reversão dos terrenos; a redistribuição equitativa entre os interessados dos encargos e benefícios. Há ainda aquelas matérias que são transversais ao PDM, e que têm de ser obrigatoriamente tratadas, designadamente a Carta Educativa, a Carta de Ruído e Carta de Zonamento Acústico e a Avaliação Ambiental Estratégica.

Quadro 2.2 – Conteúdos documentais e materiais do PDM94

Conteúdo material		Conteúdo documental	PDM94 contempla	PDM94 não contempla
Caracterização	económica da área de intervenção	Elementos de acompanhamento - Estudos de caracterização do território municipal	x	
	social da área de intervenção		x	
	biofísica da área de intervenção		x	
	da estrutura fundiária da área de intervenção			x
Definição e caracterização da área de intervenção, identificando a rede	urbana	Elementos de acompanhamento - Estudos de caracterização do território municipal	x	
	viária		x	
	de transportes		x	
	de equipamentos de educação		x	
	de equipamentos de saúde		x	
de equipamentos culturais		x		

Conteúdo material		Conteúdo documental	PDM94 contempla	PDM94 não contempla
	de equipamentos sociais		x	
	de equipamentos desportivos		x	
	de abastecimento público			x
	de segurança			x
	de sistemas de telecomunicações			x
	de abastecimento de energia			x
	de captação de água			x
	de tratamento de água			x
	de abastecimento de água		x	
	de drenagem			x
	de tratamento de efluentes		x	
	de recolha de resíduos		x	
	de depósito de resíduos			x
	de tratamento de resíduos		x	
Objectivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adoptar, bem como os meios disponíveis e as acções propostas				x
Identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades	industriais	Carta Estratégica, Avaliação Ambiental Estratégica e Relatório (elementos de acompanhamento)	x	
	turísticas			x
	comerciais		x	
	de serviços		x	
A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis				
A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal		Elementos de Acompanhamento - Relatório		
Definição de programas na área habitacional		Elementos de Acompanhamento - Relatório		x
Articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis		Elementos de Acompanhamento - Relatório/Planta de Enquadramento	x	
Definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal		Elementos constituintes - Planta das Componentes Ambientais (Ruído, Riscos de Cheias...) e Patrimoniais Urbanas/Elementos de Acompanhamento - Carta da Estrutura Ecológica Municipal	x	x
Referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de		Elementos constituintes - Planta de Qualificação do	x	

espaços	Espaço Urbano		
Especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes	Elementos constituintes - Regulamento	x	
Definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor	Elementos constituintes - Planta de Programação e Execução e Regulamento/Elementos de acompanhamento - Relatório e Programa de execução	x	
Programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas	Elementos constituintes - Planta de Programação e Execução e Regulamento/Elementos de acompanhamento - Relatório e Programa de execução		x
Identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção, bem como das necessárias à concretização dos planos de protecção civil de carácter permanente	Elementos constituintes - Planta de Condicionantes e Regulamento	x	

Conteúdo material	Conteúdo documental	PDM94 contempla	PDM94 não contempla
Condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral	Elementos de acompanhamento - Relatório		x
Condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal	Elementos de acompanhamento - Relatório		x
	Elementos de acompanhamento - Planta da Situação Existente	x	
	Elementos de acompanhamento - Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação	x	
	Elementos de acompanhamento - Planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas		x
Identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respectivas regras de gestão	Elementos constituintes - Planta de Programação e Execução e Regulamento/Elementos de acompanhamento - Relatório e Programa de execução		x
Critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respectivas regras de gestão	Elementos constituintes - Planta de Programação e Execução e Regulamento/Elementos de acompanhamento - Relatório e Programa de execução	x	x
Critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão	Elementos constituintes - Planta de Programação e Execução e Regulamento/Elementos de acompanhamento - Relatório e Programa de execução		x
Prazo de vigência e as condições de revisão	Elementos constituintes - Regulamento	x	

3 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) traduz as grandes linhas de orientação estratégica da política territorial para os próximos 20 anos em Portugal. É, por um lado, um instrumento decisivo para articulação das diversas escalas espaciais num quadro de coerência das intervenções de política pública com expressão territorial e, por outro lado, define orientações gerais para os outros instrumentos de gestão territorial (IGT), com destaque para os PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território) e PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território).

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU) (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e o Diploma que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 380/99, de 22 de Setembro) estiveram na base da decisão de formulação de um programa nacional de política de ordenamento do território. Ao nível internacional, o EDEC constituiu uma referência fundamental em todo o processo de elaboração do PNPOT, compatibilizando as grandes tendências e opções estratégicas de organização do espaço europeu com as do território nacional.

O PNPOT explicita a repercussão do Programa de Políticas nos diversos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) definidos pela Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo. O Plano Director Municipal é considerado o principal instrumento de articulação entre as várias políticas locais e a política de ordenamento do território e de urbanismo, bem como de coordenação externa entre as políticas nacionais e regionais com incidência territorial e as políticas municipais. Deve ser um instrumento que privilegie o carácter estratégico do exercício de planeamento, definindo uma carta de uso de solo e um modelo territorial num quadro de flexibilidade de forma a responder às dinâmicas de transformação territorial perspectivadas num horizonte de 10 anos.

No âmbito do PNPOT são definidas orientações estratégicas territoriais para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente:

- Afirmação no contexto das grandes regiões capitais europeias e a valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo;
- Modernização das infra-estruturas de conectividade internacional marítimas e aeroportuárias;
- Inserção na rede transeuropeia de alta velocidade ferroviária;
- Atração e instalação de actividades intensivas em conhecimento com forte potencial de internacionalização;
- Reabilitação de espaços industriais abandonados;

- Afirmação da vocação turística pela qualificação das redes de equipamentos públicos e pelo apoio à concretização de projectos provados de qualidade;
- Definição de um modelo territorial policêntrico que integre as centralidades intra-metropolitanas e articule o desenvolvimento urbano com o sistema de transportes públicos;
- Valorização da dimensão ambiental do desenvolvimento regional e urbano;
- Promoção de novas formas de governança territorial mais assentes na cooperação interinstitucional e na capacitação e participação dos actores.

Enunciam-se em seguida as opções de desenvolvimento do território da Área Metropolitana de Lisboa definidas pelo PNPT para as quais o município de Lisboa deve contribuir activamente num quadro de cooperação institucional aos níveis intermunicipal e nacional-local:

- Definição de políticas ambiciosas nos domínios da qualificação das infra-estruturas, equipamentos e serviços, espaço público e ambiente no sentido da internacionalização da cidade de Lisboa e da sua envolvente;
- Desenvolvimento de equipamentos e de serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com África, Ásia e América;
- Melhoria e qualificação das condições de acolhimento às actividades baseadas na economia do conhecimento e intensivas em tecnologia;
- Reforço da articulação do ordenamento do território com o plano de mobilidade e transportes à escala da AML;
- Desenvolvimento urbano mais compacto e combate à fragmentação urbana;
- Implementação da Nova Travessia do Tejo e articulação com infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias;
- Qualificação de áreas urbanas críticas;
- Revitalização do centro histórico e do seu património, reafirmando a sua vocação residencial e o desenvolvimento de funções urbanas;
- Recuperação de áreas de habitação degradada, intervindo ao nível do edificado, do espaço público e dos equipamentos;
- Valorização do potencial de cultura, lazer e turismo da frente ribeirinha;
- Desenvolvimento de programas de regeneração e espaços industriais abandonados de forma a criar novas centralidades no espaço urbano;
- Definição da rede ecológica metropolitana e dos corredores ecológicos;
- Desenvolvimento de estruturas de cooperação intermunicipal e de participação das populações no ordenamento do território;
- Aumento e qualificação das formas de gestão territorial em rede de âmbito metropolitano.

Estas orientações estratégicas devem ser equacionadas no processo de elaboração da Carta Estratégica e do novo PDM de Lisboa.

3.2 Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

Enquadramento no Plano Regional de Ordenamento do Território

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) constituem instrumentos de desenvolvimento territorial que *estabelecem as orientações para o ordenamento do território regional e definem as redes regionais de infra-estruturas e transportes, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território*³.

O Plano Regional da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002⁴, quase no final do prazo de vigência dos Planos Directores Municipais de primeira geração (oito anos passados sobre a entrada em vigor do Plano Director Municipal de Lisboa).

Coincidindo temporalmente os processos de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa e do PROTAML, propomo-nos fazer uma aferição crítica da conformidade das opções de ordenamento contidas no PDM de 1994 com o conteúdo do Plano Regional de Ordenamento do Território em vigor.

Quanto à estratégia global:

O PROTAML visa os seguintes quatro objectivos fundamentais:

- *A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;*
- *A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;*
- *A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;*
- *A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.*

³ Alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.

⁴ Publicado no Diário da República II Série B n.º 82, de 8 de Abril de 2002

O PROTAML fundamenta-se em quatro prioridades essenciais:

1) *Sustentabilidade ambiental — encarando a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidade de desenvolvimento, adopta-se uma visão sistémica das vertentes ambientais, propondo-se que a «estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental» constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial.*

A (re)valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objectivos fundamentais do PROTAML;

2) *Qualificação metropolitana — realizada através da contenção da expansão urbana e de um modelo/estrutura territorial que visa:*

A recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas protegidas;

O desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas;

O complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede;

O ordenamento da logística.

3) *Coesão socioterritorial— através de uma melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população residente na AML.*

A erradicação dos bairros de barracas e de outras situações de precariedade residencial, melhorando, em simultâneo, as condições de realojamento e de equipamentos dos bairros sociais; a requalificação dos subúrbios é uma proposta inovadora e de óbvias consequências sociais e territoriais; a implementação de uma política urbana de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços, e a valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego são as condições que se preconizam para a garantia da coesão socioterritorial na AML;

4) *Organização do sistema metropolitano de transportes — a AML dispõe já de um apreciável sistema de infra-estruturas e equipamentos de transportes, mas a debilidade e descoordenação do sistema de transportes na região constitui uma das principais fragilidades. Não existe coordenação intermodal e vem prevalecendo o transporte individual, com consequências nocivas no funcionamento da AML, na qualidade de vida das pessoas e no ordenamento do território. Nos transportes de mercadorias persistem também debilidades que urge ultrapassar.*

A visão estratégica global do PROTAML, deverá enquadrar a revisão dos objectivos estratégicos de desenvolvimento territorial local, considerando designadamente:

- A ligação da estrutura ecológica urbana municipal à rede ecológica metropolitana;
- A adopção de um modelo de ordenamento compacto, em contraposição ao modelo de cidade difusa, que promove a dispersão de populações e actividades pelo território metropolitano;
- Maior atenção à regeneração urbana e à resolução de desequilíbrios sócio-urbanos;
- Uma forte articulação entre os modelos de ordenamento do território e os modelos de mobilidade, promovendo a mobilidade em transporte público e o reordenamento da logística urbana.

Quanto à estratégia territorial:

O PROTAML aponta como objectivo primordial: Recentrar a Área Metropolitana e polinuclear a Região.

Esta visão surge numa perspectiva de combater a litoralização da AML e os consequentes desequilíbrios territoriais resultantes, recentrando-a no Estuário do Tejo, procurando desenvolver um modelo polinucleado apostado no desenvolvimento da “Grande Lisboa”, Cidade de duas Margens, ancorada na Cidade de Lisboa.

Segundo o PROTAML: *nesta nova dimensão territorial, a AML tende a passar de uma estrutura centrada e quase exclusivamente dependente de Lisboa, a um sistema territorial complexo no qual a periferia metropolitana desempenha, cada vez mais, funções de articulação inter-regional e um papel importante na organização e equilíbrio da região metropolitana.*

Neste contexto, o PROTAML identifica *novas condições e oportunidades à reorganização territorial e funcional da área metropolitana de Lisboa*, e diagnostica sete tipos de espaços, consoante as dinâmicas e tendências dominantes de mudança, dos quais destacamos quatro:

Espaços motores — espaços que se destacam no actual processo de especialização funcional da AML, através da capacidade de atraírem e fixarem novas actividades e funções de nível superior, e ou de renovação e requalificação urbanas através da valorização do espaço público, estruturação da rede viária principal, elevação do nível de serviços urbanos e melhoria da qualidade da oferta habitacional.

Estes espaços com impacte positivo na AML integram a coroa de transição da cidade de Lisboa, o eixo Oeiras-Cascais, Almada-Seixal, Setúbal-Palmela e a zona industrial e de serviços de Coima;

Espaços problema — abrangem as áreas periféricas fragmentadas e desestruturadas com tendência para a desqualificação urbana e ambiental e que apresentam dificuldades, pela sua localização e dimensão territorial. De igual modo, abrangem as áreas centrais dos aglomerados urbanos da AML que se encontram em perda de população residente e de actividades, denotando um acentuado declínio urbano e fortes processos de degradação.

Estes espaços correspondem a extensas áreas a reordenar e a revitalizar onde será difícil inverter tendências a curto prazo, e integram a área central de Lisboa, os espaços intersticiais entre os eixos Oeiras-Cascais e Amadora-Sintra, o arco Belas-Bucelas e áreas do interior da península de Setúbal ocupadas com loteamentos clandestinos;

Áreas críticas urbanas — são áreas especialmente desqualificadas urbanística e socialmente, carenciadas de infra-estruturas e equipamentos, e caracterizadas por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais. Exigem importantes investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbanas com vista a inverter tendências a médio e longo prazos. Integram o Centro Histórico de Lisboa, os eixos de Algueirão-Cacém-Amadora e Sacavém-Vila Franca de Xira, ligados pela costeira de Loures, a zona habitacional Lavradio-Baixa da Banheira-Vale da Amoreira e os bairros desqualificados em Setúbal;

Espaços emergentes— correspondem a áreas com potencialidades para protagonizarem transformações positivas na AML, tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como à reestruturação e qualificação urbana e ambiental de sectores importantes da estrutura metropolitana.

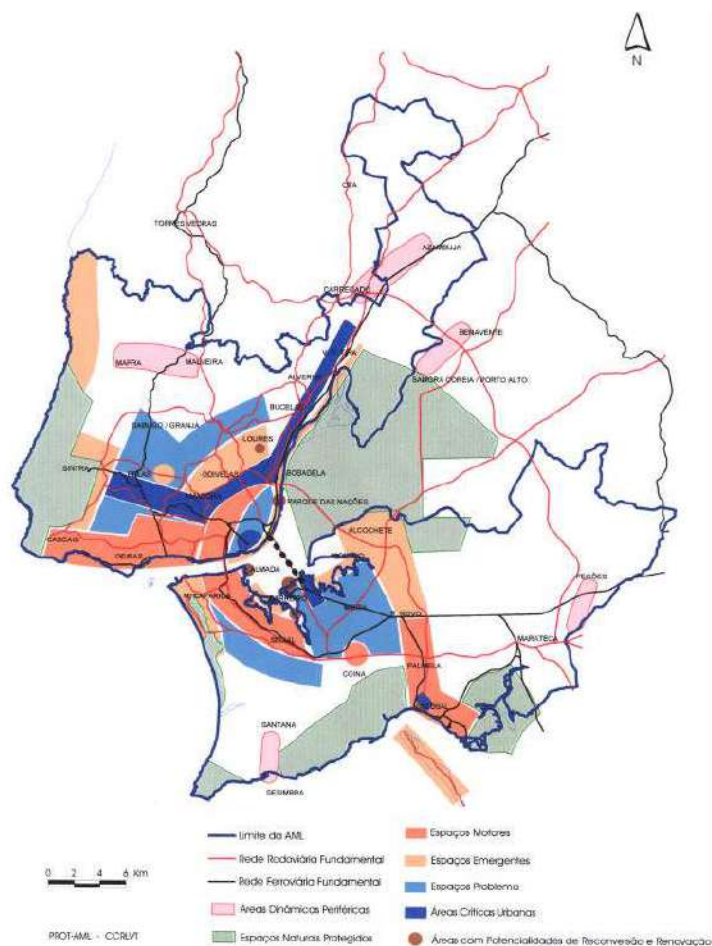
Os espaços ribeirinhos dos estuários do Tejo e Sado e a orla costeira norte e sul podem ter um papel destacado na requalificação da vida metropolitana, oferecendo condições privilegiadas para o recreio, lazer e turismo na ligação ao mar, aos rios e à natureza, integrando a estrutura ecológica metropolitana, no sentido de assegurar o necessário equilíbrio e complementaridade com os valores ambientais, designadamente os das áreas classificadas.

(...);

Áreas com potencialidades de reconversão/renovação — são áreas marcadas por ocupações obsoletas ou em desactivação que tendem a ser reconvertidas ou renovadas. A sua posição na AML e a dimensão das áreas a renovar criam condições ao desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas com a instalação de actividades dinâmicas e inovadoras.

Integram estas áreas os antigos complexos industriais da Siderurgia, Quimigal (QUIMIPARQUE), LISNAVE e a zona oriental de Lisboa, em particular as novas áreas envolventes da Parque-Expo.

Figura 3.1 – Dinâmicas Territoriais na AML



Para a passagem da situação actual para a situação desejada o PROTAML propõe um conjunto de *linhas de política territorial* que se traduzem em:

- 1) *Incentivar os espaços motores como aceleradores do desenvolvimento e da internacionalização da AML;*
- 2) *Apoiar e enquadrar o desenvolvimento dos espaços emergentes e as áreas com potencial de reconversão/renovação, para que cumpram funções de reestruturação e qualificação da AML;*
- 3) *Intervir nos espaços problema e nas áreas críticas urbanas com vista a conter as tendências de degradação e desqualificação, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social e urbanístico e reforçar os mecanismos de coesão social;*
- 4) *Proteger e valorizar recursos naturais, os estuários, a orla costeira e os espaços agro-florestais sensíveis, integrando-os num conceito alargado de região metropolitana;*
- 5) *Definir o sistema estruturante de transportes da AML, as suas articulações externas (nacionais, ibéricas, internacionais) e a integração das principais infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.*

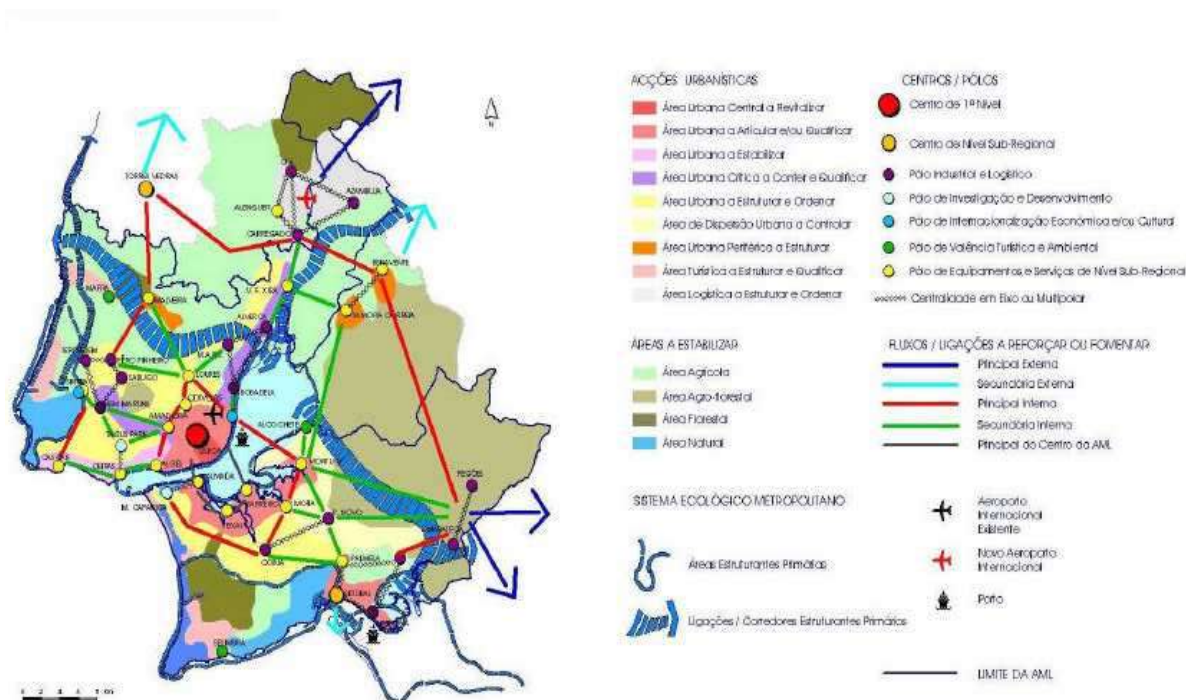
Sobre a estratégia territorial enunciada no PROTAML torna-se pertinente reflectir:

- No papel chave de reabilitação da Zona Monumental de Ajuda-Belém, não apenas como factor de atractividade turística de Lisboa, mas também enquanto catalisador da reequilíbrio territorial e de indução de novas actividades inovadoras;
- Na regeneração da área central de Lisboa e, em particular do seu Centro Histórico, buscando novas vocações, invertendo processos de degradação;
- Na estruturação da coroa Noroeste da Cidade, integrando-a, numa perspectiva de coesão sócio-territorial;
- Na requalificação da frente ribeirinha de Lisboa, enquanto oportunidade de “reconciliação” da Cidade com o Rio, buscando uma especialização de turismo e lazer, sem esquecer a devida articulação com a função portuária e a concretização da estrutura ecológica urbana;
- Nas condições de reconversão da zona ribeirinha oriental, enquanto novo pólo emergente de inovação e de internacionalização da cidade e da região.

Quanto ao esquema do modelo territorial:

O modelo territorial proposto no PROTAML *traduz especialmente os objectivos e orientações delineadas nas opções estratégicas e visa orientar a reconfiguração espacial e funcional da AML.*

Figura 3.2 – Esquema do Modelo Territorial



O esquema do modelo territorial integra as seguintes componentes:

- *Ações urbanísticas* — estas ações resultam do diagnóstico de ordenamento, a identificação dos padrões de ocupação do solo e de propostas de actuação. Cada espaço territorial requer um planeamento e intervenção conjuntos, embora distinguindo internamente os tipos de ações urbanísticas adequadas aos usos e ocupações existentes, a desenvolver no planeamento municipal;
- *Centros/pólos* — cada espaço contém áreas cuja valorização, reconversão ou desenvolvimento têm uma importância estruturante para a materialização do modelo territorial proposto.
- *Estas áreas coincidem com os centros e pólos, multifuncionais ou especializados, que definem o sistema metropolitano de actividades;*
- *Ligações entre pólos e eixos ou conjuntos multipolares a reforçar ou fomentar* — considerando as ligações que já hoje se observam (face às infra-estruturas existentes e às relações mais importantes que já se verificam), hierarquizam-se as novas ligações a criar e as ligações existentes a reforçar, em função, não apenas da importância relativa da intervenção que seja necessário promover com vista à consolidação do modelo, mas também das ligações internas da AML, do seu centro, ou as ligações da AML ao exterior;
- *Sistema ecológico metropolitano* — destacam-se como elementos fundamentais as áreas estruturantes primárias e os corredores/ligações estruturantes primários, em articulação e complemento das áreas agro-florestais estruturantes e ainda dominantes na AML, com vista a demonstrar simultaneamente a compatibilidade do modelo territorial proposto com aquele sistema à escala regional e o papel que aqueles espaços devem desempenhar na execução das opções estratégicas para a AML.

No âmbito do esquema do modelo metropolitano, o PROTAML com base em estudos de caracterização e diagnóstico desenvolvidos, designadamente o inventário territorial, levantamento dos padrões de ocupação do solo, permitiram fundamentar a identificação de 17 unidades territoriais distintas, das quais destacamos duas:

1 — *Estuário do Tejo.* — O estuário do Tejo constitui o espaço central da AML, sendo em torno das suas margens que se iniciou o desenvolvimento do sistema urbano, em ligação com os modos de vida ribeirinhos que a sua presença proporcionava, e sendo através dele que se fazem as ligações entre a margem norte e a margem sul da área urbana mais densa da AML.

Em termos naturais, o estuário é uma área de importância estratégica ao nível metropolitano e nacional. Os seus valores naturais decorrem, em particular, da sua dimensão, diversidade, riqueza florística e faunística e, de um modo geral, da variedade de ecossistemas que nele ocorrem, estando classificados como reserva natural e zona de protecção especial para a avifauna.

Existem conflitos e ameaças a esta unidade decorrentes de usos ribeirinhos, do seu funcionamento como meio receptor da bacia hidrográfica do rio Tejo, bem como de actividades localizadas na envolvente urbana, entre elas algumas associadas ao porto de Lisboa.

O estuário tem condições para o desenvolvimento de actividades económicas e de recreio e lazer importantes para a evolução da AML e para funcionar como elemento aglutinador e estruturador do desenvolvimento de uma cidade de duas margens, integrando as condições ambientais particulares e traduzindo uma das ideias-chave do modelo territorial proposto: «Recentrar a Área Metropolitana no Estuário do Tejo».

2 — Lisboa — centro metropolitano. — Esta unidade territorial corresponde sensivelmente ao município de Lisboa, com excepção da área a noroeste do aeroporto, e constitui o centro da AML. Cerca de 85% desta área é classificada como urbano consolidado, nela se atingindo, em termos globais, as maiores densidades de ocupação da AML.

Embora assim identificada, os limites da unidade «Lisboa-Centro Metropolitano» são naturalmente difusos, apresentando uma forte continuidade espacial e funcional com as unidades envolventes, em particular nas áreas de fronteira com os grandes eixos urbanos que dela irradiam: Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira.

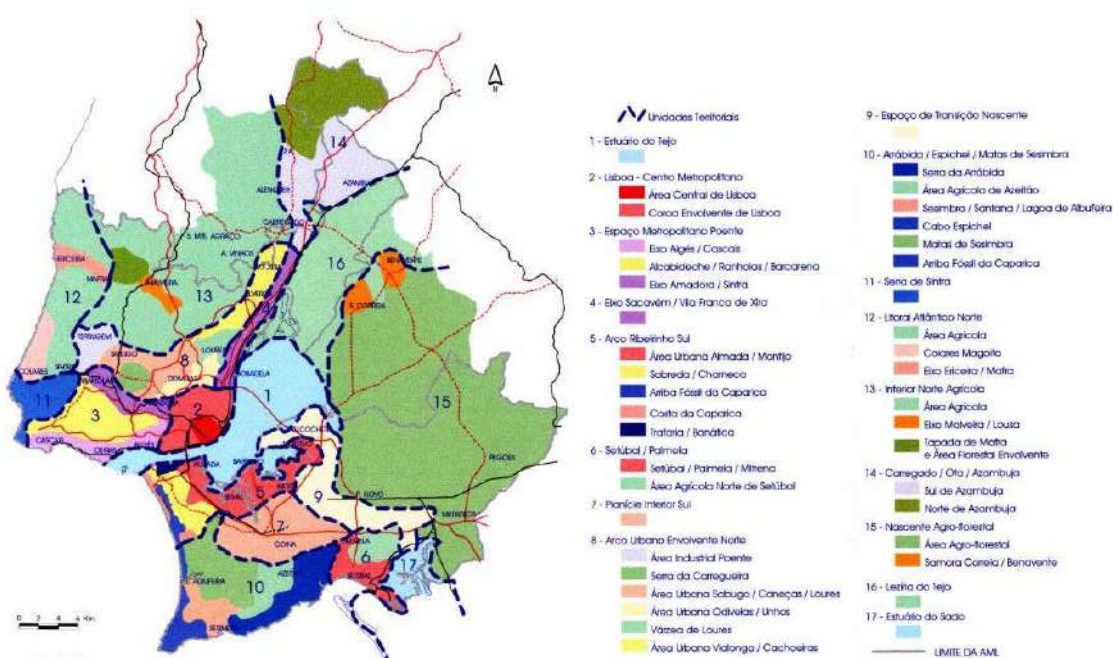
Nesta unidade polarizadora concentra-se a grande maioria dos equipamentos e serviços de nível superior e nela convergem as principais infra-estruturas de transportes e grandes fluxos de população e bens, o que tem determinado problemas de congestionamento e de funcionalidade.

Em termos gerais, esta área estrutura-se: numa área central que engloba as áreas históricas do centro, onde existem áreas com graves problemas de desertificação populacional e de decadência comercial; nos espaços de importância histórico-cultural de Ajuda e Belém; nos grandes eixos de crescimento inicial da cidade, onde se localizam importantes manchas de terciário; em áreas pontuais e eixos desqualificados e degradados, designadamente associados a bairros históricos, áreas industriais e de armazenagem em decadência e áreas de habitação social; numa faixa envolvente mais recente, desenvolvida em torno da 2.ª circular, prolongada pelo eixo Norte-Sul, onde se registaram e continuam a registar fenómenos de densificação acelerada.

Nas áreas de fronteira com os principais eixos de crescimento urbano que dela irradiam ocorrem, ainda, lacunas e desarticulações de infra-estruturação, fenómenos de desqualificação do espaço urbano, designadamente a existência de núcleos de barracas e outro tipo de habitação degradada, em promiscuidade com unidades industriais e de armazenagem em declínio, abandonadas ou, de um modo geral, pouco cuidadas inseridas num espaço público não minimamente tratado.

Os problemas de pobreza, exclusão ou, de alguma forma, de desqualificação social são nesta unidade particularmente graves, afectando cerca de 30% da população residente, agravados pela presença significativa de minorias étnicas residentes em bairros degradados.

Figura 3.3 – Unidades Territoriais



No esquema do modelo territorial a concretização da estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental processa-se através da rede ecológica metropolitana (REM).

A REM, de acordo com os diferentes temas abordados, com especial incidência no conjunto das áreas protegidas ou classificadas, nos elementos da estrutura verde e dos padrões de ocupação do solo, nos estudos e propostas do sector da conservação da natureza, dos recursos hídricos e dos solos, entre outros, estrutura-se em três níveis hierárquicos distintos:

- **Rede primária**, onde se inclui o Estuário do Tejo, referido como elemento central da AML e constitui uma área húmida da maior importância a nível nacional e europeu. Apresenta uma biodiversidade muito elevada e uma excepcional diversidade paisagística, constituindo o elemento de referência simbólica da cidade de Lisboa e de toda a AML;

- **Rede secundária**, que correspondem a *áreas e sistemas com dimensão suficiente para serem claramente identificados e com importância metropolitana e local na sustentabilidade do modelo territorial*, onde se inclui o Parque Florestal de Monsanto;
- **Áreas e ligações/corredores vitais**, cujo conceito *decorre da constatação do facto de nas áreas urbanas consolidadas, não estruturadas, fragmentadas e desordenadas do território metropolitano, o espaço livre, não edificado, ser já de dimensão e configuração que o remete para espaço residual, ainda que nalguns casos com dimensão aparente significativa*.

O PROTAML preconiza para as áreas e ligações/corredores vitais a concretização de *espaços públicos, zonas de lazer e recreio, em espaço não edificado, fundamentais para o funcionamento e qualidade do sistema urbano no seu conjunto*.

Neste nível da REM, o PROTAML identificou os *estrangulamentos, intrusões e interrupções que, ocorrendo no território metropolitano, põem em causa o funcionamento do sistema ecológico*.

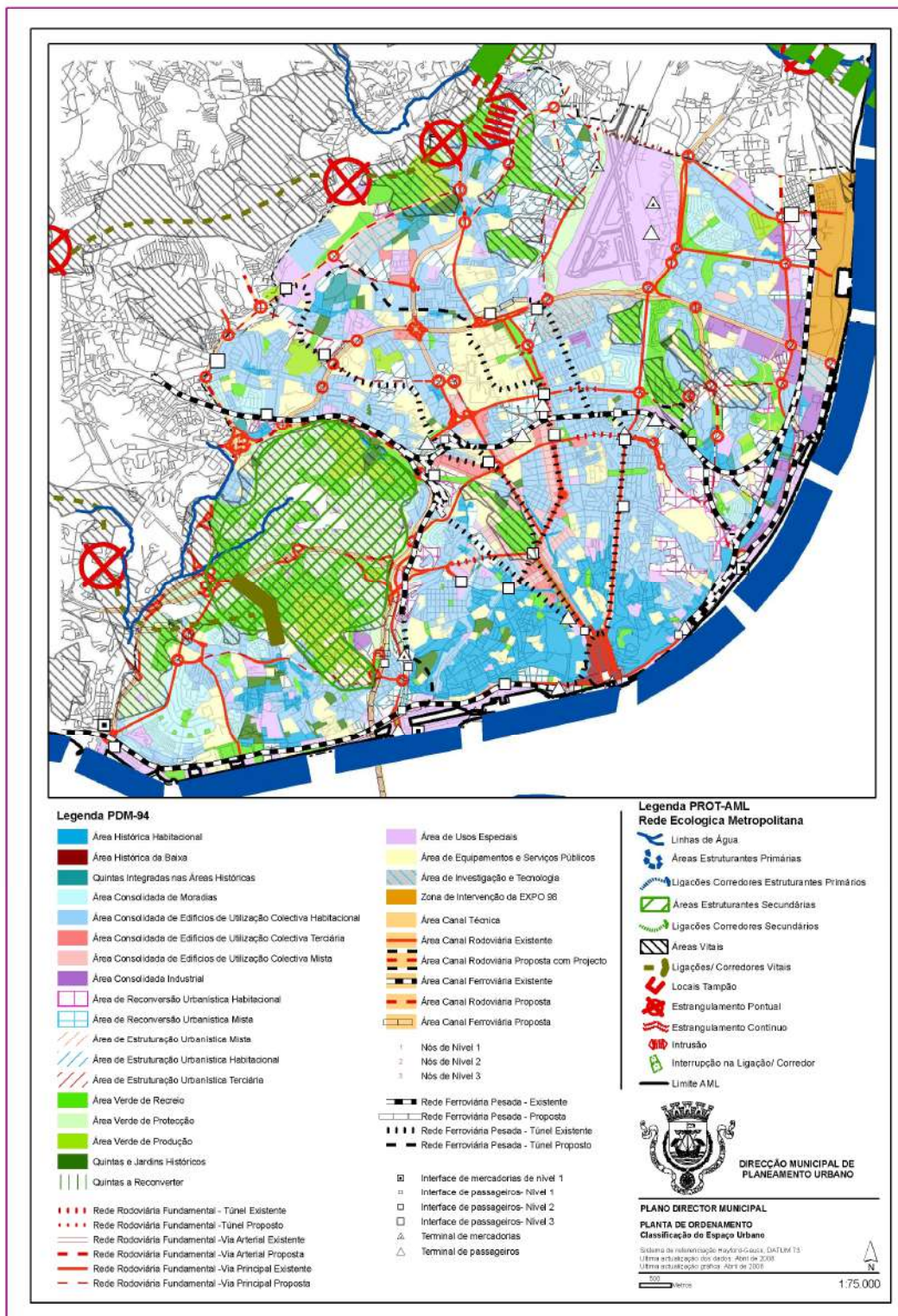
Na Cidade de Lisboa integram as áreas e ligações estruturantes vitais:

- O Parque Florestal de Monsanto;
- O Parque Eduardo VII e parte do corredor de ligação a Monsanto (até à Av. de Ceuta);
- O Parque Periférico com continuidade para as Costeiras de Loures e Odivelas e para o Parque Oeste do Alto do Lumiar;
- O Parque das Conchas e Lilazes;
- A Mata de Alvalade;
- Parte Sul do Parque da Belavista;
- Vale de Chelas e Quadra Central de Chelas.

São ainda identificados:

- Uma intrusão, na área Norte da Freguesia da Ameixoeira (junto às Galinheiras);
- Um estrangulamento, sobre a Calçada de Carriche, na zona de ligação entre o Vale da Ameixoeira e a área Poente do Parque Periférico.

Figura 3.4 – REM sobreposta com a Planta de Classificação do solo do PDM



Conforme se pode observar na figura 4 existe alguma falta de aderência entre as áreas vitais identificadas no PROTAML e as áreas verdes delimitadas na carta de classificação do solo do PDM em vigor.

Essa falta de aderência apresenta maior expressão nas seguintes áreas:

- No Parque Oeste e no Parque das Quintas das Conchas e Lilazes, onde as áreas vitais se estendem sobre áreas já comprometidas, cuja urbanização encontra-se programada ou concretizada ao abrigo do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar;
- No Parque da Belavista e no Vale de Chelas, onde as áreas vitais abrangem áreas concretizadas ou comprometidas, designadamente pela instalação do Parque Hospitalar Oriental.

Relativamente a estas situações, há a referir que o PDM em vigor identifica outras áreas verdes em contiguidade, ou em zonas próximas, capazes de produzirem a compensação de área para a rede ecológica metropolitana, bem como estabelecer uma continuidade física entre o sistema ecológico, não considerada no PROTAML.

Ao nível das linhas de intervenção para esta área central da AML, no que se refere ao sistema de transportes e logística, o PROTAML preconiza para os PDM em processo de revisão que seja integrada *a problemática dos transportes, tendo em conta objectivos de racionalização do sistema, de melhoria do serviço, de crescimento de utilização do TC⁵ e, por outro lado, de integração das cadeias logísticas.*

Para o núcleo central da AML, o PROTAML prevê *a densificação da rede de metropolitano e o desenvolvimento dos sistemas de capacidade intermédia.* Defendendo, em concreto, que o sistema radial da rede de metropolitano seja completado por uma rede ferroviária ligeira, *que diversifique as ligações circulares e assegure a cobertura do território do restante núcleo central.*

No que se refere ao Centro Histórico de Lisboa, o PROTAML assume partido pela preservação da rede de eléctricos das colinas que considera *mais condizente com a exiguidade dos espaços viários existentes.*

Por outro lado, o PROTAML, para a Cidade de Lisboa, preconiza medidas de restrição à utilização do transporte individual, através de uma política de estacionamento *definida em função da evolução da rede pesada do sistema de TC e da progressiva restrição ao estacionamento de longa duração no centro de Lisboa.*

⁵ TC – Transporte Colectivo

No âmbito da presente análise detemo-nos nas orientações territoriais e em concreto no ponto 1.3.2 – Lisboa - Centro metropolitano:

1.3.2.1 — Promover Lisboa como área central para localização de actividades e desempenho de funções de nível superior com capacidade para servir de motor ao desenvolvimento da AML e à sua afirmação a nível nacional e internacional.

1.3.2.2 — Imprimir nova vitalidade e dinamismo ao centro tradicional de Lisboa através da implantação de actividades inovadoras e de qualidade, numa lógica de complementaridade de produtos e articulação de funcionamento, indutoras da reconversão e diversificação dos segmentos de investidores e utilizadores desse espaço.

1.3.2.3 — Revitalizar e requalificar os bairros históricos no sentido de criar condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional e às actividades socialmente diversificadas.

1.3.2.4 — Controlar e inverter os processos de degradação física e funcional, criando mecanismos de sensibilização e apoio dirigidos à conservação e recuperação do parque habitacional e à reconversão dos espaços industriais e de armazenagem em decadência ou abandono.

1.3.2.5 — Desenvolver acções e projectos integrados nos domínios da habitação, da formação, do emprego e do apoio social dirigidos às populações afectadas por fenómenos de pobreza, desqualificação ou exclusão social.

1.3.2.6 — Estruturar o sistema urbano da coroa exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais vizinhas através, designadamente, do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização do espaço público associado à implementação da REM.

Quanto às Normas Específicas:

Destacamos as medidas a promover no âmbito do desenvolvimento dos instrumentos de planeamento territorial e, em concreto, aquelas que nos pareceram mais direccionadas ao contexto territorial onde se insere a Cidade de Lisboa:

- Salvar as áreas ainda livres de edificação para acolher os espaços públicos equipados e espaços verdes públicos necessários à resolução das questões de desafio, de remate e de articulação de tecidos urbanos;
- Garantir que as novas áreas de crescimento urbano incluam os serviços, equipamentos e infra-estruturas qualificados e adequados à sua posição relativa na rede urbana;
- Qualificar urbanística e paisagisticamente as áreas urbanas tradicionais, associando-lhes um papel central na prestação de bens e serviços;
- Considerar— enquanto não for revista a Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro, e face às carências de espaço público, de equipamentos e infra-estruturas nas áreas urbanizáveis e em

especial nas áreas urbanas mais densamente ocupadas valores de áreas destinadas àquelas funções urbanas, superiores aos valores indicados na portaria;

- Distinguir, na definição das áreas de cedência, a parte correspondente a espaço público não edificado, a área afecta a equipamentos e os valores e parâmetros referentes a infra-estruturas;
- Considerar— em especial nas áreas urbanizáveis e no licenciamento de novos projectos localizados em áreas já densamente urbanizadas — afectos a espaço público não construído, no mínimo, 75% do total da área de cedência.

Estas normas orientadoras deverão ter uma atenção crítica no âmbito da revisão do PDM, devendo ser ponderados no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial, designadamente, tendo em atenção para que a maximização destas orientações não contradiga os princípios da compactação do modelo urbano metropolitano e não constitua impedimento à concretização da rede de equipamentos de suporte à estrutura urbana.

Quanto às Acções Urbanísticas:

Destacamos as orientações definidas para as seguintes duas unidades territoriais, definidas no esquema do modelo territorial:

Área urbana central a revitalizar

A revitalização do centro tradicional da cidade de Lisboa deve ser encarada numa perspectiva de gestão integrada e deve decorrer de:

- Implantação de actividades inovadoras e de qualidade;
- Criação de condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional;
- Controlo e inversão dos processos de degradação física e funcional do parque edificado e do espaço público;
- Criação de espaços públicos qualificados;
- Dinamização do comércio, dos serviços e de actividades culturais e recreativas;
- Apoio às populações afectadas por fenómenos de desqualificação, pobreza e exclusão social.

Área urbana a articular e ou qualificar

Os IGT⁶ devem:

- a) Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística, destes territórios, assim como as relações com os territórios envolventes, através do reforço das acessibilidades locais e

⁶ IGT – Instrumentos de Planeamento Territorial

metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização de espaço público associado à implementação da REM;

- b) Concretizar os mecanismos de classificação e protecção das áreas ribeirinhas, assim como a definição das áreas a afectar às actividades de recreio e lazer, salvaguardando os valores naturais e o património paisagístico;
- c) Rever os índices urbanísticos que permitam o aumento das áreas afectas a espaço público, espaços verdes, espaços para equipamentos colectivos, rede viária estruturante e áreas de circulação de peões e de estacionamento, nas áreas urbanas existentes e nas novas áreas a urbanizar;
- d) Promover a realocação, reconversão ou modernização das áreas industriais em situação de declínio, abandono ou que causem problemas graves ao sistema urbano vizinho (nomeadamente poluição hídrica, atmosférica ou de outro tipo), privilegiando novos usos compatíveis com a proximidade habitacional, em particular os serviços de apoio às actividades económicas e a criação de espaço público.

Conclusões:

O Plano Director Municipal de 1994 não apresenta contradições de fundo com os objectivos preconizados no PROTAML.

No entanto há aspectos que merecem ser melhor ponderados no âmbito da revisão do PDM, tendo em consideração o modelo de ordenamento metropolitano e as alterações de contexto entretanto decorridas:

- Estabelecer uma estrutura ecológica municipal contínua que apresente continuidade com a rede ecológica metropolitana;
- Repensar a vocação dos espaços em desactivação de funções portuárias, tendo em consideração a colmatação de carências do espaço urbano e a continuidade dos sistemas biofísicos;
- Desenvolver novos pólos no interior da Cidade de Lisboa, em articulação com o sistema de transportes públicos, a regeneração do Centro Histórico e o surgimento de pólos recentes na AML;
- Ajustar os mecanismos de revitalização do centro tradicional tendo em consideração os vectores de intervenção social e regeneração económica, em consonância com a Política de Cidades e com o Quadro de Referência Estratégico;
- Desenvolver um quadro de programação que contribua para a resolução de assimetrias sócio-urbanas, promovendo condições de igualdade no acesso aos equipamentos e às funções urbanas em geral, com particular enfoque sobre as áreas centrais e periféricas deprimidas;

- Desenvolver modelos e mecanismos de atracção de novos residentes, com particular enfoque sobre as áreas centrais;
- Repensar o sistema de mobilidade, que ajude a concretizar a Cidade das duas Margens, centrada em torno do estuário do Tejo;
- Rever as normas de capitação de estacionamento consagradas no PDM em vigor, de modo a penalizar o transporte individual e a favorecer as deslocações em transporte público, em concreto sobre as áreas densamente servidas por transporte público pesado;
- Rever a vocação da Zona Ribeirinha Oriental, como novo pólo de inovação e internacionalização, resolvendo a contradição entre os objectivos de reconversão e a aptidão do solo consagrada no PDM em vigor, que cristaliza uma plataforma logística em processo de desactivação e sem papel definido no seio da AML;
- Repensar as condições de operação da cadeia logística no interior da Cidade, em articulação com o sistema logístico metropolitano.

3.3 Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa

Enquadramento legal

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro, são instrumentos de ordenamento e planeamento florestal, à escala da região que pretendem definir directrizes relativas ao uso e ocupação dos espaços florestais, concertando os vários intervenientes (o Estado e os privados) e simultaneamente articular-se com outros instrumentos de gestão do território, com a finalidade de garantir a produção e a gestão sustentável dos espaços florestais. As medidas e acções propostas nos diversos PROF são integradas nos PMOT respectivos.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a republicação efectuada pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, o PROF é definido como sendo um plano sectorial no sistema de gestão territorial estabelecido.

Cada PROF estabelece os requisitos mínimos para que um determinado espaço florestal tenha que possuir obrigatoriamente um Plano de Gestão Florestal (PGF). O PGF é o instrumento operativo que transfere para o terreno as orientações estratégicas contidas no PROF da região onde se insere.

Existe ainda a tipologia de “Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF)”, que possuem um carácter mais operacional e restrito em termos territoriais.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML)

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML), que abrange o município de Lisboa, ficou a cargo da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2003 de 18 de Novembro. O regulamento do PROF AML é expresso no Decreto Regulamentar nº15/2006 de 19 de Outubro, e foi orientado pelo Dec. Lei nº 204/99 de 9 de Junho, então em vigor.

O PROF AML é constituído por um regulamento e um mapa síntese que identifica as sub-regiões homogéneas⁷, as zonas críticas⁸ do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, os

⁷ «Sub-região homogénea» é a unidade territorial com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objectivos de utilização, como resultado da optimização combinada das três funções principais;

municípios, as áreas classificadas⁹, as áreas submetidas a regime florestal¹⁰, os corredores ecológicos¹¹ e as florestas modelo¹².

Chama-se a atenção para a abordagem multifuncional que o PROF defende, integrando várias funções no espaço florestal (funções de produção, protecção, conservação de habitats, fauna e flora, silvopastorícia, caça e pesca em água interiores, recreio e enquadramento paisagístico).

A elaboração do PROF_AML teve uma comissão mista de acompanhamento que integrou várias entidades, entre as quais os municípios abrangidos. A vigência máxima do PROF AML é de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, de 5 em 5 anos, e entrou em vigor a 20 de Outubro de 2006.

No âmbito do acompanhamento da revisão do PDM, a Autoridade Florestal Nacional é a entidade que assegura a compatibilização entre as orientações do PROF e o próprio PDM.

A sub-região Grande Lisboa

Objectivos

O município de Lisboa é integrado na sub-região homogénea “Grande Lisboa”. No ponto 3 do artigo 5 do DR nº15/2006 de 19 de Outubro, que regulamenta o PROF AML, é enunciada uma listagem de objectivos comuns a todas as sub-regiões homogéneas.

Para a sub-região homogénea da Grande Lisboa os objectivos específicos apresentam “como primeira função o recreio, o enquadramento e a estética da paisagem, como segunda função a protecção e como terceira função a conservação de habitats de espécies da fauna e flora e de Geomonumentos” (art. 15º, ponto 1).

A fim de prosseguir todas estas funções referidas são estabelecidos os seguintes objectivos específicos explícitos no art. 15º, ponto 2:

⁸ «Zonas críticas» são as manchas onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresentam e em função do seu valor económico, social e ecológico;

⁹ «Áreas classificadas» são as áreas que são consideradas de particular interesse para a conservação da natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da Lista Nacional de Sítios, sítios de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de protecção especial criadas nos termos das normas jurídicas aplicáveis;

¹⁰ «Regime florestal» o conjunto de disposições legais destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias do litoral marítimo;

¹¹ «Corredor ecológico» são as faixas que promovem a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da biodiversidade;

¹² «Floresta modelo» são os espaços florestais especialmente vocacionados para a demonstração, onde se leva à prática uma gestão florestal sustentável de excelência com vista a atingir um conjunto de objectivos que advêm da sua hierarquia funcional;

- a) Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer;
- b) Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
- c) Fomentar os valores paisagísticos dos espaços florestais.

Espécies florestais e modelos de silvicultura

O PROF AML anuncia como uma das suas prioridades, a defesa e a protecção de certas espécies florestais que se distinguem por diversas razões (valor económico, histórico, ecológico, etc.). Algumas destas espécies já se encontram abrangidas por legislação específica, outras ainda não. No artigo 9º do PROF AML estão discriminadas as espécies protegidas para esta região.

Em relação aos modelos de silvicultura, na sub-região homogénea Grande Lisboa, são aplicadas as normas de intervenção generalizada a toda a sub-região e as normas que se regem pela hierarquia funcional de cada sub-região e os objectivos de cada exploração, de acordo com a função predominante recreio, enquadramento e estética da paisagem, protecção, conservação.

No artigo 27º são indicadas as espécies de árvores florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar. É ainda enunciada uma lista de espécies arbóreas a privilegiar nesta sub-região

Metas

O PROF AML estabelece algumas metas monitorizadas por uma série de indicadores que estabelecem os níveis de cumprimento dos objectivos gerais e específicos que se pretendem atingir como metas para 2025 e 2045:

1. Valores de percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF AML:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF AML	43	45	47
Sub-região Grande Lisboa	27	28	28

2. Valores totais de percentagem de espaços florestais arborizados em relação à superfície total da região PROF:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	26	31	33
Sub-região Grande Lisboa	9	14	14

3. O PROF AML estabelece os seguintes valores percentuais de composição dos espaços florestais arborizados ao nível da sub-região homogénea Grande Lisboa:

Espécie	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Pinheiro-bravo	34	20	10
Pinheiro-manso	7	20	20
Eucalipto	15	5	0
Sobreiro	1	3	3
Outros carvalhos	8	10	25
Outras resinosas	24	25	25
Outras folhosas	12	17	17

4. O PROF AML estabelece as seguintes proporções, em termos percentuais, de povoamento sujeito a silvicultura intensiva:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	18	13	10
Sub-região Grande Lisboa	15	5	0

5. A percentagem de área queimada anual é monitorizada através dos seguintes indicadores:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	<1	<1	<1
Sub-região Grande Lisboa	<1	<1	<1

O município de Lisboa

O PROF AML considera submetidos ao regime florestal e obrigados à elaboração de PGF (Plano de Gestão Florestal) as seguintes explorações florestais públicas e comunitárias do município de Lisboa:

- Parque Florestal de Monsanto (1070 ha)
- Quintas e Parques de Lisboa (175 ha)
- Tapada da Ajuda (103,40 ha)
- Tapada das Necessidades (10 ha)

Para todos estes espaços os principais objectivos comuns são: a) recreio, enquadramento e estética na paisagem, b) Protecção e c) Conservação.

Compete à autarquia a elaboração dos PGF's de explorações florestais e agro-florestais públicas e comunitárias que estejam sob a sua gestão. Estes planos devem ser aprovados no prazo de 4 anos a

partir da data de publicação do PROF-AML (19 de Outubro de 2006), e são obrigatoriamente sujeitos a apresentação pública, sendo a sua vigência idêntica à do PROF a que respeitam.

Relativamente ao grau de prioridade para a realização do PGF, o Parque Florestal de Monsanto, por ser considerado uma floresta modelo detém um grau de prioridade alta. As restantes áreas possuem um grau de prioridade baixa, relativamente à hierarquia de elaboração dos PGF.

No item “Quintas e Parques de Lisboa” estão contemplados os seguintes espaços, que actualmente se encontram afectos ao regime florestal: Quinta das Conchas e dos Lilazes, Parque de Alvalade, Parque da Belavista, Parque Central de Chelas, Parque do Vale Fundão e Quinta das Flores, Parque Silva Porto, Parque da Madre-de-Deus, Parque dos Moinhos de Santana e Vale do Silêncio.

Para efeitos de planeamento florestal local o PROF AML estabelece para o município de Lisboa a dimensão mínima de 25ha a partir da qual as explorações privadas são sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF). Actualmente não existem explorações privadas desta dimensão e, a curto/ médio prazo, esta realidade não é previsível.

No PROF_AML, o Parque Florestal de Monsanto, a par do perímetro florestal da Serra de Sintra, foi seleccionado como “floresta modelo” da região. As florestas modelo “constituem espaços florestais diversificados e representativos da região em termos das espécies de árvores florestais existentes com elevado interesse, no que concerne ao seu potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e interesse paisagístico, ao seu potencial para o desenvolvimento das actividades produtivas, que os proprietários privados podem adoptar tendo como objectivo a valorização dos seus espaços florestais”.

Os corredores ecológicos, que contribuem para a Estrutura Ecológica Municipal, são objecto de tratamento específico no âmbito dos PGF.

Compatibilidade com o PDM actual

Os espaços indicados pelo PROF AML para o município de Lisboa são espaços que se encontram actualmente sob regime florestal. No entanto prevêem-se algumas alterações de uso relativamente à execução do Parque Hospitalar, cujo Plano de Pormenor está actualmente em elaboração, sobre território afecto ao Parque Central de Chelas e Parque da Belavista. É de esperar que neste caso a revisão do PDM venha a propor novos limites que irá submeter para apreciação à Autoridade Florestal Nacional. Há ainda pequenos acertos e compensações de áreas na Quinta das Conchas, no Vale Fundão e no Parque Florestal de Monsanto, que resultam de recentes intervenções nestes territórios.

Em relação ao PGF, foi acertado com a Autoridade Florestal Nacional a elaboração de dois PGF para toda a área do município: um primeiro que abrange apenas o Parque Florestal de Monsanto e um segundo que incorpora todos os restantes espaços afectos ao regime florestal.

Neste momento o PGF de Monsanto encontra-se em fase de conclusão e o PGF das restantes áreas florestais já foi iniciado.

Os PGF's integram um plano de gestão de incêndios, que segue as orientações do PROF AML, expressas no Título III do regulamento, relativo à "Defesa de Floresta contra Incêndios".

Relativamente a este aspecto, o Departamento de Protecção Civil da CML encontra-se a actualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado do pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de Janeiro), que no nº 4 do artigo 10º refere o seguinte: "A elaboração, execução e actualização dos PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de actividades."

Acresce-se ainda que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de Maio, no ponto 3.5.4 relativo ao nível municipal, é referido que "(...) Anualmente, os Serviços Municipais de Protecção Civil devem assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, primeira intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM), mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal (...)", estando previsto que o referido documento (POM - Plano Operacional Municipal) seja concluído durante o mês de Março de 2009, antes de início da época de fogos.

3.4 Estratégia Municipal e Cooperação Intermunicipal

Estratégia Municipal

O processo de planeamento estratégico no município de Lisboa teve início na década de 90 com a aprovação do **I Plano Estratégico de Lisboa (PEL)**, em 1992, constituindo um instrumento inovador que serviu de base à elaboração do Plano Director Municipal de 1994.

Fez-se salientar pelo lema de “Lisboa Capital Atlântica da Europa”, sistematizando linhas de desenvolvimento e elencando um conjunto de acções para que Lisboa se tornasse atractiva e competitiva, aproveitando oportunidades em perspectiva como a Capital Europeia da Cultura em 1994 e a EXPO em 1998.

A partir do cruzamento das debilidades e potencialidades da cidade, estabeleceram-se quatro estratégias para a mudança:

- Fazer de Lisboa uma cidade atractiva para viver e trabalhar
- Tornar Lisboa competitiva no sistema de cidades europeias
- Reafirmar Lisboa como capital metrópole
- Criar uma administração moderna, eficiente e participada

A concretização de algumas das acções foi possível através do envolvimento contratualizado com agentes e intervenientes no processo, sempre concertadas com as instituições públicas. Simultaneamente foi desenvolvido pelo município de Lisboa, o recurso a vários instrumentos de planeamento, nomeadamente o PDM de 94 e o lançamento de vários planos de urbanização e de pormenor, dotados de regulamentos para serem aplicados pela gestão (enquadrados na então nova legislação, Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março).

O PDM de 1994 procurou traduzir as opções e os conceitos urbanísticos formulados no âmbito do plano estratégico de Lisboa, considerando como conceitos urbanísticos fundamentais:

- a) Os conceitos contidos no modelo baseado nas quatro áreas de ordenamento, definido no plano estratégico;
- b) Os conceitos do sistema de transportes;
- c) Os princípios de ordenamento das actividades terciárias;
- d) A estrutura verde para Lisboa;
- e) O conceito de núcleos de interesse histórico e de património edificado contido na carta municipal do património.

O Regulamento procurou também dar resposta às estratégias urbanísticas para Lisboa definidas nos estudos prévios do PDM, nomeadamente:

- 1.º Revalorização da função habitacional no conjunto da cidade e, em particular, na sua área central;
- 2.º Estabilização do tecido urbano consolidado, com prioridade à área central da cidade;
- 3.º Requalificação da estrutura funcional/terciária e desenvolvimento de novas centralidades;
- 4.º Reconversão da zona industrial oriental para serviços avançados de apoio à indústria e para desenvolvimento da plataforma logística de Lisboa;
- 5.º Valorização da qualidade ambiental de Lisboa;
- 6.º Melhoria da acessibilidade/mobilidade na área central da cidade.

Não foi possível dar uma continuidade plenamente eficaz ao processo de concretização de acções do I PEL, tendo surgido dificuldades ao nível da sua implementação/ acompanhamento, de ordem cultural e de ordem política.

Em 2002 deu-se a retoma do planeamento estratégico, partindo-se para a elaboração de uma **Visão Estratégica para 2012**, em detrimento de um II Plano Estratégico tradicional, tendo sido delineada paralelamente ao arranque do processo de Revisão do Plano Director Municipal.

Não se tratou efectivamente de um plano estratégico por não terem sido reunidas as condições para a constituição de um Conselho Participativo, cuja proposta não foi aprovada pela Assembleia Municipal. Além disso, também o novo enquadramento legal, Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, destacava a vertente estratégica dos próprios PDM.

Este trabalho foi desenvolvido pelo Departamento de Planeamento Estratégico, com a colaboração da *Mckinsey and Company* e do consultor externo, Prof. João Ferrão, tendo sido organizados alguns workshops e fóruns de participação pública focalizada nos principais agentes da cidade de modo a obter as suas bases de elaboração.

A Visão Estratégica Lisboa 2012 teve como missão “Lisboa Capital Atlântica da Europa/Porta Europeia do Mediterrâneo” e suportava-se em 4 eixos de desenvolvimento urbano:

- Cidade de Bairros
- Cidade de Empreendedores
- Cidade de Culturas
- Cidade de Modernidade e Inovação

A estratégia de intervenção urbanística segundo estes eixos de desenvolvimento baseou-se em linhas de orientação estratégica e em acções que abrangiam várias temáticas e dinâmicas sociais, históricas, culturais, ambientais, etc. A sua operacionalização através da concretização destas acções urbanísticas estava prevista através da prática de planeamento e gestão urbana, desde que devidamente articulada com os planos e outras políticas sectoriais.

Foram ainda simultaneamente lançados vários estudos, nomeadamente: cartas de equipamentos de utilização colectiva, Lisboa Cidade de Empreendedores, O Clima na Cidade de Lisboa, Risco Sísmico, Carta Estratégica do Comércio, o Desafio da Mobilidade, Mercado Imobiliário, entre outros, dos quais alguns foram publicados.

Algumas destas acções foram concretizadas mas não por ter sido implementada esta Visão, já que nunca foi devidamente “reconhecida” politicamente, não tendo ido à Câmara.

No presente período, considerando a oportunidade de elaboração deste REOT, considerando que foram estabilizadas algumas das políticas sectoriais preconizadas para Lisboa e considerando que têm de ser definidos novos objectivos estratégicos, está a ser elaborada a **Carta Estratégica 2010-2024**.

Pretende-se com esta Carta planear a Cidade para os próximos 15 anos através de um processo participativo dos cidadãos e de um corpo multidisciplinar de especialistas em simultâneo com o processo de Revisão do PDM. Destacam-se outros trabalhos que estão a ser articulados e integrados neste processo, nomeadamente o plano local de habitação, as várias cartas de equipamentos (carta educativa, carta da saúde, plano gerontológico e carta da cultura), a estratégia energética/ambiental, o plano verde, etc....

Partindo dos seguintes eixos estratégicos:

- Cidade Intercultural
- Cidade Inovadora e Criativa
- Cidade Sustentável
- Cidade Competitiva

Lançam-se as seguintes cinco grandes questões:

- Como transformar Lisboa numa cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego?
- Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa?
- Como tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos?
- Como tornar Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?
- Como afirmar a identidade de Lisboa capaz de ser uma vantagem competitiva para a cidade?

A resposta a estas questões vai contribuir para ajustar a definição dos referidos eixos, para os quais se irão definir um conjunto de medidas e acções.

Cooperação intermunicipal

Durante a década de 90, há medida que decorrida a implementação do processo de planeamento estratégico, foram criadas algumas empresas e agências municipais (por exemplo, a AMBELIS – Agência para o Desenvolvimento e Modernização da Base Económica de Lisboa) cujo objectivo era o de agilizar a acção municipal. Algumas delas revelaram-se desnecessárias, a maioria veio sobrepor-se a competências existentes na CML ou com elas mal articuladas, outras ainda foram subvertendo os fins que inicialmente perseguiram.

Muito mérito teve a iniciativa de se criarem instituições intermunicipais com o objectivo de se coordenarem acções de vários municípios contíguos numa mesma matéria, aproveitando desta forma sinergias. Foram elas:

- Emarlis
- Simtejo
- ValorSul
- MARL
- GAML/Junta Metropolitana de Lisboa

A entretanto extinta **EMARLIS, Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa**, foi criada em 1996, para a gestão do serviço público de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Município de Lisboa através de rede fixa, abrangendo a construção, reparação e manutenção das unidades de tratamento e reciclagem das águas residuais urbanas.

Em 2001, o Governo criou o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão e constituiu a Sociedade **SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão**, para a construção, extensão, reparação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos de recolha de efluentes dos Municípios que participam no seu capital social.

Após a criação da SIMTEJO todos os meios técnicos e humanos anteriormente afectos à EMARLIS passaram para aquela empresa em 2002.

A SIMTEJO, para além da gestão empresarial que a fundamenta, traduz uma visão integradora para a recolha e tratamento de águas residuais na principal área metropolitana do País, perspectivando, como valores a potenciar, uma solução comum e colaborante dos vários agentes associados, na

adopção de práticas ambientais económica e socialmente sustentáveis e ajustadas às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os valores que estipulam a actividade da SIMTEJO vão desde a procura constante do envolvimento dos municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, know-how e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e por forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A SIMTEJO tem com principal objectivo estratégico a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios receptores na sua área de influência.

Como objectivo associado, equaciona-se que o contributo da actividade da Empresa possa ser decisivo para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

Isto significa que o desempenho da SIMTEJO visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1000 km², situada na zona metropolitana em que o País mais se revê.

A **Valorsul, S.A.** é a empresa responsável pelo tratamento e valorização das cerca de 750 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos produzidas, por ano, nos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A sua área de intervenção corresponde a menos de 1% da área total do país, mas valoriza quase um sexto de todo o lixo doméstico produzido em Portugal.

Esta imensa quantidade de resíduos é tratada e valorizada pela Valorsul através de um moderno Sistema de Gestão Integrada de RSU adequado ao crescimento e à composição do nosso lixo urbano.

É uma Sociedade Anónima com 7 accionistas: Câmara Municipal de Amadora, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Electricidade de Portugal, S.A., Empresa Geral do Fomento, S.A. e Parque Expo'98, S.A. As Bases da Concessão foram definidas no Decreto-Lei nº294/94 de 16 de Novembro, estabelecendo que a concessão compreende a concepção e construção de todas as infra-estruturas necessárias e a prestação de serviço público de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), gerados nos Municípios utilizadores.

O Sistema Multimunicipal para o Tratamento e Valorização de RSU de Lisboa (Norte), integrando os Municípios de Amadora, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, foi criado através do decreto-lei nº 297/94 de 21 de Novembro.

Em 2006, a *Valorsul* figurou entre as dez instituições finalistas na 1ª edição do Prémio Cidadania para Empresas e Organizações, instituído numa parceria entre a AESE - Escola de Direcção e Negócios - e a *PriceWaterhouseCoopers* 2005/06. Com o objectivo de distinguir as Boas Práticas nesta matéria, estas duas entidades seleccionaram as dez melhores empresas e as cinco melhores ONG's.

O **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa**, é um centro de abastecimento de produtos agro-alimentares, onde os diversos segmentos de retalhistas podem contar com uma elevada acessibilidade, com uma concentração e diversidade de produtos alimentares, com a existência de actividades complementares e de serviços de apoio à actividade grossista e, ainda, adequadas condições técnicas e comerciais existentes em vários pavilhões.

Em pleno funcionamento, estima-se que serão transaccionadas, no MARL, 1 milhão e 400 mil toneladas por ano, de produtos alimentares, atingindo-se um volume de negócios - gerado no interior do MARL e respeitante a todos os ramos de actividade - da ordem dos 280 milhões de contos.

A MARL, S.A. empresa que tem a responsabilidade de gerir o Mercado, conta hoje com cerca de 50 trabalhadores. É uma sociedade anónima de capitais públicos, sendo o seu capital social de Euros 33.667.999,06. O capital está repartido pelos accionistas da seguinte forma, SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores com 67,66%, a Câmara Municipal de Lisboa com 26,40%, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com 3,96% e a Câmara Municipal de Loures com 1,98%.

Enquanto espaço aberto aos mais diversos sectores de actividade e aos diferentes agentes económicos, o MARL contribui para o desenvolvimento do comércio grossista e retalhista e para garantir, aos 3,7 milhões de habitantes que vivem na área de influência do Mercado, a segurança e a qualidade alimentar no abastecimento.

Nos termos da Lei 10/2003 de 13 de Maio, a **Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)** constituiu-se uma pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial visando a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram.

Os municípios que compõem a Grande Área Metropolitana de Lisboa são 18, nomeadamente: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

As atribuições da Grande Área Metropolitana de Lisboa abrangem, ao nível da articulação e da coordenação inter-municipal, as seguintes áreas:

- Saneamento básico;
- Saúde;
- Ambiente;
- Segurança e protecção civil;
- Acessibilidades e transportes;
- Equipamentos colectivos;
- Turismo;
- Cultura;
- Desporto.

A **Junta Metropolitana de Lisboa** é o órgão executivo da Área Metropolitana de Lisboa, sendo constituída pelos 18 Presidentes das Câmara Municipais dos Municípios que integram a AML. As suas competências enquadram-se no artigo 18º do mesmo diploma legal, carecendo, algumas delas, de processos de transferência de poder central e dos municípios integrantes.

4 DINÂMICA POPULACIONAL E SITUAÇÃO SOCIAL

4.1 Lisboa na Área Metropolitana, País e Península Ibérica

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a terceira maior aglomeração populacional da Península Ibérica, com 2,8 milhões de habitantes em 2007, superada apenas por Madrid e Barcelona (com menos 400 mil habitantes que a capital catalã e cerca de menos 1,8 milhões que a capital espanhola, mas com um crescimento convergente entre 2001 e 2007). Ao nível nacional, concentra 26% do total da população, enquanto as aglomerações metropolitanas de Madrid e Barcelona têm um peso de 10,2% e 7,2%, respectivamente, no total de população residente em Espanha.

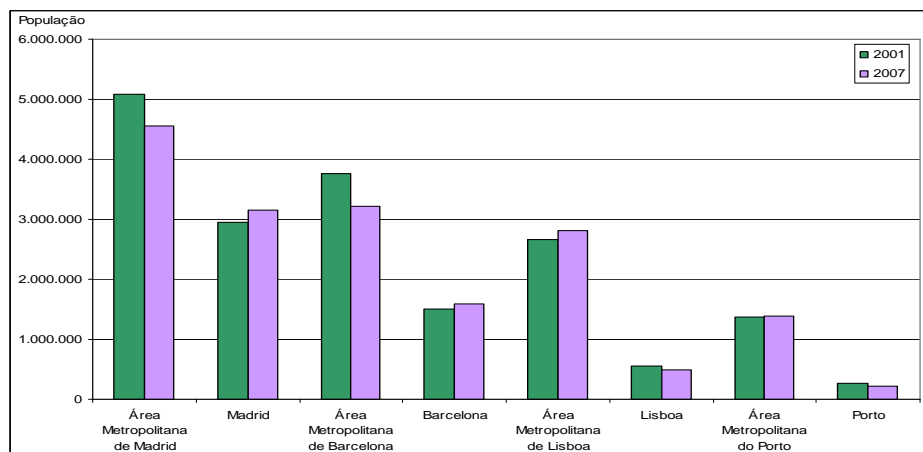
Quadro 4.1 – População Residente em Espanha, Portugal, principais Áreas Metropolitanas e respectivas cidades-centro

	2001	%	% P. Ibérica	2007	%	% P. Ibérica
Península Ibérica	51.473.000		100,0%	55.492.000		100,0%
Espanha	41.117.000	100,0%	79,9%	44.874.000	100,0%	80,9%
Área Metropolitana de Madrid	5.086.600	12,4%	9,9%	4.567.200	10,2%	8,2%
Madrid	2.957.100	7,2%	5,7%	3.155.000	7,0%	5,7%
Área Metropolitana de Barcelona	3.766.000	9,2%	7,3%	3.213.000	7,2%	5,8%
Barcelona	1.505.300	3,7%	2,9%	1.595.000	3,6%	2,9%
Portugal	10.356.000	100,0%	20,1%	10.618.000	100,0%	19,1%
Área Metropolitana de Lisboa	2.662.000	25,7%	5,2%	2.808.000	26,4%	5,1%
Lisboa	565.000	5,5%	1,1%	499.700	4,7%	0,9%
Área Metropolitana do Porto	1.371.000	13,2%	2,7%	1.392.200	13,1%	2,5%
Porto	263.000	2,5%	0,5%	221.800	2,1%	0,4%

Fonte: INE Espanha, INE Portugal, Eurostat

Na análise dos dados disponíveis é evidente a diferença entre o comportamento em termos demográficos das populações das diferentes áreas metropolitanas. Em Espanha, apesar de haver um decréscimo de população das áreas metropolitanas, as suas cidades-centro registaram um crescimento entre 2001 e 2007. A realidade portuguesa evidencia um fenómeno contrário, pois em Lisboa e Porto verifica-se a tendência de diminuição da população na cidade, mas expansão das respectivas aglomerações metropolitanas. Estes dados demonstram que o processo de metropolização em Portugal se encontra num ciclo de expansão das coroas suburbanas, fase entretanto superada pelas duas principais metrópoles espanholas, marcada pela concentração e densificação das cidades de Madrid e Barcelona.

Figura 4.1 – População Residente nas principais Áreas Metropolitanas da Península Ibérica e respectivas cidades-centro



Fonte: INE Espanha, INE Portugal, Eurostat

De igual forma é evidente a debilidade demográfica de Portugal no contexto ibérico, perdendo em seis anos cerca de um por cento de peso na população, apesar do crescimento da população. Em consequência do ligeiro crescimento do peso da população das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e da maior dinâmica demográfica de centros urbanos de dimensão média na faixa litoral, mantém-se o quadro de forte assimetria na distribuição da população pelo território nacional. Este fenómeno é evidente nas Figuras 4.2 e 4.3 onde se encontra representada a densidade populacional em Portugal e parte de outros países da União Europeia, verificando-se que a principal fachada urbana atlântica é formada em grande parte pelas aglomerações portuguesas com prolongamento à Corunha, destacando-se neste conjunto urbano a AML, aspecto que constitui um elemento decisivo para as estratégias de desenvolvimento territorial.

Figura 4.2 – Densidade populacional dos lugares da fachada Atlântica da União Europeia

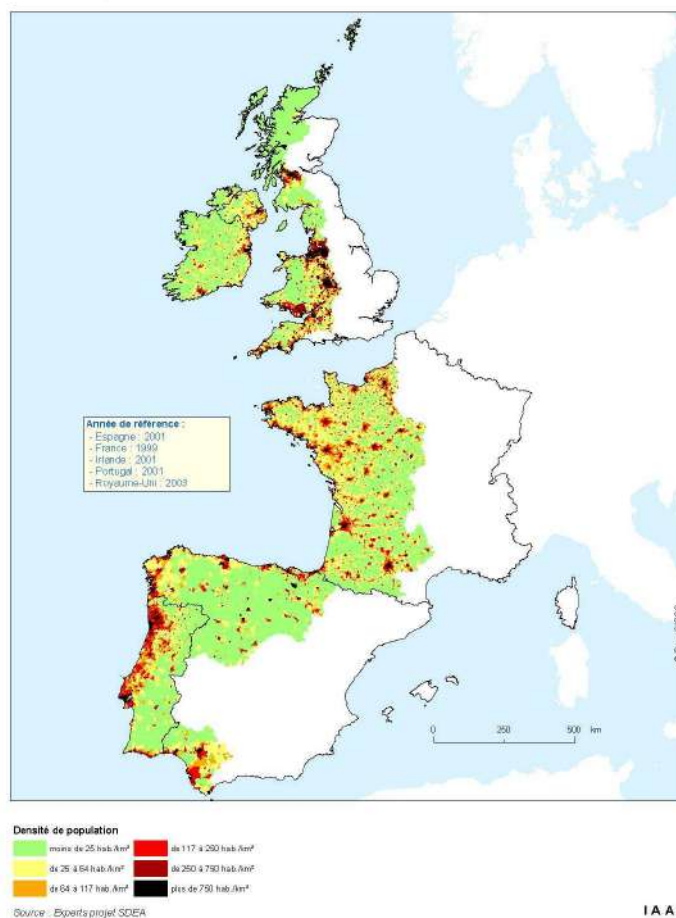
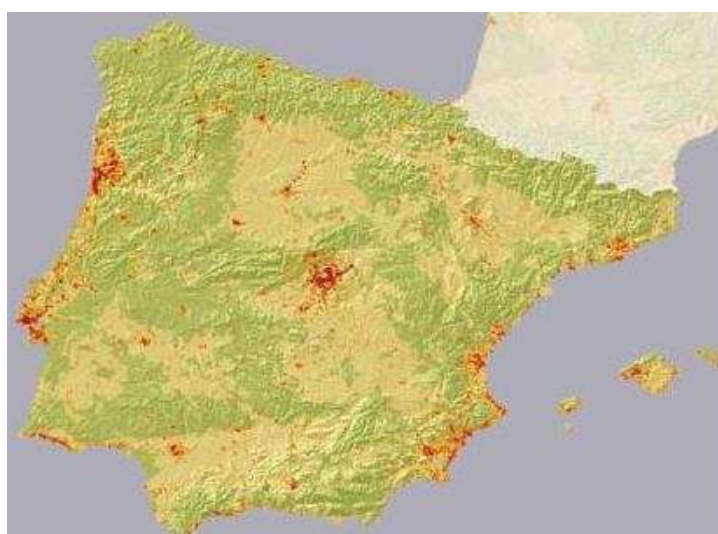
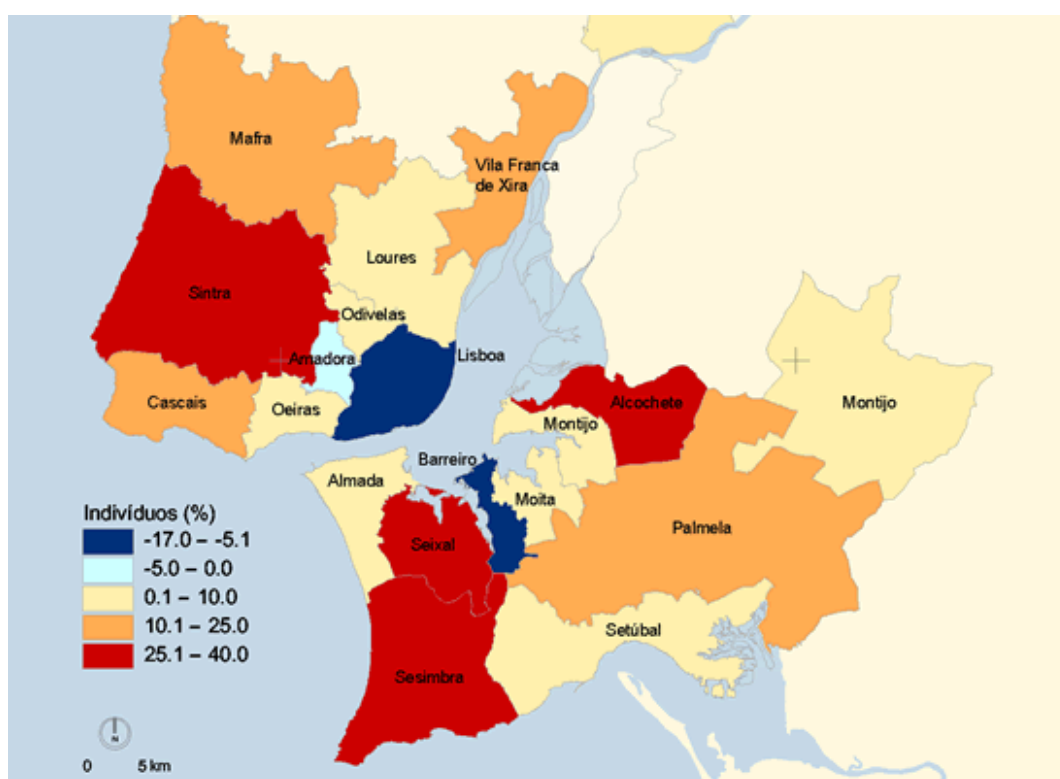


Figura 4.3 – Principais áreas urbanas da Península Ibérica



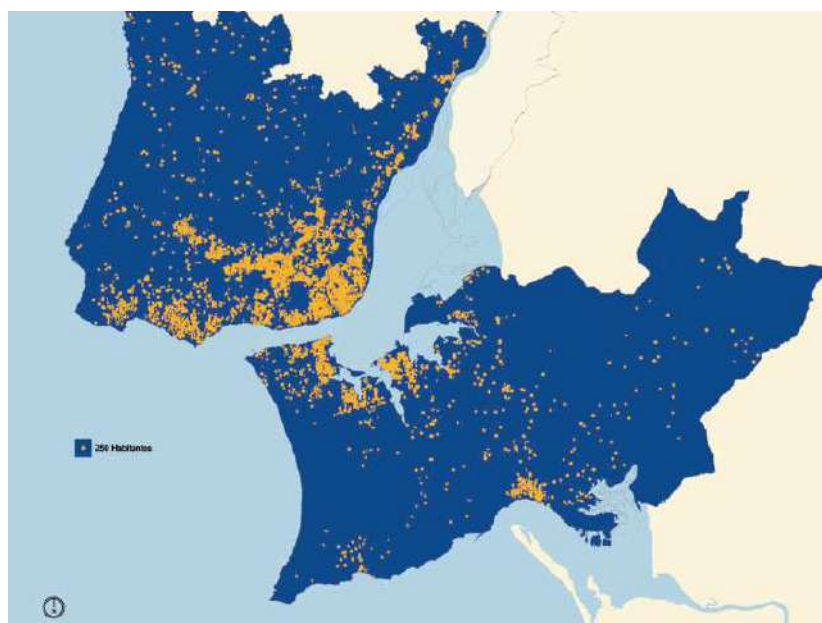
A evolução demográfica na AML demonstra uma tendência para um ritmo diferenciado entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, com maiores ganhos relativos dos concelhos da margem sul, especialmente de Sesimbra, Seixal, Alcochete e Palmela e um relativo abrandamento dos concelhos do arco ribeirinho (exceptuando Seixal). Esta tendência está em conformidade com os novos investimentos em infra-estruturas e com a localização de actividades económicas na Península de Setúbal. Na Grande Lisboa, os concelhos da primeira coroa suburbana tiveram ganhos populacionais modestos (Odivelas, Loures e Oeiras) ou até perderam população (caso de Amadora). Os concelhos mais periféricos na AML Norte registaram um crescimento mais forte.

Figura 4.4 – Variação Populacional na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001



Numa análise mais detalhada, verifica-se que na Grande Lisboa, as áreas residenciais situadas ao longo dos principais eixos viários de ligação a Lisboa registam os valores mais elevados de concentração de população. Na Península de Setúbal, as maiores densidades surgem de forma dispersa, correspondendo aos núcleos habitacionais mais antigos sem que, contrariamente à parte Norte da AML, se identifique um padrão de alinhamento ao longo de qualquer eixo, excepção feita à visível concentração na frente fluvial do Tejo.

Figura 4.5 – Densidade populacional na AML



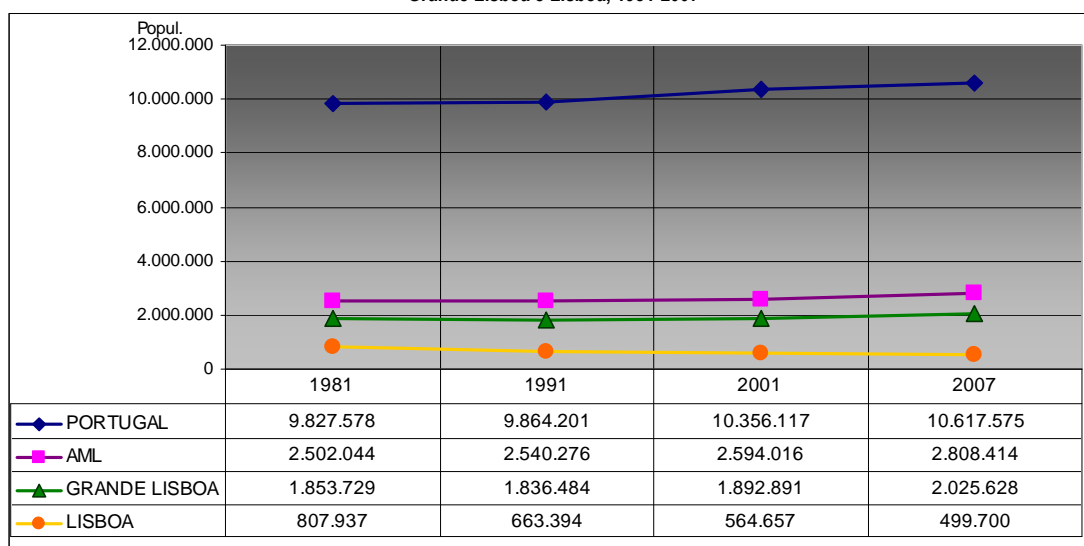
Fonte: AML.

O avanço da suburbanização em ambas as margens, a que somente as freguesias mais periféricas da AML terão resistido, terá sido o aspecto mais notório desta dinâmica, a par da crescente terciarização de vastas áreas residenciais antigas da cidade de Lisboa. Este fenómeno, também já detectado em datas mais recentes em freguesias de municípios contíguos a Lisboa, provocou um envelhecimento e conseqüente perda de população da cidade, quer em termos absolutos, quer no que respeita à sua quota no total da população da área metropolitana de Lisboa.

Evolução da população residente

Nos censos de 1991 confirmou-se uma tendência de perda populacional da cidade de Lisboa cujos sinais já tinham surgido no recenseamento de 1970, mas que no censo seguinte, em 1981, foi invertida, entre outras razões, pelas condições históricas que motivaram o «retorno» de populações das ex-colónias africanas. A população recenseada em 1981 foi a mais elevada de sempre na cidade de Lisboa. Na década de 80, com a intensificação da metropolização, associada a uma estagnação da oferta de habitação em Lisboa, a capital perde cerca de 18% da sua população. Na década de 90, a situação mantém-se, apesar de um aumento da oferta habitacional, e Lisboa perde mais cerca de 15% da população. Segundo as estimativas da população residente do INE, Lisboa continuou a perder população e, até 2007, terá perdido mais de 11% da população em relação a 2001. Este decréscimo, em apenas seis anos, implica um agravamento do crescimento negativo da população de Lisboa. Em conclusão, e apesar de se tratar de uma estimativa, a cidade de Lisboa terá perdido entre 1981 e 2007 cerca de 308 mil habitantes.

Figura 4.6 – Evolução da população de Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, Grande Lisboa e Lisboa, 1981-2007



Fonte: Censos 1970, 1981, 1991, 2001 e 2001 e Estimativas da População Residente, 2007 (INE)

A regressão demográfica da capital contrasta com o crescimento da população na região e, consequentemente, o peso da cidade de Lisboa na Área Metropolitana de Lisboa baixou para cerca de 18% em 2007, mantendo-se como a principal aglomeração, seguida pelo município de Sintra com 15.6% do total.

A expressão geográfica desta dinâmica demográfica regressiva traduz-se num facto muito sensível e preocupante para a cidade de Lisboa: somente quatro freguesias tiveram variações de população residente positiva entre 1991 e 2007 e, destas, apenas uma (Encarnação), pertence ao centro histórico. Conforme se pode ver no quadro seguinte, quase metade das freguesias da cidade apresentaram valores médios de perda populacional superiores a 20 pontos percentuais.

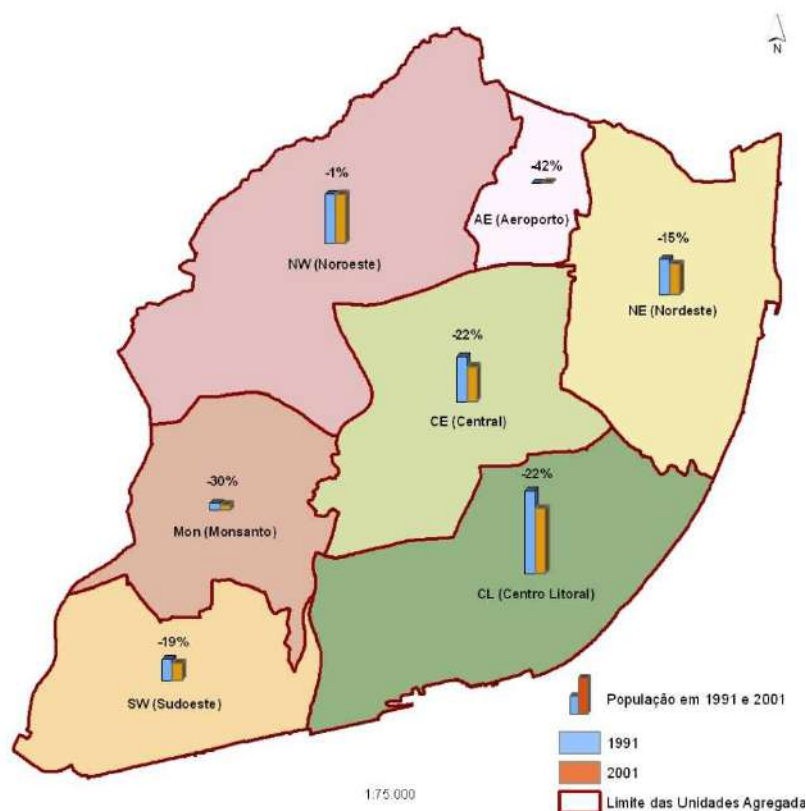
Quadro 4.2 – Evolução da população por freguesia, 1991-2001

Cod.	FREGUESIA	População Residente 1991	População Residente 2001	Varição Popul. (%) Entre 1991-2001
52	Sé	1926	1160	-39,8
31	Santa Justa	1152	700	-39,2
53	Socorro	4309	2675	-37,9
36	Santo Estêvão	3192	2047	-35,9
38	São Cristóvão e São Lourenço	2442	1612	-34,0
47	São Miguel	2613	1777	-32,0
34	Santiago	1226	857	-30,1
19	Madalena	526	380	-27,8
37	Santos-o-Velho	5534	4013	-27,5
45	São José	4430	3278	-26,0
50	São Sebastião	7842	5871	-25,1

Cod.	FREGUESIA	População Residente 1991	População Residente 2001	Varição Popul. (%) Entre 1991-2001
49	São Paulo	4676	3521	-24,7
27	Sacramento	1167	880	-24,6
44	São Jorge de Arroios	23051	17404	-24,5
12	Castelo	773	587	-24,1
10	Campolide	20972	15927	-24,1
25	Penha de França	17885	13722	-23,3
29	Santa Engrácia	7626	5860	-23,2
41	São Joao	21960	17073	-22,3
6	Anjos	12490	9738	-22,0
2	Alcântara	18510	14443	-22,0
51	São Vicente de Fora	5453	4267	-21,7
42	São Joao de Brito	17143	13449	-21,5
30	Santa Isabel	9249	7270	-21,4
35	Santo Condestável	22186	17553	-20,9
28	Santa Catarina	5153	4081	-20,8
1	Ajuda	22404	17958	-19,8
14	Coração de Jesus	5379	4319	-19,7
32	Santa Maria de Belém	12092	9756	-19,3
16	Graça	8604	6960	-19,1
43	São Joao de Deus	13309	10782	-19,0
3	Alto do Pina	12654	10253	-19,0
21	Marvila	47827	38767	-18,9
48	São Nicolau	1448	1175	-18,9
17	Lapa	10656	8670	-18,6
7	Beato	17494	14241	-18,6
23	Nossa Senhora de Fátima	18611	15291	-17,8
22	Mercês	6039	5093	-15,7
26	Prazeres	10068	8492	-15,7
46	São Mamede	7072	6004	-15,1
20	Mártires	401	341	-15,0
24	Pena	7045	6068	-13,9
4	Alvalade	10996	9620	-12,5
8	Benfica	47099	41368	-12,2
33	Santa Maria dos Olivais	51367	46410	-9,7
5	Ameixoeira	10605	9644	-9,1
9	Campo Grande	12146	11148	-8,2
40	São Francisco Xavier	8665	8101	-6,5
39	São Domingos de Benfica	35125	33678	-4,1
15	Encarnação	3072	3182	3,6
18	Lumiar	35390	37693	6,5
13	Charneca	9572	10509	9,8
11	Carnide	14768	18989	28,6
CONCELHO		663394	564657	-14,9

Fonte: INE, Censos 2001.

Figura 4.7 – Variação da população 1991-2001, por Unidade Agregada



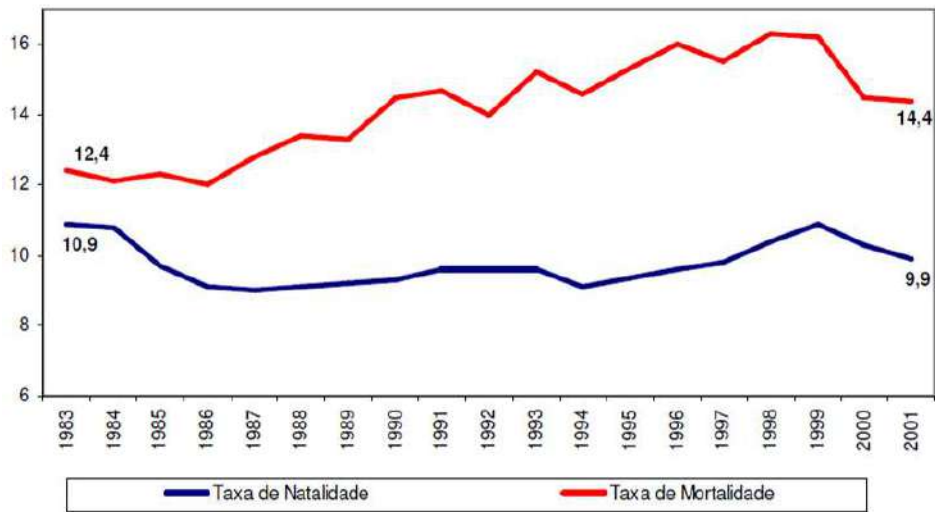
Quadro 4.3 – Variação da população 1991-2001, por Unidade Agregada

UNIDADES AGREGADAS	Pop.1991	Pop. 2001	VARIAÇÃO	VAR %
AE (AEROPORTO)	1.313	766	-547	-42%
CE (CENTRAL)	131.247	102.571	-28.676	-22%
CL (CENTRO RIBEIRINHO)	241.963	189.685	-52.278	-22%
MON (MONSANTO)	20.859	14.686	-6.173	-30%
NE (NORDESTE)	104.808	88.590	-16.218	-15%
NW (NOROESTE)	145.527	144.222	-1.305	-1%
SW (SUDOESTE)	62.223	50.301	-11.922	-19%

Fonte: INE, Censos 2001.

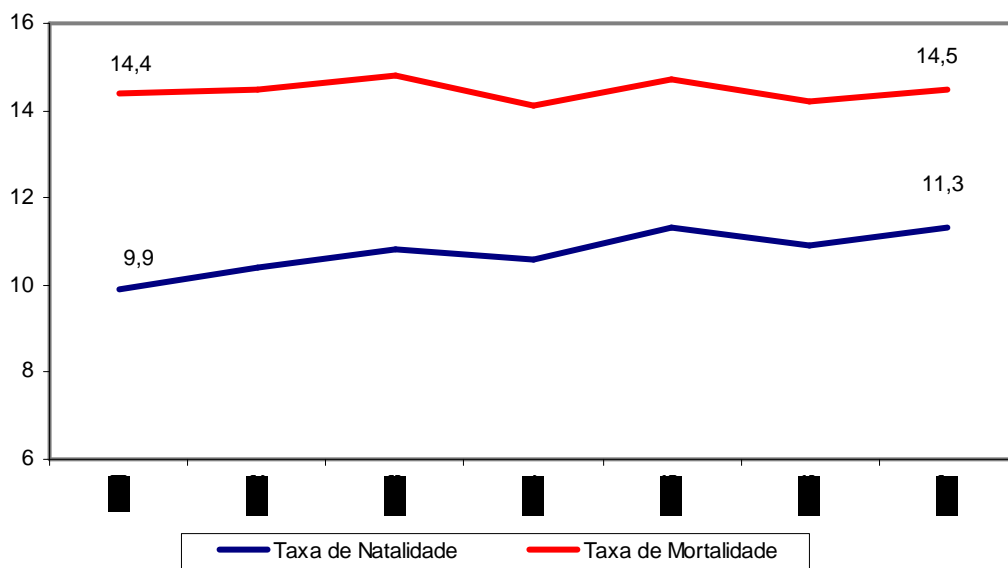
Analisando a evolução das taxas de natalidade e mortalidade, verifica-se que nos últimos vinte anos existe uma tendência de ligeiro crescimento da taxa de natalidade e uma estabilização da taxa de mortalidade, conduzindo a um saldo fisiológico que, embora negativo, regista valores cada vez menores. O crescimento natural da população de Lisboa tem sido sempre negativo, facto que, atendendo à impossibilidade de alteração da dinâmica natural no curto e médio prazo, remete para a capacidade de atracção de população residente fora do concelho como forma de inverter a tendência de decréscimo populacional.

Figura 4.8 – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, em Lisboa, 1983-2001



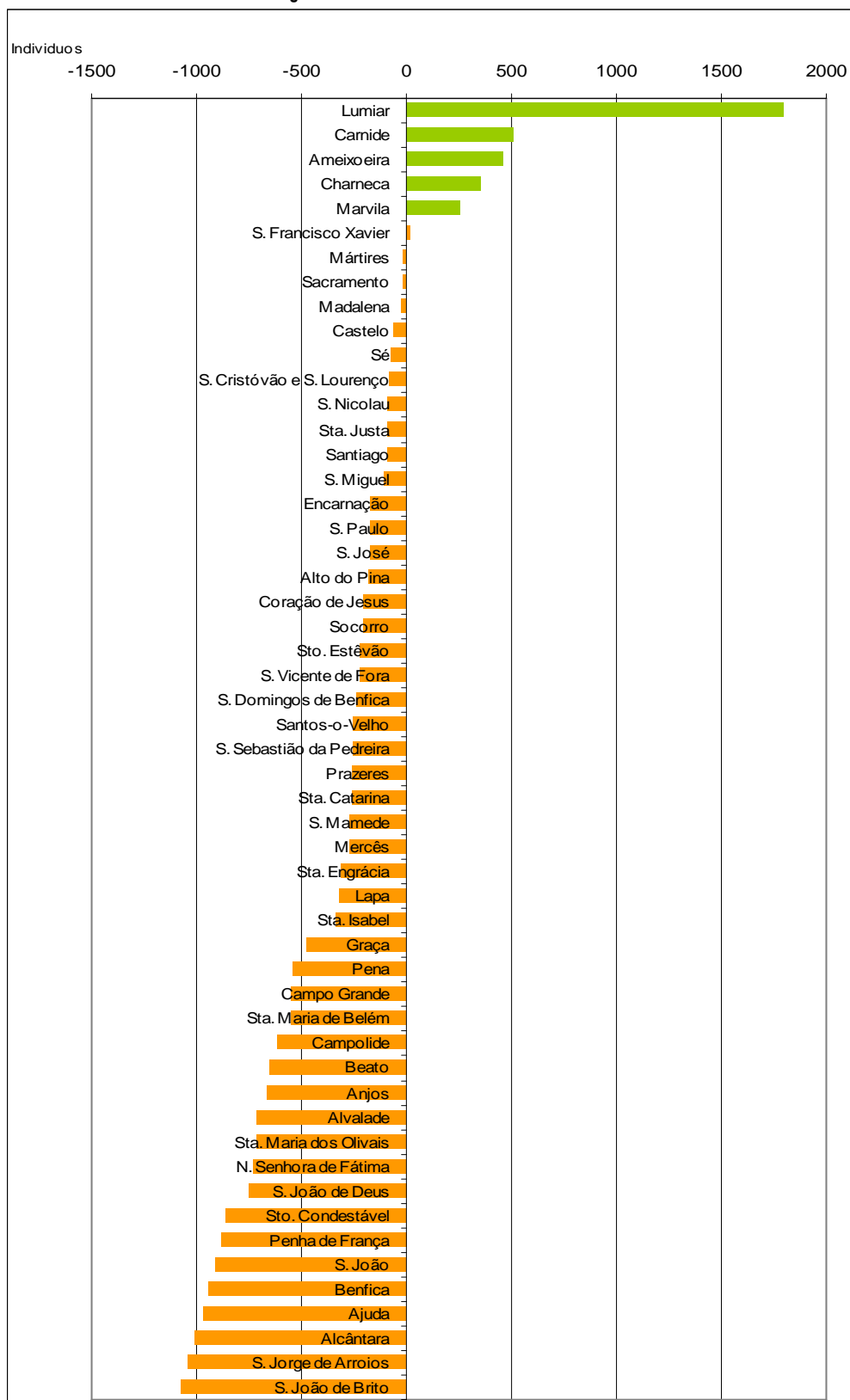
(Fonte: INE)

Figura 4.9 – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, em Lisboa, 2001-2007



(Fonte: INE)

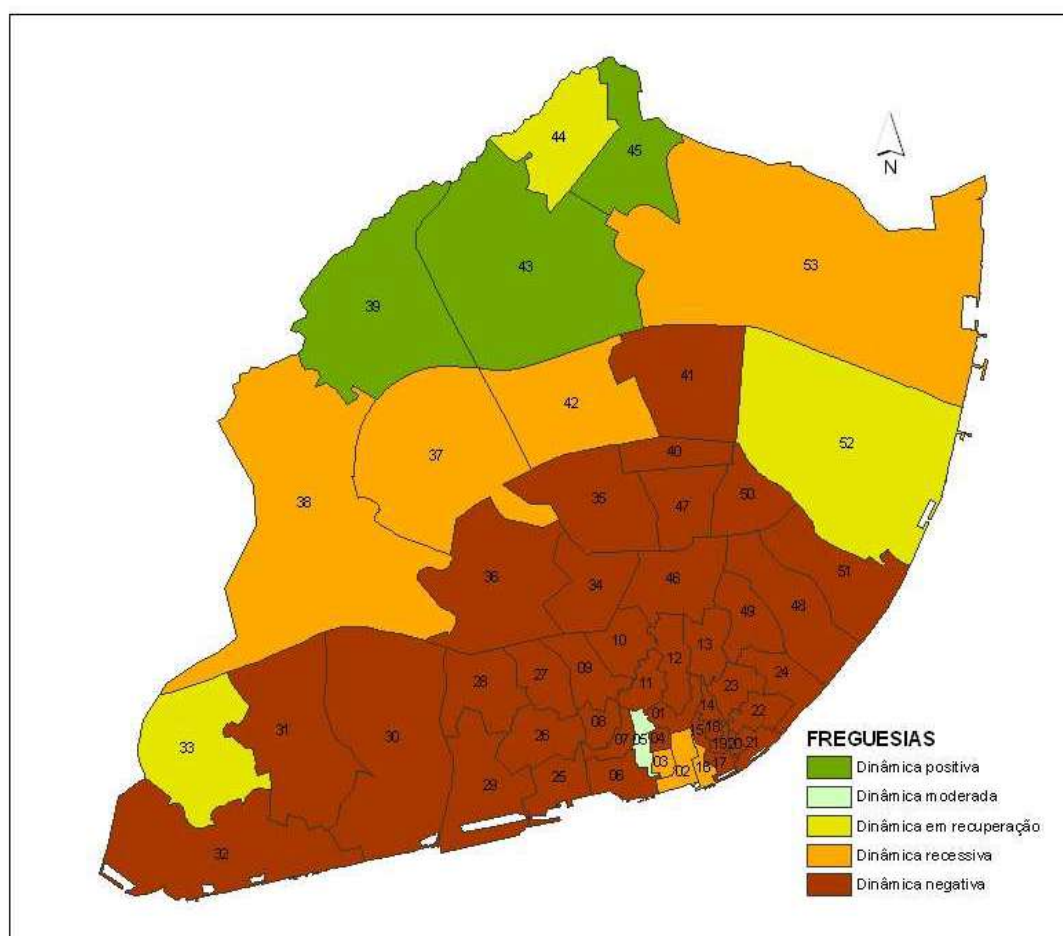
Figura 4.10 – Saldo natural entre 2000-2007



Fonte: INE

O saldo natural entre 2000 e 2007 confirma a tendência negativa (menos 16 mil pessoas), continuando a verificar-se uma dinâmica demográfica favorável nas freguesias que registaram crescimento da população residente na década de noventa, à excepção da freguesia de Encarnação. Como tendência positiva destaca-se ainda o saldo natural positivo nas freguesias da Ameixoeira, Marvila e S. Francisco de Xavier, cuja população residente tinha diminuído entre 1991 e 2001, indiciando uma inversão do comportamento demográfico.

Figura 4.11 – Dinâmica Demográfica em Lisboa 1990-2007



Em síntese, a dinâmica demográfica da cidade de Lisboa caracteriza-se pela diminuição da população, quer por via dos saldos naturais negativos quer dos saldos migratórios. O envelhecimento da população é outro traço distintivo e preocupante da cidade de Lisboa, inviabilizando a recuperação demográfica a médio prazo com base no crescimento natural. Este “pano de fundo” esconde, no entanto, diferenças internas assinaláveis na distribuição da população. A dinâmica demográfica recente das freguesias de Lisboa pode classificar-se em cinco categorias baseadas no comportamento registado em três variáveis (taxa de variação da população 1991-2001; taxa de variação das famílias 1991-2001; saldo natural 2000-2007) (ver figura):

- Dinâmica demográfica positiva e sustentada (crescimento da população entre 1991-2001, aumento do número de famílias de 1991 a 2001 e saldo natural positivo entre 2000 e 2007).
As únicas freguesias com dinâmica demográfica inequivocamente positiva são Carnide, Charneca e Lumiar, todas na coroa norte e noroeste da cidade, confirmando uma tendência verificada de deslocação da população para a periferia da cidade em consonância com a construção de novos fogos quer de iniciativa privada quer pública no âmbito de iniciativas de realojamento, verificando-se um forte aumento do número de famílias e uma boa dinâmica demográfica natural.
- Dinâmica demográfica moderada mas com componente natural negativa e recomposição familiar (crescimento da população entre 1991-2001, aumento do número de famílias de 1991 a 2001 e saldo natural negativo entre 2000 e 2007).
A freguesia da Encarnação é a única que se encontra nestas condições, que se podem atribuir ao processo de entrada de novas famílias de pequena dimensão que valorizam determinadas características urbanas. A gentrificação e a reabilitação urbana parecem demonstrar que o seu efeito na dinâmica demográfica global é limitado, atendendo a que se trata de uma pequena freguesia, apesar de constituir um sinal inequivocamente positivo.
- Dinâmica demográfica em recuperação (diminuição da população entre 1991-2001, aumento do número de famílias de 1991 a 2001 e saldo natural positivo entre 2000 e 2007).
As freguesias de Ameixoeira, Marvila e S. Francisco de Xavier apresentam uma dinâmica demográfica positiva desde 2000 – embora no caso de S. Francisco de Xavier o saldo natural é baixo e em Marvila verificou-se um ligeiro decréscimo do número de famílias – indiciando um aumento de população, especialmente na Ameixoeira e em Marvila, em ambos os casos resultante da construção de fogos de habitação social.
- Dinâmica demográfica recessiva com recomposição familiar (diminuição da população entre 1991-2001, aumento do número de famílias de 1991 a 2001 e saldo natural negativo entre 2000 e 2007).

Encontram-se nesta categoria algumas freguesias de grande dimensão, como Benfica, Santa Maria dos Olivais e São Domingos de Benfica e ainda Campo Grande, todas a norte e noroeste do limite da área central, bem como outras de dimensão muito pequena na área central, casos de Madalena, Mártires e S. Nicolau. Apesar da sua diversidade, têm como traço comum uma dinâmica demografia regressiva só contrariada pelo aumento do número de famílias verificado entre 1991 e 2001, o que reflecte uma capacidade de atracção moderada da população. As freguesias mais pequenas apresentam a mesma tendência da freguesia da Encarnação, não estando na mesma categoria porque a formação de novas famílias e a entrada de novos residentes não foi suficiente para contrariar a diminuição da

população. No caso das freguesias de maior dimensão, parece confirmar-se a tendência para o envelhecimento da população que se traduz numa dinâmica demográfica natural insuficiente para manter o nível da população, tal como a entrada de novos residentes foi insuficiente para contrariar o processo de perda demográfica.

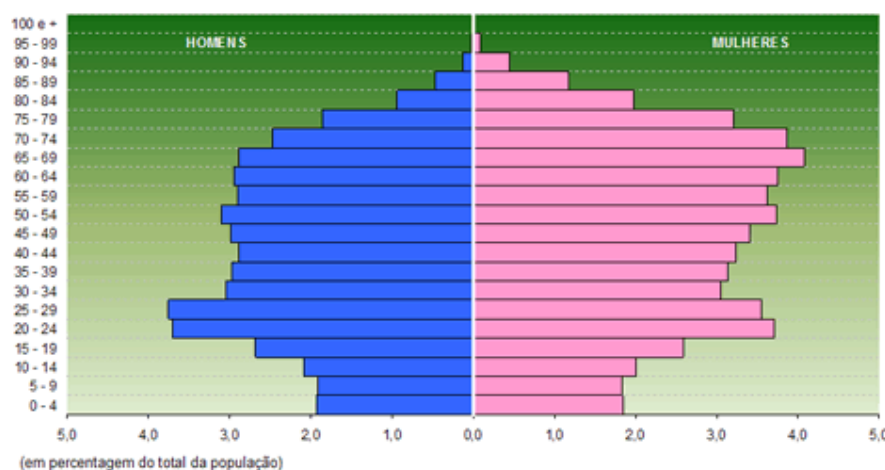
- Dinâmica demográfica negativa com capacidade de recuperação muito limitada (diminuição da população entre 1991-2001, diminuição do número de famílias de 1991 a 2001 e saldo natural negativo entre 2000 e 2007).

Sem indícios de vitalidade demográfica encontram-se as restantes freguesias, cerca de metade do total da cidade de Lisboa com um peso de 54% na população residente em 2001.

4.2 Estrutura Etária

De acordo com os Censos de 2001 e como se pode observar na pirâmide etária, até aos 29 anos de idade, os indivíduos do género masculino (90.743) são em maior número que os do género feminino (87.684). A partir do grupo etário com 30 e mais anos, a situação inverte-se, tornando-se esta diferença entre géneros ainda mais acentuada nos grupos dos 50 e mais anos. Esta diferença deve-se à taxa de sobrevivência e um índice de envelhecimento maiores na população feminina. Assim, quando aumenta o envelhecimento populacional, aumenta a proporção de mulheres nos escalões etários mais altos, o que se traduz numa esperança de vida à nascença, para as mulheres, de 80 anos e, para os homens, de 73 anos.

Figura 4.12 – Pirâmide de Idades, na Cidade de Lisboa, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

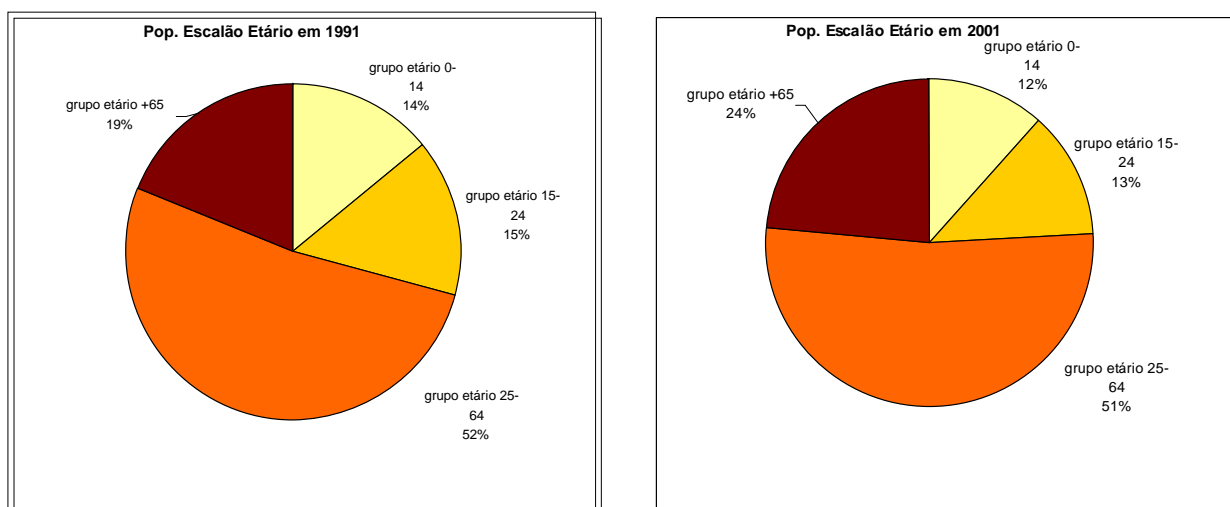
A estrutura da população, entre 1991 e 2001, acompanhou a tendência verificada ao nível demográfico do Portugal moderno, ou seja, envelhecimento duplo na base e no topo. O escalão etário dos jovens viu decrescer a sua importância, a par dos activos, e a classe dos idosos cresceu. Segundo a previsão do INE, embora Lisboa continue a perder população, a sua estrutura terá algumas diferenças. A cidade terá perdido peso da população activa a favor do escalão etário dos jovens, dado muito importante para a retoma da dinâmica demográfica natural. Estas previsões confirmam, no entanto, a capital com uma estrutura demográfica bastante mais envelhecida que a Grande Lisboa e o País.

Quadro 4.4 – Estrutura etária da população

Escalaão etário	Lisboa						Grande Lisboa (%)	Portugal (%)
	1991	%	2001	%	2007	%	2007	
Jovens (0-14)	94.202	14,2	65.548	11,6	68.287	13,7	15,8	15,3
Activos (15-64)	444.474	67	365.805	64,8	310.566	62,2	66,9	67,2
Idosos (65 e +)	124.718	18,8	133.304	23,6	120.847	24,2	17,3	17,4

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001. Estimativas da População Residente, 2007.

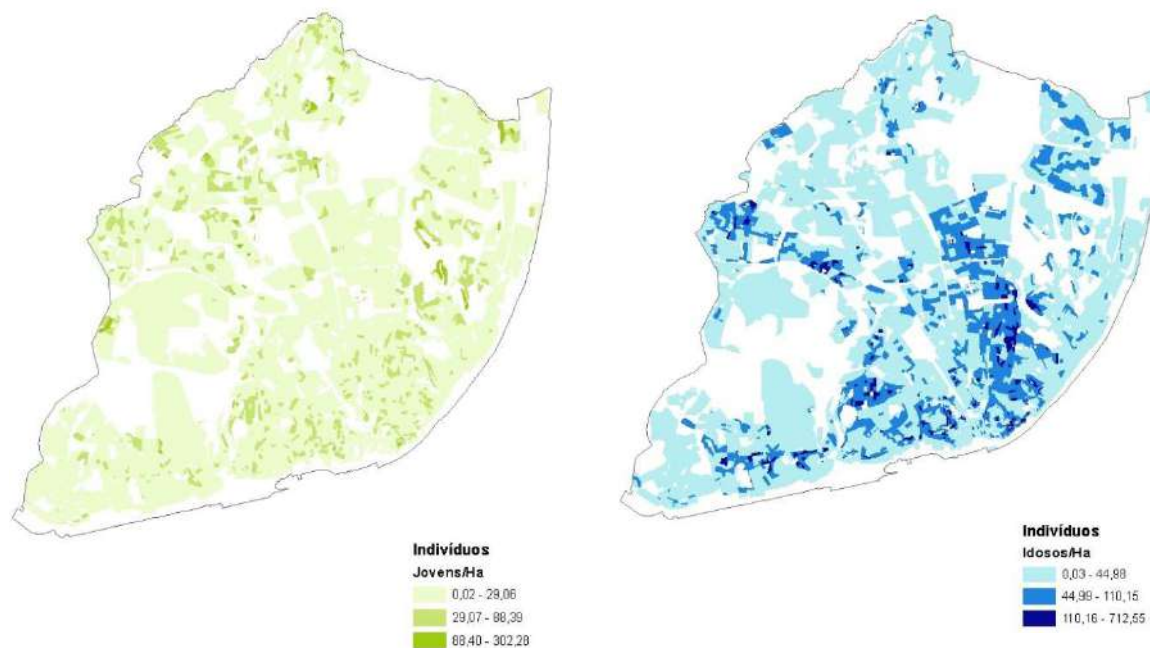
Figura 4.13 – Estrutura etária da população de Lisboa em 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Estes movimentos demográficos têm também consequências directas nos níveis de dependência. Em relação a Portugal e à Grande Lisboa, o município de Lisboa detém um índice de dependência dos jovens inferior e um índice de dependência dos idosos significativamente superior. Ou seja, existe uma estrutura de dependência de carácter idoso e um nível de dependência total superior comparativamente com o de Portugal ou da Grande Lisboa. Esta estrutura da população bastante idosa é também visível no índice de envelhecimento: por cada 100 crianças e jovens com idades entre os 0 e 14 anos existem perto de 177 idosos.

Figura 4.14 – Densidade de Jovens e de Idosos, por subsecção estatística, 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

A distribuição dos jovens e idosos também possui características diferentes, sendo maior a densidade de jovens nas periferias (com maior expressão em Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Chelas), enquanto a densidade de idosos é maior nas áreas mais antigas e centrais da cidade. Algumas áreas relativamente periféricas do concelho como Benfica, Olivais e Alcântara/Junqueira possuem igualmente densidades elevadas de idosos.

4.3 Níveis de instrução

O problema do analfabetismo, apesar da considerável melhoria que se registou nas últimas décadas, está ainda longe de ter sido erradicado na área metropolitana. O valor da taxa de analfabetismo na Península de Setúbal é superior ao da Grande Lisboa. Este indicador assume maior relevância principalmente nas áreas mais rurais da área metropolitana de Lisboa, quer na parte Norte quer na parte Sul, nomeadamente nos municípios do Montijo (11,4%), Palmela (10,8%), Alcochete (10,1%) e Mafra (8,4%). A maior incidência deste indicador nestes municípios deverá estar relacionada com um maior peso dos idosos na população, assim como a predominância ou um peso ainda significativo das actividades ligadas ao sector primário. No caso de Lisboa o ligeiro crescimento deste indicador estará certamente relacionado com o aumento da proporção de população idosa e com o peso relativo elevado de famílias de estratos sociais mais baixos. Com efeito, verificou-se entre 1991 e 2001 um ligeiro aumento da taxa de analfabetismo, cujo valor médio para o concelho atingia os 6% no último ano. As disparidades internas na cidade são elucidativas: Carnide, Charneca, Marvila, Pena, Santa Justa, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel e Socorro são as mais afectadas, das quais Charneca (13%), São Miguel (11%) e Marvila (10%) registam as maiores taxas de analfabetismo em Lisboa.

Quadro 4.5 – Taxa de Analfabetismo

	Taxa de Analfabetismo	
	1991	2001
AML	6,2	5,7
Grande Lisboa	5,6	5,3
Cascais	5,2	4,5
Lisboa	5,7	6,0
Loures	6,1	5,9
Mafra	11,9	8,4
Oeiras	3,8	3,7
Sintra	5,2	4,2
Vila Franca de Xira	6,9	5,4
Amadora	5,1	5,5
Odivelas	4,9	5,1
Península de Setúbal	8,1	7,0
Alcochete	13,5	10,1
Almada	6,4	6,1
Barreiro	6,0	5,8
Moita	9,0	7,9
Montijo	13,8	11,4
Palmela	15,0	10,8
Seixal	4,7	4,8
Sesimbra	11,1	7,8
Setúbal	9,2	7,6

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Paralelamente, a cidade de Lisboa apresenta uma população com maiores níveis de instrução do que a área metropolitana, havendo perceptivelmente uma recomposição do tecido social da cidade, que se verifica no acentuado crescimento da população com qualificações elevadas, como o comprova quer o número quer a proporção de indivíduos com qualificação superior, que cresce de 14% em 1991 para 25% em 2001.

Quadro 4.6 – Nível de instrução da população residente, Lisboa e AML

	Lisboa				AML	
	1991	%	2001	%	2001	%
População residente	663.394	100,0	564.657	100,0	2.661.850	100,0
Nenhum nível de ensino	72.914	11,0	49.379	8,7	265.155	10,0
1º Ciclo Ensino Básico	244.644	36,9	155.935	27,6	757.790	28,5
2º Ciclo Ensino Básico	59.605	9,0	46.247	8,2	252.792	9,5
3º Ciclo Ensino Básico	86.497	13,0	54.044	9,6	301.786	11,3
Ensino Secundário	90.262	13,6	99.554	17,6	571.222	21,5
Ensino Médio	16.970	2,6	11.588	2,1	35.500	1,3
Ensino Superior	92.502	13,9	139.182	24,6	434.350	16,3
A frequentar ensino	127.421	19,2	100.560	17,8	499.393	18,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

As disparidades internas na cidade são elucidativas: Carnide, Charneca, Marvila, Pena, Santa Justa, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel e Socorro registam as maiores taxas de analfabetismo em Lisboa; ao contrário, São Francisco Xavier, Lumiar, Alvalade e S. João de Deus registam os mais elevados níveis de escolaridade da cidade.

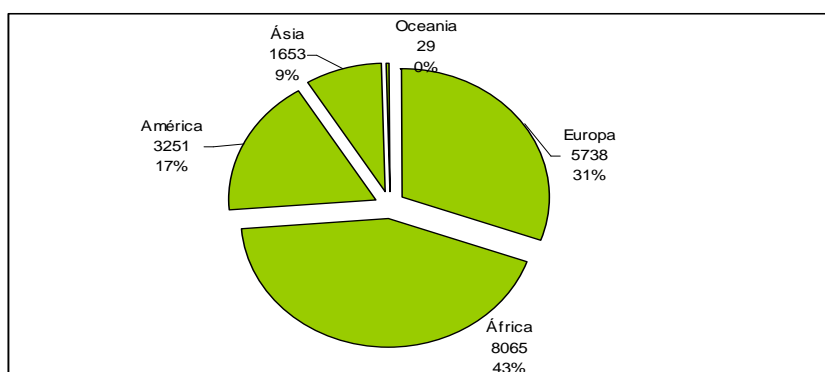
O acréscimo da população com formação superior, por um lado, e a persistência da taxa de analfabetismo e diminuição da população com formação de nível básico, por outro, indicam uma incapacidade de fixação da população com níveis de instrução intermédios. Este estrato social intermédio está sub-representado na cidade com o eventual e conseqüente indício de polarização social, um resultado que confirma a reduzida oferta de habitação a preços e tipologias adequadas para as famílias deste estrato social.

4.4 População estrangeira residente

Com base nos censos de 2001, apresentam-se alguns dados que permitem quantificar a população estrangeira a residir em Lisboa. Salienta-se, no entanto, que estes números estarão naturalmente desactualizados e referem-se apenas à população legalizada. Dos 564.657 indivíduos residentes no município em 1981, 537.963 eram de nacionalidade portuguesa, 18.736 de nacionalidade estrangeira (correspondente a 3,48%) e 7.873 tinham mais que uma nacionalidade. Com menor peso absoluto surgiam 85 indivíduos considerados como apátridas.

Ao focar a análise na repartição da população estrangeira residente em Lisboa, pode-se observar que a população de origem africana representa 43% do total de estrangeiros, seguida da população oriunda de países europeus com 5.738 indivíduos, representando 31% do total.

Figura 4.15 – Repartição da população estrangeira residente



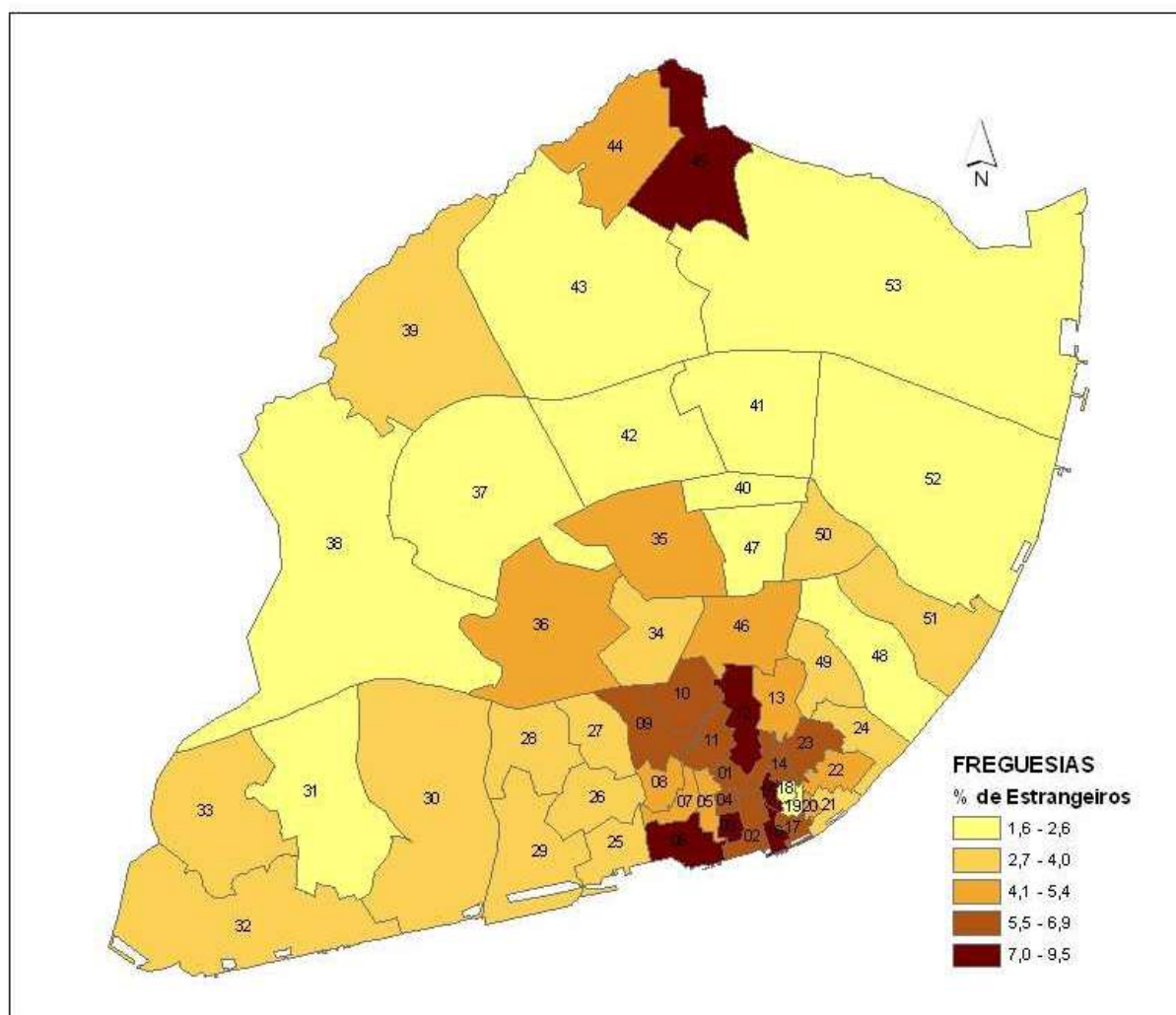
Destacam-se as freguesias da área mais antiga da cidade, tais como Madalena, Mártires, Pena, S. Cristóvão e S. Lourenço e também S. Paulo com o maior peso percentual de população estrangeira. Em situação inversa, na proximidade dos limites do município salienta-se a freguesia da Charneca como sendo a que apresenta valores percentuais mais elevados respeitantes à população estrangeira residente. Este padrão revela uma concentração relativamente forte em áreas de dinâmica demográfica regressiva e simultaneamente de degradação do edificado na área central; na área Norte, as operações de realojamento justificam a concentração.

A conjugação de população idosa com baixos rendimentos e de população imigrante em áreas desqualificadas da cidade é um dos principais problemas sociais de Lisboa.

Desta análise destacam-se as freguesias da área mais antiga da cidade, tais como Madalena, Mártires, Pena, S. Cristóvão e S. Lourenço e também S. Paulo com o maior peso percentual. Ainda na área central da cidade, destacam-se as freguesias dos Anjos e de S. Jorge de Arroios pela maior

concentração em termos absolutos de população estrangeira. Mas é nas freguesias do Lumiar, Marvila e Charneca que se concentra o maior número de população estrangeira, ainda que não tenha um peso relativo elevado no conjunto da população residente (à excepção da Charneca, onde se atinge o valor de 9 pontos percentuais).

Figura 4.16 – População estrangeira residente, por freguesia (%)



4.5 Risco de pobreza

Os idosos são o segmento da população com maior risco de pobreza em Portugal. Em Lisboa, esta realidade adquire uma expressão evidente: cerca de 24% da população tem 65 anos ou mais, porém o envelhecimento da população é mais forte nas freguesias de Alvalade, São João de Brito, São João Deus, São Nicolau, Santa Justa, Santiago, Castelo, Penha de França, Santo Estêvão, São Jorge de Arroios e São José, onde os idosos têm um peso superior a 30% da população residente.

O envelhecimento da população é acompanhado por uma mudança na estrutura familiar com repercussões sociais negativas. Com efeito, as famílias constituídas por uma pessoa com mais de 65 anos representavam 14,4% das famílias em Lisboa em 2001, maioritariamente constituídas por uma pessoa do sexo feminino.

A proporção elevada de famílias unipessoais, independentemente da idade da pessoa (cerca de 31% em 2001 no total de famílias clássicas), chega a atingir valores superiores a 50% nas freguesias de Coração de Jesus, São Cristóvão e São Lourenço, Mártires e São Nicolau, agravam o risco de pobreza na cidade de Lisboa.

As famílias monoparentais representam cerca de 18% dos núcleos familiares em 2001 – valor superior em 4 pontos percentuais à Área Metropolitana de Lisboa e 6,5 pontos percentuais em relação à média nacional – mas não apresentam uma concentração espacial significativa, à exceção das freguesias da Madalena e São Nicolau onde este tipo de núcleo familiar representa 26,8% e 25% do total de famílias.

As famílias mais numerosas independentemente da idade dos seus membros constituem outro grupo com maior exposição ao risco de pobreza. Na cidade de Lisboa, cerca de 6% das famílias eram constituídas por 5 ou mais pessoas em 2001, valores que atingem os 19% na Charneca, 15% em Marvila e 12% em Carnide.

A população excluída do mercado de habitação assume um peso preocupante na cidade de Lisboa, com tendência para se agravar devido à recente crise económica, cujas implicações estão ainda não se vislumbram na íntegra. Já em 2004, estimava-se que a população de rua da cidade se aproximasse das mil pessoas, das quais 46% “sem-abrigo” e as restantes encontravam-se integradas em estruturas de acolhimento. A população estrangeira representava uma parte significativa da população de rua (24% do total).

A situação social tem um reflexo directo preocupante em alguns indicadores de saúde. Apesar da relativa boa dotação de meios no sector da saúde (recursos humanos e equipamentos), a taxa de mortalidade infantil para o quinquénio 2000/2004 situava-se nos 5,6‰ (mais de um ponto por mil do que a verificada no país e na região) e a taxa de mortalidade neonatal para o mesmo período atingia o valor 3,6‰ (cerca de 0,6 pontos por mil superior ao valor de referência para o país e para a região). A elevada incidência de casos de doenças de declaração obrigatória em Lisboa (cerca de 1‰ na cidade contra 0,6‰ para a Área Metropolitana de Lisboa e 0,5‰ para o país) confirma as debilidades sociais da população de Lisboa.

As prestações sociais (pensões, prestações familiares, subsídios de desemprego, subsídios por doença e por maternidade, rendimento social de inserção e Complemento Solidário para Idosos) contribuem fortemente para a redução da taxa de risco de pobreza, estimando-se um efeito de redução de 82% para 28% no grupo dos idosos e de cerca de 16 pontos percentuais no grupo dos 16 aos 64 anos (Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa). Na cidade de Lisboa, as pensões de velhice e de sobrevivência são as mais significativas (cerca de 24 mil e 136 mil beneficiários, respectivamente), correspondendo grosso modo a 30% dos beneficiários da Área Metropolitana de Lisboa. Os subsídios de desemprego beneficiam cerca de 20,5 mil pessoas em idade activa, cerca de 17% do total da Área Metropolitana de Lisboa. A distribuição da população desempregada reflecte uma vez mais um padrão específico na cidade de Lisboa, verificando-se que são as freguesias de Marvila, e Santa Maria dos Olivais as mais afectadas pela falta de emprego, seguindo-se Benfica e Lumiar, reflectindo também a dimensão populacional destas freguesias.

O rendimento social de inserção (RSI) pretende facilitar a inserção de no mercado de trabalho e a inclusão social de população muito carenciada, sendo por isso mesmo um instrumento decisivo no combate à pobreza. Em 2006, existiam cerca de 4 300 titulares do RSI e 11 240 beneficiários, correspondendo a cerca de 2% da população residente. Só na freguesia de Marvila, residem 12,8% dos titulares do RSI da cidade de Lisboa, seguindo-se Santa Maria dos Olivais com 8,8%. Com pelo menos 5% dos titulares (ou seja, cerca de 200 famílias), identificam-se as freguesias de Benfica, Lumiar, Ajuda, Ameixoeira e Carnide. No geral, a maior parte dos beneficiários do RSI são do sexo feminino e a população jovem (até aos 18 anos de idade) é a mais representativa. Um elemento que merece maior aprofundamento reside no facto da maior parte das famílias beneficiárias serem na sua maioria (cerca de 71%) as famílias em que todos os elementos do agregado familiar não verificam qualquer relação de parentesco com outro elemento do mesmo agregado familiar, englobando as uniões de facto.

5 Estrutura Económica

5.1 Internacionalização da Área Metropolitana de Lisboa

A região de Lisboa é a maior e a mais competitiva aglomeração geográfica do país, onde se localizam funções económicas de grande alcance estratégico para a internacionalização da economia nacional e para enfrentar os novos desafios da economia do conhecimento.

A dotação em infra-estruturas de apoio à internacionalização tem permitido a reforçado a capacidade competitiva dos agentes económicos e o desenvolvimento de actividades mais intensivas em conhecimento, capazes de criar maior valor e evitar, de alguma forma e em alguns sectores, a forte concorrência das empresas das economias emergentes. Em conjunto com os portos que servem a região, a construção do novo aeroporto de Lisboa e da rede ferroviária de alta velocidade reforçarão esta tendência de internacionalização e contribuirão para a melhoria dos níveis de competitividade na região. A internacionalização da região e a criação de empresas e de emprego nas actividades da economia do conhecimento encontra melhores condições em Lisboa devido à qualidade e elevada concentração de unidades do sistema de Ciência e Tecnologia na cidade.

No plano europeu, a Área Metropolitana de Lisboa insere-se no espaço de referência da fachada atlântica europeia, afirmando-se como a maior centralidade no corredor Corunha-Sines, que constitui a maior aglomeração populacional da Península Ibérica com mais de 12 milhões de habitantes. Esta importante concentração tem sustentado estratégias de desenvolvimento que pretendem afirmar a região como uma importante porta europeia atlântica.

Figura 5.1 – Mega-Região de Lisboa segundo Florida

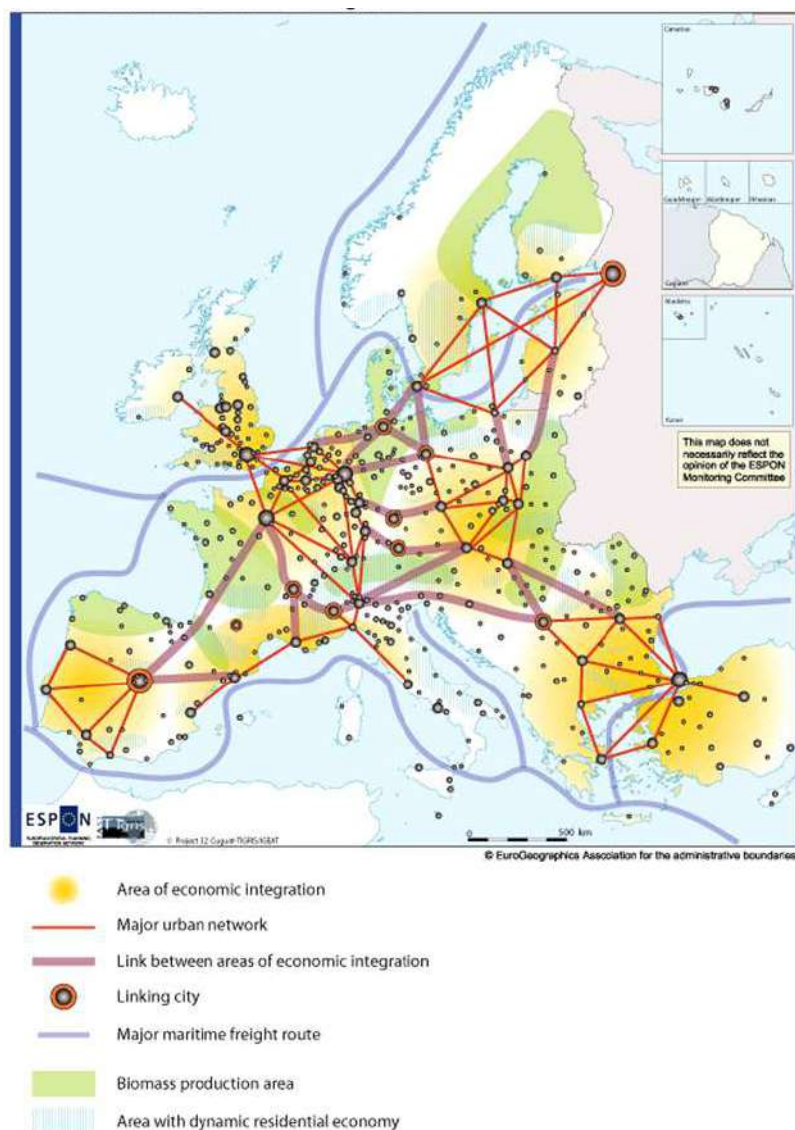


Fonte: Florida (2008)

As perspectivas de desenvolvimento do sistema urbano internacional (ESPON 3.2) sublinham a tendência para a consolidação de uma área de integração económica que se estende, grosso modo, da fachada atlântica portuguesa até Madrid com prolongamento ao Algarve e a Sevilha. Num dos estudos do ESPON, a Área Metropolitana de Lisboa afirma-se como uma importante centralidade inserida em redes urbanas Lisboa-Porto, Lisboa-Madrid e Lisboa-Sevilha. Também ressalta deste estudo alguma secundarização face a Madrid que, devido à sua dimensão, capacidade competitiva e posição geográfica, apresenta melhores condições para funcionar como aglomeração de interconexão com outras áreas de integração económica (Mediterrâneo e centro da Europa).

No trabalho de R. Florida sobre as novas mega regiões urbanas, a fachada atlântica portuguesa e o prolongamento à Galiza surge como uma das novas mega concentrações urbanas competitivas à escala mundial.

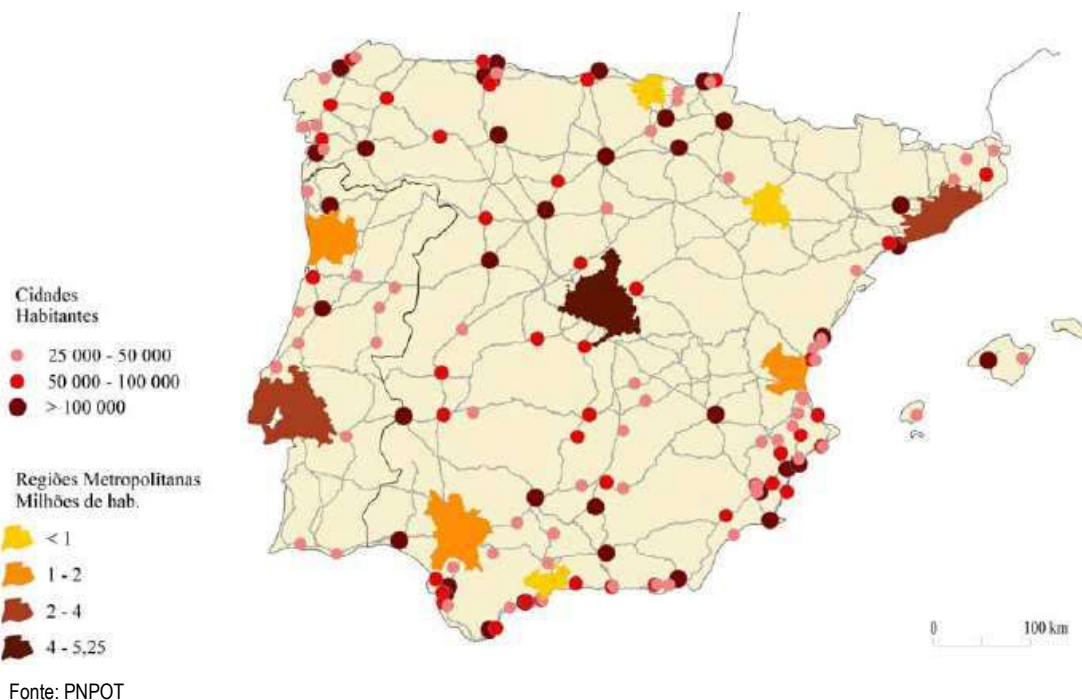
Figura 5.2 – Cenário Proactivo de Organização do Espaço Europeu em 2030



Fonte: Scenarios on the territorial future of Europe ESPON Project 3.2

A Área Metropolitana de Lisboa apresenta algumas limitações para uma inserção competitiva no espaço ibérico, especialmente nos aspectos relativos à geração de riqueza e à produtividade, cujos valores de PIB per capita e de PIB por pessoa empregada são comparativamente mais baixos dos registados por Madrid e Barcelona.

Figura 5.3 – População das Regiões Metropolitanas e Cidades da Península Ibérica



No *ranking* das melhores cidades europeias do ponto de vista da economia e negócios realizado pela Cushman & Wakefield, Lisboa situa-se no 16º lugar em 2008, atrás das duas principais cidades espanholas, Barcelona e Madrid, na 5ª e 7ª posições, respectivamente, que subiram, desde 1990, 6 e 10 posições, num *ranking* que é liderado desde essa data por Londres, Paris, Frankfurt e Bruxelas. Lisboa encontra-se melhor posicionada que muitas outras capitais europeias, mantendo-se à frente de Praga e Budapeste na Europa de Leste, de todas as capitais escandinavas e de Roma e Atenas.

Quadro 5.1 - Ranking das Cidades Ibéricas, 2008

Cidades	Ranking Global 1990	Ranking Global 2008	Custo do Pessoal 2008	Custo Espaço Escritório 2008
Lisboa	16	16	5	2
Madrid	17	7	12	15
Barcelona	11	5	10	14

Fonte: Cushman & Wakefield, *European Cities Monitor*, 2008

A cidade de Lisboa é uma das mais competitivas da Europa na vertente do custo do pessoal e da relação qualidade/preço do espaço de escritórios, aspecto em que as cidades espanholas têm vindo a perder competitividade. No entanto, nos quatro principais factores valorizados pelos agentes económicos para a avaliação das cidades europeias - disponibilidade de pessoal qualificado, acesso aos mercados, qualidade das comunicações e ligações aéreas com outras cidades -, Lisboa surge num lugar relativamente modesto (entre 26º e o 33º lugares), muito atrás de Barcelona e, especialmente, de Madrid.

5.2 Dinâmicas Económicas da Área Metropolitana de Lisboa

Após um período reestruturação económica e de reconversão das actividades industriais, a região de Lisboa regista um bom desempenho económico, sendo responsável pela geração de cerca de 38,6% do PIB do Continente em 2007 e com um nível produtividade aparente do trabalho de 37,2 mil euros (cerca de 10 mil € superior à média do continente). A região contribui em 32,4% para o valor total de exportações de bens, mais cerca de 3,5 pontos percentuais face a 2004. O nível do poder de compra na região de Lisboa é superior em 37 pontos percentuais à média do Continente em 2005.

A dinâmica de crescimento do emprego entre 2000 e 2007 na região de Lisboa foi globalmente superior à do Continente. A população empregada da região de Lisboa representa cerca de 28% do total do Continente, mas este valor atinge 38% no sector dos serviços, ilustrando o dinamismo do processo de terciarização da economia regional, com particular relevo para as actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, cuja proporção representa mais de metade do emprego nacional em 2007.

Ao contrário, as actividades industriais têm regredido na região, apesar da sua importância quer no volume de exportações quer na satisfação da procura do mercado interno em segmentos de maior valor acrescentado. Mais recentemente, a região reforçou a sua posição na actividade turística quer em termos de oferta quer de procura turística.

Quadro 5.2 - População Empregada, por ramo de actividade, em Portugal (Continente) e Região de Lisboa, 2000-2007

	2007		2000	
	Continente	Região Lisboa	Continente	Região Lisboa
TOTAL	4891	1377	4804	1336
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	579	13	600	12
Indústria, incluindo energia e construção	1412	270	1599	318
Actividades de serviços	2900	1094	2604	1006
Comércio e reparação de veículos automóveis e de	1335	447	1168	411
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e	412	215	351	188
Outras actividades de serviços	1153	432	1085	407

	2007	2000	2000-07	
	Reg. Lisboa/	Reg. Lisboa/	Tx.	Tx. Variação
TOTAL	28,2	27,8	1,8	3,1
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	2,2	2,0	-3,5	8,3
Indústria, incluindo energia e construção	19,1	19,9	-11,7	-15,1
Actividades de serviços	37,7	38,6	11,4	8,7
Comércio e reparação de veículos automóveis e de	33,5	35,2	14,3	8,8
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e	52,2	53,6	17,4	14,4
Outras actividades de serviços	37,5	37,5	6,3	6,1

Fonte: INE, Contas Regionais, 2000-2007

5.3 Estrutura das Actividades Económicas em Lisboa

A informação económica disponível ao nível concelhio é muito limitada e é necessário recorrer a fontes de diversa natureza, nem sempre isentas de erros ou distorções, para identificar em traços gerais as principais dinâmicas económicas na cidade de Lisboa.

As características mais marcantes da economia da cidade de Lisboa reflectem o aprofundamento da terciarização e a especialização em serviços intensivos em conhecimento, a dimensão do emprego público e a concentração das funções inerentes ao papel de cidade-capital, a concentração de actividades de I&D, a presença dos centros de decisão económica nacional e de subsidiárias com capitais estrangeiros. Recentemente, o sector do turismo tornou-se mais relevante na economia da cidade, beneficiando de um conjunto de eventos de grande projecção internacional.

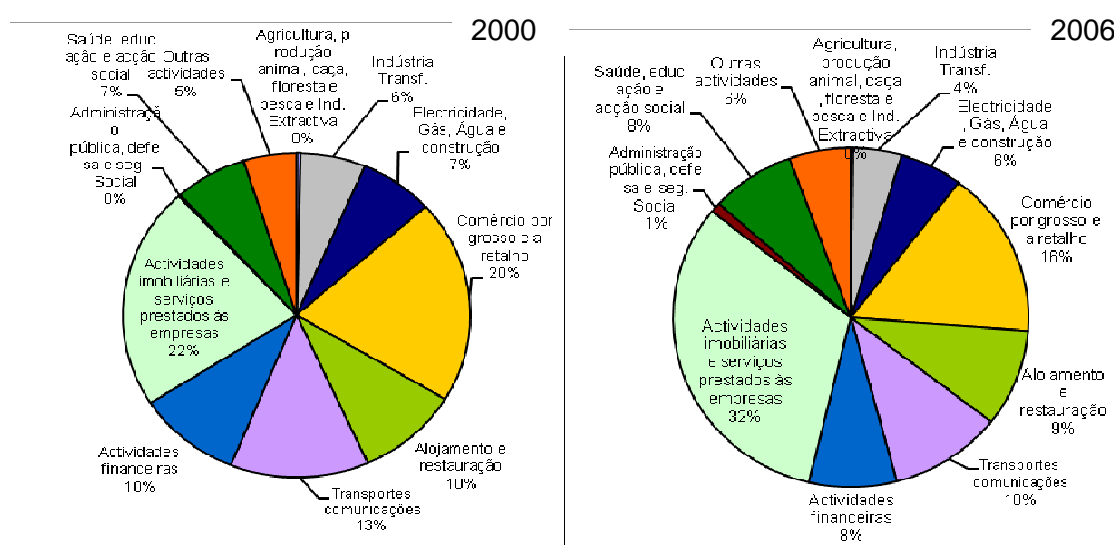
O perfil de especialização económica permite sustentar ganhos médios mensais na ordem dos 1228 euros na cidade de Lisboa, valores claramente mais elevados dos verificados na região de Lisboa e no País (909 e 1174 Euros, respectivamente). Também o nível do poder de compra em Lisboa é muito superior aos valores de referência para o País e para a AML, ultrapassando, em 2005, o valor de 216 pontos percentuais (contra cerca de 100 do continente e 137 da região de Lisboa).

Em comparação com a estrutura de emprego da Área Metropolitana de Lisboa, o emprego da cidade de Lisboa tem maior peso relativo nas actividades de serviços de intermediação financeira, seguros e serviços prestados às empresas (em geral, com um peso superior a 60% do total do emprego na AML), transportes e comunicações (superior a 70% do emprego total da AML), electricidade, gás e água e alojamento e restauração (superior a 50% do emprego da AML).

No que se refere ao emprego, e mais concretamente à informação disponível sobre pessoal ao serviço nas empresas dos *Quadros de Pessoal*, verificou-se um crescimento na cidade de Lisboa, entre 2000 e 2006, de cerca de 30 mil pessoas ao serviço, atingindo o valor global de 396 mil pessoas no final do período. Os ganhos de emprego foram sobretudo alcançados pela expansão continuada das actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas que, não fora a saída de diversas empresas e estabelecimentos para os diversos espaços de escritórios entretanto construídos junto aos principais nós rodoviários de acesso a Lisboa, teria certamente registado um crescimento ainda mais elevado. Ainda assim, estas actividades já representam cerca de 1/3 do total do pessoal ao serviço em Lisboa em 2006. Apesar da ligeira diminuição na estrutura do emprego, as actividades comerciais, alojamento e restauração, transportes e comunicações, actividades financeiras e serviços de saúde, educação e acção social são responsáveis por um volume significativo dos postos de trabalho na cidade.

A queda do emprego industrial não é um fenómeno novo e tem sido explicada pela dificuldade de instalação de unidades industriais na cidade e pelo processo de reestruturação industrial e de encerramento de unidades pouco competitivas. Com efeito, a concorrência de países emergentes nas actividades industriais tem acelerado este processo, parcialmente compensado pela criação de emprego no sector da logística e da distribuição dos bens industriais importados, cujas unidades se localizam, no entanto, fora da cidade de Lisboa, em áreas com custos de solo menos elevados e relativamente bem servidas por rodovia (o sector perdeu emprego mas aumentou o número de estabelecimentos na AML).

Figura 5.4 – Pessoal ao Serviço, por ramo de actividade, em Lisboa, 2000-2006



Fonte: Quadros de Pessoal

Em conformidade com o movimento de deslocalização de algumas empresas, a procura de solo para instalação de actividades industriais e de logística tem sido relativamente reduzida desde 2003 até ao presente. Ao contrário, a área licenciada para instalação de actividades comerciais e de serviços, pese algumas flutuações, atingiram níveis relativamente elevados, confirmando a tendência para a terciarização da estrutura económica de Lisboa.

As funções inerentes ao estatuto de cidade-capital traduzem-se num elevado número de emprego na Administração Pública. Apesar da tendência para a diminuição do emprego público, concentra-se uma larga proporção do total do emprego na Administração Pública na cidade de Lisboa, que atinge na Administração Central cerca de 145 mil empregos, a que acresce ainda o emprego na Administração Local.

Quadro 5.3 - Evolução do Emprego da Administração Pública na AML e em Lisboa, 1996-2005.

AML	Nº de Empregos e de Prestações de Serviços				Peso dos Emprego por concelhos da AML (%)		
	1996	1999	2005	Evolução 2005-1999	1996	1999	2005
ALCOCHETE	458	437	768	310	0,2	0,2	0,3
ALMADA	8 933	8 736	9 661	728	3,9	3,2	4,3
AMADORA	7 311	5 001	4 569	-2 742	3,2	1,9	2,0
BARREIRO	4 417	4 080	4 400	-17	1,9	1,5	2,0
CASCAIS	6 288	3 818	4 947	-1 341	2,7	1,4	2,2
LISBOA	153 462	192 579	146 923	-6 539	67,1	71,5	65,3
LOURES	9 871	7 209	5 461	-4 410	4,3	2,7	2,4
MAFRA	1 459	1 646	2 016	557	0,6	0,6	0,9
MOITA	1 984	1 940	1 601	-283	0,8	0,7	0,7
MONTIJO	1 664	1 741	2 126	462	0,7	0,6	0,9
ODIVELAS		2 960	3 415	3 415	-	1,1	1,5
OEIRAS	7 327	8 229	5 880	-1 447	3,2	3,1	2,6
PALMELA	1 323	1 450	2 153	830	0,6	0,5	1,0
SEIXAL	3 412	3 845	5 376	1 964	1,5	1,4	2,4
SESIMBRA	1 111	1 104	987	-124	0,5	0,4	0,4
SETÚBAL	7 553	11 745	9 067	1 514	3,3	4,4	4,0
SINTRA	8 058	8 509	10 583	2 525	3,5	3,2	4,7
VILA FRANCA DE XIRA	4 312	4 300	5 103	791	1,9	1,6	2,3
TOTAL	228 843	269 329	225 036	-3 807	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento Geral da Função Pública de 1996, Recenseamento Geral da Função Pública de 1999 e BDAP 2005.

Notas: 1) Não existem dados para o município de Odivelas em 1996, pois este apenas foi criado em 1998 por

desmembramento do município de Loures.

2) Os valores apresentados para o MDN não contém a totalidade dos dados por motivos de confidencialidade dos serviços.

3) Os dados da Administração Local do concelho de Lisboa e da Moita encontram-se incompletos na BDAP 2005, por falta de carregamento.

A estrutura comercial da cidade de Lisboa tem uma enorme importância nas dinâmicas residenciais e de turismo e lazer. Em 2007, existiam 12.115 estabelecimentos de comércio a retalho e 5.744 estabelecimentos de restauração e bebidas, que correspondiam a 1.173.721 m² de superfície de venda e 364.774 m² de área destinada a clientes, respectivamente. No entanto, a evolução do aparelho comercial desde 1995 passou por uma recomposição decorrente da tendência para aumento do espaço e redução de estabelecimentos.

Em 1995, existiam 13.859 estabelecimentos de comércio a retalho e 4.590 estabelecimentos de restauração e bebidas, que correspondiam a 1.014.970 m² de superfície de exposição e venda e 211.031 m² de área destinada a clientes, respectivamente. Entre 1995 e 2000, verificou-se um aumento do número de estabelecimentos, tanto de comércio a retalho como de restauração e bebidas, sendo mais forte neste último subsector. O aumento do número de estabelecimentos de comércio a retalho ficou a dever-se ao comércio não alimentar, visto que o comércio alimentar perdeu cerca de 250 estabelecimentos durante este período. Em termos de superfície de exposição e venda, no entanto, o sector alimentar foi o que mais aumentou, devido à abertura de hipermercados e grandes supermercados na cidade. Verificou-se, assim, a substituição de pequenos estabelecimentos de comércio alimentar por grandes superfícies comerciais.

No período entre 2000 e 2005, verificou-se um forte recuo do número de estabelecimentos de comércio a retalho em contraponto a um aumento assinalável do número de estabelecimentos de

restauração e bebidas. No comércio a retalho, a quebra é significativa tanto no comércio alimentar (-1.000 estabelecimentos) como no comércio não alimentar (-500 estabelecimentos). No entanto, em termos de superfície de exposição e venda, estamos perante uma realidade diferente, isto é, o sector de comércio a retalho observa um aumento de cerca de 63.000 m², sendo o comércio não alimentar o principal responsável. No sector de restauração e bebidas a tendência de aumento mantém-se tanto em relação ao número de estabelecimentos como para a área de clientes.

No período de 2005 a 2007, mantêm-se as tendências dos últimos anos: diminuição do número de estabelecimentos de comércio a retalho (-324), crescimento do subsector de restauração e bebidas (+288); e aumento da superfície média de exposição e venda dos estabelecimentos de comércio a retalho (incremento da dimensão média dos estabelecimentos).

No que se refere ao sector do Turismo, é possível avaliar de alguma forma a sua evolução através do subsector hoteleiro. Entre 1998 e 2006, registou-se um aumento do número de estabelecimentos hoteleiros e do número de camas em Lisboa, para o qual contribuiu principalmente o aumento do número de hotéis.

Figura 5.5 – Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros em Lisboa, em 1998 e 2006

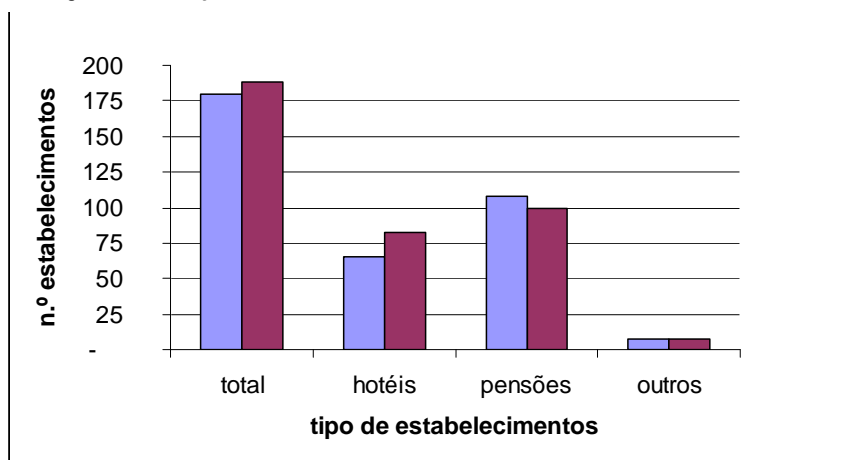
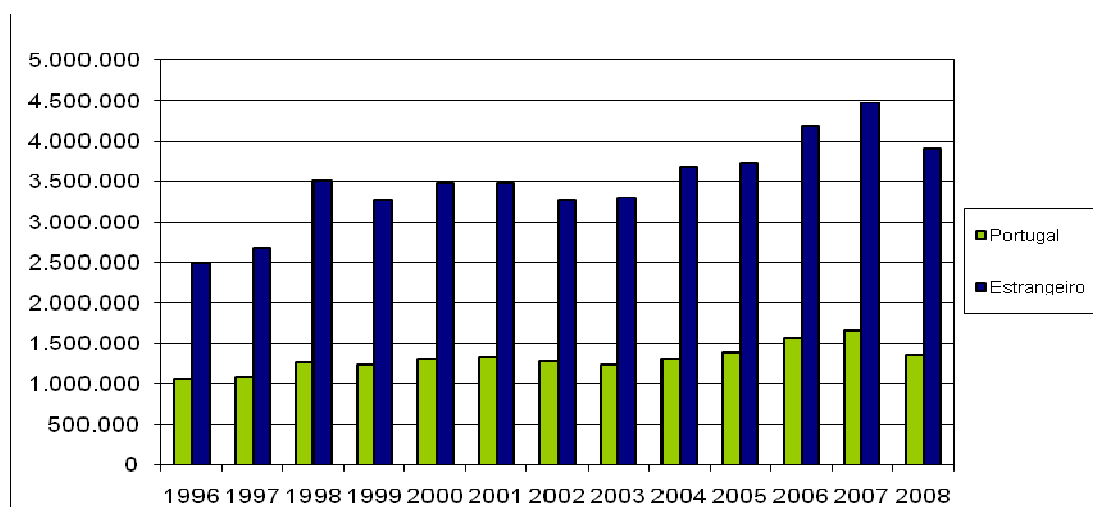


Figura 5.6 – Evolução do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Lisboa, 1996-2008



Fonte: ATL

A evolução do número de dormidas na cidade de Lisboa cresceu em conformidade com o aumento da oferta hoteleira. A realização do evento EXPO 98 possibilitou um salto de cerca de 1 milhão de dormidas, estabilizando entre os 3 e os 3,5 milhões nos anos subsequentes até ao ano 2004, precisamente quando as dormidas ultrapassam o número de 3,5 milhões por ano em resultado da realização do EURO 2004. Os anos mais recentes expressam um crescimento assinalável das dormidas, sempre acima dos 3,5 milhões de dormidas, afirmando-se Lisboa como uma cidade fortemente atractiva para o turismo com origem especialmente no estrangeiro, em resultado dos traços distintivos da dimensão cénica, amenidades ambientais, morfologia urbana e identidade e cultura.

Outra evidência da relevância da actividade turística para o desenvolvimento económico de Lisboa pode observar-se na evolução dos levantamentos nas caixas multibanco. Os valores médios dos levantamentos nacionais registaram incrementos ligeiramente superiores à média nacional entre 1999 e 2006. O crescimento mais significativo de Lisboa verifica-se nos levantamentos internacionais com um incremento de 19,7% face a 14,4% de Portugal e 16,4% da AML.

6 AMBIENTE

6.1 Caracterização climática

Caracterização climática geral

Pretende-se com a presente análise¹³, individualizar as principais características climáticas que influenciam o município de Lisboa.

Como elementos climáticos em análise, individualizam-se a Temperatura, a Precipitação, o Vento, o Nevoeiro e a Nebulosidade. Para tal, socorreu-se dos registos disponibilizados pelo Instituto de Meteorologia (IM), para as estações presentes em Lisboa, mais concretamente as estações meteorológicas automáticas (ETA's) do Geofísico e da Gago Coutinho. Em Lisboa, o IM dispõe ainda das Estações Automáticas Urbanas (RUEMA's) de Alvalade, Baixa, Benfica, Estrela e da Estefânia. O período temporal em estudo compreende cerca de 30 anos, 1961 a 1990.

Em termos genéricos, Lisboa é influenciada por um clima temperado caracterizado por apresentar:

- uma temperatura média anual da ordem dos 16°C, com mínimos a ocorrerem durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro (com 10°C) e máximos nos meses de Julho a Setembro (com valores médios de 20 a 25°C);
- valores médios anuais de precipitação da ordem dos 650mm aos 760mm, com máximos mensais a registarem-se durante os meses de Novembro (com 160mm) a Fevereiro e mínimos, nos meses de Julho e Agosto (valores de 3 a 7mm);
- ventos predominantes do quadrante Norte (N), embora os rumos Noroeste (NO) e Nordeste (NE) apresentem igualmente algum significado;
- ventos predominantes de Norte durante a época de Verão, ventos de Nordeste na estação de Inverno e ventos de Sudoeste, Oeste e Noroeste durante as estações intermédias;
- baixo número de registo de situações de nevoeiro. Estes momentos ocorrem especialmente nos meses de Dezembro e Janeiro, por oposição ao período de Verão;
- nebulosidade durante todo o ano, com maior intensidade durante o período de Inverno, onde se registam 10 a 15 dias por mês com nebulosidade de índice 8 (num intervalo compreendido entre 0 a 10).

¹³ Retirada do documento da CML “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

Para além desta caracterização genérica, Lisboa é, por vezes, influenciada por estados do tempo, imprevisíveis, que conduzem a condições excecionais. Encontram-se nesta situação os momentos de registo de:

- valores extremos de temperatura de mínima (onde se chega a atingir valores negativos) ou de máxima (quando os registos elevam-se a valores superiores a 40° C);
- valores elevados de pluviosidade para períodos curtos;
- vento forte, muito forte e rajadas com velocidades muito elevadas;
- situações de trovoada.

Consoante a época do ano, Lisboa é influenciada por diferentes condições atmosféricas, que permitem individualizar dois períodos climáticos distintos. Esta diferença inter-anual é explicada, pela desigualdade de repartição dos principais estados de tempo que influenciam o país, os quais resultam da migração em latitude da faixa de Altas Pressões Subtropicais e de Baixas Pressões das latitudes médias.

O primeiro período temporal inicia-se em Novembro e termina em Março. Caracteriza-se por apresentar:

- temperaturas médias mensais oscilando entre os 10 e os 14°C;
- índices de pluviosidade elevados, os quais chegam a atingir valores superiores a 95mm nos meses mais chuvosos (com destaque para Novembro);
- um período húmido prolongado;
- ventos predominantes de Norte (N), com uma velocidade média inferior a 15Km/h (o que coincide com os menores valores anuais);
- ventos extremos mais frequentes (incluindo as ocorrências das rajadas), especialmente nos meses compreendidos entre Dezembro e Fevereiro. Estes ventos são oriundos especialmente do quadrante NE (um dos rumos mais representativos dos ventos que influenciam Lisboa).
- maior probabilidade de ocorrência de situações de temporal;
- frequentes períodos do dia, com nevoeiro;
- valores de nebulosidade por vezes elevados (com índice superior a 8, numa escala de 0 a 10),
- maior número de dias com trovoada (entre 0,8 e 1,2 dias de trovoada por mês).

O segundo período compreende os meses de Abril a Outubro, e caracteriza-se por apresentar:

- temperaturas médias mensais a variarem entre os 19 e 23°C, apesar dos meses mais quentes (especialmente Julho e Agosto) registarem valores mais elevados;
- índices pluviométricos inferiores a 50mm, com excepção para o mês de Abril;
- uma época seca coincidente com os meses de Julho e Agosto;
- ventos vindos de diferentes quadrantes, embora predominantes de Norte;
- ventos com velocidades médias consideráveis;
- grande número de dias de céu limpo;
- um número insignificante de dias de trovoada por mês (0,2 a 0,8 dias/mês);
- Baixa probabilidade de tempo instável, esta situação manifesta-se quando a Península Ibérica encontra-se sob a acção de uma Depressão, com expressão em altitude. Estas Depressões determinam alguma instabilidade atmosférica, o que poderá desencadear situações de trovoada ou aguaceiros, que por vezes são acompanhadas da queda de granizo ou saraiva, ou da ocorrência de situações de rajada.

O Clima Urbano

(retirada do documento do Centro de Estudos Geográficos “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa)

Os espaços urbanos criam problemas ambientais particularmente graves, nos quais a componente climática assume grande relevância. Naturalmente, Lisboa não é excepção.

O Clima urbano (escalas local e microclimática) resulta da modificação das condições climáticas gerais (ponto 1) pelas características físicas da cidade, nomeadamente a morfologia urbana.

O aspecto mais estudado do clima urbano (em Lisboa, como noutras cidades do mundo) é, de longe, a ilha de calor urbano (IC) que tem implicações no conforto e na saúde dos cidadãos, no consumo de energia e de água e na qualidade do ar. Outro aspecto do clima urbano, é o das condições de ventilação, que influenciam não só o campo térmico urbano mas também (e sobretudo) a qualidade do ar.

Interessa referir a “Ilha de Calor Urbana” da atmosfera urbana inferior que corresponde á zona entre o nível do solo e o nível médio do topo dos edifícios, cujas principais causas derivam da geometria urbana, da poluição do ar, da emissão de calor a partir dos edifícios, tráfego e metabolismo dos organismos vivos e da cobertura do solo e materiais de construção

Os estudos levados a cabo no Centro de Estudos Geográficos indicam a existência de ilhas de calor urbano da atmosfera inferior sobretudo nocturnas, embora possam também ocorrer durante o dia.

A intensidade média da IC nocturna da atmosfera inferior situa-se em geral entre 1°C e 4°C, embora se possam verificar intensidades muito superiores

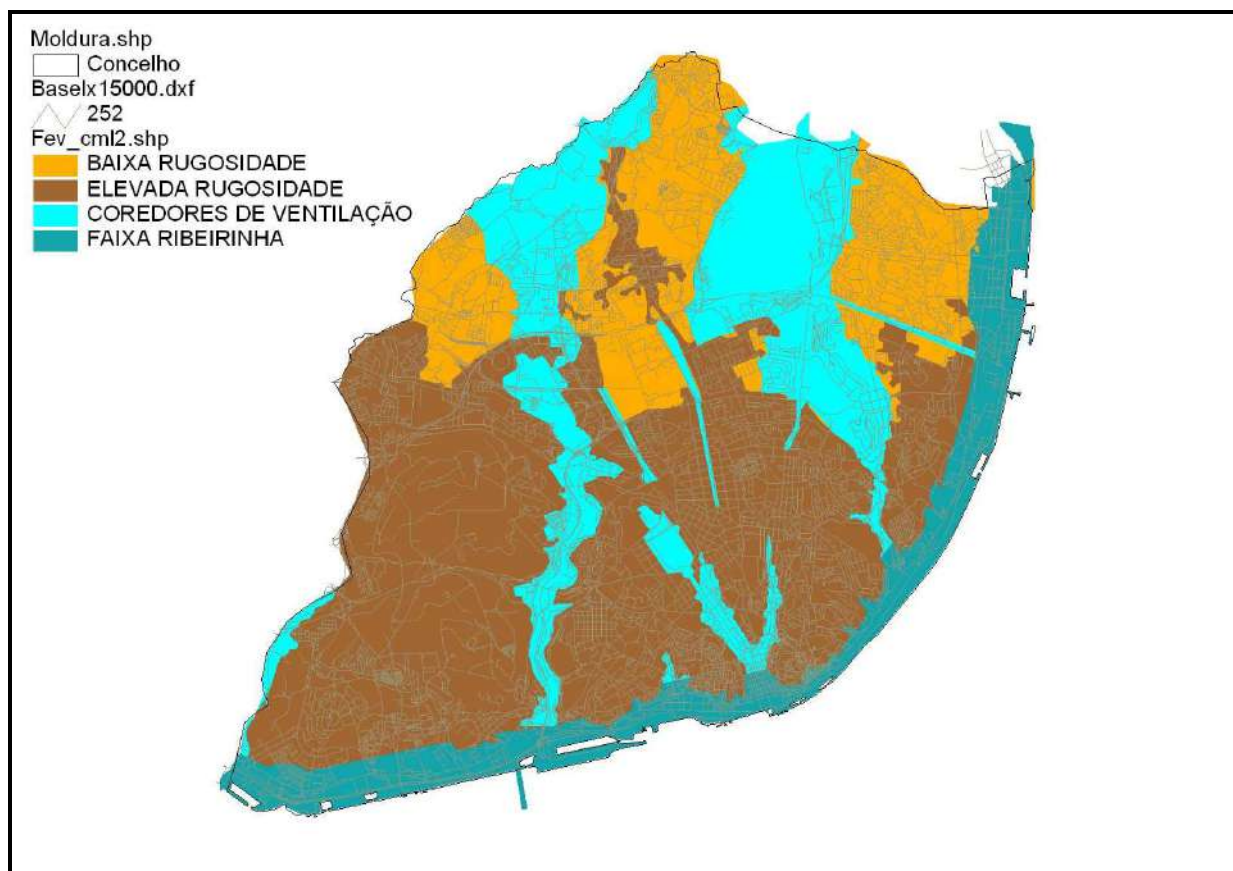
A influência das brisas e dos nevoeiros provenientes do oceano e do estuário do Tejo podem determinar nas zonas baixas da cidade “ilhas de frescura”

Como orientações climáticas para o Ordenamento de Lisboa foram delimitados os “corredores de ventilação” e a “frente ribeirinha” onde se propõem medidas concretas para facilitar a circulação do vento, quer o vento regional dominante do quadrante norte, quer das brisas do estuário e do oceano no sentido de contribuir para o melhoramento das condições térmicas e de qualidade do ar em toda a cidade, designadamente:

- manter a baixa rugosidade¹⁴ aerodinâmica, que se pode alcançar deixando espaço suficiente entre edifícios, cumprindo uma relação $H/W \leq 1$ (altura dos prédios x largura das ruas) e não construindo edifícios com fachadas altas e extensas perpendiculares aos ventos dominantes
- criar espaços verdes de grande dimensão no interior de diversos bairros e nas áreas entre eles
- evitar a construção de edifícios altos ou médios paralelos á margem do Tejo, sendo igualmente de evitar a plantação de manchas arbóreas densas nessas áreas
- deixar livre de construção vias de penetração com um eixo perpendicular ou oblíquo em relação á margem do Tejo

¹⁴ A rugosidade aerodinâmica em contexto urbano relaciona-se essencialmente com a morfologia urbana, mais propriamente com a maior ou menor concentração de edifícios e a variação das sua alturas, numa determinada área - o que irá modificar os campos de vento.

Figura 6.1 – Níveis de Rugosidade e Corredores de Ventilação



6.2 Poluição sonora

Conceito

Em 2007 as questões de poluição sonora foram objecto de revisão legislativa, estando actualmente enquadradas no Regulamento Geral do Ruído (RGR), Decreto – Lei 9/2007 de 17 de Janeiro.

Este novo diploma legal revogou na totalidade o anterior Regime Legal da Poluição Sonora, apresentando alterações significativas quer na definição de limites de exposição sonora, períodos de referência e parâmetros de caracterização do ambiente sonoro. Introduziu, também, alterações ao nível da avaliação da incomodidade sonora, especialmente no que respeita à metodologia de avaliação.

No entanto, porque à data do presente trabalho não se dispunha do Mapa de Ruído de Lisboa actualizado, de acordo com o actual RGR, apenas se trataram os dados referentes ao Mapa de Ruído elaborado em 2000 o qual cumpre os requisitos do anterior diploma legal, o Regime Legal da Poluição Sonora (RLPS), (Decreto – Lei 292/2000 de 14 de Novembro). Assim é considerado o parâmetro acústico de referência, o nível sonoro contínuo equivalente, ponderado A (LAeq), os períodos de referência diurno e nocturno e os limites de exposição sonora, para zonas mistas, designadamente :

Quadro 6.1 – Limites de ruído para Zonas Mistas

Limite do ruído ambiente exterior (período de referência diurno)	Limite do ruído ambiente exterior (período de referência nocturno)
LAeq ≤ 65dB(A)	LAeq ≤ 55 dB(A)

O Mapa de Ruído utilizado é um mapa global que apresenta a contribuição sonora do tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo.

À luz do estabelecido no Decreto - Lei 146/06 de 31 de Julho que transpõe para o direito interno a Directiva Europeia 2002/ 49/ CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente e tendo como referência o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável aprovados pelo Governo estabeleceu-se como indicador relevante a **estimativa da população residente exposta a níveis de ruído acima dos limites legais**, em ambos os períodos de referência, período diurno e período nocturno. A fim de se obterem dados espaciais foi também considerado o indicador relativo ao território, % área localizada em zona cujos limites de exposição sonora são excedidos, em período diurno e período nocturno.

Estes indicadores permitem conhecer a evolução da população exposta a níveis sonoros prejudiciais à saúde e de que modo as medidas preventivas, em especial ao nível do planeamento urbano, e as

medidas correctivas têm sido eficazes na redução do ruído a que a população residente na cidade de Lisboa está exposta.

Metodologia

O cálculo dos valores de população exposta a níveis de ruído acima dos limites teve por base os dados de população do INE, os dados por subsecção estatística, resultantes dos Censos de 2001.

Para obtenção dos dados acústicos foi determinado o Mapa de Conflitos, com base no Mapa de Ruído de Lisboa, de 2000.

Por recurso a ferramentas informáticas (ArcGis e folha de cálculo) foi determinado o número de edifícios que se localiza na “zona ruidosa”, isto é, nas áreas cujos níveis de ruído estão acima dos limites, a partir dos quais se obteve uma percentagem ponderada de referência. Esta percentagem foi, posteriormente, aplicada ao número de residentes das subsecções incluídas nas respectivas “zonas ruidosas”

Quanto à contabilização das áreas afectadas por ruído acima dos limites foi considerado o somatório de todas as áreas localizadas nas “zonas ruidosas”. Sendo que, este indicador, apesar de poder dar informação sobre o território afectado, não dá necessariamente informação relativa aos receptores. Isto é, podemos ter zonas com elevada área afectada por ruído, no entanto não apresentar edificações, não afectando, por isso, quaisquer receptores

Resultados

Os dados obtidos para o ano de 2001 relativos à população residente e áreas afectadas pelo ruído acima dos limites legais, considerando todo o território do município de Lisboa como zona acústica mista apresentam-se no Quadro 2.

De acordo com o RLPS, define-se **Zona Mista** como área definida em plano municipal de ordenamento do território vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, contendo unidades de comércio e de serviços.

Quadro 6.2 – População e áreas afectadas por ruído acima dos limites legais

População		Área (ha)	
Período Diurno	Período Nocturno	Período Diurno	Período Diurno
114585	106843	2141	1792

Análise

O total da população que reside em zona acústica mista, com níveis sonoros acima dos limites de exposição sonora ($LA_{eq} \geq 65$ dB(A) e $LA_{eq} \geq 55$ dB(A)) constitui, tanto em período diurno como nocturno, cerca de 20% da população residente na cidade. Localizando-se as habitações em áreas envolventes às principais vias de tráfego de atravessamento e avenidas com elevados fluxos de tráfego.

O total da área do território localizada em zona acústica mista, com níveis de ruído acima dos limites de exposição sonora constitui cerca de 25%, no período diurno e 21%, no período nocturno, da área da cidade. No período nocturno os valores são ligeiramente mais baixos, dado que há uma redução de tráfego que circula durante a noite, em especial nos grandes eixos viários como a Circular Regional Interior de Lisboa, A5, Eixo Norte/Sul e Radial de Benfica.

Em 1996 no âmbito dos trabalhos do Livro Verde sobre a Política de Ruído se estimava que 20% da população da EU – 15 estava exposta a níveis de ruído ambiente inaceitáveis.

As principais fontes sonoras dos centros urbanos são o tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo. Não sendo de desprezar o ruído com origem em actividades industriais e algumas actividades comerciais e de lazer, em especial as nocturnas.

A temática do ruído, em Portugal, tem vindo a ser objecto de medidas legislativas devendo continuar a ser prioridade das políticas ambientais, assim como de outras políticas sectoriais nomeadamente na gestão urbana (gestão dos espaços e do edificado), gestão dos sistemas de transportes, e das políticas e estratégias de planeamento a nível local, regional e nacional.

6.3 Poluição atmosférica

Emissões atmosféricas

Conceito

A inventariação das emissões atmosféricas tem como principais objectivos, a identificação das fontes emissoras e de sumidouros de poluentes atmosféricos, bem como a quantificação das emissões e remoções associadas a essas fontes e sumidouros, nomeadamente a remoção de CO₂ da atmosfera em resultado do sequestro de carbono na biomassa.

Existem diversos documentos de enquadramento das questões de poluição atmosférica no presente relatório, apenas se referem os mais relevantes.

Em 31 de Maio de 1994 Portugal assinou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC). De acordo com a qual todas as partes devem periodicamente actualizar, publicar e facultar à Conferência das Partes (COP12) através do secretariado da UNFCCC, um inventário de emissões por fontes e remoções por sumidouros dos gases com efeito de estufa não controlados pelo protocolo de Montreal. O inventário deve ainda conter informação relativamente aos gases emitidos para a atmosfera e indirectamente responsáveis pelo efeito de estufa: CO, NO_x e COVNM, bem como o SO_x.

Para além deste documento há a referir o Protocolo de Quioto, a Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância, a Directiva Tectos de Emissão Nacional, que estabeleceu tectos nacionais de emissão a não ultrapassar, em 2010, para poluentes atmosféricos acidificantes e eutrofizantes e para os poluentes precursores de ozono.

Outro documento de enquadramento extremamente importante e de carácter abrangente é a Estratégia Temática da Poluição Atmosférica.

A Estratégia Temática da Qualidade do Ar (COM(2005) 446 da Comissão para o Conselho e Parlamento em 21 de Setembro de 2005) foi desenvolvida no âmbito do sexto programa de acção ambiental e é baseada nos trabalhos do programa CAFE (Clean Air For Europe). De acordo com este documento constitui prioridade a redução dos problemas de saúde humana devidos à poluição atmosférica e a manutenção dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere às chuvas ácidas e eutrofização. Define como poluentes prioritários o ozono troposférico e as partículas e estabelece para 2020 a redução das emissões de SO_x, NO_x, COV, NH₃ e PM_{2.5}.

A mesma Estratégia aponta como instrumentos a inclusão das questões ambientais nas políticas sectoriais, nomeadamente as da energia (metas para as energias renováveis, bio-combustíveis, cogeração, eficiência energética dos edifícios, eco-labelling e eco-design), a expansão da regulação PCIP para unidades de combustão inferiores a 50 MWth, transportes (transferência para modos menos poluentes, redução das taxas de emissões nos transportes terrestres, aéreos e marítimos, alterações nos combustíveis, melhorias no tráfego, internalização de externalidades e controlo das emissões de VOC dos combustíveis líquidos), agricultura (tendo em consideração que esta é a principal actividade responsável pela emissão de amónia).

Em 2005, Portugal desenvolve o Sistema Nacional para o Inventário de Emissões e Remoções de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA). A sua adopção formal e legal é feita pela Resolução de Conselho de Ministros N.º 68/2005 de 17 de Março, criando a estrutura legal, institucional e processual que assegura a obtenção de estimativas precisas, assim como o cumprimento das exigências de arquivo e documentação.

No seguimento da Estratégia Temática está a decorrer o processo de revisão da Directiva relativa aos Tectos de Emissão Nacionais, no âmbito da qual os inventários de emissões atmosféricas, são fundamentais. A nova Directiva irá estipular tectos nacionais de emissão para SO₂, NO_x, NH₃, COV e PM, que se traduzirão no esforço de redução de emissões, a nível nacional, a alcançar em 2020 e que afectará todos os sectores de actividade

Metodologia

O inventário de emissões baseia-se nos dados fornecidos por entidades de tutela sectorial, designadamente Instituto Nacional de Estatística, Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção-Geral de Geologia e Energia, entre outros, em função dos diversos sectores de actividades e factores de emissão, devidamente calibrados para a realidade nacional.

No Inventário de emissões são consideradas as fontes fixas, unidades industriais e fontes em área, as vias de tráfego. As emissões de fontes lineares como é o caso das vias rodoviárias foram convertidas em emissões por área de acordo com a extensão de via que atravessa cada município.

Resultados

De acordo com os dados publicados pela CCDR/LVT dos dois inventários de emissões atmosféricas para o território nacional, relativos aos anos de 2001, 2003 e 2005 recolheu-se um resumo dos resultados que se apresentam no Quadro 6.3.

Os dados referem-se apenas aos seguintes poluentes: óxidos de enxofre (Sox); óxidos de azoto (Nox); compostos orgânicos voláteis Não-Metânicos (COVNM) e partículas com diâmetro inferior a 10 µm (PM10). Estes poluentes têm origem essencialmente no tráfego rodoviário.

Quadro 6.3 – Emissões atmosféricas do município de Lisboa, em Ton/Km²

Ano/Poluente	SOx	NOx	COVNM	PM10
2001	53	176	72	52
2003	9	99	122	42
2005	7	91	116	38

Análise de Resultados

Os compostos orgânicos voláteis apresentam os valores mais elevados de emissões atmosféricas poluentes, seguidos dos óxidos de azoto e das partículas. Na generalidade, entre 2001 e 2005 tem ocorrido um decréscimo das emissões atmosféricas poluentes

O inventário de emissões para o ano de 2005 refere, também que:

As emissões nacionais de SOx provenientes dos sectores “Produção de Energia”, Combustão na Indústria” e “Processos Industriais contribuíram com 92,6% para o total de emissões nacionais deste poluente. Atendendo que este poluente é característico de fontes industriais o município de Lisboa não revela, em geral, níveis de emissões de SOx muito elevados.

As emissões de NOx, em Portugal provêm principalmente do sector dos “Transportes Rodo/Ferrovíarios” (36,2%), da “Produção de Energia” (21,0%) e da “Combustão Industrial” (20,2%), sem incluir emissões provenientes de fontes naturais. As fontes pontuais, com origem nos “Transportes Rodo/Ferrovíarios”, representavam, em 2005, em Lisboa, cerca de 32,1% das emissões de NOx.

Considerando apenas as emissões de COVNM, de origem antropogénica, verifica –se que são os sectores “Uso de Solventes”, “Transportes Rodo/Ferrovíarios” e “Processos Industriais” os que mais contribuíram (67,7% das emissões antropogénicas), seguindo-se os sectores “Agricultura”, “Emissões Fugitivas”, “Pequenas Fontes de Combustão” e “Combustão Industrial” que registaram percentagens de contribuição que variam entre 4,3% e 8,2%. As emissões de COVNM de origem antropogénica resultaram na sua maioria das fontes em área.

Os municípios com maior produção de emissões de COVNM de origem antropogénica são:

- Em resultado das emissões industriais – Barreiro, Matosinhos e Sines;
- Lisboa, Amadora e Porto, devido à elevada densidade populacional. Nestes municípios as principais fontes de emissão de COVNM provêm fundamentalmente do sector dos “Transportes Rodo/Ferrovíarios”

As emissões de partículas, PM10, por fontes pontuais individualizadas representavam 33% do total de emissões deste poluente.

A indústria é um sector que contribuiu muito significativamente para as emissões de PM10 em Portugal, designadamente, a Siderurgia Nacional, localizada nos municípios da Maia e do Seixal. O conjunto de indústrias localizadas no Barreiro também contribuiu para um valor elevado de emissão de PM10.

Por outro lado, a presença de uma elevada densidade populacional na Amadora, Lisboa e Porto, justifica os valores elevados de emissão de partículas PM10 sendo os “Transportes Rodo/Ferrovíarios”, “Uso de Solventes” e “Pequenas Fontes de Combustão” os sectores que mais contribuíram.

Gases com efeito de estufa (emissões de CO2)

Conceito

A Europa está empenhada em encontrar formas de melhor controlar as emissões de gases que estão a provocar alterações climáticas a nível mundial, através da promoção da eficiência energética e integração de energias renováveis nos edifícios, na perspectiva de melhorar o seu conforto e a sua performance ambiental.

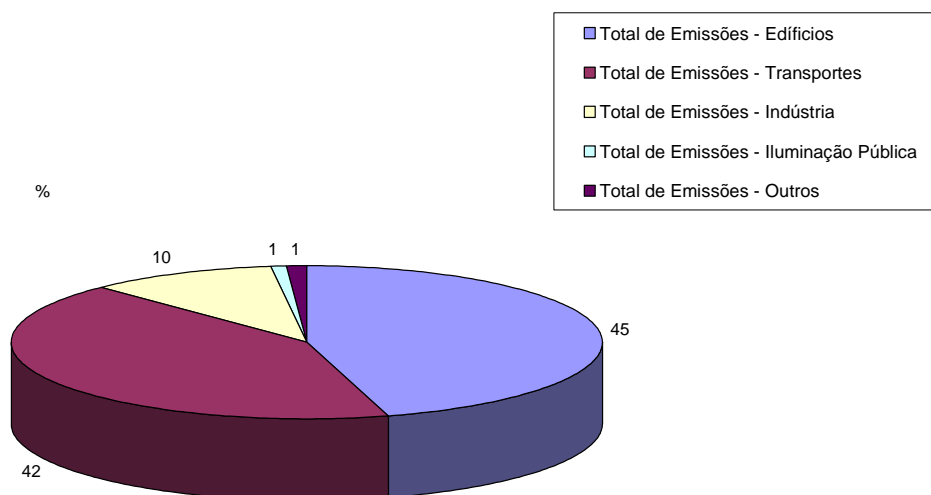
De acordo com trabalhos desenvolvidos pela Agência Municipal de Energia, Lisboa E - Nova os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo global de energia e de quase a mesma percentagem das emissões de CO2.

Metodologia

Os dados das estimativas de emissões de dióxido de carbono (CO2) por tipologia de utilização, foram calculados com base em factores de emissão e nos dados dos consumos energéticos por utilização de acordo com o estudo elaborado pela Lisboa E – Nova, em 2005. Nesse estudo as emissões são

contabilizadas, tanto de forma directa, como indirecta a partir dos factores de emissão dos produtores da energia. Os resultados são apresentados no Gráfico da Figura 6.2:

Figura 6.2 – Percentagem do total de emissões de CO₂, em 2005, por tipo de utilização



Do conjunto considerado os edifícios residenciais são os que maior peso têm para a emissão de CO₂, seguido dos transportes e indústria. A iluminação pública é a utilização que apresenta a menor contribuição para os gases de efeito de estufa (CO₂).

Qualidade do ar

A emissão de poluentes para a atmosfera está relacionada com as actividades humanas, destacando - se, a indústria, a agricultura, os transportes rodoviários, marítimos e aéreos. A degradação da qualidade do ar ambiente depende das quantidades de poluentes emitidas e das condições meteorológicas.

A avaliação dos poluentes atmosféricos é, em geral, feita à escala regional e local. À escala local são os grandes centros urbanos que apresentam uma maior degradação da qualidade do ar, resultante principalmente do tráfego rodoviário, como é o caso de Lisboa.

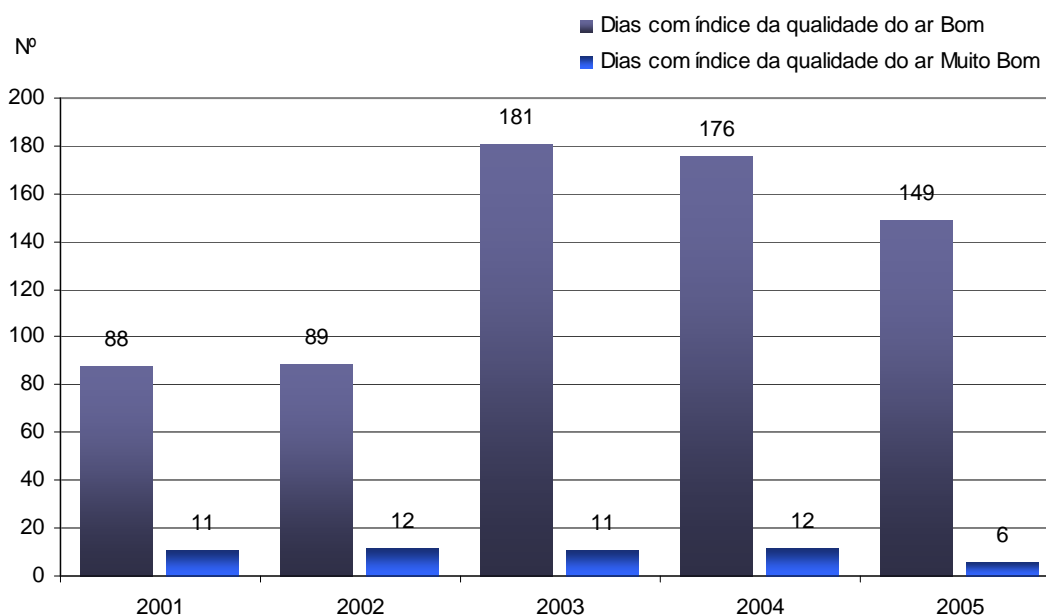
Os maiores impactes fazem-se sentir na saúde humana (provocando doenças respiratórias e mortes prematuras em toda a Europa), na deterioração do património construído e no ambiente em geral.

De acordo com o identificado na Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica a melhoria da qualidade do ar verificada nas últimas décadas foi um dos sucessos da política comunitária em matéria de ambiente, revelando que é possível compatibilizar crescimento económico sem degradação do ambiente. No entanto, persistem ainda problemas de qualidade do ar à escala

européia e em Portugal. Ao nível nacional e europeu os poluentes que mais contribuem para a deterioração da qualidade do ar são o ozono, ao nível do solo, e as partículas, sendo estes os poluentes mais preocupantes no que se refere à saúde pública.

Como se pode verificar nos gráficos seguintes a evolução do índice de qualidade do ar Bom e Muito Bom está relacionado com os poluentes atrás referidos, Ozono e Partículas e nalguns casos os Óxidos de Azoto.

Figura 6.3 – Índice de qualidade do ar



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA); www.qualar.org

O índice de qualidade do ar resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede numa determinada área. Os valores determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os piores poluentes responsáveis pelo índice.

A evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Bom e Muito Bom é constituído por 4 poluentes: Dióxido de azoto (NO₂), Monóxido de carbono (CO 8h), Ozono (O₃), Partículas inaláveis ou finas (PM₁₀)

Em 2002 verificou-se um crescimento acentuado do número de dias com índice de qualidade do ar Bom, relativamente aos anos 2001 e 2002. A partir de 2003 tem-se verificado um ligeiro decréscimo no número de dias com qualidade do ar Bom, sendo este mais acentuado em 2005. Neste último ano, para o qual se dispõe de dados, os dias com índice de qualidade do ar Bom só unicamente, cerca de, 40% dos dias do ano.

O número de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom, de 2001 a 2004 tem apresentado valores reduzidos, da ordem dos 12 dias por ano. Em 2005 verifica-se um decréscimo acentuado, reduzindo para metade (6 dias) o número de dias no ano com índice de qualidade do ar Muito Bom.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, a excedência dos valores limite obriga à elaboração de Planos e Programas integrados, com vista à melhoria da qualidade do ar, de modo a que em 2005 e 2010, dependendo dos poluentes, seja dado cumprimento aos valores limite nas Zonas e Aglomerações. No que toca à ultrapassagem dos limiares de alerta, a legislação obriga a que, nos casos em que se verifique risco da sua excelência, sejam elaborados Planos de Acção de Curto Prazo, com o objectivo de reduzir o número e duração das referidas excedências.

Assim, foi recentemente aprovada a Portaria nº 715/2008, de 6 de Agosto, que aprova o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, aplicável às aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa Norte e Área Metropolitana de Lisboa Sul e Setúbal, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR/LVT). Na sequência deste documento legal foi assinado um Protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a CCDR/LVT visando a criação de medidas para melhoria da qualidade do ar e redução dos níveis de ruído na cidade de Lisboa, considerando entre outros aspectos o compromisso da Comissão Europeia, nos próximos 11 anos, em reduzir 20% das emissões de Gases com Efeito de Estufa, contribuir em 20 % com energias renováveis para o total da energia consumida e reduzir 20% do consumo dessa energia, através de medidas de eficiência energética.

6.4 Riscos antrópicos e naturais

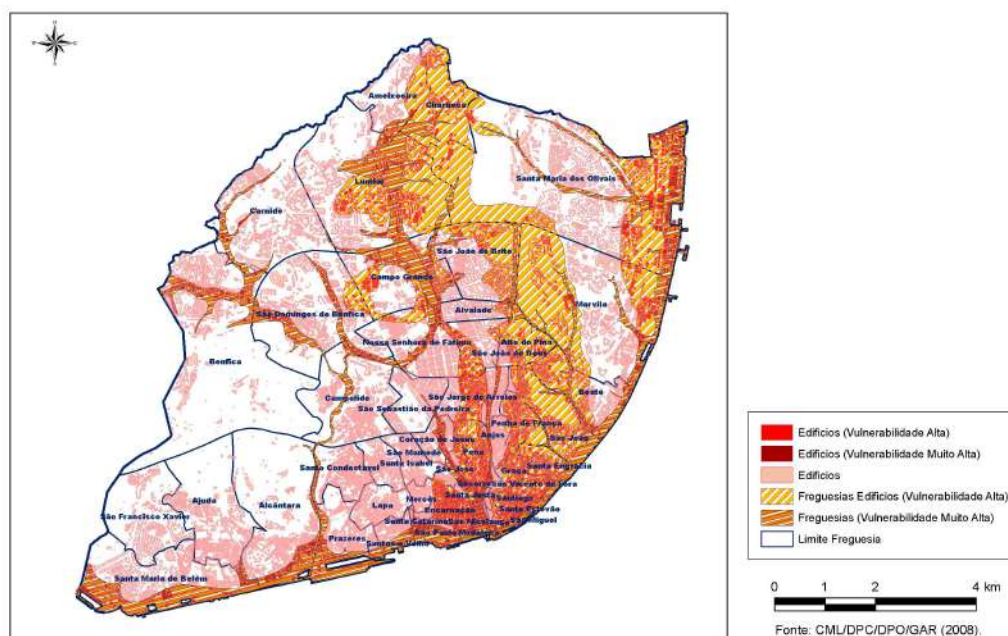
Risco sísmico

Com base na Carta de vulnerabilidade ao risco sísmico, elaborada em 2005 pelo Departamento de Protecção Civil (DPC) a qual deveria ser integrada nos estudos de Revisão do PDM, pretendeu-se conhecer qual a área da cidade, sujeita a alta e muito alta vulnerabilidade sísmica, bem como a população residente e o edificado existente nessas áreas de risco. (ver figura 1)

Assim recorrendo às potencialidades *software* de SIG, procedeu-se à sobreposição e conseqüente cruzamento da variável vulnerabilidade, pelos temas freguesia, população residente e número de edifícios.

Como fontes de informação, referem-se para os temas freguesias e número de edifícios, a CML/DIGC de 2008 e para a variável população residente, os dados definitivos dos Censos de 2001 do INE, por subsecção (BGRI).

Figura 6.4 – Áreas de Vulnerabilidade ao risco sísmico, no município de Lisboa



Área

No município de Lisboa, 41 das 53 freguesias presentes, apresentam parte do seu território situado em áreas de alta vulnerabilidade sísmica e 46, classificadas como muito alta vulnerabilidade.

Espacialmente, a área de alta vulnerabilidade compreende 19.280,78km² e a de muito alta vulnerabilidade 12.380,15m²; o que corresponde respectivamente a 22.9% e a 14.6% do total do município (84.372,98km²).

Estimativa da População Residente (2001)

A área classificada como **de alta vulnerabilidade ao risco sísmico constitui o local de residência para 204.720 habitantes**, distribuídos pelas 41 freguesias de Lisboa (ver quadro 1).

Em termos percentuais corresponde a **cerca de 36%** do total de residentes da cidade (564.657 residentes). As freguesias mais afectadas em termos populacionais são Marvila, Lumiar e São João, que contabilizam cerca de 53751 pessoas o equivalente a 26% da população abrangida por esta área de Alta Vulnerabilidade.

Relativamente às áreas classificadas como Muito Alta vulnerabilidade ao risco sísmico, o total de população residente compreende **130.404 residentes repartidos por 46 freguesias, o que corresponde a 23% do total da população concelhia** (ver quadro seguinte).

As freguesias mais populosas correspondem às de São Domingos de Benfica, Benfica e Lumiar, que abrangem cerca de 48697 residentes o equivalente a 37% da população abrangida por esta área de Muito Alta Vulnerabilidade.

Quadro 6.4 – População residente por freguesias, em áreas classificadas como de alta e muito alta vulnerabilidade ao risco sísmico

Alta vulnerabilidade ao risco sísmico				Muito alta vulnerabilidade ao risco sísmico			
Cód.	(*)	Nº	População	Cód. (*)	Nº	População	
21		131	18813	39	86	17468	
18		124	17921	8	84	15961	
41		71	17017	18	93	15268	
33		140	15976	33	103	8556	
25		62	13425	9	35	7221	
7		84	12322	44	28	6123	
13		104	10249	41	19	4211	
44		39	10019	2	35	4169	
3		51	8335	23	26	3886	
42		57	7659	11	34	3538	
16		31	6870	32	57	3310	
43		68	6477	21	60	3059	
9		36	6330	42	24	3012	
24		45	6068	7	25	2759	
29		35	5860	4	9	2532	
23		32	4358	13	18	2520	
51		33	4267	14	23	2320	
6		21	3934	49	55	2310	
39		33	3336	29	10	2047	
15		55	3182	43	3	1953	
28		30	2274	51	7	1762	
36		39	2042	10	45	1584	

Alta vulnerabilidade ao risco sísmico			Muito alta vulnerabilidade ao risco sísmico		
5	28	1968	6	16	1576
14	7	1926	5	8	1439
4	9	1925	53	7	1253
45	17	1870	48	49	1175
49	17	1787	26	29	1162
47	25	1740	47	13	929
52	18	1160	52	12	784
27	17	880	45	10	757
34	14	857	25	8	651
53	3	761	50	7	612
38	10	629	16	1	608
12	8	587	28	3	479
31	15	541	31	23	466
46	1	424	46	1	424
22	5	369	37	11	395
20	11	341	3	12	391
48	4	98	36	17	391
19	3	67	38	3	379
8	1	56	22	2	249
Total	1534	204720	1	2	220
			19	12	200
			24	1	173
			20	3	89
			35	11	33
			Total	1140	130404

(*) Ver Capítulo da Demografia, onde se apresenta a correspondência entre o código e o nome da freguesia

Estimativa do Edificado (2008)

Pretende-se nesta análise conhecer o universo de edifícios totalmente ou parcialmente¹⁵ situados em áreas vulneráveis ao risco sísmico (classe alta e muito alta).

Da leitura da informação presente do quadro que se segue, conclui-se que **do total de 61.038 edifícios do município, 27.6% estão situados em áreas classificadas como alta vulnerabilidade e 11.4% nas de muito alta vulnerabilidade ao risco sísmico**. Do total de edifícios situados na área vulnerabilidade sísmica, entre 600 e 700 situam-se simultaneamente nas 2 classes: alta e muito alta.

Quadro 6.5 – Total de edifícios por freguesias, situados nas áreas classificadas como de alta e muito alta vulnerabilidade ao risco sísmico

Alta Vulnerabilidade		Muito Alta Vulnerabilidade		
Código Freguesia	Total de	Código Freguesia	Total de	
	3	460	0	73
	4	179	1	6
	5	162	2	306
	6	373	3	8
	7	1048	4	98
	9	210	5	57
	12	125	6	129

¹⁵ - Os edifícios foram cortados pelo limite das áreas apresentadas, pelo que existem situações em que um mesmo edifício foi considerado 2 vezes.

Alta Vulnerabilidade		Muito Alta Vulnerabilidade	
Código Freguesia	Total de	Código Freguesia	Total de
13	715	7	116
14	75	8	638
15	550	9	464
16	715	10	43
18	989	11	93
19	2	13	54
20	164	14	257
21	735	16	5
22	36	18	599
23	191	19	54
24	852	20	29
25	1174	21	100
27	198	22	21
28	412	23	130
29	682	24	6
31	140	25	1
33	842	26	132
34	153	28	26
36	363	29	35
38	75	31	202
39	109	32	311
41	1277	33	461
42	937	35	20
43	556	36	97
44	960	37	47
45	140	38	2
46	1	39	696
47	268	41	34
48	40	42	143
49	156	43	2
50	1	44	255
51	604	45	154
52	156	46	1
53	58	47	88
		48	425

Alta Vulnerabilidade		Muito Alta Vulnerabilidade	
Código Freguesia	Total de	Código Freguesia	Total de
		49	300
		50	66
		51	36
		52	43
		53	87
TOTAL	16883		6950

(*) Ver Capítulo da Demografia, onde se apresenta a correspondência entre o código e o nome da freguesia

As freguesias do Beato, Penha de França e São João destacam-se por apresentarem um maior número de edifícios situados na área de alta vulnerabilidade.

Quanto à área classificada como muito alta vulnerabilidade, o maior peso é dado às freguesias de São Domingos de Benfica, Benfica e Lumiar, todas elas com mais de 500 edifícios.

Inundações

O estudo do risco de inundação para Lisboa, foi desenvolvido com o objectivo de construir cartas de vulnerabilidade que permitam definir cenários tipificados e dotar a cidade, com um instrumento de gestão operacional, capaz de responder prontamente a eventuais Acidentes Graves ou Catástrofes, que daí possam decorrer. Estas cartas podem ser produzidas por graus de vulnerabilidade, causas de pedido de socorro e associadas a diferentes períodos de retorno.

Este estudo desenvolve-se em torno de uma análise a eventos históricos referentes a intervenções por inundação. Como fontes de informação, utilizaram-se os dados do Regimento de Sapadores de Bombeiros (RSB) e da Brigada de Colectores (BC) da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

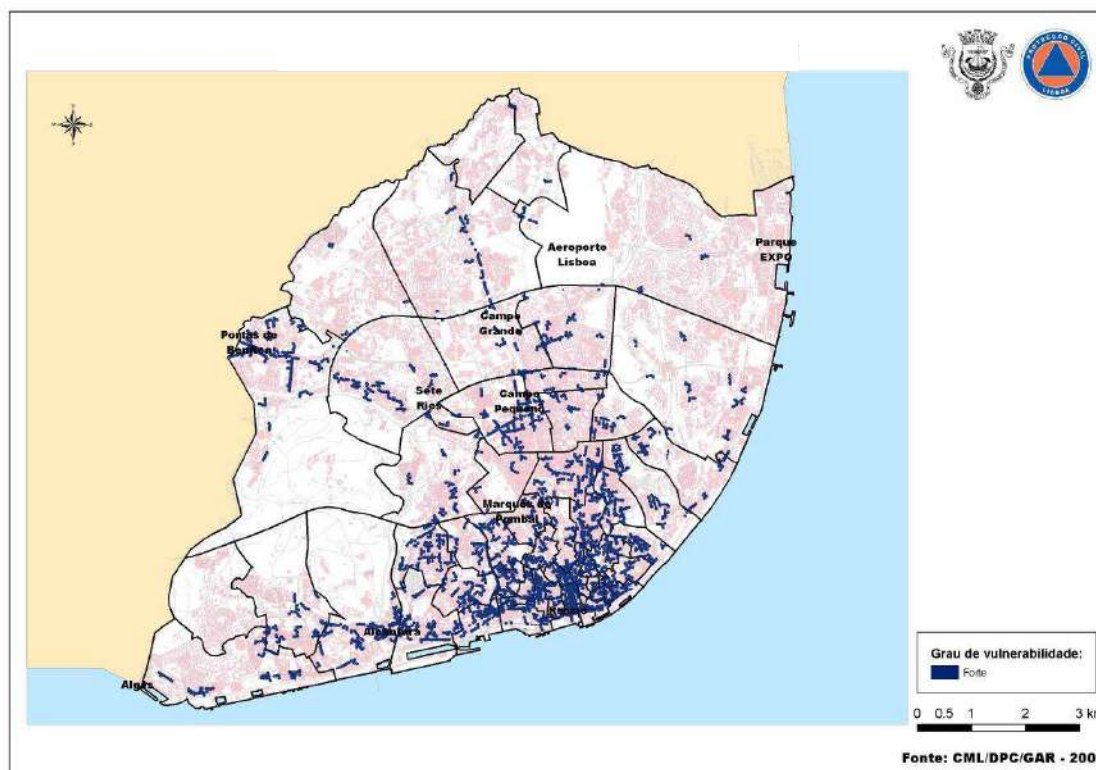
A variável precipitação foi utilizada como o principal parâmetro do estudo em análise, para definir períodos prováveis de ocorrência de inundação. Os dados meteorológicos foram fornecidos pelo Instituto de Meteorologia (IM) e analisados em termos de curvas de Intensidade-Duração-Frequência disponibilizados pelo Instituto da Água (INAG).

O estudo desenvolvido baseia-se numa confrontação dos dados meteorológicos limitados a períodos pré-definidos (momentos de queda de precipitações anómalas), com as intervenções registadas pelo RSB e com os locais prioritários de intervenção da BC.

Uma vez que as ocorrências registadas pelo RSB foram georreferenciadas ao eixo de via, não é possível extrapolar, com grau de segurança, o número de edifícios directamente afectados, bem como o número de residentes correspondente.

Tendo por base a leitura da informação apresentada na Figura 6.5, é possível delimitar as principais áreas vulneráveis ao risco de inundação, independentemente da causa de origem.

Figura 6.5 – Carta de Vulnerabilidade ao Risco de Inundação



Como principais áreas vulneráveis identificam-se, a zona central de Lisboa, centrado na Baixa e prolongando para Norte pelas Avenidas da Liberdade e Almirante Reis, a Este em direção a Santa Apolónia e para Ocidente, para o Cais-do-Sodrê. Áreas como a do vale de Alcântara (Calvário, Avenida 24 de Julho, Avenida de Ceuta), as Portas de Benfica (Estrada da Luz) e a Praça de Espanha/Campo Pequeno também se apresentam vulneráveis ao risco de inundação.

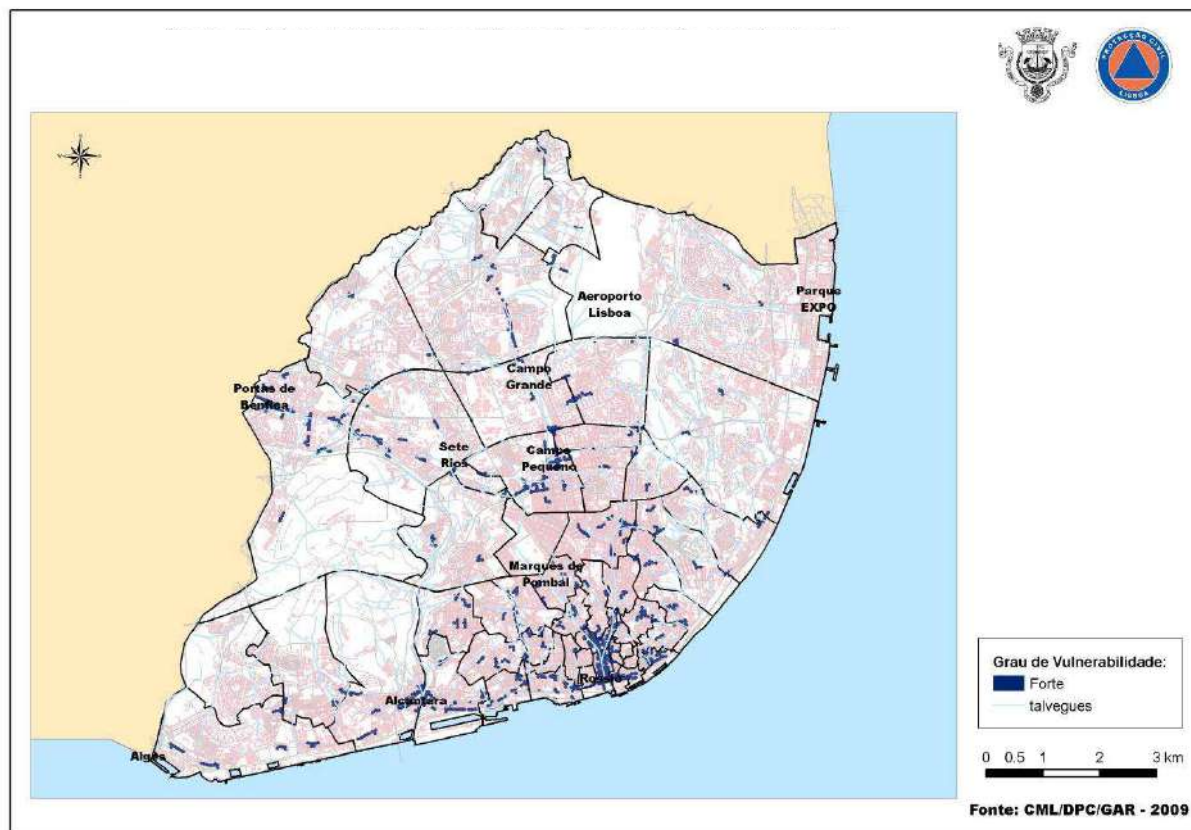
Consideram-se como causas responsáveis pela ocorrência de inundações as seguintes:

- Problemas de obras, estado de conservação ou de limpeza da via pública ou do parque edificado;
- Situações de entupimentos da via pública ou espaços edificados;
- Roturas/rebentamentos;
- Problemas de dimensionamento dos colectores;
- Problemas com bombas eléctricas particulares;
- Situação de deslizamentos/desabamentos ou aluimentos;
- Outras Situações.

Sabendo que a principal causa de inundação que interfere com o funcionamento da cidade, encontra-se associada a problemas de drenagem e a deslizamentos de terras, procedeu-se à construção de

uma nova carta onde são identificadas as principais áreas de vulnerabilidade, todas elas coincidentes com antigas linhas de água.

Figura 6.6 – Carta de Vulnerabilidade ao Risco de Inundação resultante de problemas de drenagem e/ou deslizamento/desabamento de terras



Esta análise permite não só identificar os pontos-chave mas definir e qualificar políticas de intervenção aquando da gestão urbanística e de manutenção.

6.5 Energia

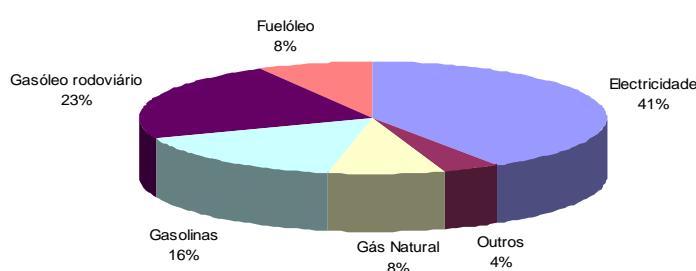
Em Portugal mais de metade do consumo de energia tem por base o petróleo tendo importado em 2007 16 410 toneladas de ramos e refinados, para satisfazer as suas necessidades energéticas.

Por outro lado, Portugal tem demonstrado pouca eficiência no modo como utiliza a energia, estando associados altos consumos energéticos a pequenos acréscimos produtivos.

Nos últimos anos tem-se registado um esforço grande na caracterização, promoção e sensibilização da problemática da energia em Portugal. Em consequência o Município de Lisboa tem desenvolvido diversas acções das quais se destacam a elaboração da Matriz Energética pela Agência Municipal de Energia, Lisboa e – nova, bem como a elaboração e aprovação em Assembleia Municipal da Estratégia Energética Ambiental.

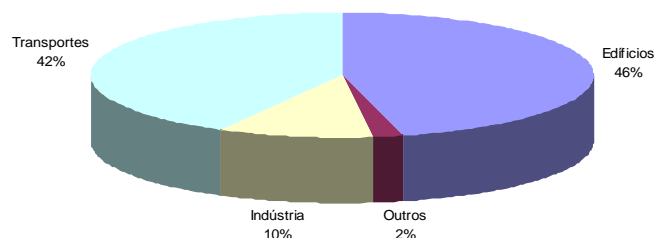
Os gráficos que seguidamente se apresentam, tiveram como metodologia e fonte a referida Matriz Energética, que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, Lisboa Gás, EDP, INE, empresas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, DGTT, PNAC e PROTAML. Tecnicamente a estrutura dos consumos foi elaborada em unidades de “energia primária” de modo a contabilizar a eficácia dos sistemas de produção de energia transformada

Figura 6.7– Repartição do consumo de energia primária



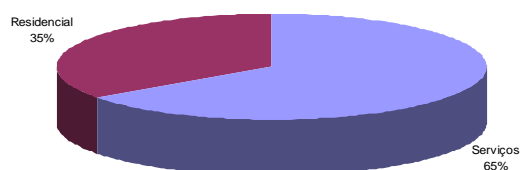
No que respeita à repartição do consumo da energia primária, relativa ao ano de 2002 no Concelho de Lisboa, pelas diferentes formas de energia, pode observar-se que a forma de energia com maior peso no consumo da energia primária é a electricidade, seguindo-se o gasóleo, as gasolinas, o fuelóleo e o gás natural.

Figura 6.8 – Consumo da energia primária pelas diferentes tipos de sectores



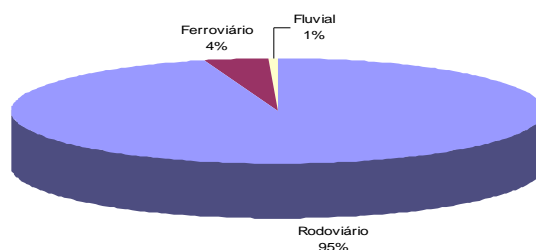
Relativamente ao consumo da energia primária pelos diferentes tipos de sectores relativos ao ano de 2002, constata-se que os edifícios são os principais consumidores de energia primária, em segundo lugar é o sector dos transportes e finalmente, o sector industrial, que em Lisboa tem um peso muito reduzido no balanço energético da cidade.

Figura 6.9 – Consumo da energia primária pelas diferentes tipos de edifícios



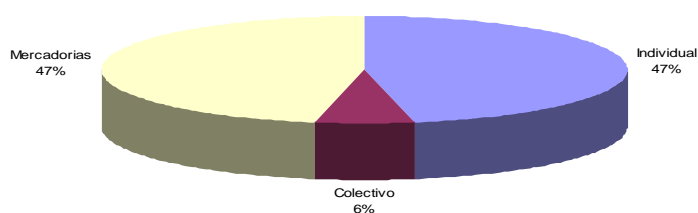
Considerando o consumo da energia primária pelos diferentes tipos de edifícios relativos ao ano de 2002, é bem visível que de entre o total de edifícios, os destinados a serviços são os principais consumidores relativamente aos de uso residencial.

Figura 6.10 – Consumo da energia primária pelos diferentes modos de transporte



Analisando o consumo da energia primária pelos diferentes modos de transporte relativos ao ano de 2002, é o modo rodoviário o maioritariamente dominante no consumo de energia primária, quando comparado com os modos ferroviário e fluvial.

Figura 6.11 – Consumo da energia primária pelas diferentes classes de veículos



Na repartição do consumo da energia primária pelas diferentes classes de veículos (modo rodoviário) relativos ao ano de 2002 é visível o maior peso do consumo de energia atribuído ao transporte individual e de mercadorias, contra o reduzido peso comparativo do transporte colectivo

A Matriz Energética esteve igualmente na base da elaboração da Estratégia Energética Ambiental, assim como, as Matrizes de Materiais e da Água.

Constitui grande preocupação deste documento estratégico o elevado consumo de energia pelo sector dos transportes e edifícios, em especial os de serviços.

A Estratégia Energética Ambiental para Lisboa tem como princípio fundamental que a “Política energética será centrada nos recursos naturais renováveis e na eficiência energética, encarada como estruturante do ordenamento do território e em particular do planeamento urbano”.

As metas definidas neste documento vão ao encontro das metas nacionais, referindo-se aqui as acções de curto prazo previstas:

- Implementação dos primeiros pontos de carregamento de veículos eléctricos (plug-in);
- Apresentação do Plano Mobilidade do edifício Campo Grande
- Apresentação do Certificado Energético do edifício Campo Grande e do caderno de encargos que define a optimização do desempenho energético.
- Início do Projecto DISPLAY nos edifícios da CML
- Apresentação do manual de boas práticas “Reabilitação Sustentável para Lisboa”
- Início de monitorização contínua na iluminação pública e semáforos;
- Inauguração do primeiro eixo com semáforos LED em Lisboa;
- Inauguração do sensor de luminosidade para melhor ajustar a iluminação pública e a luminosidade ambiente;
- Coordenação técnica para implementação da primeira rede local de águas secundárias (Frente Ribeirinha);
- Apresentação da proposta de adopção de obrigações solares térmicas a nível municipal

6.6 Estrutura Ecológica Urbana/Estrutura Ecológica Municipal

Componentes Ambientais Urbanas PDM de 1994

O Preambulo do PDM de 1994 define na Estrutura e Conteúdo dos Documentos do PDM (ponto 4) que os condicionamentos estabelecidos nas Componentes Ambientais Urbanas prevalecem sobre as regras de edificabilidade das áreas constantes da Planta de Classificação do Espaço Urbano.

As Componentes Ambientais Urbanas delimitadas na Planta de Ordenamento são as seguintes:

1 - Estrutura Ecológica Urbana, constituída pelos seguintes sistemas:

- . Sistema húmido,
- . Sistema seco,
- . Corredores,
- . Logradouros e Quintais das Áreas Históricas e Áreas Consolidadas (falta medir)

Os Sistemas Húmido e Seco (artº 18º ponto 4) “admitem as seguintes categorias de espaços delimitadas na Planta de Classificação do Espaço Urbano”:

- . Áreas Verdes de Protecção,
 - . Áreas Verdes de Recreio
 - . Áreas Verdes de Produção, Recreio, Lazer e Pedagogia;
 - . Quintas e Jardins Históricos,
 - . Quintas integradas nas Áreas Históricas,
 - . Quintas a Reconverter,
- 2 - Áreas Integradas na Estrutura Verde da Cidade,
- 3 - Logradouros integrados na Estrutura Verde da Cidade,
- 4 - Conjuntos Urbanos Singulares
- 5 - Espaços Públicos Ribeirinhos,
- 6 - Sistemas de Vistas,
- 7 - Núcleos de Interesse Histórico e Azinhagas,
- 8 - Zona de Risco da Área Industrial de Cabo Ruivo
- 9 - Zona de Maior Risco Sísmico Sujeita a Condicionamentos Especiais,

Monitorização das áreas mensuráveis das Componentes Ambientais Urbanas do PDM de 1994

Para monitorização foram seleccionadas a designada Estrutura Ecológica Urbana no PDM de 1994 para comparação com a Estrutura Ecológica Municipal Provisória de 2008, aprovada em 2008

A Estrutura Ecológica Urbana do PDM de 1994 incluiu:

- Sistema Húmido (433,6 ha);
- Sistema Seco (1590,3 ha);
- Áreas incluídas na Estrutura Verde da Cidade (1062,9 ha);
- Logradouros (25,1 ha);

totalizando 3111,9 ha (36,9 % da área do Município de Lisboa).

A Estrutura Ecológica Municipal Provisória inclui: o sistema de corredores estruturantes, o sistema húmido (e as zonas de transição fluvial-estuarina) e o património natural (Geomonumentos, Fitomonumentos e Quintas históricas) abrangendo um total de 5420,5 há (64,3% da área do Município de Lisboa).

Figura 6.12 – Estrutura Ecologia Urbana no PDM de 1994

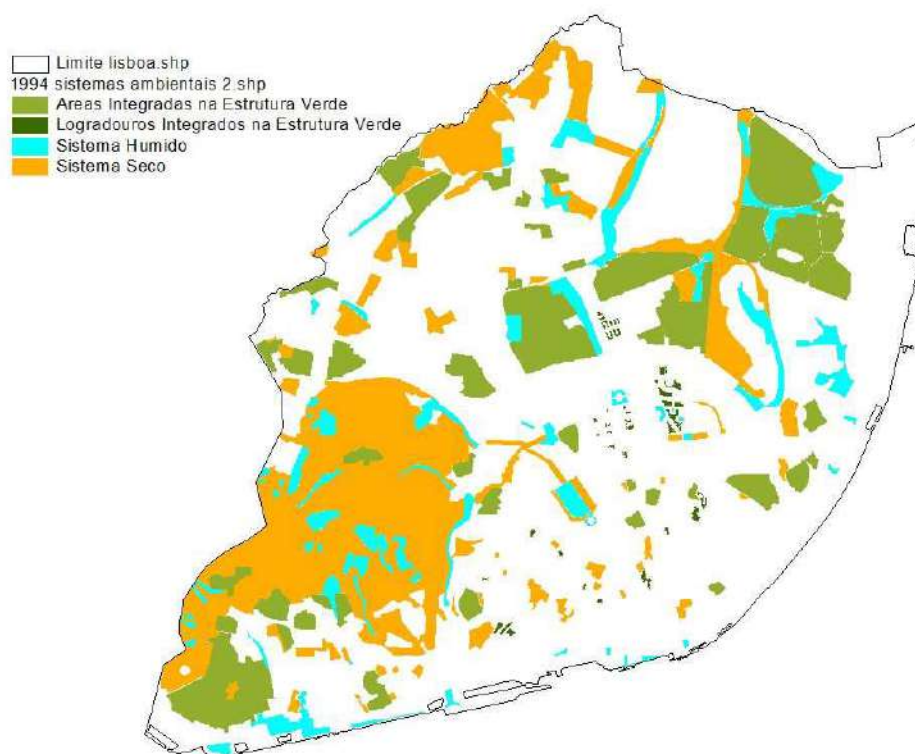
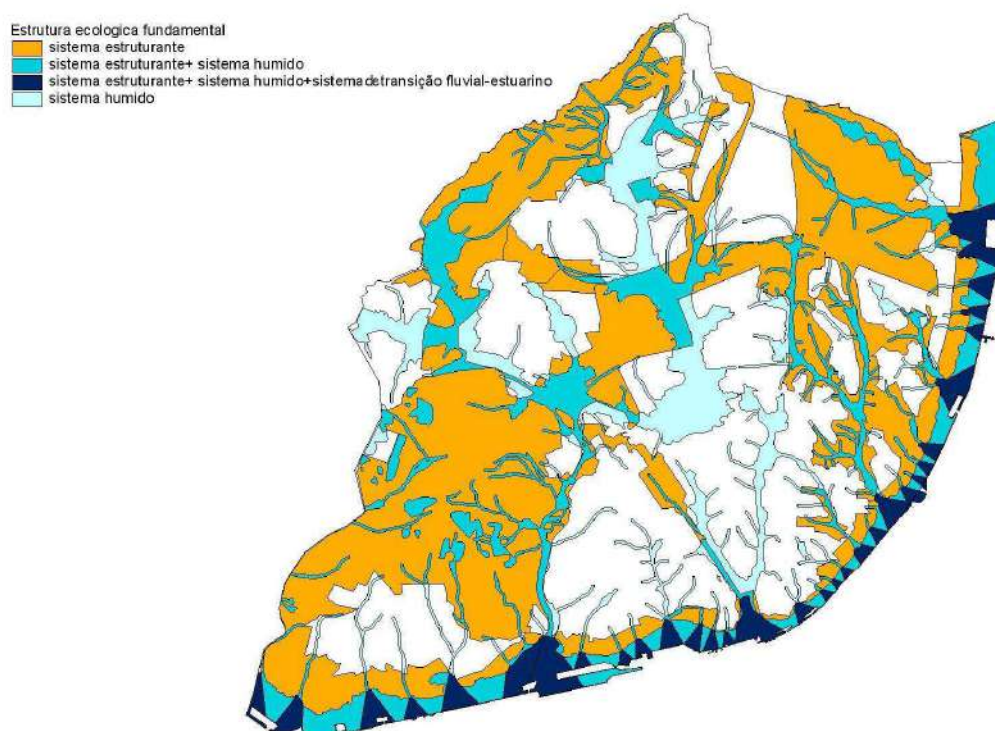


Figura 6.13 – Estrutura Ecológica Fundamental Provisória em 2008



Monitorização das “Áreas Verdes” do PDM de 1994

No Plano Director de 1994 os espaços verdes encontram-se classificados na Classe de uso do espaço “Área Verde” e nas seguintes categorias de uso do espaços “Área Verde de Recreio”, Área Verde de Protecção”, Área Verde de Produção e Pedagogia” “Quintas e Jardins Históricos” e Quintas a Reconverter”, ocupando um total de 1870,6 ha (correspondendo a 22,2% % da área do Município de Lisboa).

Desse global 1376,8 ha correspondem a espaços verdes existentes em 1994 e 339,4 ha a espaços verdes potenciais, ou seja, áreas onde o PDM de 1994 prevê a instalação de espaços verdes.

Nas áreas previstas como “Áreas Verdes” foram instalados 12 novos espaços verdes com uma área global de 56,2 ha

Nas áreas previstas como “Áreas Verdes” foram edificados 99,7 ha.

Figura 6.14 – evolução das áreas verdes do PDM de 1994 para 2008

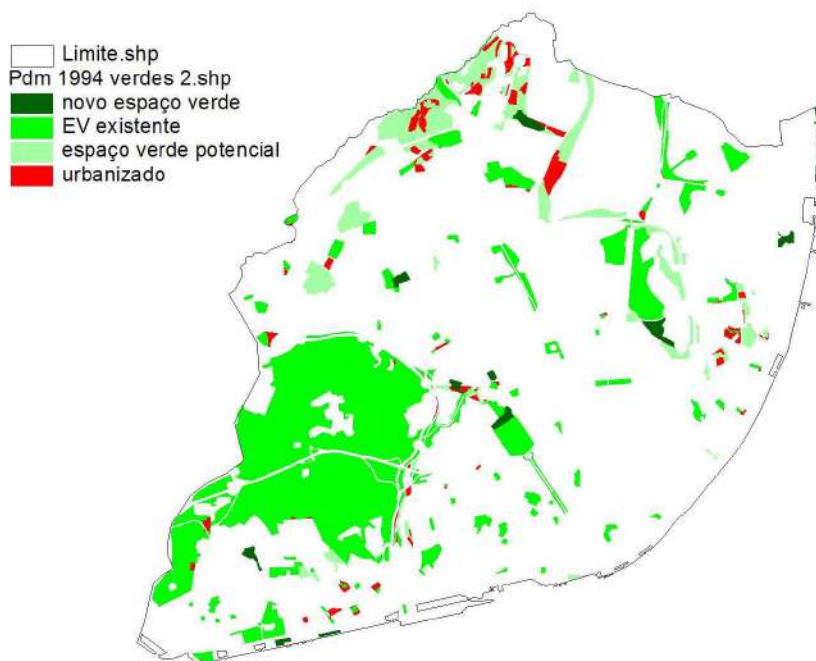
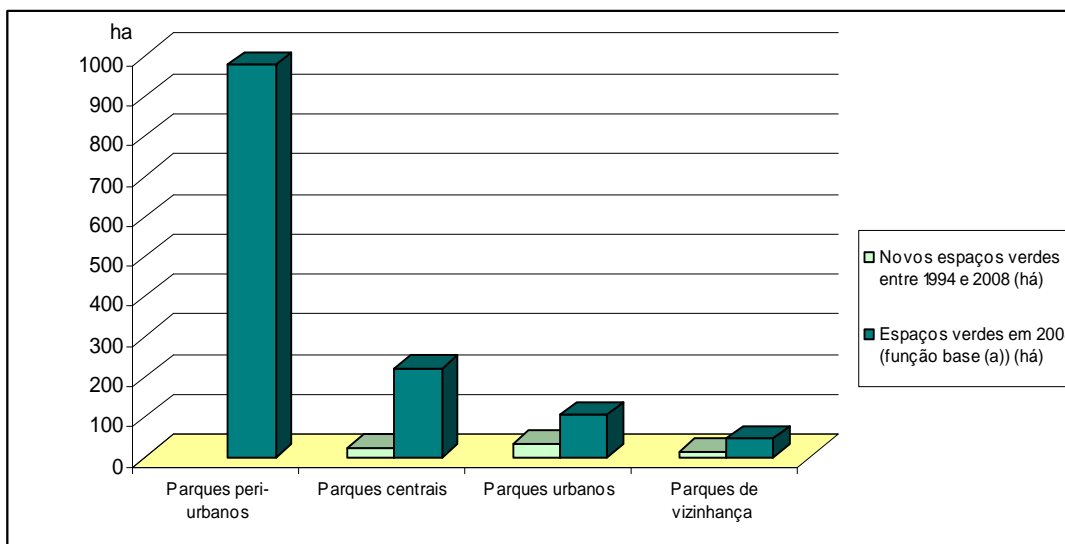


Figura 6.15 – Evolução dos Espaços Verdes por Categoria



Monitorização da Carência de Espaços Verdes

Conceitos

A carência em Espaços Verdes num determinado município pode ser avaliado de duas formas:

Valores globais através da capitação de espaços verdes ou através de uma avaliação espacial onde se verifica quais as áreas habitadas situadas fora dos raios de influência dos espaços verdes

No primeiro caso e partindo das normas da CCDR-LVT que aponta como valores de referência do 30 m²/habitante (sendo 20m² de espaços incluídos na Estrutura Verde Principal e 10 m² de espaços incluídos na Estrutura Verde Secundária).

Os valores neste caso correspondem a:

	1994 (pop: 660 000)	2007 (pop: 500 000)
EV Principal	886,5 ha (13,4 m ² /hab)	898,7 ha (18 m ² /hab)
EV Secundária	393,7 ha (6 m ² /hab)	451 ha (9 m ² /hab)

A disponibilidade em espaços verdes de uma cidade é geralmente avaliada pelo número de m² de espaço verde por habitante.

No entanto, a avaliação da qualidade de vida urbana pode ser analisada de uma forma mais eficaz através de um índice que afira as áreas fora do raio de influência dos diversos tipos de espaços verdes, cujo integração fornece dados significativos relativos às áreas onde se verifica actualmente carência de espaços verdes

Com esse objectivo, os espaços verdes existentes são classificados de acordo com as respectivas funções e dimensões, sendo-lhes atribuído um determinado raio de influência:

- espaços verdes com funções de parques peri-urbanos, com área superior a 50 ha e raio de influência de 7000 m
- espaços verdes centrais, com área entre 10 e 50 ha e raio de influência de 1000 m
- espaços verdes urbanos, com área entre 2,5 e 10 ha e raio de influência de 500 m
- espaços verdes de vizinhança com área entre 0,75 e 2,5 ha ou inferiores quando considerados como jardins históricos ou inseridos em conjuntos com área superior a 1 ha e raio de influência de 250 m

Não foram considerados os espaços verdes locais (inferiores a 0,75 ha ou de maior dimensão desde que não considerados como espaços verdes de vizinhança) cuja influência se considera como meramente local e portanto sem expressão ao nível do Plano Director Municipal.

Quadro 6.6 – Caracterização da carência segundo os tipos de parques

Carência segundo os tipos de parques (ha)	em 1994	em 2007
Central, urbano e vizinhança	1614,5 ha	1212,4 ha
Central e urbano	278,3 ha	350,8 ha
Central e vizinhança	297,1 ha	369,1 ha
Central	336,7 ha	373,5 ha
Urbano e vizinhança	1339,6 ha	1105,9 ha
Urbano	233,1 ha	295,8 ha
Vizinhança	1283,3 ha	1319,9 ha
Em carências	3053,6 ha	3408,9 ha

Carência segundo os tipos de parques (%)	em 1994	em 2006
Central, urbano e vizinhança	19,9	15,7
Central e urbano	1,9	4,7
Central e vizinhança	7,5	4,8
Central	7,5	6,4
Urbano e vizinhança	14,6	11,7
Urbano	1,4	2,9
Vizinhança	15,1	14,3
sem carências	32,1	39,4

Figura 6.16 – Carência de Espaços Verdes em 1994

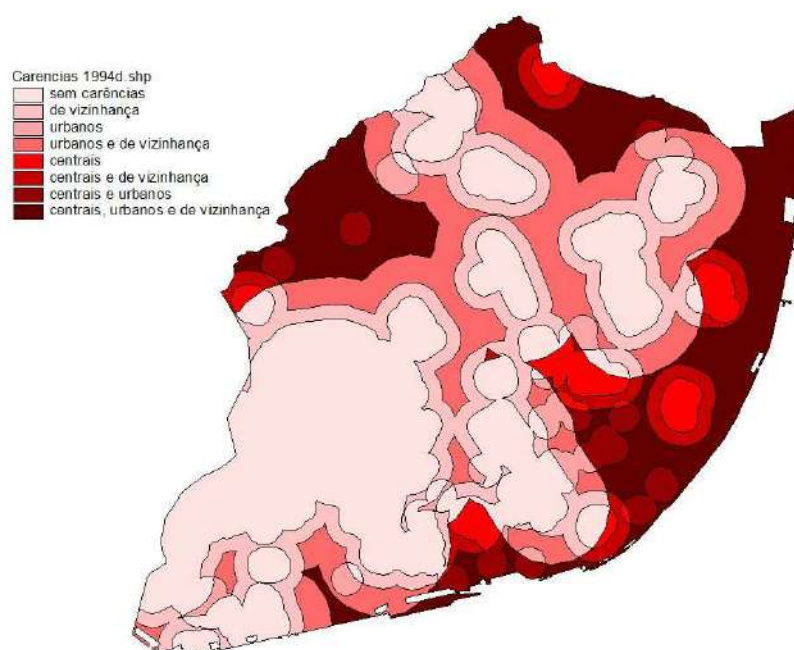


Figura 6.17 – Carência de Espaços Verdes em 2007

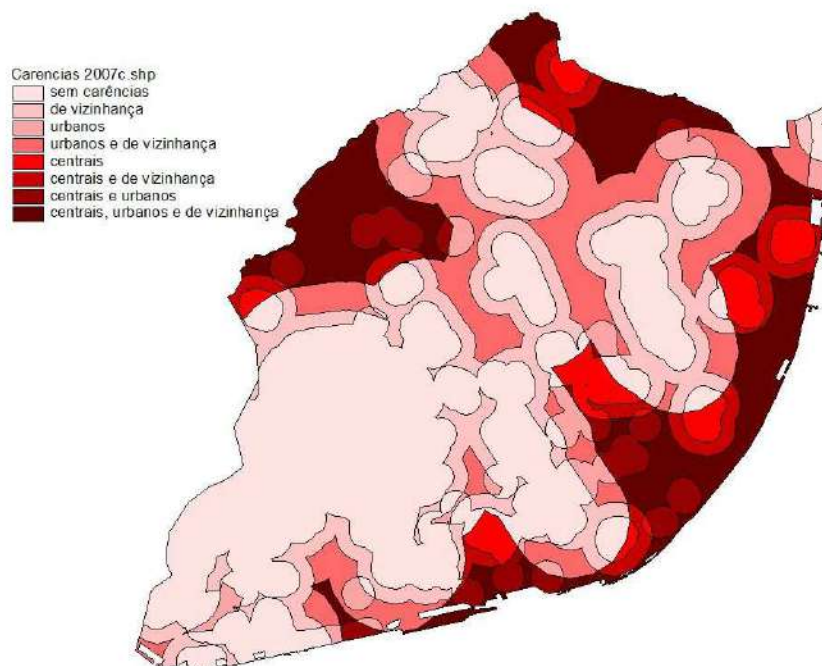
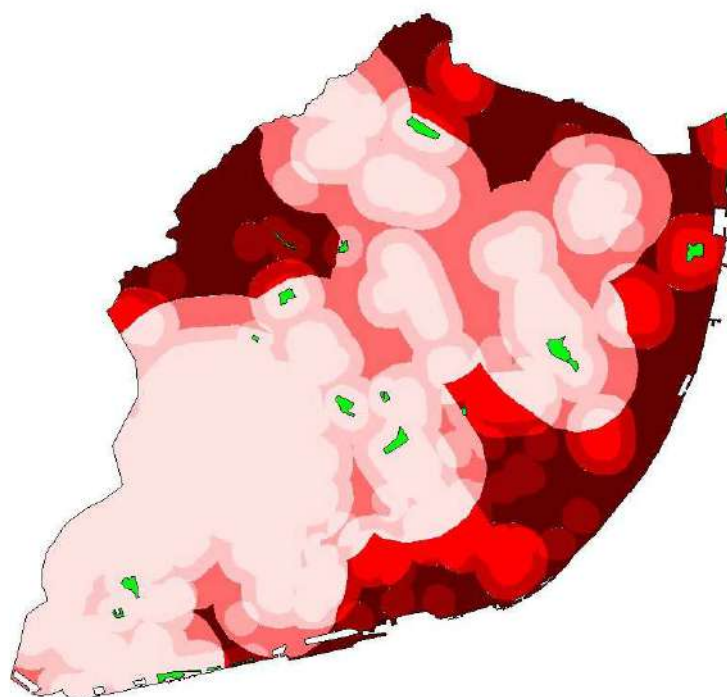


Figura 6.18 – Localização dos espaços verdes instalados entre 1994 e 2008



Conclusões

Entre 1994 e 2007 constatou-se que a área da cidade sem carências de espaços verdes teve um incremento de 7,3% (correspondendo a 355,3 ha).

No mesmo sentido (melhoria da cobertura em espaços verdes) a área fora do raio de influência de parques centrais, urbanos e vizinhança em simultâneo (a situação mais crítica) foi reduzida em 4,2% (correspondendo a 402,1 ha).

De qualquer modo e como se constata nas figs 7 e 8 a cobertura de espaços verdes dos tipos parques urbanos, centrais e de vizinhança é ainda insuficiente em especial na zona Noroeste da cidade onde os espaços classificados como áreas verdes no PDM em vigor mas ainda não instalados, poderão assegurar em parte essa carência.

Outra zona de fortes carências em espaços verdes corresponde à zona histórica central onde sendo possível resolver parcialmente a carência de espaços verdes de vizinhança, tal não se verifica ao nível de espaços de nível superior pelo que a implementação de espaços públicos não verdes poderá contribuir para suprir parcialmente essa falha.

Monitorização das “Áreas Verdes de Produção” do PDM de 1994

Conceitos

No Plano Director de 1994 foram incluídos na categoria “Áreas Verdes de Produção, Recreio, Lazer e Pedagogia” as áreas de produção agrícola sensu lato, hortas urbanas, viveiros municipais e ainda os casos específicos da Quinta Pedagógica dos Olivais e o Parque Ecológico de Monsanto.

As hortas urbanas podem ser classificadas como Hortas Sociais, Hortas de Recreio, Hortas de Recreio colectivas e Hortas Pedagógicas (Sousa, 1999).

Nas Hortas Sociais, de uso individual ou familiar, o principal objectivo é satisfazer as necessidades alimentares de pessoas e/ou famílias de poucos recursos, ou contribuir para o respectivo rendimento através da eventual venda de produtos. Em Lisboa são as mais frequentes.

Nas Hortas de Recreio, também de uso individual ou familiar, o principal objectivo prende-se com o recreio dos utentes, cuja residência se encontra nas proximidades.

As Hortas de Recreio Colectivas, de uso colectivo por grupos de moradores, têm como finalidade o recreio e a educação ambiental. Em Lisboa este tipo de hortas é praticamente inexistente.

Por fim, as Hortas Pedagógicas têm como objectivo constituir um instrumento de educação ambiental e de ensino das ciências da natureza, através do trabalho e convívio na horta, quer de escolas, quer de outras associações constituídas para o efeito. Este tipo de hortas é frequente em especial junto a escolas.

“Lisboa, ao crescer, foi englobando no seu tecido urbano, espaços verdes como quintas, quintais, hortas, olivais, etc. Ainda hoje restam marcas dessa ruralidade e restos da paisagem tradicional, tais como azinhagas antigas, campos compartimentados com sebes vivas e/ou muros de pedra, moinhos e obras hidráulicas. Aliás, apesar de todos os efeitos do progresso, Lisboa manteve sempre uma expressiva presença da ruralidade, também fruto da cultura que moldou o gosto dos lisboetas pelo rural. (...) Os agricultores lisboetas fazem parte de uma população imigrante de origem rural e de fortes tradições agrícolas, que foram ocupando parcelas de terreno dentro da cidade, sobretudo com a actividade hortícola, prolongando a vivência rural na cidade, permitindo-lhes conseguir um importante suplemento orçamental. (...) Trata-se de uma horticultura intensiva, diversificada, mas de técnicas simples, em parcelas de pequena dimensão..” (Rita Calvario).

Em Lisboa a prática hortícola verifica-se apenas nos terrenos municipais e o controlo é efectuado essencialmente pela Policia Municipal e pela Policia Florestal. Nos terrenos privados e nos estatais a ausência de controle tende a viabilizar a instalação de barracas ou outras construções clandestinas dentro dos terrenos hortados, os quais gradualmente e a curto prazo evoluem para bairros de génese ilegal.

Metodologia

Com base em fotografias aéreas foi possível proceder a uma caracterização da ocupação do solo das áreas de produção hortícola. Foram utilizadas fotografias aéreas de 1947, 1967, 1987, 1995, 2003 e 2006.

Em 1947 a produção hortícola ocupava cerca de 179 ha, a maioria dos quais (141 ha) em herdades com alguma dimensão e apenas 39 ha correspondiam a pequenas hortas urbanas.

Em 1967, a par de uma redução dos solos de sequeiro e dos olivais constata-se um incremento dos terrenos horticolas com uma ocupação de 235 ha (sendo 110 ha de hortas privadas, 123 ha de hortas urbanas e 2 ha de hortas prisionais). Em 1987, prossegue-se a redução dos solos de sequeiro e dos olivais e o incremento dos terrenos horticolas que atingem cerca de 305 ha. Em 1995 as hortas reduzem-se para apenas 118 ha, em 2001 para 102 ha e em 2006 para 84 ha.

Actualmente ocorrem cerca de 84 há, tal como referido abaixo.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das hortas urbanas desde 1987 até à data.

Quadro 6.7 – Evolução das hortas urbanas desde 1987

(em m2)	1987	1995	2001	2006	2008
hortas	3011326	1118130	964185	792304	790770
hortas prisionais	7210				
hortas privadas	21519	36849	36849	34913	34913
hortas abandonadas		13939	13939	13939	13939
hortas com bairros de lata	6654	6654	6654		
ex-hortas com edificações provisórias	53449	53449	53449	53449	53449
viveiros	352729	286166	286166	286166	286166
agricultura	não avaliado	549594	542829	542829	539829
agricultura (pomar)	1261				
agricultura / olival	15636	15636	15636	15636	15636
olival	161425	163753	158503	135829	135829
montado de sobro	2430	2430	2430	2430	2430
hortas globais	(3040055) (a)	1168918	1014973	841156	839622

(a) incluído zonas onde havia certezas quanto à ocorrência de agricultura

De referir que o máximo de terrenos hortícolas foi alcançado por volta de 1987 com 305 ha.

Actualmente existe um total de 181 ha de áreas em produção:

- 28,6 ha de viveiros,
- 69,4 ha de agricultura indiferenciada
- 84 ha de hortas

Figura 6.19 – Evolução das hortas urbanas e das áreas de agricultura indiferenciada

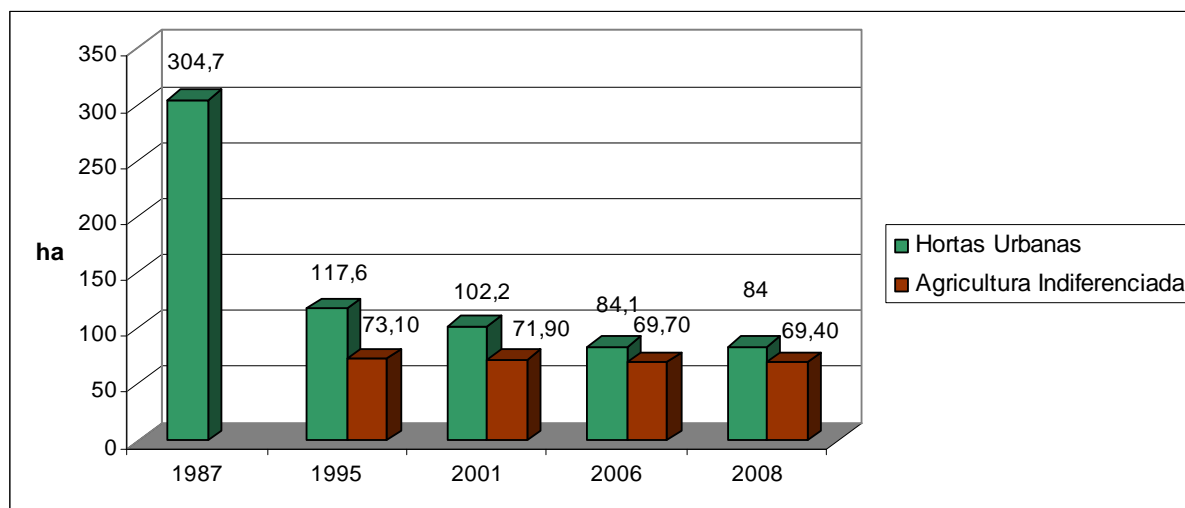


Figura 6.20 – Áreas agrícolas e hortas urbanas em 1987

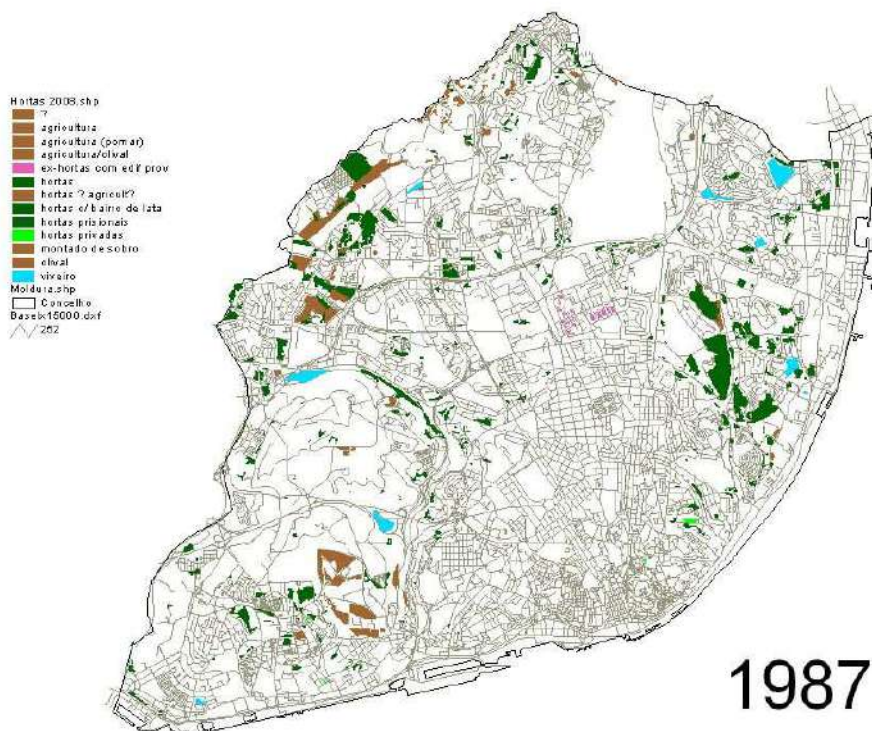


Figura 6.21 – Áreas agrícolas e hortas urbanas em 1995

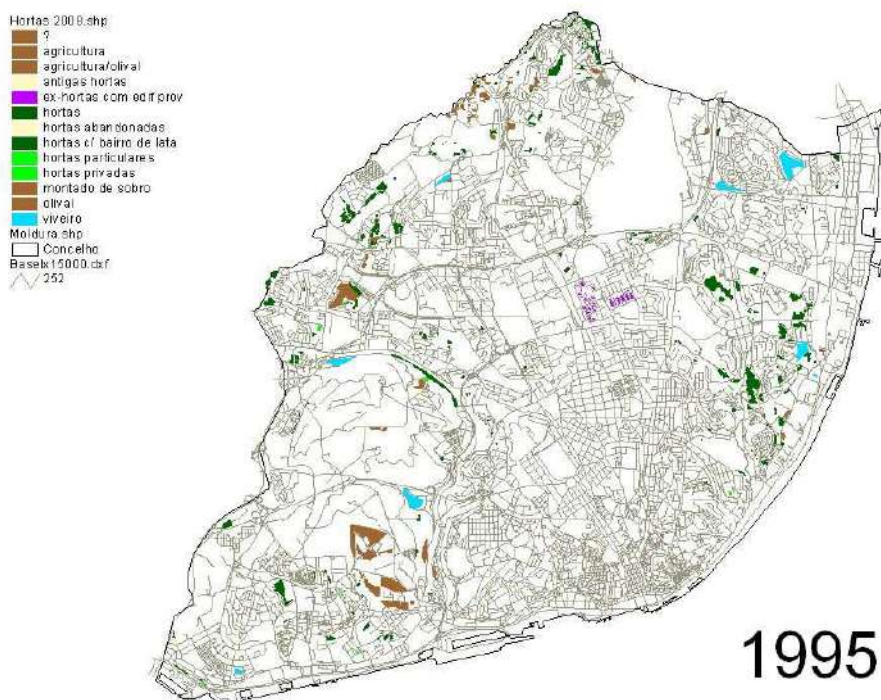


Figura 6.22 – Áreas agrícolas e hortas urbanas em 2001

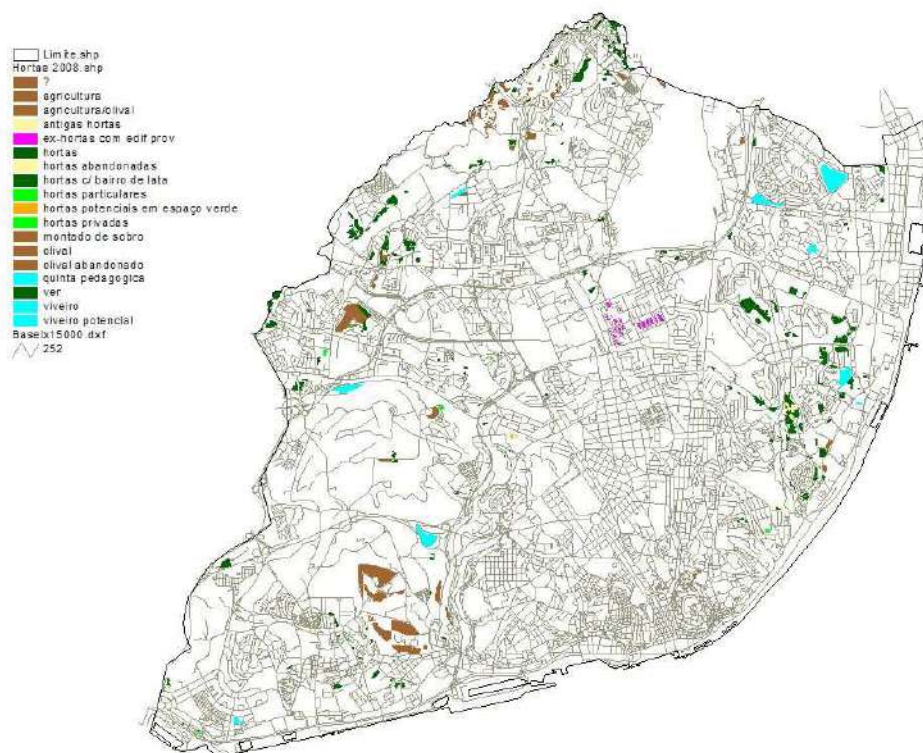


Figura 6.23 – Áreas agrícolas e hortas urbanas em 1987

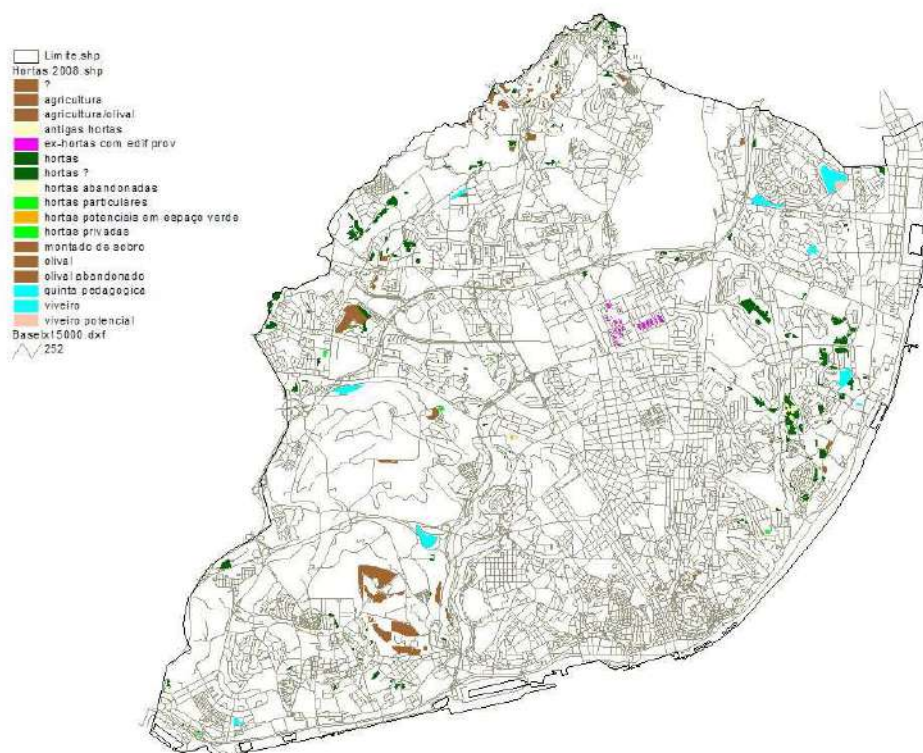


Figura 6.24 – Áreas agrícolas e hortas urbanas em 2008



Considerando unicamente a categoria de espaço “Áreas Verdes de Produção, Recreio, Lazer e Pedagogia” constata-se que a evolução foi a seguinte redução das áreas agrícolas, dos viveiros e das hortas urbanas (em especial desta última), sendo de assinalar que 15,9 ha foram urbanizados entre 1994 e 2008.

Quadro 6.8 - Evolução das áreas agrícolas

em Ha	1987	1995	2008
agricultura	52,8	49,4	49,4
hortas urbanas	22,3	17	6,6
viveiros	29,1	27,7	27,7
urbanização			15,9
espaços verdes	153,8	163,9	158,4

Monitorização de Fitomonumentos no PDM de 1994

Os Fitomonumentos correspondem a elementos vegetais, concretamente árvores, maciços e alamedas classificados como de interesse público pelo Decreto-lei nº 28468 de 15 de Fevereiro de 1938

Em Lisboa a classificação de interesse público de árvores isoladas ou em maciços tem sido efectuada desde 1945.

Em 1994 encontram-se classificadas 24 árvores isoladas e 3 maciços (estes ocupando uma área de cerca de 0,2 ha).

Actualmente encontram-se classificadas ou em vias de classificação 61 árvores isoladas e 26 maciços (ocupando uma área de cerca de 100 ha).

A evolução dos elementos classificados entre 1994 e 2008 foi a seguinte:

Figura 6.25 – Evolução do número de árvores e maciços classificados

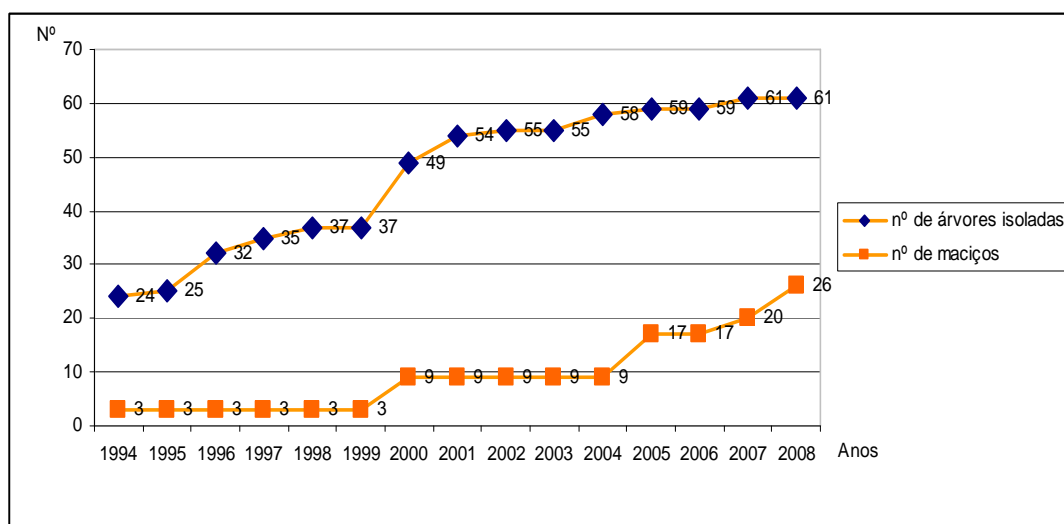


Figura 6.26 – Evolução das áreas dos maciços classificados

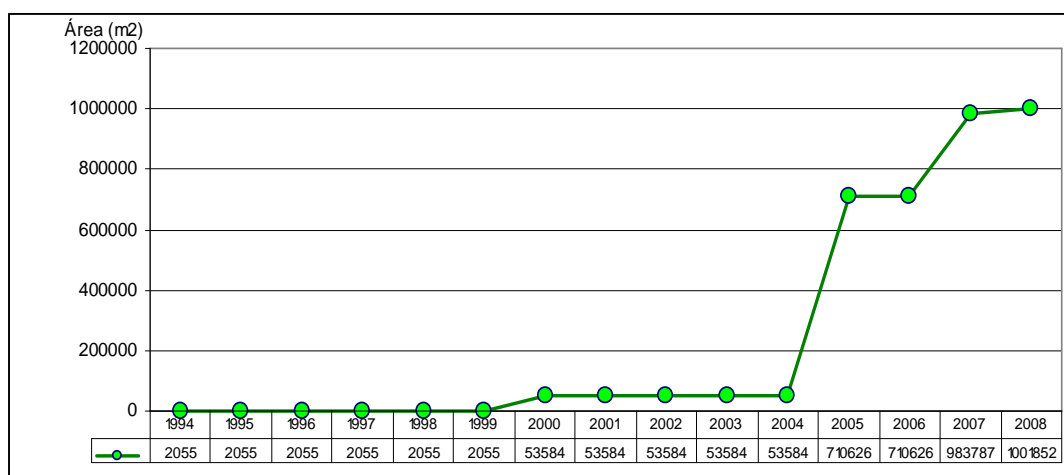


Figura 6.27 – Fitomonumentos em 1994 e em 2008 (indicados por pontos)

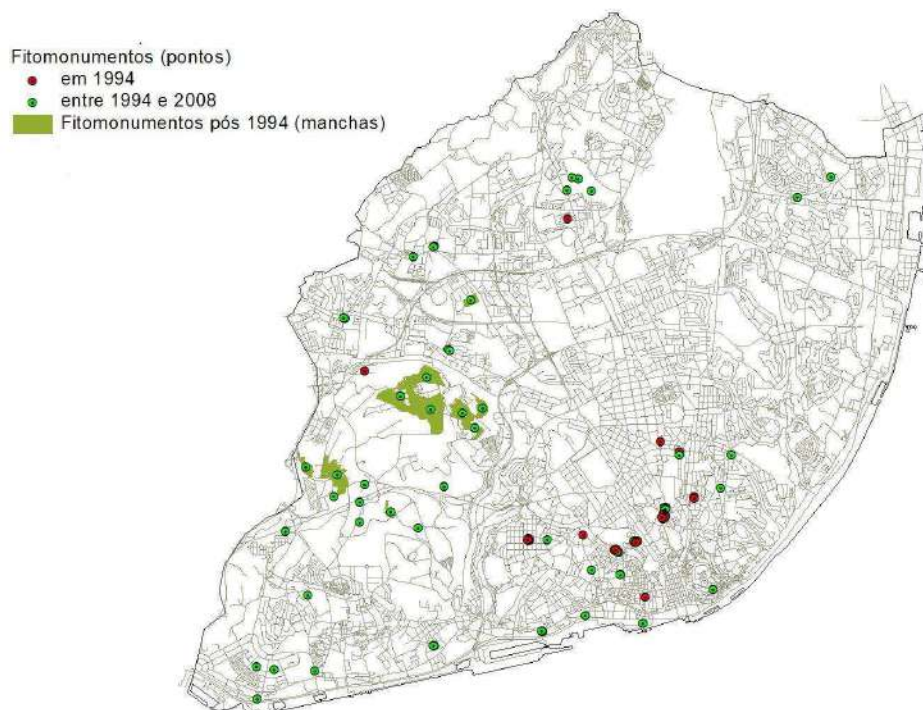
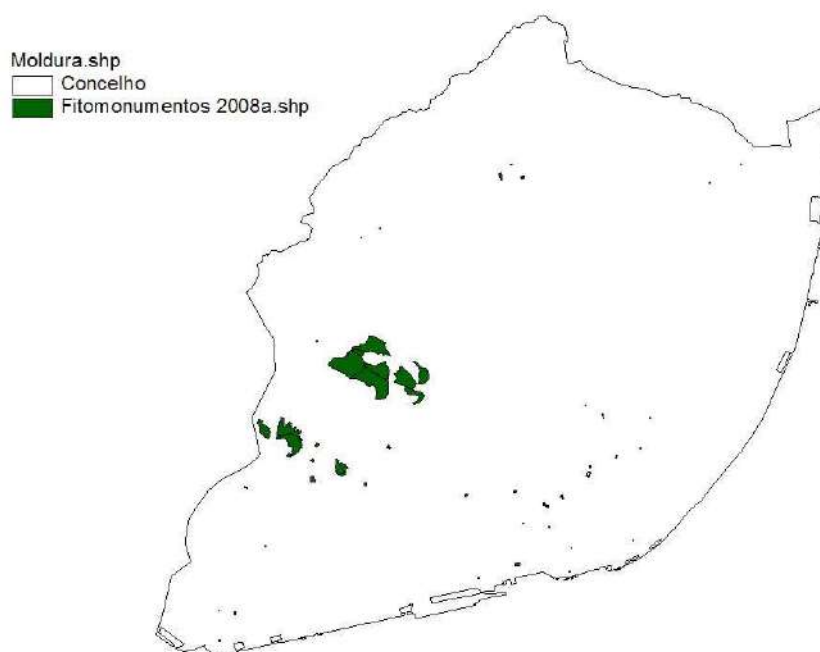


Figura 6.28 – Fitomonumentos 2008 (dimensão real)



7 ESTRUTURA URBANA

7.1 Planeamento territorial

Plano Director Municipal de 1994

A Câmara Municipal de Lisboa, no início da década de 90 do Século XX, dispunha de uma longa prática de planeamento urbano abrangendo todo o seu território, ao contrário da generalidade dos municípios portugueses.

Essa prática de planeamento remonta a 1938, marcado pelo início dos trabalhos de elaboração do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, que, no entanto, não veio a ser concluído.

Na sequência destes trabalhos, em 1948, foi concluído e aprovado pela Câmara Municipal o Plano Director da Cidade de Lisboa (Plano de De Gröer).

Sucedendo ao Plano de De Gröer, o Plano Director de Urbanização de Lisboa (Plano do G.E.U.), concluído em 1959.

Mais tarde, em 1967, é aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa o Plano Director de Urbanização de Lisboa, revisto pela CML e aprovado pelo Governo em 1977.

Através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/94, publicada no Diário da República n.º 226, I Série-B, de 29 de Setembro de 1994, o Município de Lisboa passa a dispor de um Plano Director Municipal configurado de acordo com o Decreto-Lei 69/90.

O modelo territorial materializado no Plano Director Municipal (PDM) de 1994, foi desenvolvido a partir de um diagnóstico aprofundado através dos Estudos Prévios e norteado pelas opções estratégicas formuladas no âmbito do Plano Estratégico de Lisboa, de 1992.

No PDM de 1994 todo o Município de Lisboa é considerado como Espaço Urbano, não prevendo, por isso, áreas urbanizáveis e áreas não urbanizáveis. Correspondendo a totalidade dos limites administrativos do Município ao perímetro urbano definido.

O PDM de 1994 apresenta um elevado nível de desagregação da classificação do Espaço Urbano, estruturada em 11 sub-classes em função do seu estatuto urbanístico:

- Áreas Históricas
- Áreas Consolidadas
- Áreas de Estruturação Urbanística
- Áreas de Reconversão Urbanística
- Áreas Verdes
- Áreas de Usos Especiais
- Áreas de Equipamentos e serviços Públicos
- Áreas de Investigação e Tecnologia
- Áreas Canais
- Zona de Intervenção da EXPO 98
- Rede Viária e Estacionamento

As sub-classes são subdivididas em categorias e sub-categorias, em função do seu uso dominante.

Para cada categoria e sub-categoria de espaço o Regulamento integra “Regras Gerais” que enquadram o tipo de intervenção urbanística que se prevê preponderante e “Regras Supletivas”, que permitem fazer o planeamento ou a gestão, assumindo como objectivos desta opção:

- a) Permitir a aplicação directa do PDM, na gestão urbanística, nas áreas consolidadas que se pretendem estabilizar em termos de usos e de características do edificado;
- b) Obrigar à realização de Planos de Urbanização ou de Pormenor nas áreas de maiores transformações urbanísticas (Áreas de Reconversão urbanística) e nas áreas a urbanizar (Áreas de Estruturação Urbanística);
- c) Permitir o ajustamento das regras gerais do PDM a áreas de características específicas através de Regulamentos Municipais, sem prejuízo de a Câmara elaborar e mandar executar projectos de âmbito sectorial sujeitos ao regime de aprovação legal.”

Neste quadro, para as Áreas Históricas e para as Áreas Consolidadas Habitacionais e Mistas, regras detalhadas permitem fazer a gestão urbanística, edifício a edifício ou parcela a parcela, remetendo para Planos de Pormenor ou Regulamentos Municipais, intervenções especiais. Para as Áreas de Estruturação Urbanística ou de Reconversão Urbanística, ou para áreas especiais como a Baixa e para Áreas Consolidadas Terciárias e Industriais, é imposta a realização de Planos ou Regulamentos Municipais.

Como reforço da capacidade de intervir na configuração do território municipal com o modelo de ordenamento preconizado, o PDM de 1994 delimita 30 Unidades Operativas de Planeamento e

Gestão. Estas UOP correspondem a áreas que à data, foram identificadas como exigindo intervenções urbanísticas específicas e/ou prioritárias, por parte da Câmara Municipal e para estas áreas são definidos objectivos programáticos específicos, concretizáveis exclusivamente, através de um ou mais Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Unidades Operativas de Planeamento

O conjunto das UOP, com 3235 ha, cobre 38,4% dos 8432ha do território municipal. Excluídas as áreas ocupadas pelas pistas do Aeroporto e pelo Parque Florestal de Monsanto, as UOP abrangem cerca de 46% da área remanescente do Município de Lisboa.

As UOP divergem significativamente entre si, quer em extensão, quer em objectivos. A título de exemplo: no que se refere à área, salientamos a UOP 7 - Olivais Velho, com 7,5 ha, e a UOP 21 - Zona Monumental de Ajuda-Belém, com 538,7ha; no que se refere à diversidade de objectivos específicos, salientamos a UOP 8 – Baixa, que visa a revitalização e revalorização funcional da Baixa, garantindo a preservação da sua identidade histórica e arquitectónica, e a UOP 17 – Parque Periférico, que tem como primeiro objectivo o planeamento de uma estrutura contínua de parque urbano.

No que concerne à delimitação das UOP, sobressai a cobertura sistemática do tecido urbano histórico, desde o núcleo central (Baixa Pombalina e colinas adjacentes, com extensão para Norte sobre o eixo central), áreas históricas periféricas (Carnide, Paço do Lumiar, Ameixoeira e Olivais Velho) e zona monumental Ajuda-Belém.

Este aspecto torna o PDM de Lisboa singular, na medida em que atende sobre a reabilitação do tecido histórico, parte significativa da programação da acção de planeamento urbano, enquanto a generalidade dos Planos Directores de “primeira geração” centra a programação sobre as áreas de expansão urbana.

Nas restantes áreas a delimitação das UOP não explicita um critério coerente, na medida em que não apresenta uma cobertura sistemática da globalidade das zonas sobre as quais o regulamento do PDM obriga a elaboração de planos de urbanização ou de pormenor, designadamente as áreas de reconversão ou de estruturação urbanística. Por outro lado, se a delimitação de algumas UOP segue os limites das áreas de intervenção de planos em curso à data da elaboração do PDM, como são exemplo o Plano de Urbanização da Zona Ocidental ou o Plano de Urbanização do Vale de Chelas, não delimita outras áreas igualmente contidas em planos em curso, como é exemplo o Plano de Pormenor das Amoreiras.

Se o modelo de ordenamento preconizado pelo PDM pressupunha o planeamento específico de cada uma das UOP, através de planos de urbanização, de pormenor, de projectos urbanos ou de regulamentação específica; esta metodologia acabou por não ser seguida, como é patente na análise efectuada e traduzida na carta designada “Aderência entre as Acções de Planeamento e as UOP do PDM 94”, integrada no ponto 15 – Cartografia.

Da área total das UOP do PDM de 1994 verifica-se que, em 2009 e decorridos 15 anos de vigência do PDM, apesar de cerca de 61% daquela área estar abrangida por PMOT (PU ou PP) em elaboração e/ou Estudos Urbanos, apenas 29% estão cobertos por PMOT em vigor.

Verifica-se ainda que apenas nos casos das UOP que correspondem à EXPO, Alto do Lumiar, Carnide/Luz, Av. da Liberdade e Baixa, existe aderência¹⁶ ou desvios irrelevantes, entre as áreas das UOP e as áreas de intervenção dos PMOT entretanto elaborados.

Os PU de Alcântara, PP do Pólo Universitário da Universidade Técnica de Lisboa e PP do Eixo Urbano Luz-Benfica são exemplos de Planos que, apesar de excederem a área da respectiva UOP, não aderem à geometria definida em PDM.

A UOP21 - Zona Monumental Ajuda-Belém, evidencia-se pela sua grande extensão e diversidade morfológica. Dos cerca de 15 Estudos Urbanos e PMOT elaborados para esta área, apenas o PP do Centro de Congressos de Lisboa chegou à fase de Discussão Pública, prevendo-se a sua entrada em vigor no decurso de 2009.

Se considerarmos os PMOT actualmente em curso sobressai igualmente o facto de que a maior parte das áreas planeadas se encontra igualmente fora das UOP, na proporção de 2/3.

Os cerca de 80 Estudos Urbanos e Loteamentos Municipais desenvolvidos no Departamento de Planeamento Urbano, referem-se predominantemente a áreas de dimensão reduzida, totalizando 856 ha. Deste total, 263 ha, que correspondem a 31%, localizam-se em áreas de UOP se bem que represente apenas cerca de 8% da área total das UOP.

¹⁶ Aderência – correspondência de limites entre PMOT e UOP

O quadro seguinte permite avaliar a aderência das acções de planeamento às UOP:

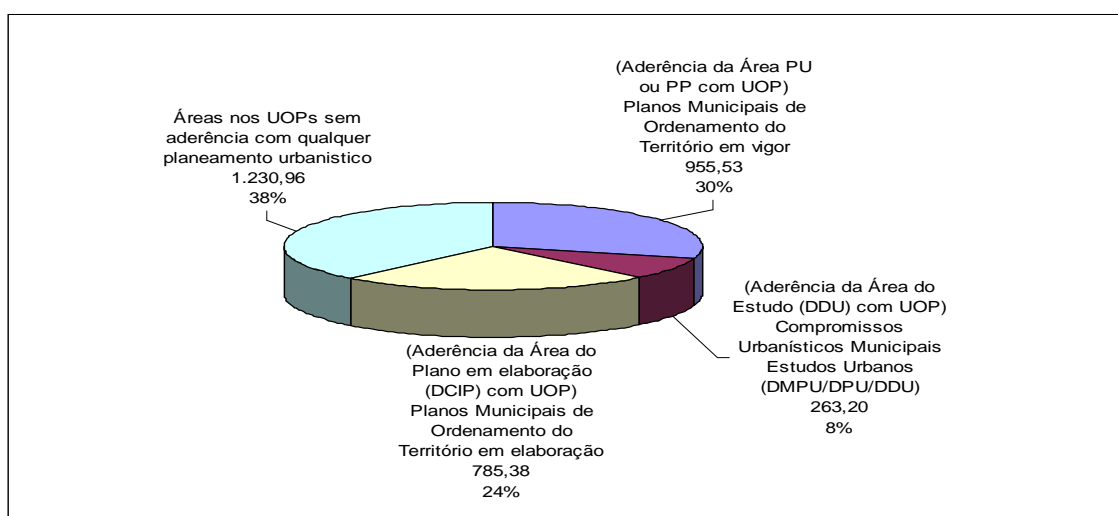
Quadro 7.1 - Acções De Planeamento às UOP

		Área (ha)	Relação entre Áreas de Aderência com Áreas Planeadas %	Aderência de Áreas Planeadas às UOP %
UOP (30 Unidades)	Área Total	3.235,07		
Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor	Área Total	3.310,61		
	Aderência às UOP	955,53	28,86	29,54
Compromissos Urbanísticos Municipais /Estudos Urbanos (DMPU/DPU/DDU)	Área Total	856,21		
	Aderência às UOP	263,20	30,74	8,14
Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração	Área Total	2.320,86		
	Aderência às UOP	785,38	33,84	24,28
Resumo	Área Total	6487,68		
	Aderência às UOP	2.004,10	30,89	61,95

As plantas e as fichas de caracterização com a informação detalhada que informou este quadro, integram os anexos.

A leitura do gráfico seguinte mostra que 54% da área das UOP estão cobertas por PMOT, dos quais apenas 30% estão em vigor, prevalecendo cerca de 40% da área, sem planeamento.

Figura 7.1 - Aderência entre as acções de planeamento e as UOP



A interpretação destes dados mostra que o objectivo de concentrar o planeamento nas UOP não foi totalmente conseguido. Mostra, simultaneamente, que ao longo dos anos e noutras zonas da cidade, foi premente a necessidade de uma intervenção urbanística especial.

Áreas de Estruturação Urbanística, Áreas de Reversão Urbanística e Zona de Intervenção da Expo 98

A análise das Áreas de Estruturação Urbanística, das Áreas de Reversão Urbanística delimitadas no PDM 94 e o caso especial da Zona de Intervenção da Expo 98, tem como objectivo avaliar o grau de colmatação destas áreas cujo desenvolvimento urbano, tal como nas UOP, está condicionado à elaboração de PMOT e que constituem a reserva de espaço ainda disponível, para o crescimento da cidade.

As Áreas de Estruturação Urbanística caracterizam-se por se apresentarem livres de edificação ou ocupadas por instalações degradadas ou obsoletas, a demolir integralmente, justificando sua estruturação.

Subdividem-se de acordo o uso dominante a que se destinam, em:

- Áreas de Estruturação Urbanística Habitacional
- Áreas de Estruturação Urbanística Terciária
- Áreas de Estruturação Urbanística Mista

As Áreas de Reversão Urbanística caracterizam-se pela degradação da ocupação e usos actuais e desadequação às áreas urbanas envolventes e pela vocação para a reversão dos usos e das características morfológicas e das edificações.

Subdividem-se consoante o uso a que se destinam, em:

- Áreas de Reversão Urbanística Habitacional
- Áreas de Reversão Urbanística Mista.

A Zona de Intervenção da Expo 98 constitui um caso singular de reversão urbana. A antiga área industrial degradada, obsoleta e desadequada às áreas urbanas envolventes, foi inicialmente reconvertida para a Exposição Mundial de 98. Para responder ao programa deste evento foi criada uma estrutura urbana adequada a este objectivo, perspectivando simultaneamente, o seu futuro desempenho como área integrante da cidade com todas as funções urbanas inerentes e equipamentos de nível supra municipal, como o Oceanário, a Feira Internacional de Lisboa, o Pavilhão do Conhecimento, ou o Pavilhão Atlântico.

Estas três áreas, Estruturação, Reconversão e o caso singular da Zona de Intervenção da Expo 98, constituem deste modo, um enorme potencial de área de desenvolvimento urbanístico equivalente à seguinte relação percentual, relativamente ao território municipal:

- Áreas de Estruturação 5,6% (472 ha)
- Áreas de Reconversão 4% (340 ha)
- Área da Expo 98 ??% (167 ha)

Para avaliar o grau de colmatção¹⁷ destas três áreas nestes últimos 15 anos, foi comparada a cartografia de 1994 com o ortofotomapa e a cartografia actuais. Esta análise permitiu identificar as novas edificações, zonas verdes e infra-estruturas, entretanto construídas nestas zonas.

A Zona de Intervenção da Expo 98 foi gerida autonomamente, dado o seu objectivo específico de Exposição Mundial. Este tratamento diferenciado reflecte-se no grau de concretização desta área que, neste contexto, atinge 92%.

As Áreas de Reconversão e de Estruturação evoluíram de forma significativamente diferenciada no que respeita à colmatção. Efectivamente, o grau de colmatção das Áreas de Reconversão Urbanística situa-se entre os 13,4% e os 15,4%, enquanto o grau de colmatção das Áreas de Estruturação Urbanística se situa claramente acima, com valores entre 37,5% e 49,5%.

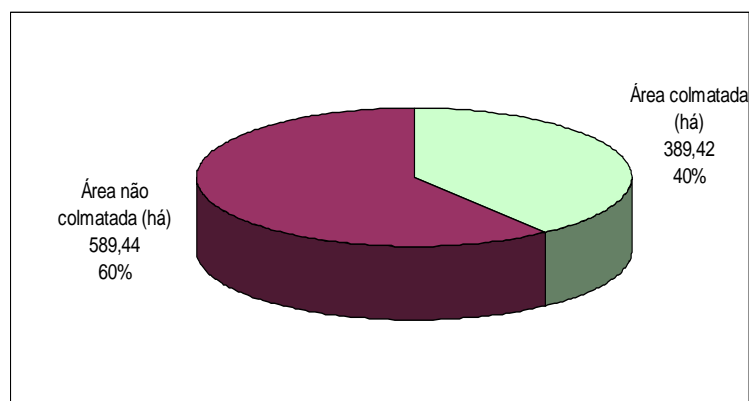
A tabela e gráfico seguintes evidenciam os diferentes graus de colmatção.

Quadro 7.2 - Diferentes Graus de Colmatção

	Área Total (ha)	Área colmatada (ha)	Área não colmatada (ha)	Taxa de colmatção (%)	Área em PMOT eficaz (ha)	Área em PMOT eficaz já colmatada (ha)
Área de Reconversão Urbanística Habitacional	195,95	26,24	169,71	13,39	64,44	10,49
Área de Reconversão Urbanística Mista	144,06	22,24	121,83	15,43	14,70	0,00
Área de Estruturação Urbanística Habitacional	404,63	154,54	250,09	38,19	0,00	0,00
Área de Estruturação Urbanística Mista	11,28	4,23	7,05	37,49	192,26	73,66
Área de Estruturação Urbanística Terciária	56,04	27,74	28,30	49,50	19,84	15,93
Total Parcial	811,97	234,99	576,98	28,94	291,24	100,08
Zona de Intervenção da EXPO 98	166,89	154,43	12,46	92,54	166,89	154,43
Total	978,86	389,42	589,44	39,78	458,10	256,51

¹⁷ Colmatção – concretização física do tecido urbano

Figura 7.2 - Colmatção Das Áreas De Reversão/Estruturação Urbanística



A tabela revela que sem a Zona de Intervenção da Expo 98, com colmatção acima de 92%, o grau de colmatção total ficaria ainda abaixo dos 30%.

Incluindo a Zona de Intervenção da Expo 98, a percentagem de colmatção sobe para cerca de 40%.

Se observarmos os valores das diferentes categorias torna-se evidente que a Área de Estruturação Urbanística Terciária, com um grau de colmatção de 49,5%, apresenta percentualmente, o maior desenvolvimento, embora totalize apenas 56 ha.

Além da EXPO 98, a maior área contínua planeada e construída integralmente, tem 11,2 ha e localiza-se em Área de Estruturação Urbanística Terciária, na zona ocidental da Av. Lusíada. Engloba o Centro Comercial Colombo, o Regimento de Sapadores Bombeiros e o Hospital da Luz, enquadrada pelo Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz/Benfica.

As Áreas de Estruturação Urbanística Habitacional, com um total de 155 ha e uma colmatção de 38,2%, apresentam-se bastante distanciadas das restantes áreas que, no total perfazem apenas cerca de 80 ha. Estas áreas localizam-se maioritariamente na zona Norte de Lisboa, em Telheiras Norte e Alto do Lumiar, enquanto a maior área contínua se situa no Alto do Lumiar, onde já em 1994 o Plano de Urbanização estava em vigor.

As Áreas de Reversão apresentam um reduzido grau de colmatção. Esta realidade pode ser explicada pelo facto deste tipo de intervenção numa zona já construída, mesmo no caso de instalações industriais, constituir um processo extremamente complexo por implicar, em regra, que noutros locais sejam encontradas alternativas de localização ou, pelo menos, soluções temporárias com as inerentes exigências ao nível de planeamento e de áreas disponíveis.

Desta análise podemos concluir que o grau de colmatção nestas sub-classes, depende do facto de para essas áreas, terem entrado em vigor PMOT, como atestam o Alto do Lumiar, com o PU Alto do

Lumiar e a área do Centro Comercial Colombo e envolvente, com o PP Eixo Urbano Luz/Benfica. Este facto torna-se ainda mais evidente na Zona de Intervenção da Expo, integralmente abrangida pelo PU “Expo” e por 4 Planos de Pormenor em vigor.

Contudo o Vale de Chelas constitui uma excepção. Apesar da existência de PU em vigor apenas uma reduzida área foi reconvertida, destinada a infra-estruturas rodoviárias. De referir, contudo, que em muitas áreas se procedeu já à demolição das construções existentes.

Esta realidade, responsável pelo grau de colmatção geral, confirma que a existência de PMOT em vigor condiciona a colmatção das Áreas de Reversão, de Estruturação e das UOP.

Comprometida pela escassez de PMOT eficazes, a colmatção das Áreas de Reversão e Estruturação Urbana, em áreas sem planos eficazes, restringiu-se a:

- Zonas infra-estruturadas de remate das áreas consolidadas adjacentes, designadamente Junto à Estação do Oriente, Entre Campos e Vale de Santo António;
- Áreas promovidas pelo Município no âmbito do PER, nomeadamente os Programas do Vale de Alcântara, Rego e Ameixoeira;
- Concretização de infra-estruturas (Olaias - prolongamento da Av. Afonso Costa e ligação à Praça Paiva Couceiro).

Áreas Históricas e Consolidadas

O diagnóstico realizado incidu nas Áreas Históricas e Consolidadas visando avaliar os níveis de colmatção destas áreas, considerando que cobrem 3129,7ha do território municipal.

Com este objectivo foram identificados vazios urbanos, interrupções de malha urbana e espaços expectantes urbanos existentes que totalizam cerca de 2ha, nas Áreas Históricas, e cerca de 156,5ha, em Áreas Consolidadas, num total de 158,6ha.

Da avaliação efectuada estima-se que a colmatção das Áreas Históricas e Consolidadas atinge 99,95%, equivalente a dizer que este é o nível de colmatção de 46% da área do município, se excluirmos as áreas ocupadas pelas pistas do Aeroporto e pelo Parque Florestal de Monsanto.

Acções de Planeamento

O art.º 126.º do Regulamento do PDM identificou os Planos de Urbanização e de Pormenor eficazes e em elaboração à data da sua publicação, os quais constam do quadro seguinte:

Quadro 7.3 - Planos De Urbanização E Planos De Pormenor Eficazes E Em Elaboração

PDM 1994 / PLANOS DE URBANIZAÇÃO E PLANOS DE PORMENOR EFICAZES	
PP do Chiado	Plano de Urbanização de Chelas
PP do Alto do Parque Eduardo VII	PP de Telheiras-Sul
PDM 1994 / PLANOS DE URBANIZAÇÃO E PLANOS DE PORMENOR EM ELABORAÇÃO	
PP de Pedrouços	PP da Estrela/Sto Ildefonso
PP do Pólo Universitário do Alto da Ajuda	PP do Quarteirão da Garagem Militar
PU do Parque Periférico	PP da Zona do Mercado de Benfica
PP das Amoreiras	PP do Cruzeiro Rio Seco
PP da Av. José Malhoa	PP das Galhardas
PP da Praça de Espanha	PP da Boavista
PP Bartolomeu Dias	PU do Vale de Alcântara
PU da Avenida da Liberdade	PU da Coroa Envolvente da Zona Monumental Ajuda-Belém
PP do Eixo Urbano Luz-Benfica	

Dos 17 planos identificados no Regulamento do PDM como estando em elaboração:

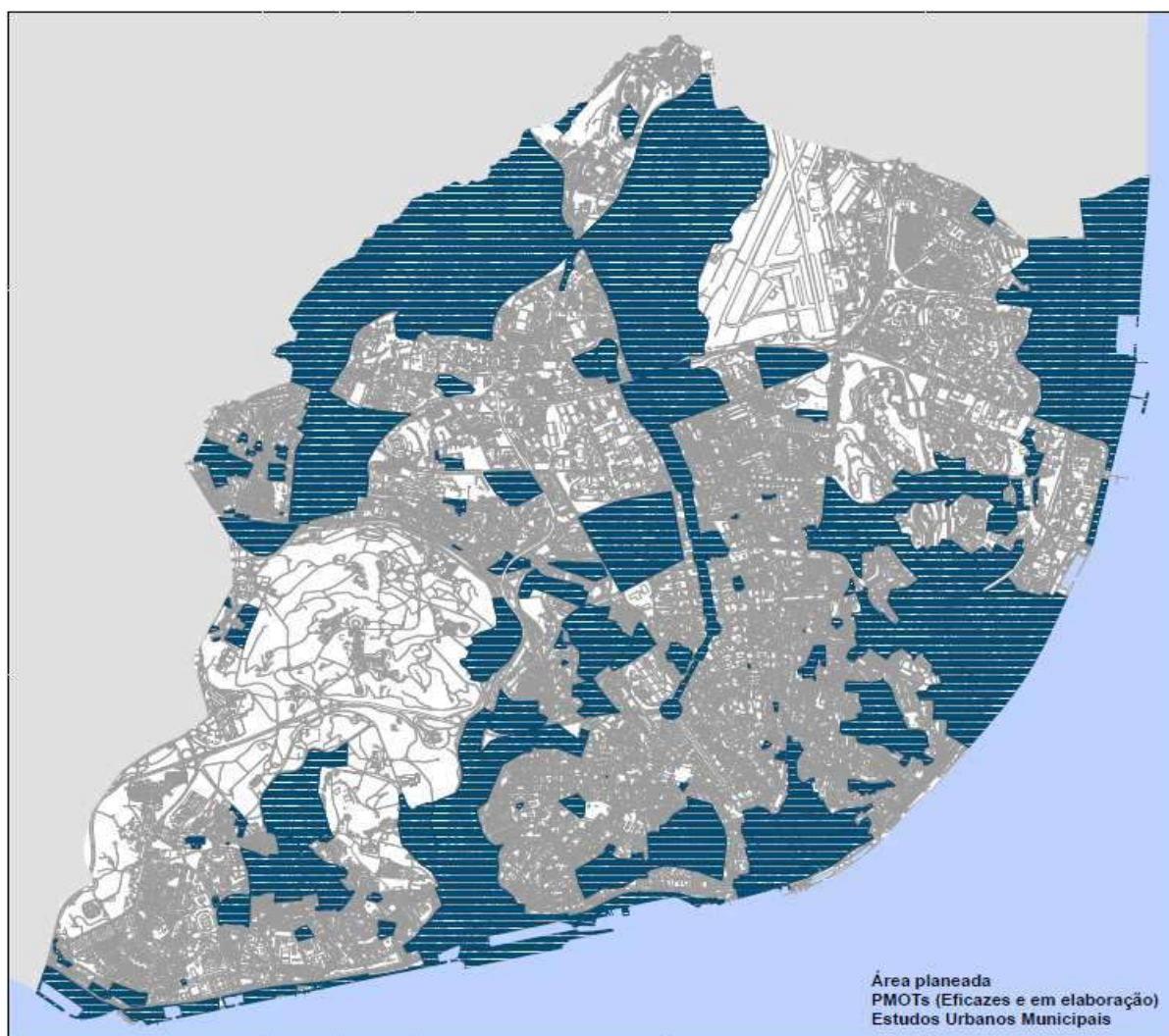
- Concluíram-se e tornaram-se eficazes quatro planos – PP do Pólo Universitário do Alto da Ajuda, PP do Quarteirão da Garagem Militar, PP da Zona do Mercado de Benfica e PP do Eixo Urbano Luz-Benfica;
- Encontra-se em conclusão o PU da Avenida da Liberdade;
- Encontra-se em curso a revisão do PP da Zona do Mercado de Benfica, com alargamento da área de intervenção;
- Encontram-se em elaboração quatro novos planos que abrangem a área de intervenção de três - PP da Av. José Malhoa, PP das Amoreiras, PP do Aterro da Boavista Nascente e PP do Aterro da Boavista Poente.

Saliente-se, no entanto, que do universo de planos não concluídos, muitos, apesar de não eficazes, constituíram documentos orientadores para a execução, designadamente: PP de Pedrouços, PP das Amoreiras, PP da Av. José Malhoa, PP da Praça de Espanha, PP do Cruzeiro Rio Seco, PP das Galhardas.

Após a publicação do PDM 94 e até ao presente, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou a elaboração de mais de 30 novos planos.

Esta carta evidência o esforço de planeamento desenvolvido, desde 1994.

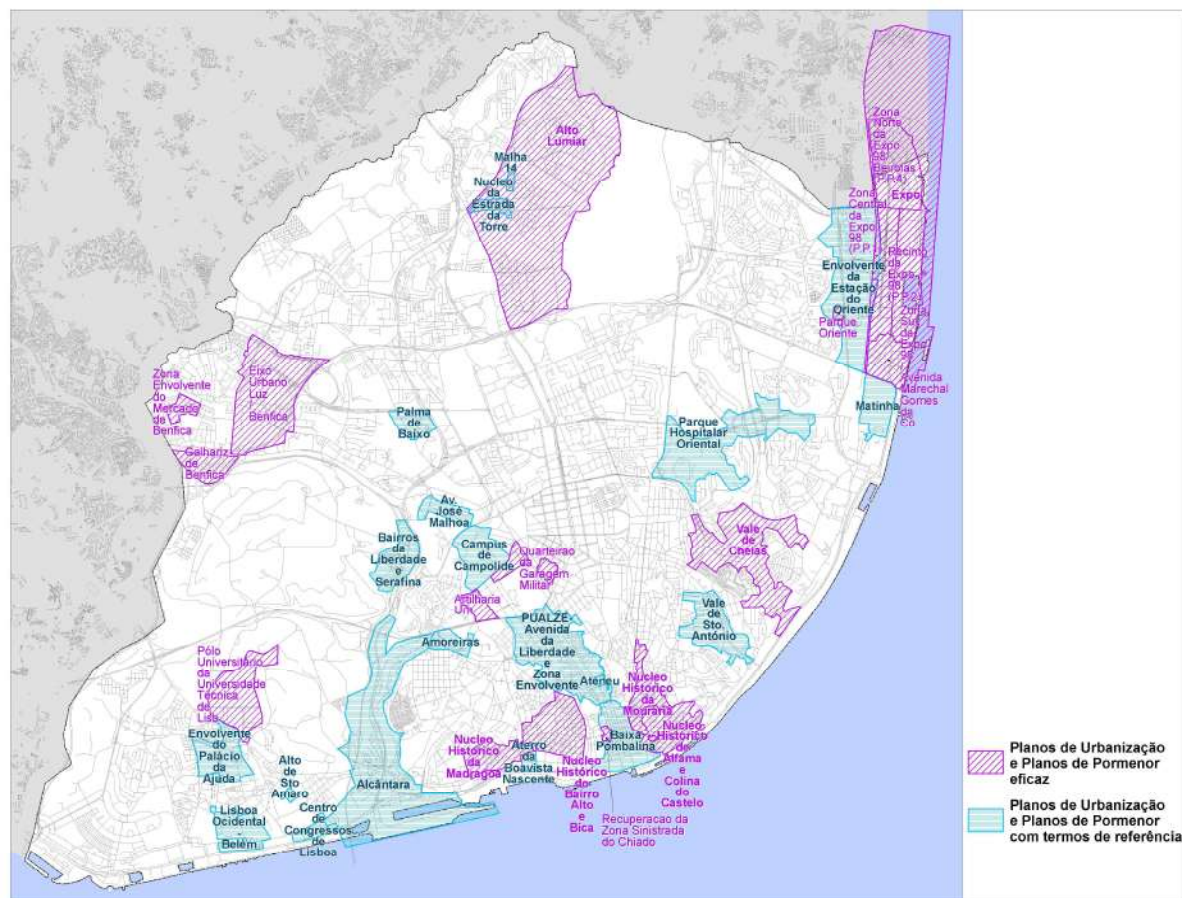
Figura 7.3 –PMOTs Eficazes e em Elaboração



Da área de 8432h do município, deduzindo a área do Aeroporto e do Parque Florestal de Monsanto verifica-se que dos restantes 6746ha, actualmente 46,5% está coberto por PMOT, estudos urbanos e loteamentos, elaborados no âmbito das competências do Departamento de Planeamento Urbano.

A figura e o quadro seguintes ilustram a cobertura da totalidade território municipal por PU e PP eficazes, bem como por PU e PP com Termos de Referência aprovados e a distribuição geográfica destas acções de planeamento.

Figura 7.4 – Planos de Urbanização e de Pormenor Eficazes e com Termos de Referência



	Nº Planos	Área total abrangida (ha)	% de área coberta relativa ao Município
Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) eficazes	20	1506	17,9%
Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) com Termos de Referência (TR) aprovados	29	950	11,3%
Área do Município abrangida por PU, PP eficazes e com TR aprovados	49	1936	23,0%

Este quadro evidencia que cerca de 23% do território municipal está coberto por PMOT eficazes e com TR aprovados, percentagem que sobe para 29%, se deduzida a área do aeroporto e do Parque Florestal de Monsanto. Evidencia ainda que os PU e PP com Termos de Referência aprovados apesar de em número superior aos PU e PP eficazes, abrangem uma área cerca de 63% inferior.

A listagem que se segue, torna evidente o facto de que, desde 2005, apenas entraram em vigor 2 PMOT – o Projecto Urbano Parque Oriente e o PP da Artilharia Um, embora actualmente, esteja em curso a elaboração de um elevado número de instrumentos de planeamento.

Quadro 7.4 - Planos De Urbanização E Planos De Pormenor Eficazes / Março 2009

NOME do PLANO	PUBLICAÇÃO EM DR	ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA/ SUSPENSÃO/REVISÃO
Projecto Urbano Parque Oriente	DR 214/08, II série, de 4 de Novembro	
PP da Artilharia Um	DR 54/05, I série, de 17 de Março	
PP do Calhariz de Benfica	DR 128/02, II série, de 4 de Junho	
PP6 do Parque Tejo	DR 303/99, I série B, portaria 1130C de 31 de Dezembro	
PP da Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado	DR 187/99, II série, Declaração de 13 de Agosto	
PP do Quarteirão da Garagem Militar	DR 275/98, II série, Declaração de 28 de Novembro	
PU do Vale de Chelas	DR 268/98, II série, Declaração 348 de 19 de Janeiro	
PP do Eixo Urbano Luz-Benfica	DR 70/97, II série, de Março	Alteração em regime simplificado – DR 162, II série, Declaração 223/2002 Alteração em regime simplificado à subunidade de Gestão 4,6 – DR 52, II série de 13 de Março de 2008
PU do Alto do Lumiar	DR 248/97, I série B, RCM 126/98 de 27	
PU do Núcleo Histórico da Madragoa	DR 242/97, II série, Declaração 270/97 de 18 de Outubro	
PU do Núcleo Histórico da Mouraria	DR 239/97, II série, Declaração 265/97 de 15 de Outubro	
PU do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo	DR 239/97, II série, Declaração 264/97 de 15 de Outubro	
PU do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica	DR 238/97, II série, Declaração 263/97 de 14 de Outubro	
PP1 da Zona Central da Expo	DR 265/95, I série B, Portaria 1357/95 de 16 de Novembro	DR 303/99, I série B, portaria 1130B/99 de 31 de Dezembro
PP2 do Recinto da Expo 98	DR 265/95, I série B, Portaria 1357/95 de 16 de Novembro	DR 303/99, I série B, portaria 1130B/99 de 31 de Dezembro
PP3 da Zona Sul – Av. Marechal Gomes da Costa	DR 231/95, I série B, Portaria 1210/95 de 6 de Outubro	DR 303/99, I série B, portaria 1130B/99 de 31 de Dezembro
PP4 da Zona Norte – Beirolas	DR 231/95, I série B, Portaria 1210/95, de 6 de Outubro	DR 303/99, I série B, portaria 1130B/99 de 31 de Dezembro
PP5 da Zona de Sacavém	DR 303/99, I série B, Portaria 1130C de 11 de Dezembro	
PP6 do Parque Tejo	DR 303/99, I série B, Portaria 1130C de 11 de Dezembro	
PP da Envolvente Mercado de Benfica	DR 291/95, II série, Declaração de 19 de Dezembro	Suspensão parcial na área correspondente ao Futebol Clube de Benfica, com medidas preventivas aprovadas na sessão de Câmara de 22 de Dezembro, proposta 1332/2008
PU da Zona Expo	DR 162/94, I série B, Portaria 640 de 15 de Julho	
PP do Pólo Universitário da Ajuda	DR 297/93, I série B, portaria 1290/93 de 22 de Dezembro	
PP do Alto do Parque Eduardo VII	DR 299/92, I série B, Portaria 1230/92 de 29 de Dezembro	

Quadro 7.5 - Planos Com Termos De Referência Aprovados / Março 2009

NOME do PLANO	PROPOSTA/PUBLICAÇÃO EM DR
Projecto Urbano Aterro da Boavista	Prop. 885/CM/2004 de 06 de Dezembro
PU da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente	Não há Termos de Referência. Foi considerado revisão de PU deliberada pela Proposta 67/2006 de 1 de Março
PP dos Bairros da Liberdade e Serafina	DR 20/01, I série B, Decreto 28 de 30 de Agosto de 2002; Prop. 279/CM/2001, de 27 de Junho
PP do Núcleo da Torre	DR 200, II Série, de 18 Outubro 2005, Apêndice 137/2005; Aviso 7007/2005; Prop. 288/2008, de 29 de Junho
Plano de Conservação, Reconstrução e Reabilitação Urbana, Lisboa – Belém	Prop.128/06 de 22 de Março
PP do Ateneu	Prop. 353 A/2006 de 26 de Julho
PP do Alto de Sto Amaro	Prop. 490/CM/2005 de 27 de Junho
PP da Palma de Baixo	DR 135/01, II série, apêndice 72, de 11 de Junho
PP da Envolvente do Palácio da Ajuda – Revisão	DR 237/02 II série, apêndice 132 de 14 de Outubro; Proposta 334/CM/2002 de 28 de Fevereiro de 2002
PU do Vale de Sto. António	DR 55/06, II série, apêndice 25 de 17 de Março; Proposta 32/CM/2006
PP do Campus de Campolide	DR 161/08, de 21 de Agosto; Aviso 22242/2008; Proposta 562/CM/2008 de 16 de Julho
PP da Av. José Malhoa	DR161/08 II série de 21 de Agosto; Prop. 563/CM/2008 de 18 de Junho de 2008
PP das Amoreiras	DR 160/08, II Série, de 20 de Agosto; Aviso 22135/2008; Prop. 648/CM/2008 de 30-07-2008
PU Alcântara	DR 82/08, II série, 28 de Abril; Aviso 13037; Prop. 93/CM/2008 de 19 de Março de 2008
PP do Parque Hospitalar Oriental	DR 125/08, II série, 1 de Junho; Aviso 19138/2008; Prop.354/CM/2008 de 28-05-2008
PU da Área Envolvente à Estação do Oriente	DR 161/08, II série, de 21 de Agosto; Prop. 565/CM/2008 de 16-07-2008
PP Baixa Pombalina	DR 82/08, II série, 28 de Abril; Aviso 13036/2008; Prop. 90/CM/2008 de 19-03-2008
PP Matinha	DR 243/05 de 21 de Dezembro; Prop. 491/CM2005 de 7 Setembro
Projecto Urbano do Centro de Congressos	DR 159/04, II série, apêndice 90, de 8 de Julho; Aviso 5120/2004; Prop.271/CM/2004, de 28 de Abril
PP da Boavista Nascente	DR 245/08, II série, de 19 de Dezembro; Aviso 30096/2008; Prop.1129/CM/2008 de 26 de Novembro
PP Malha 14 do PUAL	DR 129/08, II Série, de 1 de Junho; Aviso 19533/2008; Prop. 355/CM/2008 de 28 de Maio;
PP Parque Mayer	Proposta 65/CM/2009, aprovada em sessão de Câmara de 28 de Janeiro
PP Pedreira do Alvito	Revogação da Deliberação 12/CM/2002; Com a Prop. 66/2009, em Reunião de Câmara de 28 de Janeiro, é aprovado o Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento do Plano de Pormenor
PU Carnide	Elaboração deliberada em sessão de Câmara de 17 de Maio de 1995
PP de Olivais Velho	Início da elaboração do PP (no âmbito do disposto no DL 59/90, de 2 de Março com as alterações introduzidas pelo DL 211/92 de 8 de Outubro)
PP de Sete Rios	DR 204/05, II série, de 21 de Julho; Prop.204/CM/2005 de 27 de Abril

Fonte: DPU/DCIP – Março de 2009

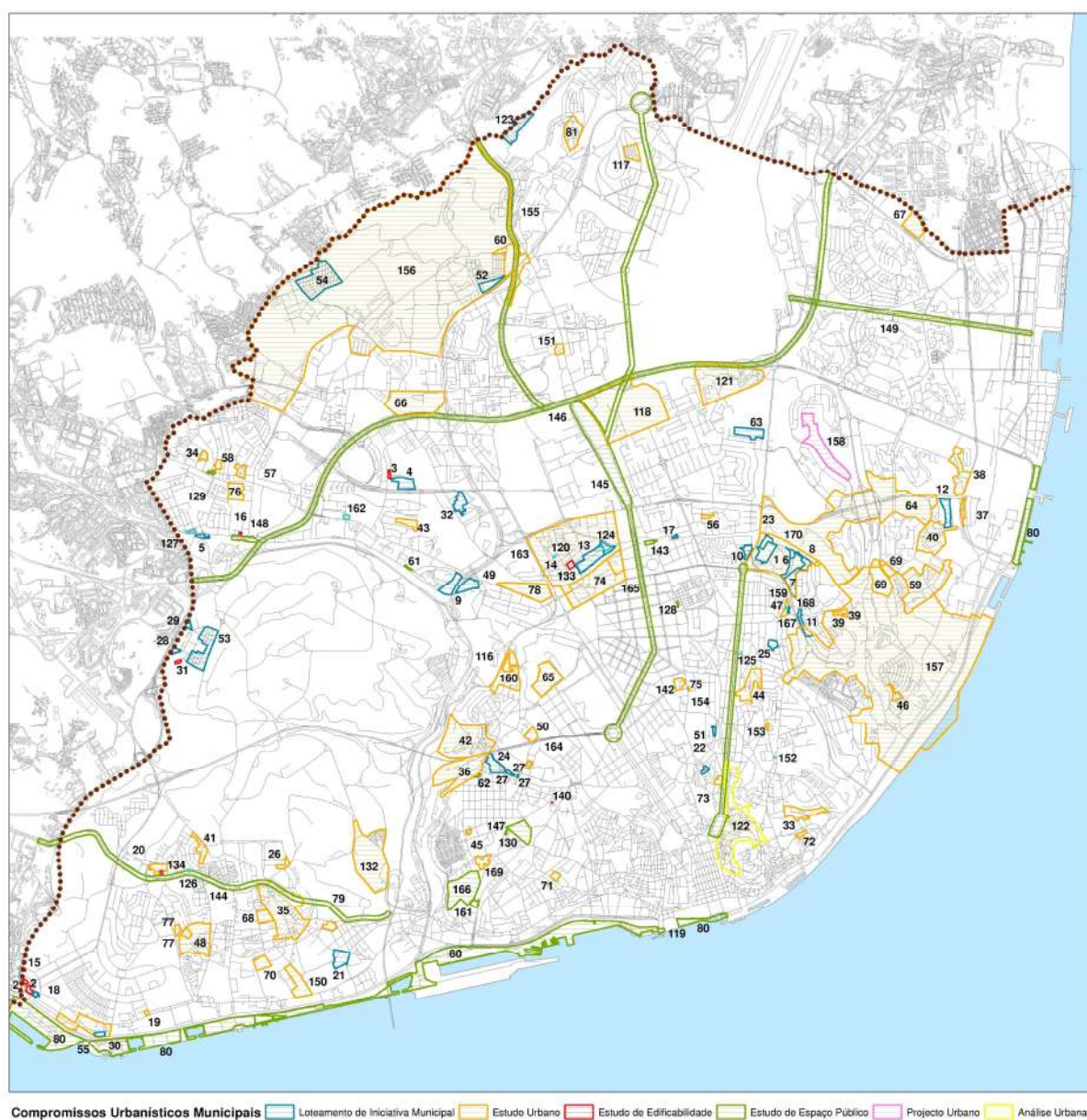
Em paralelo à elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial e contribuindo para a consolidação da morfologia de toda a cidade de Lisboa e para a valorização do Património Municipal, a Câmara promoveu:

- A elaboração de Loteamentos de Iniciativa Municipal e Estudos de Edificabilidade para Parcelas Municipais numa lógica de qualificação urbana.

- A avaliação de alguns dos Loteamentos de Iniciativa Municipal, iniciados em anos anteriores, elaborando estudos urbanos mais abrangentes, visando estruturar e reordenar o território abrangido. Em alguns casos, a concretização do modelo de desenvolvimento urbano proposto obrigou à elaboração de um IGT integrando o Loteamento de Iniciativa Municipal em questão – PP Parque Hospitalar Oriental, PP Amoreiras, PP Sete Rios, PP Alto dos Moinhos.
- A identificação, através do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Urbano, de áreas da cidade com exigências ao nível da reconversão urbanística, com definição do modelo urbano e da sua operacionalização, no quadro legal – Estudo Urbano do Bairro do Pote de Água, Estudo Urbano do Bairro dos Sete Céus, áreas desafectadas pelo Estado cujo reordenamento urbanístico constitui uma oportunidade estratégica de regeneração espacial dos territórios onde se inserem.
- A elaboração de estudos de estrutura urbana para a Área da Coroa Noroeste e da Área de enquadramento da TTT, no âmbito da elaboração da Revisão do PDM
- A elaboração do Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa que permitiu a definição das áreas portuárias a desafectar do domínio da APL, serviu de base ao protocolo de intenções firmado entre a CML e o estado português e definiu o modelo urbano proposto para toda a frente ribeirinha da cidade.

A figura 7.5 traduz a globalidade do trabalho desenvolvido sendo de relevar pela dimensão os estudos de estrutura urbana 156 e 157 que abrangem áreas de 4.303.705 e 2.731652 m², respectivamente.

Figura 7.5 – Compromissos Urbanísticos Municipais



Dinâmica urbanística e qualificação do solo

Estimativas do custo de obra sujeita a licenciamento ou autorização

A análise da dinâmica urbanística traduzida pelas estimativas do custo da obra sujeita a licenciamento ou autorização é feita com base na informação disponível que corresponde apenas aos anos de 2005 a 2007.

O quadro seguinte sintetiza os dados relativos à distribuição do total da estimativa do custo da obra por tipo de obra.

Quadro 7.6 - Total da estimativa do custo de obra para processos sujeitos a licença ou autorização, por assunto – Total de 2005 a 2007

	Estimativa Custo Total	Nº Processos c/ Quadros Sinopticos
Alteração	1.416.052.052,53 €	2862
Alteração Durante a Execução da Obra	363.163.871,79 €	492
Ampliação	525.515.311,80 €	1146
Construção	532.123.922,53 €	558
Reconstrução	121.159,00 €	1
Total Geral	2.836.976.317,65 €	5059

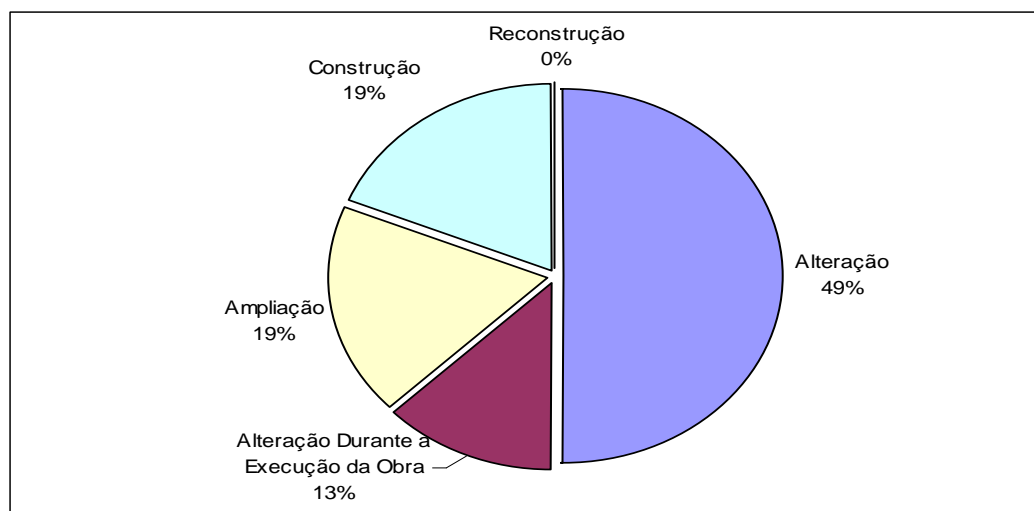
Fonte: GESTURBE

Nota: O campo de estimativa de custo da obra não tem preenchimento obrigatório, por não ser requerido pelo INE na ficha de elementos urbanísticos.

A representação gráfica dos dados mostra que neste intervalo de tempo, predominaram as obras de alteração que representam cerca de metade do total dos custos estimados.

As alterações durante a execução da obra representam 13% do total dos custos estimados, próximo dos 19% que representam tanto a obra nova como a obra de ampliação.

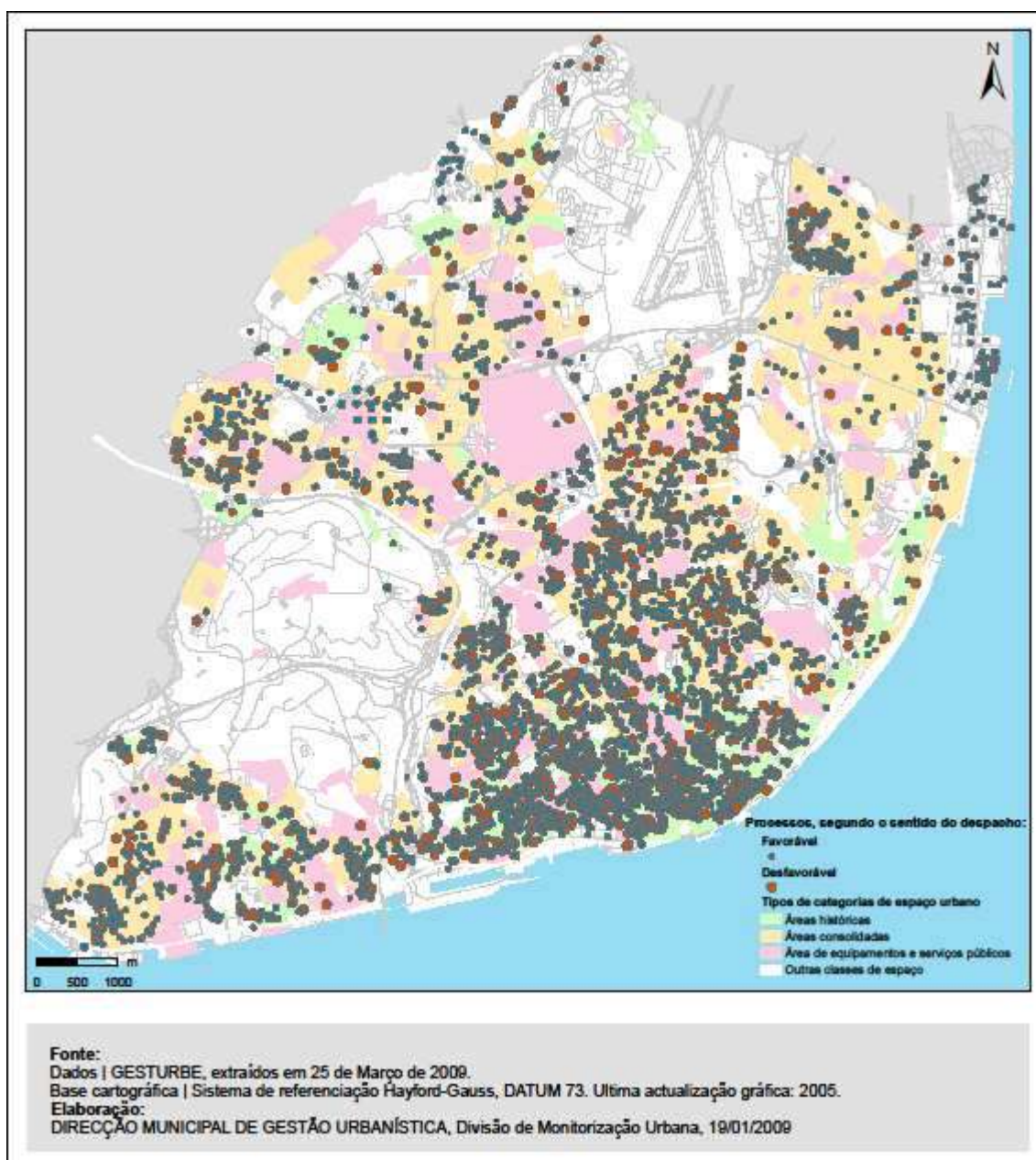
Figura 7.6 – Estimativas dos custos



A figura 7.6 confirma a predominância de obras alteração e ampliação com a incidência de processos EDI sujeitos a licenciamento ou autorização, em Áreas Consolidadas e Áreas Históricas.

As Áreas Históricas apresentam uma percentagem de indeferimentos de 24%, cerca de 6% superior às Áreas Consolidadas, distribuindo-se uniformemente pela cidade.

Figura 7.7 – Tipos de categorias do Espaço Público



Quadro 7.7 - Nº De Processos Edi Sujeitos A Licenciamento Ou Autorização, Segundo O Sentido Do Despacho*

	Favorável	%	Desfavorável	%
Áreas consolidadas	2968	82,00%	644	18,00%
Áreas históricas	1723	75,80%	550	24,20%
Outras classes de espaço	1443	87,98%	197	12,01%
Total	6134	81,50%	1391	18,50%

* "Favorável" corresponde aos despachos de deferimento e "Desfavorável" aos de indeferimento

Área e usos licenciados

A análise da dinâmica urbanística reflectida no licenciamento municipal é feita apenas a partir de 2003, data de início de funcionamento do GESTURBE.

Para este sub-tema estão criados indicadores de monitorização para medir quer a área licenciada quer o respectivo uso.

Os dados recolhidos são sintetizados no quadro seguinte onde sobressai que em 2003 não se registaram licenciamentos de áreas para indústria, hotelaria e outros usos hoteleiros, situação que se repete em 2004 e 2007, para outros usos hoteleiros.

Quadro 7.8 - Superfície de pavimento (m²), por usos, dos processos com Ficha do INE preenchida e licenças emitidas nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007

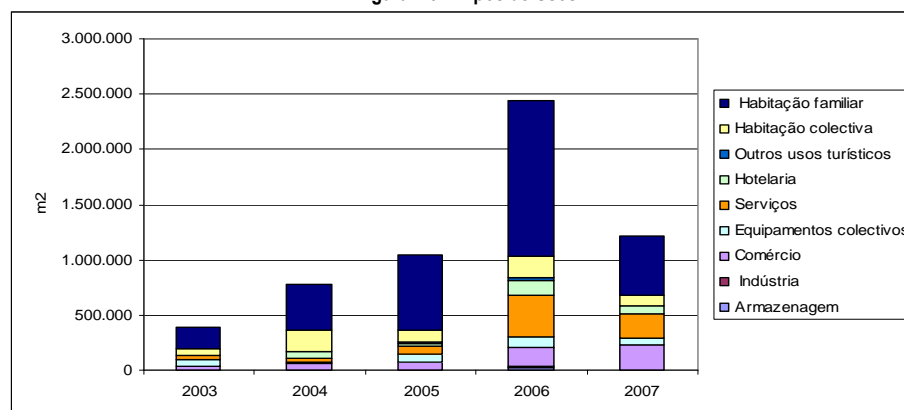
Licenças emitidas traduzidas em área de construção (ou superfície de pavimento) em m ² de:	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Armazenagem	306	1.033	2.396	19.754	5.367	28.856
Indústria		516	431	14.901	409	16.257
Comércio	33.941	65.219	72.063	165.772	230.091	567.086
Equipamentos colectivos	60.429	7.687	71.888	100.831	57.378	298.212
Serviços	43.892	28.897	76.763	384.602	221.091	755.245
Hotelaria		70.456	17.872	131.724	68.738	288.790
Outros usos turísticos			18.500	15.757		34.257
Habitação colectiva	55.969	187.731	104.482	203.339	102.013	653.536
Habitação familiar	191.557	412.831	682.687	1.400.242	533.871	3.221.188

Fonte: CML, DMDIU/DMU, GESTURBE, 2008

A representação gráfica dos dados mostra que neste intervalo de tempo e em cada ano, a área licenciada para habitação familiar é superior à área licenciada para os outros usos quer individualmente quer no seu somatório.

A partir de 2003 verifica-se um crescimento no licenciamento de área para habitação familiar que atinge o valor máximo em 2006, ano em que também tem uma expressão máxima o licenciamento de área.

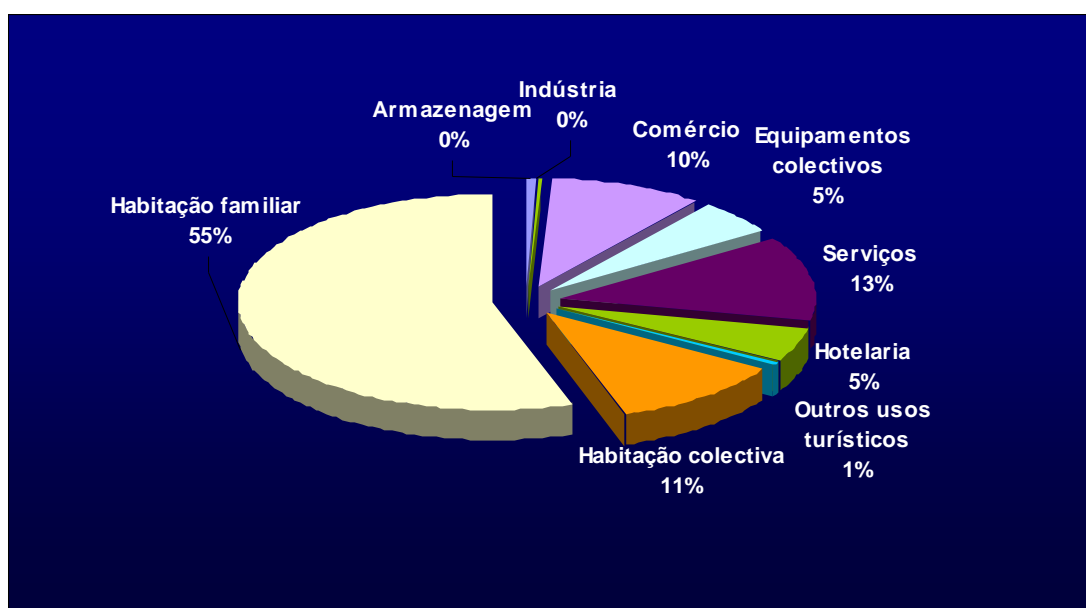
Figura 7.8 – Tipos de Usos



O gráfico seguinte permite uma leitura do peso dos diferentes usos no total de área de construção licenciada, nos anos de 2003 a 2007, evidenciando a predominância do licenciamento de habitação familiar e a irrelevância do licenciamento para uso industrial, armazenagem e outros usos turísticos.

A hotelaria bem como os equipamentos colectivos têm a expressão de apenas 5%.

Figura 7.9 - Peso dos Diferentes Usos no Total de Área de Construção Licenciada



7.2 Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU)

O regime que estabelece a definição de Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística está previsto no artigo 41 do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro.

As áreas declaradas como Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística em Lisboa são 14 e podem ser agrupadas consoante as acções tipo que iam ser desenvolvidas para cada uma delas.

As áreas essencialmente sujeitas a reabilitação são aquelas que, na maior parte da sua área geográfica, estão classificadas pelo PDM de 1994 como áreas históricas, designadamente: Alfama, Mouraria, Madragoa, Bairro Alto, Olivais Velho e Paço do Lumiar, onde se pretende, essencialmente, a preservação do património edificado e a salvaguarda de valores patrimoniais.

Outras áreas pretendiam-se reabilitar mas também reestruturar, designadamente, Carnide-Luz, Ameixoeira e Lumiar e a área correspondente às UOP 19 – Alcântara/Rio, UOP 20 – Zona Ribeirinha Alcântara/Belém, UOP 21 – Zona Monumental da Ajuda/Belém do PDM de 1994. Além da preservação do património edificado e a salvaguarda de valores patrimoniais, verificava-se que ocupação actual era desadequada face à envolvente e ainda a existência de espaços urbanos intersticiais desocupados, pretendendo-se introduzir novos usos e/ou reverter os existentes.

As áreas onde se verificava a necessidade de estruturação e planeamento são as áreas do Casal Ventoso, Bairro das Galinheiras e Bairro da Liberdade, quer pelas características físicas e características do edificado, quer pelas características sociais. O caso particular do Bairro do Casal Ventoso teve também uma operação de reversão.

Apenas numa zona se pretendia reabilitar e renovar, como foi o caso do Chiado pelo processo que lhe foi associado, logo após o incêndio ocorrido.

Também a zona da EXPO 98 constitui uma única zona de reversão e renovação integral, na medida em que foi totalmente alterado o uso e construído de novo.

Alfama e alargamento da área

A área crítica de Alfama tem cerca de 40 ha. Localiza-se na freguesia da Madalena, Graça, Santiago, Santo Estevão, Sé, São Vicente de Fora, Socorro, Castelo, São Cristovão e São Lourenço e São Miguel, na área central da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto-Regulamentar n.º 60 de 1986, de 31 de Outubro e o seu alargamento através do Decreto-Regulamentar n.º 6 de 1992, de 18 de Abril.

Constitui uma das zonas mais antigas e características de Lisboa detendo um património urbanístico e social de valor inestimável que importa preservar.

Obteve a declaração de área crítica por integrar um património histórico inestimável, cuja preservação se encontrava ameaçada.

Era evidente a manifesta insuficiência ao nível da qualidade do meio urbano, quer no que se refere ao estado físico das construções, quer no que se refere à solidez, segurança, salubridade, conforto e ambiente urbano. O estado de degradação dos edifícios, sem condições mínimas de habitabilidade e, nalguns casos, em estado de ruína eminente, assim como as insuficientes e deficientes infra-estruturas urbanísticas, constituíram fortes evidências desta candidatura para a promoção da reabilitação desta área.

Em 1992 impôs-se alargar o seu limite à área imediatamente envolvente que estava cada vez mais sujeitas a tendências descaracterizadoras e a pressões ao nível do seu conteúdo funcional, social e urbanístico

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área Histórica da Baixa, Área Verde de Recreio, Área de Usos Especiais e Área Histórica Habitacional.

Mouraria e alargamento da área

A área crítica da Mouraria tem cerca de 27 ha. Abrange as freguesias de Santa Justa, Madalena, Graça, Santiago, Anjos, Sé, São Vicente de Fora, Socorro e São Cristovão e São Lourenço na área central da cidade de Lisboa .

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto-Regulamentar n.º 61 de 1986, de 3 de Novembro, o seu 1º alargamento através do Decreto-Regulamentar n.º 6 de 1992, de 18 de Abril e o seu 2º alargamento através do Decreto-Regulamentar n.º 35 de 1997, de 24 de Setembro.

Constitui uma das zonas mais antigas e características de Lisboa detendo um património urbanístico e social de valor inestimável que importa preservar.

Obteve a declaração de área crítica pelo seu interesse histórico, promovendo medidas que possibilitem recuperar muitos dos edifícios nela existentes, em adiantado estado de degradação e

dotá-la das respectivas infra-estruturas urbanísticas necessárias tendo em vista a execução do respectivo programa de reabilitação.

Era evidente a manifesta insuficiência ao nível da qualidade do meio urbano, quer no que se refere ao estado físico das construções, quer no que se refere à solidez, segurança, salubridade, conforto e ambiente urbano.

Em 1992 impôs-se alargar esta área à área imediatamente envolvente que estava cada vez mais sujeitas a tendências descaracterizadoras e a pressões ao nível do seu conteúdo funcional, social e urbanístico

Por sua vez, com a aprovação do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria em 1996, que abrangia uma zona não inserida na área crítica então delimitada e com a publicação do Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, que cria o regime de apoio à recuperação habitacional em áreas urbanas antigas (REHABITA), exclusivamente aplicável aos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística que possuam planos de urbanização, planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados, entendeu-se alargar os limites da área crítica de forma a coincidirem com os limites do Plano.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área Histórica da Baixa, Área Verde de Recreio, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área de Usos Especiais, Área Histórica Habitacional e Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista.

Chiado e alargamento da área

A área crítica do Chiado tem cerca de 2 ha. Localiza-se na freguesia de São Nicolau, Mártires e Sacramento na área central da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto-Regulamentar n.º 37 de 1988, de 26 de Outubro e o seu alargamento através do Decreto-Regulamentar n.º 27 de 1989, de 28 de Setembro.

Constitui uma das zonas mais antigas e características de Lisboa com inúmeras tradições históricas e uma vivência própria invulgar.

Obteve a declaração de área crítica em sequência do incêndio ocorrido em Agosto de 1988 por forma a permitir dotar a Câmara Municipal de meios que permitissem uma intervenção atempada e eficaz bem como o controle sobre a área onde a intervenção ia ser desenvolvida.

Tendo em conta o alto valor histórico-cultural, património cultural e imóveis classificados, importava salvaguardar estas questões no processo de reabilitação subsequente.

Em 1989 impôs-se alargar esta área a mais 2 quarteirões na área adjacente, também envolvidos no sinistro, onde se pretendia fazer a recuperação dos seus interiores, de uma forma mais morosa, não deparando com obstáculos que poderiam atrasar o processo.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área Histórica da Baixa e Área Histórica.

Bairro Alto e alargamento da área - Bairro Alto e Bica

A área crítica de do Bairro Alto tem cerca de 53 ha. Localiza-se nas freguesias de São José, São Paulo, Encarnação, Santa Catarina e Mercês, na área central da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto-Regulamentar n.º 32 de 1991, de 6 de Junho e o seu alargamento através do Decreto-Regulamentar n.º 48 de 1997, de 18 de Novembro.

Obteve a declaração de área crítica por integrar um património histórico inestimável, cuja preservação se encontrava ameaçada.

As insuficiências nas áreas das infra-estruturas urbanísticas de equipamento social, de áreas livres e espaços verdes, bem como as deficiências dos edifícios existentes, no que se refere às condições de solidez, segurança e salubridade, atingiram uma gravidade tal que só com a tomada de providências urgentes se permitiria obviar eficazmente os inconvenientes e perigos inerentes às mencionadas condições.

A ampliação do limite da referida área crítica a uma zona contígua ocorreu em virtude de apresentar características idênticas de degradação do património arquitectónico e histórico e das condições sócio-económicas das populações, bem como por haver notórias carências no que se refere a infra-estruturas, equipamentos sociais, áreas livres e espaços verdes.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Área de Reconversão Urbanística Mista, Área Verde de Recreio e Área Histórica Habitacional.

Madragoa e alargamento da área

A área crítica da Madragoa tem cerca de 26 ha. Localiza-se nas freguesias de Prazeres, Santos-o-Velho, São Paulo, Lapa, Santa Catarina, na área central da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 14 de 1992, de 6 de Março e o seu alargamento através do Decreto n.º 30 de 1997, de 24 de Junho.

Obteve a declaração de área crítica para permitir acelerar o processo de reabilitação, tomando medidas expeditas e de excepção.

Detinha manifestas insuficiências ao nível da qualidade da habitação e do estado físico das construções, bem como da sua salubridade e conforto. Além disso as infra-estruturas urbanísticas em termos de acessos e dos espaços livres exteriores eram deficientes, o que contribuiu para uma maior degradação física, social e ambiental da zona.

Também a solidez e segurança dos edifícios e conseqüentemente a integridade física das populações constituíam um problema emergente.

Em 1997 impôs-se alargar esta área a uma zona contígua àquela que apresentava idênticas deficiências urbanísticas e insuficiências ao nível da qualidade da habitação e do estado físico das construções, bem como da sua salubridade e conforto.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Área de Reconversão Urbanística Mista, Área Verde de Recreio, Área de Usos Especiais, Área Histórica Habitacional e, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista.

Ameixoeira e Lumiar

A área crítica da Ameixoeira e Lumiar tem cerca de 17.4 ha. Localiza-se na freguesia da Ameixoeira, na área norte da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 17 de 1992, de 11 de Março.

Constitui parte integrante do património da cidade de Lisboa que, pelo seu interesse histórico, importa preservar.

Obteve a declaração de área crítica para impor a tomada de medidas tendentes a evitar que a degradação daquele património assumisse conseqüências irreversíveis.

Nesta zona eram flagrantes as deficientes condições de solidez, segurança e salubridade dos edifícios existentes que, aliados à insuficiência das infra-estruturas urbanísticas, equipamentos de utilização colectiva, áreas livres e espaços verdes, ameaçam a sua manutenção.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área de Estruturação Urbanística Habitacional, Área Verde de Protecção, Quintas e Jardins Históricos, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional e Área Histórica Habitacional.

Olivais Velho

A área crítica dos Olivais Velho corresponde à área de intervenção do Pormenor da Área Crítica dos Olivais-Velho e tem cerca de 8 ha. Localiza-se na freguesia de Santa Maria dos Olivais, na área ocidental da cidade de Lisboa e é delimitada pela Av. Infante D. Henrique, Av. de Berlim, Rua Contra-Almirante Armando Ferraz e a Escolas nº 36 e a Escola Herculano de Carvalho.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 35 de 1992, de 27 de Julho.

Constitui parte importante do património histórico da cidade de Lisboa cuja preservação era de manifesto interesse.

É constituída por uma área urbana de edifícios de utilização colectiva predominantemente habitacional com um núcleo histórico de onde se destacam alguns edifícios patrimoniais, nomeadamente, a Igreja de Sta. Maria dos Olivais, o Largo da Viscondessa dos Olivais e respectiva envolvente edificada, a Vila Gouveia e algumas edificações mais dispersas de cariz rural. A importância arquitectónica da Praça da Viscondessa dos Olivais e da Casa da Fonte do Anjo foram objecto de reconhecimento pelo Estado, que os classificou como Imóveis de Interesse Público, pelos Decretos do Governo nº 8/83, de 24 de Janeiro, e nº 29/84, de 25 de Junho.

A declaração de área crítica surgiu para impor a tomada de medidas que evitassem a degradação daquele património.

Caracteriza-se por não haver uma estrutura definida entre as antigas edificações pré-existentes e as intervenções mais recentes, acentuadas por dissonâncias decorrentes não só do contraste volumétrico e densidade de construção, mas também pela adopção de padrões urbanísticos e desenho urbano em ruptura com o passado.

De acordo com a classificação do PDM de 1994 a classificação desta área é de Área Consolidada Industrial, Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Quintas e Jardins Históricas, Área de Reconversão Urbanística Mista, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional e Área Histórica Habitacional.

EXPO 98

A área crítica da EXPO 98 tem cerca de 180 ha. Localiza-se nas freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais, na área oriental da cidade de Lisboa.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 16 de 1993, de 13 de Maio.

Obteve a declaração de área crítica para potenciar a oportunidade e os meios da realização, 1998, da Exposição Internacional de Lisboa, devolvendo à vida urbana um espaço privilegiado anteriormente subaproveitado e degradado.

A progressiva expansão do eixo oriental de Lisboa acabou por integrar no meio urbano uma área cujo tipo de ocupação revelou incompatibilidades com a proximidade das zonas residenciais que a circundavam.

Entendeu-se, por questões ambientais, de ordenamento do território e normas urbanísticas, realocar as actividades ali sediadas, impondo a recuperação e reconversão urbanística da zona.

De acordo com o PDM de 1994 esta área está classificada como Área de Usos Especiais e Zona de Intervenção da EXPO 98.

Casal Ventoso

A área crítica do Casal Ventoso tem cerca de 22 ha e localiza-se nas freguesias de Santo Condestável e Prazeres, na área central da cidade de Lisboa, entre a Avenida de Ceuta e o Cemitério dos Prazeres, na encosta do Vale de Alcântara.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto-Regulamentar n.º 21 de 1995, de 25 de Julho.

De uma maneira geral a área crítica do Casal Ventoso constituía uma área residencial, pontuada com algum pequeno comércio e serviços e alguns equipamentos. Integrava duas áreas bastante distintas: a primeira localizada a oeste, junto à Avenida de Ceuta, no leito do vale de Alcântara e integrada em área pouco consolidada, maioritariamente constituída por edifícios de habitação colectiva do PER e a segunda, localizada a este, junto à Rua Maria Pia, caracterizava-se por uma estrutura urbana consolidada composta por edifícios mais baixos, de uso habitacional.

Com a declaração de área crítica pretendeu-se lançar e executar nesta zona um programa de reabilitação urbana, candidatável ao programa comunitário URBAN, que permitia a criação de condições para uma eficaz intervenção sócio-urbanística por forma a serem eliminados os problemas de criminalidade e delinquência registados.

Além de apresentar um elevado número de construções em avançado estado de degradação, carecia das infra-estruturas básicas indispensáveis, designadamente no domínio do saneamento.

A primeira área referida era completamente desintegrada da cidade pelo facto da Avenida de Ceuta, a linha-férrea e o acentuado declive do vale de Alcântara constituírem barreiras de desestruturação do espaço urbano, a segunda é constituída por edifícios em mau estado geral de conservação.

Destacam-se os problemas de segregação do PER, quer de ordem física, como referido anteriormente, quer de ordem social, apesar do excelente potencial de enquadramento paisagístico e destaca-se igualmente a degradação do edificado da área consolidada.

A rede viária é definida pelas próprias condicionantes de ordem física a nível da circulação viária local – área isolada pelo eixo viário de hierarquia superior (Avenida de Ceuta), pelo canal ferroviário e pelo acentuado declive do Vale de Alcântara, o que provoca uma descontinuidade a nível morfológico do espaço urbano e uma desconexão em termos de vivência como parte integrante da cidade, difícil de contornar pelos factores físicos pré existentes anteriormente mencionados.

De acordo com a classificação do PDM de 1994 insere-se nas seguintes classificações: Área Verde de Protecção, Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área de Usos Especiais e Área de Reconversão Urbanística Habitacional.

Carnide-Luz

Os limites da área crítica de Carnide-Luz não correspondem aos limites da área de intervenção do Plano de Urbanização de Carnide-Luz, constantes da deliberação n.º 234/95 de 17 de Maio, sendo os limites da área crítica (cerca de 23 ha) sensivelmente inferiores ao do Plano de Urbanização (cerca de 88 ha).

A área crítica integra os antigos aglomerados de Carnide e da Luz que se situam na periferia Noroeste da Cidade de Lisboa, na Freguesia de Carnide, cuja declaração foi estabelecida posteriormente à deliberação do Plano através do Decreto n.º 31 de 1997, de 25 de Junho.

Caracteriza-se por ser uma área com identidade própria e uma vida local dinâmica. Apresenta um património particularmente valioso, não só no que se refere a edifícios isolados, quintas e espaços verdes, como também a conjuntos edificados, os quais definem singulares imagens urbanas e uma memória colectiva expressa nos modos de vida e expressões locais. Constitui uma área marcadamente de origem rural.

Obteve declaração de área crítica por forma a impedir a contínua degradação do património construído e possibilitar a reabilitação e renovação urbana.

Não tem qualquer tipo de estrutura urbana nem hierarquia definida ou uma estrutura de usos que se complementem. Constata-se que os edifícios existentes revelam variadas deficiências ao nível das condições de solidez, segurança e salubridade. Por outro lado apresenta-se carenciada de infra-estruturas urbanísticas, de equipamento social e de áreas livres. O património apresenta-se em avançado estado de degradação e a maior parte das antigas quintas agrícolas encontram-se actualmente desabitadas e abandonadas.

Em relação à rede viária, por um lado, a malha viária interna tem características de área histórica, sendo inadequada às actuais exigências de circulação e estacionamento automóvel, e uma rede de azinhagas rurais delimitando e dando acesso às antigas quintas agrícolas, por outro lado, as vias envolventes são de circulação rápida. Os acessos às áreas periféricas são deficitárias, assim como as ligações ao Largo da Luz (este não constitui um pólo de atracção da população envolvente).

De acordo com a classificação do PDM de 1994 distinguem-se as seguintes classificações de espaço: Área de Estruturação Urbanística Habitacional, Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Quintas e Jardins Históricas, Quintas Integradas nas Áreas Históricas, Área Verde de Recreio, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área de Usos Especiais e Área Histórica Habitacional.

Paço do Lumiar

A área crítica do Paço do Lumiar, com cerca de 20 ha está inserida na freguesia do Lumiar, localiza-se a norte da cidade de Lisboa, fazendo parte integrante da área abrangida pelo Núcleo de Interesse Histórico do Lumiar e integra os aglomerados dispersos do Paço do Lumiar.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 40 de 1997, de 5 de Agosto.

Constitui um pequeno núcleo histórico, consolidado e de baixa densidade de crescimento linear ao longo da Estrada do Lumiar, em torno do qual se encontram quintas senhoriais (algumas degradadas) e azinhagas de carácter predominantemente agrícola, nalguns casos com reconversão de uso para outros fins. Caracteriza-se por uma fraca percentagem de habitação e uma grande concentração de equipamentos de dimensão relevante. Na envolvente deste núcleo central é notório um crescimento urbano caracterizado pela existência de condomínios habitacionais de utilização totalmente privada.

Obteve declaração de área crítica tendo em vista impedir a contínua degradação do património construído e possibilitar a reabilitação urbana da referida área.

A área mostra-se carenciada não só de infra-estruturas urbanísticas, designadamente de vias de trânsito desafogadas, como também de equipamentos sociais e áreas livres. Por outro lado, as deficiências dos edifícios existentes, no que se refere a solidez, segurança e salubridade, atingem uma gravidade tal que não pode ser descurada

O único largo existente não apresenta qualquer tratamento urbano, onde a pouca vivência que se verifica se deve maioritariamente aos estudantes dos colégios existentes nas antigas quintas senhoriais e dos movimentos que em torno dos mesmos se geram, longe da sua característica inicial como ponto de confluência cultural e social.

A rede viária é bastante deficitária, constituída pela Estrada do Lumiar que se caracteriza por ter um percurso estreito e ladeado por muros.

De acordo com a classificação do PDM de 1994 esta área corresponde a Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Quintas e Jardins Históricas, Quintas Integradas nas Áreas Históricas, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área Histórica Habitacional e Área de Investigação e Tecnologia.

Bairro das Galinheiras

A área crítica do Bairro das Galinheiras tem cerca de 41.5 ha e coincide com a área definida no Plano Director Municipal de Lisboa em vigor como unidade operativa de planeamento e gestão (UOP) n.º 26 — Galinheiras.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 14 de 2002, de 19 de Abril.

Obteve a declaração de área crítica para a tomada de medidas expeditas e de excepção, de modo a inverter o progressivo processo de degradação urbana, patrimonial, ambiental e social da área, promovendo a sua requalificação.

Na área em causa são manifestas as graves insuficiências ao nível das infra-estruturas urbanísticas, das acessibilidades, do equipamento social, das áreas livres e espaços verdes, e ao nível da salubridade, conforto e estado físico das construções.

Esta área está classificada no PDM de 1994 como área de Área de Estruturação Urbanística Habitacional, Área Verde de Recreio e Área de Usos Especiais.

Bairro da Liberdade

A área crítica do Bairro da Liberdade tem cerca de 14.5 ha e localiza-se na freguesia de Campolide e é delimitada pela Avenida General Correia Barreto e Eixo Norte-Sul, pelo Parque Florestal de Monsanto, pelo Bairro da Serafina e pelo Eixo Norte-sul e Linha-férrea de Cintura.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 28 de 2002, de 30 de Agosto.

Obteve a declaração de área crítica tendo em vista possibilitar a reabilitação e renovação urbana daquela área, de modo a inverter o processo de degradação urbana, patrimonial, ambiental e social.

Apresentava uma estrutura habitacional e social bastante degradada, por ser de génese ilegal. Foi crescendo anarquicamente respondendo à necessidade de habitação, com graves insuficiências de acessibilidades, equipamentos sociais, áreas livres, espaços verdes, de qualidade e salubridade da construção e de localização instável da mesma (encostas), a par de graves falhas nas infra-estruturas urbanas, que não apresentam viabilidade de recuperação.

De acordo com o PDM de 1994 a classificação desta área é de Área Verde de Protecção, Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área de Reversão Urbanística Habitacional e Área Consolidada de Moradias.

UOP 19 – Alcântara/Rio, UOP 20 – Zona Ribeirinha Alcântara/Belém, UOP 21 – Zona Monumental da Ajuda/Belém

Esta área, localizada na zona ocidental de Lisboa, encontra-se integrada nas unidades operativas de planeamento e gestão UOP19 – Alcântara-Rio, UOP 20 – Zona Ribeirinha Alcântara/Belém e UOP 21 – Zona Monumental de Ajuda/Belém do Plano Director Municipal de Lisboa. No seu conjunto abrange uma área total de cerca de 650 ha, nas freguesias de Ajuda, Santa Maria de Belém, Alcântara e São Francisco Xavier.

A declaração de área crítica foi estabelecida através do Decreto n.º 9 de 2005, de 23 de Março.

Está inserida nas freguesias da Ajuda, Alcântara, Prazeres, São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém e corresponde a uma área de cerca de 81 ha.

Tem grande significado histórico da cidade de Lisboa, pela sua interligação e envolvência com a zona monumental da Ajuda e Belém.

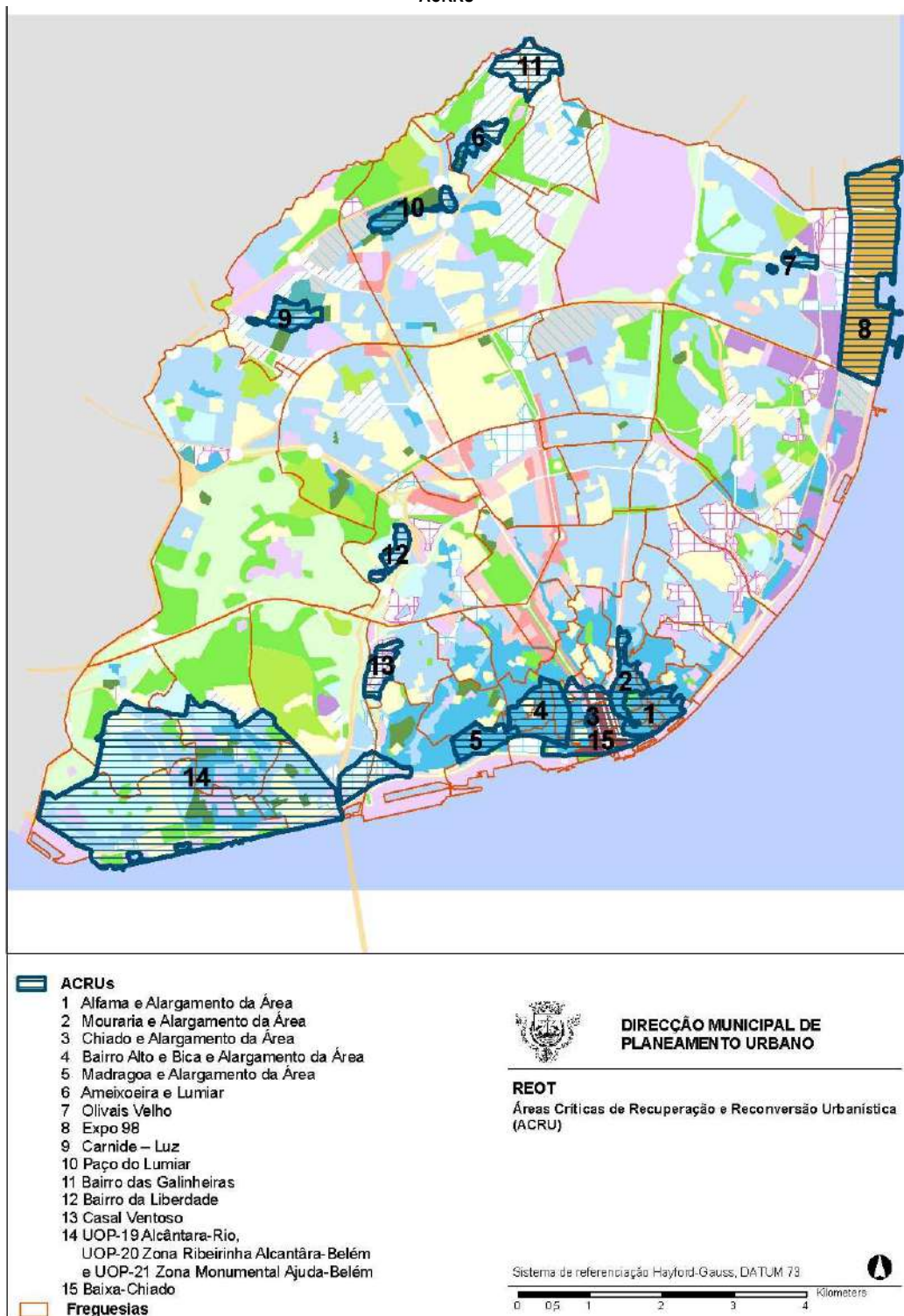
É uma área essencialmente residencial, pontuada por algum comércio, serviços e equipamentos.

A declaração de área crítica tem em vista a reabilitação da mencionada área e a valorização das zonas históricas e conjuntos urbanos singulares nela existentes, tendo como objectivo, a partir daquela data, a serem elaborados estudos e planos de pormenor, designadamente através de uma sociedade de reabilitação urbana em processo de constituição, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, entretanto constituída.

Apresentava graves insuficiências ao nível da qualidade de habitação, das condições de solidez e segurança das construções e da sua salubridade e conforto, bem como graves deficiências em termos das infra-estruturas urbanísticas, do equipamento social, das acessibilidades e estacionamento, de áreas livres, de zonas verdes e de lazer, a que acrescem problemas sociais também graves, associados ao envelhecimento e aos fracos recursos sócio-económicos da população residente. A par destas questões surgiam também a falta de equipamentos, a necessidade de reabilitação do edificado e o envelhecimento da população.

O PDM de 1994 regista as seguintes classificações dentro do limite desta área: Área Verde de Produção, Área Histórica Habitacional, Área de Estruturação Urbanística Habitacional, Área Verde de Protecção, Quintas a Reconverter, Quintas e Jardins Históricas, Área de Equipamentos e Serviços Públicos, Quintas e Jardins Históricas, Área de Reversão Urbanística Mista, Área Verde de Recreio, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional, Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista, Área de Usos Especiais, Área Histórica Habitacional, e Área Consolidada de Moradias.

Figura 7.10 - Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística –
 ACRRU



7.3 Áreas Urbanas de Génese Ilegal – (AUGI)

Em 1995, um ano após a entrada em vigor do plano Director Municipal, com a publicação da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, foi criado um regime legal excepcional com vista à reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

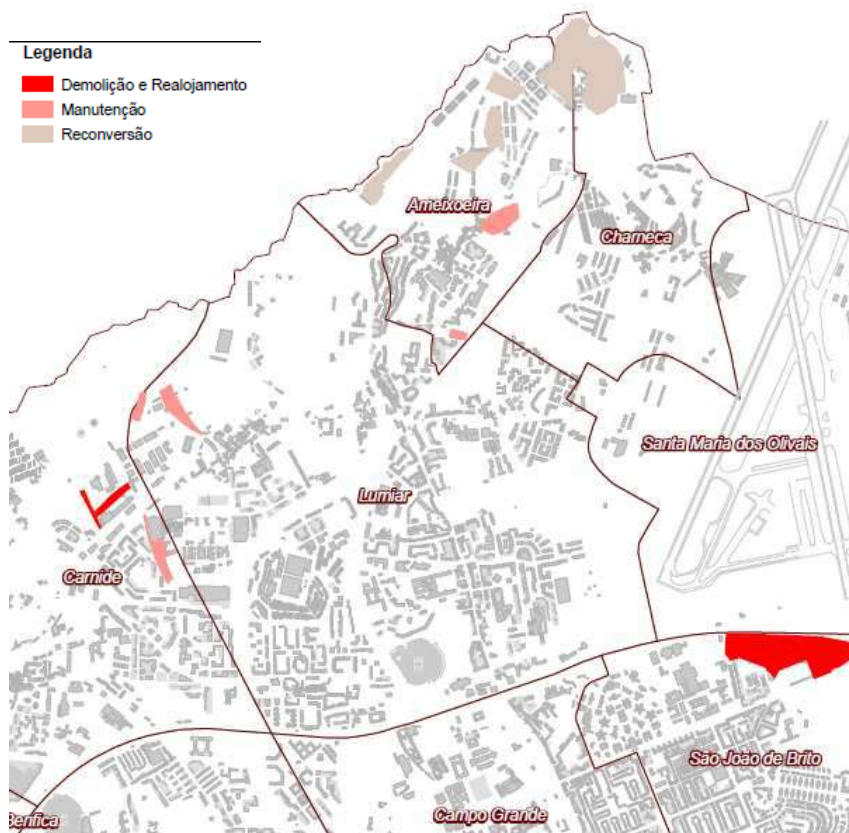
De acordo com aquele diploma legal (n.º 2 do art.º 1.º), “consideram-se AUGI os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenha sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro (...)”.

Em Lisboa, esse fenómeno, com expressão relativamente reduzida, abrange as Freguesias da Coroa Norte da Cidade.

A sua expressão relativamente reduzida e confinada, levou a que o Município tenha apenas promovido a primeira delimitação passados quase 10 anos sobre a entrada em vigor do regime jurídico, em Junho de 2005, altura em que foi aprovada, em Reunião de Câmara, a Proposta 379/2005 que promove a delimitação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, onde se identificaram os seguintes “bairros”:

Alto do Chapeleiro,
Quinta da Torrinha,
Quinta do Grafanil,
Galinheiras,
Rua Particular à Azinhaga da Cidade
Quinta da Mourisca
Casal dos Abrantes
Quinta do Olival
Rua Particular à Azinhaga Torre do Fato
Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros
Quinta das Camareiras
Pote de Água

Figura 7.11 – Demolição e Realojamento, Manutenção e Reconversão



Com base nos estudos efectuados (2003-2004), foi considerado que as áreas acima assinaladas se encontravam nas seguintes situações no que respeita à sua capacidade de reconversão:

Com viabilidade de Reconversão Urbanística ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 2º do D.L. 804/76, de 6 de Novembro: Alto de Chapelheiro, Quinta da Torrinha, Quinta do Grafanil, Galinheiras

Com viabilidade de manutenção temporária, ocupação sem capacidade de reconversão ao abrigo do disposto no art. 3º e no art. 12º do Decreto-Lei nº 804/76, de 6 de Novembro, para posterior demolição e realojamento: Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, Quinta das Camareiras, Rua Particular à Azinhaga da Torre do Fato, Casal dos Abrantes e Quinta do Olival, Rua Particular à Azinhaga da Cidade, Quinta da Mourisca, Pote de Água

Entretanto, foi publicada a Lei 10/2008, de 20 de Fevereiro, terceira alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, que vem introduzir o alargamento dos prazos para a constituição das Comissões de Administração até 31/12/2008 (para os processos de reconversão promovidos pelos particulares) e a delimitação pela Câmara Municipal até 31/12/2011 para a modalidade por iniciativa municipal.

Neste âmbito foi feita uma análise da Proposta 379/2005, cuja deliberação condicionava todos os processos de reconversão à Iniciativa Municipal, tendo-se entendido necessário, por um lado, abrir a oportunidade de aplicar a recente alteração da Lei e promover a dinâmica dos particulares, e por outro, reavaliar a viabilidade de reconversão das várias AUGI.

Em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, foram dinamizadas acções de sensibilização / informação para incentivar a constituição das várias Comissões de Administração Conjunta, novos levantamentos, identificação dos proprietários, de modo a encontrar o “melhor caminho” para a reconversão das AUGI.

O Bairro do Pote de Água foi excluído desse processo, por não apresentar a complexidade e os problemas de compropriedade das AUGI: tem um só proprietário, para além do município, e a sua resolução passa sobretudo pela prévia harmonização das restrições impostas pela servidão aeronáutica do Aeroporto de Lisboa com as que derivam da aplicação do Regulamento Geral do Ruído.

Por sugestão da Junta de Freguesia da Charneca, considerou-se que o Bairro dos Sete Céus deveria ser objecto de um processo de reconversão no âmbito da Lei das AUGI, cujas características são idênticas ao do Bairro do Alto do Chapeleiro.

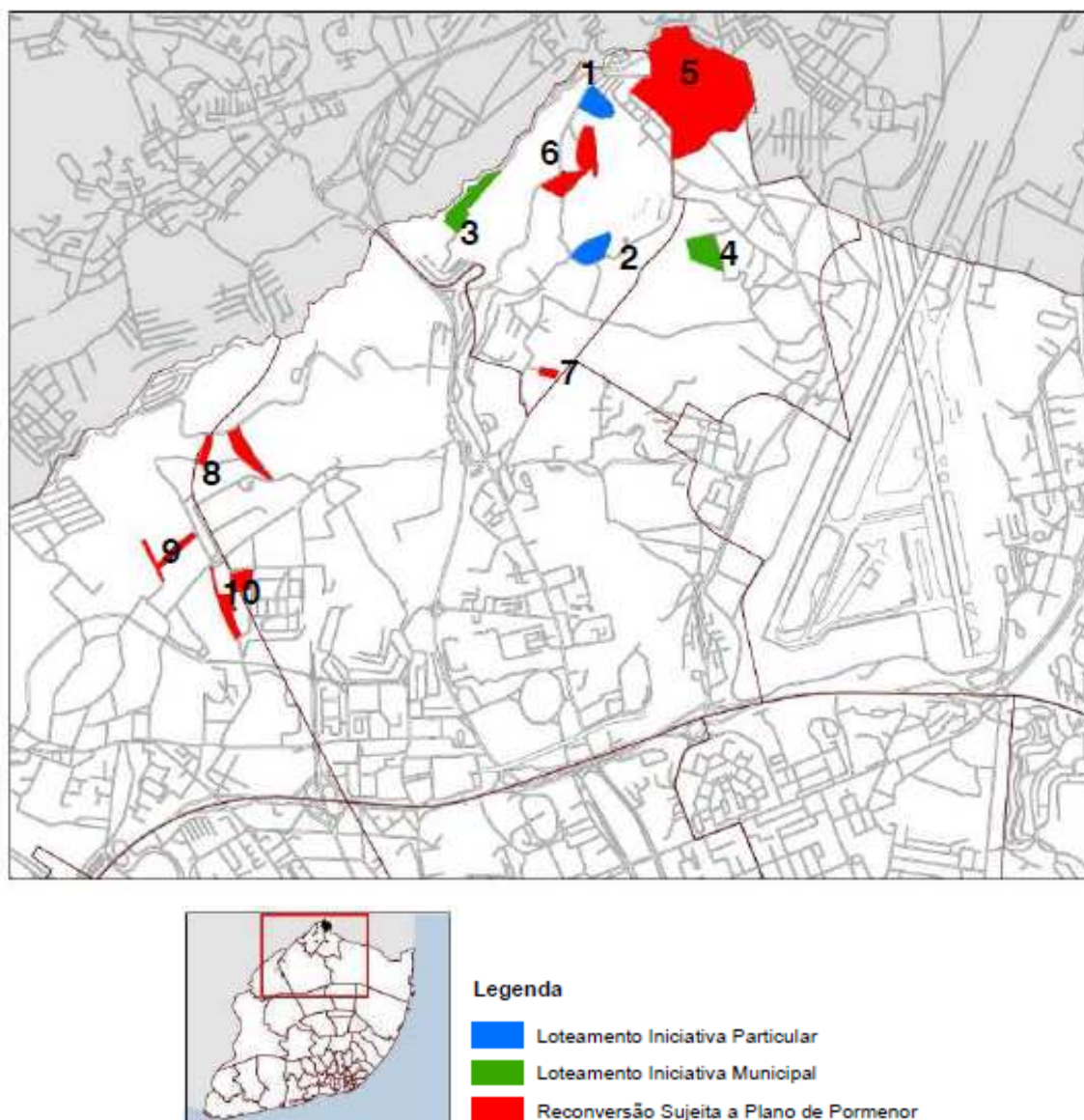
Com a aprovação da Proposta nº1330/2008, na reunião de Câmara de 22 de Dezembro de 2008, foi revogada a deliberação n.º379/CM/2005, publicada no BM n.º593 de 30/6/2005 e aprovada a nova delimitação das Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI) e respectivas modalidades de reconversão, a saber:

Processo de Reconversão via Loteamento de Iniciativa dos Particulares – Quinta do Grafanil e Quinta da Mourisca;

Processo de Reconversão via Loteamento de Iniciativa Municipal – Alto do Chapeleiro e Bairro dos Sete Céus;

Processo de Reconversão via Plano de Pormenor – Galinheiras, Rua Particular à Az. da Cidade, Quinta do Olival / Casal dos Abrantes, Quinta das Camareiras / Rua Particular à Az. dos Lameiros, Rua Particular à Az. Torre do Fato e Quinta da Torrinha.

Figura 7.12 - Nova delimitação das Áreas Urbanas de Génese Legal (AUGL) e respectivas modalidades de reconversão



Fonte: Departamento de Planeamento Urbano – Prop. de Delimitação de Dez. 2008

As AUGL identificadas apresentam características diversificadas, conforme se apresenta em anexo , num quadro síntese.

Quadro 7.9 - Identificação das AUGIS

Nº	Nome	Área AUGI	Nº de Fogos	Nº de Edifícios
1	Quinta do Grafaniil	25.121 m ²	101	43
2	Quinta da Mourisca	22.607m ²	70	52
3	Alto do Chapeleiro	29.013 m ²	80	82
4	Bairro dos Sete Céus	26.337m ²	59	59
5	Galinheiras	162.860m ²	1200 aprox.	900 aprox.
6	Quinta da Torrinha	39.801m ²	500 aprox.	180 aprox.
7	Rua Particular à Az. da Cidade	4.826m ² - área de Plano 6,4 ha	10 aprox.	15 aprox.
8	Quinta do Olival / Casal dos Abrantes	Quinta do Olival (20.841m ²) Casal dos Abrantes (7.948m ²)	240 aprox.	98
9	Quinta das Camareiras / Rua Particular à Az. dos Lameiros	Quinta das Camareiras (5.365m ²) / Rua Particular à Az. dos Lameiros (10.649m ²)	150	43
10	Rua Particular à Az. Torre do Fato	18.057m ²	50	37

Fonte: CML e Comissões da Administração Conjuntas

7.4 Servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos

Para além dos parâmetros urbanísticos estabelecidos no Regulamento do PDM, o território municipal é abrangido por servidões e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos, tuteladas por diferentes entidades e sujeitas a legislação específica.

As diferentes servidões e restrições de utilidade pública têm objectivos específicos designadamente, a segurança dos cidadãos, o funcionamento e ampliação das infra-estruturas e equipamentos, o enquadramento do património cultural e ambiental e a execução de infra-estruturas programadas ou já em fase de projecto.

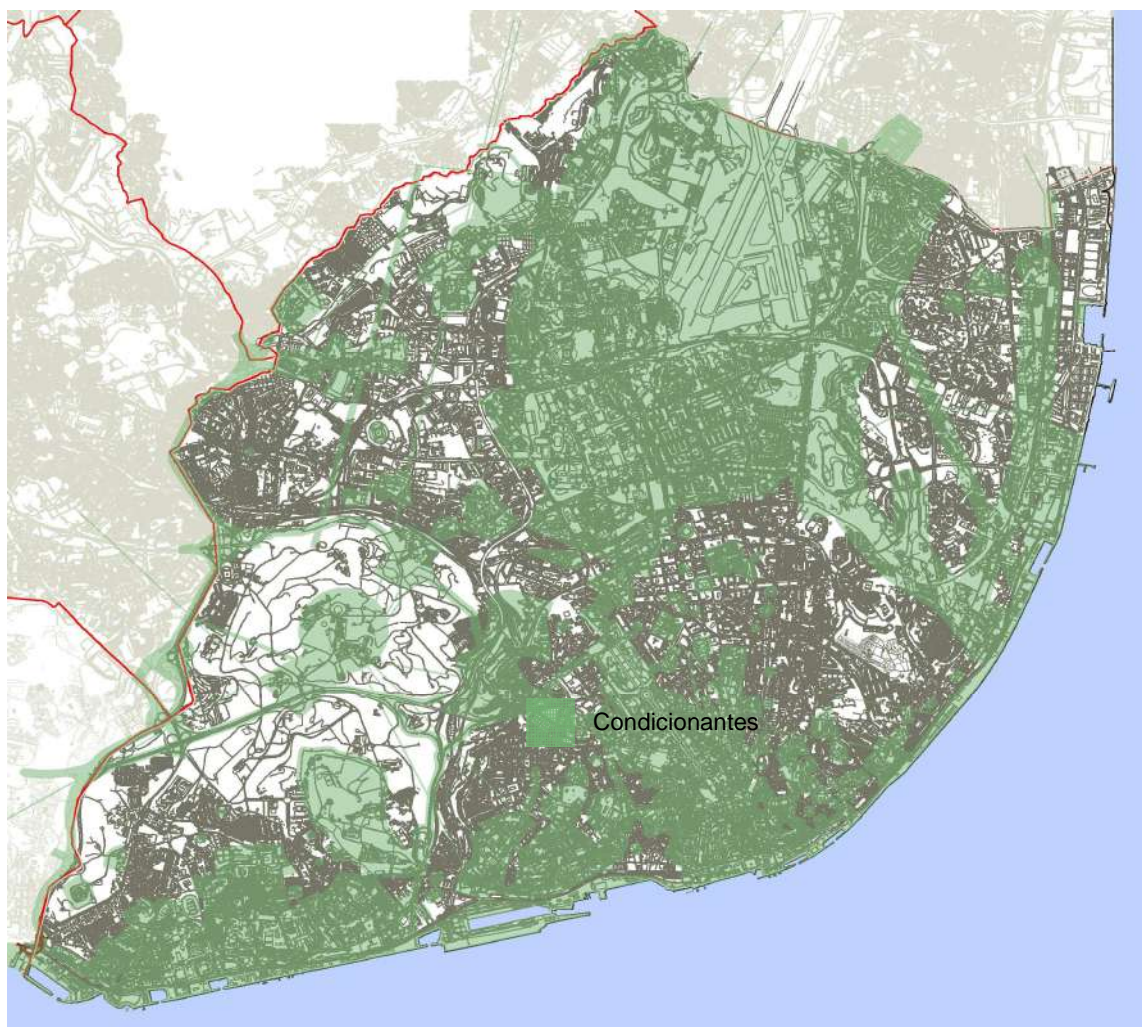
Assim, nas áreas ou edifícios objecto de servidões administrativas ou de outras restrições de utilidade pública, os usos e construções estão condicionados a autorização das entidades competentes, nos termos da legislação aplicável. Uma vez admitidos pelas entidades competentes ficam sujeitos aos parâmetros urbanísticos estabelecidos no Regulamento do PDM

As entidades com tutela sobre o território municipal são as seguintes:

- ANA, Aeroportos e Navegação Aérea
- IGESPAR, IP, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público
- APL, Administração do Porto de Lisboa
- CCDRLVT, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- MDN, Ministério da Defesa Nacional
- ANACOM, Autoridade Nacional de Comunicações
- DGSP, Direcção Geral dos Serviços Prisionais
- DGEG, Direcção Geral de Energia e Geologia
- EP, Estradas de Portugal, EPE

Cerca de 60% do território do município de Lisboa é objecto de servidões e restrições de utilidade pública ao uso dos solos, conforme figura seguinte:

Figura 7.13 - Áreas objecto de servidões e restrições de utilidade pública ao uso dos solos



7.5 Cadastro municipal

Como breve resenha histórica do cadastro das propriedades do município de Lisboa refere-se que se encontram cadastradas os actos administrativos de aquisições, alienações e cedências em direito de superfície ocorridos desde 1900 até aos dias de hoje - planta 1.

Ao observar a planta 1 pode constatar-se o vazio de historial cadastral na zona histórica da cidade até à 1ª circular de Lisboa - Artilharia Um / Duque d'Ávila / Almirante Reis.

A Câmara adquiriu cerca de 57,9% da área do município, alienou cerca de 13,3% e cedeu em direito de superfície 1,36%. Tendo ainda existido reversões de propriedades ao longo dos anos encontrando-se na sua propriedade 46% da área adquirida.

Dos 46% da área adquirida, 14,7% estão aplicados em parques urbanos históricos (Parque Florestal de Monsanto, Bela Vista, Vale Fundão, Quinta das Conchas e Lilases, Madre de Deus, Alvalade, Moinhos de Santana, Vale do Silêncio, Bensaúde); e 5,19% afectos ao Aeroporto; parte não possível de quantificação em espaço público e a restante em terrenos e edifícios – planta 2

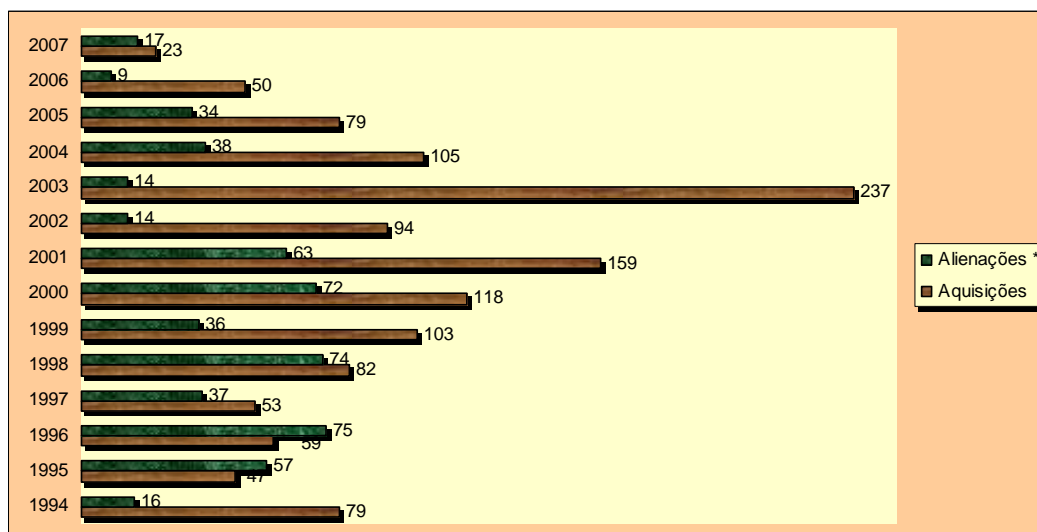
Também é importante referir que a área aproximada afecta ao espaço público, (arruamentos e espaços verdes) é de 28,5% da área do município.

O município possui ainda, prédios fora do limite do concelho, como se pode observar nas figuras seguintes.

Período entre 1994 a 2007

No período entre 1994 e 2007, o município procedeu a aquisições de parcelas de terreno e edifícios com especial incidência para construção de eixos viários e requalificação das zonas históricas.

Figura 7.14 - Aquisições e alienações de prédios pelo município entre 1994 e 2007



* Não foram contabilizadas as alienações de fogos municipais

Figura 7.15 - Cobertura cadastral dos actos administrativos que ocorreram na área do concelho desde 1900

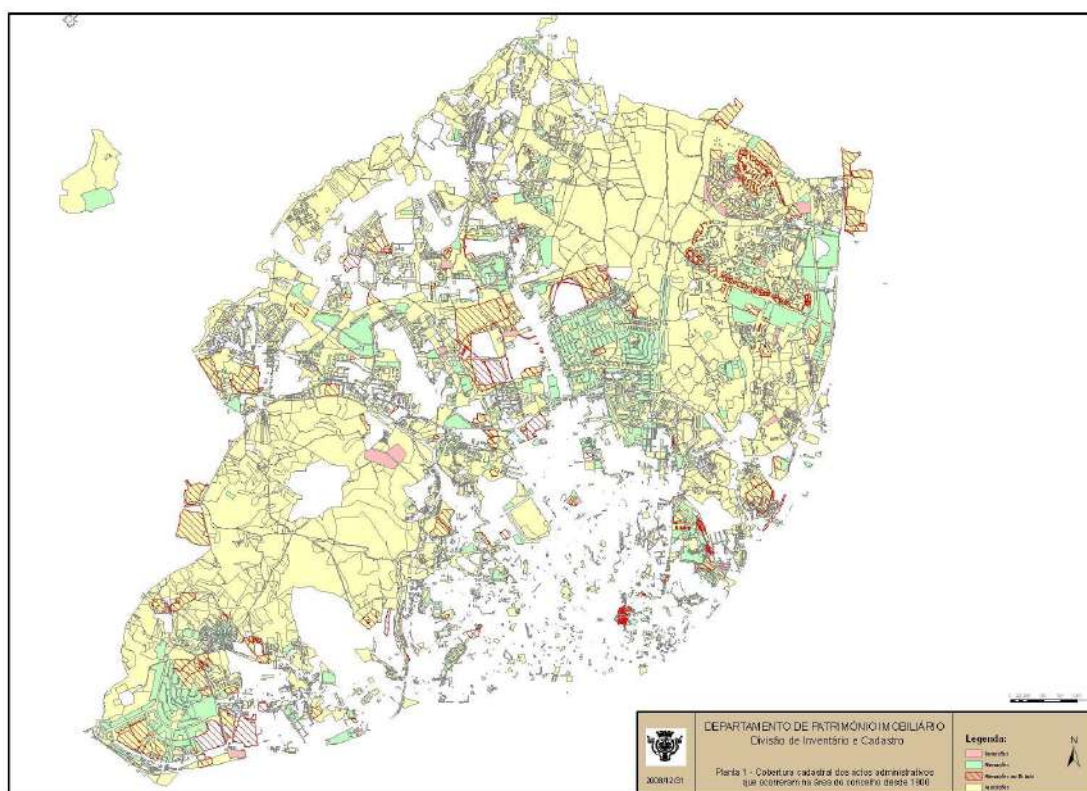
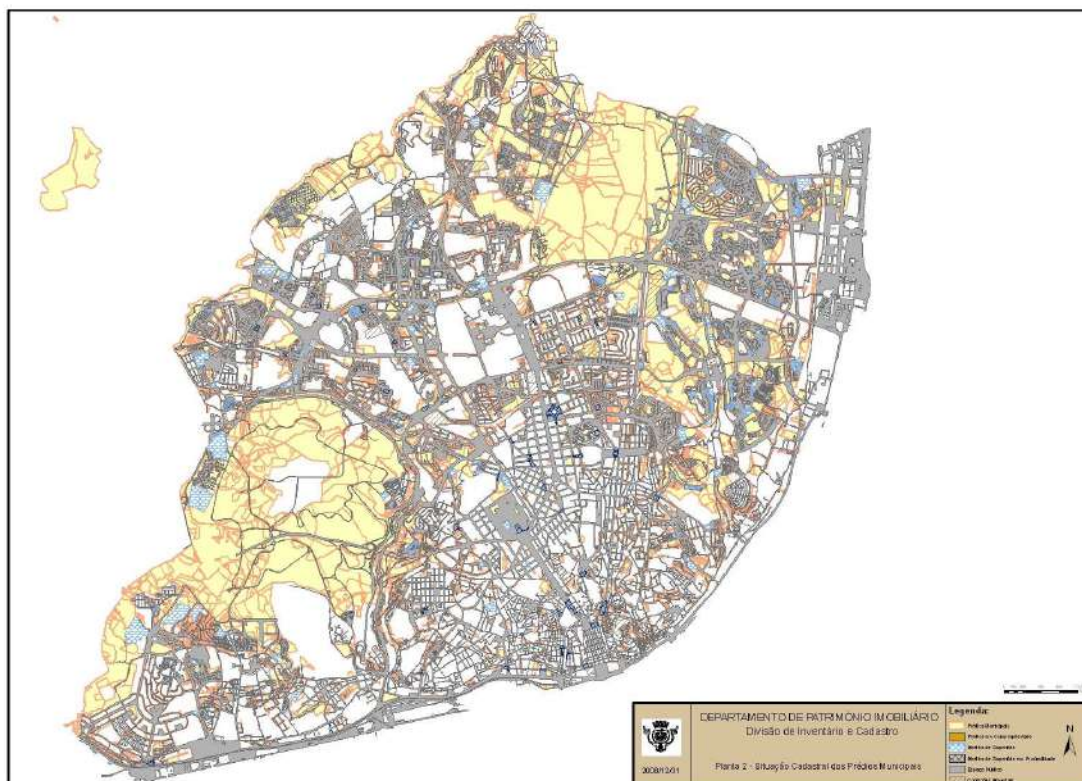


Figura 7.16 - Situação cadastral dos Prédios Municipais



7.6 Finanças municipais

Receitas

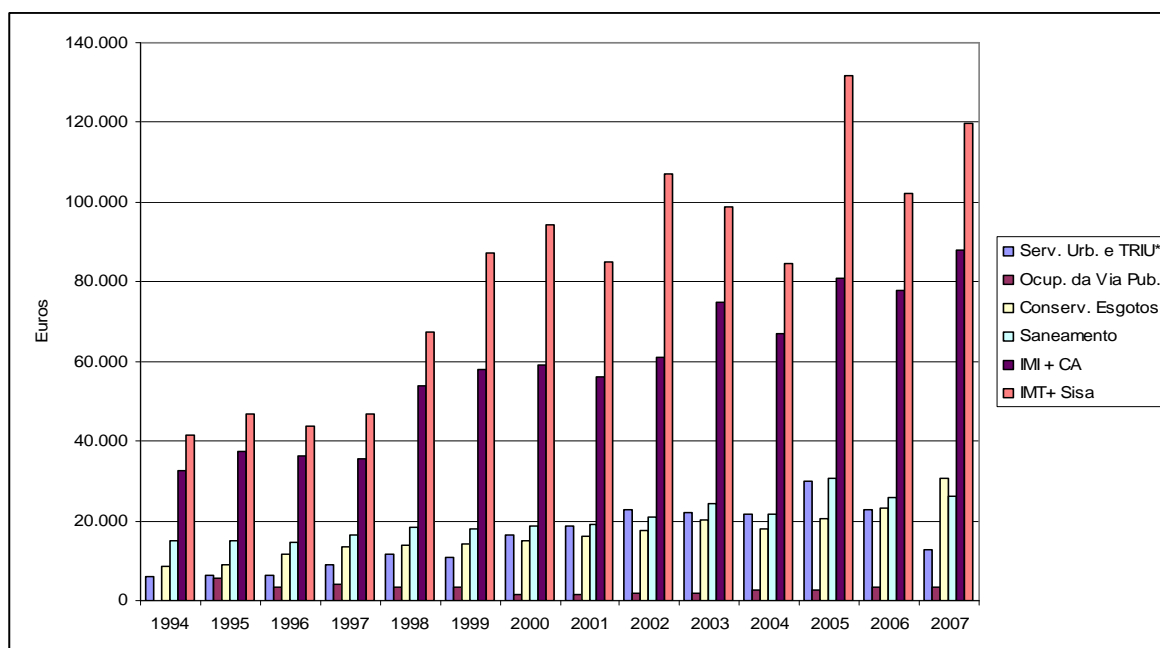
Analisando, de forma sucinta, as receitas da CML desde 1994 até 2007, podemos constatar uma evolução positiva do peso das receitas referentes à área do Urbanismo em relação às receitas totais. Em termos reais, i.e., descontando a inflação registada ao longo do período analisado (1994-2007), verificou-se uma subida de 83% nessas receitas. Acrescente-se que o “pico” do valor total das receitas relacionadas com o Urbanismo ocorreu em 2005, com cerca de 296,5 milhões de euros.

Podemos ainda subdividir o período em análise em outros três, onde se verifica uma relativa estabilidade ao nível das receitas obtidas na área do Urbanismo, a saber: 1994/97, 1998/2001 e 2001/07. Neste último registaram-se algumas oscilações, nomeadamente no ano de 2004 em que ocorreu uma descida de 11% face a 2003 e uma equiparação, em valores reais, a 2001 e no ano de 2005 que, como já anteriormente foi referido, registou o maior nível deste tipo receitas, com um crescimento superior a 37% relativamente a 2004. Diga-se, no entanto, que o aumento das receitas em 2005 foi geral, já que as receitas totais geradas pela actividade da CML nesse ano foram de 661,7 milhões de euros, muito próximo dos valores de 2001 e de 2002, ano em que as receitas totais foram as mais elevadas até hoje (673,5 milhões de euros).

Relativamente às receitas mais directamente ligadas aos proprietários de imóveis no município - nomeadamente os encargos referentes à Conservação de Esgotos, ao Saneamento e à Contribuição Autárquica / I.M.I. - cujo peso no total das receitas relacionadas com o Urbanismo variou durante os anos em análise, no seu conjunto, entre 42,9% e 54,2% mantendo, deste modo, uma certa estabilidade. No entanto, tem-se vindo a assistir a um incremento importante em termos dos valores recebidos nestes itens (quer em termos nominais, como em termos reais), essencialmente devido ao aumento das receitas provenientes do I.M.I.

Devido ao impacto directo sobre as empresas e as famílias que as taxas de Conservação de Esgotos, Saneamento e Contribuição Autárquica / I.M.I., e, por essa via na competitividade territorial de Lisboa, recomenda-se uma reflexão prospectiva sobre a sustentabilidade financeira da Cidade.

Figura 7.17 - Receitas da CML relacionadas com o urbanismo

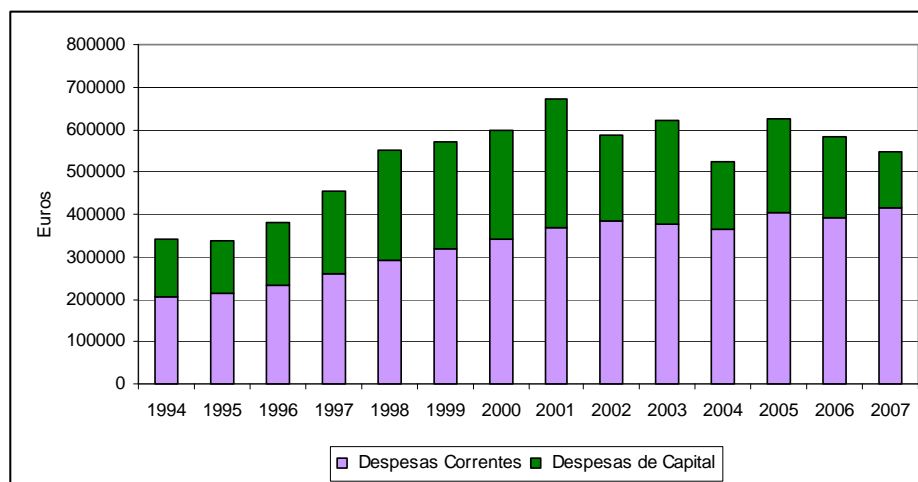


Despesas

No que diz respeito às despesas da CML no período em análise, o ponto mais saliente é o facto da subida fortemente pronunciada (principalmente a partir de 2002, inclusivé) das Despesas Correntes e, simultaneamente, ao declínio das Despesas de Capital em termos percentuais em relação ao total das Despesas.

Grande parte da explicação para esta evolução encontra-se na diminuição das despesas com a aquisição de bens de capital (terrenos, habitações, equipamentos, etc.), devido essencialmente à situação financeira da CML.

Figura 7.18 - Distribuição das Despesas segundo o tipo



7.7 Avaliação do processo de reabilitação urbana

A criação do primeiro programa público de Reabilitação Urbana (RU), data de 1986, e foi emanado da Secretaria de Estado da Habitação. Com ele, no município de Lisboa inicia-se o processo de combate público da degradação do seu centro histórico e do património urbano, que tomou maior destaque com o executivo municipal que tomou posse em 1990. Este elegeu a reabilitação urbana como “objectivo municipal” primordial e assumiu este vector de gestão urbana com uma importância estratégica para o desenvolvimento local, prática política que se tem reproduzido desde então até à actualidade.

A Reabilitação Urbana como “objectivo” estratégico da CML, tem sido objecto de ajustamentos sistemáticos ao longo das quase três décadas de existência. Embora se revestindo de algumas mudanças significativas, consoante o executivo em funções, quer no plano metodológico de actuação, quer no plano organizacional, quer ainda em relação ao território de actuação, tem obedecido ao fim último de prestação de serviço público de conservação e protecção patrimonial do parque edificado da cidade.

O período de 1986 a 1990 marca o início, mais recente, da reabilitação urbana na cidade (nos anos 40 fizeram-se grandes intervenções em algumas áreas históricas, sendo a mais marcante a intervenção no Castelo S.Jorge). Neste período são constituídos os Gabinetes Locais de Alfama e Mouraria e passa a haver um Vereador responsável pela Reabilitação Urbana.

O período de 1990 a 2001, foi uma fase de consolidação da intervenção na reabilitação das áreas históricas: a área de intervenção a reabilitar é aumentada, são constituídos mais Gabinetes Locais, afectam-se mais meios humanos e financeiros, é criado um serviço específico (Direcção Municipal de Reabilitação Urbana).

Aos Gabinetes Locais competia:

- a gestão urbanística da área de intervenção;
- o lançamento e gestão das empreitadas municipais e coercivas;
- a apreciação dos processos de obras participadas e
- o apoio social dado aos moradores.

O terceiro período, entre 2002 e 2007, corresponde a uma mudança de configuração política, programática e organizativa do município, na qual a Reabilitação Urbana esteve a cargo da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana (DMCRU). Neste período este serviço perdeu grande parte das suas anteriores competências, que se viram reduzidas quase só ao apoio social, às obras participadas e à gestão financeira do seu orçamento. Esta situação levou à saída de muitos dos quadros superiores da DMCRU e à perda da experiência da reabilitação nos serviços municipais.

A EPUL ensaia alguns programas de reabilitação que acabam por não ter grandes resultados práticos na reabilitação do edificado, pelo contrário os edifícios entregues pela CML acabam mais degradados e devolutos, com os seus moradores realojados a custos insuportáveis, sem data prevista para o seu regresso.

Foi neste período que foram constituídas três Sociedades de Reabilitação Urbana. Destas apenas a SRU Ocidental prosseguiu os seus fins elaborando os Documentos Estratégicos dando início à gestão territorial de parte da sua área de intervenção. A SRU Oriental e a da Baixa Pombalina limitaram a sua intervenção à elaboração de alguns estudos e vistorias.

Desde Agosto de 2007, iniciou-se um novo ciclo na Reabilitação Urbana. Com esta nova gestão retomaram-se algumas das competências iniciais (gestão urbanística e intervenção mais directa nas empreitadas e Planeamento Urbano), aumentou-se significativamente a área de intervenção da Direcção Municipal (Eixo Central: Av Liberdade/F.P. de Melo, República e Campo Grande, Av. Almirante Reis. Chelas e Alta do Lumiar) e a Direcção Municipal passou a ter intervenção directa nas SRU's.

Constituíram-se como acções prioritárias:

- Reorganização dos serviços:
 - Melhor e mais racional gestão de Recursos Humanos;
 - Integrar a UPAlta do Lumiar e UPChelas;
 - Junção de Unidades de Projecto
- Atribuição de novas competências:
 - Na área da gestão urbanística;
 - Na atribuição e definição de fogos de realojamento;
 - Através do aumento da área de intervenção da DMCRU, pela integração de novas Unidades de Projecto;
 - Na intervenção nas Sociedade de Reabilitação Urbana.
- Definição de novos princípios de intervenção no edificado:
 - Assumir a recuperação do edificado como princípio base em detrimento da substituição ou reconstrução;
 - Limitar, a casos de emergência, a intervenção coerciva dando prioridade à intervenção no património municipal;
 - Preparar a alteração dos Planos de Urbanização das áreas históricas;

- Preparar e participar conjuntamente com a DMPU, o IGESPAR e a DRCLVT na elaboração do Plano de Pormenor da Baixa;
- Estabelecer novas Áreas de Reabilitação Urbana, tal como previstas no Orçamento de Estado;
- O estabelecimento de um Protocolo com o IGESPAR e a DRCLVT para a apreciação de processos de licenciamento em edifícios e áreas classificadas para simplificar procedimentos e uniformizar critérios de apreciação.
- Retomar o PUALZE para a definição e reabilitação da ara da Av. da Liberdade.
- Intervir no edificado devoluto, nomeadamente no património municipal, através:
 - Da conclusão do levantamento iniciado em 2007, com a elaboração de uma base de dados ligada à base de dados geral da cidade no âmbito do BI do edifício;
 - Da alienação;
 - Da demolição, quando não houver condições ou interesse na sua manutenção;
 - De novos programas com novos usos – hotéis de charme, residências de estudantes, residências assistidas, etc.;
 - De acordos com cooperativas para a sua reabilitação;
 - De programas de realojamento;
- Intervenção no espaço público:
 - Em St^a Catarina / Bica;
 - Na Mouraria;
 - Na Baixa-Chiado;
 - Na Ajuda;
- Acções de reabilitação urbana integrada em áreas consolidadas fora das áreas históricas em parceria:
 - Com o IRHU, na zona de Chelas / Marvila;
 - Com a GEBALIS, na Alta do Lumiar.
- Conclusão das empreitadas paradas nas áreas de intervenção da DMCRU.
- O retorno das famílias realojadas, no âmbito das obras municipais ou coercivas, para os seus fogos ou outros na área de residência, libertando ao mesmo tempo a CML dos encargos com estes realojamentos em fogos particulares.

- A execução de obras no âmbito das contrapartidas do casino de Lisboa – Parque Mayer / Baixa-Chiado;
- A aferição dos programas de reabilitação e a reapreciação dos projectos parados da EPUL.
- O lançamento da intervenção conjunta no espaço público do Bairro Alto, nomeadamente através da limpeza de grafittis, pintura de fachadas e programa de manutenção;
- Numa primeira fase a extinção das SRU's Oriental e da Baixa Pombalina.
- A extensão do programa “Este é o nosso bairro” a outras freguesias.

As competências da gestão urbanística implicaram uma forte reorganização dos serviços, o retomar de procedimentos e de uma cultura da apreciação de processos de licenciamento. Esta área está já referida no ponto 7.3 deste capítulo.

As obras a cargo ou acompanhadas pela DMCRU abrangem:

Obras de iniciativa municipal - obras realizadas em edifícios municipais ou particulares (coercivas);

Obras particulares participadas - obras realizadas por particulares na sua propriedade com apoio financeiro municipal e/ou estatal.

Relativamente a estes tipos de intervenção existem diversos procedimentos e implicações colaterais, ambos derivados quer da aplicação da legislação (recentemente alterada), quer das consequências pela realização de obras (realojamentos provisórios, etc..).

Para além das obras a cargo dos serviços municipais a Câmara Municipal interveio ainda na reabilitação urbana através das SRU's e da EPUL.

7.8.1 - Obras de iniciativa municipal

7.8.1.1 - Intimação para Realização de Obras

A intimação para realização de obras consubstancia-se num acto administrativo que impele os titulares da obrigação legal de conservação dos imóveis à realização de obras de conservação/demolição necessárias a garantir a segurança, salubridade e arranjo estético dos edifícios. O procedimento de intimação segue, em termos gerais, a tramitação prevista no Código do Procedimento Administrativo, mas as regras específicas relativas à conservação do edificado encontram a sua base legal no Decreto-lei nº555/99 de 16/12, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 04.09.

A ordem administrativa que determina a execução de obras de conservação ou demolição é sempre precedida de vistoria prévia, sendo elaborado um auto e, caso este conclua pela necessidade de realização de obras, é elaborado um projecto de decisão que indica os prazos e condições da eventual intimação, sendo devidamente notificados aos interessados em fase de audiência dos interessados.

Não sendo invocado qualquer fundamento que obste à prossecução do procedimento, é tomada a decisão de intimar, sendo igualmente notificada aos interessados.

Caso os proprietários não iniciem ou concluam as obras que lhes sejam determinadas dentro dos prazos fixados na intimação, a Câmara Municipal pode tomar posse administrativa para as executar coercivamente, sendo os custos desta intervenção imputados aos proprietários.

O incumprimento do prazo de conclusão das obras dá ainda lugar à instauração de processo de contra-ordenação punível com coima, nos termos do Decreto-lei n.º555/99 de 16/12.

As notificações aos interessados são efectuadas, em regra, por via postal. Apesar das inúmeras diligências efectuadas, são muito frequentes as situações de desconhecimento da identidade e morada dos interessados, devido a desconformidades e à desactualização das informações disponíveis nas conservatórias do registo predial e nos serviços de finanças respectivos. Estas situações, bem como nos casos de frustração da via postal, obrigam a que, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, seja adoptada a notificação por via edital, tornando-se o procedimento mais moroso na medida em que os prazos de notificação são automaticamente alargados.

Contudo algumas das intimações têm efeito e dão lugar à realização de obra de Reabilitação Urbana (RU) por iniciativa do respectivo proprietário, sem recurso à obra coerciva.

7.8.1.2 - Obras Coercivas

Quando as intimações que não deram lugar ao cumprimento da obrigação por parte do proprietário de executar as obras, de acordo com as disposições legais, a CML pode substituir-se a este na respectiva realização, imputando-lhe posteriormente os respectivos custos.

7.8.1.3 - Despejo e Posse Administrativos

Na continuação dos procedimentos relativos à intimação do proprietário para realizar as obras, em caso de incumprimento, e quando esteja em causa a segurança de pessoas e bens, pode a Câmara Municipal ordenar o despejo dos prédios. A determinação do despejo administrativo, por se tratar de um acto administrativo, segue a tramitação prevista no Código do Procedimento Administrativo, com as especificidades resultantes do Decreto-lei n.º555/99 de 16/12, onde encontra o seu fundamento legal.

7.8.1.4 - Realojamentos Temporários

Nos casos em que a Câmara Municipal toma posse administrativa de um edifício para execução coerciva das obras intimadas, e tendo sido determinado o despejo daquele edifício, impende sobre o município uma obrigação de assegurar o REALOJAMENTO TEMPORÁRIO dos arrendatários existentes, durante o período de execução das obras. Nos termos da legislação em vigor, as quantias relativas às despesas realizadas são imputadas aos proprietários.

7.8.1.5 - Investimento Directo no Edificado

Dada a dificuldade de elencar, por ano, o número de edifícios ou fogos reabilitados:

- quer porque os dados na sua maioria estão por empreitadas que podem abranger mais do que um edifício,
- quer porque algumas empreitadas não abrangem a totalidade do edifício,
- quer porque não existe já registo de algumas das empreitadas mais antigas,
- quer porque foram efectuadas recepções provisórias ou definitivas, nos últimos anos, de obras que já estavam concluídas há alguns anos,

optou-se por apresentar dados globais do investimento municipal.

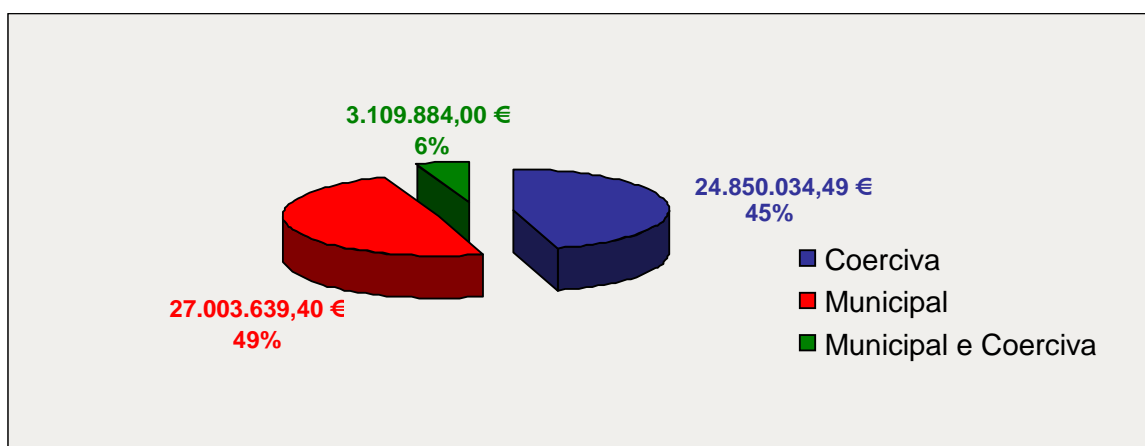
Deste modo, podemos com bastante certeza referir que o investimento directo do Município em obras de reabilitação em edifícios municipais e particulares, entre 1994 e 2008, na área de intervenção da DMCRU foi de cerca de 55 milhões de Euros.

A relação entre o investimento em obras coercivas e as municipais foi quase idêntica, com leve vantagem para as obras municipais. Houve ainda um conjunto significativo de obras que tinham ambas as características que representaram 6% do total do investimento.

A diferença entre as obras em edifícios municipais e em edifícios particulares (coercivas) tenderá a aumentar pois o investimento disponível está desde o ano de 2008 orientado para a intervenção no património municipal, relegando as intervenções coercivas apenas para aqueles casos em que esteja em causa a urgência na salvaguarda de bens maiores ou na segurança e salubridade pública.

A execução de obras particulares pela CML apenas porque o seu proprietário não as pretende efectuar não pode ser uma prática corrente, quer porque a Câmara não dispõe de meios financeiros, quer porque não é essa a sua vocação e porque é certamente injusta e parcial ao investir nuns prédios e não noutros. Este tipo de intervenção, sem suporte financeiro, deu, num passado recente, um conjunto de obras paradas, litígios com empreiteiros e proprietários, situações de abandono de obras e situações de elevados riscos para a segurança pública, para não falar dos encargos financeiros imensos que se propagarão nos orçamentos dos próximos anos.

Figura 7.19 - Valor orçamentado das empreitadas por tipo intervenção (1994/2008)



Fonte: DGIAT, 2008

Da distribuição territorial das intervenções no edificado, quer de promoção municipal, quer particular, verifica-se que o maior investimento realizou-se nas duas colinas sobranceiras à Baixa, uma nascente que abrange Alfama, Castelo e Mouraria, a outra que envolve as áreas do Bairro Alto, Bica, Madragoa e S. Paulo.

A interferência directa das Unidades de Projecto, junto dos promotores e munícipes, proporcionou uma acção eficaz na recuperação de imóveis por parte dos seus proprietários.

Os indicadores de empreitadas e de programas de participação, divididos pelas áreas históricas e resto da cidade, constataam o seguinte:

1. Empreitadas com obras concluídas¹⁸:

A- Áreas históricas = 72%

B- Resto da Cidade = 28%

2. Programas de Participação com obra concluída¹⁹:

A- Área históricas = 64%

B- Resto da Cidade = 36%

¹⁸ Universo de edifícios com Empreitadas com obra concluída = 557

¹⁹ Universo de edifícios com Programas de Participação com obra concluída = 751

7.8.1.5 - Programas de Participação

Com o objectivo de incentivar a realização de obras de conservação, os programas de participação disponíveis para a reabilitação urbana, apresentam-se com diferentes fins e diferentes elegibilidades que se traduzem em diferentes formas de participação e financiamento do Estado e Municipal, junto do proprietário.

Estão em vigor o RECRIA, o REHABITA e o RECRIPH. O programa SOLARH não constitui um programa participado mas um empréstimo com condições especiais.

Os quadros e gráficos seguintes mostram os diferentes montantes participados pelo Município, Estado e particulares desde 1994 a 2008.

Pode verificar-se que o recurso aos programas participados teve um crescimento quase regular a partir de 1997 até 2001, seguindo-se uma quebra a partir de 2002.

O efeito EXPO98 pode estar na base do aumento significativo do valor das obras concluídas nesse ano, se bem que o número de edifícios concluídos não é significativamente superior ao do ano anterior.

Em 2006 verifica-se o maior pico de conclusão de obras particulares seguido de uma quebra nos anos seguintes renunciando a retracção no investimento neste sector que coincide com o decréscimo de processos de licenciamento entrados na CML desde Março de 2007.

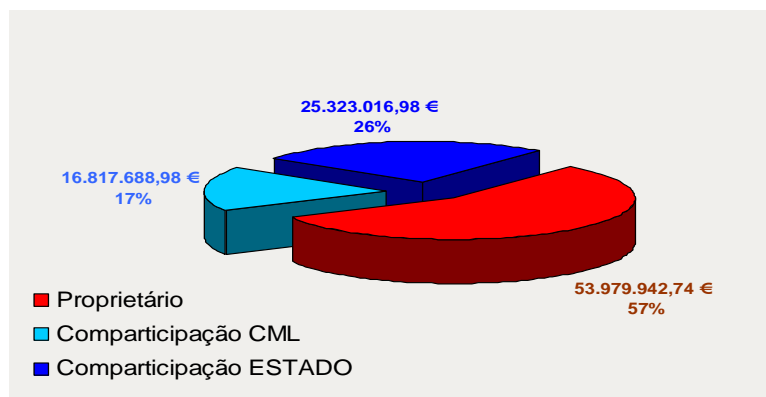
Quadro 7.10 - Valores orçamentados por ano de conclusão da obra (Proprietário; CML; Estado)

Ano	Orçamento c/ IVA - Obras	Proprietário	Participação CML	Participação ESTADO
1994	4.368.479,32 €	2.772.520,89 €	694.235,92 €	901.722,51 €
1995	4.936.667,28 €	2.955.791,84 €	789.388,23 €	1.191.487,21 €
1996	4.715.735,22 €	2.738.900,55 €	787.984,36 €	1.188.850,31 €
1997	6.241.333,54 €	3.462.704,63 €	987.249,16 €	1.791.379,75 €
1998	9.697.731,97 €	4.399.064,15 €	2.127.966,42 €	3.170.701,40 €
1999	7.323.342,66 €	4.289.714,55 €	1.219.846,53 €	1.813.781,58 €
2000	6.494.555,01 €	3.536.696,47 €	1.182.524,27 €	1.775.334,27 €
2001	10.892.975,31 €	6.564.160,46 €	1.751.959,48 €	2.576.855,37 €
2002	3.811.540,73 €	2.326.018,22 €	595.965,48 €	889.557,03 €
2003	4.009.570,67 €	2.087.904,13 €	767.638,81 €	1.154.027,73 €
2004	4.823.154,00 €	2.897.051,27 €	771.631,29 €	1.154.471,44 €
2005	5.567.875,05 €	3.438.778,55 €	853.648,63 €	1.275.447,87 €
2006	11.507.583,57 €	6.198.405,37 €	2.113.993,82 €	3.195.184,38 €
2007	7.174.143,02 €	4.108.198,79 €	1.225.964,48 €	1.839.979,75 €
2008	4.555.961,35 €	2.204.032,87 €	947.692,10 €	1.404.236,38 €
	96.120.648,70 €	53.979.942,74 €	16.817.688,98 €	25.323.016,98 €

Fonte: DGIAT, 2008

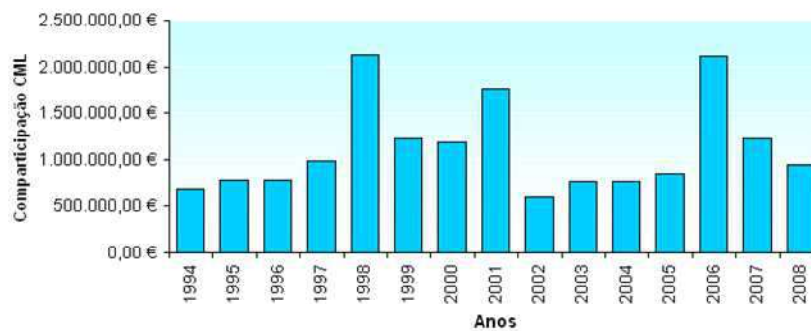
Nota: os valores apresentados representam o total do valor da obra concluída nesse ano (ex. Em 2008 concluíram-se 30 obras - ver quadro 7.10 - cujo montante total foi de 4.555.961,35 €).

Figura 7.20 – Valores orçamentados CML, Estado e Proprietário (1994-2008)



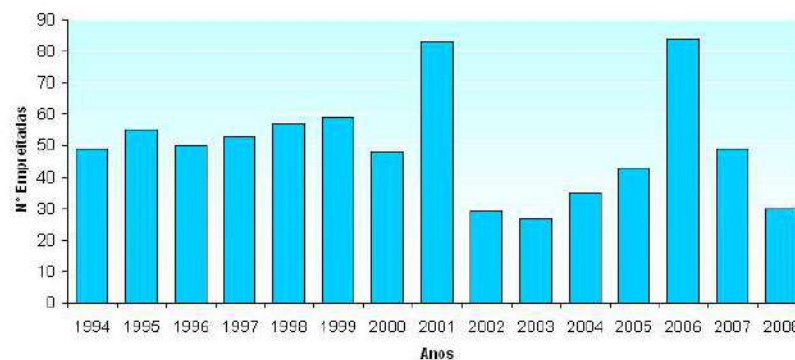
Fonte: DGIAT, 2008

Figura 7.21 – Programas comparticipados – participação CML 1994/2008



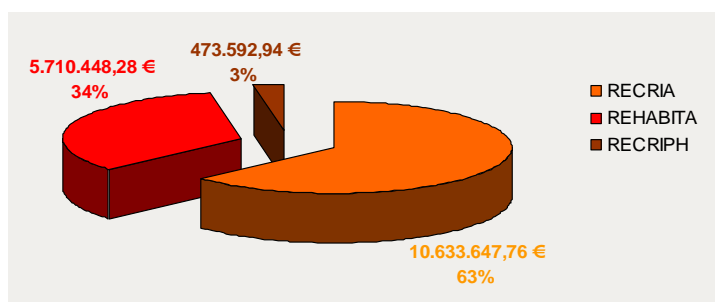
Fonte: DGIAT, 2008

Figura 7.22 – Programas comparticipados com obra concluída 1994/2008



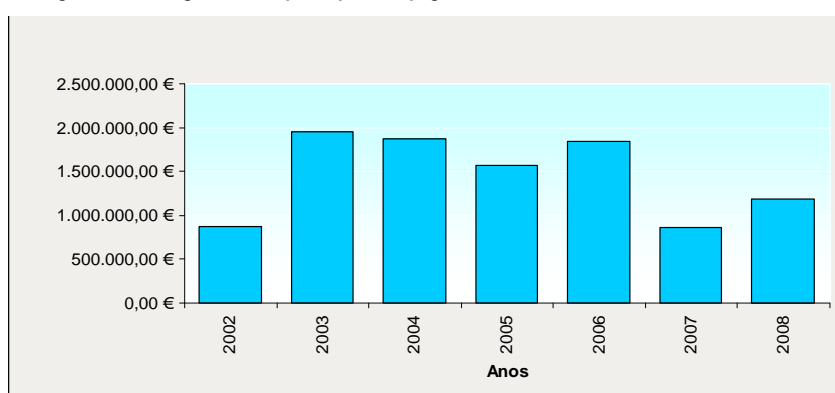
Fonte: DGIAT, 2008

Figura 7.23 – Comparticipação CML por tipo 1994/2008



Fonte: DGIAT, 2008

Figura 7.24 – Programas comparticipados – pagamentos efectuados CML 2002/2008



Fonte: DGIAT, 2008

Como se referiu são vários os programas de comparticipação, sendo que se enumera:

7.8.1.5.1 - RECRIA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados - aprovado pelo Decreto-Lei nº329-C/2000 de 22/12):

Traduz-se numa comparticipação a fundo perdido concedida aos proprietários para execução de obras de conservação ordinária/extraordinária e de beneficiação, concedida pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Instituto Nacional de Habitação. Poderá também traduzir-se no financiamento do valor das obras não participado, concedido pelo Instituto Nacional de Habitação.

Neste sistema, só pode haver lugar a comparticipação se existir pelo menos um fogo habitacional cuja renda tenha sido objecto de correcção extraordinária, nos termos da Lei nº46/85 de 20/9. A comparticipação pode abranger as obras executadas em fogos habitacionais cuja renda tenha sido objecto de correcção extraordinária ou seja susceptível de correcção extraordinária e nos fogos não habitacionais. Para o cálculo da comparticipação é tido em conta o montante das obras a executar, o uso dos fogos e respectiva situação contratual, os valores das rendas antes e após as obras e ainda a viabilidade económica de recuperação.

7.8.1.5.2 - REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas - aprovado pelo Decreto-Lei nº105/96 de 31/07, alterado pelo Decreto-Lei nº329-B/2000 de 22/12):

Consiste numa extensão do programa RECRIA sendo necessário que se verifiquem todos os seus pressupostos. Abrange os prédios situados nos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística que possuam planos de urbanização, planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados e nas áreas históricas habitacionais, desde que abrangidos pelo acordo celebrado entre a CML e o INH.

Se as obras visarem a adequação ao disposto no Regime sobre as Medidas Cautelares de Segurança contra Risco de Incêndio em Centros Urbanos Antigos (Decreto-lei nº426/89), o limite máximo da comparticipação é aumentado em 10%.

Acresce a possibilidade de uma comparticipação adicional a fundo perdido até ao montante de 10% para efeitos de realojamento e elaboração de projectos ou fiscalização.

7.8.1.5.3 - RECRIPH (Regime Especial de Comparticipação e Financiamento de Prédios Urbanos no Regime da Propriedade Horizontal - aprovado pelo Decreto-Lei nº106/96 de 31/07):

Traduz-se numa comparticipação a fundo perdido concedida aos proprietários para execução de obras de conservação ordinária/extraordinária e de beneficiação nas partes comuns de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal, construídos até 7/8/1951 ou após essa data, cuja licença de utilização tenha sido emitida até 1/1/1970.

Neste sistema, o prédio em questão tem de ser composto, pelo menos, por quatro fracções. As fracções autónomas têm que ser destinadas a habitação própria e permanente dos condóminos ou estarem arrendadas para fins habitacionais, podendo apenas uma das fracções ser afectada ao exercício de uma actividade de comércio ou pequena indústria hoteleira aberta ao público. O valor da comparticipação é de 20% do montante total das obras. Se as obras visarem a adequação ao disposto no Regime sobre as Medidas Cautelares de Segurança contra Risco de Incêndio em Centros urbanos antigos (Decreto-lei nº426/89), o valor da comparticipação pode ser aumentado.

Poderá também traduzir-se no financiamento para execução de obras: nas partes comuns, cujo limite máximo pode ir até ao valor das obras não comparticipadas; nas fracções autónomas, desde que tenha sido solicitada comparticipação para obras nas partes comuns ou esteja certificado pela CML que já foram executadas as obras necessárias de conservação ordinária e extraordinária nas partes comuns. A comparticipação será concedida pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Instituto Nacional de Habitação. O financiamento será concedido pelo Instituto Nacional de Habitação.

7.8.1.5.4 - SOLARH (Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação e Habitação - aprovado pelo Decreto-Lei nº39/2001 de 09/02):

Traduz-se num apoio financeiro especial sob a forma de empréstimo sem juros, concedido pelo Instituto Nacional de Habitação, para execução de obras de conservação ordinária/extraordinária e de beneficiação:

- A agregados familiares de fracos recursos económicos: em habitação própria permanente desde que seja propriedade de um ou mais membros do agregado familiar há pelo menos 5 anos; em habitação devoluta desde que sejam titulares da propriedade plena ou do direito de superfície do prédio e neste exista, pelo menos, uma habitação com arrendamento cuja renda tenha sido objecto, ou seja susceptível, de correcção extraordinária nos termos da Lei nº46/85 de 20/9; nas partes comuns de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal;
- A instituições particulares de solidariedade social, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais e cooperativas de habitação e construção: em habitação devoluta de que sejam proprietárias, desde que sejam titulares da propriedade plena ou do direito de superfície do prédio ou da habitação objecto das obras a financiar; nas partes comuns de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal.

Figura 7.25 - Programas de participação

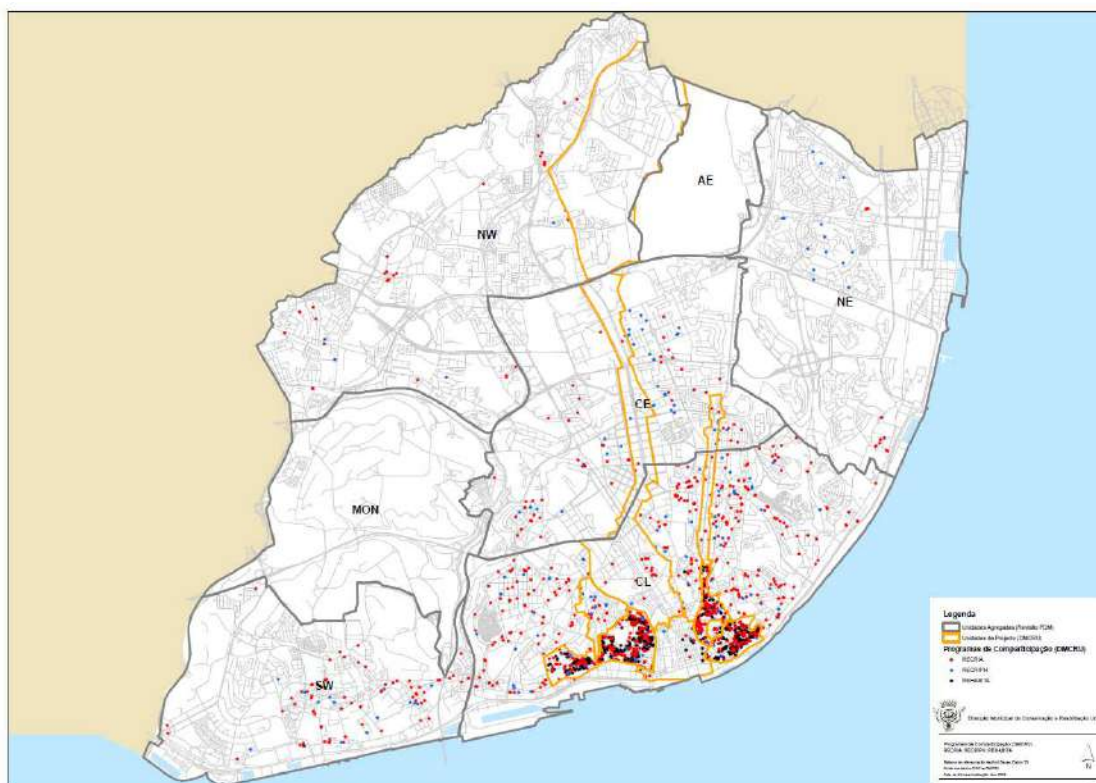
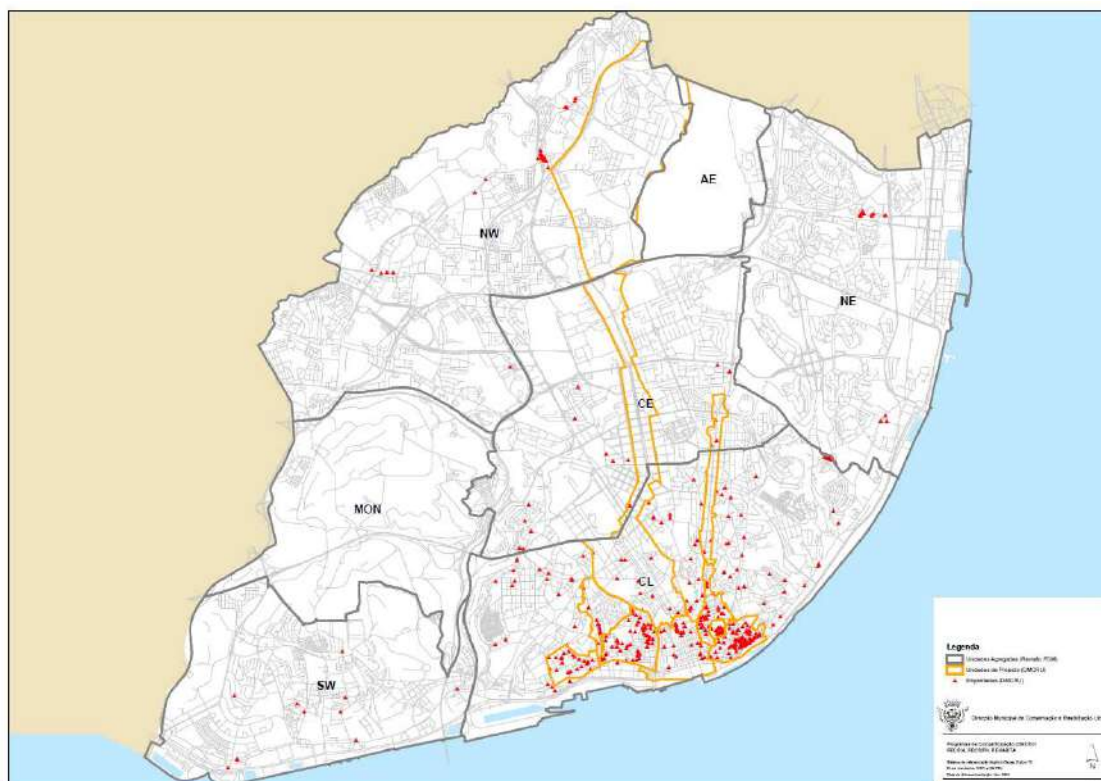


Figura 7.26 - Programas de comparticipação - empreitadas



7.8.2 - Levantamento de Imóveis Devolutos em Mau Estado de Conservação (emparedados ou não)

Ao longo da existência dos serviços a preocupação de inventariação dos edifícios devolutos e/ou em mau estado tem sido uma constante preocupação. Objecto de diversas aproximações, há uma última referência que foi apurada de um intenso trabalho realizado desde o final do mês de Junho de 2007 e que terminou no passado dia 28 de Setembro, que contou com a participação dos recursos humanos das Unidades Orgânicas do Departamento de Reabilitação e Gestão das Unidades de Projecto (DRGUP), do Departamento de Conservação de Edifícios Particulares (DCEP), e, ainda, da Unidade de Projecto da Baixa Chiado (UPBC). O número de edifícios nesta situação era de **4681** unidades.

A definição deste objectivo de levantamento relaciona-se com a necessidade da CML deter um conhecimento exacto do universo de imóveis que serão abrangidos pelo agravamento fiscal da aplicação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) na sequência da alteração introduzida no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano ao Decreto-Lei n.º287/2003 de 12 de Novembro. O rol destes imóveis, atendendo à natureza tributária do procedimento de declaração de prédios devolutos, foi entregue à Direcção Municipal de Finanças no passado dia 15 de Outubro, à semelhança de outros agravamentos ou benefícios fiscais decorrentes do estado de conservação dos prédios, de modo a preconizar o previsto na lei.

Ao longo do ano de 2008 foi actualizado este levantamento estando agora confirmados **4.767** edifícios devolutos, dos quais 408 são municipais e 4.359 particulares ou instituições.

Dos edifícios municipais encontra-se em fase de lançamento um conjunto de acções que a seguir de discrimina:

Total de edifícios devolutos municipais:	408
PROGRAMA DE ACÇÃO:	
EDIFÍCIOS A ALIENAR	52
EDIFÍCIOS A DEMOLIR	24
DMH – EDIFÍCIOS A REABILITAR PARA REALOJAMENTO	18
DMCRU - REALOJAMENTO	3
DMCRU – REALOJAMENTO - BEI 2009 / 2011	13
EPUL – EDIFÍCIOS PARA REALOJAMENTO E/OU ALIENAR	34
DMPU – EDIFÍCIOS INTEGRADOS EM PLANOS	41
COOPERATIVAS HABITAÇÃO	10
RESIDENCIAS (1 ASSISTIDA, 1 ESTUDANTES)	2
HOTEIS DE CHARME	2
PLANO BAIRRO PADRE CRUZ	126
PLANO BAIRRO DA BOAVISTA	22
PLANO BAIRRO DA LIBERDADE E SERAFINA	12
ESTUDO URBANO BELA FLOR	9
ESTUDO URBANO PÁTIO DA MOCA	5
GEBALIS	2
OUTROS / DIVERSOS	33
Total edifícios devolutos Particulares:	4.359
INSTITUIÇÕES:	
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA	63
ENTIDADES BANCÁRIAS	5
EMPRESAS PRIVADAS	27
ENTIDADES PÚBLICAS	14
SEGURADORAS	3
PARTICULARES	4.247

Figura 7.27 - Estado de conservação

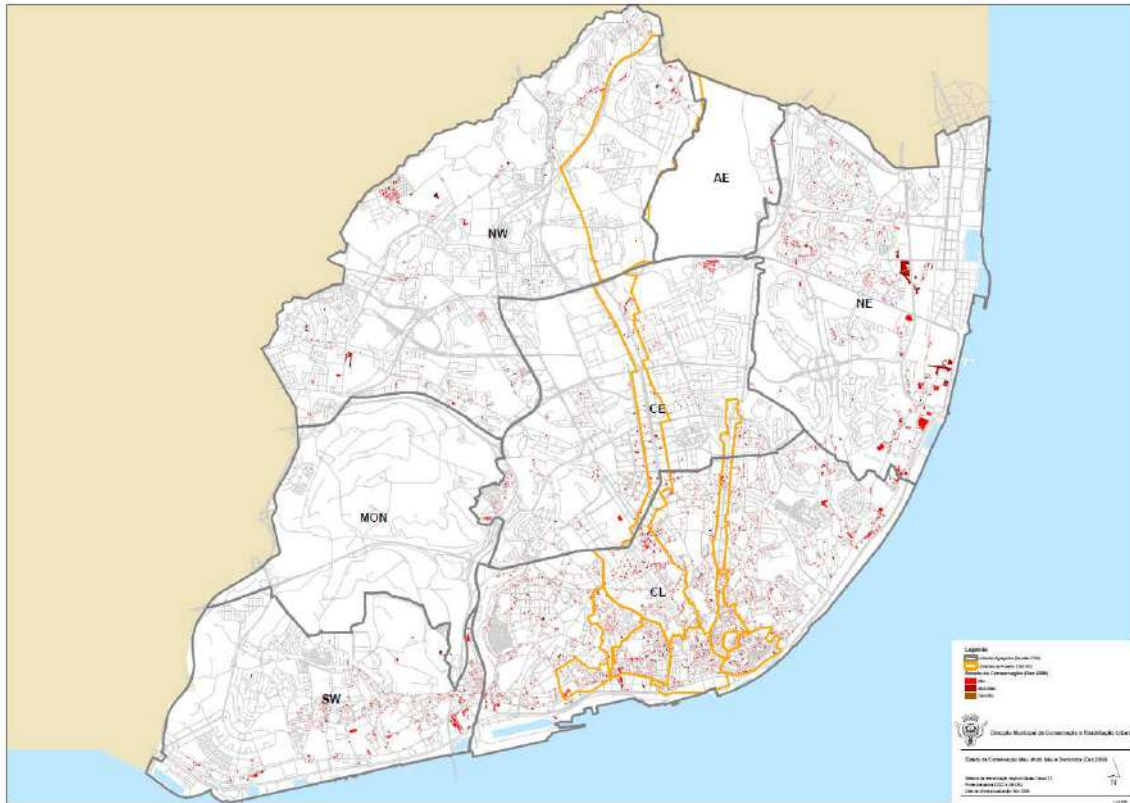
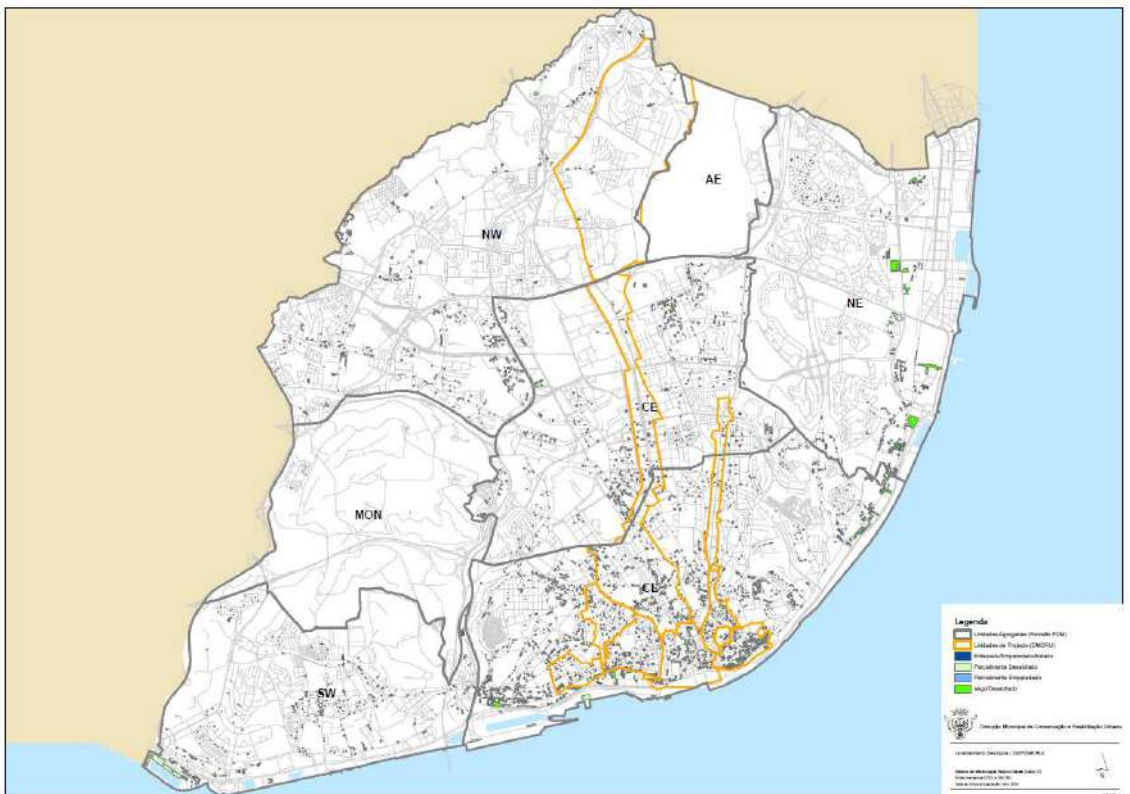


Figura 7.28 - Levantamento de devolutos



7.8.3 – Sociedades de Reabilitação Urbana

Das SRU's constituídas a SRU, Oriental foi extinta, a SRU da Baixa Pombalina está em processo de extinção (já aprovada em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal) e a **Lisboa Ocidental, SRU**. é a única a prosseguir os seus trabalhos que a seguir se descrevem:

Lisboa Ocidental, SRU

A estratégia de reabilitação urbana definida pelo Conselho de Administração e pela CML, pode resumir-se aos seguintes princípios:

- Divisão da Zona de Intervenção em três áreas, Área Consolidada, Área a Planear e Área de Extensão, com estratégias de reabilitação específicas;
- Estratégia de Reabilitação da Área Consolidada e da Área de Extensão – Promover e desenvolver operações para a reabilitação generalizada do edificado e dos espaços públicos, o que passa pela elaboração e aprovação dos Documentos Estratégicos, tendo em conta que, de acordo com o Decreto-Lei 104/2004, de 7 de Maio, que enquadra a actividade das Sociedades de Reabilitação Urbana, estas só assumem a totalidade das suas competências após a elaboração e aprovação dos Documentos Estratégicos;
- Estratégia de Reabilitação da Área a Planear – Elaborar um Plano de Pormenor, tendo em vista a criação de um pólo dinamizador da valorização, qualificação e desenvolvimento sustentado de toda a Zona de Intervenção (designadamente da Área Consolidada e de Extensão) e ainda a inversão das tendências de envelhecimento da população e desertificação da zona, através da oferta de produtos residenciais destinados aos diversos segmentos do mercado, incluindo fogos dimensionados para jovens.

Figura 7.29 - Zona de Intervenção da Lisboa Ocidental



- Zona de Intervenção ———
- Área Consolidada
- Área a Planear
- Área de Extensão

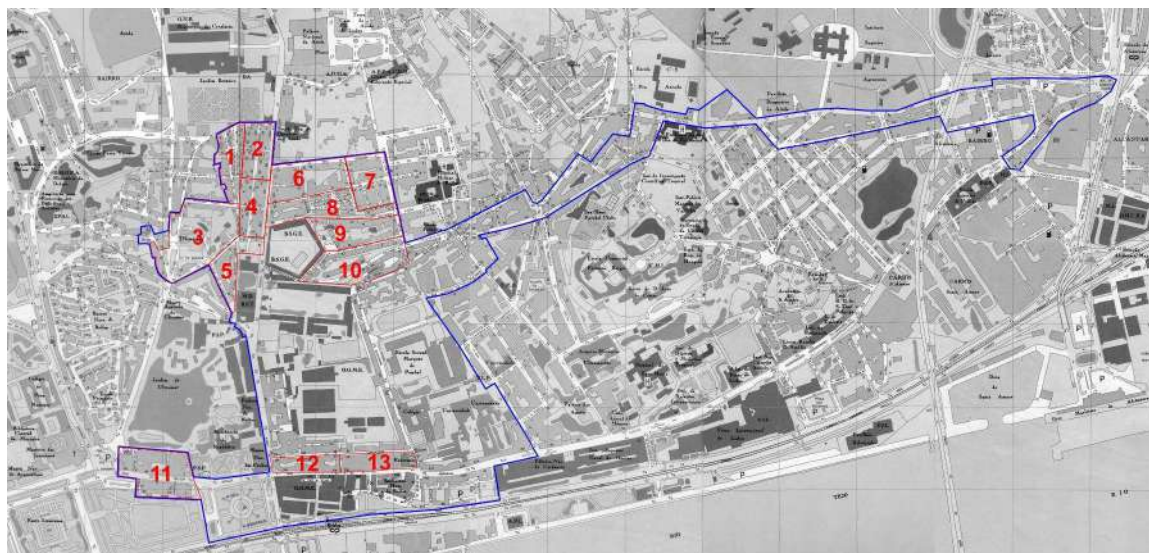
Área Consolidada

Tendo sido aprovados os Documentos Estratégicos de todas as Unidades de Intervenção da Área Consolidada, com excepção da Unidade de Intervenção 3 que inclui o Monumento Nacional da Igreja da Memória, a actividade da Lisboa Ocidental nesta área incide, essencialmente, no desempenho eficaz das suas competências de licenciamento e fiscalização, apresentando-se seguidamente alguns indicadores que permitem quantificar e avaliar objectivamente o impacto e importância da actividade da Empresa. De notar, sobre estes indicadores, que o último Documento Estratégico foi aprovado em Outubro de 2007:

- 659 Edifícios (2.882 fracções) com Documentos Estratégicos aprovados;
- 463 Edifícios com necessidades de reabilitação (70% dos edifícios);
- 2.630 Cartas enviadas a proprietários e arrendatários;
- 335 Edifícios cujos proprietários manifestaram intenção de reabilitar (72% dos edifícios com necessidades de reabilitação);
- 15 Edifícios / 5.876 m² / 281.646€ em obra;
- 33 Edifícios / 10.840 m² / 320.936€ já reabilitados;
- 22 Edifícios / 11.187 m² / 2.621.793€ com processos de licenciamento em curso;
- Prazo Médio de Licenciamentos – têm sido cumpridos os prazos definidos no Decreto-

Lei que enquadra a actividade das Sociedades de Reabilitação Urbana (em geral, metade dos prazos legais aplicáveis à CML).

Figura 7.30 - Unidades de Intervenção da Área Consolidada



Zona de Intervenção 

Unidades de Intervenção com Documentos Estratégicos aprovados 

Relativamente ao Projecto de Reabilitação do Espaço Público destas Unidades de Intervenção, em Junho, o Conselho de Administração deliberou que a equipa de arquitectos Manuel Aires Mateus, João Nunes e Carlos Miguel Dias, desse início ao respectivo Projecto de Execução, que deverá estar concluído no 1º Trimestre de 2009.

Refere-se, ainda, que nestas Unidades de Intervenção, foram identificados dez edifícios devolutos, em ruínas ou muito mau estado de conservação, cujos proprietários, depois de notificados, nos termos da Lei para procederem à reabilitação dos imóveis, não manifestaram intenção de, nos prazos legais, assumirem a suas responsabilidades.

Assim, a Lisboa Ocidental decidiu iniciar para cada Prédio um Processo de Aquisição ou Expropriação por Utilidade Pública, com carácter urgente e com posse administrativa imediata, com vista à execução da reabilitação, nos termos definidos no respectivo Documento Estratégico, tendo, para o efeito, adjudicado a um perito da Lista Oficial de Avaliadores, a avaliação dos mesmos. Estas avaliações foram concluídas em Agosto de 2008, encontrando-se a Empresa a negociar o financiamento destas operações com a banca comercial.

Área a Planear

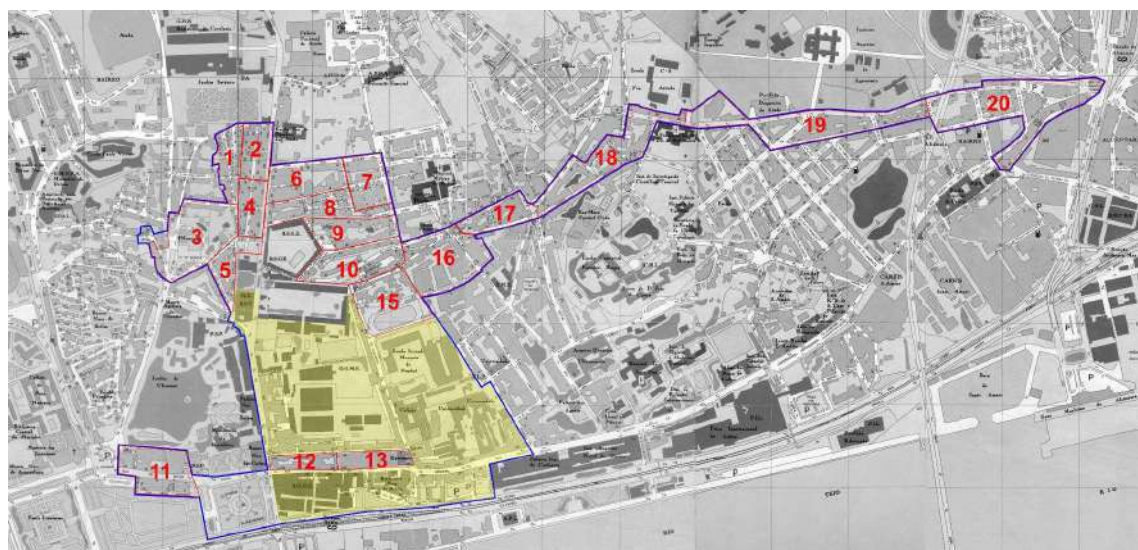
A Proposta Preliminar do Plano de Pormenor “Lisboa Ocidental – Belém”, elaborada pela equipa de arquitectos Manuel Aires Mateus, João Nunes e Carlos Miguel Dias, está concluída e em condições de ser apresentada ao executivo municipal.

Em Novembro de 2008, a Lisboa Ocidental foi incumbida de diligenciar as alterações necessárias para que os territórios destes dois projectos sejam estudados, planeados e desenvolvidos de uma forma integrada.

Área de Extensão

Em Abril, foi iniciada a elaboração dos Documentos Estratégicos das 5 Unidades de Intervenção da Área de Extensão, que incluem 339 edifícios e 2.148 fracções, cujos Projectos Base se prevê estejam concluídos no 1º trimestre de 2009, devendo a Lisboa Ocidental assumir as competências de licenciamento e fiscalização urbanística desta área no mesmo período.

Figura 7.31 - Estratégia – Síntese



- Unidades de Intervenção □
- Plano de Pormenor □

Empréstimo IHRU / BEI

Empréstimo contraído junto do IHRU para financiar a reabilitação do espaço público, de edifícios a expropriar destinados ao mercado de arrendamento e de edifícios municipais.

Empréstimo à Reabilitação de Edifícios Devolutos

Empréstimo a contrair pela Lisboa Ocidental, junto da “Banca Comercial”, para financiar a aquisição / expropriação e reabilitação de 10 edifícios devolutos.

A verificarem-se os pressupostos deste Plano, em especial a aprovação pelo executivo da celebração do Contrato de Financiamento com o IHRU, estão reunidas as condições financeiras para a concretização de uma operação de reabilitação urbana de larga escala que terá como resultado, para além da utilidade social e do efeito dinamizador e multiplicador na revitalização social e económica da “Ajuda-Belém”:

- A reabilitação de 67.500 m2 de Espaço Público e a renovação das respectivas infra-estruturas de subsolo;
- A construção de 93 lugares de estacionamento subterrâneo;
- A reabilitação e posse de 26 edifícios reabilitados;
- A reabilitação de 5 edifícios municipais.

Salientam-se, por último, alguns factos da actividade desenvolvida pela Lisboa Ocidental, os quais, cerca de um ano após a aprovação do último Documento Estratégico, evidenciam que as estratégias e a actuação da Empresa são adequadas à sua missão e aos propósitos que presidiram à sua criação:

- Foram já reabilitados 33 edifícios, 15 edifícios estão em obra, estando em curso processos de licenciamento relativos a mais 22 edifícios.
- No total, estas operações implicam a reabilitação de 70 edifícios, com cerca de 28.000 m2, e um investimento estimado superior a 3 milhões de euros;
- A Lisboa Ocidental cumpre rigorosamente os prazos de licenciamento definidos na Lei;
- 72% dos proprietários de edifícios com necessidades de reabilitação manifestaram à SRU a intenção de os reabilitar.

7.8.4 – EPUL

Através da EPUL foram criados 3 programas de intervenção na área da Reabilitação Urbana: Lisboa a Cores, Repovoar Lisboa e Alfama Quem Cuida Ama.

Cada um destes programas consistia:

Lisboa a Cores - Este programa tinha como objectivo recuperar conjuntos de edifícios propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, que são transmitidos para a EPUL. A gestão do processo de reabilitação era feita pela EPUL, ou através da associação com promotores privados que investirão a totalidade dos respectivos custos de recuperação, ou mediante a realização de empreitadas. No primeiro caso, o investimento da EPUL corresponde ao valor dos edifícios devolutos avaliados por entidade externa, idónea e independente.

Cada promotor, seleccionado mediante consulta pública, tinha à sua disposição, para reabilitar, um grupo de 5 ou 6 edifícios, dos quais 3 ou 4 se destinam a ser comercializados e 2 a ser devolvidos à autarquia para realojamento. Dos edifícios recuperados, os previamente destinados a comercialização seriam constituídos pela EPUL em propriedade horizontal e as respectivas fracções são vendidas preferencialmente a arrendatários ou ocupantes a título precário do fogo ou a jovens até 35 anos de idade. Os investimentos de cada parceiro, em caso de associação entre a EPUL e os promotores privados, são remunerados pela recuperação dos valores investidos e pela partilha dos lucros remanescentes resultantes da comercialização, na proporção dos montantes aplicados.

O programa Lisboa a Cores incidiu sobre alguns edifícios municipais mas com pouco sucesso e um enorme encargo para a CML que, para entregar os edifícios completamente devolutos à EPUL, assumiu enormes custos com o realojamento provisório dos seus moradores. A grande maioria dos edifícios continua por reabilitar e a degradar-se.

Recentemente acordou-se com a EPUL reactivar o licenciamento dos projectos, entretanto com despachos já caducados, para se efectivar a reabilitação dos edifícios.

Repovoar Lisboa - A freguesia de S. Paulo foi a escolhida para projecto-piloto do programa Repovoar Lisboa. O objectivo deste programa era através da intervenção no património imobiliário, contribuir para a valorização do local, renovando o seu tecido urbano e criando uma centralidade de bairro que faça renascer o desejo de viver em zonas históricas. Este programa teve ainda menor sucesso que o anterior.

Alfama Quem Cuida Ama – Pretendia-se “consolidar a imagem da paisagem como um bem público” como principal objectivo deste programa, através do qual se previa a reabilitação não apenas de fachadas principais, mas também de tardoos e empenas, incluindo a reparação ou substituição de todos os elementos exteriores (caixilharias, portas, algerozes, tubos de queda, varandas) e a eliminação de componentes dissonantes (aparelhos de ar condicionado ou estores), de diversos edifícios dos bairros históricos de Lisboa. Tratava-se portanto de uma intervenção de fachadas, sem chegar às coberturas, em edifícios em razoável estado de conservação.

Coube à Câmara Municipal de Lisboa efectuar o levantamento, bairro a bairro, dos edifícios (públicos ou particulares), ficando a EPUL responsável pela promoção e gestão das obras de recuperação. A intervenção recebeu alguns patrocínios e esteve prevista a recuperação das fachadas de 75 edifícios particulares. Foram intervencionados 47 edifícios particulares. Nos edifícios municipais acabou por não haver qualquer intervenção.

7.8.5 - Benefícios Fiscais

De referir os diferentes instrumentos fiscais de incentivo à Reabilitação Urbana:

Imposto Municipal sobre Imóveis

Isenção de imposto municipal sobre imóveis os prédios urbanos objecto de reabilitação urbanística, pelo período de dois anos a contar do final das obras;

Para os imóveis, objecto de acções de reabilitação iniciadas após 01/01/2008 que se encontrem concluídas até 31/12/2020 e sejam prédios urbanos localizados em áreas de reabilitação urbana ou sejam prédios urbanos arrendados passíveis de actualização de rendas nos termos do NRAU, prevê-se a isenção de IMI por um período de 5 anos a contar do ano da respectiva reabilitação, podendo a isenção ser renovada por um período adicional de 5 anos, se assim for determinado por deliberação da Assembleia Municipal.

São ainda elevadas ao dobro as taxas de IMI nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano.

Imposto Municipal Sobre as Transmissões

Isenção do pagamento de IMT nas aquisições de prédios urbanos destinados a reabilitação urbanística, desde que, no prazo de dois anos contados da data de aquisição, o adquirente inicie as respectivas obras.

Imposto Sobre o Valor Acrescentado

Aplicação da taxa de 5% nas empreitadas de construção, beneficiação ou conservação de imóveis realizadas no âmbito do Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), do Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), do Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH) e do Programa SOLARH, aprovado pelo Decreto-Lei n.º7/99, de 8 de Janeiro, bem como as empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º104/2004, de 7 de Maio, nas unidades de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e dentro das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, e as realizadas ao abrigo de programas apoiados financeiramente pelo Instituto Nacional de Habitação.

Fontes de realização do trabalho:

- Elementos fornecidos pela da Divisão de Gestão de Informação e Apoio Técnico / DMCRU.
- Relatório de Análise de Execução Financeira do “objectivo municipal” de Reabilitação Urbana, Lisboa, Novembro de 2006. Dra. Estela Dantas Gonçalves (Socióloga / DMCRU).
- Lisboa Ocidental, SRU, EM

7.8 Reavaliação do património inventariado

No âmbito da revisão do Plano Director Municipal, em Maio de 2003 foi solicitado à equipa do Núcleo de Estudos do Património da DMGU, então integrada na DATSO, que procedesse à revisão e actualização do Inventário Municipal do Património (IMP), que constitui o Anexo 1 do Regulamento do PDM em vigor e integra a Planta de Ordenamento.

O IMP é uma relação fechada e bastante exaustiva de bens – objectos singulares, edifícios e conjuntos urbanos – particularmente relevantes, do ponto de vista formal, para a história de Lisboa. Contudo, não esgota a totalidade de bens com interesse histórico e arquitectónico. Muitos há que, pelo desconhecimento da riqueza formal e decorativa dos seus interiores, ficaram de fora. Outros ainda, associados a acontecimentos históricos e memórias, também não foram contemplados.

Por outro lado, alguns dos edifícios que haviam sido englobados no IMP foram entretanto demolidos ou intervencionados de tal modo que as características que os haviam destacado acabaram por se perder.

Monitorização do inventário municipal do património – 1994/2008

Embora de uma forma não sistemática, a monitorização do Inventário Municipal do Património processou-se essencialmente por duas vias: no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, e através do apoio à gestão urbanística no licenciamento de obras particulares.

Revisão do PDM/Actualização do IMP

Metodologia

A proposta de Carta Municipal do Património (CMP) entregue à Comissão de Acompanhamento do PDM em Outubro de 2006 foi alicerçada numa reavaliação exaustiva e in situ do IMP, que contemplou a identificação dos bens já demolidos, em situação de ruína ou muito adulterados, a confirmação de localizações e moradas, e a identificação de novos bens, nomeadamente em temáticas como as da azulejaria de fachada e da arquitectura industrial, nas quais, por falta de estudos à época, o Inventário apresenta grandes lacunas.

²⁰ A CMP das freguesias do Castelo, Encarnação, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Catarina, Santiago, Santo Estevão, Santos-o-Velho, S. Cristovão e S. Lourenço, S. Miguel, S. Nicolau, S. Paulo, S. Vicente de Fora, Sé e Socorro foi da responsabilidade da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, através das suas Unidades de Projecto.

Seguiram-se, na generalidade, os princípios que presidiram à realização dos inventários patrimoniais por freguesia que foram o suporte do IMP (cft. Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património, vols. 1 e 4, CML/DPPE, 1993, policopiado), alargando-se o nº de categorias operativas aí consideradas. Criou-se uma categoria para “objectos singulares” (estatuária, chafarizes, etc.) e outra para “espaços públicos”, e mantiveram-se as de imóveis e de conjuntos edificados. Estes últimos englobam os conjuntos urbanos planeados - quarteirões, praças e alguns bairros – e os somatórios de edifícios que possuem uma imagem definida que os destaca da envolvente – frentes de rua, percursos urbanos, etc.

Ao nível formal fizeram-se apenas alterações de pormenor, que se prendem sobretudo com um maior cuidado ao nível do léxico utilizado.

Integração do Património Oficialmente Classificado e em Vias de Classificação

Uma vez que o Património Oficialmente Classificado e em Vias de Classificação é referenciado em cartografia própria – Planta de Condicionantes –, foi opção da equipa manter a estrutura adoptada no actual PDM no que respeita à integração destes bens.

Assim, a proposta de Carta Municipal do Património não integra conjuntos como a Baixa Pombalina, o Campo dos Mártires da Pátria, o Bairro Alto ou a Avenida da Liberdade, uma vez que estes conjuntos correspondem a Núcleos de Interesse Histórico e a Conjuntos Urbanos Singulares²¹.

Por último, tal como não foram incluídos na proposta de revisão os edifícios do IMP objecto de alterações que lhes retiraram valor patrimonial ou que estão em situação de pré-ruína, também não foram integrados edifícios classificados ou em vias que se encontrem nesta situação.

Integração de novos bens

a) Conjuntos urbanos situados em área histórica, e espaços públicos (cemitérios, jardins históricos e de aparato, e miradouros).

Estas tipologias, apesar de estarem identificadas nos Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património, vol. 1, não foram incluídas no Inventário por razões que se prendiam com a estrutura do Regulamento do PDM.

Assim, “recuperaram-se” para a proposta de Carta Municipal do Património os conjuntos urbanos em área histórica e, no domínio do espaço público, os núcleos centrais dos cemitérios em que se verificam características paisagísticas específicas, nomeadamente quanto ao relacionamento dos respectivos elementos naturais e edificados, e ainda os jardins históricos e de aparato. Foram

²¹ Identificados na Planta de Componentes Ambientais Urbanas do PDM e regulamentados nos artº 24º e 21º respectivamente.

também incluídas nesta categoria as azinhagas identificadas na Planta de Componentes Ambientais do PDM22 que ainda mantêm as suas características morfológicas originais.

b) Património contemporâneo

Relativamente ao património contemporâneo pós 1994, integraram-se apenas os edifícios contemplados com o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura e os que se encontram classificados ou em vias de classificação.

c) Azulejaria de fachada

Uma outra problemática diz respeito à azulejaria de fachada e à necessidade de salvaguardar este importante e original património da cidade. Embora esta preocupação seja da maior pertinência face ao nº de exemplares que têm sido destruídos, na revisão do IMP foram incluídos apenas os imóveis que, para além do seu revestimento azulejar, apresentam qualidade arquitectónica ou estão integrados em conjuntos urbanos, e os que têm padrões únicos.

Licenciamento de obras particulares

Desde a entrada em vigor do PDM, a monitorização qualitativa e dinâmica do IMP enquanto processo de acompanhamento e avaliação das alterações físicas e funcionais dos bens nele integrados foi feita de forma sistemática para toda a cidade apenas entre Março de 2001 e Dezembro de 2005, período em que a análise dos processos de licenciamento relativos a bens do IMP ou a demolições e alterações profundas em área histórica foi acompanhada por vistorias e relatórios histórico-patrimoniais²³.

Estas vistorias permitiram, nomeadamente, consolidar o conhecimento dos bens inventariados, identificar outros edifícios com valor patrimonial, avaliar o modo como se está a intervir no edificado, sobretudo em área histórica, e identificar as zonas em que a pressão urbanística para a renovação é mais forte.

Inventário municipal do património: indicadores 1994 / 2007

Bens retirados na proposta de CMP

O facto de durante mais de 6 anos (1994-2001) não ter havido monitorização do Inventário no âmbito do licenciamento de obras particulares, conduziu a 3 tipos de situações graves:

- demolições integrais;
- alterações profundas com ampliação: perda de autenticidade por destruição de interiores e descaracterização formal das fachadas;

²² Regulamentadas no artº 24º.

²³ Desde Abril de 2008 esta tarefa é da competência do Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM, criado pelo Despacho 89/P/2008.

- alterações profundas (demolição dos interiores), que retiraram autenticidade formal e decorativa aos edifícios em causa.

A situação é particularmente grave na zona central da cidade e em áreas históricas periféricas como a Ameixoeira, Charneca ou Marvila. Atinge praticamente todas as tipologias inventariadas e atravessa todas as épocas construtivas (cft. listagem anexa à informação 2288/INT/2008, de 3 de Junho)

Bens a acrescentar na proposta de CMP

Embora a listagem do IMP (1994) e a da Carta Municipal do Património (2007) não sejam directamente comparáveis, é possível afirmar que é nas freguesias da zona oriental da cidade que se verifica um maior acréscimo de bens inventariados.

O nº de conjuntos inventariados cresceu de forma significativa pelo facto de se ter “recuperado” a maioria dos conjuntos em Área Histórica que já tinham sido identificados nos Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património, vol. 1.

8 HABITAÇÃO

8.1 Diagnóstico da situação existente no Município de Lisboa

O Plano Estratégico de Lisboa (1992) demonstra uma grande preocupação sobre a tendência de decréscimo acentuado da população residente de Lisboa: “Particularmente, por atingir, em especial, os estratos jovens e activos da população”. Diagnosticando, como “graves consequências urbanísticas deste processo”:

- O envelhecimento da população de Lisboa;
- A degradação e desertificação das áreas centrais da cidade;
- O alastramento dos dormitórios periféricos.

Paralelamente o Plano Estratégico de Habitação de 1992 vem definir uma série de linhas de desenvolvimento e de acções específicas ligadas à habitação, fundamentalmente direccionadas para as vertentes ligadas ao reequilíbrio sócio-urbanístico da cidade e à valorização dos recursos patrimoniais.

Como consequência, o PDM de 1994 vem privilegiar a estabilização do uso habitacional sobre a generalidade das áreas históricas e das áreas consolidadas, mesmo sobre tecidos urbanos centrais que registaram dinâmicas elevadas de mudanças de usos de habitação para terciário durante as décadas de 70 e 80 do século XX (Avenidas Novas).

Por outro lado, o PDM vem impor regras de gestão urbanística tendentes à estabilização das áreas históricas, travando as dinâmicas de substituição do edificado e de descaracterização da morfologia urbana, que registaram maior expressão nas décadas de 60 e 70 do século XX. Consequentemente, a Câmara deu início na década de 90 do século XX a uma dinâmica de reabilitação urbana, tendente a inverter o processo de degradação física da Área Central de Lisboa.

Passados 18 anos sobre as preocupações enunciadas pelo Plano Estratégico de Lisboa (e 14 anos sobre a vigência do PDM), apesar dos investimentos públicos na Reabilitação Urbana, mantém-se estáveis os padrões de tendência diagnosticados, em que relevamos:

- A perda de 98. 737 habitantes de Lisboa entre 1991 e 2001 e de mais 64. 957, entre 2001 e 2007, segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE), apesar do aumento de número de fogos;

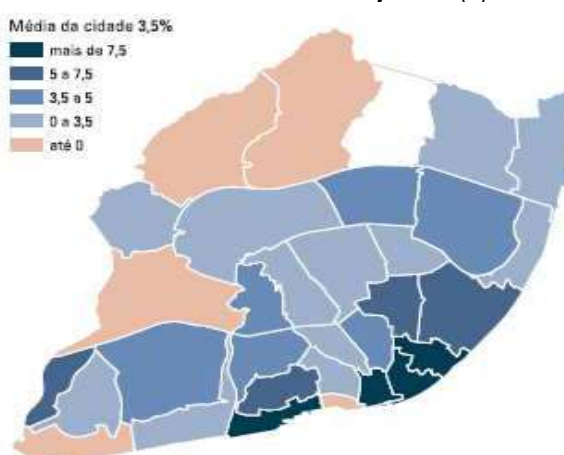
- A manutenção da tendência de envelhecimento da população (18,8% em 1991 e 23,6% em 2001) e de diminuição da dimensão média familiar de respectivamente de 2,7 em 1991 e de 2,4 para 2001;
- O alastramento de fenómenos de suburbanização na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde as maiores dinâmicas de crescimento verificadas no intervalo intercensitário de 1991/2001 situa-se já sobre os Municípios situados sobre a segunda coroa periférica de Lisboa, com abrandamento do crescimento populacional ou mesmo decréscimo dos Municípios situados na primeira coroa periférica.
- O aumento do número de alojamentos vagos (Quadro 8.1) que surgem com maior peso, no caso dos alojamentos vagos fora do mercado imobiliário, nas freguesias localizadas na Área Central de Lisboa - Centro da Cidade (Figura 8.1);
- A concentração de um número elevado de edifícios em mau estado de conservação na zona central da Cidade.

Quadro 8.1 – Evolução dos Alojamentos Vagos entre 1991 e 2001

ALOJAMENTOS VAGOS	1991	2001	DIFERENÇA	TAXA DE VARIAÇÃO (EM %)
Vagos no mercado, para venda ou aluguer	8 480	11 858	3 378	39,8%
Vagos fora do mercado	16 523	28 488	11 965	72,4%
Total	25 003	40 346	15 343	61,4%
Rácio de vagos no mercado/vagos fora do mercado	0,51	0,42		
Vagos face ao total de alojamentos	9%	14%		
Vagos no mercado face ao total de alojamentos	3%	4%		

Extraído de: CML, Diagnóstico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa, Julho 2005, Pg 67 Fonte: INE 2001

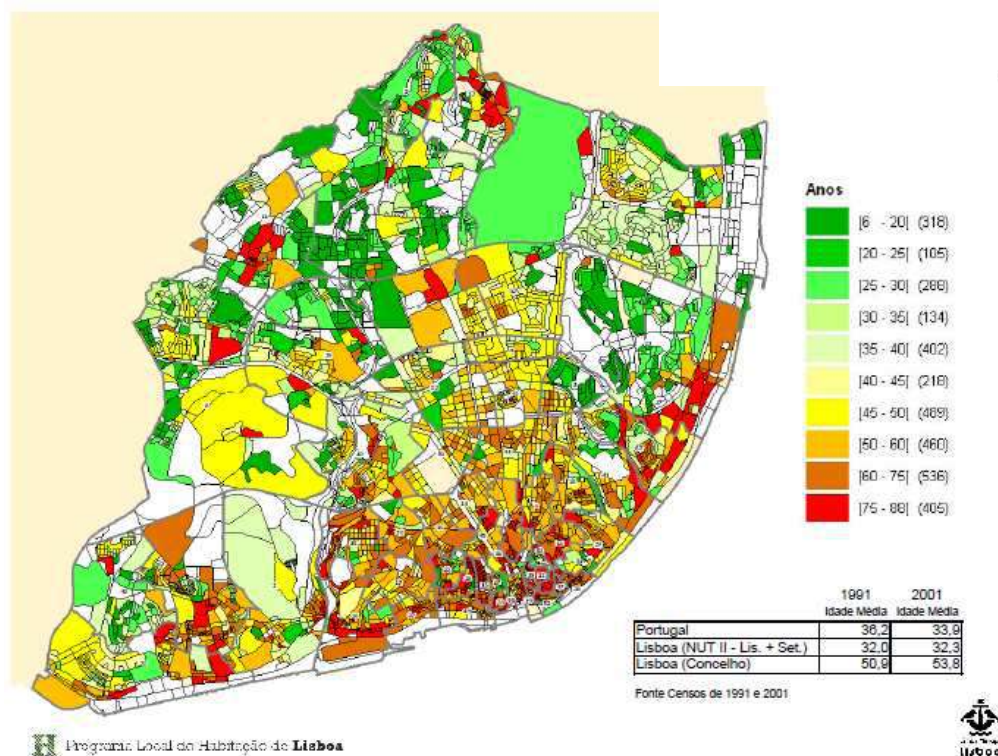
Figura 8.1 – Variação do Peso dos Alojamentos Vagos Fora do Mercado, face ao Total de Alojamentos (%)



Fonte: CML, Diagnóstico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa, Julho 2005, pg 67

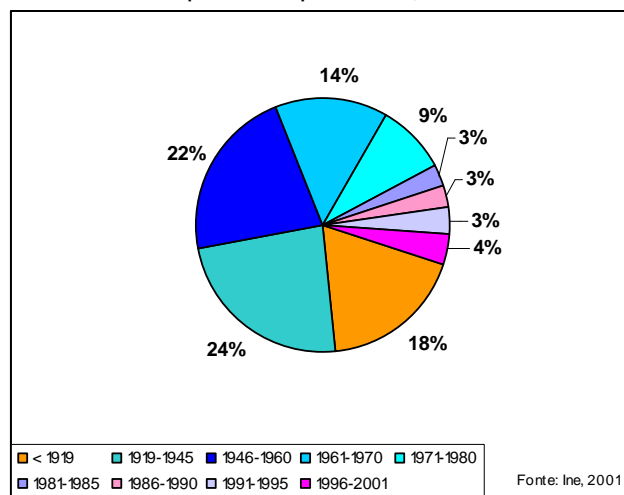
O parque habitacional em Lisboa caracteriza-se pela sua antiguidade (Figura 8.2), verificando-se que 17,4% dos seus edifícios foram construídos no período anterior a 1919, e 22,5% no espaço temporal compreendido entre os anos de 1919 e 1945 (Figura 8.3).

Figura 8.2 – Idade dos Edifícios (1991 e 2001)



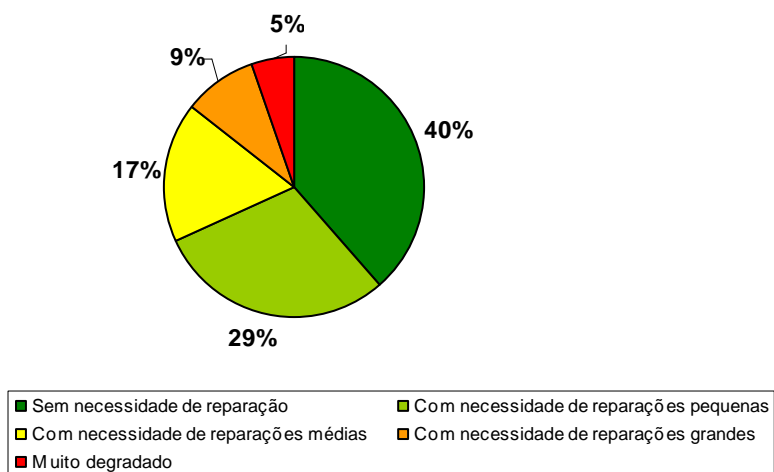
Fonte: Roseta, Helena; Conferência (Re) Habitar Lisboa; Teatro Aberto, 6 de Março 2009

Figura 8.3 – Edifícios Construídos por Época de Construção, para o Município de Lisboa, 2001



Segundo os Censos, em 2001, a percentagem de edifícios sem necessidade de reparação atinge apenas 40%, verificando-se um peso relativo de aproximadamente 14% de edifícios que estão muito degradados e com necessidades de reparação grandes (Figura 8.4).

Figura 8.4 – Estado de Conservação dos Edifícios

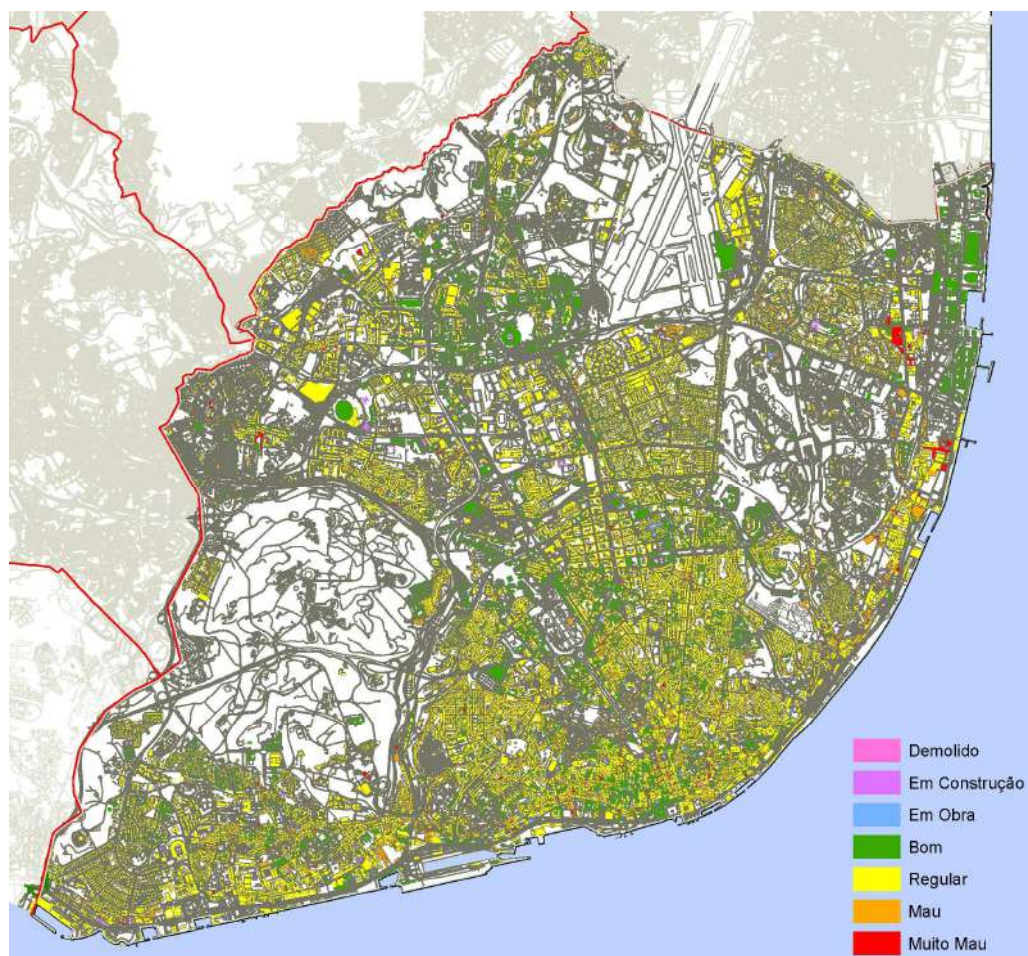


Fonte: INE, 2001

Em Janeiro de 2006, a CML/DMCRU efectuou um levantamento de campo sobre o estado de conservação do edificado (Figura 8.5), onde se verifica uma tendência de concentração dos edifícios em mau estado de conservação sobre as áreas mais antigas da Cidade, correspondendo ao padrão tradicional de abandono das áreas centrais, verificado nos decénios antecedentes.

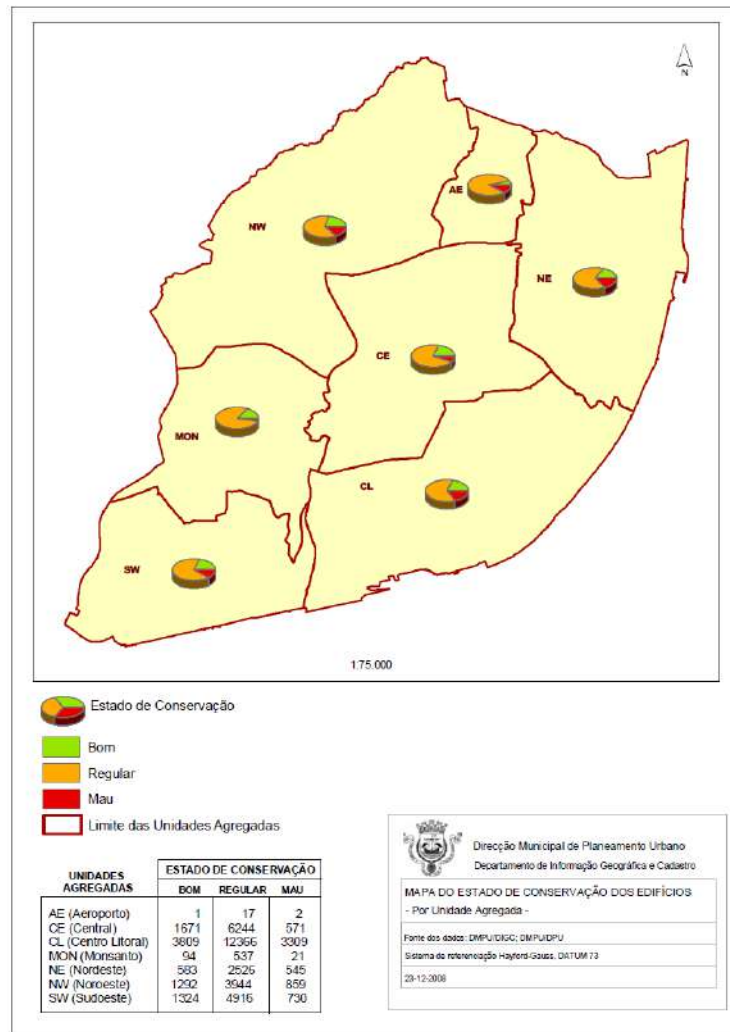
No entanto, aparecem com alguma expressão edifícios em mau estado de conservação, para os quais se datam uma época de construção mais recente, como é caso particular das freguesias de Santa Maria dos Olivais e de Benfica (Figuras 8.5 e 8.6), inseridas nas Unidades Agregadas das áreas de Noroeste e de Nordeste, revelando uma realidade surpreendente em que sensivelmente 40% dos edifícios construídos depois da década de 60 do século passado, apresentam necessidades de reparação, seja elas de dimensão pequena, média ou grande (Figura 8.7).

Figura 8.5 – Estado de Conservação dos Edifícios



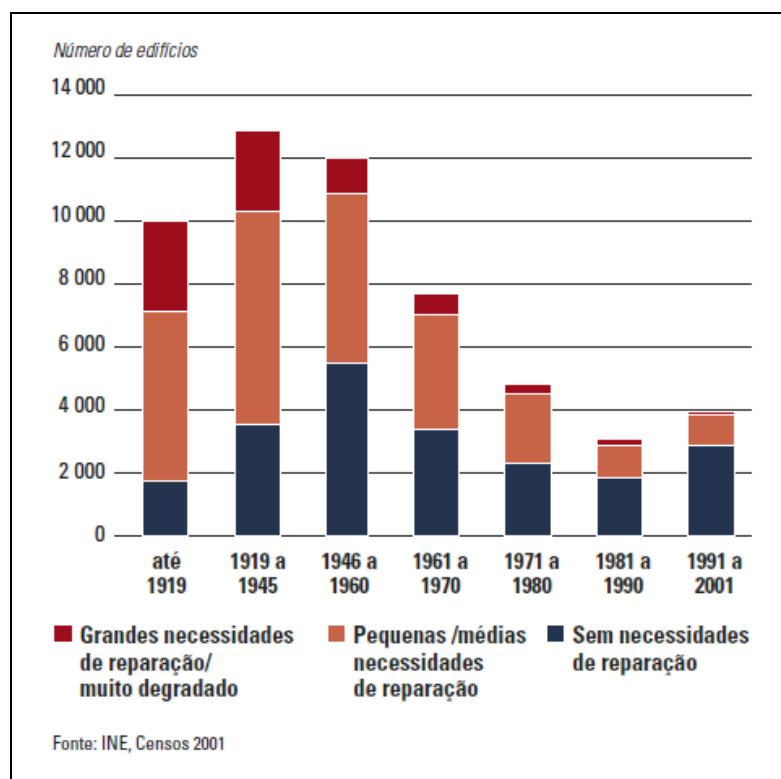
Fonte: CML/DMCRU/DIGC, Janeiro de 2006

Figura 8.6 – Estado de Conservação dos Edifícios, por Unidade Agregada



Fonte: CML/DMPU/DPU/DIGC, Dezembro 2008

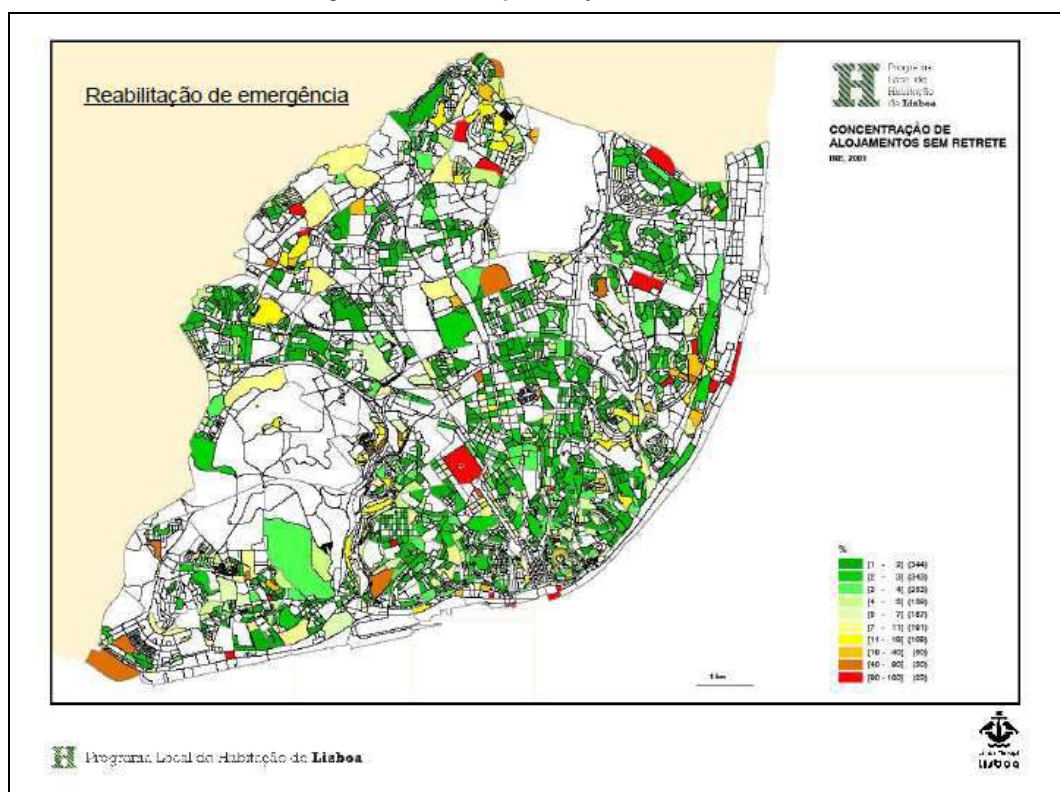
Figura 8.7 – Número de Edifícios de Lisboa, por Estado de Conservação e Idade do Edificado



Extraído: CML, Diagnostico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa, Julho 2005, pg 28

Para além desta situação, o Programa Local de Habitação (PLH) de Lisboa, reconhece existir, ainda, na cidade, casos de alojamentos desprovidos do mínimo de condições de habitabilidade, fundamentalmente ao nível de sanitários (Figura 8.8), assumindo que devem ser objecto de uma intervenção de reabilitação de emergência, no sentido de proporcionar uma melhor vivência aos seus ocupantes. No contexto das carências qualitativas, refira-se, ainda, o quantitativo significativo de alojamentos familiares de residência habitual, registados no território da cidade, que não possuem banho, sendo de aproximadamente 3,2%, face ao total de alojamentos existentes (INE, 2001).

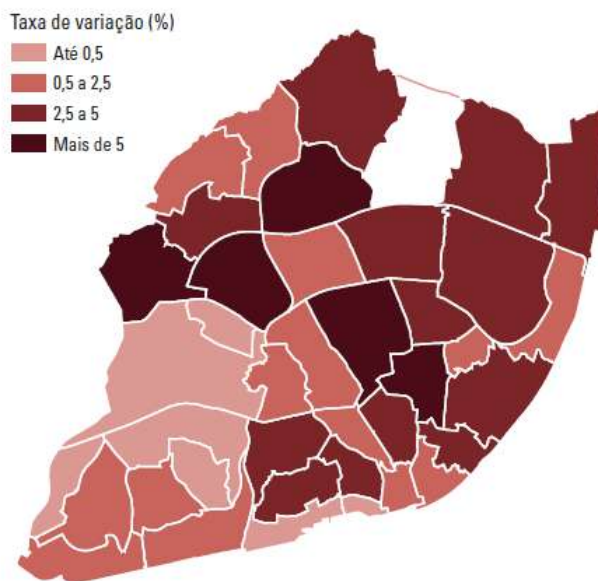
Figura 8.8 – Concentração de alojamentos sem retrete



Fonte: Roseta, Helena; Conferência (Re) Habitar Lisboa, Teatro Aberto, 6 de Março 2009

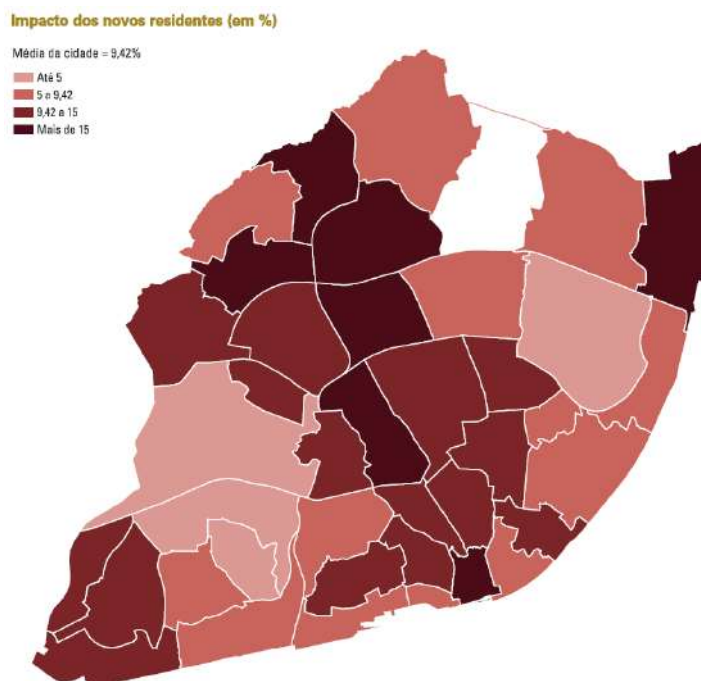
Nos últimos anos, verificam-se novos fenómenos de regresso ao Centro, não suficientes, até ao momento, para contrariar a tendência da perda de população na área central da AML. Em Lisboa, curiosamente esse fenómeno começa a ter alguma expressão sobre as áreas centrais conforme se pode observar nas Figuras 8.9 e 8.10.

Figura 8.9 – Distribuição dos Novos Residentes



Fonte: INE, Censos 2001. Tratamento CML.

Figura 8.10 – Impacto dos Novos Residentes (%)

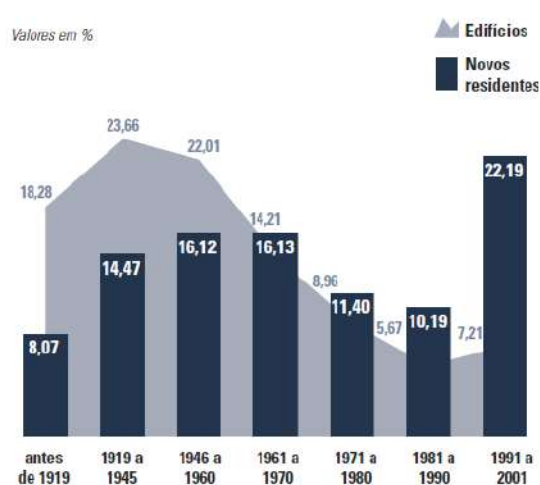


Fonte: INE, Censos 2001. Tratamento CML.

Extraído de: CML, Diagnóstico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa, Julho 2005, pg 109

Este fenómeno, deverá ter maior aprofundamento no âmbito do Programa Local de Habitação, porquanto pode demonstrar que a capacidade futura de captação de novos residentes não depende em exclusivo da construção de nova habitação, conforme corroboram os dados constantes na Figura 8.11. De acordo com o estudo efectuado pela Markttest, com base numa amostra estratificada, contemplando um universo de 995 entrevistas, realizadas a indivíduos residentes e com um intervalo etário predefinido, constata-se que no caso particular de Lisboa, os principais motivos alegados pelos inquiridos para a escolha do local de residência foram a proximidade a familiares (21%) e ao local de trabalho (19,4%) e a dimensão dos alojamentos (16,2%) (Figura 8.12).

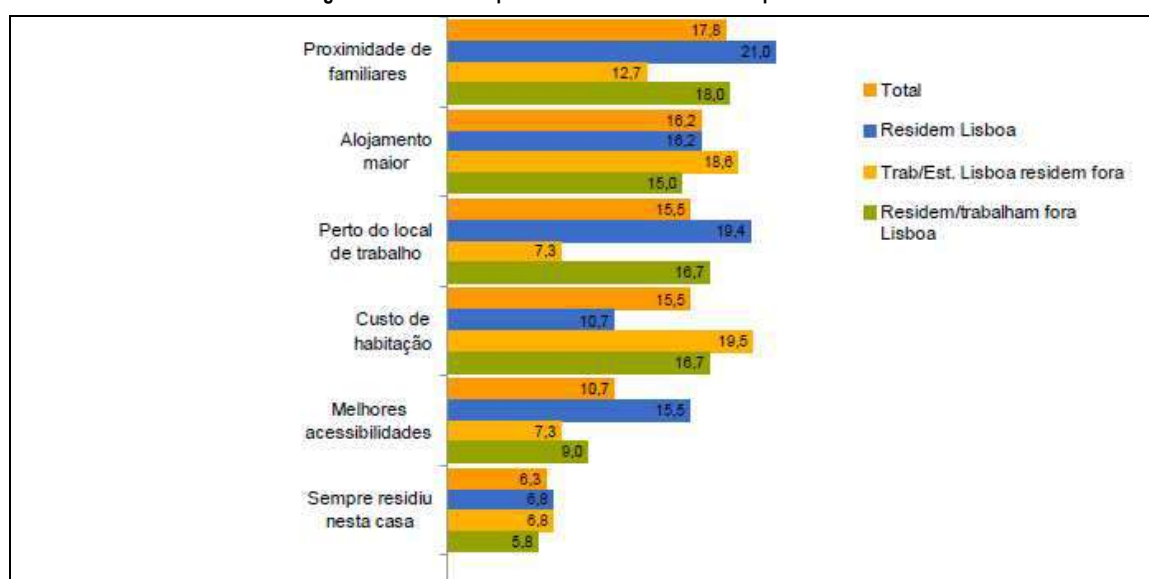
Figura 8.11 – Época de Construção dos Edifícios dos Novos Residentes



Fonte: INE, Censos 2001. Tratamento CML.

Extraído de: CML, Diagnostico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa, Julho 2005, pg 111

Figura 8.12 – Motivos que Levaram a Escolher o Local para Residir

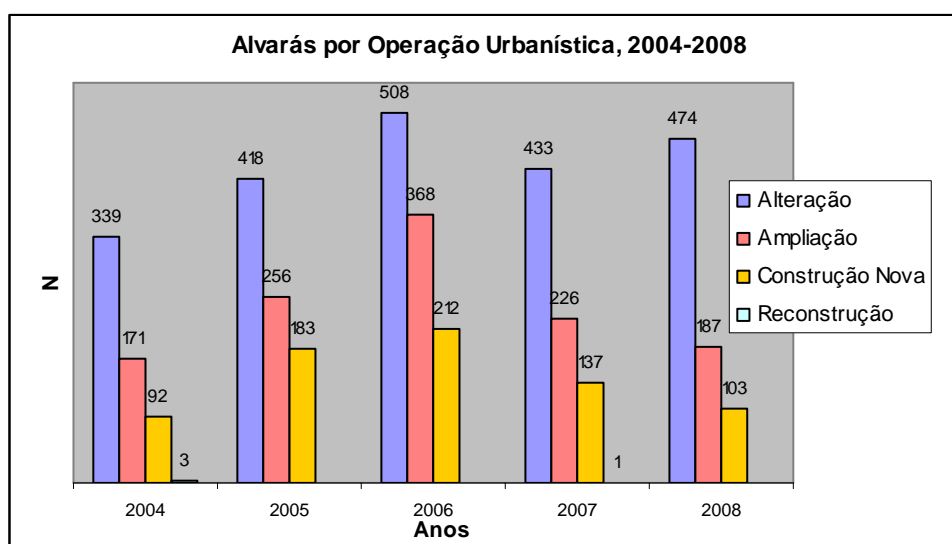


Fonte: Teves, Carlos; Markttest; Conferência (Re) Habitar Lisboa, Teatro Aberto, 6 de Março 2009

Em consonância com esta realidade, registamos entre os anos de 2004 a 2008, de acordo com a informação disponibilizada pelo sistema informático de Gestão Urbanística, a possibilidade de inversão de tendência, tendo-se registado em 2006 o maior número absoluto de alvarás emitidos pela autarquia relativo a ampliações, alterações e reconstrução de edifícios para habitação (876), face a um quantitativo mais baixo de licenças para construção nova (212), conforme leitura da Figura 8.13.

Estes dados configuram uma janela de oportunidade para que se crie predisposição para o surgimento de um mercado de reabilitação urbana; para o qual os Planos de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente e de Pormenor da Baixa podem constituir alavancas.

Figura 8.13 – Número de Alvarás por Operação Urbanística, 2004-2008



Fonte: CML/DMGU/DMDIU/DMU, Março 2009

De acordo com os dados dos últimos dois Censos do INE, verifica-se ter ocorrido neste intervalo intercensitário um acréscimo de aproximadamente 14.000 alojamentos, passando de um valor total na ordem de 279.234 para 293.162 alojamentos na cidade. Relativamente ao número de edifícios, também para este período, reconhece-se ter ocorrido no território da cidade um decréscimo de 5.863 edifícios habitacionais, registando-se no ano de 1991, 62.041 edifícios habitacionais, e em 2001 um total de 56.178.

Fogos novos construídos entre os anos de 2001 e de 2008

Após os censos de 2001 e com o objectivo de estimar a população em 2008, o Departamento de Planeamento Estratégico (DPE), efectuou um estudo tendo subjacentes os seguintes critérios:

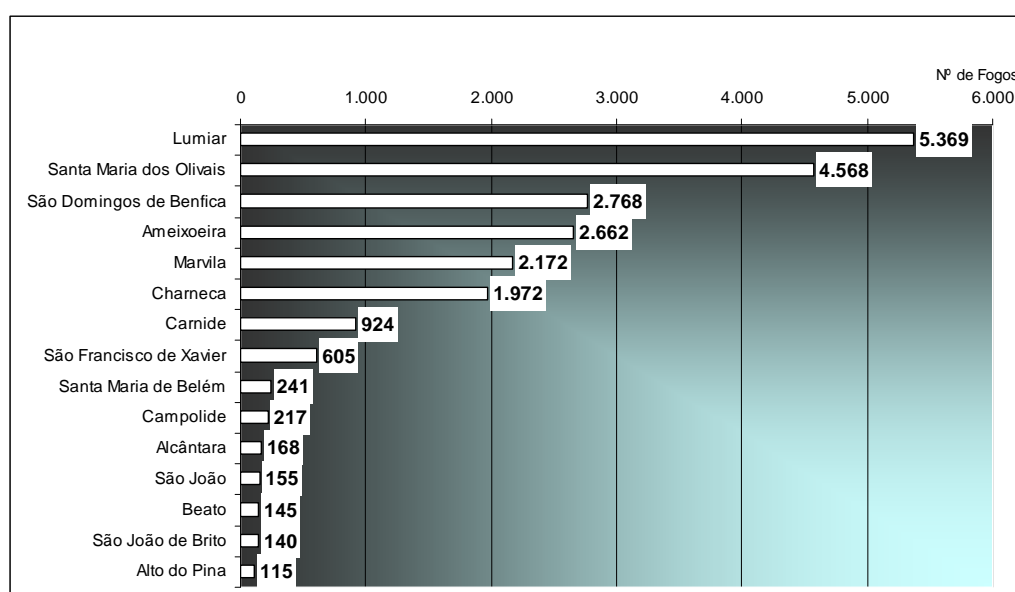
- O levantamento dos empreendimentos construídos, entre os anos de 2001 e de 2007, de dimensão significativa e que se encontravam ocupados;
- O levantamento dos empreendimentos significativos que se encontram actualmente em construção (após 2007).

Relativamente ao levantamento dos empreendimentos construídos após 2001, dado a CML não ter uma monitorização sistemática do território através dos licenciamentos, este trabalho teve como base a comparação dos ortofotomapas de 2001 e de 2006, cotejados com os dados dos Censos, complementada com a deslocação aos locais para contagem de campainhas. Os licenciamentos isolados foram desprezados (DPE, Junho 2008).

No quadro referente ao “Número de Fogos por Intervenção Urbanística, ao Nível de Freguesia, entre 2001 e 2008” apresentado em anexo, é possível identificar o número de fogos respeitantes a cada uma das intervenções urbanísticas implementadas, ao nível de freguesia, entre 2001 e 2008. De salientar que durante este espaço temporal foram construídos 22. 221 fogos.

De acordo com a Figura 8.14 (com base no quadro apresentado em anexo), é possível observar que o maior número de fogos construídos neste período, resultante das várias intervenções urbanísticas, ocorreu nas freguesias do Lumiar e de Sta. Maria de Olivais, facto que está relacionado no primeiro caso, com o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, e da expansão de Telheiras/Parque dos Príncipes e no segundo caso, com o Plano da Expo. Salienta-se que do total de fogos construídos, 45% se localizam nestas duas áreas geográficas.

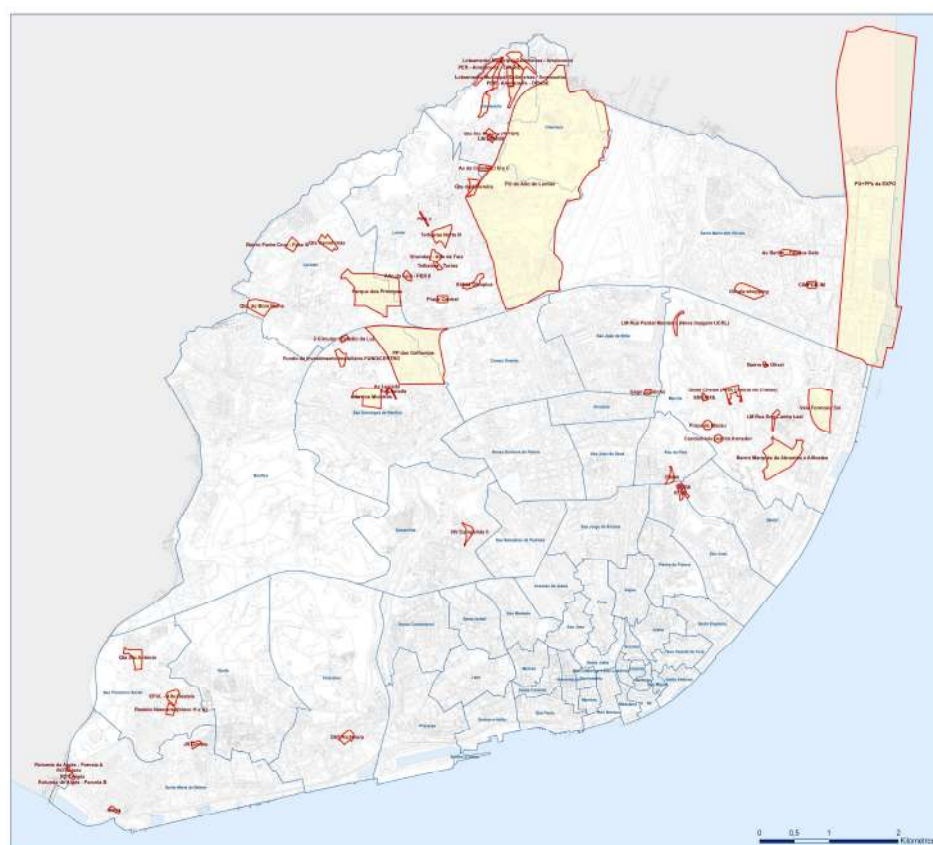
Figura 8.14 - Número de fogos construídos entre 2001 e 2008, por freguesias do município



Fonte: DPE, 2008

Na Figura 8.15, localizam-se espacialmente todas as intervenções urbanísticas que serviram de base para o apuramento do número de fogos.

Figura 8.15 – Empreendimentos com construção após 2001



-  Freguesias
-  Empreendimentos com construção após 2001

 CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO
DPE

ÁREAS DE ACRÉSCIMO POPULACIONAL

Julho de 2008

1:20000

8.2 Política Social de Habitação

– Realojamento

Com o apoio dos Programas Especial de Realojamento (PER) implementados pela autarquia, o município de Lisboa assistiu, nestas últimas duas décadas (entre 1991 e 2001), a um decréscimo significativo do número de fogos/alojamentos não clássicos para sensivelmente metade (Quadro 8.2). De acordo com o último Censo, a população que residia em alojamentos não clássicos (barracas e alojamentos precários) era de aproximadamente 10.700 habitantes.

Salienta-se, ainda, que no último período intercensitário, se registou um aumento significativo no número de fogos devolutos e de uso sazonal.

Quadro 8.2 – Fogos Vagos, Não Clássicos e de Uso Sazonal

	1991	2001
Nº total de fogos	279.234	288.195
Nº de fogos /alojamentos não clássicos (*)	7.198	3.584
N.º de fogos vagos	25.003	40.346
N.º de fogos de uso sazonal	12.706	26.267

Fonte: INE, CENSOS 1991 e 2001)

(*) Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

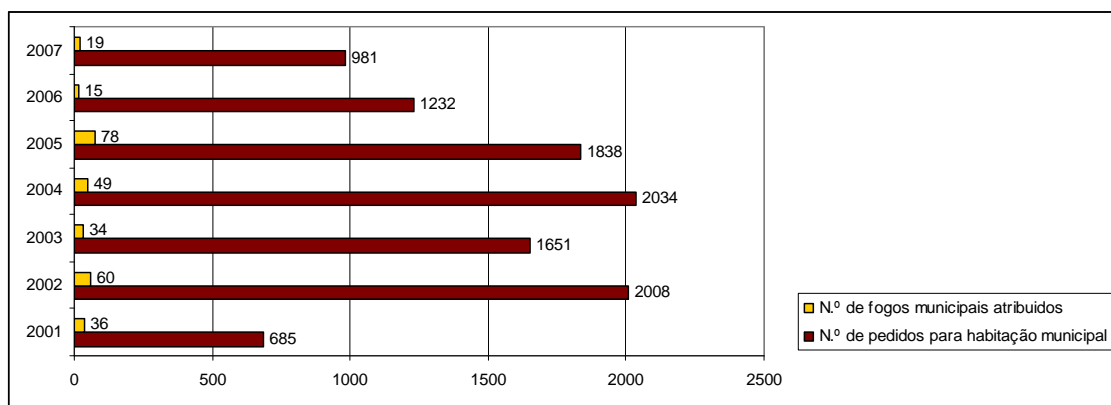
Com base no estudo “Breve Caracterização da Procura de Habitação, 2001-2007” efectuado pela CML/DGSPH, pode-se constatar que ao longo deste espaço temporal, foram recepcionados um total de 10.429 pedidos para atribuição de habitação, tendo sido cedidos 291 fogos municipais, correspondente à satisfação de aproximadamente 2,8% das pretensões.

De acordo com a Figura 8.16, ocorreram nos anos de 2002 e de 2004 o maior número de solicitações para habitação, contudo, foram nos anos de 2002 e de 2005 que se registaram o maior número de atribuições, de respectivamente 60 e 78 fogos para habitação. De referir que estes últimos, contemplam atribuições efectuadas a título provisório, situação acompanhada pelo Gabinete da Vereação com competência na área.

Refira-se que grande parte dos pedidos para atribuição de habitação (63%), são suscitados por indivíduos residentes em casas particulares alugadas e/ou de familiares. Surgindo ainda, com algum peso, os que residem em quartos alugados (16%) e os que ocupam alojamentos transitórios (7%).

Relativamente ao motivo da pretensão, identificam-se as seguintes situações: i) sobreocupação /insuficiência de assoalhadas no alojamento onde residem (24%); ii) carências económicas (21,8%) e iii) mau estado de conservação da habitação (18%).

Figura 8.16 – Número de pedidos e fogos municipais atribuídos, 2001-2007



Fonte: CML/ DGSPH, 2008

Com base nos dados fornecidos pela mesma fonte, foram construídos até à data, 8.817 fogos ao abrigo do PER e 7.496 no âmbito do PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo) (Quadro 8.3).

Foram ainda construídos mais 318 fogos no âmbito do PER famílias, totalizando 9.135 fogos ao abrigo deste programa específico. Refira-se ainda, que na freguesia da Ajuda foram construídos mais 20 fogos para famílias recenseadas no PER com financiamento da CML (Quadro 8.3).

Quadro 8.3 – Total de fogos construídos ao abrigo do PER e do PIMP

Freguesias	Total de fogos construídos		TOTAL
	PER	PIMP	
Ajuda	178		178
Alcântara	248	724	972
Alto do Pina	110	141	251
Ameixoeira	1067		1067
Beato	451		451
Benfica	359	735	1094
Campo Grande	122	240	362
Campolide	232	126	358
Carnide		1289	1289
Graça	38		38
Lumiar	3276	149	3425
Marvila	737	3070	3807
Nossa Senhora de Fátima	384		384
Penha de França	474		474
Santa Maria dos Olivais	716	928	1644
São Domingos de Benfica	162	94	256
São João	263		263
PER Famílias	318		
Total Programa PER	9135	7496	16313

Fonte: CML/DMH/DGSPH, 2009

A freguesia onde foram construídos mais fogos para a globalidade dos dois programas, foi Marvila, facto que se prende com o grande peso de construção ao abrigo do programa PIM, registado nesta área geográfica. Constatando-se que o maior peso do PER ocorreu na freguesia do Lumiar.

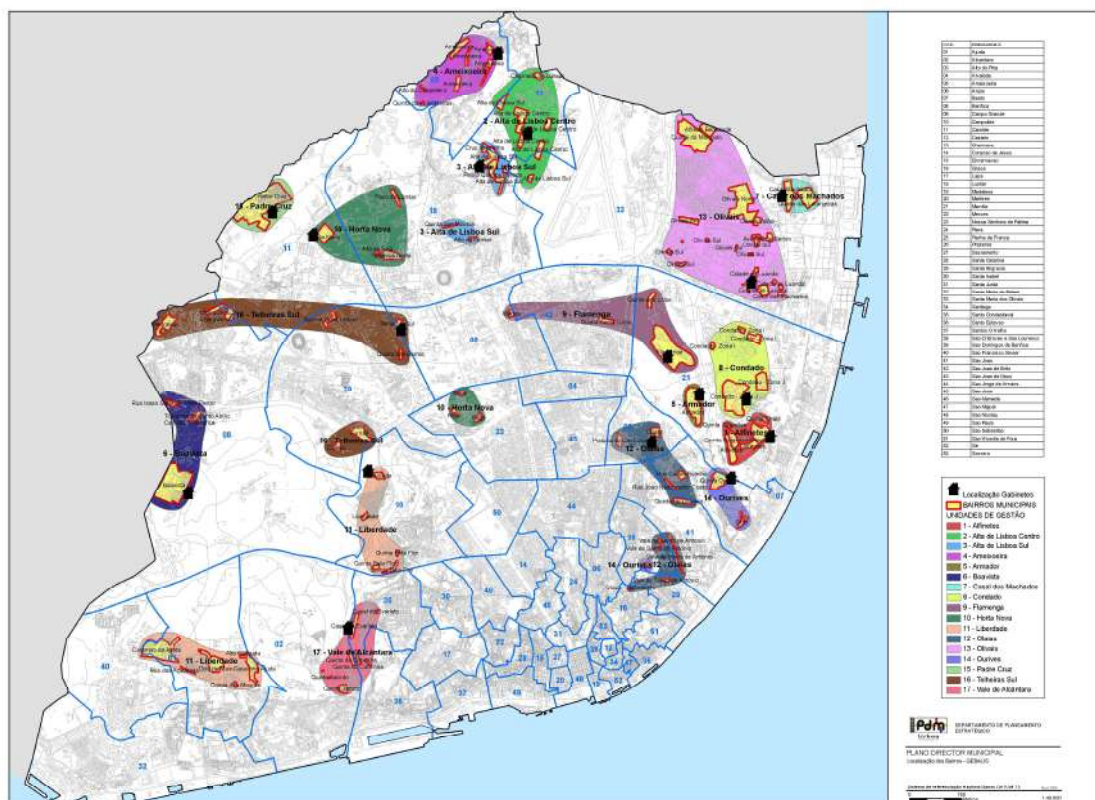
Programa PIMP		
Locais	Fogos	Agregados
Quinta do Serrado / Carnide	2	2
Pote D'Água / S. João de Brito	37	38
Quinta do Marquês de Abrantes / Bairro Chinês (Marvila)	2	2
Pátio Marialva / Marvila	1	1
Marvila	5	5
Quinta Montanha / Alto do Pina	18	18
Quinta Casinha Branca / Carnide	5	5
Total	70	71

Programa PER		
Locais	Fogos	Agregados
Rio Seco / Ajuda	21	22
Calçada de Santo Amaro / Alcântara	41	42
Rua Cruz alcântara/Alvito/Pereiras (Alcântara)	34	36
Av. de Ceuta / Alcântara	26	27
Casal Evaristo Cima / Stº Condestável	13	13
Quinta Bela Flor / Campolide	25	25
Trav. Rabicha/Quinta José Pinto (Campolide)	70	72
Quinta Calvanas/Pedreiras (Lumiar)	24	14
Curraleira/Cç. Carrascal/Rua S. Chelas / Beato	40	48
Quinta do Ferro / S. Vicente de Fora	33	33
Pote D'Água / S. João de Brito	107	11
Vila Amendoeira à Vila Ferro / Campolide	73	73
Bairro da Liberdade / Campolide	29	29
Quinta São Lourenço / Carnide	37	37
Total	573	482

Fonte: CML/DMH, 5 de Janeiro de 2009

Relativamente aos Bairros Municipais a sua gestão é efectuada por uma estrutura orgânica da edilidade, designada por GEBALIS. Na Figura 8.17 estão localizadas espacialmente as áreas de intervenção afectas a esta entidade.

Figura 8.17 – Áreas de Intervenção da GEBALIS



Fonte: Gebalis, Abril 2006

Quadro 8.4 – Número de fogos geridos pela GEBALIS, por Área de Intervenção

GABINETES BAIRRO	BAIROS	Nº FOGOS EXISTENTES	N.º FOGOS GBL	N.º FOGOS ALIENADOS	Nº LOTES
Alta Lisboa Centro	2	2.099	1.979	120	86
Alta de Lisboa Sul	4	1.510	1.325	185	70
Ameixoeira	3	1.116	1.116	0	110
Horta Nova	12	3.522	2.034	1.488	341
Padre Cruz	1	2.315	2.119	196	113
Boavista	6	1.887	1.830	57	129
Casalinho da Ajuda	5	1.281	890	391	114
Vale de Alcântara	9	1.526	1.393	133	109
Armador	1	1.336	1.065	271	68
Alfinetes	6	2.455	2.093	362	205
Olaias	8	1.924	1.776	148	134
Casal dos Machados	2	1.685	1.438	247	43
Olivais	7	3.866	1.261	2.604	269
Condado	1	2.726	1.812	914	122
Flamenga	3	1.698	1.234	464	132
Horta Nova	2	1.159	162	997	58
Boavista	3	1.751	1.712	39	86

Fonte: GEBALIS, 2009

Do total de fogos registados nas áreas de intervenção afectas à GEBALIS (33.856), 74,5% destes encontram-se directamente dependentes da gestão desta entidade, correspondendo em termos absolutos a 25.239 fogos. Reconhecendo-se nos Bairros localizados nas Zonas Norte Oriental e Oriental, o maior peso relativo de fogos, de respectivamente 22,8% e 19,5%, face ao total gerido por esta estrutura municipal (Quadro 8.4).

Programa EPUL Jovem

A Figura 8.18 apresenta a localização dos Programas EPUL Jovem, desenvolvidos e implementados pela EPUL, realçando a sua distribuição espacial ao longo do Eixo Central da cidade, indo da zona central mais antiga até à Coroa Norte.

Figura 8.18 – Zonas de Intervenção Epul Jovem



Quadro 8.5 – Número de fogos construídos, em construção e por construir pelo Programa EPUL Jovem, entre 1996-2006

EPUL JOVEM			
Localização	Fogos	Lojas	Escritórios
Construídos			
Paço do Lumiar	164	13	
Horta Nova	252	11	
Vale Stº António	304	15	
Horta Nova	268	20	
Telheiras Norte	50		
Quinta dos Barros	384	48	
Graça	46		
Telheiras Norte	216		
SUBTOTAL	1684	107	0
Em construção			
Praça de Entrecampos	306	22	21
Por construir			
Martim Moniz	130	11	2
Paço do Lumiar	84		
Praça de Entrecampos	306	22	21
SUBTOTAL	520		
TOTAL	2510	162	44

Fonte: EPUL, 1996-2008

Relativamente ao Programa EPUL Jovem, salienta-se apenas o dinamismo deste para um segmento de mercado muito específico, correspondendo sensivelmente a 9% do total de fogos construídos, no espaço temporal entre 1996 e 2006 (Fonte: INE; EPUL) (Quadro 8.5).

– Protocolo CML/FENACHE

A Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu em cooperação com a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação (FENACHE), programas que tiveram como base dois acordos: o primeiro celebrado a 12 de Junho de 1990, através da Proposta nº 431/90 e o segundo, estabelecido pela Proposta nº 278/98 (Deliberação nº 278/CM/98).

Este sistema de cooperação, visava estrategicamente a construção de 3.000 fogos a custos controlados, como forma de colmatar “uma limitada oferta de habitação pelo sector privado, com preços inacessíveis a um conjunto significativo de famílias de Lisboa” (1998, II Protocolo CML/FENACHE, alínea c), pg2) e a redução da saída de população, proveniente fundamentalmente da classe média baixa, para a periferia.

O programa definido pelo primeiro acordo previa o seguinte ritmo de cedências e de construção:

- Em 1990 – cedência de terrenos para 800 fogos, a lançar em 1991;
- Em 1991 – cedência de terrenos para 1000 fogos, a lançar em 1992;
- Em 1992 – cedência de terrenos para 1200 fogos, a lançar em 1993.

No caso particular do segundo acordo, não ficou definido o número de fogos e o respectivo faseamento de construção, a disponibilizar à população do município de Lisboa.

Segundo a informação disponibilizada pela CML/DMH, ao abrigo desses acordos, tiveram desenvolvimento no território urbano da cidade, as seguintes acções (conforme Figura 8.19):

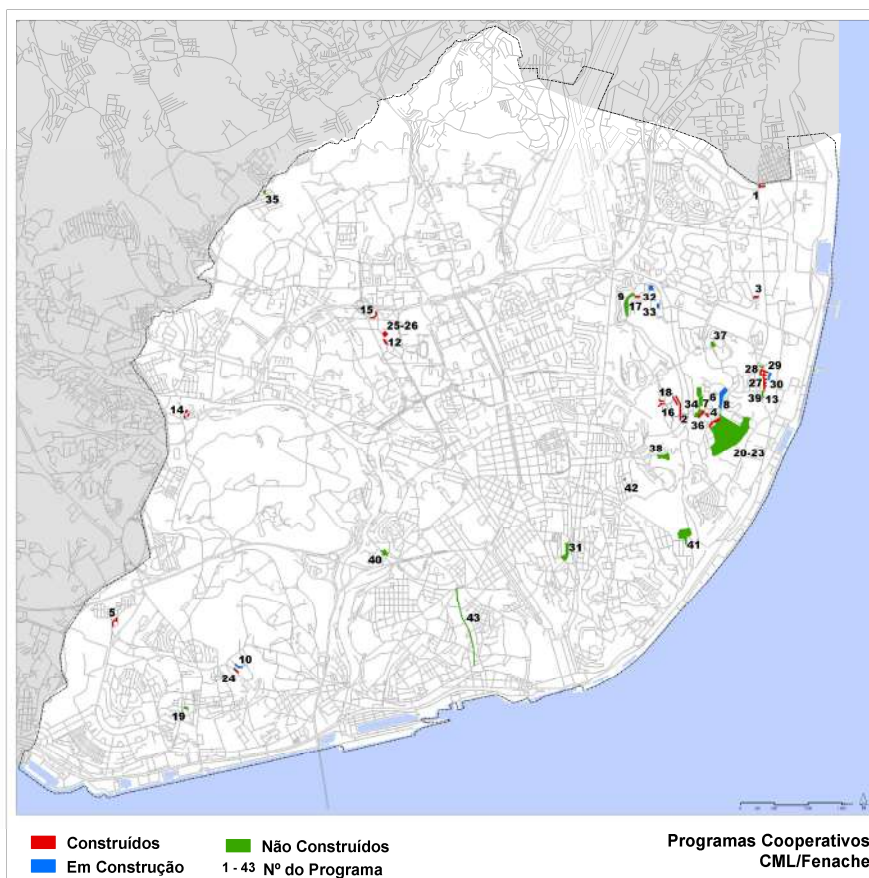
- Foram construídos 2.268 fogos, tendo a Câmara recepcionado como contrapartida 172 fogos, faltando recepcionar mais 33;
- Encontram-se em fase de construção 420 fogos, dos quais 50 fogos serão recepcionados como contrapartida e 22 adquiridos pela CML;
- Encontram-se em licenciamento 3 empreendimentos, que, na totalidade, irão originar a construção de 229 novos fogos, dos quais 30 serão entregues à CML como contrapartida;
- Encontram-se em estudo 14 novos empreendimentos, que, na totalidade, irão originar a construção de mais 1.176 novos fogos, dos quais 297 serão entregues à CML como contrapartida.

Grande parte dos empreendimentos estão localizados em Marvila, encontrando-se dispersos pela freguesia. Também, com algum peso, surgem os localizados na freguesia de São Domingos de Benfica, mais concretamente na Quinta dos Barros e Lactários. No caso dos primeiros, perfazendo um total de 20 empreendimentos, correspondentes a 2.482 fogos e nos segundos, um total de 4 empreendimentos e 369 fogos. Verifica-se que em ambas as situações, os fogos já se encontram na sua totalidade construídos.

Esta concentração de empreendimentos em Marvila veio contribuir para uma dinâmica de reequilíbrio sócio-urbano desta área da Cidade, fortemente marcada por programas de realojamento.

Tendo em conta que 4.093 fogos constituem o total dos fogos construídos, em construção e não construídos (em licenciamento ou em estudo), verifica-se que o objectivo inicial mais do que duplicou.

Figura 8.19 – Localização espacial geográfica dos programas cooperativos de acordo com a respectiva situação



– Outros Protocolos

Refira-se ainda, que ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado entre a empresa HSE e a autarquia, foram construídos 910 fogos na freguesia da Ameixoeira, contribuindo para criar, positivamente, um novo dinamismo sócio-urbanístico na área.

8.3 Dinâmicas do Mercado imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa

Valorização do mercado residencial de Lisboa

O Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa foi aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de Maio de 1994, ratificado pelo Governo em 14 de Julho de 1994 e publicado no Diário da Republica n.º 226, de 29 de Setembro de 1994.

Interessa assim, analisar a evolução do mercado residencial de Lisboa desde essa altura até aos dias de hoje.

Para isso iremos socorrer-nos dos Índices Confidencial Imobiliário que medem os níveis de valorização nominal desse mercado e que resultam do tratamento estatístico da oferta imobiliária registada no site Lardocelar.com, através do qual se obtêm microestatísticas sobre a oferta residencial.

A série histórica do Índice Confidencial Imobiliário remonta a 1988 e em Novembro de 2008 foi lançado pela C.I./ Imométrica, para a Cidade de Lisboa, os índices de valorização dos últimos 20 anos do mercado residencial, tendo por limite o 2.º Trimestre de 2008.

Assim, tendo por base um valor de investimento de €100.000,00 para o 2.º Trimestre de 1994, a aplicação do índice Confidencial Imobiliário transporta-nos para o valor nominal de €162.445,00, reportado ao 2.º Trimestre de 2008.

Considerando que o coeficiente de desvalorização da moeda, para o ano de 1994, de acordo com a Portaria n.º 362/2008 de 13 de Maio é 1,45, o valor base de €100.000,00 reportado também a 2008 é assim de €145.000,00 (Quadro 8.6).

Vê-se que ao longo deste período de 14 anos houve uma valorização real de (€162.445,00 - €145.000,00 = €17.445,00), a que corresponde um ganho real de 17,45% para esse período, ou seja um ganho real médio de 1,24% ao ano.

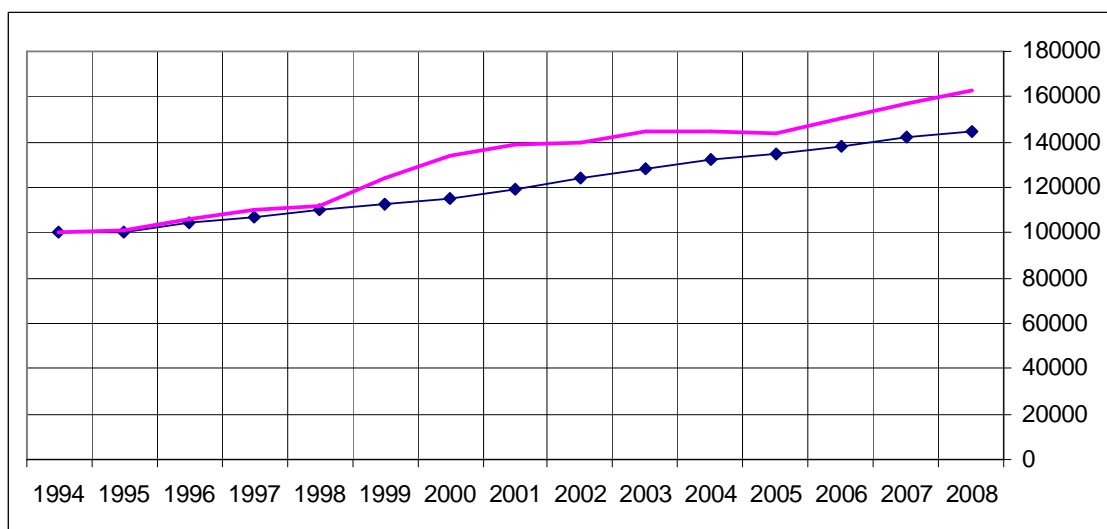
Vê-se ainda que durante os anos de 1994 a 1998 a variação dos ICI (Índices Confidencial Imobiliário) e dos ICM (Índices de Correção Monetária) crescem de forma homogénea e que a partir do ano de 1988 os ICI aceleram fortemente, desacelerando entre os anos de 2001 e 2005 e que a partir de 2005 voltam novamente a acelerar (Figura 8.20).

Quadro 8.6 - Tabela comparativa da evolução do mercado residencial de Lisboa / desvalorização da moeda.

ANO	Trimestre	ICI	IClx100000	ICM	ICMx100000	Diferença
2008	2T	111,6	162445	1,45	145000	17445
2007	2T	107,6	156623	1,42	142000	14623
2006	2T	103,5	150655	1,38	138000	12655
2005	2T	99	144105	1,35	135000	9105
2004	2T	99,6	144978	1,32	132000	12978
2003	2T	99,6	144978	1,28	128000	16978
2002	2T	96,1	139884	1,24	124000	15884
2001	2T	95,5	139010	1,19	119000	20010
2000	2T	92,2	134207	1,15	115000	19207
1999	2T	85,4	124309	1,13	113000	11309
1998	2T	77	112082	1,1	110000	2082
1997	2T	75,7	110189	1,07	107000	3189
1996	2T	72,7	105822	1,04	104000	1822
1995	2T	69,5	101164	1	100000	1164
1994	2T	68,7	100000		100000	0
ICI = Índice Confidencial Imobiliário para Lisboa						
ICM = Índice de Correção Monetária						
Valor de Referência = 100.000 euros reportados a 1994						

Fonte: Confidencial Imobiliário, 2008

Figura 8.20 - Gráfico comparativo da evolução do mercado residencial de Lisboa / desvalorização da moeda.



Oferta de alojamentos na Área Metropolitana de Lisboa

De acordo com as estatísticas Confidencial Imobiliário, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) possuía, no final do 2º trimestre de 2008, cerca de 193,3 mil alojamentos em oferta, este valor reflecte um aumento de 8% face ao trimestre anterior.

O maior volume de oferta regista-se no município de Lisboa, com mais de 33 mil imóveis disponíveis, representando 17% da oferta residencial da AML. Na variação entre trimestres, Lisboa aumentou a sua oferta em 6%, de acordo com o SIR (Sistema de Informação Residencial, 1º trimestre de 2008). As freguesias do Castelo e Lumiar são as áreas de Lisboa com maior volume de oferta, com 1,8 mil registos, seguidos de Benfica/Carnide, Zona Oriental e Stª: Maria dos Olivais.

Os dezoito municípios da AM Lisboa têm em média 10,7 mil alojamentos em oferta, acima deste valor médio encontram-se seis municípios, Lisboa, Cascais, Sintra, Seixal, Almada e Oeiras, onde se encontra concentrada 2/3 da oferta residencial da área metropolitana. Entre os dois primeiros trimestres de 2008, todos estes municípios aumentaram o número de alojamentos disponíveis, sendo este acréscimo mais expressivo nos municípios do Seixal e de Almada, ultrapassando a fasquia dos 10%.

No 2º trimestre de 2008, o valor médio de oferta dos fogos da AML era de 1.651 €/m². A variação registada entre os dois primeiros trimestres do ano foi de apenas 0,1%. Lisboa é o município com valores médios de oferta mais elevados, a registar um aumento de 0,7%, atingindo os 2.384 €/m² no 2º trimestre de 2008.

A nível de freguesias do município de Lisboa, no primeiro trimestre de 2008, verificam-se os valores mais elevados do preço médio/m² de oferta de habitação para venda, nas freguesias da Lapa (2.900€/m²), S. Sebastião da Pedreira (2.850€/m²), N.ª. Sr.ª de Fátima (2.750€/m²) e S. Francisco de Xavier (2.700€/m²) (Figuras 8.21 e 8.21A). Curiosamente, constata-se que destas, apenas a freguesia de S. Sebastião da Pedreira apresenta, igualmente, um preço médio/m² de habitação para arrendamento bastante elevado logo seguido de Campolide. (Figuras 8.22 e 8.22A).

Figura 8.21 – Preço médio por m² de venda da habitação

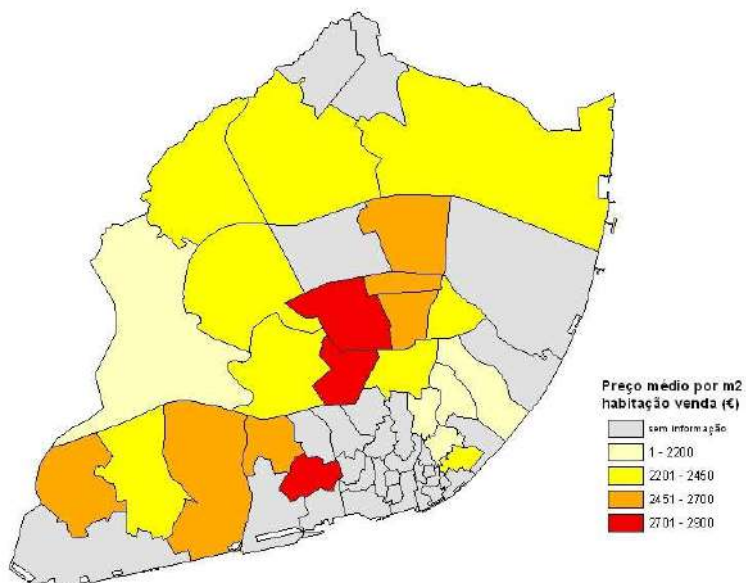
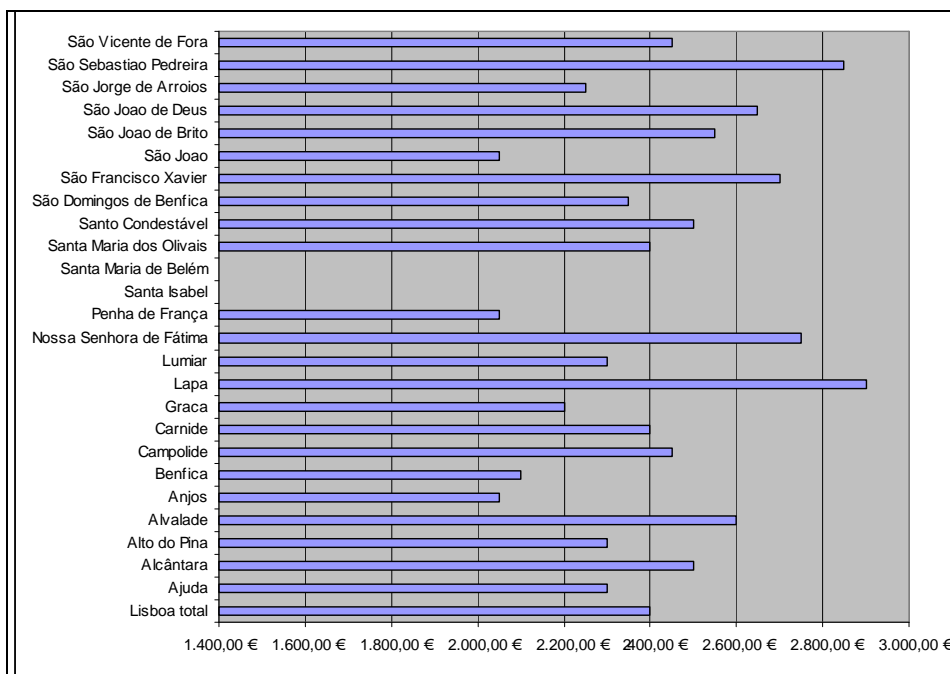


Figura 8.21A – Preço Médio por m² de Oferta Habitação para Venda



Fonte: Confidencial Imobiliário, 2008

Figura 8.22 - Preço médio por m² de arrendamento da habitação

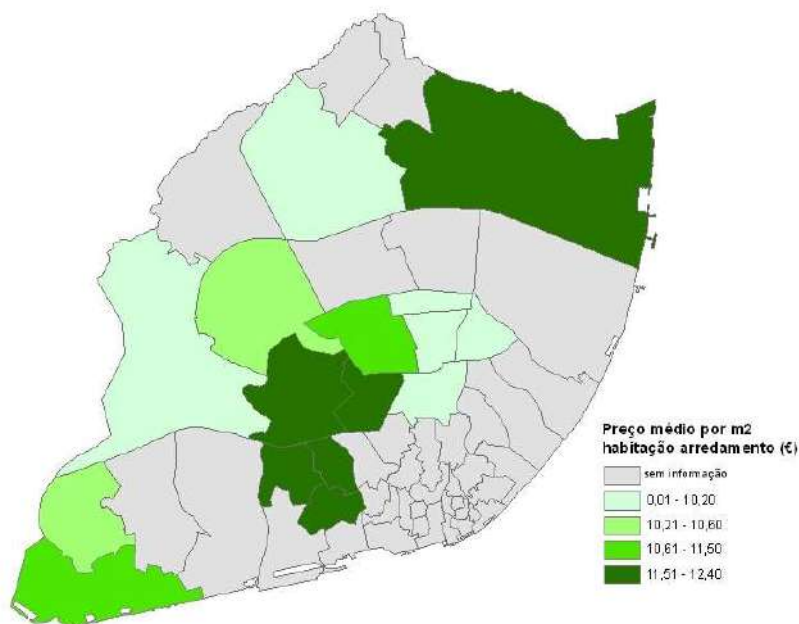
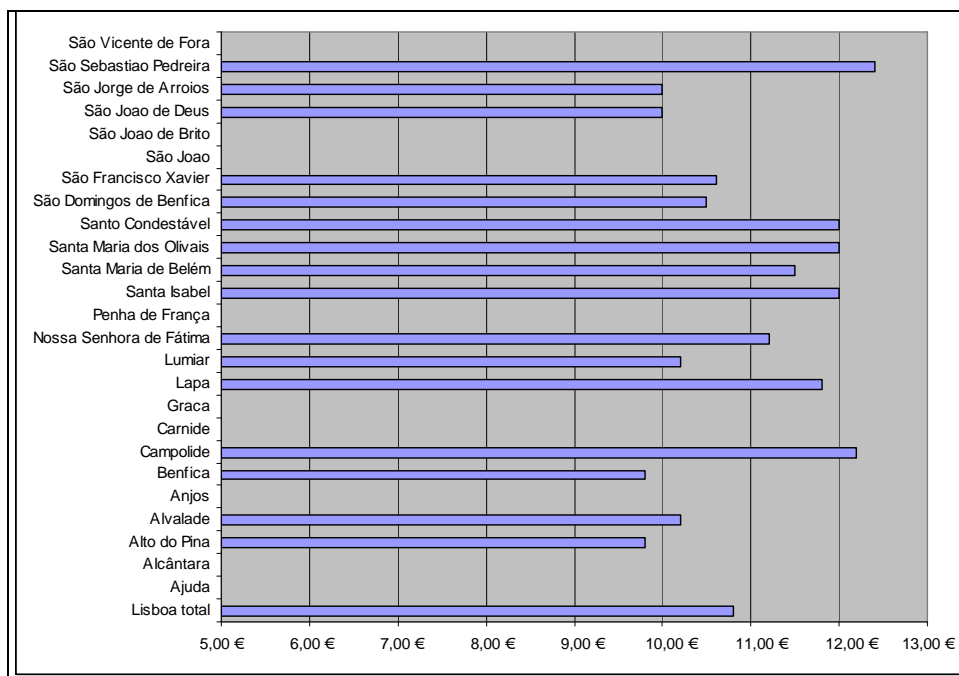


Figura 8.22A – Preço Médio por m²/mês de Oferta Habitação para Arrendamento



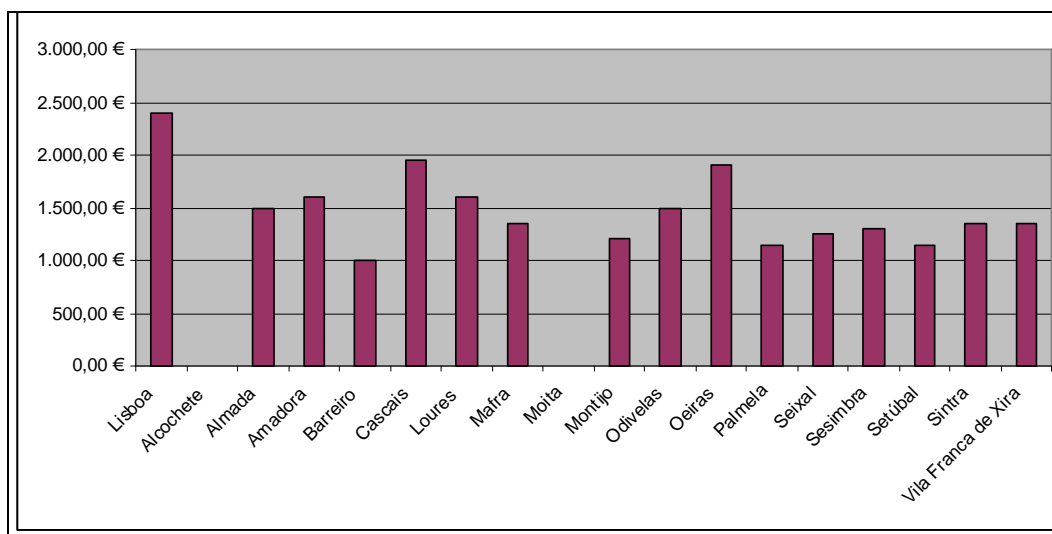
Fonte: Confidencial Imobiliário, 2008

Acompanhando Lisboa, entre os mais caros estão Cascais e Oeiras, com valores médios acima de 1,9 mil €/m². Estes três municípios representam cerca de 38% da oferta residencial registada no 2º

trimestre do ano. Mas ao contrário de Lisboa verificou-se, nos restantes dois municípios, uma redução nos valores médios com uma descida de 0,2% em Cascais e de 0,3% em Oeiras.

No intervalo de valores de 1,6 a 1,3 mil €/m² encontram-se oito municípios da AM de Lisboa; Odivelas, Loures e Amadora situam-se acima de 1,5 mil €/m², no entanto, entre os dois últimos trimestres sofreram reduções nos valores médios em oferta, com a maior redução de valores da área metropolitana a ser protagonizada por Odivelas, descendo 0,9% (Figura 8.21B).

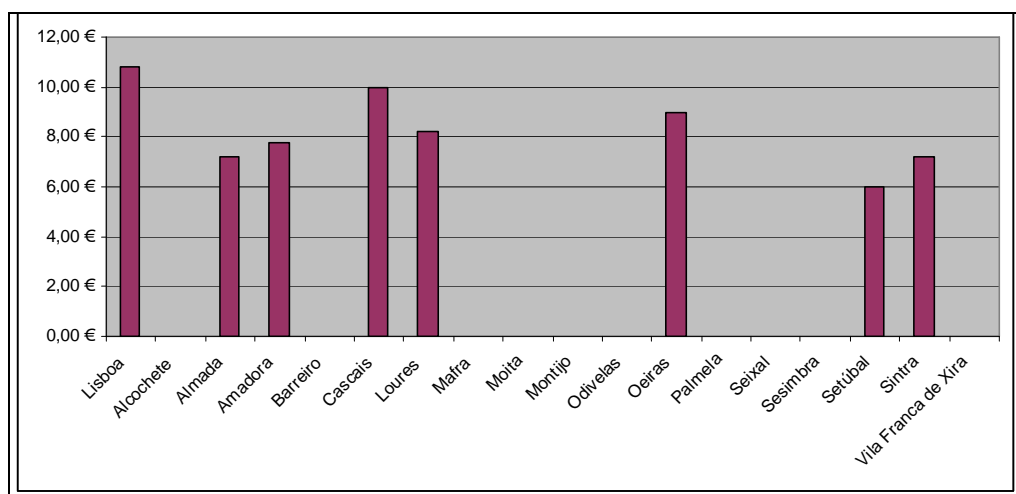
Figura 8.21B – Preço Médio Oferta de Venda



Fonte: Confidencial Imobiliário, 2008

Quanto ao preço médio/m² de habitação para arrendamento na AML, verifica-se que, como seria de esperar, os valores mais elevados ocorrem em Lisboa, Cascais e Oeiras (Figura 8.22B). Em situação inversa, constata-se que o valor mais baixo, na amostra disponível, surge no concelho de Setúbal.

Figura 8.22B – Preço Médio Oferta Arrendamento



Fonte: Confidencial Imobiliário, 2008

Mais do que analisar os stocks e os valores de mercado num dado momento, para os agentes que participam no mercado imobiliário importa que se proceda a uma análise à dinâmica do mercado que é marcada pelos movimentos de entrada e saída de fogos no mercado.

Para uma melhor caracterização destes movimentos de mercado, optou-se pela segmentação entre alojamentos usados e novos.

Comportamento dos Usados

Até ao 1º semestre de 2007, o segmento de mercado dos alojamentos usados foi caracterizado por um fluxo crescente de novas ofertas (dadas pelas entradas de fogos no mercado), contando nesse momento com uma taxa de 21% (face ao stock).

O movimento de entradas desacelerou após este momento, com o registo no semestre seguinte de uma taxa de novas ofertas de 15%. Já na primeira metade de 2008 esta taxa teve um ligeiro aumento, atingindo 17%. Apesar deste aumento no 1º semestre de 2008, o ritmo de novas ofertas manteve-se abaixo do observado em 2007. Este comportamento significa que as famílias terão menores expectativas de mudar de casa, travando o ritmo de colocação à venda da sua residência actual.

Durante todo o período em análise (de 2006 ao 1º semestre de 2008) o ritmo de novas ofertas foi sempre superior ao ritmo de “procura” (*dado pela relação entre os fluxos de saídas e o stock em oferta na base de dados CI/LardoceLar.com*).

De acordo com o SIR, para o primeiro trimestre de 2008 verifica-se que em Lisboa o mercado dos usados representam 55% da oferta referente ao conjunto dos municípios de Lisboa, Cascais e Oeiras.

Comportamento dos Novos

O segmento de mercado dos alojamentos novos denota maior estabilidade do que o dos usados, embora, tal como no caso do primeiro segmento de mercado aqui tratado, o 1º semestre de 2007 marca o começo de um período de desaceleração.

A taxa de “procura” arrancou de um valor mínimo (8%) no 1º semestre de 2006, evoluindo num sentido favorável ao longo dos dois semestres seguintes, alcançando o valor máximo de 13% no 1º semestre de 2007.

Face à realidade de 2006, este segmento beneficia de uma redução da taxa semestral de novas ofertas, acompanhada de um ligeiro aumento da taxa semestral de “procura”.

A confirmar esta evolução está a redução do número de licenças concedidas para a construção de habitação nova. Segundo dados do INE o volume de licenciamento em habitação nova para a AML tem vindo a diminuir, atingindo no 1º semestre de 2008 o valor mínimo dos últimos dois anos.

Tempos Médios de Absorção

Efectuar uma análise aos tempos médios de absorção numa perspectiva temporal alargada, permite avaliar o ritmo ao qual os fogos, usados e novos, são absorvidos pelo mercado.

Pela análise efectuada anteriormente, o ano de 2007 marcou o início de um período de desaceleração no mercado residencial. Assim, os tempos médios de absorção tendem a crescer, como consequência do abrandamento da procura de imóveis.

A média dos tempos de absorção na AM Lisboa nos últimos dois anos e meio foi de 7,8 meses nos fogos usados e 8,2 meses no caso dos novos. Ao longo deste período o segmento de mercado dos usados tem tempos de absorção mais baixos face ao segmento dos novos.

Esta tendência só se alterou no 1º trimestre de 2008, com a inversão desta relação a tornar-se mais favorável aos alojamentos novos.

No final de 2007, o número de meses de absorção dos fogos em oferta na AML atingiu um valor máximo, subindo para 10 meses nos usados e 11 meses nos novos. Durante 2008 assiste-se a uma curta recuperação em relação ao ano anterior, com uma redução para 9 meses do tempo médio de absorção em ambos os segmentos de mercado.

Lisboa, Cascais e Oeiras, são dos municípios da área metropolitana a evidenciar melhores tempos de absorção. No caso de Lisboa e Oeiras o tempo médio de absorção nos fogos usados foi de 7 meses no 2º trimestre de 2008. Somente Odivelas e Alcochete conseguiram melhor resultado, com 6 meses.

Relativamente aos fogos novos, os três municípios acima mencionados apresentam desempenhos menos favoráveis, embora acompanhando a média da AML, com 9 meses em Lisboa e Cascais e 8 meses em Oeiras.

Aspirações existentes no Mercado da Procura de Habitação na AML

De acordo com o estudo efectuado sobre a caracterização do mercado da procura de habitação na AML (Fonte: Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa, CML, 2004),

efectuado com base em inquéritos telefónicos realizados a uma amostra representativa da população residente na AML e no município de Lisboa, destaca-se a valorização dada a alguns atributos do produto imobiliário que surgem como decisivos no processo final de aquisição. Destes, salientam-se a importância dada ao espaço social da habitação (sala) e à existência de espaços adicionais à mesma, com particular relevância para a garagem (Figuras 8.23 e 8.24).

Figura 8.23 – A Divisão Mais Importante da Casa

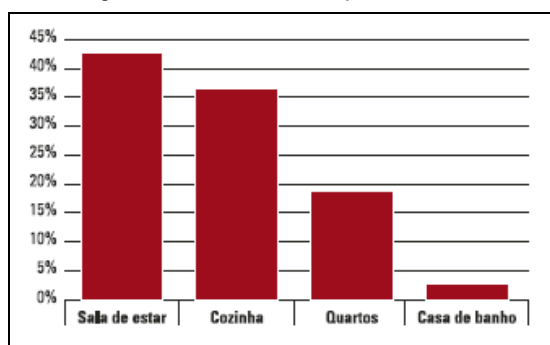
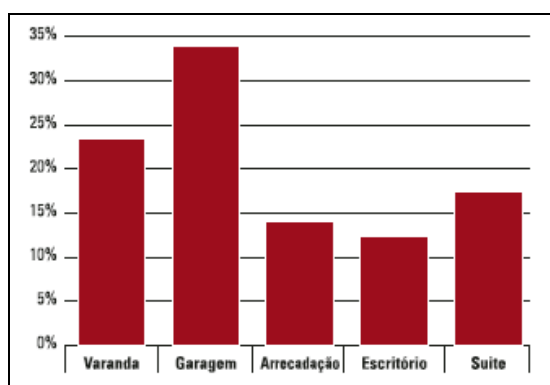


Figura 8.24 – Espaços Adicionais que mais Valoriza



Fonte: CML, Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa, Outubro 2004, pg 101

Fluxos Migratórios das Famílias

Tendo por base o Serviço Transfer dos CTT, segundo o qual as famílias e as empresas podem receber numa nova morada a correspondência que tenha sido remetida para uma outra morada onde residiam anteriormente, a Confidencial Imobiliário/Imométrica, recolheu e tratou os dados relativos ao universo das famílias que subscreveram esse serviço, no período de 2005 a Setembro de 2008, para a Área Metropolitana de Lisboa e respectivos municípios, totalizando 47.445 registos.

A leitura dos dados deve ter presente que estes correspondem apenas ao universo de fluxos de famílias que subscreveram o Serviço Transfer dos CTT. De igual modo, o apuramento do número de pessoas é feito de acordo com o número de membros dos agregados familiares inscritos no serviço.

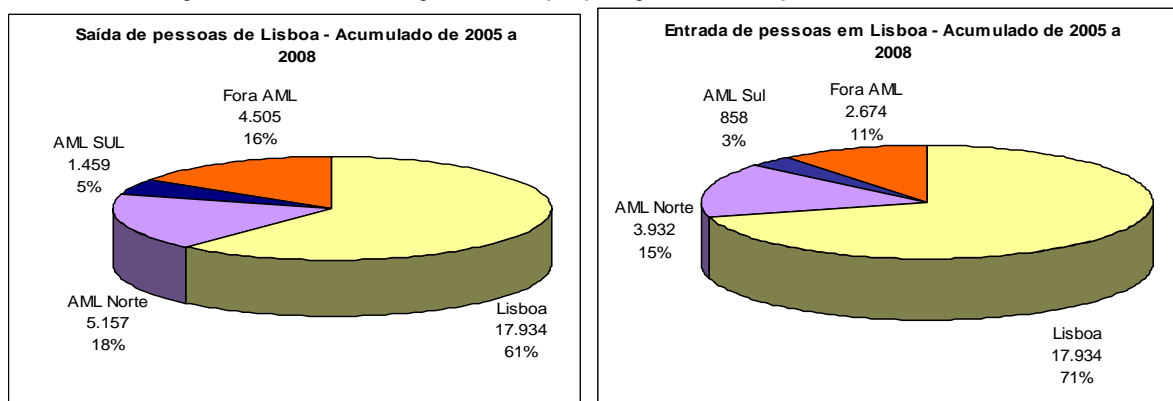
Quadro 8.7 – Evolução e Variação da População Residente na AML - 1981 a 2001, Estimativa da População do INE para 2007 e Fluxos Migratórios da População registada nos Serviços dos CTT

Unidade Territorial	POPULAÇÃO*							Fluxos Migratórios dos Serviços dos CTT**		
	1981	1991	Variação	2001	Variação	2007	Variação	Entradas	Saídas	Variação
Mafra	43.899	43.731	-168	54.358	10.627	68.709	14.351	2.584	1.762	822
Amadora	163.878	181.774	17.896	175.872	-5.902	173.413	-2.459	3.235	3.742	-507
Cascais	141.498	153.294	11.796	170.683	17.389	186.947	16.264	8.299	7.923	376
Lisboa	807.937	663.394	-144.543	564.657	-98.737	499.700	-64.957	25.398	29.055	-3.657
Loures	276.467	192.143	-84.324	199.059	6.916	196.467	-2.592	4.159	4.537	-378
Odivelas	n.d.	130.015	n.d.	133.847	3.832	151.358	17.511	3.040	2.938	102
Oeiras	149.328	151.342	2.014	162.128	10.786	171.472	9.344	6.439	6.502	-63
Sintra	226.428	260.951	34.523	363.749	102.798	437.471	73.722	9.129	10.797	-1.668
Vila Franca de Xira	88.193	103.571	15.378	122.908	19.337	140.091	17.183	2.861	2.691	170
Grande Lisboa	1.897.628	1.880.215	-17.413	1.947.261	67.046	2.025.628	78.367	65.144	69.947	-4.803
Alcochete	11.246	10.169	-1.077	13.010	2.841	16.813	3.803	765	611	154
Almada	147.690	151.783	4.093	160.825	9.042	166.148	5.323	4.187	4.141	46
Barreiro	88.052	85.768	-2.284	79.012	-6.756	78.277	-735	1.843	1.901	-58
Moita	53.240	65.086	11.846	67.449	2.363	71.374	3.925	1.220	1.361	-141
Montijo	36.849	36.038	-811	39.168	3.130	41.210	2.042	1.229	1.068	161
Palmela	36.933	43.857	6.924	53.353	9.496	61.758	8.405	1.161	980	181
Seixal	89.169	116.912	27.743	150.271	33.359	173.406	23.135	2.990	3.164	-174
Sesimbra	23.103	27.246	4.143	37.567	10.321	50.236	12.669	1.668	1.303	365
Setúbal	98.366	103.636	5.270	113.934	10.298	123.564	9.630	503	429	74
Península de Setúbal	584.648	640.495	55.847	714.589	74.094	782.786	68.197	15.566	14.958	608
Área Metropolitana	2.482.276	2.520.710	38.434	2.661.850	141.140	2.808.414	146.564	80.710	84.905	-4.195

* Fonte: INE Portugal, Censos 1981, 1991 e 2001 e Estimativas da População Residente, 2007

** Dados Confidencial Imobiliário (2005-2008)

Figuras 8.25 e 8.26 - Fluxos Migratórios da População registada nos Serviços dos CTT- Saídas e Entradas



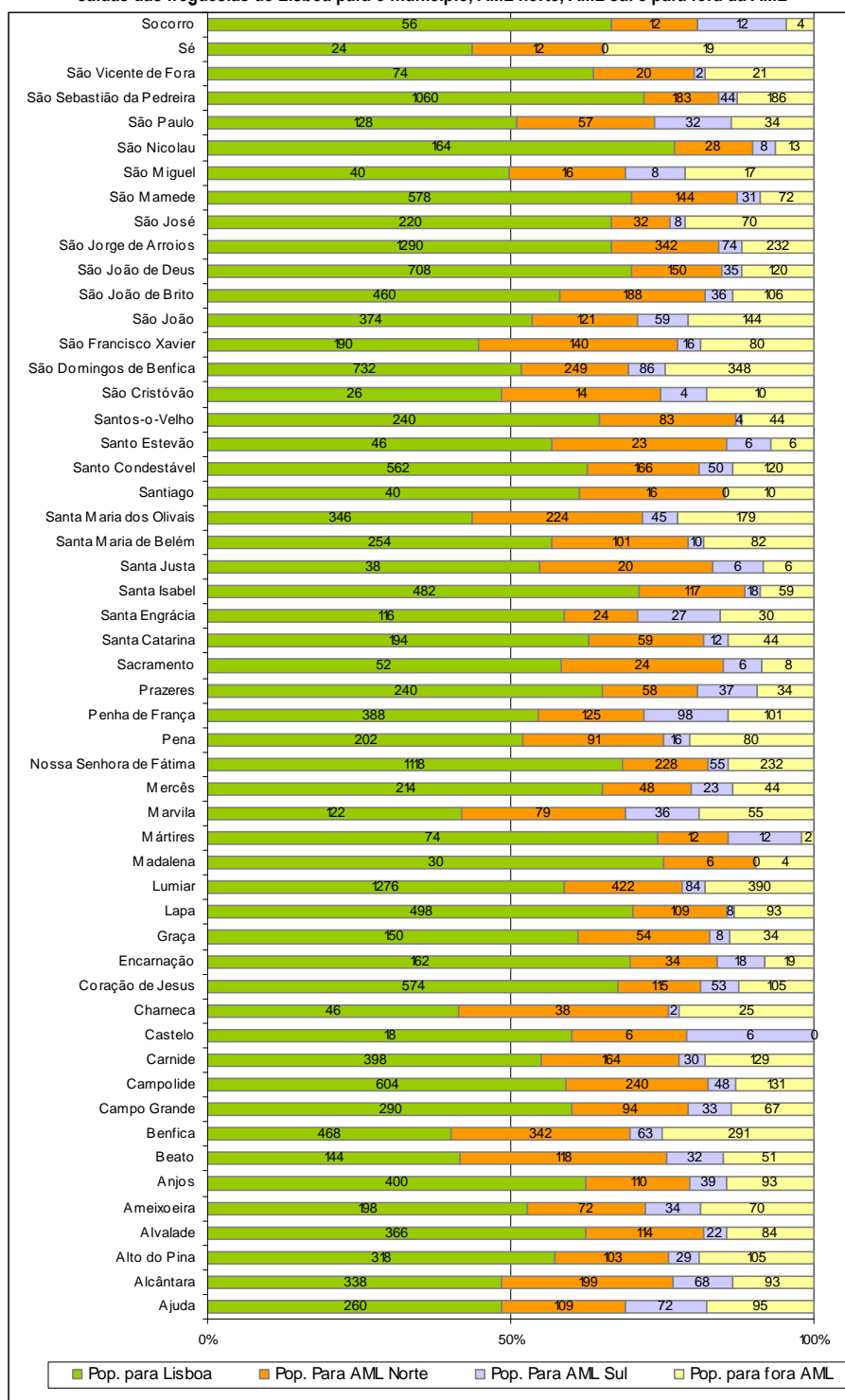
Fonte: Dados Confidencial Imobiliário (2005-2008)

De acordo com esta amostra, verifica-se que na Área Metropolitana de Lisboa os municípios onde a tendência é de um aumento significativo dos seus quantitativos de população são: Mafra (822), Alcochete (154), Palmela (181), Montijo (161) e Setúbal (74). Em situação inversa, reconhece-se um decréscimo expressivo nos municípios da Amadora, de Lisboa, de Sintra e da Moita (Quadro 8.7). Comparando estes dados com as previsões do INE para 2007, verifica-se que há uma inversão de tendência para os Municípios de Oeiras, Sintra, Moita e Seixal, o mesmo acontecendo para a

totalidade da Área Metropolitana de Lisboa, para a qual se previa uma tendência de aumento da população e que de acordo com os dados dos fluxos migratórios essa tendência é de diminuição.

Considerando ainda a amostra recolhida, os fluxos migratórios à freguesia, são elucidativos na figura seguinte:

Figura 8.27 – Fluxos migratórios da população registada nos Serviços dos CTT, por freguesia, saídas das freguesias de Lisboa para o município, AML norte, AML sul e para fora da AML



Fonte: Confidencial e Imobiliária, 2008

Constatando-se que as freguesias do S. Jorge de Arroios, Lumiar, N.º Sr.ª. de Fátima, e S. Sebastião da Pedreira são aquelas onde se observa maiores fluxos de saída de população para o município de Lisboa, independentemente da freguesia de destino, sendo de respectivamente 1290, 1276, 1118 e 1160 (Figura 8.27).

Relativamente às saídas para AML constata-se um maior peso relativo de saídas para a AML Norte (78,3%) face à AML Sul (21,7%). No caso da primeira situação, nota-se que a principal proveniência da população tem origem nas freguesias do Lumiar (422) e S. Jorge de Arroios (342). Na segunda, identifica-se a freguesia da Penha de França como sendo a que origina maiores fluxos.

Verificando, ainda, ocorrerem aproximadamente 15% para fora da AML, face ao total de fluxos registados, cujas origens são atribuídas em maior peso às freguesias do Lumiar e S. Domingos de Benfica, com respectivamente 390 e 348 registos.

A nível das unidades agregadas, remete-se para a leitura da Figura 8.28, referente aos fluxos migratórios da população das saídas para o município de Lisboa, AML norte, AML sul e para fora da AML.

Figura 8.28 – Fluxos Migratórios da População (entre 1991 e 2001)

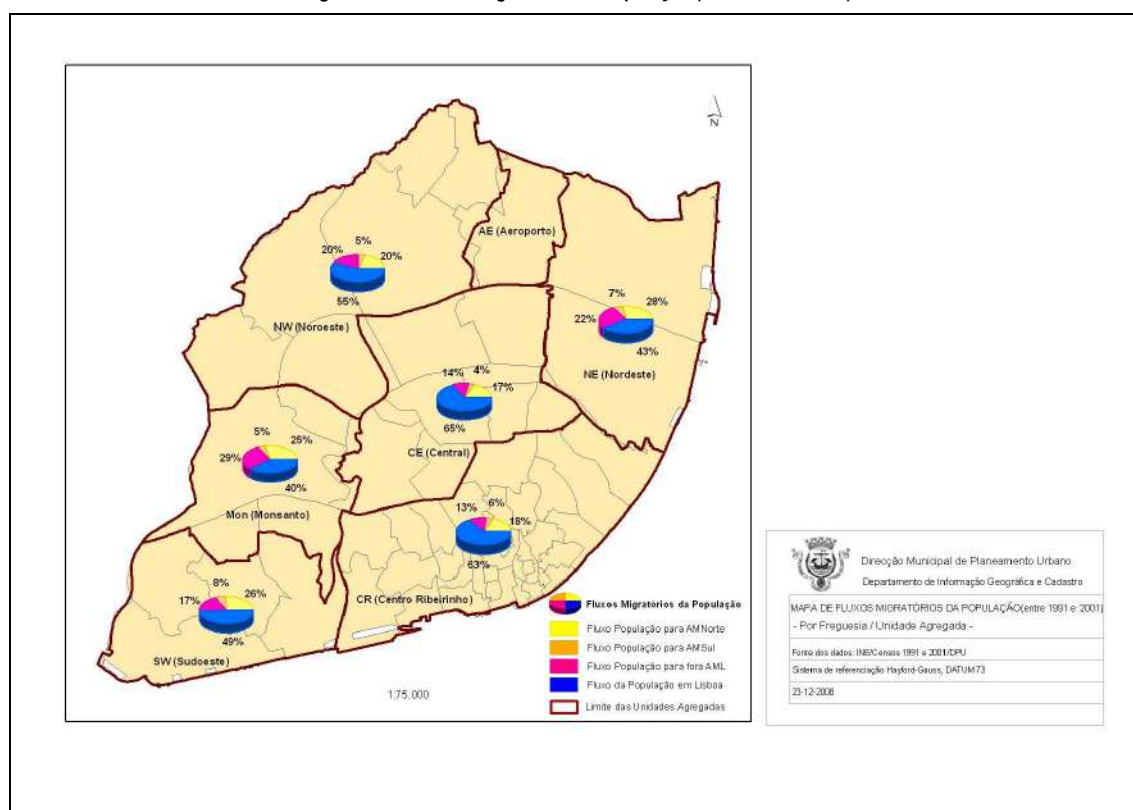
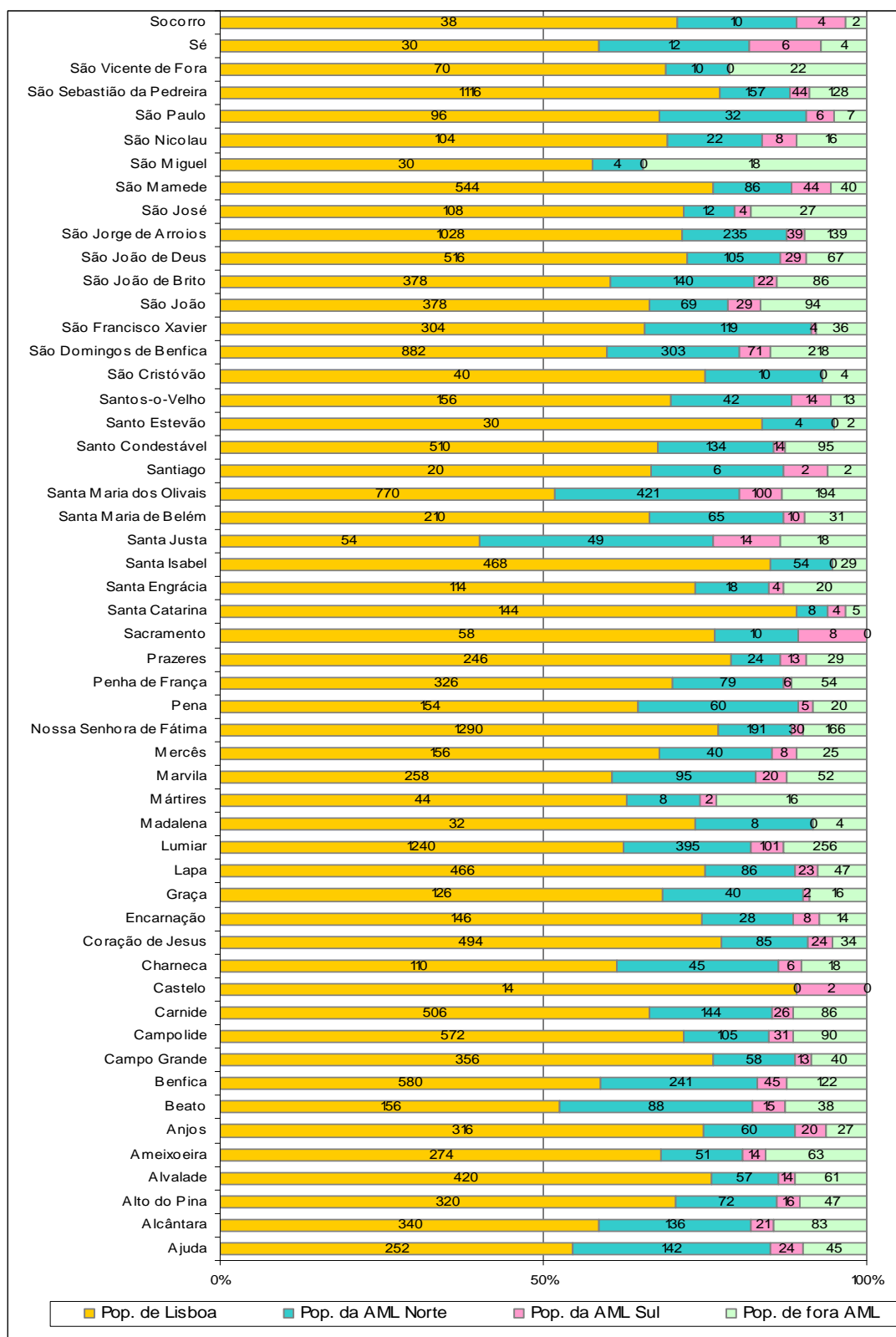


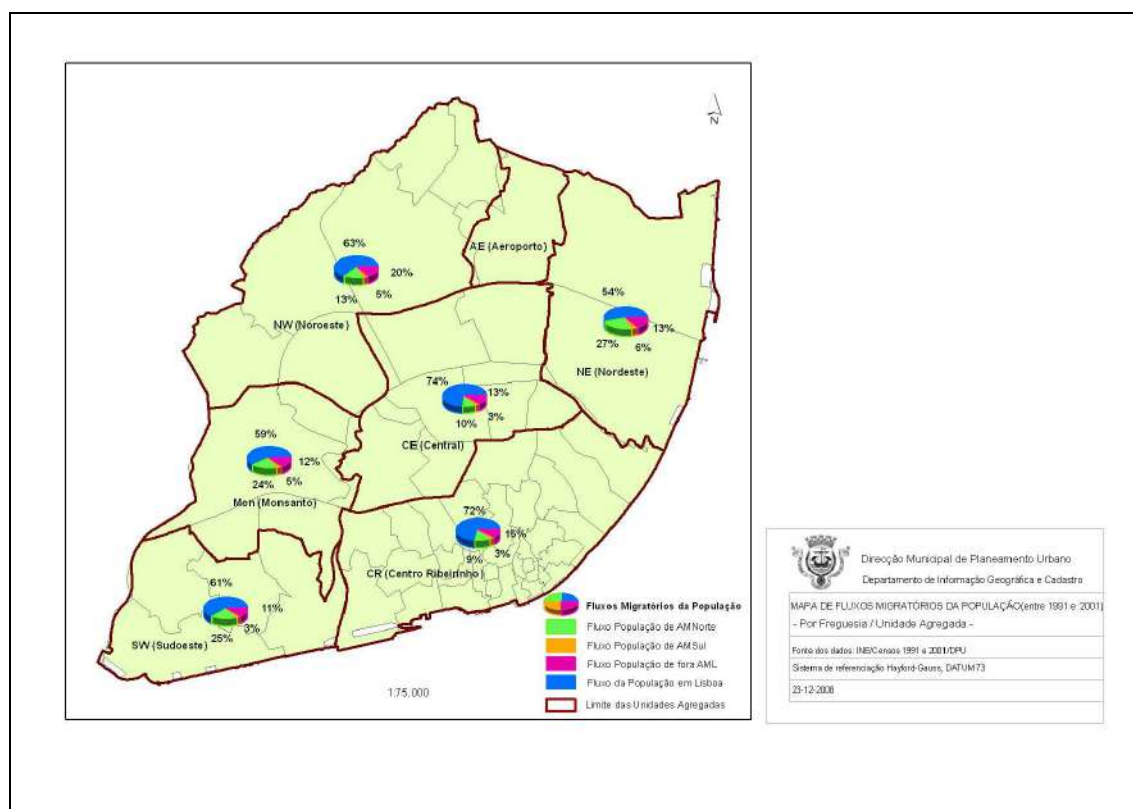
Figura 8.29 – Fluxos migratórios da população registada nos Serviços dos CTT, por freguesia, entradas para as freguesias de Lisboa



Fonte: Confidencial e Imobiliária, 2008

Em oposição, nas Figuras 8.29 e 8.30 pode observar-se a tendência dos fluxos migratórios da população, para a cidade, de acordo com a sua proveniência, da Área Metropolitana (Norte/Sul) e de fora desta.

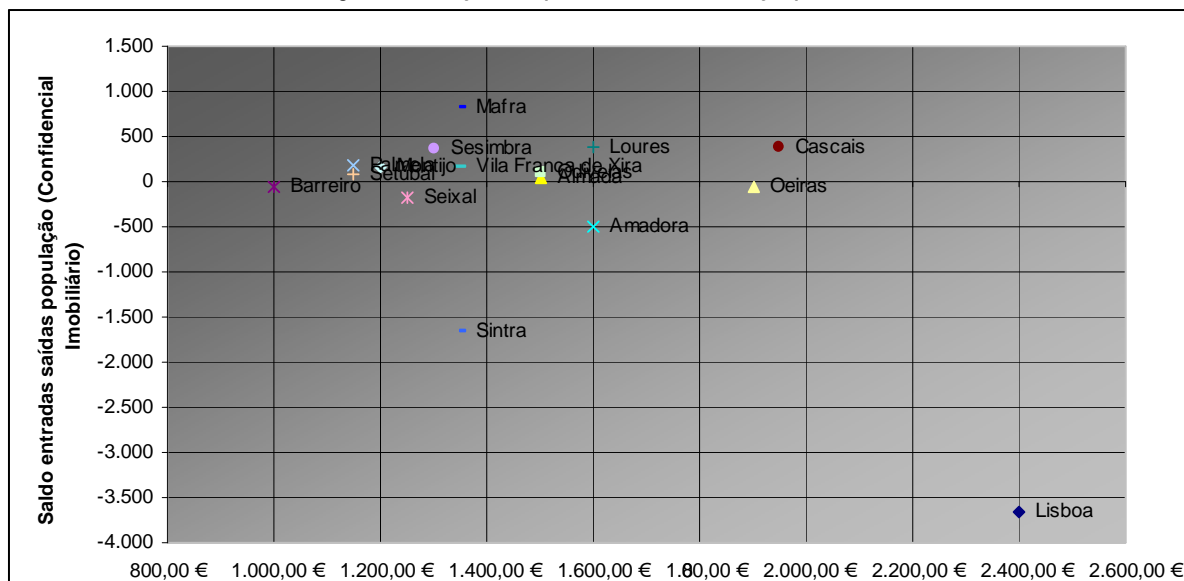
Figura 8.30 - Fluxos Migratórios da População (entre 1991 e 2001)



Fonte: CML/DPU e INE - Censos 1991 e 2001

Uma análise comparativa entre os saldos de entradas e saídas da população e o preço médio de oferta de venda na AML, reflecte uma ausência de padrão, conforme se constata na Figura 8.31.

Figura 8.31 – Preço médio por m² de oferta de habitação para venda



9 EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

9.1 Saúde

A rede de equipamentos de uso colectivo direccionados para a prestação de cuidados ao nível da saúde existentes no território nacional e no município de Lisboa, em particular, encontram-se sintetizados no Quadro 9.1.

Quadro 9.1 - Equipamentos de Saúde

	Nº de Hospitais (oficiais e privados)			Centros de Saúde			Extensões dos Centros de Saúde			Farmácias		
	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa
1992	215	66	48	384	45	26	2.017	103	39	2.502	556	93
1993	207	59	41	383	43	24	2.080	127	41	2.515	558	340
1994	202	58	42	388	43	24	2.052	116	41	2.520	559	340
1995	200	58	41	383	36	17	2.014	101	38	2.528	559	340
1996	211	59	41	382	36	17	2.042	118	42	2.532	559	340
1997	215	58	40	386	36	17	2.076	118	40	2.539	560	340
1998	215	58	40	388	36	17	2.016	113	41	2.544	560	340
1999	215	58	40	390	37	17	1.966	101	34	2.546	560	340
2000	---	---	---	393	37	17	1.962	103	35	2.560	563	339
2001	217	57	41	392	37	17	1.953	104	35	2.556	561	333
2002	213	52	42	391	38	17	1.941	111	31	2.566	569	321
2003	204	54	40	393	38	17	1.945	112	31	2.693	593	314
2004	209	54	40	376	38	17	1.940	111	32	2.759	604	311
2005	204	53	39	379	38	17	1.930	108	30	2.775	605	308

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

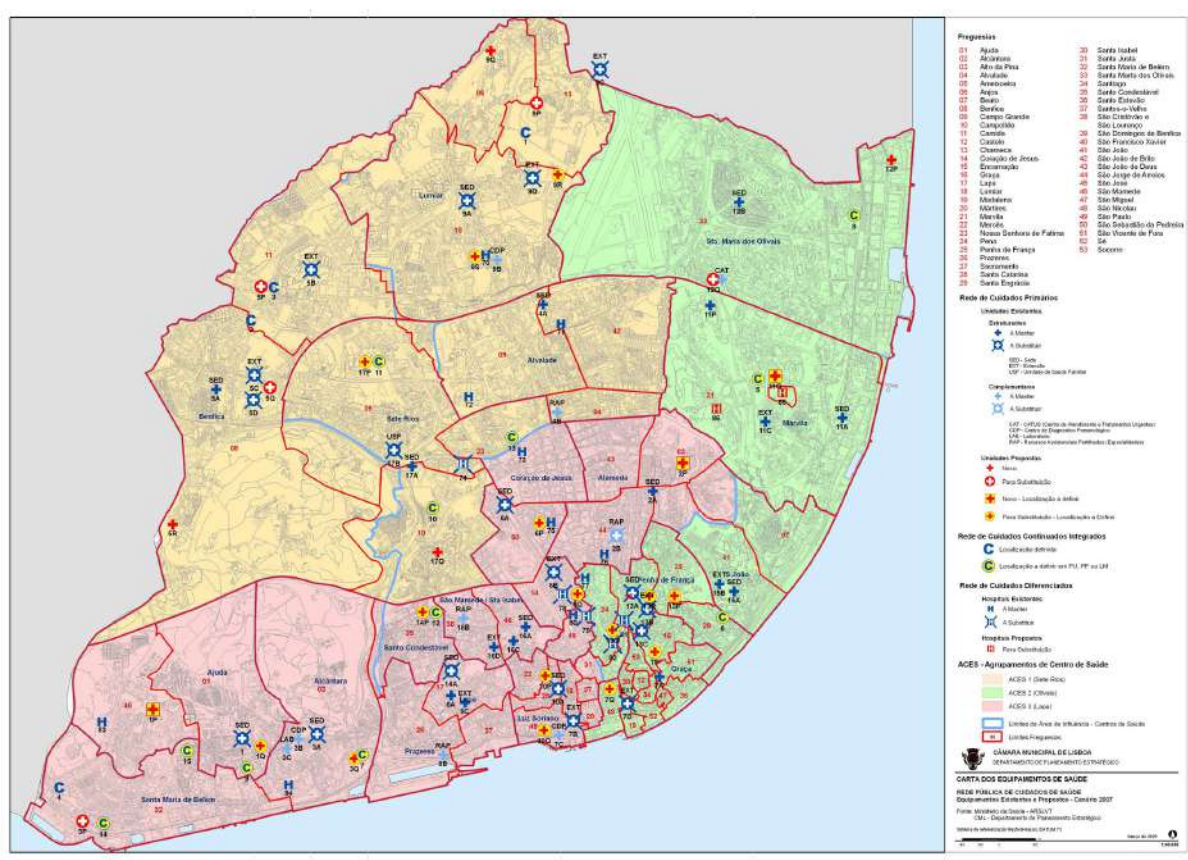
A rede de Centros de Saúde, direccionados para a prestação de cuidados primários era constituída em 2005 por 379 Centros de Saúde distribuídos pelo território nacional, dos quais 10% concentravam-se na Região da Grande Lisboa e destes, aproximadamente, 45% localizavam-se no município de Lisboa.

Ao longo dos anos 90 e da primeira década do século XXI registaram-se algumas oscilações no número de Centros de Saúde existentes no contexto nacional, verificando-se contudo, uma maior estabilidade no quantitativo em funcionamento ao nível do município e da Região de Lisboa. A esta situação não é alheia algumas alterações impostas pela entidade que tutela estes equipamentos, no sentido de redefinir a rede de Centros de Saúde face à realidade demográfica existente.

No contexto da cidade de Lisboa (Figura 9.1), a localização geográfica destes equipamentos no seu território urbano, para além de visar a satisfação das necessidades básicas da população, permite incentivar, igualmente, as relações de proximidade, dignificando a qualidade de vida urbana. Contudo, de acordo com o diagnóstico apresentado pela Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa (Março 2009), a realidade actual da cidade, ao nível dos cuidados de saúde primários, revela-se

ainda insuficiente, não garantindo na íntegra a coesão e a equidade social de todo o território da cidade, reconhecendo-se a existência de carências aos níveis qualitativo e quantitativo. Relativamente às primeiras, destaca-se a existência de situações cujos serviços funcionam em construções adaptadas para o efeito, desajustadas e inadequadas, a uma boa prestação dos cuidados de saúde. No caso das segundas, de salientar a existência de algumas áreas da cidade, sujeitas recentemente a novas dinâmicas populacionais que não foram acompanhadas pelo desejável planeamento da rede de equipamentos desta natureza.

Figura 9.1 - Rede Pública de Cuidados Primários de Saúde – Unidades Existentes e Propostas



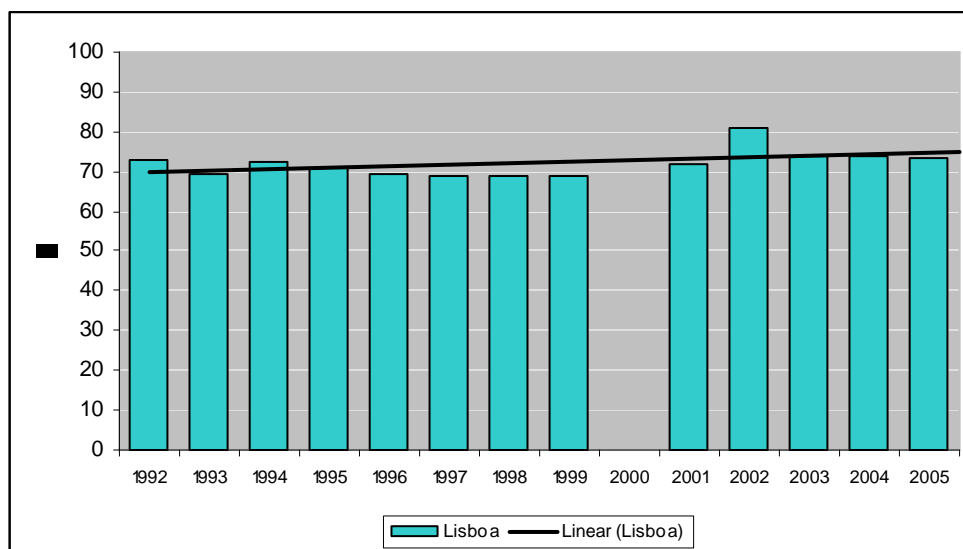
Fonte: CML/DPE, Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, Março 2009

Neste sentido, e de acordo com o documento anteriormente referido, das 33 instalações existentes no território da cidade, 18 foram consideradas a substituir e 7 para construir de raiz. No caso das últimas, encontram-se, na sua maioria, definidas as localizações para a sua implantação (cf. leitura da Figura 9.1) aguardando-se, contudo, a sua concretização. Refira-se, que esta proposta de actuação neste domínio tem presente apenas um cenário de manutenção demográfica, não atendendo às novas dinâmicas populacionais e à sua previsão de evolução.

Os cuidados de saúde secundários são oferecidos nos hospitais. Em 2005, existiam, em Portugal, 204 hospitais, dos quais 53 (26%) localizavam-se na Grande Lisboa e destes, a grande maioria

(74%), surge concentrada no município de Lisboa. Verificando-se que esta tendência mantém-se ao longo das duas décadas consideradas na análise (Figura 9.2), constatando-se, no entanto no ano de 2002, um maior peso relativo do número de hospitais na capital, face à região onde esta se insere, na ordem de aproximadamente 81%.

Figura 9.2 - Peso do número de Hospitais existentes no Município de Lisboa face aos existentes na Grande Lisboa, 1992-2005

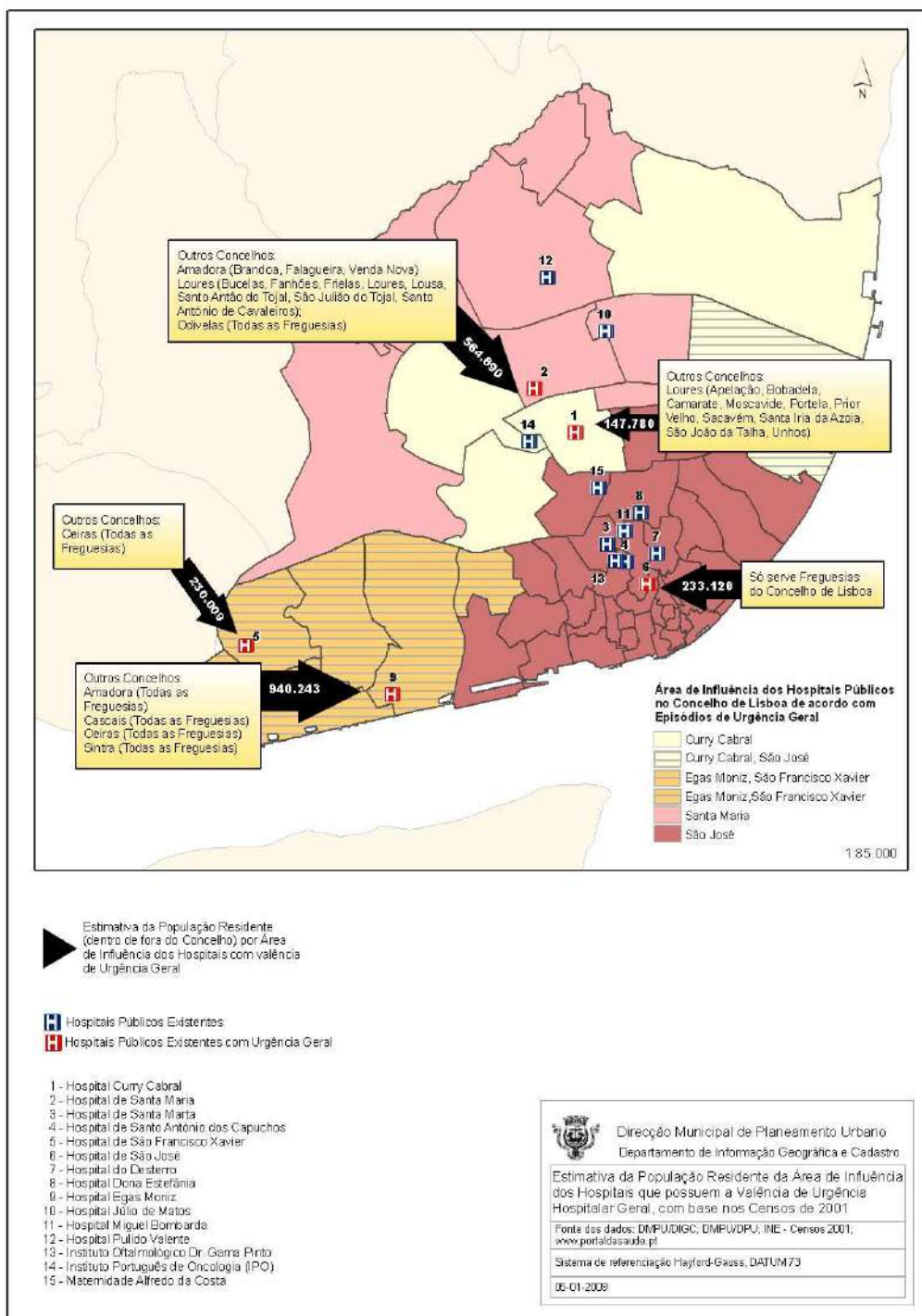


Fonte: Elaboração Própria, com base no INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

Não podemos descurar o facto de grande parte dos hospitais localizados no município de Lisboa apresentarem uma área de influência que ultrapassa os limites do seu território urbano. Neste sentido, considerou-se interessante apresentar uma estimativa da população residente, dentro e fora do município de Lisboa, que procura os serviços destas unidades hospitalares. A título exemplificativo, apresenta-se a estimativa de população por área de influência dos hospitais públicos de acordo com episódios de urgência geral (Figura 9.3).

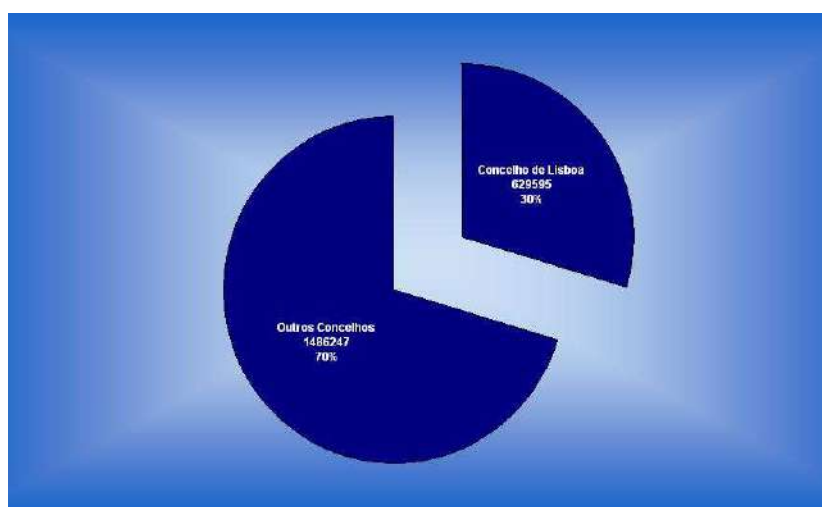
Conforme se depreende pela leitura da Figura 9.3 existem em Lisboa 5 unidades hospitalares da rede pública que oferecem serviços nesta valência, observando-se que o Hospital de S. José é o único que serve exclusivamente a população residente no município, fundamentalmente a das freguesias da sua área envolvente, coincidente grosso modo com a "Área Central de Lisboa". Em relação às restantes unidades hospitalares, destaca-se a atractividade do Hospital Egas Moniz, nesta valência específica, face a alguns municípios da AML, mais concretamente os da Amadora, de Cascais, de Oeiras e de Sintra.

Figura 9.3



Fonte: CML/DPU/DIGC, com base em informação do INE (Censos 2001) e do WWW.PORTALDASAUDE.PT

Figura 9.4 - Estimativa da População que procura os serviços de Urgência Geral, nas Unidades Hospitalares do Município de Lisboa, de acordo com a sua proveniência



Fonte: CML/DPU/DIGC, com base em informação do INE (Censos 2001) e no www.portaldasaude.pt

De acordo com a estimativa efectuada verifica-se que o peso relativo da população proveniente de fora do município de Lisboa, que frequenta os hospitais públicos da cidade, na valência de Urgência Geral, é significativamente grande (70%), quando comparado com o correspondente à população proveniente do próprio município (30%) – Figura 9.4.

Recentemente foi considerada prioritária pela entidade governamental em exercício, uma mais adequada e assertiva intervenção ao nível dos cuidados continuados integrados, direccionada, fundamentalmente, para uma população-alvo que é idosa e dependente. A meta estabelecida prevê que a satisfação das necessidades deste segmento da população venha a atingir os 100% no período de 2013-2016.

Actualmente existe na cidade de Lisboa uma capacidade de oferta de 82 camas de internamento, ao nível das valências de convalescença e de cuidados de média e longa duração, sedeadas em instituições de cariz privado.

De acordo com o diagnóstico efectuada sobre esta temática, contemplado na Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa (Março 2009), a cidade de Lisboa, para ir ao encontro dos objectivos delineados pelo Ministério da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social, necessita que sejam criadas 50 unidades de cuidados continuados, distribuídos pelas diversas tipologias de internamento, com capacidade para 1.293 utentes e com 219 lugares em Unidades com a valência de Dia. Refira-se, ainda, neste contexto que as diversas tipologias de internamento podem coexistir na mesma unidade prestadora e/ou coabitar com outras unidades de saúde onde são prestados outros cuidados de saúde, como por exemplo, os relacionados com cuidados primários (Centros de Saúde).

Relativamente à evolução do número de farmácias ocorrida no período considerado 1992-2005, verifica-se o seu progressivo aumento à escala nacional e à da Grande Lisboa. Não obstante, verifica-se que esta tendência não ocorre ao nível concelhio, observando-se a partir do ano de 2000 uma inversão no seu comportamento, caracterizado pelo decréscimo sucessivo dos quantitativos absolutos para cada um dos anos considerados. Apesar da Associação Nacional de Farmácias admitir não existir uma explicação plausível para este facto, julgamos que esta situação poderá estar relacionada com o decréscimo populacional registado no município, fundamentalmente na última década, e com o facto de ter havido alterações regulamentares em relação à capitação do número de farmácias. Neste contexto, atenda-se à portaria 936 A/99 de 22 de Outubro que defende que a capitação por cada uma das farmácias não deverá ser inferior a 4.000 habitantes.

De acordo com os Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo (1993-2006) (Quadro 9.2) o rácio médico por habitante tem vindo a aumentar no território nacional. Este aumento representou um acréscimo do número de médicos por mil habitantes de 2,9 em 1992 para 3,4 em 2005. Para a realidade da região de Lisboa e em particular para o município de Lisboa, os rácios apurados para cada um dos anos considerados revelam favoravelmente uma maior concentração de pessoal médico, francamente superior aos registados a nível nacional. Destacando-se para a cidade de Lisboa a evolução do rácio de 10,0 em 1992 para 13,9 em 2005.

Quadro 9.2 - Indicadores de Saúde

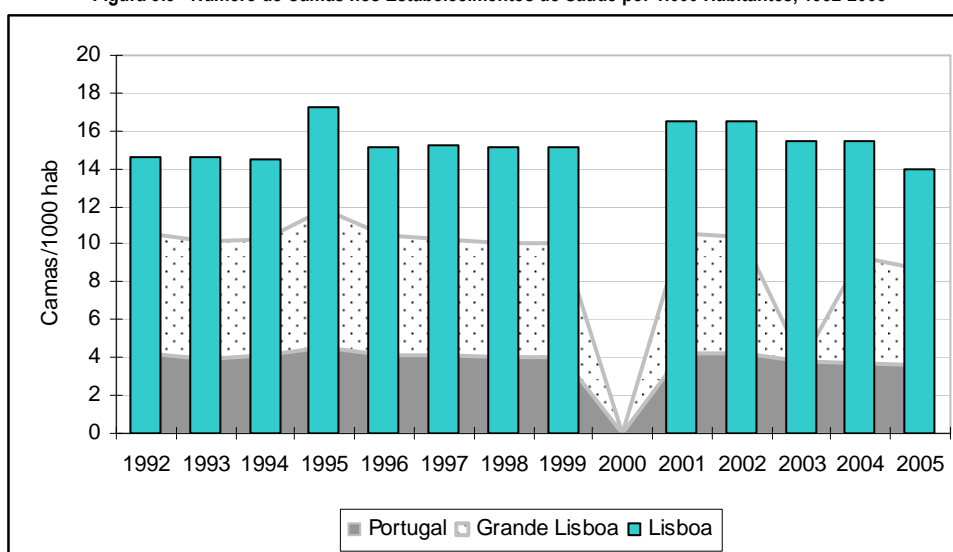
	Médicos /1.000 hab.			Enfermeiros /1.000 hab.			Camas Hospitalares /1.000 hab.			Farmácias/1.000 hab.		
	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa	Portugal	Grande Lisboa	Lisboa
1992	2,9	5,9	10,0				4,2	6,4	14,6			
1993	2,9	5,9	10,3				3,9	6,3	14,6			
1994	2,9	5,9	10,6				4,1	6,2	14,5			
1995	3,0	6,0	11,0				4,6	7,3	17,2			
1996	3,0	6,0	11,5				4,1	6,4	15,1			
1997	3,1	6,1	11,9				4,1	6,2	15,2	0,26	0,31	0,61
1998	3,1	6,2	12,6				4,0	6,1	15,1	0,25	0,31	0,63
1999	3,3	6,7	14,1				4,0	6,1	15,1	0,25	0,30	0,66
2000	3,2	6,1	12,0				--	--	--	0,25	0,30	0,59
2001	3,2	6,2	12,4	4,0	5,4	14,1	4,2	6,4	16,5	0,25	0,30	0,60
2002	3,2	6,0	12,7	3,9	5,0	13,6	4,2	6,2	16,5	0,25	0,29	0,73
2003	3,3	6,0	13,0	4,2	5,5	15,4	3,8	--	15,4	0,30	0,30	0,60
2004	3,3	6,0	13,5	4,3	5,5	15,2	3,7	5,6	15,4	0,30	0,30	0,60
2005	3,4	6,1	13,9	4,6	5,9	17,5	3,6	5,1	14,0	0,30	0,30	0,60

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

Embora com pouca informação disponível, verifica-se, igualmente, uma evolução positiva do número de enfermeiros por mil habitantes, para as escalas de análise consideradas - Portugal, Grande Lisboa e Lisboa. No caso particular da última, regista-se uma evolução bastante pronunciada, variando de 14,1 por mil habitantes em 2001 para 17,5 em 2005.

Embora os valores apresentados para cada um destes rácios revelarem uma tendência de melhoria dos recursos humanos disponíveis (médicos e enfermeiros) a prestar serviço nos equipamentos de saúde de utilização colectiva, ao longo das últimas duas décadas, de acordo com o INE, no contexto europeu, Portugal ocupa uma posição intermédia no que se refere ao número de médicos por mil habitantes e um dos mais baixos rácios de enfermeiros por mil habitantes (Anuário Estatístico de Portugal, 2005, pg 115).

Figura 9.5 - Número de Camas nos Estabelecimentos de Saúde por 1.000 Habitantes, 1992-2005



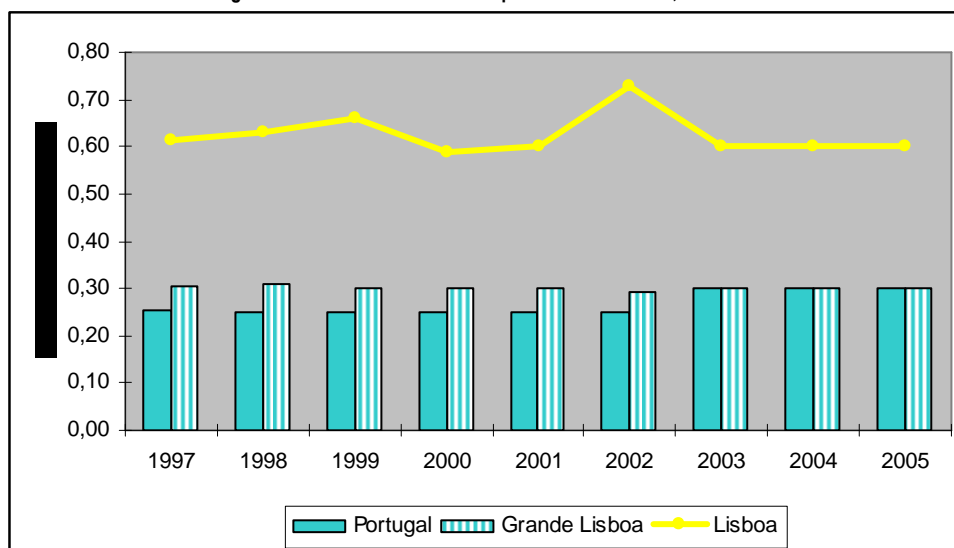
Fonte: Elaboração Própria, com base no INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006.

Nota: Inexistência de informação para o ano 2000.

Em relação à capacidade de internamento nos Estabelecimentos de Saúde, verifica-se que o rácio número de camas por mil habitantes apresenta uma tendência para uma diminuição ténue ao longo dos anos, notando-se, contudo, um decréscimo mais acentuado nos últimos três anos (2003; 2004 e 2005), ao nível do território nacional e da região de Lisboa (Figura 9.5). No caso particular do município de Lisboa, observa-se que não existe um padrão tão evidente no seu comportamento, reconhecendo-se algumas oscilações ao longo do período considerado, salientando-se o ano de 1995 com o valor mais alto (17,2) e o de 2005 com o mais baixo (14,0).

Refira-se, ainda, que o rácio respeitante ao número de farmácias por mil habitantes reflecte, grosso modo, a tendência da evolução do número de farmácias anteriormente referida (Figura 9.6).

Figura 9.6 - Número de Farmácias por 1.000 Habitantes, 1997-2005



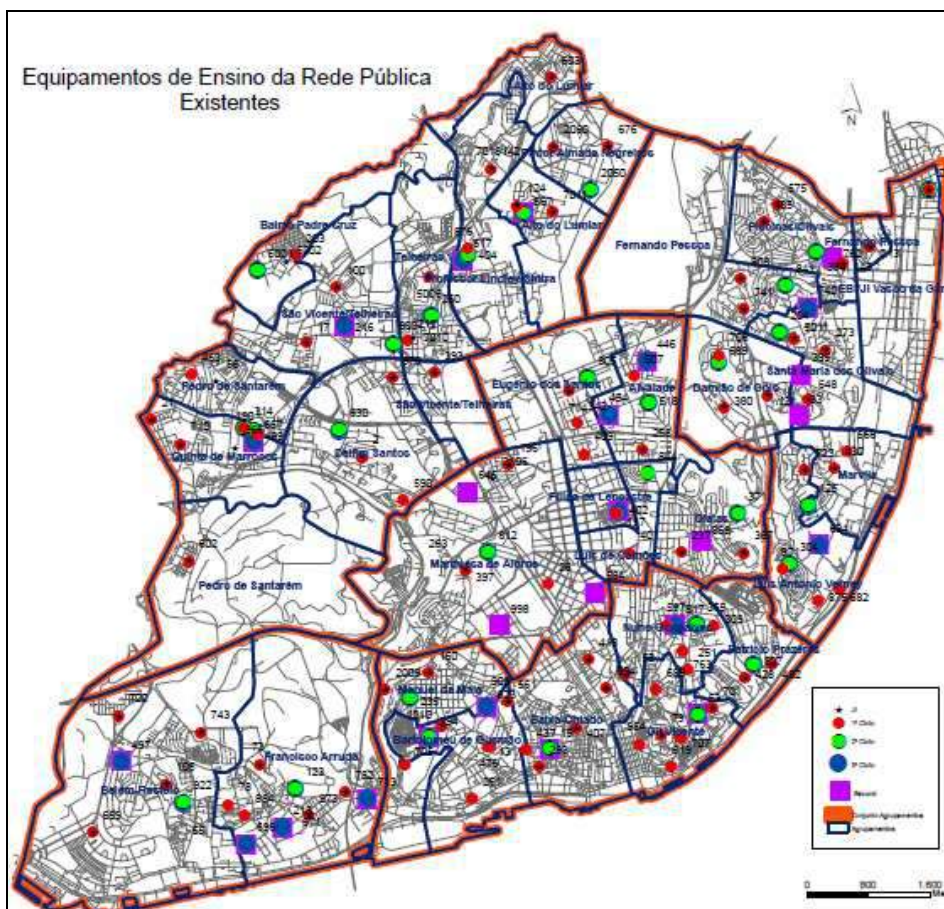
Fonte: Elaboração Própria, com base no INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006.

Por fim, não podemos deixar de referir que não sendo da responsabilidade da edilidade a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, é crucial para esta entidade o conhecimento da realidade existente, na medida em que o seu diagnóstico permite uma avaliação qualitativa dos serviços prestados aos seus utentes em geral e à comunidade local, em particular. A partir da qual, a entidade autárquica, poderá em articulação com Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, ter um papel interventivo na programação da rede de equipamentos de saúde e participar na localização de futuras instalações.

9.2 Ensino

Tendo presente o diagnóstico efectuado sobre o equipamento de ensino existente no município de Lisboa (Figura 9.7) que serviu de suporte para a definição das orientações estratégicas e concretas fundamentadas pela Carta Educativa de Lisboa (Março de 2008) e a informação estatística disponibilizada pelos Departamentos de Planeamento Estratégico e de Educação/Juventude (DEP/DEJ), são tecidas sumariamente algumas considerações:

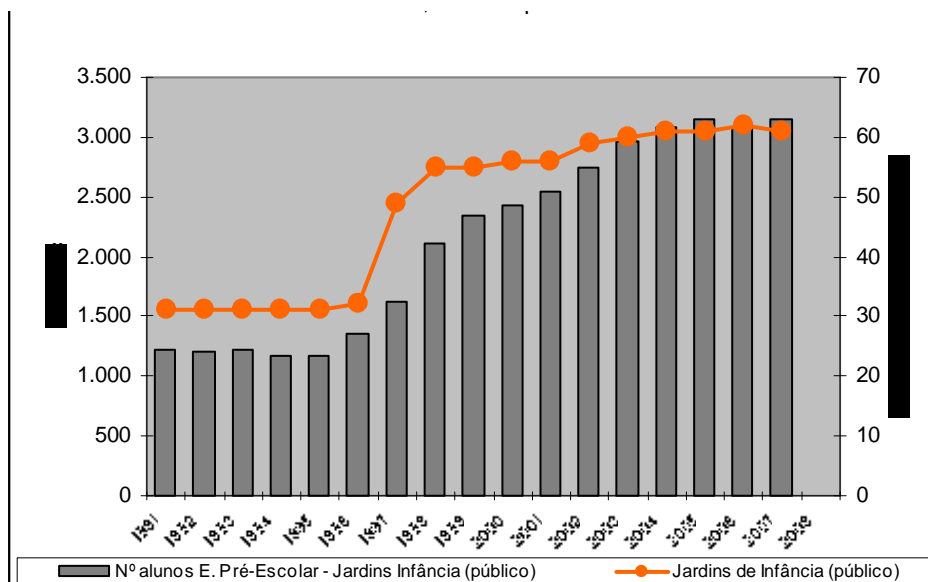
Figura 9.7 – Equipamentos de Ensino da Rede Pública Existentes



Fonte: CML/DPE, Carta Educativa de Lisboa, Março 2008

- A evolução do número de Jardins-de-infância da rede pública, para o período compreendido entre os anos lectivos de 1990/91 e 2007/08, revelam uma forte tendência para o seu crescimento, fundamentalmente a partir do ano lectivo de 1997/08 (Figura 9.8). A este facto está subjacente o empenho do município de Lisboa em aderir ao Programa de Expansão do Pré-Escolar, promovido pelo Ministério da tutela.

Figura 9.8 – Ensino Pré-Escolar: evolução do nº de estabelecimentos e de alunos da rede pública

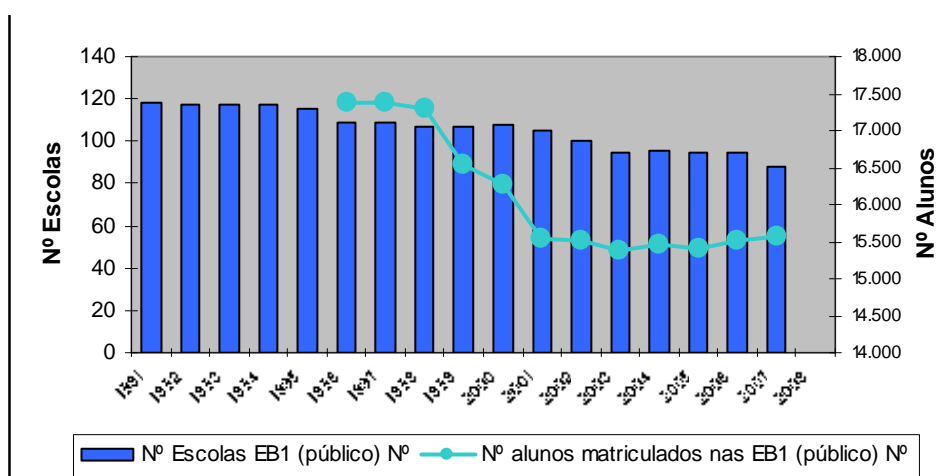


Fonte: Elaboração Própria, com base em informação da CML/DPE/DEJ, 2008

Em consonância com este acréscimo do número de escolas onde é ministrado este nível de ensino, ocorre, no período considerado, um aumento significativo na sua frequência.

- No período compreendido entre os anos lectivos de 1990/01 a 2007/2008, regista-se no município de Lisboa um decréscimo progressivo no número de estabelecimentos de Ensino Básico – 1º Ciclo (Figura 9.9). Segundo as fontes consultadas (DPE, DEJ), esta situação prende-se fundamentalmente com o encerramento dos estabelecimentos que não ofereciam condições de segurança e de salubridade à população-alvo. Refira-se, ainda, que subjacente a esta decisão esteve também presente a necessidade de uma maior adequação e melhor qualificação dos espaços físicos para fazer face às actuais exigências do ensino.

Figura 9.9 – Ensino Básico 1º Ciclo: Evolução do Nº de estabelecimentos e do Nº de alunos da rede pública

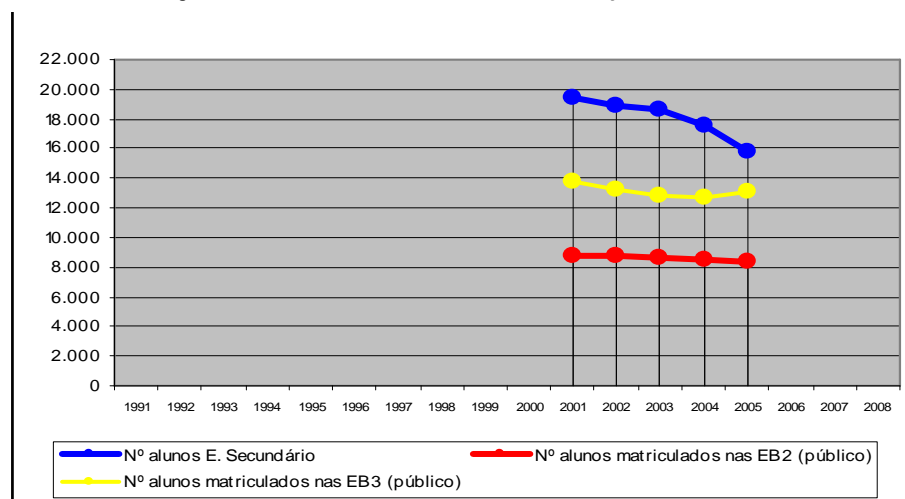


Fonte: Elaboração Própria, com base em informação da CML/DPE/DEJ, 2008

Relativamente ao número de alunos que frequentam este nível de ensino, constata-se que houve um decréscimo progressivo e expressivo, entre os anos lectivos de 1996/97 e 2002/03. A partir deste último ano lectivo, a tendência da evolução do número de alunos é no sentido de estabilizar até ao último ano lectivo de que dispomos informação (2007/08). A este facto não é alheio as tendências demográficas reconhecidas para o município (diminuição da taxa de natalidade e envelhecimento da população), bem como, os fenómenos de suburbanização ocorridos nos últimos anos.

- Em relação aos níveis de ensino que compreendem os 2º e 3º ciclos e secundário, verifica-se no caso do primeiro uma tendência para uma diminuição progressiva do número de alunos matriculados, para os anos lectivos de que dispomos de informação (2000/01 a 2005/06) (Figura 9.10). Em relação ao segundo nível, confirma-se a mesma tendência entre os anos de 2000/01 e 2005/06, constatando-se a partir deste último ano lectivo uma inversão da situação. Por fim, salienta-se que ao nível do ensino secundário se denota um comportamento onde é notória uma quebra progressiva do número de inscritos nos estabelecimentos escolares, facto que está subjacente aos factores anteriormente mencionados.

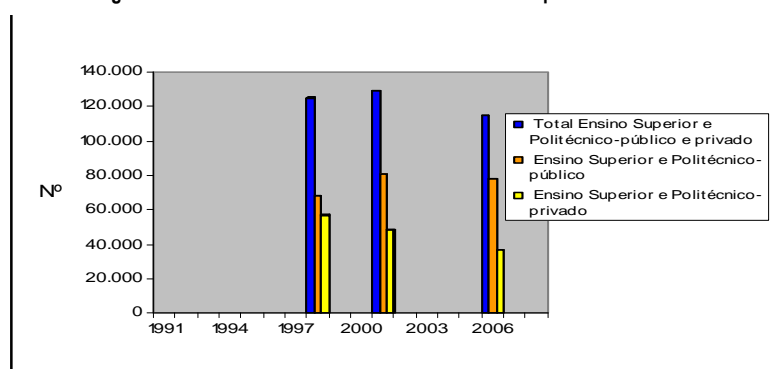
Figura 9.10 – Ensino 2º, 3º Ciclo e Secundário – Evolução do nº de alunos



Fonte: Elaboração Própria, com base em informação da CML/DPE/DEJ, 2008

- O quantitativo de alunos inscritos no ensino superior e politécnico sofreu um decréscimo, entre os anos lectivos 2001/02 e 2006/07, representando sensivelmente 11%. Esta situação acaba por reflectir-se nas Universidades, independentemente de serem da rede pública ou privada, notando, contudo, um maior agravamento da situação no ensino privado, na ordem de aproximadamente 25% (DPE, 2008) (Figura 9.11).

Figura 9.11 – Nº de alunos matriculados no Ensino Superior e Politécnico



Fonte: Elaboração Própria, com base em informação da CML/DPE/DEJ, 2008

Nestas considerações não devemos descurar os objectivos delineados pela Carta Educativa de Lisboa, tendo em vista um reforço da rede escolar pública. Neste sentido, a CML fixou taxas de cobertura da procura para os diferentes níveis de ensino: Educação Pré-Escolar – 25%; 1º Ciclo-54%; 2º. Ciclo-58%; 3º Ciclo-66% e Secundário-78%.

Conforme é referido no documento analítico da Carta Educativa, o estabelecimento destas metas “...correspondem a quebrar a tendência de perda de quota que se tem vindo a verificar na última

década e, no caso do Pré-Escolar, aponta para um assinalável reforço da oferta pública, elevando a quota de 16% verificada em 2005/2006 para 25%" (pág. 90).

Convém, ainda, referir que a Carta Educativa deverá ser actualizada assim que for adoptado pelo município o modelo demográfico para a cidade.

Por último, apesar de até à data ser desconhecido o impacto da actual crise económica/financeira no aumento da procura/frequência nos equipamentos de ensino públicos, julgamos que o reforço da sua rede, conceptualizado pela Carta Educativa, poderá, ir ao encontro de um possível aumento de necessidades a este nível. Neste contexto, refira-se, ainda, a obrigatoriedade da actualização bienal deste documento, conforme expresso no Artigo 127º do Regulamento do PDM em vigor, a partir da qual é possível equacionar e/ou implementar outras medidas para fazer face a situações que entretanto se venham a registar.

9.3 Sociais

De acordo com a informação disponibilizada pelo Departamento de Acção Social, constata-se que no município de Lisboa, entre 2002 e 2008, registou-se uma diminuição do número de creches da rede pública (-6), verificando-se, contudo que a capacidade das mesmas sofreu um acréscimo na ordem dos 9% (Quadro 9.3).

Quadro 9.3 - Equipamentos Sociais – CRECHES

VALÊNCIAS		2002		2008		Variação entre 2002 e 2008	
		N	Capacidade	N	Capacidade	N	Capacidade
Creches	Rede Pública	111	4.549	105	4.966	-6	417
	Lucrativo	31	1.200	50	1.836	19	636

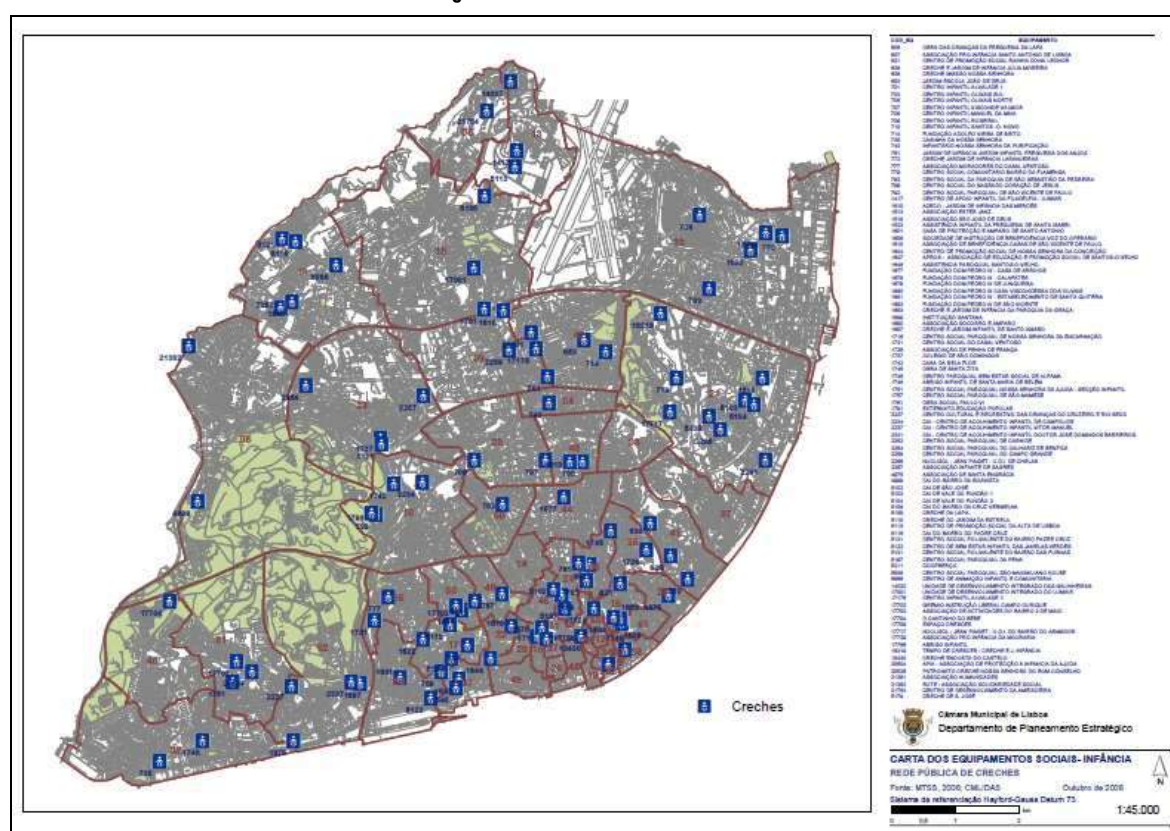
Fonte: CML, Departamento de Acção Social, Junho 2008

Em oposição, regista-se o significativo aumento do número de creches de natureza privada, representando um acréscimo de aproximadamente 61%, face a 2002, e disponibilizando um aumento de vagas em creches, de sensivelmente 51%.

De uma forma genérica, para as duas situações - rede pública e privada – nota-se que houve um aumento do número de creches, oscilando entre 142 no ano de 2002 e 155 em 2008, situação que desencadeou o surgimento de mais 1.053 lugares em creches, correspondente a um aumento da sua capacidade em 18%. Não obstante, o aumento da capacidade ocorrido, revela-se, ainda, insuficiente para satisfazer as necessidades sentidas a este nível.

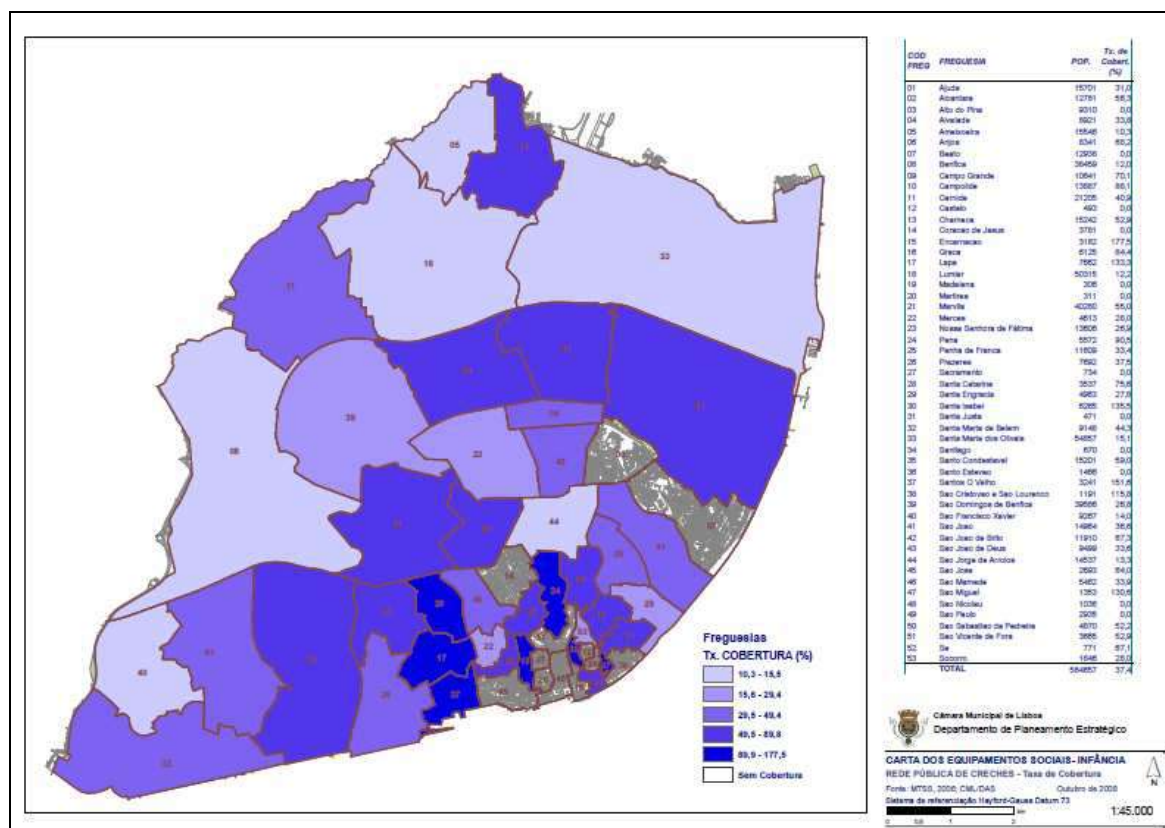
Na análise da distribuição espacial de creches da rede pública no território da cidade, (Figura 9.12), observa-se que no ano de 2008, existiam freguesias em Lisboa desprovidas desta valência, nomeadamente as do Alto do Pina, do Beato, do Castelo, do Coração de Jesus, da Madalena, dos Mártires, do Sacramento, de Santa Justa, de Santiago, de S. Nicolau e de S. Paulo. Neste âmbito, salienta-se a importância que os equipamentos de proximidade com esta valência, para além de incentivar a atractividade das respectivas áreas a casais mais jovens, dinamizando-as, contribui, igualmente, para potenciar a qualidade de vida e consequentemente a qualidade urbana das mesmas.

Figura 9.12 – Rede Pública de Creches



Ainda, no contexto da abordagem da valência de creches, não podemos descurar o facto de nalgumas freguesias de Lisboa, onde se registou por um lado, um acréscimo populacional na última década (Carnide, Lumiar e Charneca) e por outro, algumas dinâmicas residenciais (como exemplo: St^a. Maria dos Olivais e Benfica), apresentarem em 2008, taxas de cobertura neste tipo de equipamento, muito abaixo das desejáveis. (Figura 9.13). Esta situação pode ser sintomática da desarticulação e do desajustamento entre as tendências populacionais e residenciais da cidade e o planeamento/ordenamento do território, que deve acima de tudo, ser prospectivo, estratégico e dinâmico.

Figura 9.13 – Rede Pública de Creches – Taxa de Cobertura



Relativamente aos equipamentos direccionados para as faixas etárias de maior idade (Quadro 9.4), observa-se que na valência de Centro de Dia, ocorreu um suave, quase insignificante, decréscimo no número de estabelecimentos. Verificando-se a mesma tendência, embora com valores mais expressivos, na valência de Lar. De salientar que o maior decréscimo no número de Lares, para os anos considerados, registou-se nos de natureza lucrativa (-43). Não obstante, o reconhecimento da diminuição desta valência, ocorrido nos últimos 6 anos, verifica-se, contudo, que houve um aumento desta valência face à década de 90, registando-se em 1993 a existência de 15 Lares de cariz particular com alvará de funcionamento.

Quadro 9.4 - Equipamentos Sociais – CENTROS DE DIA, LARES E APOIO DOMICILIÁRIO

		2002	2008	Varição entre 2002 e 2008
LISBOA		N	N	N
Centro de Dia	N/ Lucrativo	80	79	-1
	Lucrativo	1	0	-1
Lar	N/ Lucrativo	57	52	-5
	Lucrativo	77	34	-43
Apoio Domiciliário	N/ Lucrativo	81	88	7
	Lucrativo	3	5	2

Fonte: CML, Departamento de Acção Social, Junho 2008

Concomitante a esta situação, deparamos com o significativo aumento do número de equipamentos vocacionados para o apoio domiciliário, facto que poderá indiciar que se trata de uma nova resposta ou alternativa para manter a autonomia do indivíduo idoso e não o afastando do seu ambiente familiar.

O Município de Lisboa tem usado taxas de cobertura para cada uma das valências dos equipamentos de natureza social, necessárias para orientar e fundamentar o planeamento urbano no território da cidade. Neste sentido, as taxas de cobertura que foram adoptadas para a realidade concelhia são: Creches (50%); Centro de Dia (5%); Centro de Convívio (5%); Lar (5%); Residências (5%) e Serviço de Apoio ao Domicílio (5%).

Segundo o Departamento de Acção Social, a cobertura existente para cada uma das valências da rede pública, face à população de 2001, apresentava em Junho de 2008, os seguintes valores: Creches – 37%; Centro de Convívio – 1,2%; Centro de Dia-3,5%; Lares-1,9%; Residência-0,3% e Serviço de Apoio Domiciliário-3,5%.

Comparando estes valores com os rácios de referência, considerados pela autarquia como sendo os adequados para a satisfação das necessidades básicas da população residente, verifica-se, no entanto, que as taxas obtidas para o ano de 2008 se encontram abaixo dos níveis desejados. Seria interessante comparar estas taxas com as do início da década de 90, mas infelizmente não é possível atendendo à inexistência de informação. Contudo, segundo o serviço da CML com competência nesta matéria houve uma evolução positiva nestes últimos anos, atendendo a que os rácios definidos para estes últimos anos terem sido alterados para níveis superiores.

9.4 Desporto

A informação utilizada para analisar a evolução dos equipamentos desportivos de tipologia de base refere-se temporalmente aos anos de 1993 e 2008. Saliencia-se que o primeiro elemento de comparação é o ano de 1993 pelo facto da informação referente a este ter servido de suporte à elaboração da Carta Municipal de Equipamentos Desportivos que veio a integrar o PDM de 1994.

Comparando o número de equipamentos desportivos de base existentes no município de Lisboa, e os respectivos valores referentes à Área Desportiva Útil (ADU) (Quadro 9.5), conclui-se que entre 1993 e 2008 houve um acréscimo de 282,254 m² na ADU, em todas as valências de base consideradas, recorrendo para o cálculo da capitação da Área Desportiva Útil aos quantitativos demográficos dos Censos de 1991 e de 2001. Esta situação reflecte-se num aumento na ordem de 0,67 m² por habitante, para os anos considerados.

Quadro 9.5 - Equipamentos Desportivos

		1993			2008			Variação entre 1993 e 2008	
		N	ADU (M2)	ADU (M2) /HAB	N	ADU (M2)	ADU (M2) /HAB	ADU (M2)	ADU (M2) /HAB
LISBOA									
	Pavilhões	286	86.419		475	130.008		43.589	
	Salas de Desporto								
Valências	Campo Grandes Jogos	85	329.613		71	378.979		49.366	
	Campo Pequenos Jogos	291	207.491		504	351.081		143.590	
	Pistas de Atletismo	17	20.824		38	54.529		33.705	
	Piscinas	20	6.565		71	18.569		12.004	
TOTAL		699	650.912	0,98	1.159	933.166	1,65	282.254	0,67

Fonte: CML, Departamento de Desporto, Junho 2008

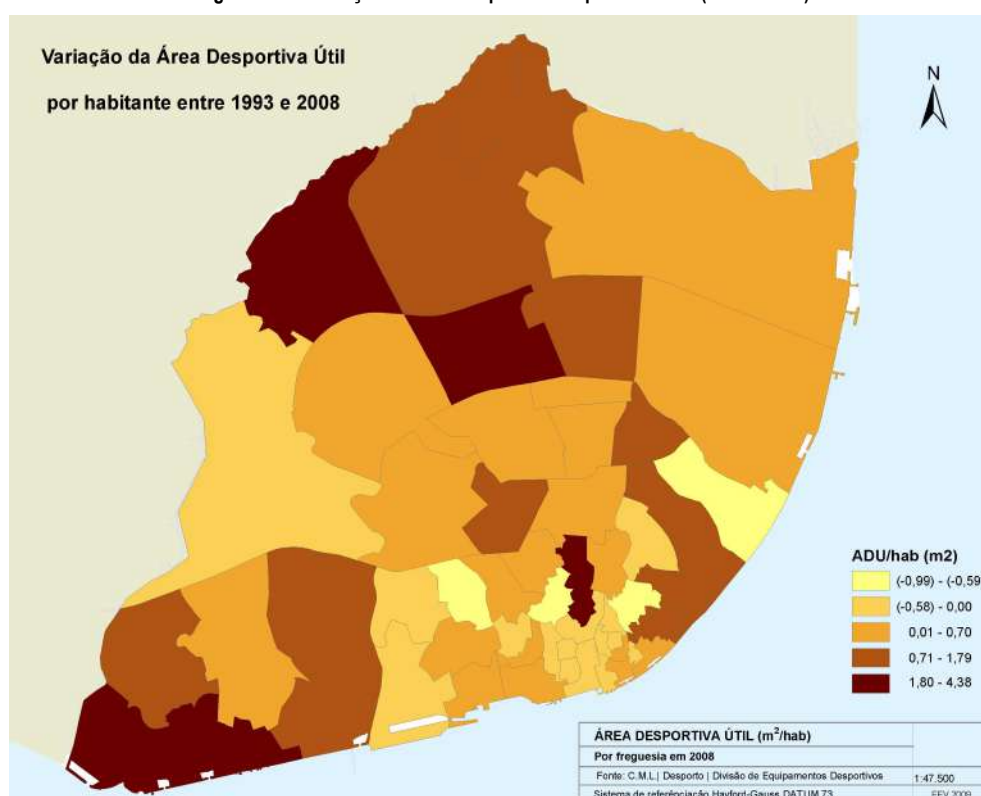
De salientar o grande investimento público na construção de “Campos de Pequenos Jogos”, representando não apenas um acréscimo de 213 unidades face a 1993, mas contribuindo, igualmente, para o aumento de aproximadamente 51% da ADU total, entre os dois anos considerados.

Os indicadores de afectação de superfícies desportivas, recomendados pelo Conselho da Europa e pela UNESCO, e sugeridos pela DGOTDU – como padrão a usar na programação de equipamentos desportivos de tipologia base, correspondem a 4m² de Área Desportiva Útil por habitante. Neste contexto, o município de Lisboa apresenta para cada um dos anos, valores que oscilam entre 0,98 e 1,65 m²/hab. Apesar da confirmação do aumento do rácio deste indicador, verifica-se, contudo, que o valor obtido não atinge ainda os níveis desejados e regulamentados. De acordo com o Departamento

do Desporto da CML, não é territorialmente possível satisfazer as carências calculadas tendo por base este índice que é aplicado exclusivamente às tipologias de base²⁴.

Analisando a variação de ADU (m²/Hab.) a nível de freguesia, para os anos considerados nesta análise (Figura 9.14), constata-se que aproximadamente 26% das freguesias do concelho de Lisboa perderam área desportiva útil, Tal situação poderá dever-se por um lado, a ter-se registado um acréscimo populacional em algumas das freguesias não acompanhadas pelo proporcional acréscimo em área de equipamento desportivo, e por outro, a decisões políticas e técnicas que direccionaram o investimento para outras áreas do território da cidade. De registar, ainda, que sensivelmente 9% das freguesias mantiveram o rácio ADU/Hab. Relativamente às restantes, observam-se aumentos muito diversos, destacando-se os registados em algumas freguesias periféricas, consequência em grande medida do acentuado crescimento urbano ocorrido, e da maior disponibilidade de solo urbano, exigência inerente à implantação deste tipo de equipamento.

Figura 9.14 – Variação da Área Desportiva Útil por habitante (1993 a 2008)



Fonte: CML/DD/DED, 2009

É de referir que não são contempladas na ADU alguns espaços existentes no território urbano da cidade que se encontram afectos a actividades desportivas, considerados por serem de natureza

²⁴ Admitindo-se por tipologias de base os seguintes equipamentos desportivos: salas de desporto e pavilhões; campos de grandes jogos; campo de pequenos jogos, pistas de atletismo e piscinas.

mais informal²⁵. Facto que poderia eventualmente alterar, embora de uma forma ténue, o rácio referente à área desportiva útil por habitante. De mencionar, ainda, que no apuramento deste rácio não foram tidos em consideração os espaços desportivos afectos a entidades privadas.

Contudo, não podemos negligenciar o facto de ter havido nestes últimos anos um esforço no sentido de satisfazer as necessidades da população nesta área específica, através da construção de alguns novos equipamentos e da recuperação/reabilitação de já existentes.

Não obstante, ainda se identificam carências ligadas por um lado, à ausência de espaços desportivos, formais e informais, em alguns territórios da cidade (como são exemplo algumas das freguesias da Baixa Pombalina) e por outro, ao carácter mono funcional de algumas instalações existentes e à desadequada oferta de tipologias face às tendências de procura emergentes.

Neste contexto, a Carta Municipal de Equipamentos Desportivos, presentemente em revisão, equaciona e/ou propõe a implantação de algumas novas unidades desportivas no território da cidade, para além, da requalificação de alguns equipamentos existentes, como é o caso do Complexo Desportivo Municipal dos Olivais e das Piscinas Municipais do Areeiro e do Campo Grande. De acordo com o Departamento do Desporto, estas medidas visam a criação de uma rede de equipamentos desportivos que possibilitem a equidade no acesso aos mesmos, por parte da população que vive e frequenta a cidade, bem com, um incentivo ao aumento da prática desportiva.

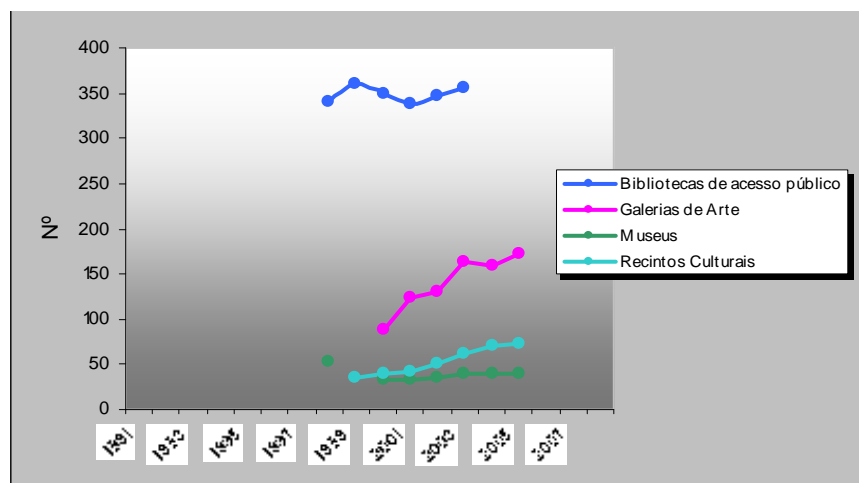
²⁵ Desenvolvidos em espaços integrados em jardins, parques e ao ar livre. Anexando-se a estas situações, as actividades desportivas que se desenvolvem em equipamentos especializados, tais como o hipismo, o golfe, a patinagem e as actividades náuticas.

9.5 Cultura

O estatuto da cidade de Lisboa, enquanto capital nacional, a concentração de recursos humanos qualificados e de sedes de empresas e de serviços com projecção nacional e internacional, são factores que lhe conferem um maior protagonismo aos níveis político, económico, social e cultural. Neste âmbito, a dinamização e valorização cultural e patrimonial do município pode e deve surgir como uma estratégia para um mais adequado desenvolvimento sustentável da cidade, indo ao encontro da melhoria da qualidade de vida da sua população.

De acordo com informação estatística do INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006), salienta-se o aumento de Bibliotecas, de Galerias de Arte, de Museus e de Recintos Culturais registado no município, fundamentalmente a partir da primeira década do séc. XXI (Figura 9.15). De referir, ainda, que este aumento e diversificação da oferta cultural é acompanhado por uma crescente frequência dos mesmos (Quadro 9.7), situação que poderá não reflectir apenas a qualidade e a modernização dos espaços e serviços implementados pelos mesmos, mas, igualmente, as estratégias de divulgação e de marketing criadas pelas entidades gestoras de cada um deles.

Figura 9.15 – Evolução do Nº de Equipamentos de cultura (1998-2005)



Fonte: Elaboração Própria, com base em informação do INE- Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006

Quadro 9.7 - Evolução do Nº de Visitantes em Alguns Equipamentos Culturais, 1998-2005

ANOS	Total Visitantes - Galerias Arte	Total Visitantes- Museus	Lotação - Recintos Culturais
1998		3.338.240	
1999			29.973
2000	1.164.103	3.242.305	50.354
2001	1.289.878	3.417.461	35.639
2002	923.512	3.528.751	42.671
2003	1.424.910	3.520.432	57.111
2004	1.186.126	3.451.404	48.307
2005	1.195.630	3.737.659	57.844

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006

Em síntese, o surgimento de novos paradigmas na sociedade moderna, exige a adopção de medidas para fazer face à competição entre as cidades, com a intenção deliberada de afirmação de cada uma nas redes urbanas em que se inserem. Neste sentido, as cidades para sobreviverem, precisam de apostar não apenas na sua “imagem” mas, igualmente, na definição de padrões sustentáveis de desenvolvimento. Deste modo, reconhece-se a importância que um adequado planeamento da rede de equipamentos de utilização colectiva, pode contribuir para a qualidade de vida da sociedade civil, garantindo a satisfação das suas necessidades básicas e a equidade de acesso da população.

O diagnóstico apresentado revelou-se ser um exercício importante, na medida, em que permitiu identificar carências e alguns bloqueios a uma adequada e correcta programação de equipamentos colectivos, face a novas dinâmicas populacionais e residenciais emergentes. Neste contexto, numa análise crítica sobre o diagnóstico anteriormente apresentado, considera-se relevante ter presente **4 aspectos** que deverão ser tidos em conta no processo de planeamento urbanístico futuro:

1. **Equipamentos de Proximidade** – Uma grande parte dos equipamentos de utilização colectiva existente no território urbano da cidade, revelam-se de natureza supra-municipal, designadamente os equipamentos de Saúde (Hospitais) e de Cultura (Museus, Galerias, Recintos Culturais, entre outros). Contudo, ao nível de equipamentos de proximidade, fundamentalmente direccionados para a população autóctone, a realidade existente confirma a existência de carências e a inexistência de alguns equipamentos em algumas áreas da cidade, conforme referido na análise efectuada para cada tipo de equipamento.
 - **Equipamentos de Saúde** – A actual Rede de Cuidados Primários (Centros de Saúde e respectivas extensões), revela-se, ainda, insuficiente para cobrir todas as necessidades do território, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas, igualmente, qualitativo. Verificando-se, igualmente, a existência de algumas áreas da cidade, sujeitas recentemente a novas dinâmicas populacionais e residenciais que

não foram acompanhadas pelo desejável planeamento da rede de equipamento desta natureza.

Refira-se ainda, a necessidade emergente de criação de Unidades de Cuidados Continuados, cuja oferta actual da cidade é deficitária (82 camas de internamento), face aos objectivos programáticos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social.

Equipamentos de Ensino – Necessidade de reforçar a rede escolar pública, ao nível de todas as valências (desde o pré-escolar até ao secundário), conforme apontam as directrizes definidas pela Carta Educativa de Lisboa (Março 2008).

Equipamentos Sociais – Identificação de carências sentidas ao nível da valência de Creches. Reconhecimento de algumas freguesias da cidade onde não existe esta valência. E por outro lado, nas que possuem, verifica-se em algumas, a existência de uma taxa de cobertura baixa e insuficiente, para fazer face ao dinamismo populacional e residencial ocorrido.

Ao nível dos equipamentos direccionados para o segmento de população idoso, observa-se que as taxas de cobertura para as valências consideradas – Centro de Dia, Centro de Convívio, Lar, Residenciais e Serviços de Apoio Domiciliário – se encontram abaixo dos níveis desejados e estabelecidos pela autarquia.

Equipamentos de Desporto – Apesar de se admitir a impossibilidade do território da cidade atingir o rácio do indicador - ADU/Hab., usado como padrão na programação de equipamentos desportivos de tipologia base, identificam-se, contudo, carências ligadas, por um lado, à ausência de espaços desportivos (formais e informais) em algumas áreas, e por outro, ao carácter mono funcional de algumas instalações existentes. Admitindo-se, ainda, a existência de uma desadequada oferta de tipologia, face às tendências de procura emergente.

2. **Localização Geográfica dos Equipamentos** – As condicionantes associadas por um lado, à escassez de solo urbano no território da cidade, e por outro, à imposição de interesses imobiliários, relegando para segundo plano as reais necessidades dos equipamentos de utilização colectiva, contribui, conseqüentemente, para que estes surjam em locais pouco adequados, afastados das áreas de maior concentração de população e desprovidos de enquadramento urbanístico.

3. **Flexibilidade das Instalações afectas aos Equipamentos** – Atendendo a que a cidade está em permanente mutação, implicando que as necessidades actuais possam não ser coincidentes com as de longo prazo, situação que apela para a necessidade de ser equacionada a racionalização dos recursos físicos afectos aos equipamentos colectivos, de forma a que estes possam ser adaptados a outras valências que se venham a verificar pertinentes, face à realidade vigente.

4. **Inadaptabilidade das Instalações Afectas aos Equipamentos** – Constata-se que alguns dos serviços prestados à sociedade civil, fundamentalmente ao nível dos cuidados de saúde (Centros de Saúde e extensões) e do apoio social, funcionam em construções adaptadas para o efeito. Acrescido do facto, de algumas destas, de uma forma genérica, necessitarem de obras de beneficiação geral e/ou de recuperação. Refira-se que estes factores devem ser encarados como condicionantes a uma boa prestação dos serviços inerentes aos equipamentos em questão, bem como, à satisfação cabal das necessidades básicas de todos os seus utentes.

10 MOBILIDADE E TRANSPORTES

10.1 Mobilidade na AML

A expansão da rede viária na AML foi acompanhada pela dispersão de habitações e de actividades empresariais, o que influenciou os padrões de mobilidade das populações, registando-se um número crescente das viagens diárias realizadas em transporte individual e um aumento das distâncias percorridas porque as pessoas foram residir para locais mais distantes dos seus locais de trabalho.

A construção de alguns pólos empresariais em municípios limítrofes de Lisboa, nomeadamente ligados ao sector terciário e industrial/logístico e a diminuição do peso deste último na capital, conduziu à criação de novos pólos de atractividade.

De acordo com o último recenseamento geral da população (relativo a 2001), cerca de 1 milhão e 357 mil activos empregados ou estudantes com 15 anos ou mais, utilizavam o espaço da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nos seus movimentos de deslocação entre o local de residência e o trabalho ou estudo, e destes cerca de 369 mil movimentos tinham destino em Lisboa. O conjunto dos movimentos de entrada e saída em Lisboa por motivos pendulares, representavam, quer em 1991, quer em 2001, cerca de 30% do total dos movimentos pendulares da AML.

Na Figura 10.1 apresenta-se a repartição dos empregados ou estudantes que exercem a sua actividade em Lisboa (em 2001). Os concelhos que apresentam uma forte polarização relativamente a Lisboa são o próprio concelho (38% dos movimentos casa-trabalho e casa-estudo da cidade são realizados pelos seus residentes), Loures, Amadora, Oeiras e Odivelas, confirmando que as principais dinâmicas pendulares são tanto mais fortes quanto maior a proximidade geográfica à capital.

Cerca de 87% dos residentes de Lisboa trabalham ou estudam no concelho em que residem – vide Figura 10.2 – , o que confirma a elevada capacidade de auto-sustentação da cidade em matéria de emprego e estudo. Dos cerca de 35 mil residentes de Lisboa que se deslocam para outros concelhos da AML por motivo de trabalho ou estudo, verifica-se que estes se dirigem preferencialmente para os concelhos de Oeiras, Amadora, Loures e, Sintra.

Aliás, a capacidade de atracção de Lisboa é também confirmada se atendermos à proporção dos fluxos pendulares de entrada e saída na cidade: por cada residente que sai de Lisboa entram na cidade 11 não residentes por motivos de emprego ou estudo (em 1991, este rácio era de 1 por cada 12).

Entre 1991 e 2001, verificou-se um aumento muito significativo da utilização do TI para as deslocações com destino a Lisboa na maior parte dos corredores de acesso, conforme é possível constatar da análise do Quadro 10.1.

Quadro 10.1 - Evolução da dependência de Lisboa por motivo de emprego ou escola na AML

Corredor	1991		2001		$\Delta(2001/1991)$	Δ TI
	N.º deslocações	% TI	N.º deslocações	% TI		
Amadora/ Sintra	105.400	27%	112.700	38%	(+7%)	(+40%)
Loures/ Vila Franca de Xira	66.000	32%	68.800	44%	(+4%)	(+34%)
Almada/ Setúbal	65.600	25%	79.000	33%	(+2%)	(+34%)
Oeiras/ Cascais	62.400	40%	59.800	54%	(-4%)	(+35%)
Oeste	33.000	34%	35.400	46%	(+7%)	(+35%)
Palmela/ Montijo	3.900	18%	6.900	41%	(+77%)	(+126%)

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

Apenas o corredor Oeiras/Cascais diminuiu a sua dependência face a Lisboa, verificando-se nos restantes corredores um ligeiro aumento da dependência funcional face a Lisboa, com um significado percentual muito acentuado no corredor Palmela/Montijo devido à construção da Ponte Vasco da Gama.

10.2 A mobilidade dos residentes

No âmbito do Plano de Mobilidade de Lisboa, foram realizados em 2003/2004 inquéritos à mobilidade aos residentes (TIS), dos quais resultaram uma série de conclusões que se apresentam seguidamente. A extrapolação destes inquéritos para a população com mais de 13 anos em 2001 (cerca de 504 mil residentes) conduz a uma estimativa de 1,09 milhões de viagens realizadas em todos os modos. No que respeita à repartição modal, estima-se uma redução das viagens realizadas a pé (237 mil viagens) face aos valores obtidos em 1998 e 1993 (320 mil e 360 mil) respectivamente, o que em grande medida, está associada à diminuição da população residente no concelho de Lisboa.

Globalmente, de acordo com o mesmo estudo, estima-se que o número médio de viagens diárias é de 2,16, valor que passa para as 2,33 se se considerar apenas as pessoas móveis. Registe-se, no entanto que o número de pessoas imóveis em Lisboa é elevado, estimando-se em 21,2% em 2003, valor esse que é um pouco inferior ao valor obtido em 1998 (25,8%) e semelhante ao de 1993 (20,8%).

Já a taxa de motorização evoluiu de forma consistente passando de 232 em 1993 para 281 veículos/1000 hab. em 2003, valor esse que é bastante inferior ao calculado com base nas estatísticas do Instituto Nacional de Seguros (527 veículos/1000hab.). Parte significativa desta diferença tem que ver com o facto do parque automóvel ligeiro considerado incluir as frotas de veículos ligeiros associados às empresas, as quais devem ter um peso muito significativo em Lisboa.

Considerando novamente os resultados do inquérito à mobilidade, é de referir que, nas zonas que constituem a coroa periférica (e de ocupação mais recente), as taxas de motorização são já muito mais elevadas, sendo superiores a 400 veíc./1000 hab..

A extrapolação da taxa de motorização de 281 veículos/1.000hab. para a população residente, conduz a um parque automóvel da população residente em Lisboa de 159.000 veículos, dos quais cerca de 63% são utilizados durante a semana pelos proprietários.

Quadro 10.2 - Principais indicadores de Mobilidade dos residentes em Lisboa

Indicadores de Mobilidade dos Residentes em Lisboa	1993	1998	2003
Residentes em Lisboa	677.790	573.170	503.820
Total de viagens	1.368.240	1.181.180	1.089.880
Total de viagens a pé	316.870	360.940	237.090
Total de viagens motorizadas	1.051.370	820.250	852.790
TI	37,5%	47,2%	40,8%
TC	57,2%	49,0%	56,2%
TI + TC	1,4%	1,2%	1,0%
Outros modos de transporte	3,9%	2,5%	2,0%
Número médio de viagens/ dia - população	2,20	2,06	2,16
Número médio de viagens/ dia - pessoas móveis	2,78	2,78	2,33
Número médio de motorizadas/dia - pessoas móveis	2,13	2,62	1,82
Percentagens de pessoas imóveis (%)	20,8	25,8	7/ 21,2 (*)
Taxa de motorização (veículos/1000 hab.)	232	272	281
(*) Quando se juntam aos imóveis as pessoas que apenas realizaram viagens por motivo de compras/ lazer e se deslocaram a pé			

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

A repartição dos motivos de viagem dos residentes em Lisboa mostra que apenas 6,4% das viagens têm extremo noutro município, destas grande parte são por motivo de trabalho ou estudo (cerca de 40.000 viagens). Para as viagens terminadas em Lisboa o principal motivo é o regresso a casa (vide Quadro 10.3).

Quadro 10.3 - Motivo das viagens realizadas com extremo em Lisboa

Motivos das viagens realizadas	Residentes em Lisboa		Não Residentes em Lisboa	
	Viagens realizadas	Viagens com extremo em Lisboa	Viagens realizadas	Viagens com extremo em Lisboa
Regresso a casa	504.900	504.900	531.060	5.000
Trabalho/ Estudo	258.970	219.100	314.500	309.800
Compras/ Lazer	139.880	129.500	88.350	86.900
Assuntos Pessoais	131.760	119.300	118.250	114.100
Em serviço	15.550	12.100	23.830	20.600
Outros/ N. D.	38.820	36.700	117.960	88.000
	1.089.880	1.021.600	1.193.950	624.400

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

Relativamente aos não residentes, como seria de esperar o motivo mais importante para as viagens com destino em Lisboa são o trabalho ou estudo, mas a realização de deslocações por assuntos pessoais ou compras/lazer são também muito significativas.

No quadro seguinte apresenta-se a repartição modal das viagens dos residentes e não residentes.

Quadro 10.4 – Modo de transporte utilizado pelos Residentes e Não Residentes em Lisboa

Viagens	Residentes	Não Residentes	Total	
			Val. Abs.	%
A pé	237.100	6.500	243.600	11%
TI	347.600	459.000	806.600	35%
TC	479.300	634.700	1.114.000	49%
TI + TC	8.900	93.400	102.300	4%
Outros	17.100	400	17.500	1%
	1.090.000	1.194.000	2.284.000	

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

Globalmente verifica-se que o TC é utilizado em 49% das viagens, enquanto que o TI é a opção em 35% das viagens. O modo a pé é a opção em 11% das viagens realizadas em Lisboa, mas quando se considera o sub-conjunto dos residentes este modo tem uma quota muito mais significativa (22% do total).

10.3 Sistema rodoviário e transporte individual

10.3.1. Oferta

A rede viária de Lisboa tem ainda uma importância significativa para algumas das viagens dentro da AML, nomeadamente o Eixo Norte-Sul e a 2ª Circular. O IC17 (CRIL) no limiar do município, ainda que incompleto, permite também já fazer a articulação entre diversas vias de distribuição na AML e

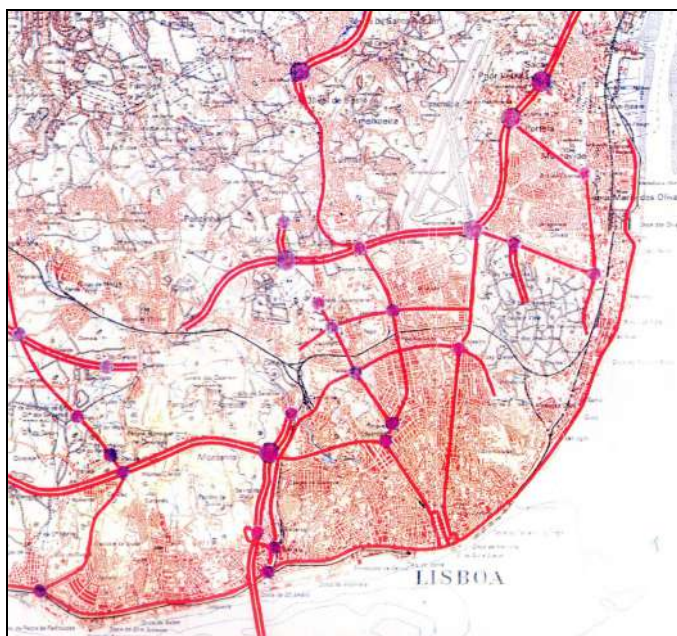
uma vez concluído, poderá absorver parte do tráfego daquelas duas vias, reduzindo o tráfego de atravessamento no interior da cidade.

Relativamente à rede viária do município esta pode dividir-se em rede fundamental (rede estruturante e de distribuição principal – 1º e 2º nível) e rede local (rede de distribuição secundária, de proximidade e de acesso local – 3º e 4º nível).

A rede fundamental possibilita a conexão com a periferia suburbana e a ligação entre os principais pólos da cidade, em 2004 correspondia a cerca de 32% do total da rede viária (1.070 km) e absorvia cerca de 72% do tráfego da cidade.

Em termos estruturantes, a rede viária da cidade de Lisboa apresenta actualmente uma estrutura do tipo radioconcêntrico e incompleto, neste caso porque, quer os eixos radiais quer os eixos concêntricos e particularmente estes, apresentam ainda descontinuidade em diversos eixos, não constituindo o sistema primário um sistema fechado. Às descontinuidades físicas acrescem as descontinuidades de capacidade que reforçam as distorções da estrutura das ligações proporcionadas pela rede. Esta situação tem vindo a ser melhorada relativamente ao início dos anos 90, altura em que foram elaborados estudos e definidos objectivos no Plano Director da cidade.

Figura 10.3 - Sistema Viário Primário - 1990



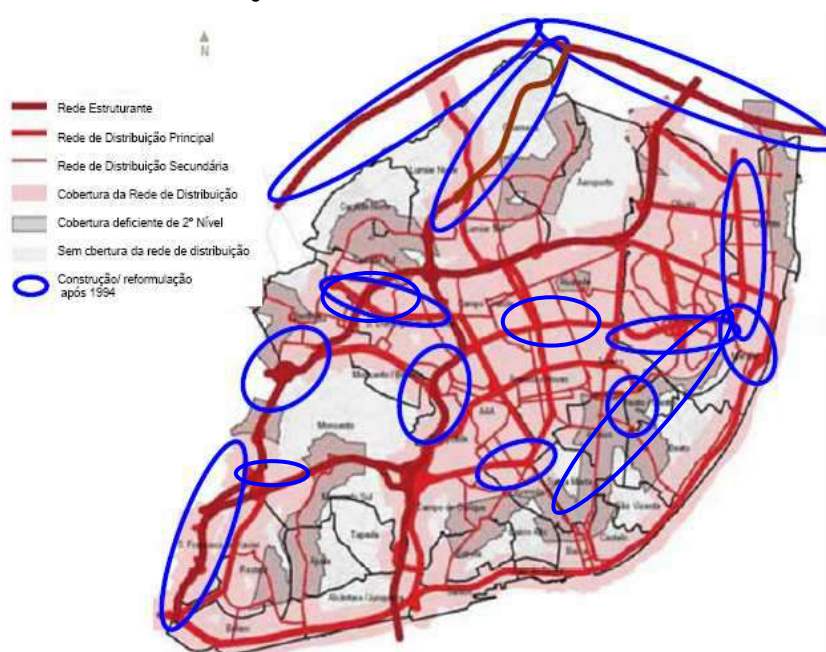
Fonte: PDM - Relatório Sectorial de Transportes, 1994

De facto, em 1990 as deficiências da rede viária eram mais pronunciadas, uma vez que a rede fundamental ainda se encontrava bastante incompleta e eram patentes ao nível do sistema de circulação dois grandes tipos de problemas:

- Falta de continuidade e capacidade nos eixos circulares e transversais interiores, sendo de referir particularmente o caso da 1ª circular para poente do Areeiro na direcção Olaias/ Beato.
- Grandes dificuldades de circulação em certos eixos secundários de malhas locais.

Desde a década de noventa foram efectuadas uma série de alterações na rede que vieram promover uma maior hierarquização da rede viária, nomeadamente com a conclusão dos principais eixos da rede estruturante.

Figura 10.4 - Cobertura da Rede Viária - 2008



Fonte: Adaptação do Plano de Mobilidade, 2004

A construção de parte do IC17 (CRIL), a finalização do Eixo Norte-Sul e da ligação deste e da 2ª Circular ao IC17 (CRIL) trouxeram melhorias na acessibilidade aos municípios limítrofes e reduziram a carga sobre a rede de distribuição principal da cidade, quer do tráfego de atravessamento, quer do tráfego com origem e destino no interior da cidade.

Na zona oriental a construção e a própria beneficiação das vias estruturantes passaram a garantir a distribuição do tráfego neste sector da cidade, nomeadamente através das avenidas centrais de Chelas (Av. Santo Condestável e a Av. General António Spínola) e da alteração do perfil da Av. Infante D. Henrique.

Apesar de se ter verificado uma melhoria significativa na hierarquização da rede, ainda existem zonas com cobertura deficiente da rede de distribuição principal (1º e 2º níveis), nomeadamente nas zonas

da Ajuda, colinas históricas envolventes à Baixa, Marvila/Beato e Coroa Periférica Norte (Carnide-Lumiar-Ameixoeira), embora os dois últimos eixos sejam zonas menos consolidadas.

As alterações introduzidas na Baixa em Fevereiro de 2009, decorrentes do fecho da Av. Ribeira das Naus para a realização de obras, provocaram a alteração da procura nas vias circulares de Lisboa. Esta alteração permitirá monitorizar a procura e aferir o modelo a implementar na Baixa e consequentemente na restante cidade, de modo a reordenar a circulação promovendo uma menor utilização do transporte individual e melhor ambiente urbano.

A Terceira Travessia do Tejo (TTT) no alinhamento Chelas-Barreiro contribuirá para o desenvolvimento da “Grande Lisboa” como uma cidade de duas margens, recentrando-a no estuário do Tejo e contrariando as tendências da “litorização”, traduzida na ocupação excessiva da Orla Costeira e das áreas poente da AML, conforme preconizado no Plano Regional do Ordenamento do Território para a AML (PROT-AML). Complementarmente, poderá ajudar a reduzir os tráfegos na Ponte 25 de Abril e na Ponte Vasco da Gama, equilibrando as entradas de tráfego em Lisboa e criando capacidade de reserva para os tráfegos gerados pelo novo Aeroporto de Lisboa.

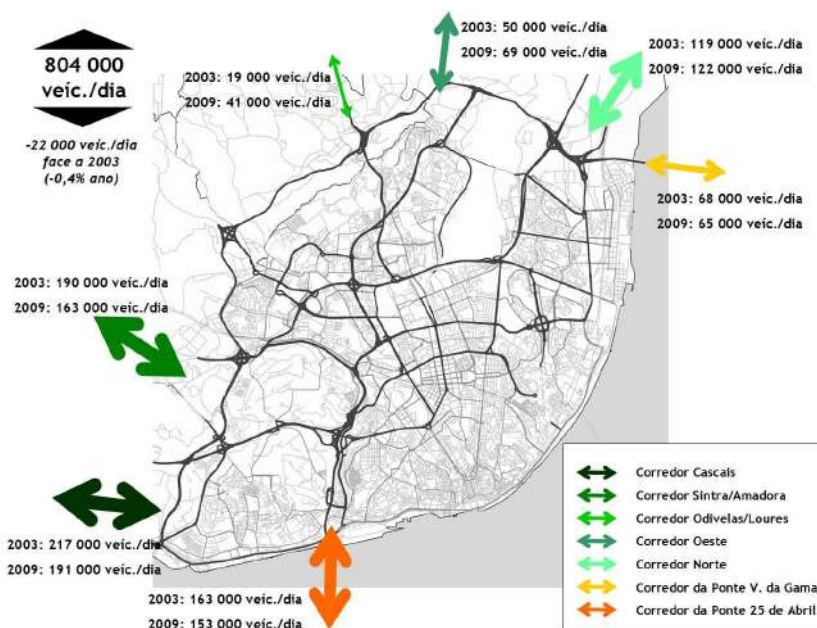
A ligação rodoviária neste alinhamento está enquadrada de uma forma coerente com a estrutura viária reticulada prevista para Lisboa, e em grande parte já executada, dando continuidade ao eixo longitudinal IP1-A1/Central de Chelas/Barreiro, em contraponto com o outro eixo longitudinal IC1-A8/Eixo Norte-Sul/Ponte 25 de Abril/Almada.

10.3.2 Procura

Num passado recente, a disseminação generalizada do uso habitacional nas AML, com a urbanização de muitos territórios agrícolas e a construção de infra-estruturas estruturantes (nomeadamente o aumento e melhoria da rede de auto-estradas, quer das vias de acesso a Lisboa, quer da rede interconcelhia), conduziu a uma maior utilização do transporte individual (TI).

A figura seguinte apresenta de um modo expedito a evolução, entre 2003 e 2009, do tráfego motorizado nos corredores de acesso a Lisboa (nos dois sentidos).

Figura 10.5 - Tráfego motorizado nos corredores de entrada/ saída de Lisboa (TMD 2008 face a 2003)



Fonte: Plano de Mobilidade, 2004 e tratamento TIS, 2010

A construção de novas vias gerou novas alternativas de acessibilidade a Lisboa e o tráfego de entrada na cidade cresceu relativamente a 1994, estimando-se que circularassem em 2003 nos principais acessos a Lisboa (nos dois sentidos) cerca de 826.000 veículos, dos quais 412.000 veículos tinham como destino Lisboa e 181.000 veículos utilizavam as vias do município para movimentos de atravessamento.

De acordo com os dados da Estradas de Portugal e da Brisa (Relatório e Contas Consolidado 2009) estima-se que a partir de 2006, o número total de veículos a circular nos principais acessos à cidade (nos dois sentidos) esteja a diminuir, situando-se abaixo dos 805.000 veículos em 2009.

Quadro 10.5 - Tráfego motorizado nos corredores de entrada/ saída de Lisboa (veículos motorizados)

ANO	Cascais (1)	Sintra/ Amadora (2)	Odivelas/ Loures (3)	Oeste (4)	Norte (5)	P. 25 Abril	P. Vasco Gama	TOTAL
2006	206.000*	190.000	25.000	66.000	137.000	155.000	65.000	844.000
2007	204.000*	185.000	25.000	68.000	135.000	156.000	66.000	839.000
2008	198.000*	180.000	27.000	67.000	125.000	152.000	65.000	814.000
2009	191.000*	163.000	41.000	69.000	122.000	153.000	65.000	804.000

1- IC15-A5/ N6; 2- IC19-A37/ N117; 3- IC22; 4- IC1-A8; 5- IP1-A1/ IC2-A30

* Dada a ausência de barreiras de portagem/ contadores automáticos no troço do IC15-A5 junto a Lisboa (Miraflores-Monsanto) este valor decorre de uma estimativa calculada pela TIS.

Fonte: Estradas de Portugal, SA, Brisa, SA (Relatório e Contas Consolidado 2009) e tratamento TIS, 2010

Relativamente à desagregação entre o tráfego com destino à cidade de Lisboa e aquele que apenas a pretende atravessar, importa apresentar o quadro seguinte o qual ilustra os resultados obtidos em

2004, para o período de ponta da manhã. Através deste quadro verifica-se que o tráfego contabilizado é maioritariamente de entrada na cidade.

Quadro 10.6 - Distribuição do tráfego de acesso a Lisboa – entrada e atravessamento – (uvl – HPM 2004)

Corredores de acesso	TMD* 2003 uvl/dia	HPM** 2004 uvl/hora	Distribuição		Peso da HPM
			Destino Lisboa	Atravessamento	
Cascais (IC15-A5 e EN6-Av. Marginal)	113.500	8.900	78%	22%	7,8%
Sintra/ Amadora (IC19-A37 e EN117)	101.800	7.300	75%	25%	7,2%
Odivelas/ Loures (IC22-Radial de Odivelas)	9.600	2.100	100%	---	21,9%
Oeste (IC1-A8)	27.600	2.300	48%	52%	8,3%
Norte (IP1-A1, IC2-A30)	61.500	8.400	79%	21%	13,7%
Ponte Vasco da Gama (IC13-A12)	36.100	5.600	64%	36%	15,5%
Ponte 25 de Abril (IP2-A2)	87.000	7.100	83%	17%	8,2%
Total	437.100	41.700			9,5%

* Tráfego Médio Diário; ** Hora de Ponta da Manhã

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

10.4. Estacionamento

10.4.1. Estacionamento de acesso público

De acordo com o levantamento realizado em 2003 (TIS), a oferta de estacionamento na via pública, compreendia cerca de 153 mil lugares²⁶, o que traduz num rácio de 271 lugares na via pública por cada 1.000 habitantes ou 650 lugares por cada 1.000 famílias. Mas a oferta de estacionamento não é uniforme em toda a cidade, apresentando a zona das Avenidas Novas uma das maiores densidades de lugares de estacionamento, acima dos 40 lugares/ha.

O rácio entre a oferta de estacionamento e o número de alojamentos, apresenta valores muito baixos em algumas zonas históricas, nomeadamente no Bairro Alto (0,33 lugares/alojamento), Castelo e Alfama (0,30 lugares/alojamento) e, em zonas habitacionais densamente povoadas, destacando-se entre estas, Arroios (0,40 lugares/alojamento), Campo de Ourique (0,43 lugares/alojamento) e Santa Marta (0,45 lugares/alojamento).

A procura de estacionamento na via pública é superior à oferta, quer no período diurno, quer no período nocturno, rondando os 30% nos dois períodos.

²⁶ Cerca de 5.000 são destinados a entidades

Quadro 10.7 - Procura de Estacionamento na via pública - 2003

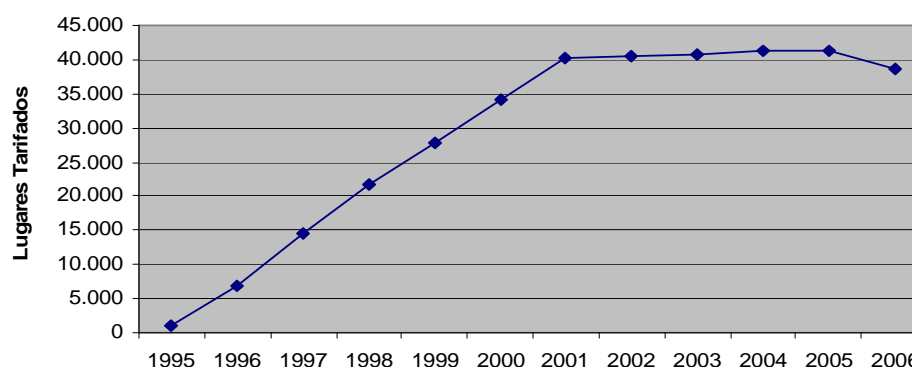
		Período Diurno		Período Nocturno	
Procura Legal	Procura em lugares gratuitos	86.000	48%	85.000	51%
	Procura em lugares tarifados	35.000	20%	30.000	19%
	Total	121.000	68%	115.000	70%
Procura Ilegal		57.000	32%	48.000	29%
Procura TOTAL na via		178.000		163.000	

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

O estacionamento é um importante instrumento de gestão da mobilidade, uma vez que é uma variável que permite influenciar as escolhas modais das pessoas, desde que sejam introduzidas restrições à sua utilização, as quais podem ser de natureza diversa, destacando-se entre estas, a limitação da quantidade de estacionamento, do tempo de permanência, ou a introdução de uma tarifa horária.

Com o objectivo de promover a disciplina e a rotatividade dos lugares de estacionamento na via pública, Lisboa iniciou a regulação do estacionamento nas zonas centrais da cidade em 1995. A limitação do acesso ao estacionamento iniciou-se com o condicionamento da utilização do estacionamento numa zona piloto nas Avenidas Novas (num total de 967 lugares). Desde então, alargaram-se as zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL) a outras zonas da cidade, e particularmente no eixo central, levando a que, em 2001, a oferta de estacionamento tarifado na via pública (ZEDL) atingisse cerca de 40.630 lugares tarifados.

Figura 10.6 - Evolução do número de lugares tarifados



Fonte: EMEL, 2008

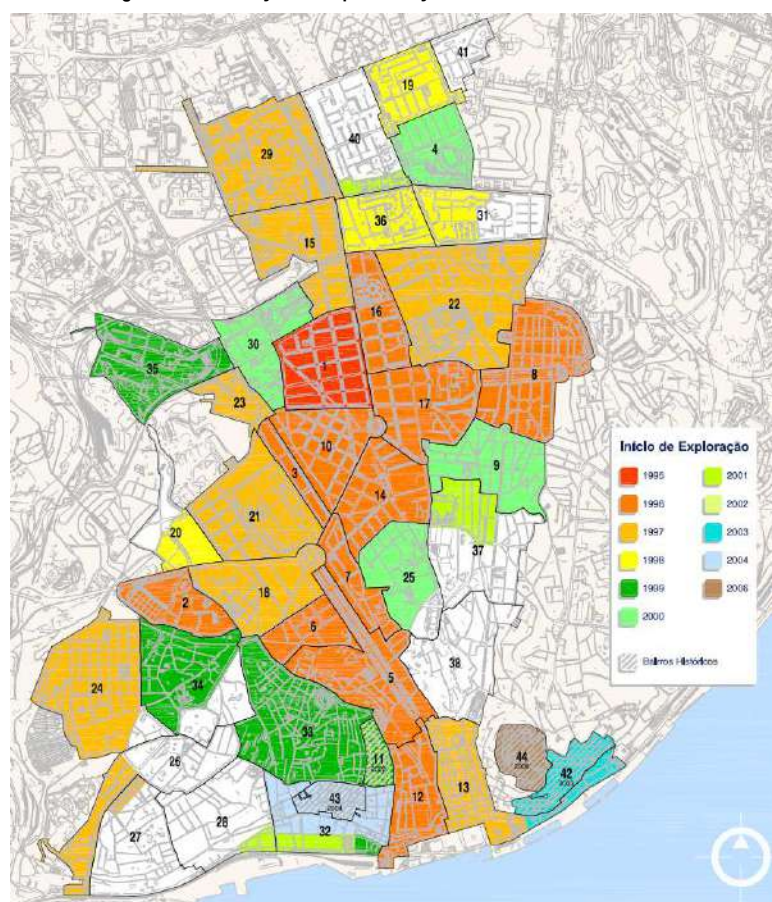
Após 2001, verificou-se a estabilização do total de lugares de estacionamento tarifados, tendo-se atingido o valor máximo com 41,2 mil lugares tarifados em 2004; em 2006, o número de lugares tarifados foi reduzido para cerca de 38 mil lugares devido à eliminação de parte da oferta de estacionamento, o que aconteceu por via da consolidação e estruturação urbana de algumas das zonas da cidade, mas também devido à não consideração da oferta reservada para entidades.

A EMEL nunca conseguiu actuar sobre a totalidade dos lugares de estacionamento concessionado, estimando esta que, em 2008, a fiscalização e controle do cumprimento dos regulamentos de estacionamento de duração limitada abrangesse cerca de 70% da oferta total (em 2003, apenas abrangia 30%). A regulação do estacionamento tem, apresentado desde 1995, períodos de maior e menor eficácia, verificando-se inclusive que a fiscalização em algumas zonas foi abandonada devido à frequente vandalização dos parquímetros.

Com efeito, a partir de 2002, a EMEL elegeu como zona privilegiada de intervenção, o designado Eixo Central, no qual reforçou consideravelmente a sua fiscalização, de modo a promover a efectiva rotação dos lugares de estacionamento na via pública. O eixo central abrange doze das zonas EMEL num total de 11.288 lugares (valores de 2007), os quais representam cerca de 31% da oferta de estacionamento nas ZEDL e geram cerca de 57% dos proveitos gerados pelo pagamento do estacionamento na via.

O rácio do total de lugares de estacionamento tarifados por 1.000 habitantes (cerca de 70 lugares tarifados por cada mil hab.; valores de 2003), é semelhante ao que existia em Paris e, é cerca de 1/3 mais elevado do que na cidade de Madrid (53 lug./1.000hab) (Hérmendez, 2005).

Figura 10.7 - Evolução da implementação do Estacionamento Tarifado



Fonte: EMEL, 2008

Uma vez que uma parte significativa da cidade de Lisboa se expandiu numa altura em que não existiam automóveis ou, em que estes não tinham a importância que têm hoje, existem muitas zonas da cidade, nas quais a procura de estacionamento dos residentes está apoiada maioritariamente na oferta disponível na via pública (e em bolsas de estacionamento ocasionais). Estas zonas apresentam elevadas pressões de estacionamento no período nocturno, o que se traduz em taxas de ocupação do estacionamento elevadas. Essa desproporção entre a oferta e a procura apresenta as maiores assimetrias nas zonas envolventes à Av. Almirante Reis, no eixo Bairro Alto/Campo de Ourique, em Alfama e na zona de Alvalade, a Sul da Linha de Cintura.

Seguidamente apresentam-se alguns indicadores gerais relativos à procura do estacionamento, sendo que estes remetem para os resultados dos levantamentos realizados em 2003.

Quadro 10.8 - Indicadores de procura de estacionamento na via pública ao município

Indicadores	Período Diurno	Período Nocturno
Taxa de Ocupação [(procura legal + ilegal)/oferta]	116%	107%
% de estacionamento ilegal [(procura ilegal/procura total)]	32%	29%
Densidade de procura (veículos estacionados/Ha)	21,0	19,3
Densidade de procura (veículos estacionados/Ha bruto)	24,6	22,6
Veículos estacionados/ residente	0,32	0,29
Residentes/ veículos estacionados	3,17	3,45
Veículos estacionados / alojamentos	0,70	0,65
Alojamentos/ veículos estacionados	1,42	1,55
Veículos estacionados/n.º de empregados e estudantes	0,33	0,30
N.º de empregados e estudantes/ veículos estacionados	3,04	3,31

Fonte: Plano de Mobilidade, 2004

De modo a gerir a procura de estacionamento dos residentes, a EMEL criou o dístico de residente, mediante a apresentação do qual estes podem estacionar na sua área de residência gratuitamente (ou quase). Inicialmente a disponibilização destes dísticos era realizada sem qualquer limitação de quantidade, podendo existir inúmeros dísticos por fogo. Esta situação foi entretanto corrigida, existindo limites ao número de dísticos que podem ser atribuídos por fogo (num máximo de 4) e, apenas o primeiro é gratuito (nos restantes, o preço é simbólico mas incremental).

A atribuição dos dísticos de residentes é realizado sem que exista qualquer relação com o total de lugares de estacionamento disponíveis em cada zona, e por essa razão, diversas zonas apresentam rácios de dísticos / lugares de estacionamento tarifado superiores a 1, o que significa que nem todos os que têm direito a estacionar na via o podem fazer de forma legal.

Entre 2002 e 2003, e de modo a ter em consideração as necessidades de estacionamento dos residentes nos bairros históricos, mas também as questões de segurança, foram criadas zonas em

que o acesso de tráfego e estacionamento é condicionado. Este tipo de regulação foi implementado no Bairro Alto e Alfama (2003), em Santa Catarina (2004) e no Castelo (2006). O acesso ao estacionamento em zonas tarifadas por residentes e comerciantes é permitido por períodos ilimitados, sujeitos a pagamento de uma taxa anual. De modo a suprir parte das dificuldades de estacionamento dos residentes nos bairros históricos foram ainda criados os parques de estacionamento da Calçada do Combro (2005) e das Portas do Sol (2007).

No final de 2004, a CML assinou também um protocolo com os parques de estacionamento privado no sentido de garantir a cedência de 5 mil lugares de estacionamento a residentes em Lisboa. Estes lugares estão distribuídos por onze parques da cidade (Marquês de Pombal, Campo de Ourique, Avenida de Roma, Campolide, Campo Mártires da Pátria, Alameda Dom Afonso Henriques, Avenida de Berna, Saldanha, Alexandre Herculano, Praça de Londres e Valbom). A tarifa de estacionamento mensal é de 25 Euros.

No regulamento do PDM de 1994 procurou-se também garantir a provisão de estacionamento na via pública, estabelecendo para tal, que nos loteamentos deve ser considerada a provisão de 1 lugar na via pública por cada 100 m² de ABC. Todavia, porque estes índices não têm em consideração as características urbanas e os padrões de acessibilidade da área em que os loteamentos se inserem, têm também introduzido algumas distorções ao modelo de funcionamento da cidade e que aqui importa reflectir.

Com efeito, os loteamentos desenvolvem-se em áreas classificadas como áreas consolidadas, de estruturação ou de reconversão para as quais estão previstos índices de utilização brutos (IUB) diferenciados, conforme é possível verificar no quadro seguinte. A necessidade de prever 1 lugar de estacionamento na via pública por cada 100 m² de ABC nas diferentes áreas conduz a diferentes necessidades de estacionamento na via pública. Tome-se como exemplo uma parcela com 10.000 m², à qual se aplica um índice de construção variável de acordo com a categoria de espaço.

Quadro 10.9 - Áreas para estacionamento na via pública de acordo com o PDM de Lisboa

Categoria urbanística	IUB	Área Bruta de Construção	Área para estacionamento na via pública	% do Total
Área de Estruturação	1	10.000	1.250	12,5%
Área de Reconversão	1,8	18.000	2.250	22,5%
Área Consolidada	2	20.000	2.500	25%

Parcela: 10.000m²

Numa zona de estruturação (que corresponde normalmente a zonas expectantes), as necessidades de espaço para estacionamento na via representam 12,5% do empreendimento, admitindo somente o espaço para imobilização do veículo (12,5 m² por lugar). Num empreendimento localizado numa área

consolidada, onde o IUB permitido é superior, a percentagem de área do lote que deve ser afectada à provisão de estacionamento público é de 25%, verificando-se que estas situações correspondem frequentemente a áreas melhor servidas por transporte público.

Ou seja, nos últimos anos, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas no sentido de minorar as dificuldades de estacionamento dos residentes nas zonas da cidade em que este problema é mais crítico. Existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de procurar equilibrar a procura e a oferta de estacionamento, mas em algumas das zonas da cidade tem que ser compreendido que não será possível providenciar a oferta de estacionamento que os residentes gostariam de ter, já que existem severas limitações de espaço que possa ser afecto ao estacionamento. Nessas zonas, a aposta tem que ser nos modos suaves e no desenvolvimento dos transportes colectivos.

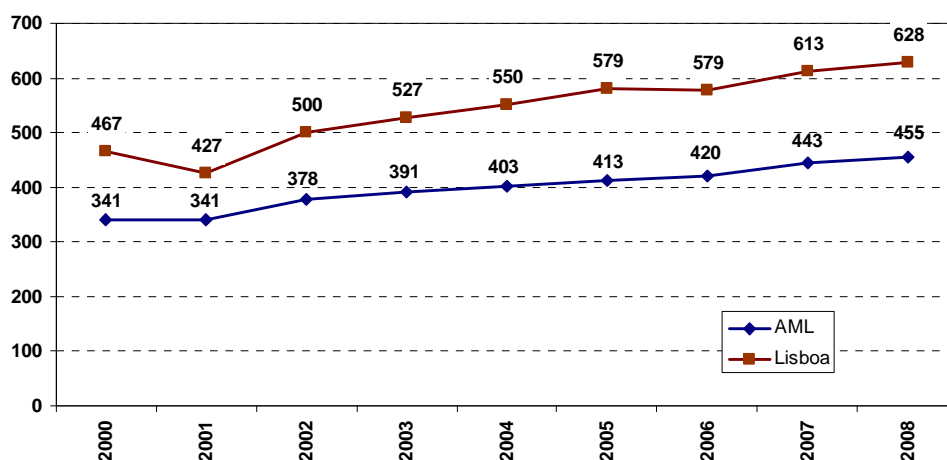
Por outro lado, a regulamentação dos padrões de oferta pública e privada de estacionamento, através da consideração de parâmetros mínimos de oferta estabelecidos apenas em função da área de construção como estabelecido no PDM em vigor, conduz a provisões de oferta pública e privada elevadas, as quais, normalmente, conduzem a taxas de motorização mais elevadas, e consequentemente a uma maior utilização do automóvel. A título de exemplo refira-se a zona do Parque das Nações, que tendo sido construída integralmente nos últimos 15 anos, apresenta a taxa de motorização mais elevada da cidade (589 veículos/1.000 hab.)²⁷. Neste caso, foi adoptado uma política de concentração do estacionamento público na via em estacionamento coberto, o que não se verificou muito eficaz no que respeita à sua gestão.

10.4.2. Estacionamento privado

A melhoria das infra-estruturas rodoviárias foi acompanhada pelo aumento muito significativo do parque automóvel nacional. A taxa de motorização teve um aumento significativo na década de noventa, mas a partir de 2002 tem-se verificado uma abrandamento na tendência de crescimento, situação que ocorre quer na AML, quer na própria cidade de Lisboa.

²⁷ Inquérito à Mobilidade (TIS, 2003)

Figura 10.8 - Evolução da Taxa de Motorização em Lisboa e na AML



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Instituto de Seguros de Portugal, 2000-2008

Tomando em consideração os dados do Instituto de Seguros de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que, para os veículos registados na AML, a taxa de motorização evoluiu de 341 veículos/1000 hab. em 2000 para 455 veículos/1000 hab. em 2008, o que conduz a uma taxa de crescimento médio anual da taxa de motorização de 3,6% ao ano neste período²⁸, valor este muito assinalável. Para os veículos registados no município de Lisboa, a taxa de motorização cresceu de 467 veíc./1000hab. em 2000 para 628 veículos/1.000 hab. em 2008, o que se traduz num crescimento médio anual da taxa de motorização de 3,8% no mesmo período.

Note-se que, de acordo com o inquérito aos residentes realizado em 2003, a taxa de motorização dos residentes em Lisboa era de 281 veículos/1.000 hab., no entanto a consideração do parque automóvel segurado aponta para taxas de motorização de 527 veículos/1.000 hab.. No caso particular de Lisboa, a evolução das estatísticas do parque automóvel não pode ser entendida como se esta fosse a motorização dos residentes, uma vez que o parque automóvel segurado inclui também os veículos automóveis ligeiros afectos às empresas que têm sede em Lisboa, as quais devem cativar uma parte significativa das frotas²⁹.

De modo a assegurar as necessidades de estacionamento privado, o Plano Director Municipal de 1994 estabeleceu rácios mínimos para a provisão do estacionamento na via pública e no interior dos lotes, em função dos usos urbanísticos previstos, os quais são aplicáveis uniformemente em todo o concelho, dependendo apenas da categoria urbanística do espaço em que se inserem.

²⁸ Em 2003, o Instituto de Seguros de Portugal reviu as suas estimativas relativamente ao parque automóvel tendo procedido à eliminação de um conjunto significativo de veículos; de modo a ser possível comparar estes resultados com dados estatísticos anteriores optou-se por eliminar os veículos "em excesso" nas séries anteriores a 2003.

²⁹ Em Oeiras, a taxa de aderência do parque automóvel dos residentes ao parque automóvel segurado rondava os 75%, e neste concelho, a presença de sedes de empresa não é tão expressiva como em Lisboa.

Excluindo as áreas industriais e comerciais de grande dimensão (para as quais é necessário considerar a realização de um Estudo de Tráfego), o PDM estabelece os seguintes rácios:

Quadro 10.10 – Índices de dimensionamento do estacionamento no lote

Usos		Lugares de estacionamento
Habitação	fogos < 150m ²	≥ 1 lugar/fogo
	fogos > 150m ² ou tipologia ≥ T3	≥ 2 lugares/fogo
Edifícios destinados comércio retalhista	Iguais ou inferiores a 500m ²	2 lugar/100m ² de ABC
	Superior a 500m ²	3 lugar/100m ² de ABC
Edifícios destinados a hipermercados e comércio grossista	> 2.500m ² e ≤ 4.000 m ²	4 lug/100m ² de ABC
	> 4.000 m ²	4 lug/100m ² de ABC + Estudo de Tráfego
Edifícios destinados a serviços	Iguais ou inferiores a 500m ²	1,5 lugar/100m ² de ABC
	Superior a 500m ²	2,5 lugar/100m ² de ABC

Fonte: Regulamento do PDM em vigor

Estes índices não têm em consideração a área em que se inserem, nomeadamente se se tratam de zonas bem ou mal servidas pelo transporte colectivo ou, nas quais existam (ou não) défices de estacionamento público. De modo global estes índices têm sido considerados como valores mínimos de referência, sendo suplantados muitas vezes pelos promotores, uma vez que estes associam a maior provisão da oferta de estacionamento privada a uma maior qualidade do produto imobiliário que comercializam.

A médio prazo esta estratégia tem custos para a cidade, uma vez que está à fomentar a provisão de estacionamento privado de modo indistinto em toda a cidade, sendo reconhecido que a maior ou menor facilidade de estacionamento privado conduz a uma maior motorização, e conseqüentemente a uma maior utilização do automóvel.

10.5 Transporte Colectivo

10.5.1. Transporte Suburbano

As entradas em Lisboa em transporte colectivo a partir dos restantes concelhos da AML são asseguradas pelo transporte ferroviário, barco e autocarro suburbano. A oferta ferroviária da AML está organizada em 6 linhas, respectivamente a Linha da Azambuja/Linha do Norte, Linha de Sintra/Linha do Oeste, Eixo Norte-Sul, Linha de Cascais, Linha de Cintura e Ramal de Alcântara e Linha do Sado/Linha do Sul.

As três primeiras linhas embebem os seus serviços na Linha de Cintura, servindo as estações de Entrecampos, Roma-Areeiro, Campolide e Sete Rios, levando a que, nos períodos de ponta, o intervalo entre serviços nas estações centrais seja inferior a 5 minutos.

A oferta é variável em função do corredor considerado, sendo de destacar pela intensidade da oferta, o troço entre Campolide e Roma-Areeiro (na Linha de Cintura), entre Queluz/Massamá e Campolide (na Linha de Sintra) e entre Algés e o Cais do Sodré (na Linha de Cascais entre Oeiras e Cais do Sodré), todos eles com uma oferta acima das 20 circulações/hora. Nas figuras seguintes apresentam-se os serviços que servem cada uma das estações ferroviárias, bem como a intensidade da oferta nos períodos de maior procura e no corpo do dia.

Figura 10.9 – Linhas que servem cada uma das estações ferroviárias de Lisboa

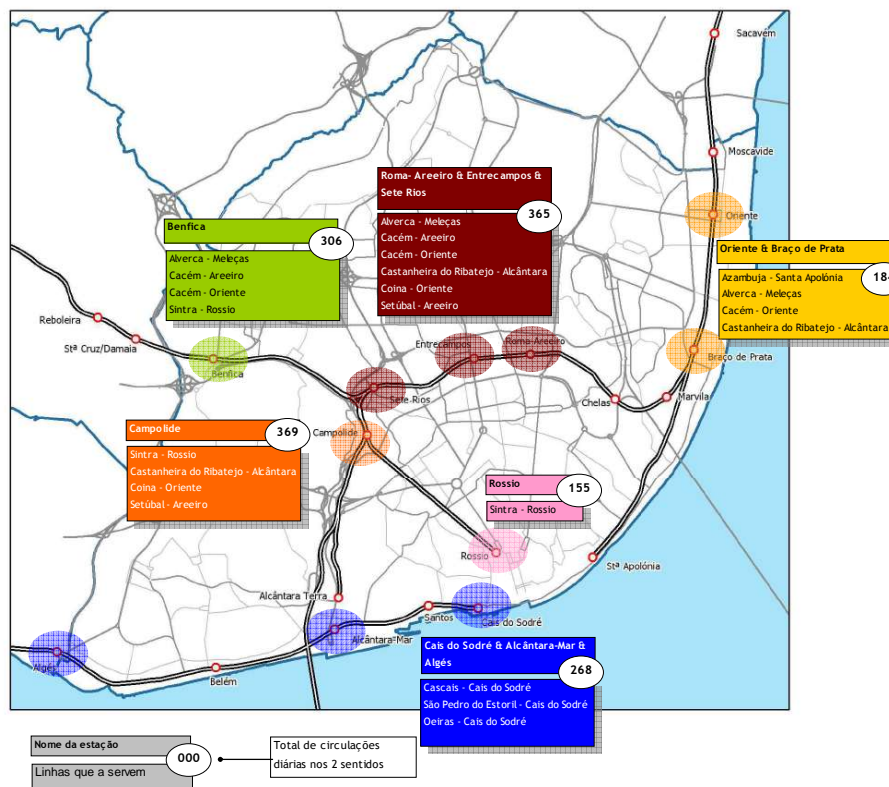
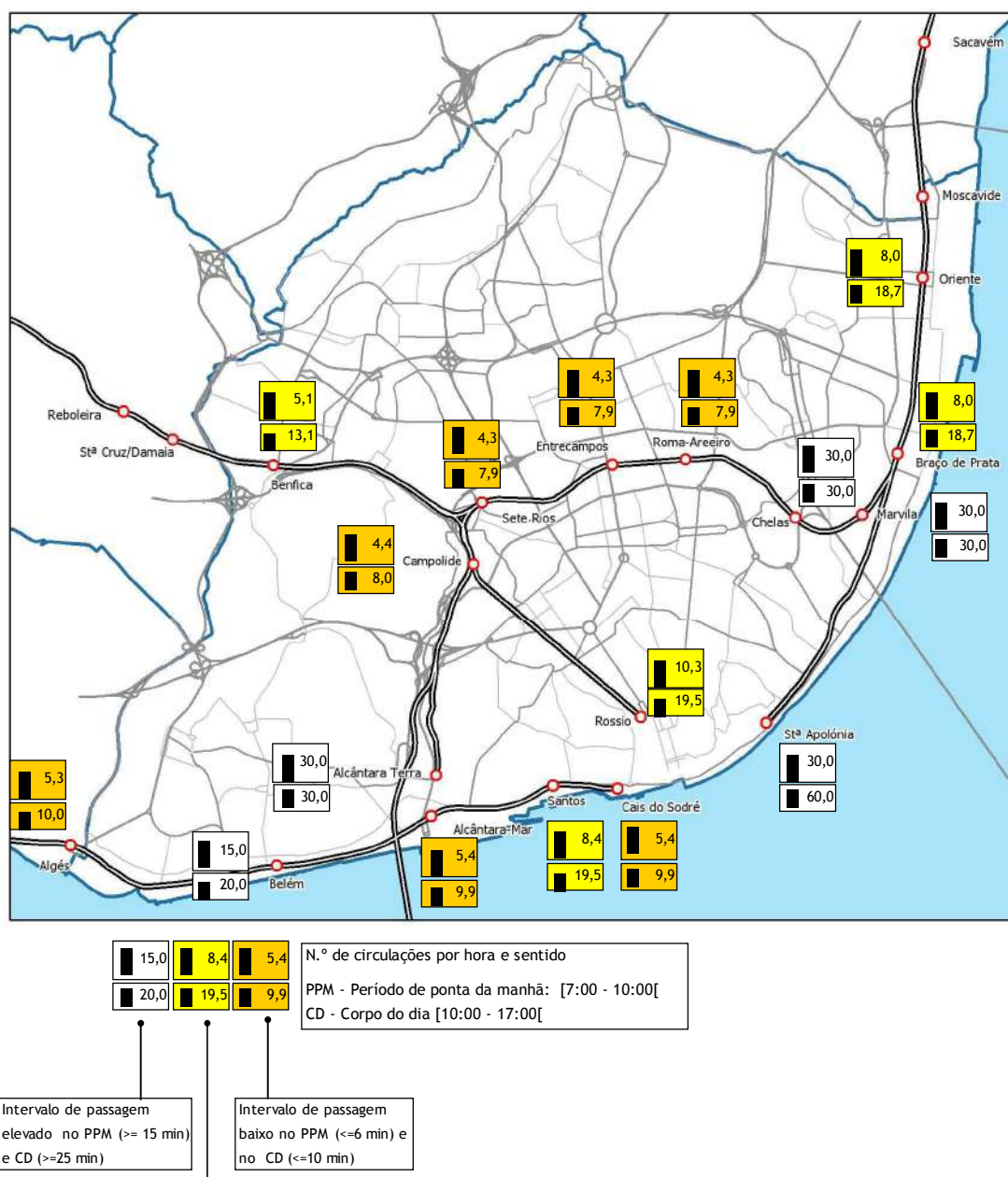


Figura 10.10 – Frequência de serviço em cada uma das estações ferroviárias que servem Lisboa



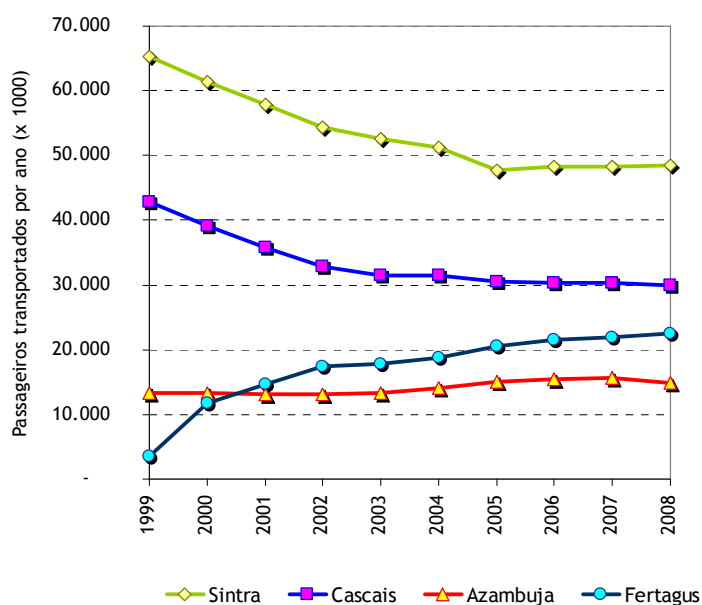
A oferta nas estações de Algés, Alcântara e Cais do Sodré (todas na Linha de Cascais), Campolide, Sete Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro (na Linha de Cintura) apresentam frequência de oferta muito elevadas no PPM (período de ponta da manhã) e do Corpo do Dia (CD), oferecendo intensidades de oferta equivalentes às proporcionadas pelo Metropolitano de Lisboa.

Na figura seguinte apresentam-se as curvas de procura das linhas que servem Lisboa; no seu conjunto, estas linhas movimentavam em 2008, cerca de 118.960 mil passageiros por ano (note-se que nem todos têm destino em Lisboa).

Até 2005, a tendência era no sentido de decréscimo da procura do transporte ferroviário (com taxas de decréscimo anual compreendidas entre os -1,5% em 2004/2005 e os -3,2% em 2001/2002); a partir deste ano, verifica-se a inversão desta tendência, com a procura global nas linhas ferroviárias a aumentar em 1,3% no período entre 2005/2006 e 0,72% entre 2006/2007. No período entre 2007/2008 verificou-se praticamente a estagnação da procura (crescimento de -0,25%).

O Eixo Norte-Sul (serviço promovido pela Fertagus) mantém, desde a sua introdução uma tendência de evolução positiva: entre 2000 e 2008, a taxa média de crescimento da procura desta linha foi de 8,6%. A linha da Azambuja apresenta também uma taxa média de crescimento positiva (1,6% ao ano entre 2000 e 2008), mas substancialmente mais moderada do que a verificada no corredor de ligação à Margem Sul. Pelo contrário, as Linhas de Cascais e Sintra, apresentaram no mesmo período de 2000 a 2008, taxas de diminuição da procura muito significativas, respectivamente, de -3,3% e de -2,9%, traduzindo a migração das viagens em comboio para o transporte individual, mas também o envelhecimento da população residente nas áreas de influência imediata das estações de comboio.

Figura 10.11 - Procura Anual nas Linhas Ferroviárias Suburbanas



Fonte: Relatório e Contas da CP e Fertagus

Relativamente ao transporte fluvial este é totalmente explorado pela Transtejo (que adquiriu a Soflusa) e estabelece a ligação entre as duas margens utilizando 11 terminais, dos quais cinco são na Margem Norte (Cais do Sodré, Belém, Parque das Nações e 2 no Terreiro do Paço) e seis estão

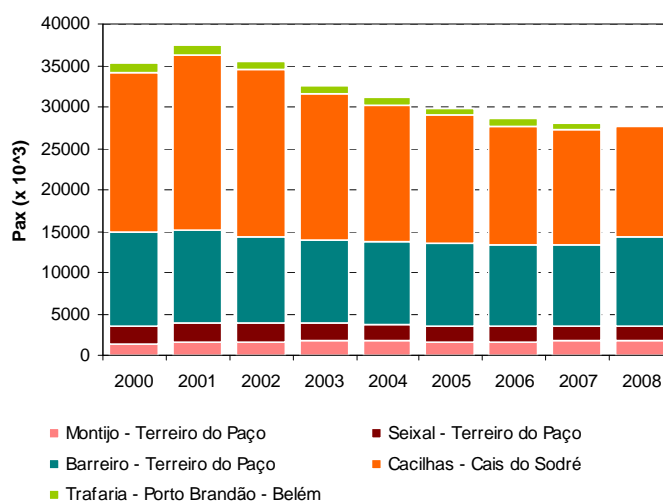
localizados na margem sul (respectivamente no Barreiro, Cacilhas, Seixal, Montijo, Trafaria e Porto Brandão).

O principal ponto de concentração da oferta é o Cais do Sodré, com cerca de 300 serviços diários (em ambos os sentidos), seguindo-se o Terreiro do Paço com 154 serviços. Os serviços entre o Cais do Sodré e Cacilhas e entre o Terreiro do Paço e o Barreiro oferecem um intervalo entre passagens de 15 minutos. Entre o Cais do Sodré e o Seixal e entre o Cais do Sodré e o Montijo, o serviço funciona só nas horas de ponta e à hora de almoço e dispõe de 2 serviços por hora em cada sentido. Em Belém são estabelecidas 142 ligações diárias em ambos os sentidos com Cacilhas, Trafaria e Porto Brandão.

Em 2008, a Transtejo transportava cerca de 28,4 milhões de passageiros nas cinco ligações de transporte fluvial asseguradas. Nem todas as ligações fluviais apresentam a mesma intensidade de procura, destacando-se neste contexto, a ligação Cacilhas-Cais do Sodré (que movimentava em 2008 cerca de 13.340 mil passageiros; 47% da procura do transporte fluvial) e a ligação Barreiro-Terreiro do Paço (10.674 mil passageiros, 38% da procura fluvial). As ligações ao Seixal, Montijo e à Trafaria e Porto Brandão movimentam cerca de 16% do total da procura do transporte fluvial.

Entre 2000 e 2008, a Transtejo perdeu cerca de 20% dos passageiros transportados, o que reflecte a tendência sentida pelos restantes operadores de transportes (urbanos e suburbanos), mas foi agravada pela entrada em operação da ligação ferroviária no Eixo Norte-Sul em 1999/2000 (entre 2000 e 2008, a ligação Cacilhas – Cais do Sodré perdeu cerca de 30% dos passageiros). A partir de 2005/2006, verificou-se também a inversão da tendência de decréscimo da procura, podendo-se considerar que esta “estagnou” nos 28,5 milhões de passageiros transportados anualmente.

Figura 10.12 - Evolução da Procura da Transtejo



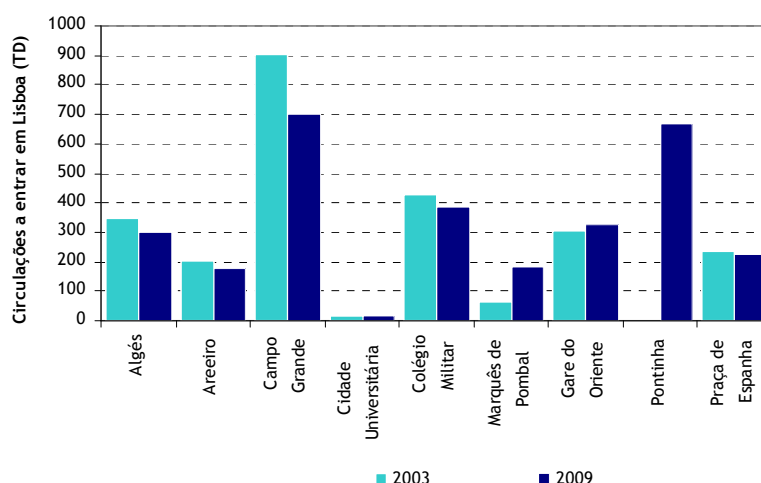
Fonte: Relatórios e Contas da Transtejo e Soflusa

Relativamente ao transporte colectivo rodoviário, a oferta que promove a ligação entre os outros municípios da AML e Lisboa é garantida por um grande número de operadores, que de uma forma geral possuem concessões de áreas de exploração diferenciadas, excepto nas vias rápidas ou nos eixos de entrada na cidade. Entre os principais operadores de transporte rodoviário suburbano, destacam-se a Rodoviária de Lisboa, a Vimeca, os TST, o Barraqueiro, Boa Viagem, Isidoro Duarte ou Mafrense.

Em 1999, as carreiras de penetração na cidade totalizavam cerca de 3.380 circulações diárias (2 sentidos), tendo a maioria origem na margem norte (cerca de 82%), destacando-se os municípios de Loures e Odivelas com 50% do total. Com uma oferta muito inferior, enquadra-se o conjunto de municípios da Amadora, Sintra e Mafra com 37 carreiras e 491 circulações, seguido pelo sector de Vila Franca de Xira/Azambuja com 393 circulações diárias. A partir de Cascais e Oeiras circulavam diariamente 202 autocarros. Com proveniência na margem sul entravam em Lisboa 597 circulações, das quais 72% utilizavam o corredor da Ponte 25 de Abril, promovendo as ligações dos municípios de Almada, Seixal e Sesimbra a Lisboa.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução da oferta TC suburbana em cada uma das principais interfaces de transporte, reportando-se esta análise aos anos de 2003 (ano em que foi realizado o Plano de Mobilidade e Transportes) e de 2009. Os dados de 2003 não permitem conhecer a oferta na interface da Pontinha já que neste exercício apenas foi considerada a estação de terminos de serviço; em 2009, foram consideradas as circulações que servem cada um dos terminais.

Figura 10.13 - Evolução da Oferta TC suburbana nas principais interfaces urbanas



Fonte: TIS com base nos horários dos operadores de transporte

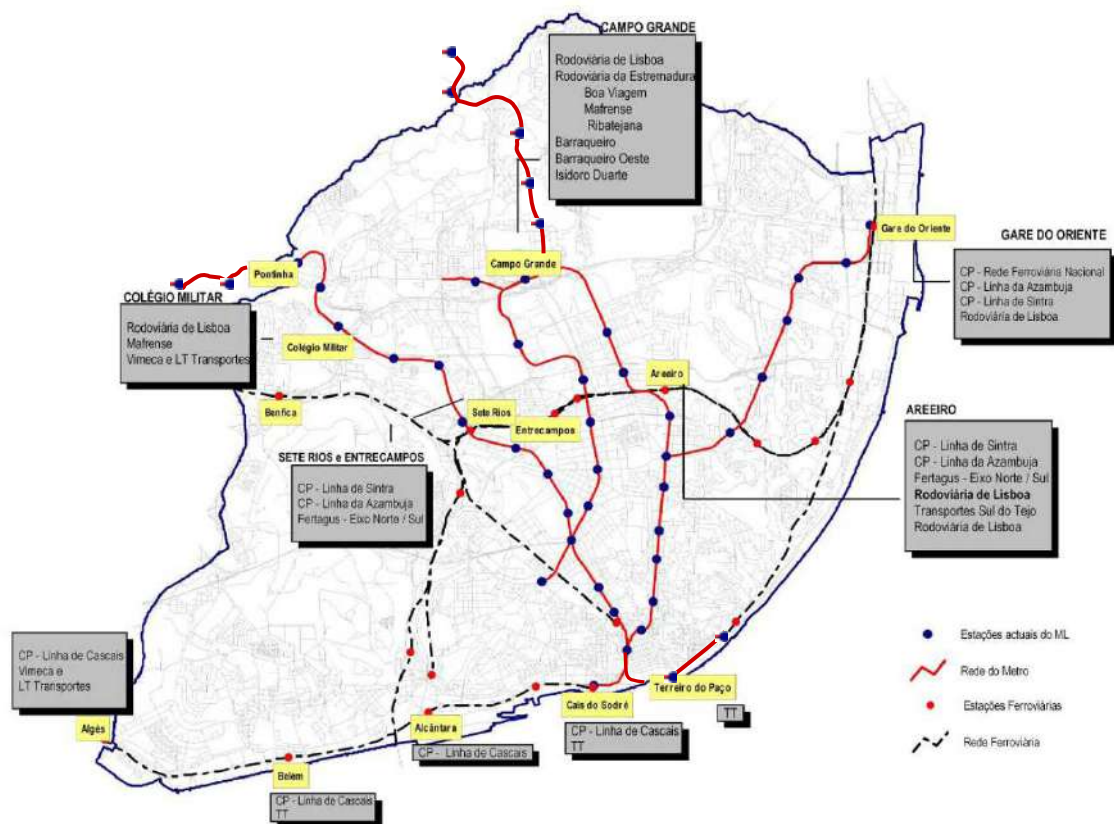
A interface do Campo Grande é, incontestavelmente a interface em que está mais concentrada a oferta dos transportes colectivos rodoviários sub-urbanos (foram contabilizadas cerca de 700 chegadas diárias este terminal). Grande parte desta oferta é promovida pela Rodoviária de Lisboa (67% das circulações), mas este interface acomoda também a oferta promovida pela Barraqueiro, Boa Viagem, Isidoro Duarte, Mafrense e TST. Entre 2003 e 2009 a oferta proporcionada em TC rodoviário foi reduzida em cerca de 200 circulações a chegar ao terminal, reflectindo a adaptação da oferta em autocarro à expansão da rede de Metropolitano até Odivelas, a qual passou a rebater no Senhor do Roubado.

As interfaces do Colégio Militar e Pontinha são também duas das principais interfaces de rebatimento do TC rodoviário suburbano, mas a oferta que serve estas duas interfaces é, em muitos casos complementar. As interfaces do Oriente e Algés são também importantes pontos de concentração da oferta.

As interfaces sobre as quais os transportes rodoviários suburbanos fazem o rebatimento foram melhoradas e a sua reformulação e organização face à situação de dispersão patente no início dos anos 90 trouxe melhorias na organização da rede. A realocação dos terminais das carreiras suburbanas e nacionais em interfaces próximas do limite do município, junto a vias pertencentes à rede principal, reduziu a ocupação do espaço público nas áreas centrais e diminuiu o tempo dispendido por estes em congestionamento na rede interna.

As alterações efectuadas nas interfaces no interior da cidade desde meados dos anos 90 vieram introduzir melhorias na conexão entre o modo pesado suburbano e os transportes colectivos urbanos, nomeadamente o metropolitano. A reformulação das interfaces de Sete Rios e Entrecampos, a construção do estação do Oriente e a amarração do Metropolitano ao Cais do Sodré e Santa Apolónia, bem como as alterações na oferta do suburbano pesado para estações já existentes, como sejam as estações de Sete Rios, Campolide e Roma-Areeiro, não produziram efeitos muito significativos na atractividade do transporte colectivo, mas ajudaram a melhorar a vivência urbana (e o tráfego rodoviário) na envolvente às antigas localizações.

Figura 10.14 - Principais interfaces de Rebatimento



Fonte: Adaptação do Plano de Mobilidade, 2004

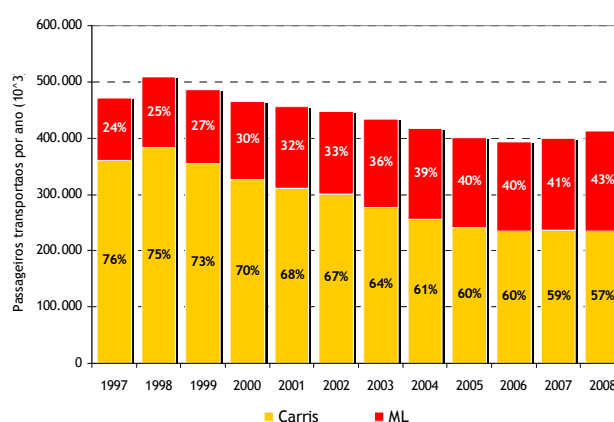
10.5.2. Transporte Urbano

O transporte urbano em Lisboa é promovido essencialmente pela CARRIS e pelo Metropolitano; nos últimos anos, a elevada oferta ferroviária promovida, na Linha de Cintura, teve a capacidade de atrair para o transporte ferroviário algumas das viagens internas a Lisboa (e.g. ligações entre a zona Norte do Parque das Nações e as Avenidas Novas). Um dos factores que contribui para uma menor adesão a este tipo de serviço é a diferença de tarifário praticado pelos operadores urbanos e pelos operadores ferroviários, sendo de reflectir sobre a necessidade de considerar uma tarifa interna a Lisboa equiparada com o preço do ML e da Carris.

Apesar da melhoria introduzida durante os últimos 10/15 anos no que respeita à cobertura da rede e à sua amarração à rede pesada, bem como à integração física entre essas redes, o número de passageiros transportados pela CARRIS e pelo Metropolitano diminuiu cerca de 18% entre 1980 e 2002, por um lado, porque se verificou uma transferência modal para o transporte individual, mas também porque a população residente em Lisboa se reduziu significativamente no mesmo período.

A partir de 2007, verifica-se a inversão desta tendência de redução da procura, o que é conseguido simultaneamente à custa do abrandamento da taxa de diminuição dos passageiros da Carris (taxa média de decréscimo de -0,1% no período 2006/2008 versus -5% entre 2000 e 2006), mas sobretudo do acréscimo dos passageiros do Metropolitano (entre 2006 e 2008, a taxa média anual de crescimento da procura do Metro foi de 6%). O Metropolitano de Lisboa tem vindo a aumentar a quota de mercado do transporte urbano (i.e., Carris + Metro), passando de 36% em 2003 para 43% em 2008.

Figura 10.15 – Evolução dos passageiros transportados por ano (x 10³)



Fonte: Relatório e Contas do ML e da Carris

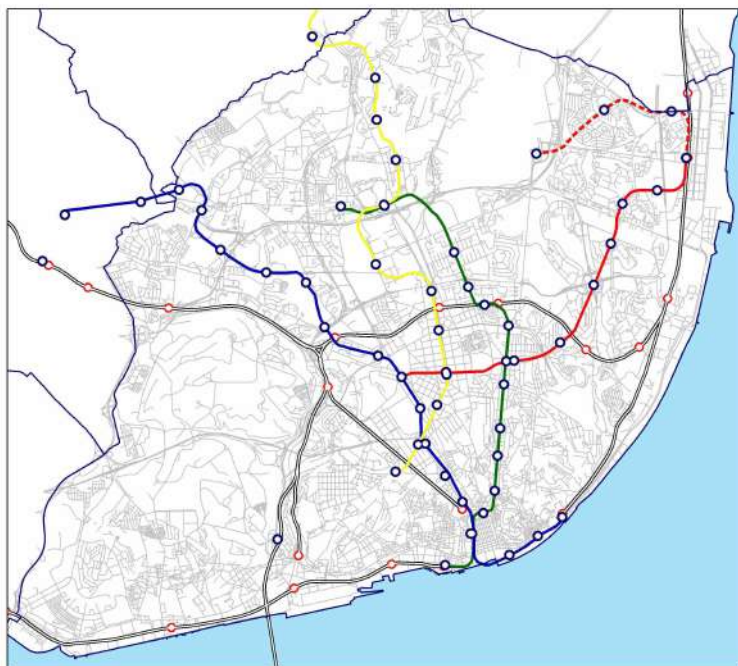
O transporte colectivo é apoiado pelo transporte em táxi e este modo de transporte pode ter um papel mais relevante nas escolhas modais das pessoas em Lisboa, se se promover uma maior utilização do transporte colectivo e uma maior restrição na utilização do transporte individual. Em Dezembro de 2008 Lisboa possuía 3441 táxis licenciados para circular na cidade, valor esse que permanece sensivelmente o mesmo, desde que em 2003, a competência do seu licenciamento transitou da DGT para as câmaras municipais.

Metropolitano

A rede de metropolitano é actualmente constituída por 4 linhas, tal como representado na Figura 10.16, englobando 46 estações (4 das quais situam-se fora do concelho) ao longo de 39,6 km quilómetros de rede, e com uma velocidade comercial de 27 km/h. Desde o início da década de noventa, a rede de metropolitano sofreu um aumento significativo, passando de 19,3 km em 1993 para os 39,6 km actuais. Assim, desde essa altura são de destacar as seguintes alterações:

Figura 10.16 – Rede ML existente e em construção. Principais etapas da expansão do ML entre 1993 e 2009

Cronologia	Expansão da Rede ML
1993	Prolongamento Cidade Universitária Campo Grande
	Prolongamento Alvalade - Campo Grande
1995	Desconexão do nó da rotunda com a criação de 2 linhas distintas (Azul e Amarela)
1997	Prolongamento da Linha Amarela entre o Marquês e o Rato
	Prolongamento da Linha Azul entre o Colégio Militar e a Pontinha
	Criação de 3 linhas, Azul, Verde e Amarela
1998	Inauguração da linha vermelha
	Prolongamento da Linha verde entre o Rossio e o Cais do Sodré
	Prolongamento da Linha Azul dos Restauradores à Baixa-Chiado
	Reformulação da estação de Sete Rios
2002	Prolongamento da Linha Verde entre o Campo Grande e Telheiras
2004	Prolongamento da Linha Amarela entre o Campo Grande e Odivelas
	Prolongamento da Linha Azul da Pontinha a Amadora Este
2007	Prolongamento da Linha Azul a Santa Apolónia
2009	Prolongamento da Linha Vermelha da Alameda até São Sebastião



Fonte: Com base na página <http://www.metrolisboa.pt/Default.aspx?tabid=65>, 2010

Os níveis de oferta do Metropolitano de Lisboa são bastante elevados nos períodos de maior procura, verificando-se que, nos períodos de maior procura (assinalados a cinza), o intervalo de serviço é inferior a 5 minutos, aumentando até um máximo de 10 minutos nos períodos de menor procura (vide Quadro 10.11).

Quadro 10.11 – Intervalo entre passagens das Linhas do Metropolitano de Lisboa

Períodos horários	Amarela		Vermelha	Verde	Azul
	Odivelas - Campo Grande	Campo Grande - Rato			
06:30 - 07:30	7:30	7:30	6:15	7:30	7:30
07:30 - 09:30	4:00	4:00	4:20	3:25	4:30
09:30 - 12:00	10:40	5:20	6:25	4:15	5:50
12:00 - 14:30	10:40	5:20	6:25	4:15	5:50
14:30 - 17:00	10:40	5:20	6:25	4:15	5:50
17:00 - 20:00	4:20	4:20	4:20	3:40	4:30
20:00 - 22:30	8:30	8:30	9:00	5:45	7:15
22:30 - 01:30	9:30	9:30	10:00	9:15	9:45

Fonte: com base na página <http://www.metrolisboa.pt/Default.aspx?tabid=84>, 2010

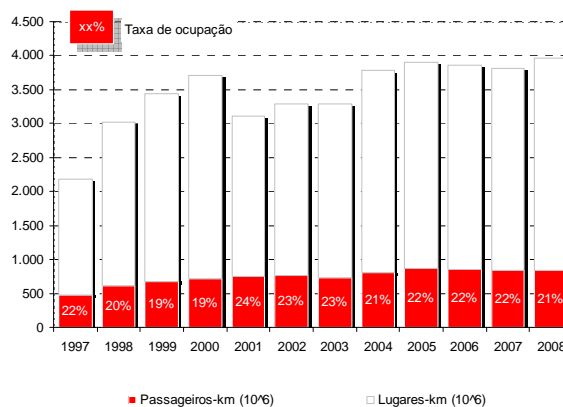
A rede de metropolitano tem um papel vital no transporte dos habitantes de Lisboa, assim como na distribuição urbana dos fluxos suburbanos que chegam diariamente à cidade. As estações de metropolitano que promovem a interface com a rede pesada de transportes suburbanos são as que se apresentam no quadro seguinte:

Quadro 10.12 – Estações de interface com os modos suburbanos pesados

Metropolitano de Lisboa	Transporte ferroviário					Transporte Fluvial	
	Linha de Cascais	Linha de Sintra	Linha de Azambuja	Eixo Norte-Sul	Serviços Regionais	Cais do Sodré	Terreiro do Paço
Amarela		Entrecampos	Entrecampos	Entrecampos			
Vermelha			Oriente		Oriente		
Verde	Cais do Sodré	Areiro	Areiro	Areiro		Cais do Sodré	
Azul		Restauradores Jardim Zoológico	Jardim Zoológico		Santa Apolónia		Terreiro do Paço

Em 2008, o metropolitano transportou cerca de 178,4 milhões de passageiros, o que se traduziu num aumento de 9,6% da procura face a 2007, ainda que se mantenham as taxas de ocupação muito baixas (21% em 2008).

Figura 10.17 – Evolução da Oferta e da Procura

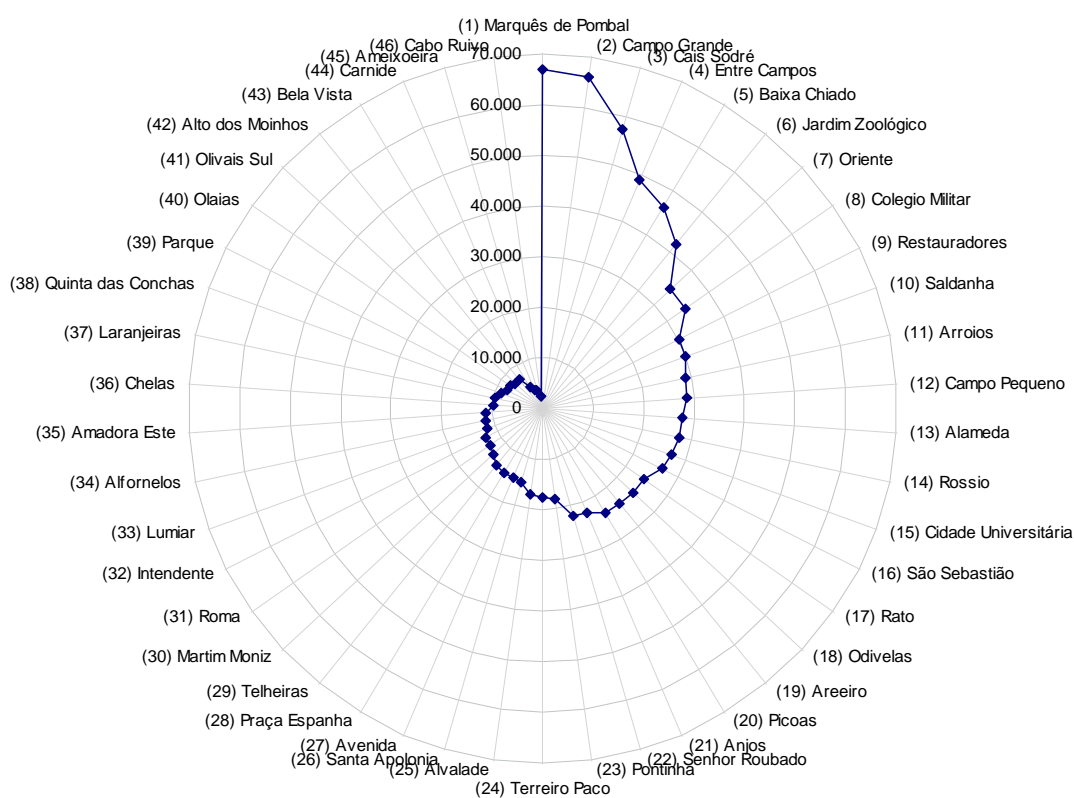


Fonte: Relatórios e Contas, Metro de Lisboa

Relativamente à procura, verifica-se que uma parte importante da procura está concentrada no eixo das Avenidas Novas, reflectindo a concentração de emprego nos eixos Av. da Liberdade-Av. da República e Martim Moniz-Areeiro. A Linha Vermelha apresenta uma procura muito inferior às restantes linhas, mas a abertura do prolongamento Alameda-São Sebastião está a contribuir para o aumento da procura nesta linha (mas também nas restantes).

Na figura seguinte apresenta-se o *ranking* da procura das estações de Metropolitano. A estação de metro com maior procura (movimentos de entrada e saída da estação) é o Marquês de Pombal, a qual movimenta cerca de 66,7 mil passageiros (entradas e saídas). Entre as estações com procura mais elevada, destacam-se aquelas que concentram funções de interface de transporte, nomeadamente, o Campo Grande (cerca de 66 mil passageiros.dia), Cais do Sodré (cerca de 57 mil passageiros), Entrecampos (48,8 mil passageiros) e Jardim Zoológico (Sete-Rios, com 41,6 mil passageiros). Pela função de grande centralidade também a estação Baixa-Chiado movimenta um elevado número de passageiros.

Figura 10.18 – Ranking das estações em função da sua procura



Fonte: Metropolitano de Lisboa, dados de procura num dia médio de Abril de 2008

A extensão da linha Vermelha entre a Alameda e São Sebastião veio introduzir ganhos de tempo assinaláveis em diversas ligações ao mesmo tempo, já que permite a transferência entre todas as restantes linhas na zona central da cidade. Ainda é cedo para avaliar os ganhos associados a este troço da rede, mas as estatísticas mais recentes (Fevereiro de 2010) apontam para aumentos de 50% na procura desta linha.

Transporte Rodoviário Urbano

A Carris possui a concessão exclusiva dos serviços de transporte colectivo de superfície da cidade e a exploração é realizada actualmente por 749 autocarros, 57 eléctricos, 6 ascensores e 2 elevadores³⁰.

A rede de autocarros está organizada em 88 carreiras, das quais 17 asseguram ligações suburbanas e 9 garantem a oferta da Rede Madrugada. A rede de eléctricos é constituída por apenas 5 linhas e 59 veículos, muito menos que no passado, pois ainda no início da década de 90, a exploração da rede de eléctricos era garantida por 203 eléctricos. Esta redução da expressão do peso da rede de eléctricos deve-se ao elevado custo por passageiro transportado, quase o dobro dos autocarros.

No total, a oferta promovida pela Carris abrange cerca de 678 km de rede, dos quais 73,3 km são em corredores BUS ou sítio próprio reservado, o que corresponde a dizer que 10,8% da rede está apoiada em corredores em que os autocarros e eléctricos da Carris têm condições de circulação preferenciais.

No último trimestre de 2006, a Carris iniciou o processo de reestruturação da sua rede a qual foi designada por “Rede 7”. Esta reestruturação está a ser realizada de forma faseada até 2010 e tem associado o objectivo de “optimizar o serviço oferecido, visando melhorar a oferta de serviço (...), procurando, ainda, adaptar a rede à realidade urbanística e aos pólos de emprego actuais, bem como à realidade da rede do metropolitano”. Entre os princípios que nortearam a reestruturação da oferta estiveram presentes os seguintes objectivos:

1. “adaptar a oferta à evolução da mobilidade na cidade e às alterações dos sistemas de transporte;
2. segmentar a oferta de acordo com a função de cada uma das carreiras que a compõem;
3. melhorar a articulação e diminuir a sobreposição com a rede do Metropolitano, sem prejuízo das necessárias alternativas de transporte à superfície;
4. reforçar a importância das ligações transversais e circulares;
5. manter os actuais níveis de acessibilidade à rede;
6. estabelecer níveis de maior frequência na generalidade das carreiras;
7. oferecer novas ligações a áreas deficitárias da cidade;
8. melhorar a oferta em todos os períodos do dia e do ano.”

Com esta reestruturação a Carris organizou a oferta em estruturante, secundária e local, as quais têm as funções apresentadas na tabela seguinte.

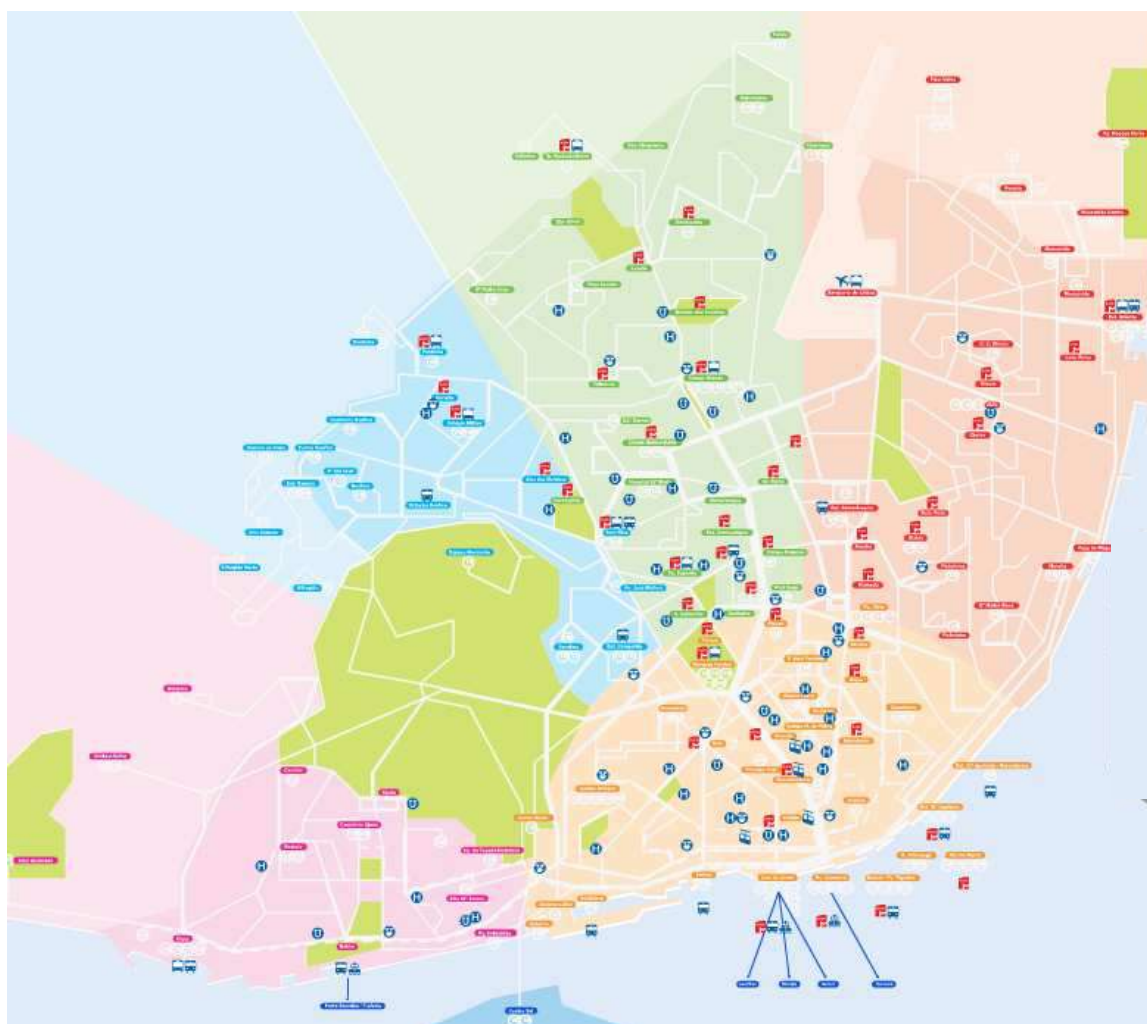
³⁰ Estatísticas de actividade da Carris, 2008.

Quadro 10.13 – Estrutura da rede da Carris e principais funções que assegura

Estrutura da Rede	Principais funções
Rede Estruturante	Carreiras estruturantes que definem a "coluna vertebral" da oferta
	Níveis de frequência elevados
	Assegura, essencialmente, a função transporte dos principais fluxos existentes na cidade, estabelecendo uma estreita conexão com os meios pesados (caminho-de-ferro, metropolitano e ligações fluviais).
Rede Secundária	Promovem a ligação entre a rede estruturante e complementar
	Oferecer níveis de frequência elevados, embora de menor intensidade que a rede estruturante
	Função mista de acessibilidade e transporte, interligando as carreiras de cada nível e assegurando, igualmente, algumas ligações aos modos de transporte pesado
Rede Complementar	Características predominantemente locais, permite elevar o grau de cobertura espacial e, conseqüentemente, dos níveis de acessibilidade, da rede proposta e do sistema de transportes colectivos em geral.
	Estabelece a conexão de áreas mais isoladas e de procura mais reduzida, à rede de nível superior, assegurando, regra geral, rebatimento à rede pesada de transportes, em interfaces ou importantes pólos de geração/atracção da procura;
	Oferece níveis de serviço adequados a este tipo de serviço.

Esta classificação é interessante sobretudo para os planeadores de transporte; e por isso, de modo a facilitar a leitura dos utilizadores no que respeita à estruturação da oferta, a Carris classificou as carreiras em função das zonas que são servidas, tendo identificado sete sectores de oferta, dos quais seis são representados na Figura 10.19, e o sétimo corresponde às carreiras diametrais que servem diferentes sectores da cidade (carreiras identificadas a cinza).

Figura 10.19 – Organização da oferta da Carris por sectores de oferta

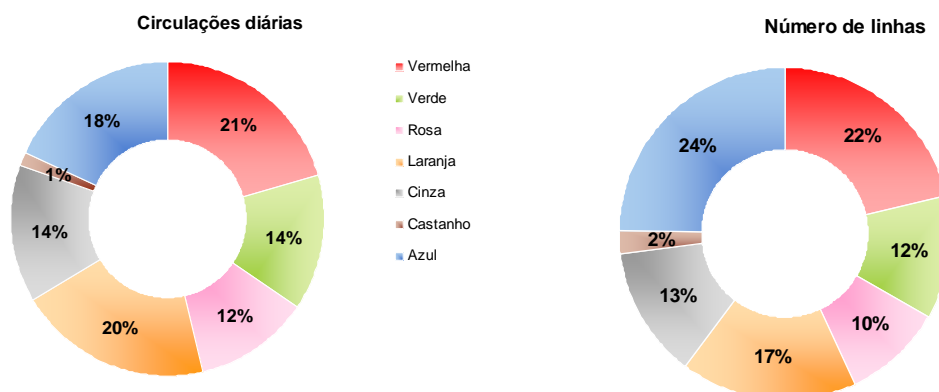


Fonte: <http://www.carris.pt/pt/mapa-interactivo/>, 2009-06-03

Uma parte significativa das circulações diárias servem a zona central da cidade (sector laranja) e a zona vermelha (zona de Belém). O corredor de Sete Rios/Benfica é também servido por um importante conjunto de circulações diárias (mas cuja frequência de serviço é menor do que nas restantes zonas da cidade: 18% das circulações e 24% das linhas servem este corredor). Existem 12 linhas a promoverem a oferta inter-sectorial, as quais são responsáveis por cerca de 14% das circulações diárias promovidas pela Carris.

Cerca de metade das linhas da Carris oferecem uma frequência de serviço entre 10 a 15 minutos (i.e., 4 a 6 serviços por hora) nos períodos de ponta da manhã (PPM) e da tarde (PPT). A percentagem de linhas com frequências entre 5 e 10 minutos é de 26% no PPM e de 19% no PPT, não existindo linhas a proporcionar frequências de serviço superiores a 12 serviços por hora.

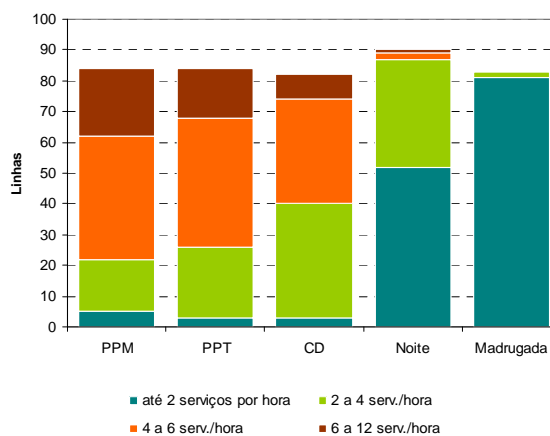
Figura 10.20 – Número de circulações diárias e número de linhas promovidas em cada um dos sectores da cidade



Fonte: Com base na modelação da rede da Carris

No corpo do dia (CD), a frequência de serviço diminui substancialmente, verificando-se que 41% das linhas oferecem entre 4 a 6 serviços por hora e sentido e apenas, 10% das linhas oferecem níveis de oferta superiores a 6 serviços por hora. À noite, verifica-se que 58% das linhas estabelecem uma ou duas ligações horárias por sentido, com 39% das carreiras a oferecerem entre 2 e 4 serviços por hora.

Figura 10.21 – Frequência de serviços das Linhas da Carris

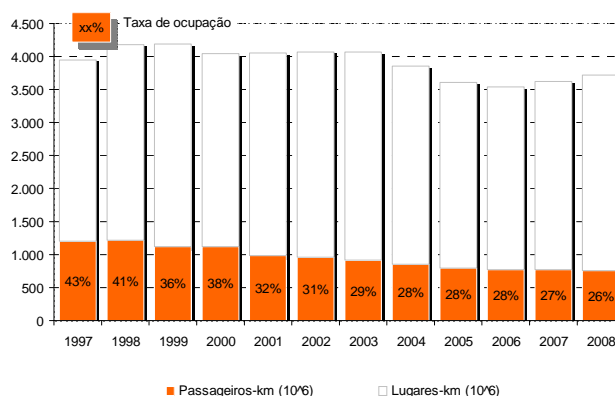


Fonte: Com base na modelação da rede da Carris

Apesar de se terem introduzido alterações no sistema viário com vista à melhoria do desempenho, nomeadamente com a criação novos corredores BUS (20 km em 1980; 50km em 1995 e 80km em 2008) e com a prioridade semafórica ao TC (sistema de gestão GERTRUDE), a velocidade média de circulação nos últimos 5 anos tem permanecido nos 14,5 km/h, o que está também associado ao elevado consumo de tempo nas paragens.

Na Figura 10.22 apresenta-se a evolução da curva de procura da oferta e da procura da Carris, considerando os lugares-km e os passageiros-km. Em 2008, a Carris movimentou cerca de 234.371 mil passageiros. Entre 2007 e 2008, a evolução da procura foi praticamente no sentido da sua estagnação, já que neste período, a Carris perdeu cerca de 0,8% dos passageiros. A análise da evolução das curvas de oferta e procuram permitem constatar uma tendência de redução das taxas de ocupação dos veículos, a qual é, em 2008, de 26%. A menor taxa de ocupação dos autocarros conduz a um acréscimo dos custos de transporte por passageiro transportado.

Figura 10.22 – Evolução da Oferta e da Procura da Carris



Fonte: Relatório e Contas, Carris

A reformulação da rede em 2006/2007 promoveu uma melhor distribuição pela cidade e melhor articulação com o metropolitano, dado que o desenho da rede funcionava em certa medida em concorrência com este modo possuindo uma oferta muito acentuada nos eixos centrais.

Por outro lado, tem existido também um forte empenho na renovação da frota: o programa de renovação das frotas previsto até 2011 permitirá reduzir a uma idade média da frota de autocarros para 6 anos. Os novos veículos são mais acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida (em 2008, 33% dos veículos dispunham de piso rebaixado) e, menos poluentes (37 autocarros a gás natural).

10.6. Mobilidade Suave

Em relação à mobilidade suave³¹ conclui-se não haver conhecimento quantitativo que permita comparar a situação anterior ao PDM com a actual.

No que respeita às deslocações pedonais existem alguns indicadores disponíveis:

- Em 1993, 23,1%³² das deslocações dos residentes em Lisboa eram efectuadas a pé;
- Em 1998, 24%³³ das viagens dentro da AML foram realizadas a pé. Na mesma data, e se contabilizarmos apenas os residentes em Lisboa, a percentagem sobe para 30,5%³⁴;
- Em 2003, a percentagem de viagens a pé, baixa para 21,7%³⁵.

Globalmente pode-se concluir que existe uma tendência para a perda de utilizadores do modo pedonal, o que em parte está também relacionado com o envelhecimento populacional dos residentes na cidade, mas também com a expansão da cidade em contextos que não são muito favoráveis ao andar a pé (e.g. zona norte da Alta de Lisboa, envolvente a Sete Rios, etc.).

Em relação ao uso da bicicleta, não existem estatísticas, mas observa-se um aumento da utilização deste veículo nas deslocações de lazer e ao fim de semana, e mais recentemente, em movimentos utilitários no centro da cidade (mas ainda com uma expressão muito reduzida). É de admitir que a procura da utilização das bicicletas estará reprimida, sobretudo no que respeita à sua utilização para a realização das actividades quotidianas devido à ausência de infra-estruturas adequadas. Esta análise é essencialmente qualitativa, mas em inquéritos de opinião recentemente realizados em outros concelhos, foi possível verificar que as pessoas admitem utilizar a bicicleta nas deslocações do dia-a-dia, desde que sejam providenciadas as infra-estruturas adequadas. Recomenda-se a realização de um inquérito desta natureza que abranja os residentes em Lisboa, de modo a avaliar o potencial de adesão destes, tendo em consideração a zona de residência, idade e sexo..

De um modo geral, não se observam melhorias decorrentes da aplicação do PDM de 94, até porque o referido Plano poucas medidas de incentivo à mobilidade suave promoveu.

Aliás, algumas das medidas propostas neste plano contribuíram até para a maior utilização do transporte individual (em detrimento dos restantes modos), sendo de destacar neste contexto, a construção de estacionamento privado nas novas edificações e o reforço da rede viária estruturante. Com efeito, a consolidação da rede viária principal definida no PDM de 94 e, em boa parte

³¹ Compreende essencialmente as deslocações pedonais e o uso de bicicleta em meio urbano

³² In Desafio da Mobilidade, 2005, CML

³³ In Mobilidade na AML, 2003, Geota

²⁸ In Desafio da Mobilidade, 2005, CML

concretizada, veio criar eixos que se impõem como rupturas, muitas vezes quase intransponíveis, afastando pontos fisicamente próximos e distanciando da cidade consolidada as novas áreas de expansão urbana. Poder-se-á assim considerar que, a consolidação da rede viária principal teve, como efeito secundário negativo, em algumas zonas da cidade, a inibição das deslocações a pé, motivando o uso do TI, com a conseqüente perda da vivência urbana e aumento do tráfego.

Entre 1994 e a actualidade, existem zonas que apresentam melhorias assinaláveis no que respeita à qualidade do espaço pedonal. Nas áreas históricas foi realizado algum esforço no sentido de valorizar o ambiente dos bairros históricos (destaca-se Alfama, o Castelo e o Bairro Alto, como zonas onde fortes medidas de restrição automóvel foram implementadas) e, de pedonalização de algumas ruas e de requalificação de praças (esforço notório na zona da Baixa e do Chiado), de modo a torná-las espaços públicos de comércio e lazer.

Algumas áreas ribeirinhas (salienta-se o Parque das Nações e a zona das Docas de Santo Amaro) beneficiaram também de intervenções urbanísticas tendentes a motivar um maior usufruto do espaço público, embora uma boa parte da zona ribeirinha continue por tratar (porque está sob a alçada da APL).

No que toca às principais praças da cidade, muitas funcionam como nós viários difíceis de transpor em segurança e/ou conforto (entre estas destacam-se, Entrecampos, Saldanha, Marquês de Pombal, Praça de Espanha), constituindo-se não como espaços de encontro, mas como pontos de ruptura.

De igual modo, o acesso aos transportes públicos, donde se realçam as interfaces, é frequentemente realizado em ambientes urbanos, se não inseguros, pelo menos pouco motivadores, ainda que se tenham observado esforços para a melhoria desta situação.

A CML tem, nos últimos tempos, aumentado a sua atenção sobre a necessidade de prever cuidados especiais e infra-estruturas específicas adaptadas às mobilidades suaves, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

- a construção de ciclistas com carácter de lazer no Parque de Monsanto;
- alguns projectos pontuais para ciclistas cuja obra nem sempre foi realizada;
- uma ciclista urbana construída pela EPUL;
- o projecto PEDIBUS que visou motivar as deslocações a pé no trajecto casa-escola;
- algumas candidaturas europeias que serviram de base a muito do trabalho relacionado com a mobilidade suave.

Recentemente, tem-se tentado coordenar estes esforços e, para esse efeito, foram criados diversos grupos de trabalho com vista a estabelecer as bases para as diversas redes de mobilidade suave (pedonal e ciclável).

A CML está já a implementar o projecto de construção de 70km de ciclopistas da Comissão de Corredores e Parques, parte das quais se encontram já em obra. Está também a ser preparado o concurso público para a constituição de uma frota municipal de bicicletas (o qual prevê a disposição de 2500 bicicletas para uso público livre e gratuito nos primeiros 20/25min, a concessão de 250 postos para a troca das mesmas e ainda a colocação de cerca de 100 postos de estacionamento para bicicletas), pela Comissão da Frota de Bicicletas de Uso Partilhado Complementar ao Transporte Público. No âmbito da requalificação da Frente Ribeirinha da Cidade, está também já previsto, em todas as propostas da CML, um canal de mobilidade suave - contínuo e dedicado - ao longo dos 20km do arco ribeirinho (de Algés até ao Parque das Nações).

10.7 Aeroporto de Lisboa

O desenvolvimento da rede de destinos directos a partir de Lisboa (em 2007, 88 destinos, 39 companhias de transportes de passageiros) e o crescente peso das companhias *low cost* (12 companhias, 22 destinos), conduziu a uma procura crescente dos voos regulares com reflexos na actividade turística da cidade até 2008 (aumento de passageiros de 10% entre 2006/2007, correspondendo à 14ª maior taxa de crescimento entre os 50 maiores aeroportos europeus).

Em 2008, o Aeroporto de Lisboa movimentou cerca de 13,6 milhões de passageiros, tendo conseguido manter a tendência de crescimento positivo entre 2007/2008 ainda que com um abrandamento significativo na taxa de crescimento verificada (1,6% neste período), mas muito superior ao verificado nos aeroportos europeus filiados na ACI Europa (-0,3% no mesmo período³⁶).

Relativamente à evolução das companhias a operar no Aeroporto, verifica-se um aumento das companhias *low cost* e dos movimentos da TAP Portugal. As companhias baseadas neste aeroporto (TAP Portugal, Sata Internacional e Aerocondor), representavam no seu conjunto uma quota de mercado de 60%.

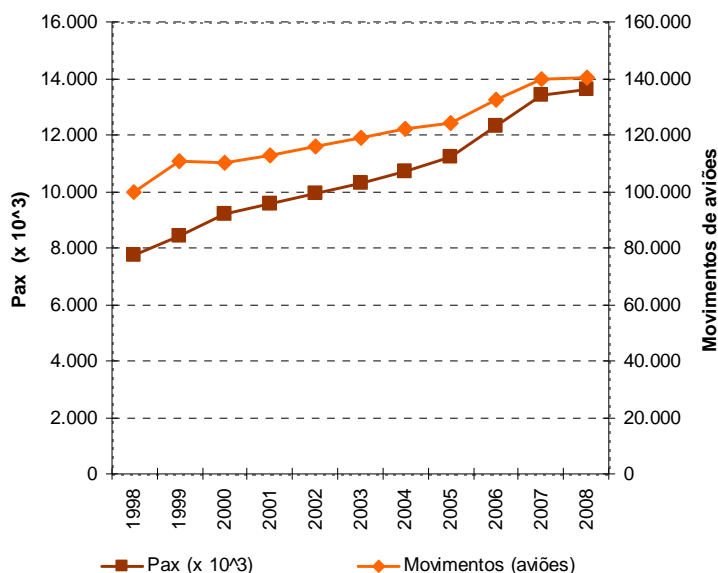
O recente abrandamento da taxa de crescimento da procura do Aeroporto da Portela reflecte a importância do contexto internacional desfavorável, mas demonstra também a capacidade de resposta da ANA, nomeadamente por ter conseguido afirmar a sua estratégia de desenvolvimento de rotas, nomeadamente no segmento das *low cost* (nos últimos 3 anos foram abertas 18 novas rotas *low cost* em Lisboa).

Em 2008, o Aeroporto de Lisboa posicionava-se em 23ª posição no *ranking* europeu de aeroportos (e tendo em consideração o total de passageiros movimentados). No contexto nacional, o Aeroporto da

³⁶ Anuário de Tráfego ANA, 2008.

Portela é o principal aeroporto nacional, sendo responsável pelo movimento de cerca de 55% dos passageiros e 65% da carga transportada por meio aéreo (valores de 2008).

Figura 10.23 - Evolução anual de passageiros e de movimentos de aviões



Fonte: ANA, Relatórios Anual de Tráfego, 1991 a 2008

O tráfego no Aeroporto de Lisboa está em grande medida relacionado com o desempenho da TAP. O facto da companhia de bandeira representar 51% do tráfego no aeroporto de Lisboa e da sua estratégia passar por desenvolver aqui o seu HUB, tirando partido da sua localização privilegiada para estabelecer a transição entre a Europa e os continentes Africano e Sul Americano tem promovido o aumento da rede de destinos a partir de Lisboa e, o incremento do tráfego de transferência entre estes continentes com escala em Lisboa.

O crescimento do tráfego aéreo tem tido um impacte positivo no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e na dinâmica hoteleira da região de Lisboa. Desde 1994 que o número de dormidas tem crescido significativamente, verificando-se um aumento de cerca de 100% entre 1994 e 2007, atingindo neste último ano, cerca de 5 milhões de dormidas em Lisboa.

As companhias tradicionais estrangeiras, a operar voos regulares, apresentam um abrandamento do crescimento do seu tráfego, com uma taxa média de crescimento anual de 2,5% nos últimos 5 anos e uma quota de mercado em ritmo decrescente (-7% no ano 2002). Entre as maiores companhias registou-se, no entanto, um aumento em 2007 da Ibéria (+14% de passageiros), com uma taxa média anual de 9% nos últimos 5 anos. Também apresentaram crescimentos ainda que mais moderados, a Air France (4%), a KLM (4%) e a Lufthansa (2%), apresentando taxas de crescimento entre 1 e 2% desde 2003.

As companhias low cost apresentaram uma tendência oposta, verificando-se um forte aumento quer no número de companhias, quer no número de destinos para onde operam. Ao longo de 2007, foram transportados 2.070.594 passageiros nas companhias low cost, representando um aumento de 49% relativamente a 2006. Este tipo de companhias efectuou 16.651 movimentos, mais 47% que no ano anterior, correspondendo a 11% do tráfego total.

O transporte de carga por via aérea continua a sofrer uma forte concorrência de outros modos de transporte, verificando-se que em 2007 a carga movimentada foi de 82.914 toneladas, menos 4,9% que em 2006, mantendo-se a tendência decrescente registada desde 2004. O aeroporto de Lisboa tem vindo a ser ampliado de forma a dar resposta à crescente procura e de modo a responder as solicitações até à construção do novo aeroporto em Alcochete.

O plano de expansão do aeroporto de Lisboa destina-se a aumentar a capacidade da pista de 36 para 40 movimentos por hora (aterragens e descolagens), o que corresponde a cerca de 4.300 passageiros por hora e 100.000 a 150.000 toneladas/ano.

10.7 Porto de Lisboa

O Porto de Lisboa, movimentou cerca de 11.969 mil toneladas de mercadorias em 2009, o que correspondeu a um decréscimo de -8,2% face ao ano anterior, o que se deveu a uma redução da carga embarcada e desembarcada, mas também a uma redução da carga em regime de “transshipment”.

O Porto de Lisboa é o terceiro porto nacional, sendo antecedido pelos Portos de Sines e de Douro e Leixões. Desde a década de 90, o Porto de Lisboa perdeu protagonismo a favor do Porto de Sines, o que se deveu ao facto do Porto de Sines ter passado a receber a maioria da carga de granéis líquidos.

Quadro 10.14 - Distribuição do movimento portuário em Portugal

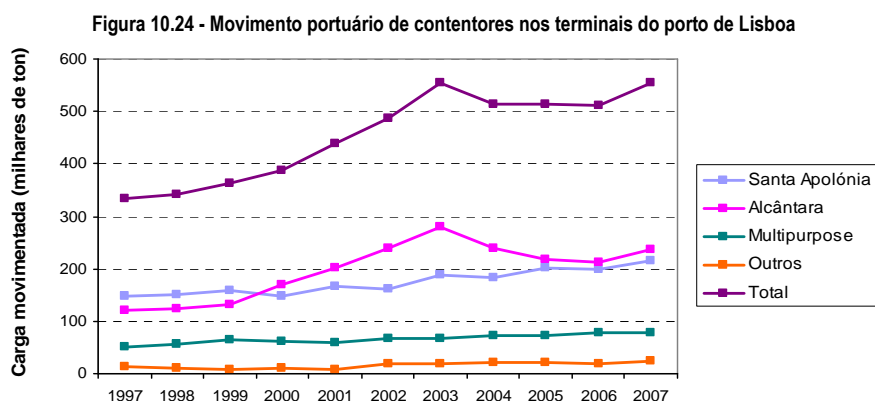
Portos	Anos					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Porto de Sines	35.3%	36.2%	37.9%	42.4%	42.0%	39.6%
Porto do Douro e Leixões	22.6%	23.3%	23.1%	23.8%	21.7%	22.5%
Porto de Lisboa	21.8%	21.6%	19.9%	21.0%	18.8%	19.8%
Porto de Setúbal	11.5%	10.5%	11.0%	11.2%	9.6%	10.3%
Porto de Aveiro	5.4%	5.1%	5.3%	nd	5.2%	4.9%
Porto de Viana do Castelo	1.5%	1.3%	1.0%	0.0%	0.9%	0.9%

Portos	Anos					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Porto da Figueira da Foz	1.3%	1.4%	1.6%	1.6%	1.7%	1.8%
Portos de Faro e Portimão	0.3%	0.29%	0.2%	nd	0.2%	0.2%

Fonte: Relatórios Estatísticos Anuais da APL de 2002 a 2007

Numa análise mais abrangente verifica-se que, em conjunto, os Portos de Lisboa, Sines e Setúbal criam um pólo portuário na metade sul do país, enquanto os Portos do Douro e Leixões, Aveiro e Viana do Castelo constituem o pólo norte. Esta separação deveria, no entanto, funcionar em maior complementaridade, especializando-se cada porto em determinada área, com ligações rodoviárias e marítimas entre eles, criando uma frente portuária atlântica forte e capaz de competir com os restantes portos da Península Ibérica.

No que se refere à carga contentorizada esta cresceu cerca de 42% na última década atingindo, em 2007, as 5.712.500 toneladas. O Porto de Lisboa tem vindo a ganhar terreno neste tipo de carga dado os fortes investimentos ao nível do crescimento da área do parque de contentores, da modernização da maquinaria de movimentação e, ainda da instalação de um sofisticado sistema de inspeção não intrusiva de contentores (no âmbito da CSI – *Container Security Initiative*).



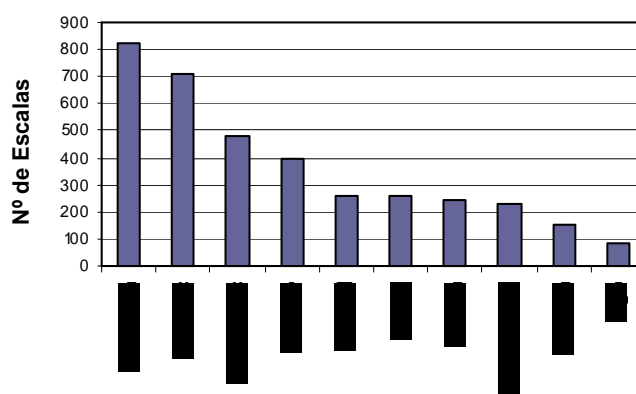
Fonte: Relatórios Estatísticos Anuais da APL de 1997 a 2007

No que respeita à indústria dos cruzeiros, confirma-se a tendência de crescimento deste tipo de turismo. Em 2009, o Porto de Lisboa registou a escala de 295 navios de cruzeiros, os quais transportaram cerca de 417.700 passageiros, o que se traduziu numa redução dos movimentos dos navios de -4,2% , mas num aumento dos passageiros transportados de +2,0% face a 2008. O movimento de passageiros no Porto de Lisboa tem vindo a crescer de forma consistente, verificando-se que 2003 e 2009 o número de passageiros cresceu com uma taxa de crescimento média anual de 12%, passando-se de 209 mil para cerca de 418 mil passageiros.

O aumento do número de passageiros aconteceu por via do crescimento dos passageiros em trânsito, uma vez que o número de passageiros em turnaround³⁷ registou um decréscimo (entre 2007 e 2006 este decréscimo foi de 23%), traduzindo as limitações dos terminais existentes, as quais levaram a que muitos dos operadores que tinham optado por Lisboa para iniciar ou terminar os seus cruzeiros tenham preferido outros destinos. Os itinerários dos navios de cruzeiro que escalaram em Lisboa são essencialmente viagens de reposicionamento entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, seguindo-se o itinerário com destino ao Mediterrâneo com início e fim em Southampton.

Ao nível da Península Ibérica, em 2007, os 35 portos receberam um total de 4.207 escalas de navios de cruzeiro, o que corresponde a um aumento de 12% face a 2006. Barcelona é o líder no ranking dos 10 principais portos da Península, ficando o porto do Funchal em 5º lugar (subiu duas posições em relação a 2006).

Figura 10.25 - Número de escalas de navios de cruzeiro nos principais portos da Península Ibérica



Em 2007, as viagens transatlânticas representaram cerca de 15% (efectivamente correspondem a operações de turnaround, nos meses de Abril e Novembro). No contexto nacional, o porto do Funchal possui uma quota de mercado de 40%, estando Lisboa em segundo lugar com 39%, logo seguida por Ponta Delgada e Leixões.

No âmbito do PROTAML “o reordenamento do sistema logístico da AML constitui uma área prioritária de intervenção com vista a atingir-se por um lado, uma maior racionalização do transporte, tratamento e distribuição de mercadorias com efeitos na redução de custos da sua movimentação, na melhoria da qualidade dos serviços prestados e no aumento da capacidade competitiva das empresas, e por um lado, um melhor ordenamento e qualificação do território, minimizando os impactes negativos da actual dispersão das instalações logísticas e de circulação desordenada de mercadorias”.

³⁷ Cruzeiros com início e termino no mesmo local

De acordo com o Relatório do Plano Estratégico para o Porto de Lisboa, esta infra-estrutura é uma componente determinante do sistema portuário e da competitividade nacional. Assume-se como um porto de âmbito nacional e ibérico, mas desempenhando um papel determinante ao serviço da população e da economia da Área Metropolitana de Lisboa.

Neste plano estratégico propõe-se a adequação do desenvolvimento da componente de carga contentorizada, relacionada com a distribuição da população e das actividades económicas na Região, sobretudo a Norte do Tejo, a manutenção da componente dos granéis alimentares, atendendo ao seu carácter estratégico para o abastecimento do País e o desenvolvimento da componente turismo de cruzeiros e recreio náutico, que se mostra importante para a afirmação da Região de Lisboa como destino turístico.

O “novo Porto de Lisboa” deverá dar resposta às necessidades de desenvolvimento desta Região Metropolitana emergente e integrar-se também nos processos de mudança que aqui se vão desenvolver, sem perder a sua identidade e capacidade competitiva nos sistemas portuários nacional, ibérico e europeu. Este deverá, ainda, através de um novo modelo de gestão e da adopção de processos de operação portuária baseados em tecnologias avançadas, a par dos projectos previstos para o Novo Aeroporto de Lisboa e para o Comboio de Alta Velocidade, colocar a Região de Lisboa no patamar mais elevado do sistema de transportes Ibérico. O modelo segmentado, adoptado pelo Porto de Lisboa permite fazer uma parte significativa da movimentação das mercadorias através do rio para as infra-estruturas de segunda linha e libertar a frente ribeirinha de Lisboa do armazenamento de contentores e do tráfego rodo-ferroviário daí derivado.

11 REDES DE INFRA-ESTRUTURAS

11.1 Sistema de saneamento da cidade de Lisboa

Evolução da Rede de Drenagem desde 1990

Breve descrição

Com o objectivo de interceptar os esgotos da cidade de Lisboa, A CML através do Gabinete de Coordenação e Gestão do Saneamento de Lisboa (G.C.G.S.L.) lançou em 1982, o concurso público internacional de concepção, financiamento, e construção do sistema interceptor de esgotos da cidade de Lisboa, seu tratamento e destino final.

Assim estão em actividade desde 1990 as Estações de Beirolas, Alcântara e Chelas.

Também foram realizadas grandes obras de saneamento na cidade, nomeadamente, interceptores marginais da Av. 24 de Julho e Av. da Índia, interceptor Algés-Alcântara, concepção/construção do sistema interceptor da zona oriental da cidade, desde a Travessa do Grilo à Avenida Marechal Gomes da Costa, incluindo a exploração e manutenção do sistema e melhoria das condições de drenagem nos pontos críticos desta área, concepção/construção do sistema interceptor da zona oriental da cidade, desde a Rua Bica do Sapato à Calçada do Grilo incluindo a exploração e manutenção do sistema e melhoria das condições de drenagem nos pontos críticos desta área, colector da envolvente de Carnide, concepção/construção do acesso ao novo Cemitério de Carnide e à execução dos colectores para drenagem dos efluentes do cemitério, construção do colector do cemitério de Carnide à Av. Marechal Teixeira Rebelo, execução da rede de drenagem de águas residuais da Rua Regimento de Engenharia nº1, execução da rede de drenagem de águas residuais e reconstrução da Rua de Manutenção, construção do colector Nova II entre a Rua Basílio Teles e o Caneiro de Alcântara, acessos ao Caneiro de Alcântara em Campolide, reparação e consolidação do Caneiro de Alcântara, redes de drenagem na Rua de São Bento, na Calçada de Galvão, na Calçada do Livramento, reformulação do sistema de saneamento e drenagem de águas pluviais do eixo Praça de Armada/Largo de Santos, e reconstrução do respectivo eixo viário, reconstrução da rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro de Boa Esperança, no Rossio, na Rua Mouzinho de Albuquerque, na Alta de Lisboa, na drenagem das novos eixos viários CRIL, Eixo Norte-Sul, radial de Benfica entre muitos outros.

Rede em “Alta” e Rede em “Baixa”

A rede de saneamento da cidade de Lisboa está dividida na rede em “alta” e baixa”. A rede em “alta” está concessionada a SIMTEJO e a rede em baixa é da Câmara Municipal de Lisboa.

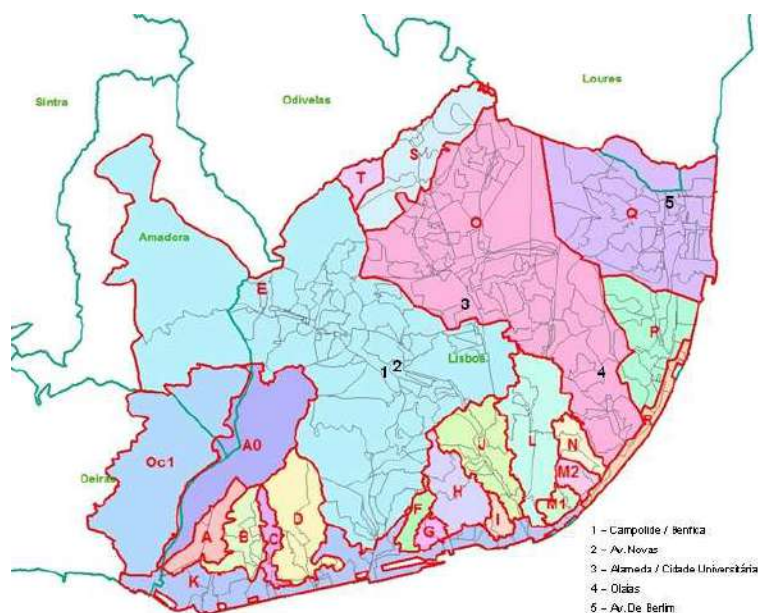
Para uma melhor clarificação, os sistemas em «alta» e «baixa» distinguem-se pelo seguinte:

Entende-se por “alta” as infra-estruturas que permitem a recolha nos pontos de entrega, o transporte, o tratamento e a rejeição de águas residuais e por “baixa” as infra-estruturas que permitem, desde os domicílios das populações servidas, a condução das águas residuais até aos pontos de entrega.

Caracterização das Bacias e distribuição dos Reservatórios

As Bacias de drenagem da cidade de Lisboa foram divididas de seguinte forma:

Figura 11.1 – Bacias da área servida pelo sistema de Drenagem de Lisboa e localização dos reservatórios



As áreas correspondentes das bacias são as seguintes:

Quadro 11.1 – Áreas correspondentes das bacias

Bacia	Area (ha)
A0	119
B	480
C	61
D	273
E	3 199
F	55
G	35
H	179
I	37
J	250
K	515
L	347
M1	46
M2	52
N	76
O	1 909
Oc1	739
P	338
Q	944
R	94
S	331
T	59
U	4
Total	10 282

No que respeita ao tipo do sistema, de um total de 10 282 ha, servida pela área em estudo do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), a rede unitária é de 4080 ha, rede separativa de 1400 ha e as restantes um sistema misto.

Sistema Separativo/Unitário

O Decreto Regulamentar 23/95, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais PEASAR II, e o Plano Geral de Drenagem de Lisboa, dão indicações para a implementação de medidas como a separação progressiva dos efluentes pluviais dos domésticos, isto é, a opção por uma rede separativa.

Plano Geral de Drenagem da Cidade de Lisboa

Foi caracterizada a rede principal de drenagem no que diz respeito à definição das bacias hidrográficas domésticas, pluviais e unitárias, à identificação das características geométricas dos troços de colectores e à definição das interligações entre bacias, nós e colectores.

Deste processo resultou um **modelo conceptual** da rede de drenagem a estudar, que inclui aproximadamente 172 km de colectores que representam ligações a sub-bacias, confluências de colectores e/ou descarregadores. Foi adoptado um modelo conceptual já que, sendo a rede municipal de saneamento de Lisboa um sistema complexo, e de forma a simplificar o sistema real, este modelo conceptual permite em tempo útil avaliar o desempenho do sistema.

Assim, dos cerca de 1500 km de colectores da rede municipal, foram estudados no PGDL apenas 172 km, tendo em conta, nesta data, o conhecimento actual das deficiências da rede e da aprovação de novas urbanizações a desenvolver ou já em fase de desenvolvimento.

Rede Conceptual

Os critérios para a selecção dos colectores da rede conceptual foram: colectores unitários e separativos com diâmetros superiores a 1,00 m e colectores domésticos com diâmetros superiores a 0,50 m. Esta rede conceptual inclui 388 bacias, 781 nós e 735 troços de colectores que totalizam 172,4 km. Neste estudo o investimento previsto incidiu somente na correcção de anomalias existentes nesta rede conceptual. Assim sendo, não foi objecto de estudo a restante rede de colectores numa extensão de cerca de 1330 km.

Reservatórios

Realça-se que a adopção de soluções de controlo de caudais, designadamente a construção de reservatórios, tem merecido atenção crescente nas últimas décadas, em diversos países europeus, já que contribuem para a sustentabilidade na gestão de águas pluviais em meio urbano. Os reservatórios têm a dupla função de amortecimento de caudais de ponta, no caso de fenómenos

extremos de precipitação, e de maximização do volume de aflúncias às ETAR, no caso de precipitações mais moderadas. Assim sendo, de entre as soluções adoptadas consta a construção de duas bacias de retenção em Monsanto e na Ameixoeira e de cinco reservatórios, localizados em Campolide-Benfica, Avenidas Novas, Alameda da Cidade Universitária, Olaias, e Avenida de Berlim. Devendo ser salvaguardados os espaços propostos, necessários para a sua construção.

Desempenho Ambiental

A beneficiação do desempenho ambiental do sistema, tendo como intervenções as que visam a redução substancial das descargas directas de efluentes domésticos no meio receptor (Rio Tejo) em tempo seco, é uma prioridade em todas as soluções propostas. A tendência actual com vista à erradicação ou ao controlo de descargas indesejáveis baseia-se na beneficiação e controlo do comportamento dos sistemas.

Investimentos

Este plano é uma ferramenta indispensável para ditar orientações e basear decisões com vista a planear a cidade num ano horizonte de projecto de 40 anos.

O Plano prevê a execução de obras estruturais num período de 12 anos. O custo médio anual nesse período (entre 2009 e 2020), relativo a intervenções estruturantes, reabilitação, estudos e projectos, trabalhos de actualização de cadastro é cerca de 12.4 milhões de euros. O período de 2012 a 2014 corresponde ao de maior investimento, com custos anuais que atingem mais de 20 milhões de euros.

A estes valores acrescem os custos de operação da rede secundária em baixa, assim como, da rede em alta e o tratamento de efluentes da responsabilidade da SIMTEJO.

Interceptor do Largo de Chafariz de Dentro – Terreiro do Paço

Actualmente as contribuições domésticas correspondentes a cerca de 100 000 habitantes desde Areeiro e Parque Eduardo VII, são directamente descarregadas para o Tejo sem qualquer tratamento.

As obras projectadas no âmbito do “Projecto dos Interceptores do Largo Chafariz de Dentro – terreiro do Paço – Cais do Sodré e respectivos interceptores nos colectores unitários “ permitirão a intercepção na frente de drenagem Largo Chafariz de Dentro – Cais do Sodré dos efluentes domésticos correspondentes a cerca de 100 000 habitantes e o seu transporte até ao Cais do Sodré, donde serão posteriormente conduzidos até à ETAR de Alcântara para tratamento.

A construção do sistema Interceptor do largo do Chafariz de Dentro – estação elevatória da estação fluvial e do sistema elevatório do Terreiro do Trigo, permitirá:

- evitar a descargas directa de esgotos brutos no estuário do Tejo;
- interceptar os esgotos domésticos e encaminhar esses esgotos e tratamento,
- melhorar o funcionamento hidráulico do sistema de drenagem da área em estudo;
- melhorar as condições ambientais da área em estudo contribuir para a despoluição do estuário do Tejo;

Alguns Indicadores

Os indicadores que foram possíveis recolher face aos elementos fornecidos, quer pelo Plano Geral de Drenagem da Cidade de Lisboa quer pelos dados fornecidos pela SimTejo, Grupo Águas de Portugal relativamente a Rede de Saneamento são as seguintes:

Os caudais médios afluentes às ETAR de Lisboa foram os seguintes:

Quadro 11.2 – caudais médios afluentes às ETAR's

Ano	Alcântara		Chelas		Beirolas	
	Q _{médio} [m ³ /mês]	Q _{médio} [m ³ /s]	Q _{médio} [m ³ /mês]	Q _{médio} [m ³ /s]	Q _{médio} [m ³ /mês]	Q _{médio} [m ³ /s]
1996	2265269	0.87	747043	0.29	330609	0.13
1997	2138923	0.83	13365	0.01	370753	0.14
1998	2392763	0.92	261923	0.10	696541	0.27
1999	2261763	0.87	986188	0.38	688705	0.27
2000	1609337	0.62	1058905	0.41	893053	0.34
2001	2736650	1.06	1014518	0.39	795832	0.31
2002	2903295	1.12	754734	0.29	842405	0.33
Q _{m 05-02}	2329714	0.90	803885	0.31	659700	0.25

Quadro 11.3 – População residente no Município de Lisboa e servida por tratamento nos anos de 2005 e 2006

	2005	2006
População (Pop)	559.639	560.356
Pop. ligada a instalações de tratamento de Águas Residuais (AR)	480.166	480.896
%. ligada a instalações de trat. de AR	86%	86%
Pop. servida por trat. primário	285.959	286.394
Pop. servida por trat. terciário	194.207	194.502

Quadro 11.4 - Caudais médios afluentes às ETAR de Lisboa

	Alcântara (m3/s)	Chelas (m3/s)	Beirolas (m3/s)
1996	0,87	0,29	0,13
2002	1,12	0,29	0,33

Quadro 11.5 - Tipo do Sistema de Drenagem na Cidade de Lisboa abrangida pelo PGDL

	Rede unitária	Rede separativa	Sistema misto
Área (ha)	4080	1400	4802

Figura 11.2 – Matérias e extensão total das tubagens

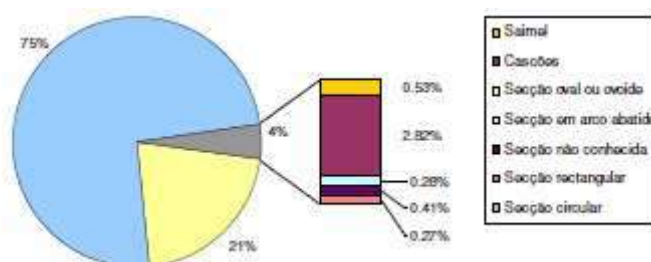
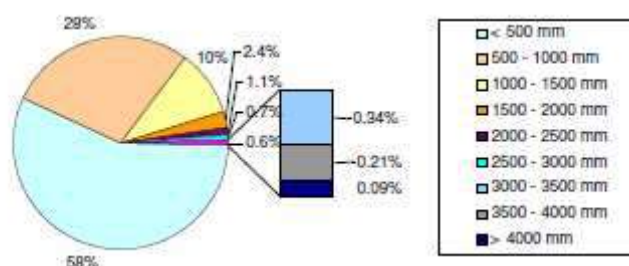


Figura 11.3 – Dimensão e extensão total das tubagens



Fossas Sépticas

Está praticamente reduzido na zona de Monsanto a localização das fossas sépticas, concretamente dos restaurantes e zonas recreativas de Monsanto conforme planta anexa.

Fito-Etar

O Departamento de Ambiente e Espaços Verdes localizado em Monsanto construiu uma **FITO-ETAR** tendo efectuado um enquadramento paisagístico com esse construção.

As Fito-Etar's são estruturas de bio-engenharia destinadas a tratar águas contaminadas incidindo no tratamento de efluentes domésticos. É uma tecnologia de baixo custo energético e funcional nas zonas húmidas naturais. Consiste num tratamento preliminar, decantação primária ao nível de uma fossa séptica tricompartimentada onde decorre a sedimentação gravítica. Após a decantação a fracção não sedimentada é encaminhada para o leito onde decorrem os processos de depuração e tratamento quer secundário quer terciário. As plantas desempenham funções de substância transportando o oxigénio para o substrato suportando a actividade metabólica dos organismos aeróbios na depuração. As raízes e rizomas estabelecem microcanais e passagens para obstar a colmatação. As plantas participam na remoção de alguns nutrientes do efluente tais como nitratos, fosfatos, carbonatos e sulfatos.

Protecção do Sistema de Infra-Estruturas de Águas Residuais

Os problemas de engenharia sanitária e ambiental merecem uma especial atenção, pelo seu directo reflexo na qualidade de vida das populações e na preservação da saúde pública e dos recursos naturais, pelo que, importa salvaguardar as áreas ocupadas pelas infra-estruturas de águas residuais, estabelecendo faixas e áreas de protecção, tendo em vista a garantia das condições de acesso de pessoas e veículos de operação, manutenção e ampliação dos sistemas públicos de recolha, elevação, tratamento e rejeição de efluentes.

Área canal técnica – faixas de protecção

As faixas de protecção serão, à superfície e em subsolo, sempre que possível, delimitadas por linhas paralelas com os seguintes afastamentos mínimos aos respectivos eixos:

1.1 – Rede principal de colectores:

- a) Caneiro de Alcântara → 17 metros;
- b) Colectores com $\phi \geq 800\text{mm}$ e $< 2500\text{ mm}$ ou equivalente (ovais, Nova I, Nova II) → 5 metros;
- c) Colectores com $\phi > 2500\text{mm}$ ou equivalente (ovais, Nova I, Nova II, secções abatidas) → 10 metros

1.2 – Rede secundária de colectores com $\phi < 800\text{mm}$ ou equivalente → 3,5 metros;

2 – Talwegues não encanados → 17 metros;

3.1- Sistemas de intercepção e transporte → 5 metros.

PEAASAR II e QREN

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, PEAASAR II referente ao período de 2007 a 2013 considera a clarificação estratégica para o Sector da Água em Portugal, sendo fundamental que estabeleça orientações e propostas claras nos diferentes domínios como sejam:

- os modelos de gestão e de financiamento adequados à resolução da problemática dos sistemas “em baixa”
- os modelos de articulação entre as vertentes “em alta” e “em baixa”
- as bases de uma política tarifária a nível nacional

No Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), **as tipologias de intervenção a apoiar** no quadro dos serviços urbanos de água e saneamento de águas residuais são as seguintes:

Infra-estruturas em “alta” de abastecimento de água;

Infra-estruturas de “alta e baixa integradas” de abastecimento de água;

Infra-estruturas em “alta” de drenagem e tratamento de águas residuais;

Infra-estruturas de “alta e baixa integradas” de drenagem e tratamento de águas residuais.

Entende-se por “alta e baixa integrada” ou “alta e baixa verticalizada” todos os projectos promovidos por entidades gestoras que, directamente, detenham a responsabilidade pela gestão das infra-estruturas em “alta” e em “baixa”.

Na vertente em “baixa”, a estimativa dos investimentos prioritários a realizar no período 2007-2013 é da ordem dos 2200 milhões de euros, e refere-se a investimentos directamente relacionados com a articulação com os sistemas em “alta”, designadamente a execução das interligações entre ambas as vertentes (alta e baixa) de redes de distribuição de água e reservas municipais e de redes de drenagem de águas residuais;

A Estratégia para o período 2007-2013 propõe dar uma resposta a esta questão, assumindo como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos custos do serviço, como forma de garantir a sustentabilidade do sector enquanto obrigação imperiosa perante as gerações futuras

Estações de Tratamento da Cidade de Lisboa

Breves considerações

- Tratamento Primário – é o tratamento das águas residuais urbanas por qualquer processo físico/químico que envolva a decantação das partículas sólidas em suspensão, ou por outro processo em que haja redução de pelo menos 20% de CBO5 (Carência Bioquímica de oxigénio) das águas residuais, e o total das partículas sólidas seja reduzida de pelo menos 50%.
- Tratamento Secundário – é o tratamento das águas residuais urbanas que envolve geralmente um tratamento biológico com decantação secundária ou outro processo que permita através de processos bioquímicos a redução de 70-90% de CBO5, 75% de CQO e 90% de partículas sólidas em suspensão (SST).
- Tratamento Terciário – baseia-se em processos biológicos que através de reactores de biomassa em suspensão e fixa permite a eliminação de nutrientes de águas residuais como o Azoto e Fósforo. Para zonas sensíveis sujeitas a eutrofização a concentração máxima do efluente descarregado é de 10mgN/L e de 1mgP/L, valores que correspondem a uma percentagem de 70 a 80 %, (D.L. nº 152/97), enquanto no tratamento secundário essa remoção é só de 20 a 30% de Azoto é de 15 a 20 % do Fósforo.

ETAR de Beirolas

A ETAR de Beirolas foi projectada para servir uma população de 250 000 habitantes equivalentes. Drenam caudais de Lisboa e Loures.

O esquema de tratamento instalado inclui os seguintes órgãos e processos:

- Pré-tratamento - gradagem seguida de elevação em parafusos de Arquimedes, para posterior separação de óleos e areias em canal munido de desarenador/desengordurador;
- Tratamento primário - etapa de decantação primária em decantadores circulares (as lamas recolhidas são posteriormente conduzidas ao tratamento de lamas);
- Tratamento secundário - tratamento biológico do efluente em tanques de arejamento seguido de sedimentação em decantador secundário; parte das lamas produzidas nos decantadores são recirculadas para os tanques de arejamento; o efluente é sujeito a tratamento de afinação;
- Tratamento de lamas - as lamas recolhidas nos decantadores primários e secundários (lamas em excesso) são sujeitas a espessamento, seguido de flotação e posterior desidratação; a estabilização química é realizada por adição de cal.

ETAR de Alcântara

A ETAR de Alcântara, localizada na Av. de Ceuta foi inicialmente projectada para servir uma população de 725 000 habitantes equivalentes, e possuía um tratamento primário com cloragem. Drenam caudais de Lisboa, Amadora e Oeiras.

O esquema de tratamento inicialmente instalado inclui os seguintes órgãos e processos:

- Pré-tratamento - gradagem seguida de elevação em parafusos de Arquimedes, para posterior separação de óleos e areias em canal munido de desarenador/desengordurador;
- Tratamento primário - etapa de decantação primária em decantadores longitudinais (as lamas recolhidas são posteriormente espessadas e desidratadas);
- Tratamento de afinação - após o tratamento primário, o efluente é sujeito a um tratamento de cloragem.

De acordo com o ponto 2 do artº 5 do D.L. nº 152/97 que transpõe o direito interno a directiva nº 91/271/CEE, a descarga de águas residuais urbanas só poderá ser licenciada quando se submeta a tratamento secundário, pelo que deverá proceder-se a esse tratamento.

Assim, está a ser ampliada e remodelada a ETAR de Alcântara para tratamento secundário seguido de desinfecção por ultra-violetas que, para além de várias especialidades de processos de tratamento inclui a requalificação urbana da área de ocupação da ETAR, bem como a nova construção de edifício sede e de exploração.

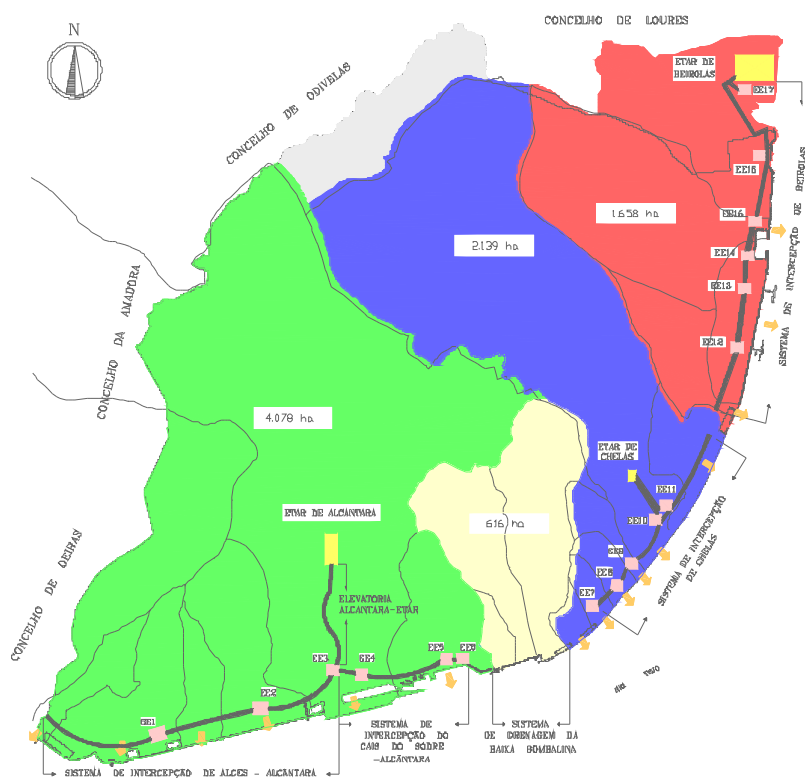
ETAR de Chelas

A ETAR de Chelas, é o único que drena apenas caudais do município de Lisboa foi projectada para servir uma população de 225 000 habitantes equivalentes, Possui um tratamento terciário com remoção de nutrientes e tratamento de afinação com desinfecção por radiação ultra-violeta.

O esquema de tratamento inclui os seguintes órgãos e processos:

- Pré-tratamento - gradagem seguida de separação de óleos e areias em canal munido de desarenador/desengordurador;
- Tratamento primário - etapa de decantação primária em decantadores lamelares;
- Tratamento secundário - processo de tratamento por lamas activadas;
- Tratamento terciário – remoção de nutrientes.
- Tratamento de afinação - filtração e desinfecção por radiação ultra-violeta.
- Tratamento de lamas - espessamento das lamas primárias, flotação das lamas biológicas, digestão anaeróbia a quente das lamas mistas e desidratação por centrifugação.

Figura 11.4 – Áreas abrangidas pelas estações de tratamento da cidade de Lisboa



Fontes: -Plano Geral de Drenagem de Lisboa

- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais,
- Quadro Estratégico de Referência Nacional
- ficha do projecto de execução dos interceptores do largo de Chafariz de Dentro
- n.º 31/DORS/08
- estudos e pareceres internos
- SimTejo
- Decreto Regulamentar 23/95

11.2 Resíduos sólidos urbanos

Recolha Selectiva em Lisboa

No final da década de 80, a Câmara Municipal de Lisboa iniciou a recolha selectiva de vidro, através da colocação de vidrões (do tipo "iglo") na via pública. Em 1993 foram abertos 40 Centros de Recepção de Papel Usado, lançando-se a primeira campanha de sensibilização dirigida à população da cidade. De seguida teve início um projecto-piloto de recolha porta-a-porta de papel em grandes

produtores deste tipo de resíduos, com enfoque na participação das empresas, serviços da CML e escolas.

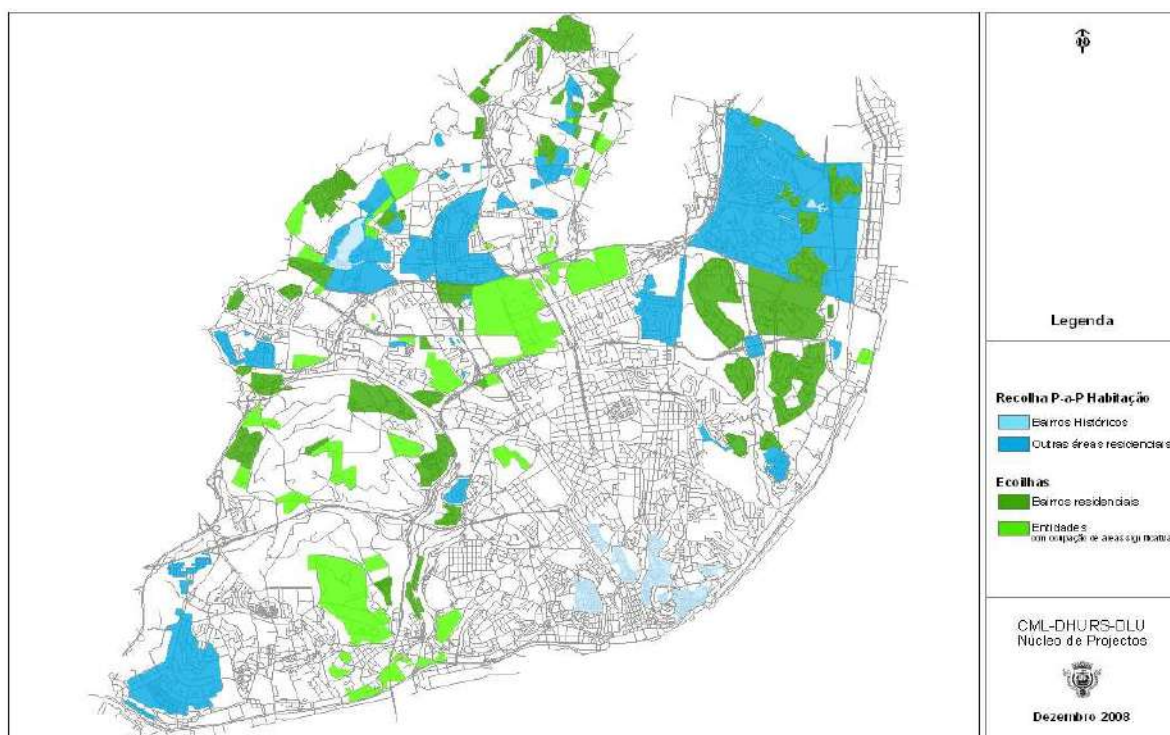
Em 1997 inicia-se a recolha selectiva através de ecopontos, permitindo a separação de um novo tipo de material: embalagens de metal, plástico e cartão para líquidos alimentares. A instalação deste equipamento na via pública atingiu no ano 2000 um universo de cerca de 1000 ecopontos e 300 vidrões isolados. Os equipamentos actualmente instalados na cidade encontram-se representados geograficamente na figura seguinte 'Ecopontos e Vidrões'.

Figura 11.5 – Vidrões e Ecopontos



Posteriormente, houve necessidade de promover outras formas de recolha – alargamento da recolha selectiva porta-a-porta a outros materiais e a áreas residenciais e implementação de ecoilhas – o que permitiu, em complementaridade, incrementar os quantitativos de resíduos enviados para reciclagem. Deste modo, disponibilizou-se mais equipamento para a deposição separativa de resíduos, aproximando-os do produtor, de forma a estimular e aumentar a sua participação. As áreas residenciais abrangidas por sistemas de recolha selectiva porta-a-porta e por ecoilhas estão identificadas na Fig. que se segue a 'Recolha papel e Ecoilhas'.

Figura 11.6 – Áreas Residenciais com recolha selectiva porta-a-porta e áreas com ecolilhas



Assim, desde 2002 a 2006, implementaram-se esquemas de recolha selectiva de papel, embalagens e vidro junto de estabelecimentos de comércio, restauração e similares, em algumas zonas históricas e centro da cidade, com elevada densidade comercial.

Em parceria com a Valorsul, no ano de 2005, iniciou-se também a recolha selectiva de resíduos biodegradáveis junto da restauração, mercados e refeitórios, entre outros, com vista à sua valorização através de digestão anaeróbia. O universo das actividades económicas que actualmente têm recolha selectiva porta-a-porta, de pelo menos um tipo de resíduo valorizável, é de cerca de 4300 entidades (Dezembro de 2008).

Nas áreas residenciais, a recolha selectiva porta-a-porta iniciou-se nos Olivais e Alto do Lumiar, em 2003, alargando-se, até hoje, a outras áreas da cidade onde este tipo de solução técnica é a mais adequada: zonas residenciais com edifícios com espaço para manter contentores, bairros de moradias e bairros históricos (estes últimos não tinham qualquer tipo de recolha selectiva). Actualmente o número de fogos servidos por sistemas de recolha selectiva porta-a-porta é de cerca de 47.600 (Dezembro de 2008), o que representa 16% da totalidade dos alojamentos em Lisboa.

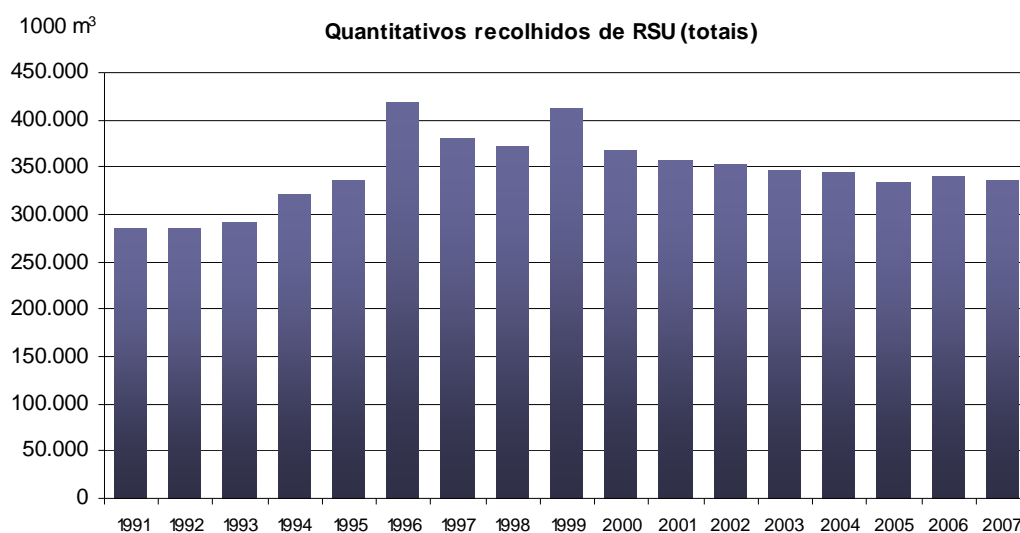
Hoje em dia, a percentagem de vidro, papel e embalagens que é separada no município é de 12% face ao total de resíduos recolhidos, ultrapassando a média (de 9%) dos municípios da área metropolitana de Lisboa que entregam os seus resíduos à Valorsul, para tratamento e valorização

(Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira) (dados de 2007). Em termos nacionais, o município de Lisboa também se destaca ao nível da reciclagem: segundo o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II), a capitação média para os resíduos recolhidos selectivamente em Portugal em 2005 é de 39 kg/hab.ano, apontando como referência a atingir em 2011 pelos diversos sistemas plurimunicipais, um valor da ordem dos 50 kg/hab.ano.

Em 2005, Lisboa já tinha alcançado os 55 kg/hab.ano e em 2007, 71 kg/hab.ano. Para a totalidade dos resíduos, a capitação média também é superior em Lisboa, contando com cerca de 590 kg/hab.ano de resíduos produzidos, enquanto que a média nacional é de 450 kg/hab.ano (PERSU II, dados de 2005). Tal facto deve-se à influência da população flutuante e da alta densidade de actividades económicas, que contribuem para os elevados níveis de produção per capita de resíduos na cidade.

Fazendo uma análise evolutiva no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, pode observar-se na fig. seguinte, que apesar da população residente de Lisboa, ter diminuído entre 1991 e 2001, até ao ano de 1999 registou-se um aumento significativo dos resíduos urbanos recolhidos, o que poderá dever-se ao crescimento da população flutuante em Lisboa e/ou à alteração de hábitos de consumo. Nos anos subsequentes notou-se um ligeiro decréscimo dos quantitativos recolhidos, possivelmente decorrente de uma série de factores, tais como, a recente e desfavorável conjuntura socioeconómica, a deslocação de empresas e locais de trabalho para fora do concelho e a contínua redução do número de residentes na cidade.

Figura 11.7 – Quantitativos recolhidos de RSU (totais)



Fonte: CML, DMAU/DHURS, 2008

Analisando a recolha de resíduos de uma forma desagregada, conforme representada na fig. abaixo pode-se dizer que:

A evolução dos resíduos indiferenciados acompanha a tendência geral dos resíduos recolhidos, por ser a componente com maior peso no total de resíduos. O decréscimo, a partir do ano 2000, é mais acentuado, devido ao aumento da separação de resíduos e ao seu desvio para reciclagem.

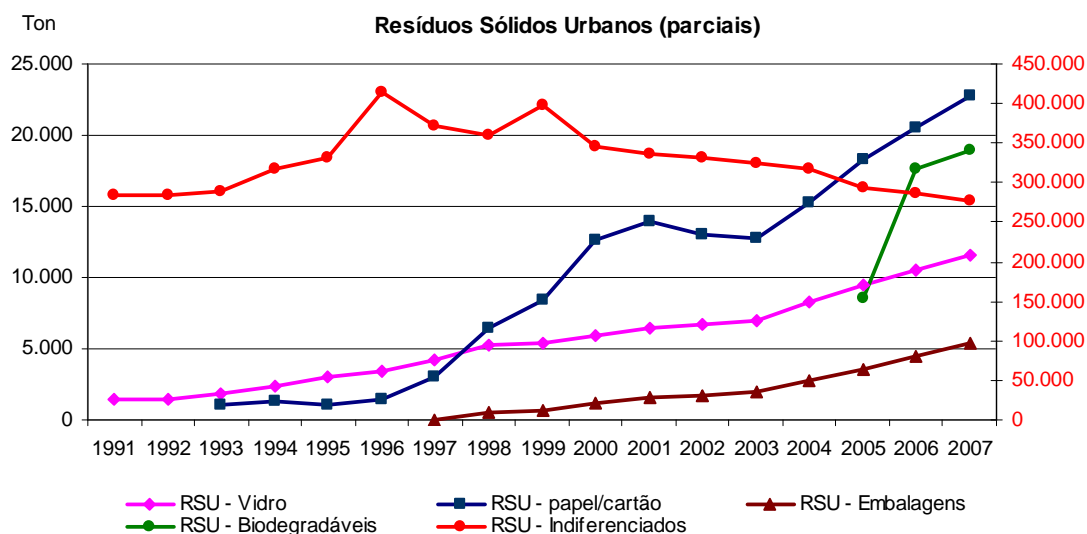
O vidro foi o primeiro tipo de resíduo a ser recolhido selectivamente, através da instalação de vidrões na cidade em 1987. A instalação de ecopontos, em 1997/1999, e a recolha porta-a-porta de vidro dirigida para estabelecimentos de restauração e similares, desde 2002, em algumas zonas históricas e centro da cidade, têm vindo a impulsionar a recolha deste material, ao longo dos últimos anos.

A recolha de papel/cartão iniciou-se em 1993 através de entrega voluntária deste tipo de material, em locais da Câmara Municipal de Lisboa destinados à sua recepção. O papel passou também a ser recolhido, a partir de 1995, junto de grandes produtores deste material. O número de entidades abrangidas por este sistema de recolha tem vindo a aumentar desde então. Em 1997/1999 procedeu-se também à recolha de papel através dos ecopontos. Posteriormente, a partir de 2003, o incremento de novos sistemas de recolha selectiva possibilitou novamente o aumento dos quantitativos recolhidos deste tipo de material.

A recolha selectiva de embalagens iniciou-se com a instalação dos ecopontos na cidade, em 1997. Os quantitativos recolhidos têm tido uma evolução sempre crescente, acompanhando também os projectos de recolha selectiva que têm vindo a ser implementados junto da população e entidades (recolha porta-a-porta e ecoilhas).

Em 2005 iniciou-se a recolha selectiva de resíduos biodegradáveis (orgânicos) provenientes dos sectores da restauração, hotelaria, mercados e cantinas. Permitiu-se, assim, o seu aproveitamento, através do encaminhamento para a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica da Valorsul, para, após tratamento, produção de um composto orgânico com possíveis utilizações na agricultura e geração de energia eléctrica.

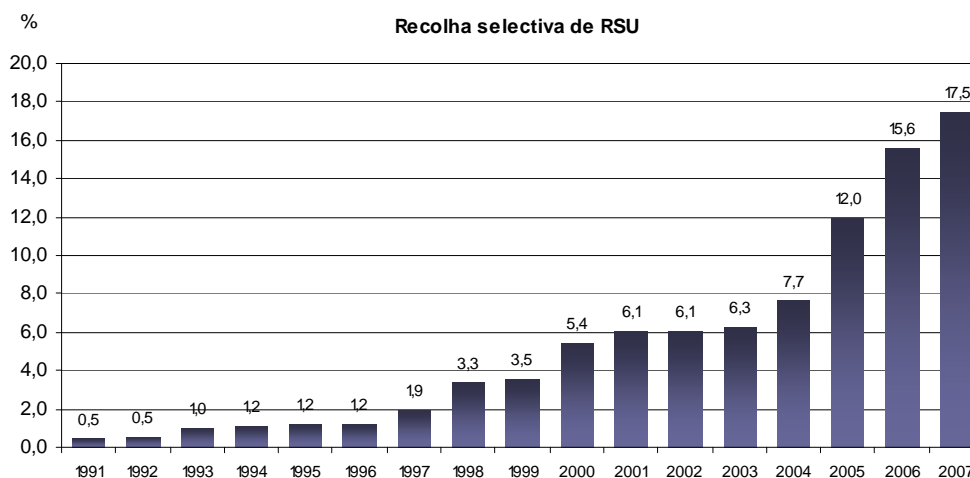
Figura 11.8 – Resíduos sólidos Urbanos (parciais)



Fonte: CML, DMAU/DHURS, 2008

A evolução positiva da percentagem de resíduos que é desviada para reciclagem traduz o crescente envolvimento da população na separação de resíduos e o aumento da quantidade e diversidade de sistemas de recolha selectiva promovidos pela CML ao longo dos últimos tempos. Nos primeiros anos o município só dispunha de recolha selectiva de vidro e papel/cartão, notando-se um aumento da % de resíduos recolhidos selectivamente durante as fases de instalação de ecopontos (em 1997 e 1999). A partir de 2003 nota-se um crescimento acentuado, devido à implementação de novos projectos de recolha selectiva: recolha porta-a-porta junto de entidades e grandes produtores de resíduos, recolha porta-a-porta e ecoilhas em áreas residenciais. Com estes projectos pretendeu-se aproximar os locais de deposição selectiva dos munícipes e de outros produtores de resíduos.

Figura 11.9 – Recolha Selectiva de RSU



Fonte: CML, DMAU/DHURS, 2008

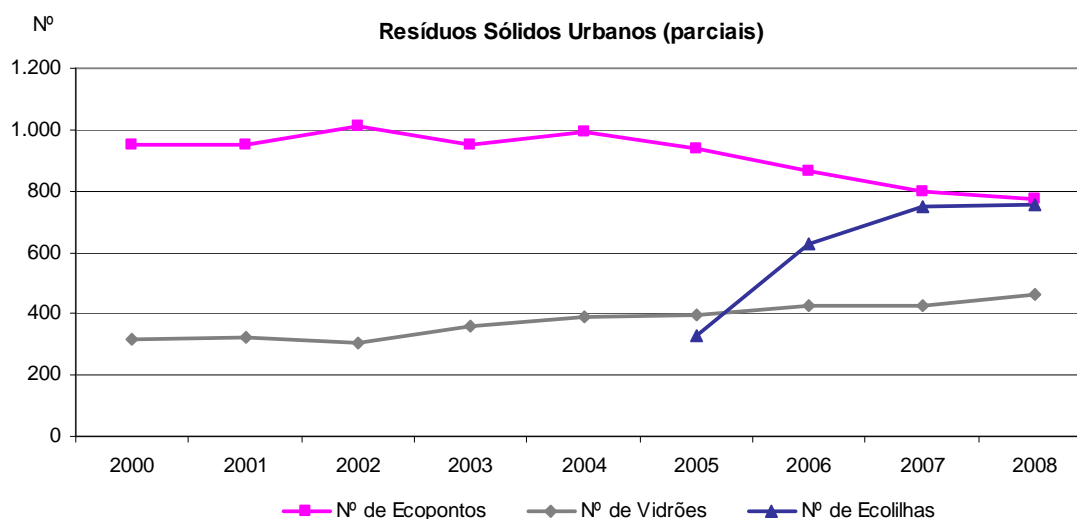
Em relação aos Ecopontos, Vidrões e Ecolilhas, e conforme a fig. seguinte constata-se que:

O número de ecopontos tem vindo a diminuir desde 2000 porque este sistema tem sido substituído, em determinadas áreas da cidade, por outros sistemas de recolha selectiva, tais como a recolha porta-a-porta e ecoilhas.

A recolha de vidro em áreas residenciais continua a ser efectuada através de vidrões (mesmo em bairros com recolha selectiva porta-a-porta de embalagens e papel/cartão), pelo que o seu número, ao contrário dos ecopontos, não tem diminuído.

Desde 2005 que têm vindo a ser implementadas ecoilhas em áreas que tinham contentores para resíduos indiferenciados de grande capacidade (1000/1100 litros) na via pública. Nestes bairros formaram-se ecoilhas, juntando-se, num mesmo local, contentores da mesma capacidade, para as fracções indiferenciada e reciclável (papel/cartão, embalagens e vidro).

Figura 11.10 – Resíduos Sólidos Urbanos (parciais)



Fonte: CML, DMAU/DHURS, 2008

ANEXOS:

- Dados demográficos
- Estrutura Urbana: caracterização das AUGIS
- Estrutura Urbana: legenda da figura “Estudos Urbanos e Loteamentos Municipais”
- Habitação: número de Fogos geridos pela GEBALIS
- Habitação: fluxos migratórios da população registada pelos CTT
- Dinâmica populacional: quadros de indicadores
- Rede de Infra-Estruturas: quadros de indicadores
- Mobilidade: quadros de indicadores
- Equipamentos de Utilização Colectiva: quadros de indicadores
- Estrutura Urbana e Habitação: quadros de indicadores
- Ambiente: quadros de indicadores
- Economia: quadros de indicadores
- Banca: quadros de indicadores
- Cartografia

ANEXOS

Tema: Dinâmica Populacional

Sub-tema	Evolução da População Residente						Comparação da evolução da População no Continente, AML, Grande Lisboa		
Indicador	População residente total no concelho	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	mais de 65 anos	Evolução do nº de estrangeiros residentes	População residente na AML	População residente na Grande Lisboa (NUTII)	População residente no Continente
Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%	Nº	Nº	Nº
1991	663.394	94.306	99.116	345.407	124.565		2.540.276	1.836.484	9.375.926
1992									
1993	677.790								
1994									
1995									
1996	591.480								
1997									
1998	535.740	69.970	64.410	282.800	118.560				
1999	517.650	68.590	59.090	273.920	116.050				
2000	570.414	73.601	63.339	302.908	130.566		2.808.414		
2001	564.657	65.548	71.634	294.171	133.304			1.892.891	9.869.050
2002	549.766	67.255	60.749	290.599	131.169		2.779.097		
2003	540.022	67.484	56.477	286.335	129.726	0,2	2.760.697		
2004	529.485	67.444	52.651	281.110	128.280	0,3	2.740.237		
2005	519.795	67.778	49.093	277.103	125.821	0,3	2.714.614		
2006	509.751	68.167	46.475	271.845	123.264	0,7	2.686.872		
2007	449.700	68.287			120.847		2.661.748		
2008									

Indicador: Fontes:

- 1 INE, Censos, 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estimativas Provisórias da População Residente
- 2 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 3 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 4 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 5 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 6 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- 7 INE, Censos, 1991 e 2001; www.eurostat.com; www.citypopulation.de
- 8 INE, Censos, 1991 e 2001; www.eurostat.com; www.citypopulation.de
- 9 INE, Censos, 1991 e 2001; www.eurostat.com; www.citypopulation.de

Tema: Dinâmica Populacional

Sub-tema	Evolução sócio-económica e demográfica										
Indicador	Taxa de bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Índice de envelhecimento	Densidade populacional	Famílias	Dimensão média da família	Taxa de analfabetismo	População activa	População desempregada	Beneficiários de subsídio de desemprego	Levantamentos no multibanco (nacionais)
Unidade	10 ³	10 ³	10 ²	Nº	Nº (Milhar)	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
1991				7.842	245.070	2,7	5,7	356.243	22.043		
1992											
1993				8.012							
1994											
1995											
1996				6.991							
1997											
1998			169	6.333							
1999			169	6.119							
2000	10,3	14,5	177	6.742							
2001	9,9	14,2	177	6.674	234.451	2,4	6,0	271.428	19.984		2.005.494
2002	10,4	14,7	195	6.498						16.638	2.164.288
2003	10,8	14,1	192	6.383						21.604	2.220.197
2004	10,6	14,8	190	6.259						23.487	2.324.740
2005	11,3	14,5	186	6.144						20.563	2.478.927
2006	10,9	14,4	181	6.025						20.132	2.634.082
2007	11,3	14,5					11,3				
2008											

Indicador: Fontes:

- 10 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 11 INE, Censos e Projeções Demográficas
- 12 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 13 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas Demográficas, 1999 a 2006
- 14 INE, Censos, 1991 e 2001
- 15 INE, Censos, 1991 e 2001
- 16 INE, Censos, 1991 e 2001
- 17 INE, Censos, 1991 e 2001
- 18 INE, Censos, 1991 e 2001
- 19 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES), 1999 a 2006
- 20 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS), 1999 a 2006

Tema: Rede de Infra-Estruturas

Sub-tema	Rede de Abastecimento de Água			Rede de Saneamento			Resíduos Sólidos Urbanos					
	Caudal captado total	Volume de consumo de água total	Volume de consumo de água domiciliário e de serviços	M3 de águas residuais drenada	M3 de águas residuais drenadas (domiciliário e serviços)	M3 de águas residuais tratadas	Quantitativos recolhidos de RSU (totais)	RSU - Indiferenciados	RSU - Vidro	RSU - papel/cartão	RSU - Embalagens	RSU - Biodegradáveis
Indicador Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Unidade	1000 m ³	1000 m ³	1000 m ³	1000 m ³	1000 m ³	1000 m ³	1000 m ³	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
1991							285.406	284.016	1.390			
1992							285.451	283.943	1.508			
1993							292.562	289.686	1.855	1.021		
1994							321.151	317.449	2.379	1.323		
1995							336.033	331.984	2.990	1.059		
1996							419.201	414.279	3.475	1.447		
1997							380.050	372.744	4.240	3.024	42	
1998	110.521			62.050	47.815	38.157	371.678	359.336	5.277	6.477	588	
1999	111.674			59.092	44.857	44.857	411.848	397.353	5.361	8.455	679	
2000	113.864			41.600	35.000	37.910	366.591	346.844	5.971	12.577	1.179	
2001	115.101	65.338	40.185	41.600	35.000	37.910	358.015	336.107	6.455	13.913	1.541	
2002	112.286	65.631	40.502	66.760	59.248	46.496	352.253	330.812	6.670	12.982	1.749	
2003	110.340	65.229	40.835	52.140	47.568	52.140	345.627	323.884	6.999	12.723	2.019	
2004	111.319	65.157	40.801	52.503	47.931	52.503	344.300	317.937	8.331	15.296	2.717	
2005	93.953	62.298	39.350	50.302	45.775	50.302	333.571	293.708	9.459	18.262	3.512	8.596
2006							340.355	287.233	10.478	20.496	4.495	17.601
2007							336.544	277.665	11.610	22.812	5.454	18.958
2008												

Indicador: Fontes:

- 1 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 2 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 3 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 4 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 5 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 6 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do ambiente, 1999 a 2006
- 7 CML, DMAU/DHURS, 2008
- 8 CML, DMAU/DHURS, 2008
- 9 CML, DMAU/DHURS, 2008
- 10 CML, DMAU/DHURS, 2008
- 11 CML, DMAU/DHURS, 2008
- 12 CML, DMAU/DHURS, 2008

Tema: Rede de Infra-Estruturas

Sub-tema	Resíduos Sólidos Urbanos							Rede Eléctrica					
	Recolha selectiva de RSU	Nº de Ecopontos	Nº de Vidrões	Nº de Ecolilhas	Nº de fogos abrangidos por sistema porta-a-porta	Entidades recolha selectiva porta-a-porta	Entidades (act. económicas) sistema porta-a-porta - orgânicos	Extensão da rede de média tensão	Extensão da rede de alta tensão	Consumo total de electricidade	Consumo Doméstico de electricidade	Consumo Industrial de Electricidade	
Indicador	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
Unidade	%	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Metro	Metro	KWh	KWh	KWh
1991	0,5												
1992	0,5												
1993	1,0												
1994	1,2												
1995	1,2												
1996	1,2												
1997	1,9												
1998	3,3												
1999	3,5												
2000	5,4	953	319				927						
2001	6,1	950	322				949						
2002	6,1	1.010	306				1.082						
2003	6,3	952	361			19.420	1.258						
2004	7,7	994	387			22.403	1.689	2.213.361	172.326	3.160.838.221	727.450.663	207.513.580	
2005	12,0	939	393	327	24.003	2.601	869	2.243.296	181.844	3.249.524.907	768.575.367	184.826.368	
2006	15,6	863	424	627	35.526	3.511	1.018	2.268.246	190.702	3.350.589.028	776.504.636	199.067.456	
2007	17,5	800	425	752	37.459	4.003	1.051	2.285.403	189.984	3.339.623.606	462.314.999	190.104.075	
2008		771	461	756	47.579	4.278							

Indicador: Fontes:

13	CML, DMAU/DHURS, 2008
14	CML, DMAU/DHURS, 2008
15	CML, DMAU/DHURS, 2008
16	CML, DMAU/DHURS, 2008
17	CML, DMAU/DHURS, 2008
18	CML, DMAU/DHURS, 2008
19	CML, DMAU/DHURS, 2008
20	CML, DORS, EDP, 2008
21	CML, DORS, EDP, 2008
22	CML, DORS, EDP, 2008
23	CML, DORS, EDP, 2008
24	CML, DORS, EDP, 2008

Tema: Mobilidade

Sub-tema	Tráfego Aéreo		Transporte Marítimo				Transporte Individual			Transporte Público			
Indicador	Nº de Voos (comerciais)	Nº de Passageiros	Nº de Embarcações de Comércio (entradas)	Tráfego portuário de mercadorias	Tráfego de cruzeiros (navios)	Tráfego de cruzeiros (nº de passageiros)	Viagens diárias em transporte individual (residentes)	Taxa de motorização	Viagens motorizadas diárias em transporte colectivo (residentes)	Passageiros transportados (total)	Passageiros transportados por Km (total)	Nº de interfaces de transporte colectivo	Nº de veículos da Carris
Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Unidade	Nº	Nº	Nº	Ton	Nº	Nº	%	10 ³	%	10 ³	10 ⁶	Nº	Nº
1991													
1992								444					
1993							37,5		57,2				
1994								574					805
1995								562					793
1996								572					779
1997								559		503.118	1.711		815
1998							47,2		49	508.811	1.728		815
1999								607		462.794	1.674		792
2000								633		465.946	1.607		783
2001								597		456.201	1.579	23	800
2002								672		446.226	1.546		800
2003			3.522	11.263.283	265	211.979	40,8	527	56,2	452.869	1.656		802
2004	122.206	10.705.206	3.270	10.669.849	270	241.557		550		436.257	1.652		811
2005	124.124	11.234.709	3.351	11.311.674	251	239.524		579		426.202	1.658		785
2006	132.456	12.314.314	3.336	11.078.859	269	270.893		579		403.782	1.561		759
2007	139.519	13.392.069			256	305.185							745
2008													740

Indicador: Fontes:

- 1 www.atl-turismolisboa.pt - barómetro
- 2 www.atl-turismolisboa.pt - barómetro
- 3 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas dos Transportes, 1999 a 2006
- 4 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas dos Transportes, 1999 a 2006
- 5 www.atl-turismolisboa.pt - barómetro
- 6 www.atl-turismolisboa.pt - barómetro
- 7 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Inquéritos à mobilidade" - pág. 45)
- 8 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: IPSP, 1992-2002; INE, CENSOS 1991 e 2001" - pág. 40)
- 9 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Inquéritos à mobilidade" - pág. 45)
- 10 IMT, transporte de passageiros de 1997 a 2006; INE, Estatísticas dos transportes e comunicações, 1997 a 2006; Relatório e Contas da Carris, 2004 a 2006
- 11 IMT, transporte de passageiros de 1997 a 2006; INE, Estatísticas dos transportes e comunicações, 1997 a 2006; Relatório e Contas da Carris, 2004 a 2006
- 12 Lisboa em Mapas, pag 10.2, 2000/2001 □ DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: IPSP, 1992-2002; INE, CENSOS 1991 e 2001" - pág. 144)
- 13 Carris - Unidade de Negócios e Exploração de Autocarros

Tema: Mobilidade

Sub-tema	Transporte Público		Estacionamento					Mobilidade		Rede Viária		
	Nº de licenças de Táxi	Nº Estações de Metropolitano	Oferta de Estacionamento o público à superfície - EMEL	Oferta de estacionamento o público à superfície (gratuito)	Estacionamento gratuitos e pagos (excepto centros comerciais e aeroporto)	Oferta de Estacionamento o privado para habitação	Oferta de Estacionamento o privado para serviços	Nº total de viagens diárias (residentes)	Nº de viagens diárias a pé (residentes)	Extensão da rede pedonal	Extensão da rede de bicicletas	Extensão da rede de Bus
Indicador	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Metro	Metro	Km
1991												
1992	3.550											
1993		25						1.368.240	316.870			
1994												
1995												
1996												
1997												
1998		36						1.181.180	36.940			
1999												50
2000												70
2001			38.489									
2002												
2003		37						1.089.880	237.090			
2004			40.700	112.300	30.000	45.200	64.400					
2005												75
2006												
2007												
2008	3.394	43								1.836	51.547	80

Indicador: Fontes:

- 14 Antral
- 15 CMI e METRO
- 16 DPI/DMRVE (resposta ao ofício): "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Levantamento de estacionamento na via 2003/2004"
- 17 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Levantamento de estacionamento na via 2003/2004"
- 18 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Levantamento de estacionamento na via 2003/2004"
- 19 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Levantamento de estacionamento na via 2003/2004"
- 20 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Levantamento de estacionamento na via 2003/2004"
- 21 DPI/DMRVE, "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Inquéritos à mobilidade" - pág. 45)
- 22 "O desafio da Mobilidade, TIS, 2005: Inquéritos à mobilidade" - pág. 45
- 23
- 24 DPI e DPU

Tema: Equipamentos de Utilização Colectiva

Sub-tema	Saúde				Ensino Superior			E. Secundário	Ensino Básico				Ensino Pré-Escolar		Acção Social			
	Nº farmácias / 1000 hab.	Nº enfermeiros / 1000 hab.	Nº camas / 1000 hab.	Nº médicos / 1000 hab.	Nº alunos do E. Superior e Politécnico (público e privado)	Nº alunos do E. Superior e Politécnico (público)	Nº alunos do E. Superior e Politécnico (privado)	Nº alunos E. Secundário	Nº Escolas EB1 (público)	Nº alunos matriculados nas EB1 (público)	Nº alunos matriculados nas EB2 (público)	Nº alunos matriculados nas EB3 (público)	Nº alunos E. Pré-Escolar - Jardins Infância (público)	Jardins de Infância (público)	Creches Rede Pública	Capacidade Creches Rede Pública	Creches (lucrativos)	Capacidade Creches Lucrativos
Indicador	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
1991									118				1.220	31				
1992				10,0					117				1.200	31				
1993				10,3					117				1.220	31				
1994				10,6					117				1.180	31				
1995				11,0					115				1.170	31				
1996				11,5					109	17.381			1.357	32				
1997	0,6			11,9					109	17.371			1.624	49				
1998	0,6		15,1	12,6	123.758	68.321	56.921		107	17.303			2.106	55				
1999	0,7		15,1	14,1					107	16.539			2.349	55				
2000	0,6			12,0					108	16.269			2.430	56				
2001	0,6	14,1	16,5	12,4	129.257	80.560	48.697	19.465	105	15.544	8.772	13.833	2.553	56				
2002	0,7	13,6	14,9	12,7				18.951	100	15.515	8.781	13.252	2.743	59	111	4.549	31	1.200
2003	0,6	15,4	15,4	13,0				18.615	95	15.391	8.612	12.764	2.972	60				
2004	0,6	15,2	15,4	13,5				17.538	96	15.458	8.505	12.737	3.079	61				
2005	0,6	17,5	14,0	13,9				15.757	95	15.415	8.328	13.146	3.146	61				
2006					114.735	78.025	36.710		95	15.515			3.084	62				
2007									88	15.556			3.151	61				
2008															105	4.966	50	1.836

Indicador: Fontes:

- 1 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ordem dos Farmaceuticos (INFARMED), 1999 a 2006
- 2 Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006
- 3 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas da Saúde, 1999 a 2006
- 4 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas da Saúde, 1999 a 2006
- 5 MTES, 2008
- 6 MTES, 2008
- 7 MTES, 2008
- 8 ME/GEPE-DSE, 2001/2002 a 2005/2006, total de alunos do ensino público do ME - último ficheiro enviado pelo ME ao DEJ/CML)
- 9 CML/DPE/DEJ, Proposta de Carta educativa, levantamento anual do DEJ, 2008
- 10 CML/DPE/DEJ, Proposta de Carta educativa, levantamento anual do DEJ, 2008
- 11 ME/GEPE-DSE, 2001/2002 a 2005/2006, total de alunos do ensino público do ME - último ficheiro enviado pelo ME ao DEJ/CML)
- 12 ME/GEPE-DSE, 2001/2002 a 2005/2006, total de alunos do ensino público do ME - último ficheiro enviado pelo ME ao DEJ/CML)
- 13 CML/DPE/DEJ, Proposta de Carta educativa, levantamento anual do DEJ, 2008
- 14 CML/DPE/DEJ, Proposta de Carta educativa, levantamento anual do DEJ, 2008
- 15 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 16 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 17 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 18 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008

Tema: Equipamentos de Utilização Colectiva

Sub-tema	Acção Social						Cultura						Desporto	Protecção Civil Segurança			
Indicador	Centros Dia não Lucrativos	Centros Dia Lucrativo	Lares não lucrativo	Lares lucrativos	Apoio Domiciliário não lucrativo	Apoio Domiciliário lucrativo	Bibliotecas de acesso público	Galerias de Arte	Nº total Visitantes Galerias Arte	Museus	Visitantes Museus	Recintos Culturais	Lotação Recintos Culturais	Área Desportiva Útil (tipologia base)	Unidades da PSP	Unidades Bombeiros Sapadores Voluntários	Acidentes Viação com vítimas
Nº	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	m ² /hab.	Nº	Nº	Nº
1991																	
1992																	
1993														1			
1994																	
1995																	
1996																	
1997																	
1998							340		54	3.338.240							4.351
1999							361				35	29.973			19		3.793
2000							349	89	1.164.103	34	3.242.305	40	50.354				3.459
2001							339	124	1.289.878	34	3.417.461	42	35.639		72		2.730
2002	80	1	57	77	81	3	346	130	923.512	36	3.528.751	51	42.671				2.788
2003							356	164	1.424.910	39	3.520.432	61	57.111				2.681
2004								159	1.186.126	40	3.451.404	70	48.307				2.621
2005								172	1.195.630	40	3.737.659	73	57.844				2.543
2006																	2.502
2007																	
2008	79	0	52	34	88	5								2			

Indicador: Fontes:

- 19 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 20 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 21 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 22 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 23 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 24 CML/DPE/ DAS, Rede de serviços e equipamentos sociais - carta social 2002 e 2008
- 25 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 26 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 27 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 28 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 29 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 30 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 31 INE, Anuários Estatísticos da Região Lisboa, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1999 a 2006
- 32 CML/DPE/ DD, Relatório sobre a evolução dos equipamentos desportivos entre 1993 e 2008
- 33 Lisboa em Mapas, pag 7.2 e 7.3, 1999 e 2001
- 34 Lisboa em Mapas, pag 7.2 e 7.3, 1999 e 2001
- 35 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Direcção Geral de Viação, 1999 a 2006

Tema: Estrutura Urbana e Habitação

Sub-tema	Património Inventariado				Planeamento Urbano e Dinâmica Urbanística									
Indicador	Valores culturais imóveis classificados (IPPAR)	Imóveis em vias de classificação	Áreas Non Aedificandi	Zonas Especiais de Protecção	Planos Urbanização e Promenor eficazes	Total despesas corrente e de capital	Licenças emitidas traduzidas em área de construção (ou superfície de pavimento) de armazenagem	Licenças... (ou superfície de pavimento) de indústria	Licenças... (ou superfície de pavimento) de comércio	Licenças... (ou superfície de pavimento) de equipamentos colectivos	Licenças... (ou superfície de pavimento) de serviços	Licenças... (ou superfície de pavimento) de hotelaria	Licenças... (ou superfície de pavimento) de outros usos turísticos	Licenças... (ou superfície de pavimento) de habitação colectiva
Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Euros	m2	m2	m2	m2	m2	m2	m2	m2
1991						331.202								
1992					1	367.115								
1993						358.137								
1994	169	74	0	16	1	445.427								
1995					2	555.661								
1996						634.970								
1997					5	532.786								
1998					2	666.936								
1999					6	673.487								
2000						546.815								
2001						510.457								
2002					2	661.693								
2003						570.445	306		33.941	60.429	43.892			55.969
2004						586.837	1.033	516	65.219	7.687	28.897	70.456		187.731
2005					1		2.396	431	72.063	71.888	76.763	17.872	18.500	104.482
2006							19.754	14.901	165.772	100.831	384.602	131.724	15.757	203.339
2007							5.367	409	230.091	57.378	221.091	68.738		102.013
2008	214	80	1	27										

Indicador: Fontes:

- 1 CML/Departamento Informação Geográfica e Cadastro/2008
- 2 CML/Departamento Informação Geográfica e Cadastro/2008
- 3 CML/Departamento Informação Geográfica e Cadastro/2008
- 4 CML/Departamento Informação Geográfica e Cadastro/2008
- 5 DMPU - DPU
- 6 Relatórios de Gestão da C.M. Lisboa
- 7 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 8 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 9 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 10 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 11 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 12 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 13 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 14 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL

Tema: Estrutura Urbana e Habitação

Sub-tema	Plan. Urbano Dinâmica Urbanística			Habitação														
	traduzidas em área de construção (ou superfície de pavimento) de habitação familiar	Loteamentos aprovados	N.º total de edifícios	Licenças totais de edifícios, concedidas pela Câmara	Licenças de construção nova de edifícios, concedidas pela Câmara	Licenças totais de edifícios de habitação, concedidas pela Câmara	Estimativa da evolução do parque habitacional - n.º de edifícios de habitação	Estimativa... n.º de fogos (alojamentos familiares clássicos)	N.º de fogos concluídos (obras concluídas - construção nova)	N.º de licenças de construção nova de fogos (alojamento familiar clássico), concedidas pela Câmara	N.º de fogos licenciados	N.º de licenças de utilização para habitação	Índice de Valorização Imobiliário	Pedidos para habitação municipal	Fogos municipais atribuídos			
Nº	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29			
Unidade	m²	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Índice	Nº	Nº			
1991			62.041					270.835	1.550				60					
1992								274.426	2.029				63					
1993								276.418	2.076				68					
1994								277.392	870				68					
1995								278.676	1.254				69					
1996								281.115	2.347				72					
1997								282.913	2.133				75					
1998								284.930	1.924				77					
1999				238	115	153		286.373	1.451	1.671			84					
2000				283	132	193			1.377	2.182			91					
2001			56.305	272	139	180		288.481	1.333	2.439			95	685	36			
2002								291.438	2.032				96	2.008	60			
2003	191.557	3						294.308	2.870		727	218	99	1.651	34			
2004	412.831	6						295.362	996		3.481	347	99	2.034	49			
2005	682.687	2						295.393	31		5.193	404	100	1.838	78			
2006	1.400.242	5		862	57	429		295.424	31	1.204	9.997	330	102	1.232	15			
2007	533.871	1									4.577	276	108	981	19			
2008													111					

Indicador: Fontes:

- 15 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 16 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 17 INE , Censos de 1991 e 2001
- 18 INE, CENSOS 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação
- 19 INE, CENSOS 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação
- 20 INE, CENSOS 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação
- 21 INE, CENSOS 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação, Estimativas do parque habitacional, 1999 e 2006
- 22 INE, CENSOS 1991 e 2001; Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação, Estimativas do parque habitacional, 1999 e 2006)
- 23 Fase de trabalhos preparatórios da RPDM, vol 2, 2000 (fonte: PROTAML, 1999 e SIUL, 2000, dados de 1991 a 1998); INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação, dados de 1999 a 2006
- 24 INE, CENSOS 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1999 a 2006, Estatísticas da Construção e da Habitação
- 25 CML, DMDIU/DMU, GESTURBE (Gesturbe só existe a partir de 2003), 2008 e UPAL
- 26 DMDIU/DMU (resposta por e-mail - Gesturbe só existe a partir de 2003) e UPAL
- 27 Confidencial Imobiliário
- 28 "Caracterização da procura de habitação" DMH/DGSPH, 2008"
- 29 "Caracterização da procura de habitação" DMH/DGSPH, 2008"

Tema: Ambiente

Sub-tema	Poluição sonora			Poluição atmosférica		Energia									
Indicador	Áreas afectadas por níveis sonoros acima dos limites legais (período diurno)	População residente nas áreas afectadas por níveis sonoros acima dos limites legais (período diurno)	Áreas afectadas por níveis sonoros acima dos limites legais (período nocturno)	Dias com índice da qualidade do ar Bom	Dias com índice da qualidade do ar Muito Bom	Consumo energético - tipos de energia						Consumo energético - sectores de actividade			
	1	2	3	4	5	Electricidade	Outros	Gás Natural	Gasolinas	Gasóleo rodoviário	Fuelóleo	Edifícios	Outros	Indústria	Transportes
Unidade	ha	%	ha	Nº	Nº	%						%			
2000															
2001	106.843	25	1791	88	11										
2002				89	12	41	4	8	16	23	8	46	2	10	42
2003				181	11										
2004				176	12										
2005				149	6										
2006															
2007															
2008															

Indicador: Fontes:

- 1 DMPU / DPU/Equipa do PDM□DMAU
- 2 DMPU / DPU□DMAU□INE- Censos 2001
- 3 DMPU / DPU/Equipa do PDM□DMAU
- 4 Agência Portuguesa do Ambiente (APA)□www.qualar.org
- 5 Agência Portuguesa do Ambiente (APA)□www.qualar.org
- 6 Matriz Energética de Lisboa que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, LisboaGás, EDP, INE, empresas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, DGTT, PNAC e PROTAML
- 7 Matriz Energética de Lisboa que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, LisboaGás, EDP, INE, empresas de transportes da AML, DGTT, PNAC e PROTAML; "Matriz Energética de Lisboa" Lisboa e-nova

Tema: Ambiente

Sub-tema	Energia									Verdes					Clima			
	Consumo energético - edifícios			Consumo energético - transportes			Consumo energético - classes de veículos			Concretizaçã o de áreas verdes de recreio	Capitação de espaços verdes	Hortas	Nº de árvores isoladas	Nº de Maciços	Total de Precipitação	Número de dias com registro de precipitação	Número de dias sem registro de precipitação	Temperatura média anual
Indicador	Serviços	Residencial	Rodoviário	Ferrovário	Fluvial	Individual	Colectivo	Mercadorias										
Nº	8	8	9	9	9	10	10	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	
Unidade	%			%			%			ha	m2/hab.	Nº	Nº	Nº	mm	Nº	Nº	°C
1991																		
1992																		
1993																		
1994												24	3					
1995											1.168.918	25	3					
1996												32	3					
1997												35	3					
1998												37	3					
1999												37	3					
2000												49	9					
2001									1.791		1.014.973	54	9					
2002	65	35	95,5	4	0,5	47	6	47				55	9					
2003												55	9					
2004												58	9	442	277	88	17	
2005												59	17	451	289	76	17	
2006											841.156	59	17	926	293	72	18	
2007												61	20					
2008											839.622	61	26					

Indicador: Fontes:

- 8 Matriz Energética de Lisboa que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, LisboaGás, EDP, INE, empresas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, DGTT, PNAC e PROTAML
- 9 Matriz Energética de Lisboa que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, LisboaGás, EDP, INE, empresas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, DGTT, PNAC e PROTAML
- 10 Matriz Energética de Lisboa que por sua vez recolheu informação junto de diferentes entidades: DGGE, LisboaGás, EDP, INE, empresas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, DGTT, PNAC e PROTAML
- 11 Livro publicado "Habitação e mercado imobiliário"
- 12 Livro publicado "Habitação e mercado imobiliário"
- 13 Direcção Municipal de Ambiente Urbano / 2008
- 14 Direcção Municipal de Ambiente Urbano / 2008
- 15 Direcção Municipal de Ambiente Urbano / 2008
- 16 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Instituto de Meteorologia, 1999 a 2006
- 17 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Instituto de Meteorologia, 1999 a 2006
- 18 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Instituto de Meteorologia, 1999 a 2006
- 19 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Instituto de Meteorologia, 1999 a 2006

Tema: Economia

Sub-tema	Empresas, sociedade e emprego										
Indicador	N.º de empresas	N.º de sociedades	N.º de estabelecimentos	N.º de trabalhadores por conta de outrém (total sectores)	N.º de trabalhadores por conta de outrém (Sector primário)	N.º de trabalhadores por conta de outrém (Sector secundário)	N.º de trabalhadores por conta de outrém (Sector terciário)	Peso do N.º de empresas de Lisboa /AML	Densidade de estabelecimentos em Lisboa	Densidade de estabelecimentos na AML (N.º/Km2)	Peso do N.º de estabelecimentos de Lisboa /Grande Lisboa
Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº/Km2	Nº/Km2	Nº/Km2
1991	24.270										
1998											
1999	93.481	43.633		285.152	831	41.012	243.309	29			
2000	92.715	44.159	29.771	280.389	869	39.757	239.763	29			
2001	92.331	46.213						29			
2002	90.282	45.689		271.154	899	35.893	234.362	29			
2003	90.771	48.236		270.316	646	33.272	236.398	29			
2004	90.824	49.309						26	698	52	
2005	89.703	53.113		277.998	540	31.870	245.588	27	705	53	
2006	86.775	54.117						28			
2007											
2008											

47

Indicador: Fontes:

- 1 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 2 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 3 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 4 "Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa, Lisboa, 2004"; Equipa de projecto do livro com dados dos Quadros de pessoal
- 5 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), quadros de Pessoal, 1999 a 2005
- 6 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), quadros de Pessoal, 1999 a 2005
- 7 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), quadros de Pessoal, 1999 a 2005
- 8 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), quadros de Pessoal, 1999 a 2005
- 9 Empresas por município da sede, INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 10 Indicadores das Empresas por Município, INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 11 Indicadores das Empresas por Município, INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006

Tema: Economia

Sub-tema	Poder de Compra				Comércio		Turismo			
Indicador	N.º de trabalhadores por conta de outrém / População Residente	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos no município de Lisboa	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos no município da Grande Lisboa	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos nos municípios da AML	Superfície de exposição e venda e área destinada a clientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas (restauração; bebidas e salas dança)	Superfície de exposição e venda e área destinada a clientes dos estabelecimentos de comércio a retalho (alimentar; não alimentar e reparações)	N.º de estabelecimentos hoteleiros (total)	Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros (total)	N.º de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (total)	Estada média no estabelecimento (total)
Nº	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	m ²	m ²	Nº	Nº	Nº	Nº
1991										
1992										
1993										
1994										
1995					211.031	1.014.970				
1996										
1997										
1998							180	26.519	4.775.709	
1999	47						181	26.670	4.490.680	2,3
2000	42				107.505	1.144.117	181	26.763	4.775.094	2,3
2001							176	27.227	4.476.300	2,0
2002	43	1.249	1.115	1.065			178	27.978	4.525.317	2,2
2003	44	1.283	1.149	1.100			182	28.932	4.522.908	2,2
2004							189	31.851	4.973.439	2,2
2005	47	1.363	1.228	1.174	322.411	1.206.872	189	32.545	5.109.180	2,2
2006							188	31.991	5.755.431	2,2
2007					364.774	1.227.721				
2008										

Indicador: Fontes:

- 12 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Ficheiro de Unidades estatísticas (FUE), 1999 a 2006
- 13 Solidariedade Social (MTSS), quadros de Pessoal, 1999 a 2005 e INE, Censos, 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estimativas Provisórias da População Residente
- 14 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006
- 15 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006
- 16 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006
- 17 DMAE/DUC/DEAJ (RC/1995; 2000; 2005)
- 18 DMAE/DUC/DEAJ (RC/1995; 2000; 2005)
- 19 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006
- 20 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006
- 21 INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, Estatísticas do Turismo, 1999 a 2006

Tema: Economia

Indicador	Estabelecimentos bancários e afins			Estabelecimentos de empresas de seguros			Pessoal ao serviço das entidades bancárias			Pessoal ao serviço das empresas de seguros			levantamentos em caixas multibanco nacionais		
	Portugal	AML	Lisboa	Portugal	AML	Lisboa	Portugal	AML	Lisboa	Portugal	AML	Lisboa	Portugal	AML	Lisboa
Nº	1	1	1	2	2	2	3	3	3	4	4	4	5	5	5
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Eur
1998	5.050	1.450	677	1.061	275	140	60.675	30.169	23.534	14.183	8.945	8.058			
1999													53	51	48
2000															
2001	5.951	1.688	677	973	256	124	55.877	29.598	22.877	13.333	8.672	7.839			
2002															
2003															
2004															
2005	5.578	1.541	640	788	228	112	52.432	26.568	19.960	11.914	8.087	7.221			

Indicador: Fonte:

- 1 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 2 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 3 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 4 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 5 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).

Indicador	Valor médio em euros dos levantamentos em caixas multibanco internacionais			Peso relativo dos valores de Lisboa face a Portugal e AML quanto ao número de caixas multibanco - (1)total de caixas e (2)total de operações				Lisboa face a Portugal e AML quanto ao número de caixas multibanco - levantamentos		Lisboa face a Portugal e AML quanto ao número de caixas multibanco - levantamentos	
	Portugal	AML	Lisboa	(1)Lisboa/Portugal	Lisboa/AML	(2)Lisboa/Portugal	Lisboa/AML	Lisboa/Portugal	Lisboa/AML	Lisboa/Portugal	Lisboa/AML
Nº	6	6	6	7	7	7	7	8	8	9	9
Unidade	Eur	Eur	Eur	%	%	%	%	%	%	%	%
1999	112,53	98,42	95,91	15,3	42,3	16,7	40,6	16,6	41,5	16,9	58,2
2000											
2001											
2002											
2003											
2004											
2005											
2006	128,74	114,56	114,77	12	37,4	12,3	34,8	12,9	36,5	13,8	51,9
2007											
2008											

Indicador: Fonte:

- 6 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 7 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 8 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).
- 9 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).

Tema: Economia

Indicador	Número de caixas multibanco em Portugal, número de operações e levantamentos						Número de caixas multibanco na Área Metropolitana de Lisboa, número de operações e levantamentos					
	Total de Caixas	Total de Operações	Nacionais (nº)	Nacionais (eur)	Internacionais (nº)	Internacionais (eur)	Total de Caixas	Total de Operações	Nacionais (nº)	Nacionais (eur)	Internacionais (nº)	Internacionais (eur)
Nº	10	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11
Unidade	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Eur	Nº	Eur
1999	6.744	361.864.492	202.451.914	10.696.820.857	4.585.429	515.975.494	2.439	149.200.063	81.146.824	4.165.175.836	1.331.893	131.090.597
2000	7.913	462.110.822	245.668.984	13.378.396.250	5.643.316	650.161.715	2.831	184.528.125	95.603.527	5.017.186.406	1.678.270	168.366.611
2001	8.547	529.555.184	269.099.680	14.875.676.555	6.679.491	775.325.276	3.020	204.768.389	102.211.239	5.415.668.918	1.946.188	197.108.628
2002	9.001	593.420.486	290.171.013	16.518.647.927	6.734.715	824.238.750	3.143	223.700.632	108.030.254	5.872.297.818	1.866.825	201.457.972
2003	9.553	633.429.131	307.508.272	17.685.970.565	7.257.932	898.821.820	3.257	231.730.752	111.786.431	6.139.087.115	1.993.894	215.860.705
2004	10.108	683.814.874	329.149.191	18.996.599.840	8.066.665	1.001.265.525	3.375	245.110.986	117.678.861	6.491.185.325	2.256.375	248.237.670
2005	10.766	719.006.591	347.008.409	20.896.485.875	7.803.335	993.988.065	3.540	254.455.100	122.827.957	7.079.202.010	2.068.046	231.509.145
2006	11.489	752.654.376	364.572.260	22.442.556.645	8.843.023	1.138.429.565	3.702	265.271.951	128.497.686	7.565.877.825	2.349.598	269.163.765

Indicador: Fonte:

10 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).

11 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).

Indicador	Número de caixas multibanco em Lisboa, número de operações e levantamentos					
	Total de Caixas	Total de Operações	Nacionais (nº)	Nacionais (eur)	Internacionais (nº)	Internacionais (eur)
Nº	12	12	12	12	12	12
Unidade	Nº	Nº	Nº	Eur	Nº	Eur
1999	1.031	60.603.740	33.651.911	1.619.548.174	775.123	74.341.098
2000	1.154	72.281.332	38.549.548	1.889.752.082	984.889	96.941.855
2001	1.236	78.448.086	40.621.835	2.005.493.640	1.108.163	110.834.599
2002	1.255	84.234.981	42.401.190	2.164.287.639	978.373	106.438.629
2003	1.280	84.813.125	42.622.143	2.220.197.025	1.012.170	110.649.310
2004	1.298	88.437.718	44.342.095	2.324.740.070	1.151.859	128.909.540
2005	1.325	89.660.046	45.148.155	2.478.927.120	1.052.926	118.090.905
2006	1.383	92.363.550	46.847.689	2.634.081.750	1.218.844	139.880.940

Indicador: Fonte:

12 Fonte: INE, Portugal, vários anos, Anuário Estatístico da Região Lisboa (vários anos).

ANEXOS

DEMOGRAFIA

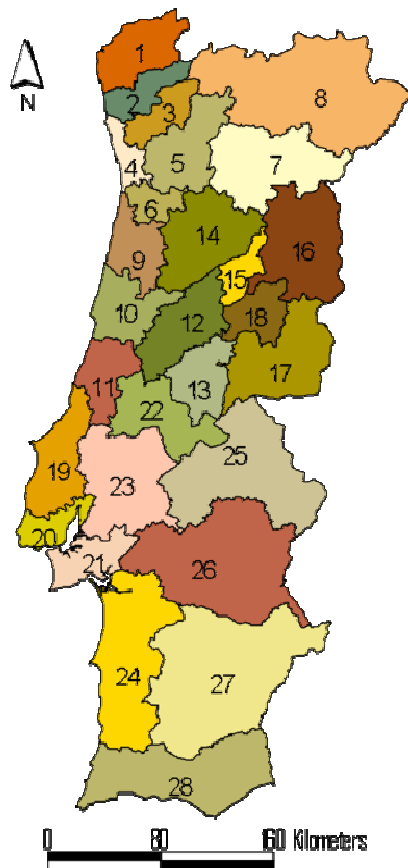
A evolução demográfica das NUT III, permite igualmente perceber o comportamento assimétrico entre o **litoral** e o interior do País. Apenas o Baixo Mondego (10) e o Alentejo Litoral (24), dos que podemos considerar do litoral perdem população. Das NUT do interior só Dão-Lafões (14) e Médio Tejo (22) ganham população, todas as outras perdem, sendo que as que perdem maior proporção da sua população são Pinhal Interior Sul (13) e Alto Alentejo (25). A NUT que mais cresce, em valor relativo, é a da Península de Setúbal estando este aumento provavelmente relacionado com a melhoria das acessibilidades depois da construção da Ponte Vasco da Gama.

Evolução da população por NUT III, 2001-2007

NUT III	Área (km ²)	População		
		2001	2007	Dif.
1 Minho-Lima	2.218,39	250.275	251.676	+0,6%
2 Cávado	1.245,60	393.063	411.323	+4,6%
3 Ave	1.037,78	399.991	413.292	+3,3%
4 Grande Porto	1.022,83	1.370.657	1.392.189	+1,6%
5 Tâmega	2.619,68	551.309	560.672	+1,7%
6 Entre Douro e Vouga	862,23	276.812	287.665	+3,9%
7 Douro	4.108,14	221.853	212.170	-4,4%
8 Alto Trás-os-Montes	8.171,71	223.333	216.245	-3,2%
9 Baixo Vouga	1.802,25	385.724	399.607	+3,6%
10 Baixo Mondego	2.062,83	340.309	332.355	-2,3%
11 Pinhal Litoral	1.743,66	250.990	267.223	+6,5%
12 Pinhal Interior Norte	2.616,57	138.535	137.636	-0,6%
13 Pinhal Interior Sul	1.904,77	44.803	41.076	-8,3%
14 Dão-Lafões	3.489,00	286.313	291.516	+1,8%
15 Serra da Estrela	867,76	49.895	47.904	-4,0%
16 Beira Interior Norte	4.062,68	115.325	110.151	-4,5%
17 Beira Interior Sul	3.748,28	78.123	73.923	-5,4%
18 Cova da Beira	1.374,50	93.579	91.350	-2,4%
19 Oeste	2.220,21	338.711	361.868	+6,8%
20 Grande Lisboa	1.375,89	1.947.261	2.025.628	+4,0%
21 Península de Setúbal	1.558,93	714.589	782.786	+9,5%
22 Médio Tejo	2.306,04	226.090	231.304	+2,3%
23 Lezíria do Tejo	4.275,04	240.832	249.254	+3,5%
24 Alentejo Litoral	5.255,78	99.976	96.169	-3,8%
25 Alto Alentejo	6.248,97	127.026	118.066	-7,1%
26 Alentejo Central	7.228,84	173.646	169.863	-2,2%
27 Baixo Alentejo	8.542,76	135.105	127.581	-5,6%
28 Algarve	4.995,97	395.218	426.386	+7,9%

Fonte: INE Portugal, Censos 2001 e Estimativas da População Residente, 2007

Divisão de Portugal Continental em NUT III



- 1 - Minho-Lima;
- 2 - Cávado;
- 3 - Ave;
- 4 - Grande Porto;
- 5 - Tâmega;
- 6 - Entre Douro e Vouga;
- 7 - Douro;
- 8 - Alto Trás-os-Montes;
- 9 - Baixo Vouga;
- 10 - Baixo Mondego;
- 11 - Pinhal Litoral;
- 12 - Pinhal Interior Norte;
- 13 - Pinhal Interior Sul;
- 14 - Dão-Lafões;
- 15 - Serra da Estrela;
- 16 - Beira Interior Norte;
- 17 - Beira Interior Sul;
- 18 - Cova da Beira;
- 19 - Oeste;
- 20 - Grande Lisboa;
- 21 - Península de Setúbal;
- 22 - Médio Tejo;
- 23 - Lezíria do Tejo;
- 24 - Alentejo Litoral;
- 25 - Alto Alentejo;
- 26 - Alentejo Central;
- 27 - Baixo Alentejo;
- 28 - Algarve.

NUTS	População 2001	População 1991	Dif. (%)
Lisboa	2661850	2520708	5,6
Grande Lisboa	1947261	1880215	3,6
Cascais	170683	153294	11,3
Lisboa	564657	663394	-14,9
Loures	199059	192143	3,6
Mafra	54358	43731	24,3
Oeiras	162128	151342	7,1
Sintra	363749	260951	39,4
Vila Franca de Xira	122908	103571	18,7
Amadora	175872	181774	-3,2
Odivelas	133847	130015	2,9
Península de Setúbal	714589	640493	11,6
Alcochete	13010	10169	27,9
Almada	160825	151783	6,0
Barreiro	79012	85768	-7,9
Moita	67449	65086	3,6
Montijo	39168	36038	8,7
Palmela	53353	43857	21,7
Seixal	150271	116912	28,5
Sesimbra	37567	27246	37,9
Setúbal	113934	103634	9,9

Fonte: INE Portugal, Censos 2001 e Estimativas da População Residente, 2007

ESTRUTURA URBANA

Legenda da Figura “ Estudos Urbanos e Loteamentos Municipais

Cod.	NOME	TIPO
1	Casal Vistoso I	Loteamento de Iniciativa Municipal
2	Rotunda de Algés	Estudo de Edificabilidade
3	Alto dos Moinhos Norte	Estudo de Edificabilidade
4	Alto dos Moinhos	Loteamento de Iniciativa Municipal
5	Rua da Venezuela	Loteamento de Iniciativa Municipal
6	Olaias - Secção A	Loteamento de Iniciativa Municipal
7	Olaias - Secção C	Loteamento de Iniciativa Municipal
8	Olaias - Secção B	Loteamento de Iniciativa Municipal
9	Bairro das Furnas	Loteamento de Iniciativa Municipal
10	Areeiro	Loteamento de Iniciativa Municipal
11	Rotunda das Olaias	Loteamento de Iniciativa Municipal
12	Bairro da PRODAC	Loteamento de Iniciativa Municipal
13	Rego (Edifício CML)	Loteamento de Iniciativa Municipal
14	Rua Jorge Afonso/ Rego	Estudo de Edificabilidade
15	Damião de Góis	Estudo de Edificabilidade
16	Rua André de Resende	Estudo de Edificabilidade
17	Infante D. Pedro	Loteamento de Iniciativa Municipal
18	Pedrouços/ Rua Fernão Mendes Pinto	Loteamento de Iniciativa Municipal
19	Bartolomeu Dias/ CCB	Estudo Urbano
20	Av. Dr. Mário Moutinho/ Restelo	Estudo Urbano
21	Calçada de Santo Amaro	Loteamento de Iniciativa Municipal
22	Pátio do Moca	Loteamento de Iniciativa Municipal
23	Casal Vistoso II	Loteamento de Iniciativa Municipal
24	Amoreiras I	Loteamento de Iniciativa Municipal
25	Barão Sabrosa	Loteamento de Iniciativa Municipal
26	Casalinho da Ajuda	Estudo Urbano
27	Campo de Ourique - Amoreiras	Loteamento de Iniciativa Municipal
28	Rua Rainha D. Catarina - Sul	Loteamento de Iniciativa Municipal
29	Rua Rainha D. Catarina - Norte	Loteamento de Iniciativa Municipal
30	Quarteirão da Zona Ocidental do Bom Sucesso	Loteamento de Iniciativa Municipal
31	Rua dos Narcisos	Estudo de Edificabilidade
32	Palma de Baixo	Loteamento de Iniciativa Municipal
33	Quinta do Ferro	Estudo Urbano
34	Rua Maria Lalande	Estudo Urbano
35	Rio Seco	Estudo Urbano
36	Rua dos Sete Moinhos	Estudo Urbano
37	Rua Infante D. Henrique - Vale Formoso de Cima	Estudo Urbano
38	Vale Fundão	Estudo Urbano
39	Casal do Pinto	Estudo Urbano
40	PRODAC Sul	Estudo Urbano
41	Estrada Pedro Teixeira	Estudo Urbano
42	Bela-Flor	Estudo Urbano
43	Rua Particular Alto dos Moinhos	Estudo Urbano
44	Encosta da Penha de França	Estudo Urbano
45	Travessa do Bahuto	Estudo Urbano
46	Rua Luis Cadote	Estudo Urbano
47	Veríssimo Sarmento	Estudo Urbano
48	Calçada do Galvão	Estudo Urbano
49	Sete Rios/ Santogal	Loteamento de Iniciativa Municipal
50	Vila Raul	Estudo Urbano
51	Rua das Barracas	Loteamento de Iniciativa Municipal
52	Quinta Pisani	Loteamento de Iniciativa Municipal
53	Bairro da Boavista	Loteamento de Iniciativa Municipal
54	Bairro Padre Cruz	Loteamento de Iniciativa Municipal

55	Pedrouços	Estudo Urbano
56	Bairro das Estacas - Rua Jose Pinheiro de Melo	Estudo Urbano
57	República da Bolívia	Estudo Urbano
58	Centro Cívico de Benfica	Estudo Urbano
59	Marquês de Abrantes e Alfinetes	Estudo Urbano
60	Lumiar	Estudo Urbano
61	Conde de Almoester	Estudo de Espaço Público
62	Travessa de Campo de Ourique	Estudo de Espaço Público
63	Bairro S.João de Brito/Mata Alvalade	Loteamento de Iniciativa Municipal
64	Parque Hospitalar Oriental de Marvila	Estudo Urbano
65	Estabelecimento Prisional de Lisboa	Estudo Urbano
66	Terreno do Lar Maria Droste	Estudo Urbano
67	Terreno da Avenida Alfredo Bensaúde	Estudo Urbano
68	Terreno da Quinta do Seminário da Ajuda	Estudo Urbano
69	Terreno da Quinta das Conchinhas	Estudo Urbano
70	Terreno das Salésias	Estudo Urbano
71	Complexo desportivo da Lapa	Estudo Urbano
72	Ex - Convento do Desagravo	Estudo Urbano
73	Ex - Hospital do Desterro	Estudo Urbano
74	Parte do Hospital Curry Cabral	Estudo Urbano
75	Rua da Estefânia 14-16	Estudo Urbano
76	LNIV	Estudo Urbano
77	Terreno na Avenida Ilha da Madeira	Estudo Urbano
78	IPO	Estudo Urbano
79	Ex - Sanatório da Ajuda	Estudo Urbano
80	Frente Ribeirinha	Estudo de Espaço Público
81	Casal da Atalaia	Estudo Urbano
82	PUALZE- Avenida da Liberdade e Zona Envolvente	Estudo Urbano
83	Alto do Parque Eduardo VII	Loteamento de Iniciativa Municipal
84	Envolvente do Mercado de Benfica	Estudo Urbano
85	Envolvente do Palácio da Ajuda	Estudo de Espaço Público
86	PUZRO- Zona Ribeirinha Oriental	Estudo Urbano
87	Vale de Sto. António	Estudo Urbano
88	Carnide Luz	Análise Urbana
89	Chelas	Loteamento de Iniciativa Municipal
90	Praça de Espanha e Avenida José Malhoa	Estudo de Edificabilidade
91	Sete Rios	Estudo de Edificabilidade
92	Matinha	Estudo de Edificabilidade
93	Área Crítica dos Olivais Velho	Estudo de Edificabilidade
94	Alto de Sto Amaro	Estudo de Espaço Público
95	Bairros da Liberdade e Serafina	Estudo de Espaço Público
96	Palma de Baixo	Estudo de Espaço Público
97	Nucleo da Estrada da Torre	Estudo Urbano
98	Alcântara	Loteamento de Iniciativa Municipal
99	Ateneu	Estudo de Edificabilidade
100	Quinta José Pinto	Estudo de Edificabilidade
101	Parque Mayer	Loteamento de Iniciativa Municipal
102	Av. Fontes Pereira de Melo/ Pr. Duque Saldanha	Estudo Urbano
103	Quarteirão a Poente da Gare do Oriente	Estudo de Espaço Público
104	Parque Oriente	Estudo Urbano
105	Centro de Congressos de Lisboa	Estudo de Espaço Público
106	Palacete Ribeiro da Cunha	Estudo de Espaço Público
107	Aterro da Boavista	Estudo de Espaço Público
108	Campus de Campolide	Estudo de Espaço Público
109	Alinhamento e Cérceas do Campo Grande	Estudo de Espaço Público
110	Alinhamento e Cérceas da Av. República	Estudo Urbano
111	"Lisboa-Belém"	Estudo Urbano

112	Eixo Urbano Luz Benfica	Estudo de Edificabilidade
113	Boavista II	Estudo Urbano
114	Maria Droste	Estudo de Espaço Público
115	Alcântara	Estudo de Espaço Público
116	Rua Conde de Nova Gôa	Estudo Urbano
117	Bairro dos Sete Céus	Loteamento de Iniciativa Municipal
118	Eixo Central / Calvanas	Estudo Urbano
119	Rede Urbana Cicável	Estudo de Espaço Público
120	Bairro do Rego	Estudo Urbano
121	Pote de Água	Estudo Urbano
122	Mouraria	Análise Urbana
123	Alto do Chapelheiro	Loteamento de Iniciativa Municipal
124	Avenida Álvaro Pais	Estudo de Edificabilidade
125	Rua Morais Soares	Estudo de Edificabilidade
126	Av. Helen Keller - It 11	Estudo de Edificabilidade
127	Rua Professor Jorge da Silva Horta	Estudo de Edificabilidade
128	Rua D. Filipa de Vilhena	Estudo de Espaço Público
129	Rua Ernesto da Silva	Estudo de Espaço Público
130	Quarteirão do Cinema Paris	Estudo de Espaço Público
131	Baixa Pombalina	Plano de Pormenor
132	Pedreira do Alvito	Estudo Urbano
133	Rego	Loteamento de Iniciativa Municipal
134	Rua Gregório Lopes	Estudo de Edificabilidade
135	Parque Hospitalar Oriental	Plano de Pormenor
136	Envolvente da Estação do Oriente	Plano de Urbanização
137	Av. José Malhoa	Plano de Pormenor
138	Malha 14	Plano de Pormenor
139	Amoreiras	Plano de Pormenor
140	Terras de Sant'ana 10-12	Estudo de Edificabilidade
141	Casal da Boba - Amadora	Loteamento de Iniciativa Municipal
142	Casal de Santa Luzia	Estudo Urbano
143	Rua de Entrecampos	Estudo de Espaço Público
144	Meia Encosta	Estudo de Espaço Público
145	Eixo Terciário Principal	Estudo de Espaço Público
146	2ª Circular	Estudo de Espaço Público
147	Rua Patrocínio	Estudo de Espaço Público
148	Estação Benfica	Estudo de Espaço Público
149	Avenida Berlim	Estudo de Espaço Público
150	Junqueira	Estudo Urbano
151	SCP	Estudo Urbano
152	Penha de França 70	Estudo de Edificabilidade
153	Penha de França 194-198	Estudo Urbano
154	Eixo Almirante Reis	Estudo de Espaço Público
155	Avenida Padre Cruz / Calçada de Carriche	Estudo de Espaço Público
156	Coroa Noroeste	Estudo Urbano
157	Terceira Travessia do Tejo	Estudo Urbano
158	Avenida Avelino Teixeira da Mota	Projecto Urbano
159	Rua Veríssimo Sarmento 56	Estudo de Edificabilidade
160	Área Histórica de Campolide	Estudo Urbano
161	Avenida Infante Santo	Estudo de Espaço Público
162	Estrada de Benfica, 384	Estudo de Edificabilidade
163	Portugal Durão, 52	Estudo de Edificabilidade
164	Rua Carlos Alberto Mota Pinto	Estudo Urbano
165	Av. 5 de Outubro	Estudo Urbano
166	Tapada das Necessidades	Estudo de Espaço Público
167	Rua Veríssimo Sarmento/Cristóvão Falcão	Loteamento de Iniciativa Municipal
168	Rua Veríssimo Sarmento, 50, 52 e 54	Loteamento de Iniciativa Municipal
169	Rua Possidónio da Silva	Estudo Urbano
170	Parque Hospitalar de Marvila Sul	Estudo Urbano
171	RQ6, RQ7	Loteamento de Iniciativa Municipal

ESTRUTURA URBANA

Caracterização das AUGIS

1. Quinta do Grafanil

Área AUGI:	25.121 m ²
Nº de Fogos:	101
Nº de Edifícios:	43
Morfologia Urbana:	É constituído por construções individuais dispersas ao longo de uma via de acesso, pouco consolidado e não apresenta espaços, significativos, de hortas e quintais. O Grafanil é composto quase, exclusivamente, por edifícios de habitação colectiva e alguns armazéns e garagem;
Espaço Público:	O espaço público é muito reduzido e é remetido, única e exclusivamente, para o espaço livre das vias, não existindo espaço público de sociabilização ou lazer
Rede Viária:	Encontra-se junto a uma via de hierarquia superior, a rua do Grafanil considerada uma distribuidora local, e que serve de acesso imediato à rede viária da cidade. As restantes das vias são, exclusivamente, de acesso local.
Transportes Públicos:	Carris – carreira 106
Comissão de Administração Conjunta:	sim

2. Quinta da Mourisca:

Área AUGI:	22.607m ²
Nº de Fogos:	70
Nº de Edifícios:	52
Morfologia Urbana:	O edificado organiza-se ao longo de uma via, em construções de grande dimensão ou bastante concentrada. Este bairro é constituído por um número diversificado de tipologias, de épocas diferentes, e com ocupações bastante variadas. É, na sua maioria, composto por ocupações difusas, de habitação colectiva, algumas 'vilas' bastante degradadas e alguma habitação unifamiliar de carácter mais tradicional, existem também algumas garagens e armazéns.
Espaço Público:	Não se verifica qualquer espaço público de socialização ou de lazer
Rede Viária:	Encontra-se no cruzamento de duas azinhagas, que apesar das suas más condições e reduzido tamanho, comportam um tráfego significativo. As restantes das vias são impasses de acesso às habitações e garagens. O bairro encontra-se bastante isolado do resto da cidade devido à má qualidade em termos de acessos.
Transportes Públicos:	Não é servido por nenhuma carreira ou eléctrico.
Comissão de Administração Conjunta:	sim

3. Alto do Chapeleiro:

Área AUGI:	29.013 m ²
Nº de Fogos:	80
Nº de Edifícios:	82
Morfologia Urbana:	Dado a sua origem – um regulamento municipal para autoconstrução – a maioria das construções são moradias unifamiliares de 2 pisos, integradas em lotes de tamanho regular com os alinhamentos definidos, apesar de alguns aproveitamentos de logradouros.
Espaço Público:	Apesar das suas reduzidas dimensões e carácter de abandono, actualmente, existem alguns espaços com potencial para configurar alguns espaços de socialização.
Rede Viária:	O bairro é atravessado, longitudinalmente, por uma via de hierarquia superior às restantes. Esta é responsável pela ligação do mesmo, com o resto da cidade, as restantes vias são de acesso às habitações
Transportes Públicos:	Carris – carreira 17C
Comissão de Administração Conjunta:	sim

4. Bairro dos Sete Céus:

Área AUGI:	26.337m ²
Nº de Fogos:	59
Nº de Edifícios:	59
Morfologia Urbana:	Dado a sua origem – um regulamento municipal para autoconstrução – a maioria das construções são moradias unifamiliares de 2 pisos, integradas em lotes de tamanho regular com os alinhamentos definidos, apesar de alguns aproveitamentos de logradouros.
Espaço Público:	Apesar das suas reduzidas dimensões e carácter de abandono, actualmente, existem alguns espaços com potencial para configurar alguns espaços de socialização.
Rede Viária:	O bairro é atravessado, por 6 vias que inicialmente eram impasses mas que actualmente fazem a ligação com a rede viária envolvente.
Transportes Públicos:	Carris – carreira 17C
Comissão de Administração Conjunta:	sim

5. Galinheiras:

Área AUGI:	162.860m ²
Nº de Fogos:	1200 aprox.
Nº de Edifícios:	900 aprox.
Morfologia Urbana:	Caracterizado por um edificado muito complexo, com distintos agrupamentos, áreas concentradas e áreas dispersas, vilas antigas, hortas e quintais em elevado número. Existem construções de diferentes épocas que se dividem em cinco grupos: ocupações difusas, vilas dos anos 50, edifícios de habitação colectiva dos anos 80, vivendas de autoconstrução e algumas oficinas e garagens.
Espaço Público:	O espaço público do bairro é remetido para o espaço livre das ruas, por uma praça central, onde se dá o encontro da população dada a existência aí de vários equipamentos e serviços, e por alguns descampados que pertencem ao estado e são utilizados como espaços de atravessamento ou para jogos
Rede Viária:	O bairro é atravessado de norte a sul, por uma via de intenso tráfego, sendo considerada a de maior hierarquia distribuidora local, apesar do seu perfil irregular (Estrada Militar e Estrada Circunvalação), depois é dividido em 3 zonas, através de vias de acesso ao exterior, a Rua Montero Belard e a Az. das Galinheiras. O resto do bairro é constituído por vias de hierarquia inferior, de acesso local e impasses de reduzidas dimensões e sem passeios.
Transportes Públicos:	Esta área é servida por 3 carreiras da Carris que o ligam ao resto da cidade (17, 106, 108).
Comissão de Administração Conjunta:	sim

6. Quinta da Torrinha:

Área AUGI:	39.801m ²
Nº de Fogos:	500 aprox.
Nº de Edifícios:	180 aprox.
Morfologia Urbana:	O bairro é composto por dois tipos de edificado, um que se organiza em banda, e o outro em construções germinadas, intercaladas com espaço para hortas privadas. Uma área mais urbana e outra mais ligada ao campo
Espaço Público:	O espaço público é remetido para o espaço livre das vias e não se verifica qualquer espaço público de socialização ou de lazer;
Rede Viária:	Apesar da existência de várias vias, estas não fazem a articulação com o exterior do bairro e são de perfil irregular.
Transportes Públicos:	Acesso a Carris a cerca de 300m – carreira 106
Comissão de Administração Conjunta:	não

7. Rua Particular à Az. da Cidade:

Área AUGI:	4.826m ² - área de Plano 6,4 ha
Nº de Fogos:	10 aprox.
Nº de Edifícios:	15 aprox.
Morfologia Urbana:	O bairro é composto por edifícios de habitação de 3 pisos e algumas garagens e abarracados.
Espaço Público:	Não existe para além da via pública
Rede Viária:	É composta por um atravessamento em impasse.
Transportes Públicos:	Estação do Metro – Ameixoeira a cerca de 250m
Comissão de Administração Conjunta:	não

8. Quinta do Olival / Casal dos Abrantes:

Área AUGI:	Quinta do Olival (20.841m ²) Casal dos Abrantes (7.948m ²)
Nº de Fogos:	240 aprox.
Nº de Edifícios:	98
Morfologia Urbana:	O bairro da Quinta do Olival divide-se em 3 zonas distintas e concentradas, no que respeita às tipologias e forma de ocupação do território. Estes grupos homogéneos caracterizam-se por um grupo de ocupações difusas, nomeadamente, edifícios de ocupação colectiva, armazéns e garagens mas, também, por uma área de moradias unifamiliares isoladas de autoconstrução. Criam-se três imagens e ambientes urbanos diferentes. O edificado do Casal dos Abrantes está organizado em construções germinadas, ao longo do terreno, ocupando-o quase na totalidade, deixando alguns espaços de significativa dimensão, para hortas pessoais. Ambas, as tipologias, organizam-se pela via de acesso local que atravessa o bairro, criando uma fachada à rua;
Espaço Público:	É muito reduzido e é remetido, única e exclusivamente, para o espaço livre das vias
Rede Viária:	A Quinta do Olival é constituída por uma via de acesso local, que se liga perpendicularmente a uma distribuidora local, por onde têm acesso ao resto da cidade; O Casal dos Abrantes é circundado por duas vias de distribuição local, uma de trânsito mais intenso e é atravessado por duas vias de acesso local que servem as habitações.
Transportes Públicos:	Existe um grande défice ao nível dos transportes públicos. Os bairros não são servidos por nenhuma carreira ou eléctrico.
Comissão de Administração Conjunta:	sim

9. Quinta das Camareiras / Rua Particular à Az. dos Lameiros:

Área AUGI:	Quinta das Camareiras (5.365m ²) / Rua Particular à Az. dos Lameiros (10.649m ²)
Nº de Fogos:	150
Nº de Edifícios:	43
Morfologia Urbana:	As tipologias existentes são, na sua maioria, edifícios de habitação colectiva, de construção feita por outrem, apesar de existirem algumas vivendas de autoconstrução. As tipologias organizam-se ao longo da via de acesso local, germinadas ocupando quase na totalidade o lote que lhes corresponde
Espaço Público:	Não se verifica qualquer espaço público de socialização ou de lazer
Rede Viária:	É constituído por uma única via de acesso local, sem saída, que se liga a uma distribuidora local de alguma intensidade, a Az. Da Cidade estando, deste modo, bem servida pela rede viária geral.
Transportes Públicos:	Carris – Carreiras 3, 4 e 47
Comissão de Administração Conjunta:	sim

10. Rua Particular à Az. Torre do Fato:

Área AUGI:	18.057m ²
Nº de Fogos:	50
Nº de Edifícios:	37
Morfologia Urbana:	O bairro é constituído por duas áreas (a Rua A e a Rua B) que detêm tipologias de vivendas isoladas de autoconstrução, com quintal próprio, edifícios de tipo vila, garagens e alguns armazéns e oficinas;
Espaço Público:	É remetido para o espaço livre das vias
Rede Viária:	É constituída por impasses de perfil deficitário, sem ligação com a rede envolvente
Transportes Públicos:	Carris – Carreira 3, 4 e 47
Comissão de Administração Conjunta:	sim

HABITAÇÃO

Número de fogos geridos pela GEBALIS, por Área de Intervenção

GABINETES BAIRRO	BAIRROS	N.º FOGOS EXISTENTES	N.º FOGOS GBL	N.º FOGOS ALIENADOS	N.º LOTES
Alta Lisboa Centro - Rua Tito Morais, nº 25 - R/C A 1750-339 Lisboa	Alta Lisboa Centro	1.953	1.878	75	84
	Charneca Lumiar	146	101	45	2
1	2	2.099	1.979	120	86
Alta de Lisboa Sul - Rua Maria Carlota, nº12 R/C C - 1750-174 Lisboa	Alta de Lisboa Sul	995	960	35	35
	Alto Lumiar	151	151	0	7
	Pedro Queiroz Pereira	224	92	132	21
	Cruz Vermelha	140	122	18	7
1	4	1.510	1.325	185	70
Ameixoeira - Bº da Ameixoeira Zona 4, Lote 12 - Loja B - 1750 Lisboa	Ameixoeira	1.067	1.067	0	108
	Quinta das Lavadeiras	35	35	0	2
	Alto do Chapeleiro	14	14	0	14 Vivendas unifamiliares
1	3	1.116	1.116	0	110
Sub-Total	9	4.725	4.420	305	266
Horta Nova - Estrada Paço do Lumiar - Lote A3 - Loja 1600-543 Lisboa	Horta Nova	484	484	0	45
	Paço Lumiar	174	174	0	13
	Alto Faia	108	108	0	6
	Rego	384	384	0	37
	Telheiras Norte	151	52	99	68
	Telheiras Sul	200	200	0	5
	Quinta Barros	201	201	0	6
	Furnas	541	215	326	41
	Charquinho	596	122	474	29
	Pedralvas	563	40	523	29
	Calhau	72	31	41	56
Rainha Dona Leonor	48	23	25	6	
1	12	3.522	2.034	1.488	341
Padre Cruz - Rua Prof Lindley Cintra , Lote 49 - Loja - 1600 - 639 Lisboa	Padre Cruz	2.315	2.119	196	113
		(inclui 916 vivendas unifamiliares)	(inclui 916 vivendas unifamiliares)		
1	1	2.315	2.119	196	113
Sub-Total	13	5.837	4.153	1.684	454
Boavista - Rua Rainha D. Catarina - Lote 11 - Loja 5 1500 Lisboa	Boavista	1559	1538	21	61
		(inclui 510 vivendas unifamiliares)			
	Sargento Abílio	91	73	18	14
	Bom Pastor	101	101	0	11
	Zambujal	11	11	0	7
	Algueirão	82	74	8	28
Casal de Cambra	43	33	10	8	
1	6	1.887	1.830	57	129
Casalinho da Ajuda - Casalinho da Ajuda, Lote IO - 57 - R/c A, 1300 Lisboa	Caramão da Ajuda	50	26	24	Vivendas unifamiliares
	2 de Maio	602	456	146	64
	Eduardo Bairrada	20	20	0	2
	Casalinho da Ajuda	576	355	221	41
	Açucenas	33	33	0	7
1	5	1.281	890	391	114
Vale de Alcântara - Av. Ceuta Norte - Lote 5 - Loja 1 - 1350-410 Lisboa	Quinta do Cabrinha	972	972	0	10
	Ceuta Norte (Qª Loureiro)				18
	Rua Maria Pia				4
	Ceuta Sul				8
	Casal Evaristo				3
	Freitas Gazul				1

	Bela Flor	168	168	0	15
	Liberdade	206	206	0	23
	Quinta do Jacinto	180	47	133	27
1	9	1.526	1.393	133	109
Sub-Total	20	4694	4113	581	352
Armador - Bº do Armador Lote 768 - Loja Dta 1950- 339 Lisboa	Armador	1.336	1.065	271	68
1	1	1.336	1.065	271	68
Alfinetes - Bº Marquês de Abrantes, R. Alberto José Pessoa, Bloco D4/D5 - Loja - 1900 Lisboa	Alfinetes	676	570	106	51
	Marquês Abrantes	628	537	91	58
	Quinta das Salgadas	219	219	0	19
	Ourives	615	586	29	53
	Grilo	149	13	136	16
	Quinta do Chalé	168	168	0	8
1	6	2.455	2.093	362	205
Olaias - Rua Wanda Ramos Lote12 - Loja - 1900-917 Lisboa	Olaias	251	226	25	22
	Carlos Botelho	271	271	0	20
	Quinta Lavrado	263	263	0	10
	J. Nascimento Costa	136	129	7	9
	Vale St.António	731	695	36	51
	Graça	38	38	0	4
	Presidente Carmona	102	22	80	16
	Alto da Eira	132	132	0	2
1	8	1.924	1.776	148	134
Sub-Total	15	5715	4934	781	407
Casal dos Machados - Rua Padre Joaquim Alves Correia - 24 - Caves A/B	Casal dos Machados	930	727	203	21
	Quinta das Laranjeiras	755	711	44	22
1	2	1.685	1.438	247	43
Olivais - Av. Cidade de Luanda nº33, Loja - A - 1800-096 Lisboa	Alfredo Bensaúde	357	357	0	36
	Av. De Berlim	227	133	94	26
	Cidade Luanda	132	87	44	4
	Olivais Norte	779	91	688	48
	Olivais Sul	979	237	743	64
	Olivais Velho	172	102	70	11
	Quinta do Morgado	1.220	254	965	80
1	7	3.866	1.261	2.604	269
Condado - Praça Dr. Fernando Amado, Lote 565, R/C - 1950-666 Lisboa	Condado	2.726	1.812	914	122
1	1	2.726	1.812	914	122
Flamenga - Rua Ferreira de Castro - Lote 387 - C/v Traseiras 1950-134 Lisboa	Flamenga	1.442	1.045	397	112
	Lóios	134	67	67	13
	Murtas	122	122	0	7
1	3	1.698	1.234	464	132
Sub-Total	13	9975	5745	4229	566
Horta Nova - Estrada Paço do Lumiar - Lote A3 - Loja 1600-543 Lisboa	Charquinho	596	122	474	29
	Pedralvas	563	40	523	29
1	2	1.159	162	997	58
Boavista - Rua Rainha D. Catarina - Lote 11 - Loja 5 1500 Lisboa	Boavista	1559	1538	21	61
	Sargento Abílio	91	73	18	14
	Bom Pastor	101	101	0	11
1	3	1.751	1.712	39	86
Sub-Total	5	2.910	1.874	1.036	144
Total Geral	75	33.856	25.239	8.616	2.189

Fonte: GEBALIS, 2009

HABITAÇÃO

Número de fogos por intervenção urbanística, ao nível de freguesia, entre 2001 e 2008

Freguesias	Total de Novos Fogos, por freguesia	Intervenções Urbanísticas	Total de Novos Fogos, por Intervenção
Ajuda	0		0
Alcântara	168	GEF Alcântara	168
Alto do Pina	115	Rotunda das Olaias	115
Alvalade	0		0
Ameixoeira	2.662	LM 2000/08 Qta. S. Susana LM Ameixoeira = ex EUROPAN PER Ameixoeira	84 105 910 1.563
Anjos	0		0
Beato	145	RTB 6	145
Benfica	0		0
Campo Grande	0		0
Campolide	217	Nova Campolide II - Lote 1	217
Camide	924	Qta. Bom Nome Bairro Padre Cruz - fase III Quinta das Camareiras	449 205 270
Castelo	0		0
Charneca	1.972	PUAL	1.972
Coração de Jesus	0		0
Encarnação	0		0
Graça	0		0
Lapa	0		0
Lumiar	5.369	Aldeia Olímpica Praça Central Alto da Faia - PER 8 Telheiras - Torres Alto da Faia - vivendas Telheiras Norte III Parque dos Príncipes PER 4 Lot Quinta da Amoreira Az. Cidade - lotes B e C PUAL	80 164 210 97 37 210 1.348 136 161 166 2.760
Madalena	0		0
Mártires	0		0
Marvila	2.172	Nova imagem Bairro do Olival ENCAIXE Quadra Vale Formoso Sul Pç. De Macau LM R. Eng. Cunha Leal Condomínio. Jardim do Armador Bairro Marquês de Abrantes/Alfinetes.	126 46 105 125 650 320 163 77 560
Mercês	0		0
N. Sra. De Fátima	0		0
Pena	0		0
Penha de França	0		0
Prazeres	0		0
Sacramento	0		0
Santa Catarina	0		0
Santa Engrácia	0		0
Santa Isabel	0		0
Santa Justa	0		0
Santa Maria de Belém	241	Rotundas A e B de Algés JB Gomes Arena	68 71 102

Freguesias	Total de Novos Fogos, por freguesia	Intervenções Urbanísticas	Total de Novos Fogos, por Intervenção
Santa Maria dos Olivais	4.568	Olivais <i>Shopping</i> CIMPOR Av. Berlim EXPO	315 140 252 3.861
Santiago	0		0
Santo Condestável	0		0
Santo Estêvão	0		0
Santos-o-Velho	0		0
São Cristovão e São Lourenço	0		0
São Domingos de Benfica	2.768	PP Galhardas Alto dos Moinhos Av. Lusíada Fundicentro 2.ª Circular - Estádio da Luz	1.491 590 160 317 210
São Francisco de Xavier	605	Qta. Sto. António EPUL Alto do Restelo Restelo Nascente (H e N)	182 260 163
São João	155	RTB 5	155
São João de Brito	140	Gago Coutinho	140
São João de Deus	0		0
São Jorge de Arroios	0		0
São José	0		0
São Mamede	0		0
São Miguel	0		0
São Nicolau	0		0
São Paulo	0		0
São Sebastião da Pedreira	0		0
São Vicente de Fora	0		0
Sé	0		0
Socorro	0		0
Total Lisboa	22.221		22.221

Fonte: DPE, 2008

HABITAÇÃO

Fluxos migratórios da população registada nos Serviços dos CTT, por freguesia, saídas das freguesias de Lisboa para o município, AML norte, AML sul e para fora da AML

De \ para	Pop. para Lisboa	Pop. Para AML Norte	Pop. Para AML Sul	Pop. para fora AML
Ajuda	260	109	72	95
Alcântara	338	199	68	93
Alto do Pina	318	103	29	105
Alvalade	366	114	22	84
Ameixoeira	198	72	34	70
Anjos	400	110	39	93
Beato	144	118	32	51
Benfica	468	342	63	291
Campo Grande	290	94	33	67
Campolide	604	240	48	131
Carnide	398	164	30	129
Castelo	18	6	6	0
Charneca	46	38	2	25
Coração de Jesus	574	115	53	105
Encarnação	162	34	18	19
Graça	150	54	8	34
Lapa	498	109	8	93
Lumiar	1276	422	84	390
Madalena	30	6	0	4
Mártires	74	12	12	2
Marvila	122	79	36	55
Mercês	214	48	23	44
Nossa Senhora de Fátima	1118	228	55	232
Pena	202	91	16	80
Penha de França	388	125	98	101
Prazeres	240	58	37	34
Sacramento	52	24	6	8
Santa Catarina	194	59	12	44
Santa Engrácia	116	24	27	30
Santa Isabel	482	117	18	59
Santa Justa	38	20	6	6
Santa Maria de Belém	254	101	10	82
Santa Maria dos Olivais	346	224	45	179
Santiago	40	16	0	10
Santo Condestável	562	166	50	120
Santo Estevão	46	23	6	6
Santos-o-Velho	240	83	4	44
São Cristóvão	26	14	4	10
São Domingos de Benfica	732	249	86	348
São Francisco Xavier	190	140	16	80
São João	374	121	59	144
São João de Brito	460	188	36	106
São João de Deus	708	150	35	120
São Jorge de Arroios	1290	342	74	232
São José	220	32	8	70
São Mamede	578	144	31	72
São Miguel	40	16	8	17
São Nicolau	164	28	8	13
São Paulo	128	57	32	34
São Sebastião da Pedreira	1060	183	44	186
São Vicente de Fora	74	20	2	21
Sé	24	12	0	19
Socorro	56	12	12	4
LISBOA	17390	5651	1567	4486